

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**RENOVA ENERGIA S.A. – Em Recuperação Judicial
e OUTROS**

17 de dezembro de 2020

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial ("Renova Energia"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.534.605/0001-74, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial ("Renovapar")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial ("Renova Comercializadora")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.204.923/0001-68, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial ("Chipley")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial ("Itaparica")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.050.083/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial ("Macambira")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.604/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial ("Tamboril")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.618/0001-95, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial ("Carrancudo")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.119/0001-84, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial ("Ipê Amarelo")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.485/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial ("Cabeça de Frade")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.257/0001-02, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial ("Canjoão")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.454/0001-82, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial ("Conquista")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.972/0001-37, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial ("Coxilha Alta")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.544.421/0001-86, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial ("Botuquara")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.048.083/0001-78, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial ("Jequitiba")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.412/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TINGUI S.A. em recuperação judicial ("Tingui")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.064/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº

393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial (“Anísio Teixeira”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.249.997/0001-10, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial (“Imburana de Cabão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.245/0001-39, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial (“Embiruçu”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.139/0001-55, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial (“Lençóis”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.552.917/0001-00, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial (“Caliandra”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.361/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ICO S.A., em recuperação judicial (“Ico”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.841/0001-25, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte; **CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial (“Alcaçuz”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.393/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial (“Putumuju”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.435/0001-62, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial (“Cansanção”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.737.877/0001-62, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial (“Bahia Holding”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.863.676/0001-41, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial (“Bela Vista”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.281.218/0001-90, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.875.208/0001-57, com sede à Rua 7 de setembro, nº 77, parte, Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46490-000; **RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial (“Renova PCH”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.044.208/0001-91, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 450, 23º andar, salas 2301 e 2302, parte 4, Caminho das Árvores, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41820-901; **CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã IV”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.507/0001-65, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã V”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.100/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã VII”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.032/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã XV”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.186/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã XX”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.291/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº

393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; e **PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial (“Iansã”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.103.456/0001-01, com sede à Rua 7 de setembro, 77, Bairro Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46360-000, doravante denominadas em conjunto “Recuperandas” ou “Sociedades Consolidadas” e, em conjunto com o ASIII Fase A (conforme termo definido abaixo), “Grupo Renova”, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (a “LFRJ”) apresentam nos autos do processo de recuperação judicial nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), o seguinte plano de recuperação judicial (o “Plano”).

1. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. Regras de Interpretação

1.1.1. Termos. Os termos e expressões em negrito e iniciados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos na Cláusula 1.2. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

1.1.2. Cláusulas e Anexos. Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados no Plano referem-se a cláusulas e anexos do próprio Plano.

1.1.3. Títulos. Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.

1.1.4. Interpretação. Os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da frase: “mas não se limitando a”.

1.1.5. Referências. As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.

1.1.6. Disposições Legais. As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

1.1.7. Prazos. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do início e incluindo o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano (sejam contados em Dias Úteis ou não) cujo termo inicial ou final caia em um dia que não seja um Dia Útil, serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior.

1.1.8. Conflito com Contratos Existentes. Na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição deste Plano e as disposições que estabeleçam obrigações para as Recuperandas que constem de contratos relacionados a Créditos Concurais ou Créditos Extraconcurais de

Credores Extraconcursais Aderentes, incluindo os decorrentes de qualquer Empréstimo DIP, o disposto no Plano prevalecerá, desde que não implique renúncia de garantias outorgadas aos seus respectivos Credores.

1.1.9. **Garantias e Créditos Extraconcursais.** Nada neste Plano e nenhuma de suas cláusulas, inclusive, mas, não se limitando a tanto, o voto por sua aprovação em Assembleia Geral de Credores e/ou a formalização de adesão a seus termos, deverá ser interpretado ou considerado como causa para a (i) a liberação de garantias detidas por Credores Concursais ou Extraconcursais, ressalvada a hipótese de anuência do referido Credor; (ii) a novação de Créditos Extraconcursais, ou (iii) a alteração, modificação, desconstituição ou renúncia dos direitos, privilégios e prerrogativas de quaisquer Credores Extraconcursais com relação aos seus respectivos Créditos Extraconcursais, incluindo, sem limitação, sobre quaisquer garantias, reconhecimentos e obrigações prestados ou assumidos, conforme o caso, pelas Recuperandas e quaisquer terceiros com relação a tais Créditos Extraconcursais. Os Credores Extraconcursais poderão aderir ao Plano para manifestar a sua concordância com relação às matérias contidas no Plano que possam afetar os seus direitos e obrigações.

1.2. Definições

1.2.1. **Acordo de Acionistas.** É o acordo de acionistas da Brasil PCH, celebrado em 04 de abril de 2006, bem como seus aditamentos.

1.2.2. **Administrador Judicial.** É a 'KPMG Corportate Finance Ltda.', CNPJ n. 29.414.117/0001-01, nomeada em 16/11/2019 como administradora judicial deste processo de Recuperação Judicial.

1.2.3. **ASIII Fase A.** É o grupo de sociedades integrantes do Grupo Renova e que integram a Fase A do projeto Alto Sertão III, composto pelas sociedades ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A., DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., CE VAQUETA S.A., CE ABIL S.A., CE ACÁCIA S.A., CE ANGICO S.A., CE FOLHA DA SERRA S.A., CE JABUTICABA S.A., CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A., CE TABOQUINHA S.A., CE TABUA S.A., CE SÃO SALVADOR S.A., CE PAU D'ÁGUA S.A., CE MANINEIRO S.A., CE UMBUZEIRO S.A., CE CEDRO S.A., CE VELLOZIA S.A., CE ANGELIM S.A., CE FACHEIO S.A., CE SABIU S.A., CE BARBATIMÃO S.A., CE JUAZEIRO S.A., CE JATAÍ S.A., CE IMBURANA MACHO S.A., CE AMESCLA S.A. e CE UNHA D'ANTA S.A.

1.2.4. **ASIII Fase B.** É o grupo de sociedades integrantes do Grupo Renova e que integram a Fase B do projeto Alto Sertão III, composto pelas sociedades CE MACAMBIRA S.A., CE TAMBORIL S.A., CE CARRANCUDO S.A., CE IPÊ AMARELO S.A., CE CABEÇA DE FRADE S.A., CE CANJOÃO S.A., CE CONQUISTA S.A., CE COXILHA ALTA S.A., CE BOTUQUARA S.A., CE JEQUITIBA S.A., CE TINGUI S.A., CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A., CE IMBURANA DE CABÃO S.A., CE EMBIRUÇU S.A., CE LENÇÓIS S.A., CE CALIANDRA S.A., CE ICO S.A., CE ALÇAÇUZ S.A., CE PUTUMUJU S.A. e CE CANSANÇÃO S.A.

1.2.5. **Assembleia Geral de Credores.** Qualquer Assembleia Geral de Credores realizada nos termos do capítulo II, seção IV, da LFRJ.

1.2.6. **Avaliador UPIs Projetos em Desenvolvimento.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.4.1.1.

1.2.7. **BNB.** significa o Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 07.237.373/0059-46.

1.2.8. **BSB.** Significa a BSB Energética S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 03.820.456/0001-96.

1.2.9. **BTG.** significa o Banco BTG Pactual S.A, sociedade anônima de capital aberto inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45.

1.2.10. **CDI.** Taxa dos Certificados de Depósito Interbancários, conforme fixada pelo Banco Central do Brasil e pela B3.

1.2.11. **CEMIG.** Significa, em conjunto, a Parte Relacionada Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sociedade por ações, de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, a Parte Relacionada CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, sociedade por ações, de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.176/0001-58, bem como as demais subsidiárias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

1.2.12. **CITI.** significa Banco Citibank S.A., sociedade anônima inscrito no CNPJ sob o nº 33.479.023/0001-80.

1.2.13. **Código Civil.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

1.2.14. **Código de Processo Civil.** Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

1.2.15. **Confissões de Dívida BTG.** São, em conjunto, (i) o “2º Aditamento ao Instrumento Particular de Transação e Confissão de Dívida CD 8/17”, celebrado em 3 de maio de 2019, entre BTG, Renova Energia, Enerbrás e Espra, e (ii) o “1º Aditamento ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida CD 14/17”, celebrado em 3 maio de 2019, entre BTG, Renova, Enerbrás e Espra.

1.2.16. **Créditos ASIII Fase A com Garantia.** São todos os Créditos com Garantia Real e Créditos Extraconcursais garantidos por garantia fiduciária devidos por quaisquer das sociedades que integram o ASIII Fase A, assim como contra seus garantidores.

1.2.17. **Créditos ASIII Fase A Quirografários.** São todos os Créditos Quirografários devidos por quaisquer das sociedades que integram o ASIII Fase A.

1.2.18. **Créditos Extraconcursais BTG:** são os Créditos Extraconcursais detidos pelo BTG em função das Confissões de Dívida BTG, integralmente garantidos por, entre outras garantias, as Garantias Fiduciárias BTG.

1.2.19. **Créditos Extraconcursais CITI.** São os Créditos detidos pelo CITI em função de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Renova Energia, em 23 de julho de 2019, bem como suas respectivas garantias.

1.2.20. **Créditos.** Todos os créditos e direitos detidos pelos Credores contra as Recuperandas.

1.2.21. **Créditos Concursais.** Cada um dos Créditos e obrigações das Recuperandas existentes na Data do Pedido, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, estejam ou não constantes da Lista de Credores, tenham ou não participado da Assembleia Geral de Credores, e que (i) não estejam excetuados pelo art. 49, §§3º e 4º, e art. 194, ambos da LFRJ; (ii) não tenham fato gerador posterior à Data do Pedido; e/ou (iii) Créditos que tenham sido incluídos na Lista de Credores em razão de alegada iliquidez ou insuficiência de suas garantias, inclusive fiduciárias. Os Créditos Concursais são todos os Créditos referidos neste Plano, independentemente de sua natureza, à exceção dos Créditos Extraconcursais. Os Créditos Concursais se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e, em razão disso, são passíveis de serem novados pelo Plano.

1.2.22. **Créditos Essenciais Fundiários.** São os Créditos Quirografários detidos por Credores Essenciais Fundiários única e exclusivamente decorrentes de valores em atraso dos arrendamentos. Quaisquer multas e acessórios decorrentes de descumprimentos de contratos de arrendamento não serão considerados Créditos Essenciais Fundiários, mas sim Créditos Concursais Quirografários a serem pagos na forma prevista na Cláusula 8.4.

1.2.23. **Créditos Extraconcursais.** Cada um dos Créditos e obrigações que não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e que não são, em razão disso, afetados pelo Plano, (i) por força do disposto no art. 49, caput e §§3º e 4º, e art. 194, ambos da LFRJ, ou (ii) por terem fato gerador posterior à Data do Pedido.

1.2.24. **Créditos Extraconcursais Aderentes:** são os Créditos Extraconcursais detidos por Credores Extraconcursais Aderentes

1.2.25. **Créditos com Garantia Real.** Créditos Concursais detidos por Credores com Garantia Real – Classe II.

1.2.26. **Créditos de Micro e Pequenas Empresas.** Créditos Concursais detidos pelos Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV.

1.2.27. **Créditos Partes Relacionadas.** Créditos contra as Recuperandas, detidos por Partes Relacionadas.

1.2.28. **Créditos Quirografários.** Créditos Concursais detidos pelos Credores Quirografários – Classe III.

1.2.29. **Créditos Retardatários.** São os Créditos Concurais que forem habilitados apenas após a publicação da Lista de Credores preparada pelo Administrador Judicial, nos termos do artigo 7º, §2º, da LFRJ.

1.2.30. **Créditos Seguradoras Parceiras.** São os Créditos Concurais detidos pelos Credores Seguradoras Parceiras.

1.2.31. **Créditos Trabalhistas.** Créditos Concurais detidos pelos Credores Trabalhistas – Classe I.

1.2.32. **Credores.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos, estejam ou não relacionadas na Lista de Credores.

1.2.33. **Credores CGII.** Significa, individualmente ou coletivamente, as Partes Relacionadas Ricardo Lopes Delneri inscrito no CPF/ME sob o número 157.602.498-94 e Renato do Amaral Figueiredo inscrito no CPF/ME sob o número 146.623.258-70 e o CG II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 27.735.592/0001-46.

1.2.34. **Credores Concurais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Concurais.

1.2.35. **Credores Essenciais Fundiários.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Essenciais Fundiários que figurem como arrendantes em contratos de arrendamento imobiliário em vigor, os quais são considerados essenciais ao desempenho de suas atividades, para os projetos em implantação ou em desenvolvimento, contratos estes que devem ser mantidos em vigor e no estágio em que se encontram com relação aos projetos a serem implantados, desde que não haja litígios em curso com as Recuperandas envolvendo tais contratos.

1.2.36. **Credores Extraconcurais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Extraconcurais.

1.2.37. **Credores Extraconcurais Aderentes:** Credores Extraconcurais que manifestaram a sua concordância com qualquer disposição do Plano que afete os seus direitos e obrigações.

1.2.38. **Credores com Garantia Real.** Credores Concurais detentores de créditos com garantia real, tal como consta dos arts. 41, II, da LFRJ, e que compõem a Classe II, cujos Créditos com Garantia Real são comuns à Lista de Credores das Sociedades Consolidadas e à Lista de Credores das sociedades que compõem o ASIII Fase A.

1.2.39. **Credores Micro e Pequenas Empresas.** Credores Concurais enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, tal como consta do artigo 41, IV, da LFRJ, e que compõem a Classe IV.

1.2.40. **Credores Quirografários.** Credores Concurais detentores de Créditos Quirografários, tal como consta dos arts. 41, III, da LFRJ, bem como Credores com Garantia

Real ou Credores Extraconcursais cujos Créditos não sejam integralmente cobertos pelo valor das respectivas garantias reais ou fiduciárias, exclusivamente pelo valor não coberto pela respectiva garantia.

1.2.41. **Credores Retardatários.** Credores cujos Créditos Concursais somente venham a ser reconhecidos por meio de decisão determinando sua inclusão na Lista de Credores, após a Assembleia de Credores que deliberar acerca da aprovação deste Plano.

1.2.42. **Credores Seguradoras Parceiras.** Credores Quirografários que (i) detenham apólices de seguro vigentes com as Recuperandas, dispondo-se a renová-las sucessivamente por iguais períodos e em condições de mercado; ou (ii) Credores Quirografários que celebrem novas apólices de seguro com as Recuperandas.

1.2.43. **Credores Trabalhistas.** Credores Concursais detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, I, da LFRJ, e que compõem a Classe I.

1.2.44. **Credor Fiduciário Ações Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.5.

1.2.45. **Data de Homologação.** É a data em que for publicada a decisão judicial pelo Juízo da Recuperação que homologa o Plano e concede a recuperação judicial, nos termos do artigo 58, caput, e/ou §1º da LFRJ.

1.2.46. **Data do Pedido.** 16/10/2019, data em que foi protocolado o pedido de recuperação judicial do Grupo Renova perante o MM. Juízo da Recuperação.

1.2.47. **Debêntures Partes Relacionadas.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 8.8.1.2.

1.2.48. **Dia Útil.** Qualquer dia que não seja (i) um sábado, (ii) um domingo, (iii) um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou (iv) um dia em que o Fórum Judicial onde se processa a Recuperação Judicial esteja fechado em função de recesso ou feriado forense.

1.2.49. **Direito de Preferência Prisma.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6.5.

1.2.50. **Direito de Reembolso Prisma.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6.5.

1.2.51. **Documentos de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.5.

1.2.52. **Editais UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.3.

1.2.53. **ELETRORIVER.** significa ELETRORIVER S.A, Sociedade por ações inscrita no CNPJ sob nº 01968293/0001-68.

1.2.54. **Empresa de Monitoramento de Obras.** Tem a definição que lhe é atribuída pelo Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A.

1.2.55. **Empréstimo DIP.** Qualquer operação de mútuo realizada em benefício das Recuperandas, no contexto da Recuperação Judicial e após a Data do Pedido, incluindo o Empréstimo DIP CEMIG, o Empréstimo DIP CITI, e o Empréstimo Ponte DIP.

1.2.56. **Empréstimo DIP CEMIG:** Significa o Empréstimo DIP contratado de acordo com 3 (três) Contratos de Mútuo Pós-Concursais, celebrados entre Renova Energia, na condição de mutuária, e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, na condição de mutuante, em 25/11/2019, 27/12/2019 e em 27/01/2020, conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial.

1.2.57. **Empréstimo DIP CITI.** A operação de Empréstimo DIP a ser contratada pela Renova Energia junto ao CITI nos termos da Cláusula 10.1.3

1.2.58. **Empréstimo Ponte DIP.** A operação de Empréstimo DIP a ser contratada pela Chipley e coobrigados junto a terceiro e realizada em benefício das Recuperandas para fins de obtenção de recursos para a destinação estabelecida na Cláusula 11.1.2.2, instrumentalizado na forma dos instrumentos constantes do **ANEXO 6**.

1.2.59. **Garantia Fiduciária BNDES.** 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois décimos por cento) dos dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outros valores, proventos e direitos que a Renova Energia, na qualidade de acionista, receba ou detenha em decorrência de sua titularidade sobre as ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Chipley, correspondentes a 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos por cento) do capital social da Chipley, garantia esta prestada no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.1247.1, celebrado em 19 de dezembro de 2014, conforme aditado de tempos em tempos.

1.2.60. **Garantia Fiduciária Chipley-CEMIG.** 30% (trinta por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Renova Energia decorrentes das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Chipley, correspondentes a 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos por cento) do capital social da Chipley, que são de titularidade da Renova Energia, limitados a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) por ano.

1.2.61. **Garantia Fiduciária CITI.** 35,28% (trinta e cinco inteiros e vinte e oito décimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Renova Energia decorrentes das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Chipley, correspondentes a 99,99% (noventa e nove inteiros e

noventa e nove décimos por cento) do capital social da Chipley, que são de titularidade da Renova Energia.

1.2.62. **Enerbrás.** Significa a Enerbrás Centrais Elétricas S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 04.287.373/0001-46.

1.2.63. **Espra.** Significa a Energética Serra da Prata S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 05.982.449/0001-16.

1.2.64. **FIP.** Fundo de Investimento em Participações de qualquer categoria, constituído na forma da Instrução CVM nº 578/2016.

1.2.65. **Garantia Fiduciária Ações Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 1.2.54.

1.2.66. **Garantias Fiduciárias BTG.** Significa as garantias fiduciárias constituídas em favor do BTG como garantia das obrigações decorrentes das Confissões de Dívida BTG, quais sejam: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão, presentes e futuras, da Enerbrás ("Garantia Fiduciária Ações Enerbrás"), bem como dos direitos creditórios relacionados a tais ações, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", celebrado em 3 de maio de maio de 2019 entre Renova Energia, Enerbrás, Espra e BTG ("Instrumento AF Enerbrás"), e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 3 de maio de 2019, entre Renova Energia, Renovapar e BTG.

1.2.67. **Grupo Renova.** Em conjunto, as Recuperandas e as sociedades que compõem o ASIII Fase A.

1.2.68. **Homologação Judicial do Plano.** A decisão judicial, proferida pelo Juízo da Recuperação ou pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro que seja competente, que concede a recuperação judicial às Recuperandas, nos termos do art. 58, caput, ou do art. 58, §1º, da LFRJ. Para todos os efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), da decisão judicial que conceder a recuperação judicial às Recuperandas.

1.2.69. **IPCA.** É o Índice de Preços ao Consumidor, coletado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seu site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>.

1.2.70. **Instrumento AF Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 1.2.54.

1.2.71. **Juízo da Recuperação.** É o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo – SP.

1.2.72. **Leilão Reverso:** Modalidade de leilão na qual os Credores participantes, querendo, poderão fazer ofertas seladas para recebimento à vista em parcela única de seus respectivos créditos abrangidos mediante aplicação de deságio, sagrando-se vencedores aqueles credores que oferecerem os maiores deságios, na forma descrita na cláusula 13.

1.2.73. **LFRJ.** Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

1.2.74. **Lista de Credores.** É a lista de credores apresentada pelas Recuperandas anexa à petição inicial do pedido de recuperação judicial, respeitadas e observadas as modificações supervenientes, quanto ao valor, classificação e natureza dos Créditos, pelo Administrador Judicial ou por decisão proferida pelo Juízo da Recuperação.

1.2.75. **Notificação de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.5.

1.2.76. **Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbras.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.5.1.3.

1.2.77. **Parte Relacionada.** É a pessoa física ou jurídica (incluindo fundos de investimentos) que possui Créditos contra as Recuperandas e que, ao mesmo tempo, detém ou detinha, na Data do Pedido, participação societária de forma direta ou indireta na Renova Energia, sendo que, para fins de clareza, em nenhuma hipótese o Credor BNDES será considerado Parte Relacionada para os fins do presente Plano.

1.2.78. **Petição de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.5.

1.2.79. **Plano.** Este plano de recuperação ajustado, incluindo todos os seus Anexos.

1.2.80. **Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A:** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 4.4.

1.2.81. **Plano de Transferência.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6.2.(ii).

1.2.82. **Potencial Mínimo de Geração de Energia UPI ASIII Fase B:** é o mínimo de geração de energia que os projetos de geração que integram o complexo eólico da UPI ASIII Fase B devem atingir na data de fechamento da alienação da UPI ASIII Fase B, após a regularização de todos os passivos e contingências relacionados aos contratos fundiários dos Projetos, equivalente à 350MW.

1.2.83. **Primeiro Proponente.** Proponente interessado na aquisição de quaisquer das UPIs e que, após negociações com as Recuperandas e antes da publicação do respectivo Edital UPI, apresente proposta vinculante, aceita pelas Recuperandas, que atenda às condições mínimas previstas neste Plano, o qual poderá gozar de determinados direitos no âmbito do Procedimento Competitivo na condição de *stalking horse* e estará automaticamente qualificado à participação no respectivo Procedimento Competitivo, incluindo a Prisma, nos termos da Cláusula 9.6.4.

1.2.84. **Prisma.** PSS PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, fundo de investimento devidamente constituído de acordo com a legislação brasileira, inscrito no CNPJ/ME sob nº 32.140.484/0001-60, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 3º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.452/002.

1.2.85. **Procedimento Competitivo.** Procedimento competitivo de alienação de bens (na forma ou não de UPI), realizado em qualquer das modalidades referidas nos arts. 60, 142, 14 ou 145 da LFRJ, incluindo o procedimento de *bookbuilding* caso a alienação da UPI se dê mediante a utilização de recursos decorrentes de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003.

1.2.86. **Projetos ASIII Fase B.** São os projetos eólicos detidos pelas sociedades do ASIII Fase B, relacionados aos processos administrativos números 48500.004240/2015-63, 48500.001517/2015-04, 48500.001496/2015-19, 48500.001906/2015-21, 48500.001516/2015-51, 48500.001522/2015-17, 48500.001504/2015-27, 48500.001512/2015-73, 48500.001499/2015-52, 48500.001502/2015-38, 48500.001509/2015-50, 48500.001493/2015-85, 48500.001940/2015-04, 48500.001507/2015-61, 48500.001520/2015-10, 48500.001495/2015-74, 48500.001916/2015-67, 48500.001500/2015-49, 48500.001498/2015-16, 48500.001521/2015-64 em trâmite perante a ANEEL.

1.2.87. **Proponente.** Pessoa física ou jurídica que se habilite para apresentar proposta de aquisição de bem no âmbito de Procedimento Competitivo.

1.2.88. **Propostas Fechadas.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.3

1.2.89. **Proposta Vencedora UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.9.

1.2.90. **Proposta Vinculante Prisma.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6.4.

1.2.91. **Recuperação Judicial.** Este processo de recuperação judicial do Grupo Renova, autuado sob o n. 1103257-54.2019.8.26.0100, em trâmite perante o Juízo da Recuperação.

1.2.92. **Recursos Líquidos.** Receitas obtidas através de alienação de quaisquer ativos via Procedimento Competitivo, líquidas de todos os tributos e despesas proporcionais e razoáveis, dentro de parâmetros de mercado, incluindo assessores legais, financeiros e de fusões e aquisições, relacionadas ao processo de alienação de quaisquer ativos via Procedimento Competitivo, inclusive tributos incorridos ou decorrentes do respectivo Procedimento Competitivo.

1.2.93. **Requisitos de Qualificação – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.6.

1.2.94. **Requisitos de Qualificação – UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.5.2.

1.2.95. **Reunião de Credores com Garantia Real.** Reunião entre Credores com Garantia Real (comuns às Sociedades Consolidadas e ao ASIII Fase A), realizada nos termos das Cláusulas 6.1.3 e seguintes.

1.2.96. **SPE.** Significa uma sociedade de propósito específico.

1.2.97. **TR.** É a taxa de juros de referência, conforme calculada pelo Banco Central do Brasil, normatizada pela Resolução CMN 3.354, de 2006, alterada pela Resolução CMN 3.446, de 2007, e pela Resolução CMN 3.530, de 2008.

1.2.98. **TLP.** Taxa de Juros de Longo Prazo instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

1.2.99. **UPI.** Significa cada uma das unidades produtivas isoladas das Recuperandas, nos termos do art. 60 da LFRJ, composta por bens e/ou direitos, cuja alienação, em Procedimento Competitivo, estará livre de quaisquer ônus e sem sucessão do adquirente nas obrigações da Renova, incluindo, sem limitação, nas de natureza tributária, trabalhista, ambiental e decorrentes da legislação anticorrupção.

1.2.100. **UPI ASIII Fase A.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.8

1.2.101. **UPI ASIII Fase B.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6

1.2.102. **UPI Brasil PCH.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.2.

1.2.103. **UPI Diamantina.** Tem a definição que lhe é atribuída pelo Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A.

1.2.104. **UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.5.

1.2.105. **UPI Mina de Ouro.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.3.

1.2.106. **UPIs Projetos em Desenvolvimento.** Têm a definição que lhes é atribuída pela Cláusula 9.4.

1.2.107. **UPI RenovaCom.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.7.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. Histórico

2.1.1. Com mais de 18 (dezoito) anos de existência, o Grupo Renova foi uma das primeiras empresas a apostar na atividade de geração de energia elétrica renovável no Brasil, sendo hoje um dos principais grupos empresariais brasileiros dedicados à produção e à comercialização de energia renovável, advinda de matrizes eólicas, solares e hidráulicas. O

Grupo Renova é composto por 61 (sessenta e uma) sociedades empresárias, em sua maioria dedicadas à produção de energia elétrica derivada de matrizes eólicas.

2.1.2. Apesar de a maioria da energia elétrica mundial ainda ser proveniente de fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural, a geração de energia renovável vem crescendo exponencialmente no mundo todo, sendo o Brasil um personagem importantíssimo nessa dinâmica. Hoje, a energia elétrica proveniente de fontes renováveis representa cerca de 24% do total de energia consumida no mundo, enquanto no Brasil esse percentual sobe para impressionantes 82%¹. A matriz energética brasileira é, portanto, muito mais sustentável do que a matriz energética mundial.

2.1.3. Sob esse prisma, o Brasil é destaque mundial quando o assunto é produção de energia renovável e redução de impactos ambientais². Tal fato se deve em grande medida às atividades pioneiras do Grupo Renova, um dos mais representativos do segmento na América Latina. Tanto é assim que, desde 2010, a Renova Energia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sendo a primeira empresa do setor a abrir capital.

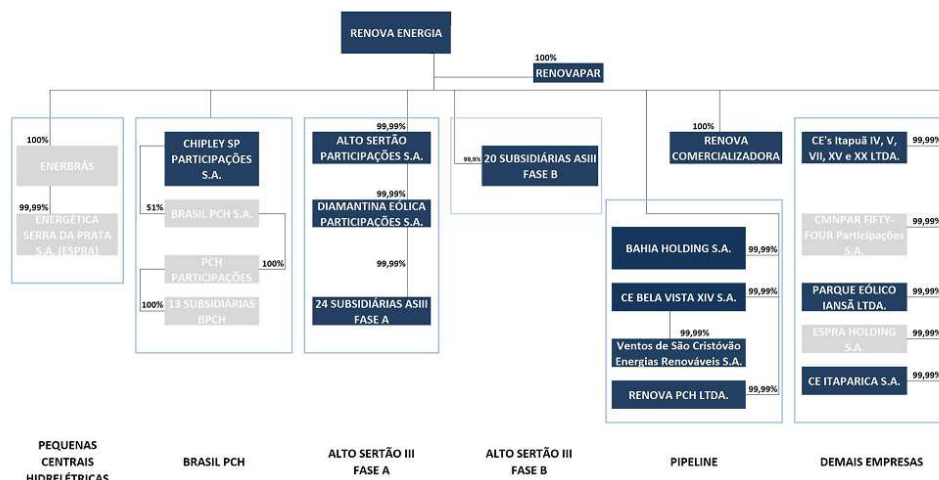
2.2. Estrutura societária e operacional.

2.2.1. O Grupo Renova hoje exerce atividades de geração de energia elétrica por meio de pequenas centrais hidroelétricas (“PCHs”)³ e usinas eólicas (“EOLs”), via regime de autorização por parte do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (art. 25, Lei 9.427/1996). Atualmente, o Grupo opera com 62 (sessenta e duas) outorgas de autorizações para a geração de energia elétrica perante a ANEEL, das quais 16 (dezesesseis) referem-se a PCHs e 46 (quarenta e seis) a usinas eólicas. O organograma simplificado das empresas reflete a forma coordenada de atuação das empresas do grupo:

¹ Fonte: <http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>, ano-base 2016.

² <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2018/03/brasil-renovavel-pais-e-destaque-mundial-em-respeito-ao-meio-ambiente>

³ As Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) são centrais geradoras de energia elétrica de matrizes hidráulicas que possuem reservatórios de até três quilômetros quadrados, e com potência instalada entre 1 MW e 30 MW. Como característica marcantes destas geradoras estão: (i) a produção de impactos ambientais significativamente baixos, pois não há a necessidade de alagamento de grandes áreas, o que preserva a fauna local, além de não haver a emissão de gases poluentes; e (ii) a capacidade de construção com menor vazão, que proporciona a descentralização da geração de eletricidade no Brasil. (Fonte: <https://abrapch.org.br/2014/03/17/o-que-sao-pchs-e-cghs/>)



2.2.2. A receita do Grupo Renova será exclusivamente derivada de quatro grandes grupos de projetos: dois que já são operacionais – ENERBRAS (via ESPRA) e CHIPLEY (via Brasil PCH) – e, quando desenvolvidos e implementados, também o ASIII Fase A e demais projetos em desenvolvimento (*Pipeline*).

2.2.3. O complexo Alto Sertão III, um dos principais projetos do Grupo Renova relativo à geração de energia elétrica de matrizes eólicas, subdivide-se nas fases A e B: a fase A (desenvolvida pelas sociedades componentes do ASIII Fase A) com 24 (vinte e quatro) EOLs em implantação e a fase B com 20 (vinte) EOLs em desenvolvimento avançado, todas organizadas na forma de SPEs. Quando finalizado, o ASIII Fase A prevê a geração de aproximadamente 400MW, ou seja, capacidade suficiente para abastecimento de energia a 420 mil casas durante um ano⁴. O ASIII Fase A é objeto de outro Plano consolidado no âmbito da presente Recuperação Judicial, ao passo que o ASIII Fase B integra o presente Plano.

2.2.4. A comercialização de energia elétrica do Grupo Renova, por sua vez, é feita por intermédio da sua subsidiária Renova Comercializadora, a qual está autorizada perante a ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica por meio do Despacho nº 537/2013, e que compõe os quadros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

⁴ O projeto, conforme noticiado pela Mídia, é altamente rentável. Tanto é assim que a AES Tietê, há cerca de dois anos, chegou a formalizar proposta de aquisição do projeto em seu atual estágio pelo valor de R\$ 1,6 bilhão de real. Nesse sentido: <https://www.valor.com.br/empresas/6012991/aes-tiete-oferece-r-16-bi-por-parque-eolico-da-renova>.

2.2.5. O Grupo Renova participa de leilões de energia de reserva ("LERs") no âmbito da CCEE, que resultam na realização de Contratos de Energia de Reserva ("CERs")⁵, em Ambiente de Contratação Regulado ("ACR")⁶.

2.2.6. Além disso, o Grupo Renova também produz e comercializa energia renovável por meio de PPAs⁷, de maneira independente, em Ambiente de Contratação Livre ("ACL")⁸.

2.2.7. Hoje, o Grupo Renova gera por meio de suas atividades mais de 1000 empregos diretos e indiretos.

2.3. Razões da crise.

2.3.1. Um dos mais importantes projetos do Grupo Renova atualmente é o denominado Projeto Alto Sertão, que envolve a geração de energia elétrica renovável de matrizes eólicas no interior do Estado da Bahia. O projeto foi originalmente dividido em três diferentes complexos eólicos (denominados Alto Sertão I, II e III), sendo que os dois primeiros complexos (Alto Sertão I e II) já foram vendidos.

2.3.2. Os esforços do Grupo Renova estão hoje focados em seu principal projeto, o ASIII Fase A, onde estão as EOLs que, quando operacionais, estarão dedicadas ao atendimento dos PPAs vigentes da Companhia no ACR (LER13, LER14) e ACL (Light I e Cemig I).

2.3.3. Ocorre que, por diversas dificuldades de caixa enfrentadas pelo Grupo Renova, e mesmo diante de sucessivos aportes e adiantamentos dos contratos de energia realizados por acionistas, ainda não foi possível concluir o ASIII Fase A, que se encontra, atualmente, 85% concluído, especialmente porque os recursos originalmente destinados à finalização do projeto acabaram sendo consumidos em grande maioria pelos juros e amortizações das dívidas.

⁵ A Energia de Reserva é aquela destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN), e é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, através de CERs. A Energia de Reserva atua de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). (Fonte: https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/energia_reserva?).

⁶ O ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-regulada-acr->)

⁷ Sigla de *Power Purchase Agreement*, nomenclatura usualmente utilizada ao redor do mundo para fazer referência a contratos de comercialização de energia elétrica renovável a longo prazo entre um desenvolvedor de energia elétrica renovável e um consumidor.

⁸ O ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-livre-acl->)

2.3.4. Nada obstante, diante da estimativa de capacidade de geração do ASIII Fase A, após concluído, e para viabilizar a obtenção de contratos de financiamento, o Grupo Renova havia celebrado PPAs que se mostravam adequados para a sua capacidade geradora.

2.3.5. Como consequência do atraso na conclusão do ASIII Fase A, as SPEs que compõem o referido projeto foram obrigadas a cumprir suas obrigações de fornecimento de energia elétrica por meio da compra no mercado *spot*⁹, honrando assim os compromissos assumidos em tais PPAs. Tal necessidade de compra de energia no mercado *spot* contribuiu definitivamente para o endividamento do Grupo Renova, ressaltando-se que, apenas no ano de 2018, a despesa com tal compra de energia somou R\$ 815 milhões de reais.

2.3.6. Tanto para propiciar a aquisição de energia no mercado *spot* quanto para financiar as tentativas de prosseguimento do ASIII Fase A, o Grupo Renova vinha se socorrendo de captação de recursos por meio de seus próprios acionistas, via antecipação de recursos futuros provenientes de tais PPAs do Mercado Livre. No entanto, apesar de ser o único meio de captação disponível por falta de capacidade de alavancagem e de obtenção de crédito junto ao mercado financeiro, o nível de recursos exigido tem sido proibitivamente alto, o que impede que o Grupo Renova e seus acionistas sigam adotando tal modalidade de financiamento.

2.3.7. Além disso, em 2018, o preço de venda da energia elétrica renovável de matriz eólica – principal ativo produzido pelo Grupo Renova – atingiu o seu menor patamar no Brasil¹⁰. Trata-se, aliás, de tendência mundial, capitaneada também por México, Índia, Marrocos, Estados Unidos da América e Canadá, e que representa um desafio adicional para todos os *players* do mercado de energia renovável.

2.3.8. Outra dificuldade enfrentada pelo Grupo Renova diz respeito a tentativas frustradas de alienação de seus ativos relevantes. Como é de conhecimento público¹¹, o Grupo Renova vem há mais de dois anos tentando negociar a venda de alguns de seus projetos mais relevantes, como as Fases A e B do projeto Alto Sertão III, tudo na tentativa de redimensionar suas operações e obter caixa que permita a reestruturação de seu capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável. No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, as negociações não vêm sendo bem-sucedidas.

2.3.9. O endividamento do Grupo Renova, sujeito à Recuperação Judicial soma cerca de R\$ 2,9 bilhões totais, sendo R\$ 20,0 milhões no âmbito trabalhista e R\$ 2,5 bilhões para bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequena

⁹ O termo “spot” é comumente utilizado para designar mercados de *commodities*, títulos ou câmbio onde as operações são realizadas à vista e as mercadorias são transferidas de forma imediata, em oposição a mercados nos quais as operações são feitas para pagamento ou liquidação futuras. (Fonte: <https://maisretorno.com/blog/termos/m/mercado-spot>)

¹⁰ Dados obtidos a partir da *Global Wind Energy Council* por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://gwec.net/what-forces-are-shaping-brazils-wind-power-sector/>

¹¹ <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,tres-grupos-disputam-complexo-eolico-da-renova-avaliado-em-r-700-milhoes,70002587980>

empresas. Deste total, R\$ 76 milhões correspondem a débitos *intercompany*, e expressivos R\$ 986 milhões a débitos com seus atuais acionistas. Cumpre esclarecer também que o endividamento extraconcursal do Grupo Renova é bastante significativo, aproximando-se de R\$ 360 milhões, dos quais R\$ 35 milhões no âmbito fiscal. A classificação destes créditos ainda está sob discussão e podem ser alteradas.

3. ATIVOS

3.1.1. O Grupo Renova, por meio de suas participações e subsidiárias, atua em três dos principais ramos da geração de energia: hidrelétrica, eólica e solar.

3.1.2. Por meio do projeto ESPRA, o Grupo Renova possui três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) operantes desde 2008 e que formam o Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, no extremo sul da Bahia. As três PCHs geram 41,8 MW. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.



3.1.3. O projeto Brasil PCH, empresa da qual o Grupo Renova detém 51% de participação, tem 13 PCHs (localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Minas Gerais) que, em conjunto, geram uma energia de 291,0 MW e 194 MW médios de energia assegurada. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.



3.1.4. O ASIII Fase A, objeto de plano de recuperação judicial apartado, conforme explicado no Capítulo 4 abaixo, atualmente em implementação e aproximadamente 85% concluído, apresentará 26 parques eólicos (155 turbinas) e 1 parque solar (19.200 PV Painéis Solares), localizados no Estado da Bahia, com capacidades de geração de 432,6 MW e 4,8 MWp, respectivamente. São 159 MW negociado no 05º LER de 2013, 43,2 MW negociado no 06º LER de 2014 e 231,3 MW negociados no Mercado Livre.



3.1.5. Além dos ativos acima, o Grupo Renova é pioneiro no desenvolvimento de projetos inovadores de energia renovável, principalmente eólica. Possui atualmente vários projetos em desenvolvimento (*pipeline*) com localização estratégica. O *pipeline* do Grupo Renova é composto por 17 (dezesete) projetos que totalizam 6.494,4 MW além do da fase B do projeto Alto Sertão III, com 408,0 MW, totalizando 6.902,0 MW em desenvolvimento. Dos projetos, destacam-se os projetos Mina de Ouro e o Alto Sertão III Fase B, que estão em estágio avançado de desenvolvimento.

PROJETO			AEROGERADOR		PROJETO	POTÊNCIA *
ID	Nome	UF	Marca / Modelo	Qtde	UF	MW
01	ARPOTI	PE/PB	Vestas 150-4.2MW	135	PE/PB	567,0
02	BARRA	BA	GE 158-4.8MW	136	BA	816,0
03	BELAMADRE	PE	Vestas 150-4.2MW	53	PE	222,6
04	BETANIA	PE/PI	GE 158-4.8MW	94	PE/PI	451,2
05	CACIMBAS	PB	GE 158-4.8MW	69	PB	331,2
06	CHAPECARI	RN	Vestas 150-4.2MW	88	RN	369,6
07	CROARANGA	CE	GE 158-4.8MW	64	CE	307,2
08	FACHEIRO II	RN	GE 158-4.8MW	115	RN	552,0
09	FACHEIRO III	RN	GE 158-4.8MW	53	RN	254,4
10	GRAUNA	BA	GE 158-4.8MW	138	BA	662,4
11	LABOCÓ	RN	GE 158-4.8MW	19	RN	91,2
12	MINA DE OURO EXPANSÃO	BA	GE 158-4.8MW	42	BA	201,6
13	MINA DE OURO FASE B	BA	GE 158-4.8MW	85	BA	408,0
14	MINA DE OURO PORTFÓLIO	BA	GE 158-4.8MW	75	BA	273,6
15	MULATO	BA	Vestas 150-4.2MW	100	BA	420,0
16	SANTAPAPE II	RN/PB	GE 158-4.8MW	45	RN/PB	216,0
17	SANTAPAPE IV	RN/PB	GE 158-4.8MW	62	RN/PB	297,6
18	TUPAMAMA	PE	GE 158-4.8MW	96	PE	460,8
Total				1.469		6.902,4

*Potência certificação AWS Mar/19 com atualização das potências dos Projetos 02 & 14 segundo estimativas da companhia

4. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL DAS SOCIEDADES QUE COMPÕEM O GRUPO RENOA. APRESENTAÇÃO DE DOIS PLANOS

4.1. Diante da intrincada interligação financeira e operacional entre as sociedades que compõem o grupo econômico, a reestruturação das Recuperandas ocorrerá mediante a consolidação substancial entre elas.

4.2. A consolidação substancial entre as Recuperandas, além de representar benefício jurídico aos Credores Concursais (na medida em que todas as Recuperandas passam a ser solidariamente responsáveis por todos os pagamentos), se apresenta como requisito indispensável para a preservação das atividades do Grupo Renova, com todos os benefícios sociais e econômicos que advirão desta preservação.

4.3. Nos autos da Recuperação Judicial, em razão da insurgência do credor BNDES contra a consolidação substancial de todo o Grupo Renova (pugnando pela segregação das sociedades do ASIII Fase A em razão de *project finance* com contrato de financiamento específico com o próprio BNDES), o Grupo Renova requereu ao Juízo da Recuperação a apresentação de dois planos distintos: um para as 26 (vinte e seis) empresas que compõem o ASIII Fase A e outro para as demais empresas do Grupo Renova, e a consequente realização das duas Assembleias Gerais de Credores para sua respectiva deliberação. Tal pedido foi deferido pelo Juízo da Recuperação às fls. 19.867/19.868 dos autos, tendo sido determinada a apresentação de dois planos distintos, a serem votados em duas AGCs segregadas.

4.4. Portanto, as sociedades que compõem o ASIII fase A e que foram objeto do contrato de financiamento com o BNDES são excluídas deste Plano e desta consolidação substancial, de modo que as sociedades que compõem o ASIII Fase A terão suas obrigações reestruturadas por meio de plano de recuperação judicial separado ("Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A"), conforme acima mencionado.

5. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

5.1. Objetivo do Plano de Recuperação Judicial. Este Plano, conjuntamente com o Plano de Recuperação Judicial do ASIII fase A, tem o objetivo de permitir ao Grupo Renova superar sua crise econômico-financeira, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos Credores, retomando fontes de recursos e formas viáveis de pagamento de seus Créditos.

5.2. Síntese das Medidas de Recuperação. O Plano prevê que as Recuperandas poderão utilizar os seguintes meios de recuperação: (i) reestruturação de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento dos Créditos Concurtais; (ii) reorganização societária e de ativos das Recuperandas, inclusive com eventual aumento ou redução de capital social; (iii) criação e alienação de UPIs com ativos e direitos das Recuperandas; (iv) obtenção de novos financiamentos, e (v) outras medidas previstas no artigo 50 da LFRJ que sejam previstas no Plano e que venham a ser aprovadas pela Assembleia de Credores.

5.3. Viabilidade Econômica do Plano. A viabilidade econômico-financeira do Plano foi atestada pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda., conforme laudo apresentado juntamente ao plano protocolado em 03 de novembro de 2020 e constante às fls. 20.327/20.369 dos autos da Recuperação Judicial.

5.4. Observância da Capacidade de Pagamento. O pagamento dos Créditos pela forma estabelecida no Plano observa a geração de caixa oriunda das operações das Recuperandas, bem como da alienação de ativos, e está em consonância com a sua capacidade de pagamento.

6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DE ATIVOS

6.1. Com o objetivo de permitir uma adequada implementação das medidas operacionais e financeiras previstas neste Plano, sobretudo com relação às propostas de pagamento, no melhor interesse dos Credores, as Recuperandas poderão adotar medidas de reorganização societária e de ativos, estando autorizadas, desde já, a realizar todas e/ou quaisquer das medidas de reorganização societária e de ativos previstas no **ANEXO 5**, desde que observadas todas as disposições legais aplicáveis e desde que tais operações não impliquem quaisquer violações de direitos e prerrogativas, contratuais ou legais, para os Credores.

6.1.1 Eventuais operações não integrantes do **ANEXO 5** poderão ser realizadas contanto que autorizadas pela Reunião de Credores com Garantia Real, desde que aprovadas por Credores com Garantia Real detentores de 80% (oitenta por cento) dos Créditos com Garantia Real.

6.1.1.1 Em qualquer caso, tais operações ocorrerão sempre em benefício dos Credores, sem trânsito de caixa para Partes Relacionadas ou qualquer outra circunstância que implique esvaziamento de garantias.

6.1.2 Alienação do Controle Societário. Caso ocorra a alteração de controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. sem a aprovação prévia de Credores com Garantia Real detentores de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos Créditos com Garantia Real, as obrigações atribuíveis às Recuperandas perante os Credores com Garantia Real nos termos deste Plano vencer-se-ão automaticamente de maneira antecipada, devendo o pagamento ocorrer em até 30 (trinta) dias, sem a necessidade de qualquer prévia notificação judicial ou extrajudicial, ou da tomada de qualquer outro tipo de medida por parte dos Credores com Garantia Real.

6.1.2.1 Para os fins de apreciação quanto à alteração de controle mencionada na Cláusula 6.1.2 acima, as Recuperandas deverão notificar os Credores com Garantia Real solicitando manifestação sobre a alteração de controle pretendida e fornecendo todas as informações necessárias para a compreensão da proposta apresentada. Os Credores com Garantia Real responderão a tal solicitação em até 90 (noventa) dias, não podendo, em hipótese alguma, a ausência de manifestação ser interpretada como aprovação.

6.1.2.2 Estão expressamente excluídos do escopo desta Cláusula e, portanto, não serão consideradas como hipóteses de alteração de controle nos termos da Cláusula 6.1.2: (i) a hipótese de desestatização da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG; bem como (ii) a eventual consolidação do controle da Renova Energia, direta ou indiretamente, sob a CEMIG.

6.1.2.3 As disposições previstas nas Cláusulas 6.1.2, 6.1.2.1 e 6.1.2.2 deixarão de ser aplicáveis a partir do momento em que cumpridos os 4 (quatro) Estágios da Obra previstos na Cláusula 9.2.2 do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A.

6.1.3 Para fins de votação em Reunião de Credores com Garantia Real, será considerado o valor constante na Lista de Credores, com as alterações porventura necessárias por força de decisões do Juízo da Recuperação Judicial.

6.1.3.1. Convocação. A convocação da Reunião de Credores com Garantia Real se dará por *e-mail* contendo descrição detalhada da ordem do dia, que poderá ser enviado por qualquer Credor com Garantia Real ou pelo Grupo Renova, devendo incluir todos os Credores com Garantia Real, ou qualquer outro meio, desde que evidenciada a ciência do respectivo Credor com Garantia Real, conforme o caso, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias antes da primeira convocação da Reunião de Credores com Garantia Real. O responsável pelo envio do *e-mail* de convocação deverá informar o Juízo da Recuperação Judicial mediante petição protocolada nos autos em até 48 (quarenta e oito) horas após o envio. Caso a Reunião de Credores com Garantia Real seja instalada com todos os Credores com Garantia Real presentes, fica dispensada a comprovação de convocação nos termos desta cláusula.

É facultada, mas não obrigatória, a participação de representantes do Grupo Renova nas Reuniões de Credores com Garantia Real.

6.1.3.2. Local e quórum de instalação. A Reunião de Credores com Garantia Real ocorrerá pela forma que melhor atender à conveniência dos Credores com Garantia Real, e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Credores com Garantia Real titulares de 100% (cem por cento) dos Créditos com Garantia Real, e, em 2ª (segunda) convocação, com a presença de Credores com Garantia Real titulares de 80% (oitenta por cento) dos Créditos com Garantia Real, computados pelo valor.

6.1.3.3. A deliberação tomada pela Reunião de Credores com Garantia Real deverá ser formalizada em ata, assinada por todos os presentes, e levada à homologação do Juízo da Recuperação.

6.1.4 Em quaisquer das hipóteses previstas nas Cláusulas 6.1 ou 6.1.3, caso a operação implique redução, renúncia, ou de qualquer forma afete alguma garantia constituída pelo Credor com Garantia Real, além do quórum qualificado previsto nas Cláusulas 6.1 e 6.1.3, também será necessária a anuência expressa e específica do respectivo Credor com Garantia Real cuja garantia foi afetada.

6.1.5 A emissão de debêntures privadas realizada pela Renova Energia em março de 2020 não poderá ser antecipadamente amortizada enquanto não ocorrer a alienação da UPI Brasil PCH ou a quitação dos Créditos Extraconcursais CITI, o que ocorrer primeiro.

7. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

7.1. Âmbito de aplicação do Plano. O Plano se aplica a todos os Créditos Concursais, independentemente da classe de credores em que os Créditos Concursais se enquadrem, e governa todas as relações entre as Recuperandas e os Credores Concursais, substituindo todos os contratos e outros instrumentos que deram origem ou que regem os Créditos Concursais, e permite, na parte em que são ou podem ser afetados, a adesão de certos Credores Extraconcursais, mantidas, contudo, todas as garantias concedidas aos Credores Concursais em sua forma originalmente prevista, inclusive no que diz respeito a garantias fiduciárias tidas como ilíquidas, exceto na hipótese de anuência do respectivo Credor.

7.2. Reestruturação dos Créditos Concursais. O Plano, observado o disposto no art. 61 da LFRJ, assim que homologado, implica imediata novação de todos os Créditos Concursais, que serão pagos pelas Recuperandas exclusivamente nos prazos e formas estabelecidos no Plano. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, juros de mora, bem como quaisquer outras obrigações que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis com relação aos Créditos Concursais, mantidas, contudo, todas as garantias concedidas aos Credores Concursais em sua

forma originalmente prevista, inclusive no que diz respeito a garantias fiduciárias tidas como ilíquidas, exceto na hipótese de anuência do respectivo Credor.

7.3. Classificação dos Créditos Concursais. Os Credores Concursais estão divididos, nos termos do art. 41 da LFRJ, entre as classes de credores indicadas a seguir. O pagamento dos Credores Concursais em cada classe de credores seguirá o disposto neste Plano.

7.3.1. Forma de Pagamento. Os valores devidos aos Credores Concursais nos termos deste Plano serão pagos por meio da transferência direta de recursos, mediante documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou outro meio equivalente, à conta bancária do respectivo Credor que consta atualmente dos registros internos das Recuperandas, contanto que o valor da transferência seja superior a R\$ 10,00 (dez reais). Caso as Recuperandas não possuam tais dados bancários ou caso o Credor precise atualizá-los, ou caso queira receber os pagamentos previstos neste Plano em conta bancária de terceiros, o Credor deverá enviar tais dados exclusivamente por e-mail às Recuperandas, em até 30 (trinta) dias contados da Data de Homologação, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 16.12. Os eventuais pagamentos que não forem realizados ou que forem realizados de forma incorreta ou tardia em razão da falta de informação dos dados referentes às contas bancárias pelos Credores no prazo e na forma prevista nesta Cláusula não serão considerados descumprimento ao Plano, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio das quantias aqui previstas.

7.4. Duplicidade nas listas de credores das Recuperandas e do ASIII Fase A. Na hipótese de um mesmo Credor figurar na Lista de Credores das Recuperandas e na Lista de Credores do ASIII Fase A em razão de um mesmo crédito decorrente de dívida principal e de coobrigação (solidária ou não), incluindo a prestação de avais, fianças e/ou garantias reais ou pessoais de qualquer natureza, tal Credor deverá receber seus Créditos Concursais exclusivamente nos termos do plano de recuperação judicial de seu devedor originário e principal, fazendo jus ao recebimento de pagamentos por parte de seu credor coobrigado apenas na hipótese de inadimplemento do Plano por parte de seu devedor originário e principal, salvo quando previsto de forma diversa neste Plano ou no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, como nos casos de alienação de UPIs. Em qualquer hipótese, serão mantidas e preservadas as garantias que o Credor possuir contra o devedor originário e principal, bem como contra os demais coobrigados.

7.4.1. Para fins de clareza, será considerado devedor originário e principal aquele que obteve o benefício da prestação de serviço ou do fornecimento, ou seja, cuja nota fiscal do fornecimento ou prestação de serviço lastreadora do crédito tenha sido emitida pelo credor contra ele, ou, no caso de operações financeiras, aquele que for qualificado como credor principal nos respectivos instrumentos de contratação da dívida.

7.4.2. Na eventualidade de não ser possível identificar o devedor principal nos termos acima, o Crédito será pago no âmbito do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, e de acordo com as condições da classe que vier a integrar, ficando afastada a possibilidade de recebimentos simultâneos no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A e neste Plano em razão de um mesmo Crédito.

7.5. Início dos prazos para pagamento. Salvo se houver disposição legal ou previsão contrária no Plano, os prazos previstos para pagamento dos Créditos Concurais, bem como eventuais períodos de carência previstos no Plano, somente terão início a partir da Data de Homologação.

7.6. Data do pagamento. Os pagamentos dos Créditos Concurais serão realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos previstos no Plano. Salvo se houver previsão em contrário no Plano, os pagamentos devidos em um determinado mês deverão se realizar no dia 28 do referido mês. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação previstos no Plano cair em um dia que não seja um Dia Útil, sua data de vencimento será prorrogada para o Dia Útil seguinte.

7.7. Compensação. Excetuadas as Partes Relacionadas, cujos Créditos são subordinados ao pagamento dos demais Créditos Concurais e não poderão ser objeto de compensação, os pagamentos devidos aos demais Credores Concurais em função do Plano, quando se tornarem exigíveis, poderão ser compensados com outros créditos eventualmente devidos às Recuperandas pelo respectivo Credor Concursal, devendo tal compensação respeitar os demais requisitos legais para tanto. Para que não restem dúvidas, a compensação acima prevista não se aplica a créditos detidos pelas Recuperandas em face de Partes Relacionadas, que deverão ser pagos nos termos previstos nos respectivos instrumentos, sem compensação com Créditos detidos pelas Partes Relacionadas em face das Recuperandas, cuja liquidação é subordinada, nos termos da cláusula 8.9.

7.8. Antecipação de pagamentos. Além das hipóteses específicas previstas no Plano, após a conclusão das obras do projeto ASIII Fase A, equivalente à conclusão do Estágio 4 conforme descrito no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, as Recuperandas poderão antecipar pro rata o pagamento de quaisquer Créditos Concurais, com abatimento proporcional dos juros e encargos incidentes nos termos do Plano, desde que tais antecipações de pagamento sejam oferecidas em igualdade de condições a todos os Credores Concurais.

7.9. Ausência do quadro geral de credores. Os Créditos Concurais que sejam reconhecidos ou tornados líquidos por decisão judicial ou arbitral posterior à Data do Pedido ou à Data de Homologação serão pagos exclusivamente nos termos do Plano. Sem prejuízo de as Recuperandas envidarem seus melhores esforços para habilitação de tais créditos, caberá aos Credores Concurais tomar todas as medidas necessárias para a devida inclusão do seu Crédito Concursal na Lista de Credores, conforme previsto na LFRJ. Os pagamentos que não forem realizados ou forem realizados tardiamente em razão de os Credores não terem realizado a inclusão do seu Crédito Concursal na Lista de Credores não serão considerados como descumprimento do Plano, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio.

7.9.1. Os Créditos Trabalhistas que não constarem da Lista de Credores passarão a ser pagos nos termos do Plano tão logo sejam reconhecidos e liquidados por decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça do Trabalho, não ficando o seu pagamento sujeito à prévia habilitação na Lista de Credores. Nesta hipótese, as Recuperandas informarão a existência de tais Créditos Trabalhistas diretamente ao Administrador Judicial, a fim de que ele fiscalize a realização dos pagamentos e o cumprimento do Plano.

7.10. Alterações da Lista de Credores até a consolidação do quadro geral de credores. As alterações da Lista de Credores que resultem na inclusão, majoração ou reclassificação de Créditos Concurais, inclusive decorrentes do julgamento de processos judiciais ou arbitrais em curso, serão regidas pelas disposições constantes das Cláusulas abaixo.

7.10.1. Inclusão, Majoração ou Liquidação de novos Créditos Concurais. Na hipótese de inclusão, majoração ou liquidação de novos Créditos Concurais, constantes ou não da Lista de Credores, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de acordo entre as partes homologado judicialmente, estes serão pagos na forma prevista no Plano. Os prazos de carência e de pagamento dos Créditos Concurais que vierem a ser incluídos ou majorados somente começarão a contar a partir da data em que forem reconhecidos pelo Juízo da Recuperação e incluídos na Lista de Credores, ou, se a Recuperação Judicial já estiver encerrada, a partir do momento em que se tornarem líquidos, e, em qualquer hipótese, seus titulares não terão direito aos pagamentos que já tiverem sido realizados em data anterior aos credores de mesma classe.

7.10.1.1. Os Créditos Trabalhistas que forem objeto de majoração ou liquidação passarão a ser pagos nos termos do Plano tão logo sejam reconhecidos e liquidados por decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça do Trabalho, não ficando o seu pagamento sujeito à prévia habilitação na Lista de Credores. Nesta hipótese, as Recuperandas informarão a majoração e/ou liquidação de tais Créditos Trabalhistas diretamente ao Administrador Judicial, a fim de que ele fiscalize a realização dos pagamentos e o cumprimento do Plano.

7.10.2. Reclassificação de Créditos Concurais. Na hipótese da reclassificação, total ou parcial, de Créditos Concurais constantes da Lista de Credores após o início dos pagamentos previstos no Plano, inclusive no âmbito de impugnação de crédito, o Credor cujo Crédito Concural tenha sido reclassificado não fará jus aos pagamentos e às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior à sua reclassificação, e continuará a receber o saldo do seu Crédito Concural na forma prevista pelo Plano para a classe de credores à qual foi reclassificado.

7.10.2.1. Os Créditos Concurais que forem reclassificados para Créditos Trabalhistas passarão a ser pagos nos termos do Plano tão logo sejam reconhecidos e liquidados por decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça do Trabalho, não ficando o seu pagamento sujeito à prévia habilitação na Lista de Credores. Nesta hipótese, as Recuperandas informarão a reclassificação de tais Créditos Trabalhistas diretamente ao Administrador Judicial, a fim de que ele fiscalize a realização dos pagamentos e o cumprimento do Plano.

7.11. Consequências da mora. O descumprimento de qualquer obrigação financeira prevista no presente Plano importará na incidência de juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die*, sem prejuízo da possibilidade de pedido de conversão da Recuperação Judicial em falência enquanto não encerrada a Recuperação Judicial.

8. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

8.1. O pagamento dos Créditos Concurrais será realizado a partir da Data de Homologação, com base na Lista de Credores, a ser ajustada conforme houver julgamento de impugnações ou habilitações de crédito pelo Juízo da Recuperação, e será realizado na forma das Cláusulas abaixo.

8.2. Credores Trabalhistas – Classe I

8.2.1. O pagamento dos Créditos Trabalhistas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.2.1.1. Pagamento inicial 1. As Recuperandas pagarão em até 30 (trinta) dias da Data de Homologação os Créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à Data do Pedido, limitado ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos vigentes na Data do Pedido, conforme previsto no artigo 54, parágrafo único, da LFRJ.

8.2.1.2. Pagamento inicial 2. As Recuperandas pagarão, em parcela única a ser paga em até 60 (sessenta) dias da Data de Homologação, o valor adicional de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada Credor Trabalhista, limitado ao valor do respectivo Crédito Trabalhista após o pagamento descrito na Cláusula 8.2.1.1. acima.

8.2.1.3. Saldo remanescente. O pagamento do saldo remanescente dos Créditos Trabalhistas, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma das Cláusulas 8.2.1.1 e 8.2.1.2 acima, será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:

8.2.1.3.1. Opção A. pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 12 (doze) meses nos termos do artigo 54 da LFRJ, reajustado por taxa equivalente a 0,5% (meio por cento) ao ano acrescida da variação da TR desde a Data de Homologação.

8.2.1.3.2. Opção B. pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 18 (dezoito) meses após um período de carência de 6 (seis) meses da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

8.2.1.3.3. Forma de escolha da opção. O exercício da opção de pagamento se dará em até 120 (cento e vinte) dias contados da Homologação Judicial do Plano, mediante o preenchimento e envio ao Grupo Renova do formulário contido no **ANEXO 1** do Plano, que deverá ser preenchido, assinado e enviado em via digitalizada exclusivamente por e-mail ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 16.12 do Plano.

8.2.1.3.3.1. Os Credores Trabalhistas que não realizarem a Opção de Pagamento no prazo estabelecido na Cláusula 8.2.1.3.3 serão automaticamente enquadrados na Opção A.

8.3. Credores com Garantia Real – Classe II

8.3.1. O pagamento dos Créditos com Garantia Real observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.3.1.1. Juros e Correção Monetária:

8.3.1.1.1. Taxa: O valor dos Créditos com Garantia Real será remunerado pelo equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI a partir da Data do Pedido.

8.3.1.1.2. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação, as Recuperandas farão o pagamento semestral do valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser distribuído de forma *pro rata* entre os Credores com Garantia Real na proporção dos seus respectivos Créditos, iniciando-se a partir de 6 (seis) meses após a Data de Homologação.

8.3.1.1.3. Entre a Data do Pedido e a Data de Homologação, e durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação, eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

8.3.1.2. Principal:

8.3.1.2.1. Carência de Principal: 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação.

8.3.1.2.2. Amortização: o principal será pago em 18 (dezoito) parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%

Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	5%	5%
Ano 9	5%	5%
Ano 10	5%	16%
Ano 11	16%	18%

8.3.1.2.3. Evento de liquidez em caso de venda da UPI ASIII Fase A. A alienação da UPI ASIII Fase A no âmbito deste Plano acarretará o vencimento antecipado dos Créditos com Garantia Real, e os recursos recebidos pelas Recuperandas deverão, no ato do seu recebimento, ser utilizados para a liquidação integral dos Credores com Garantia Real.

8.3.1.2.3.1. Na medida em que a Renova Energia figura como fiadora sem benefício de ordem dos Créditos com Garantia Real, que têm como devedora principal a Diamantina (sociedade integrante do ASIII Fase A), a Renova Energia realizará o pagamento diretamente aos Credores com Garantia Real, e se subrogará nos respectivos créditos perante a Diamantina, os quais deverão ser necessariamente convertidos em capital social, cujas novas ações deverão ser cedidas ao adquirente da UPI ASIII Fase A, sem a cobrança de qualquer valor adicional ao pagamento do preço de alienação.

8.3.1.2.3.2. Nessa hipótese, os respectivos Credores com Garantia Real concederão a mais ampla, geral e irrestrita quitação tanto às Sociedades Consolidadas quanto às sociedades que compõem o ASIII Fase A em relação aos Créditos com Garantia Real.

8.3.1.2.4. Reestruturação de eventual saldo. Na hipótese de venda da UPI Diamantina no âmbito do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, caso os Recursos Líquidos obtidos não sejam suficientes para a quitação integral dos Créditos com Garantia Real, eventual saldo não quitado permanecerá devido pelas Recuperandas, e será pago em parcela única, remunerada pelo equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI a partir da Data do Pedido, com data de vencimento na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos da Cláusula 8.3.1.2.2 acima.

8.3.1.2.4.1. Nesta hipótese, os Credores com Garantia Real e os Credores Extraconcursais Aderentes continuarão fazendo jus à antecipação do pagamento do saldo por meio do recebimento de recursos oriundos de alienação de ativos prevista neste Plano, a exemplo da alienação de UPIs.

8.3.2. Preferência de pagamento pelos devedores principais. Com exceção do pagamento dos Créditos com Garantia Real na forma prevista pelas Cláusulas 8.3.1.2.3 e 8.3.1.2.4 e demais hipóteses previstas neste Plano, tratando-se de Créditos com Garantia Real de ASIII Fase A derivados de operações nas quais nenhuma das Recuperandas figure como devedora principal (por exemplo, em razão de aval ou fiança), o respectivo Credor com Garantia Real apenas fará jus a receber qualquer pagamento por parte das Recuperandas nos termos deste Plano na hipótese de restarem inadimplidas as obrigações por parte do devedor principal.

8.4. Credores Quirografários – Classe III

8.4.1. O pagamento dos Créditos Quirografários que não sejam detidos por Partes Relacionadas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.4.1.1. Pagamentos iniciais. O montante de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago a cada Credor Quirografário, limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário, sendo R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 90 (noventa) dias a contar da Data de Homologação e mais R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Homologação, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma da Cláusula 8.4.1.1 acima, será pago nos seguintes termos:

8.4.1.2.1. Juros e Correção Monetária:

8.4.1.2.1.1. Taxa: O valor dos Créditos Quirografários será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acrescido da variação da TR, a partir da Data do Pedido.

8.4.1.2.1.2. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação, as Recuperandas farão o pagamento semestral do valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser distribuído de forma *pro rata* entre os Credores Quirografários na proporção dos seus respectivos Créditos, iniciando-se a partir de 6 (seis) meses após a Data de Homologação.

8.4.1.2.1.3. Entre a Data do Pedido e a Data de Homologação, e durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de

Homologação, eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

8.4.1.2.2. Principal:

8.4.1.2.2.1. Carência de Principal: 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação.

8.4.1.2.2.2. Amortização: o principal será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	2,50%	2,50%
Ano 9	2,50%	5,00%
Ano 10	5,00%	5,00%
Ano 11	5,00%	5,00%
Ano 12	5,00%	5,00%
Ano 13	5,00%	5,00%
Ano 14	10,00%	12,50%

8.4.1.3. Na hipótese de venda da UPI Diamantina no âmbito do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A sem que os Créditos ASIII Fase A Quirografários sejam completamente quitados, as Recuperandas assumirão integralmente a dívida relativa aos Créditos ASIII Fase A Quirografários remanescentes, os quais passarão a ser considerados Créditos Quirografários para os fins deste Plano e continuarão a ser pagos no fluxo previsto acima.

8.4.1.3.1. Nessa hipótese, caso os Créditos com Garantia Real também não tenham sido completamente quitados e tenha restado um saldo consolidado de Créditos com Garantia Real de no mínimo R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) a ser reestruturado nos termos da Cláusula 8.3.1.2.4, 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente dos Créditos ASIII Fase A Quirografários também serão reestruturados de forma similar, e serão pagos em parcela única, remunerada pelo equivalente a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acrescido da variação da TR a partir da Data do Pedido, com data de vencimento na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos da Cláusula 8.4.1.2.2.2.

8.4.1.3.1.1. Os 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescentes dos Créditos ASIII Fase A Quirografários que não forem reestruturados nos termos da Cláusula 8.4.1.3.1 continuarão sendo pagos regularmente nos termos do fluxo previsto na Cláusula 8.4.1.2.2.2.

8.5. Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV

8.5.1. O pagamento dos Créditos de Micro e Pequenas Empresas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.5.1.1. Pagamento inicial. O montante de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) será pago a cada Credor Micro e Pequenas Empresa, limitado ao valor do respectivo Crédito de Micro e Pequena Empresa, em parcela única, em até 90 (noventa) dias a contar da Data de Homologação.

8.5.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzido o pagamento já realizados na forma da Cláusula 8.5.1.1, será pago em até 12 (doze) meses contados da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

8.6. Credores Essenciais Fundiários:

8.6.1. O pagamento dos Credores Essenciais Fundiários observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.6.1.1. Pagamentos iniciais. O montante de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago a cada Credor Essencial Fundiário, limitado ao valor do respectivo Crédito Essencial Fundiário, sendo R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 90 (noventa) dias a contar

da Data de Homologação e mais R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Homologação, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.6.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma da Cláusula 8.6.1.1 acima, será pago nos seguintes termos:

8.6.1.2.1. Juros e Correção Monetária:

8.6.1.2.1.1. Carência de Juros: 3 (três) meses a contar da Data de Homologação, com juros capitalizados anualmente ao principal durante o período.

8.6.1.2.1.2. Taxa: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano), acrescida da variação da TR.

8.6.1.2.1.3. Pagamentos de Juros: Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros.

8.6.1.2.2. Principal:

8.6.1.2.2.1. Carência de Principal: 3 (três) meses a contar da Data de Homologação.

8.6.1.2.2.2. Amortização: o principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

8.6.2. A fim de se qualificarem como Credores Essenciais Fundiários, os Credores Quirografários detentores de contratos de arrendamento poderão desistir ou extinguir eventuais litígios que tenham instaurado contra as Recuperandas.

8.6.3. Na hipótese de rescisão unilateral do respectivo contrato de arrendamento, ou se por qualquer hipótese o Credor deixar de ser considerado Credor Essencial Fundiário, seus Créditos passarão a ser pagos de imediato nos termos gerais estabelecidos para os Credores Quirografários, na forma da Cláusula 8.4.

8.7. Credores Seguradoras Parceiras

8.7.1. Os Credores Seguradoras Parceiras receberão o pagamento integral dos seus Créditos Concursais, conforme indicado na Lista de Credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da Recuperação Judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

8.7.1.1. Na hipótese de rescisão unilateral do respectivo contrato de seguro, ou se por qualquer hipótese o Credor deixar de ser considerado Credor Seguradora Parceira, seus Créditos passarão a ser pagos de imediato nos termos gerais estabelecidos para os Credores Quirografários, na forma da Cláusula 8.4.

8.8. Credores Extraconcursais Aderentes

8.8.1. Os seguintes Credores Extraconcursais, conforme o caso, poderão, a seu critério, receber seus Créditos Extraconcursais dentro do âmbito do Plano, ocasião em que serão pagos conforme as condições descritas nas Cláusulas abaixo.

8.8.1.1. **BTG.** O pagamento dos Créditos Extraconcursais BTG, caso o BTG opte por aderir ao Plano, observará o disposto nas cláusulas abaixo:

8.8.1.1.1. Juros e Correção Monetária:

8.8.1.1.1.1. Taxa: 100% (cem por cento) da variação do CDI.

8.8.1.1.1.2. Pagamentos de Juros: Os juros sobre o saldo devedor serão pagos com 100% (cem por cento) dos dividendos referentes aos exercícios de 2021 (inclusive) em diante, declarados e recebidos da Enerbrás pela Renova.

8.8.1.1.1.3. Caso o montante de dividendos recebidos seja superior aos juros incorridos no período, o excedente de caixa será utilizado para a amortização do saldo da dívida.

8.8.1.1.1.4. Caso o montante de dividendos recebidos seja inferior aos juros incorridos no período, o montante de juros não pagos será capitalizado ao saldo da dívida.

8.8.1.1.2. Principal:

8.8.1.1.2.1. Carência de Principal: não há.

8.8.1.1.2.2. Amortização: o principal será pago com base nos dividendos recebidos da Enerbrás, com o montante que exceder os juros incorridos no período.

8.8.1.1.2.3. Quitação: no caso de alienação da UPI Enerbrás, 100% (cem por cento) dos recursos da alienação serão prioritariamente destinados à quitação do saldo dos Créditos Extraconcursais BTG, ocasião em que serão deduzidos quaisquer pagamentos que a Renova eventualmente tenha realizado para o BTG a título de amortização do principal dos Créditos Extraconcursais BTG entre a Data de

Homologação e a data em que a UPI Enerbrás tiver sido arrematada no Procedimento Competitivo.

8.8.1.2. **CITI.** O pagamento dos Créditos Extraconcursais CITI, caso o CITI opte por aderir ao Plano, observará o disposto nas cláusulas abaixo:

8.8.1.2.1. Juros e Correção Monetária: 100% (cem por cento) da variação do CDI.

8.8.1.2.2. Pagamentos de Juros e Principal: O principal e os juros incidentes sobre o saldo devedor serão pagos com os seguintes recursos:

8.8.1.2.2.1. 45% (quarenta e cinco por cento) de todas as parcelas dos Recursos Líquidos decorrentes do pagamento do preço de venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento e da UPI ASIII Fase B serão destinados ao pagamento dos Créditos Extraconcursais CITI, até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), o que deverá ocorrer em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação, sob pena de descumprimento do Plano.

8.8.1.2.2.2. Após atingido o limite de pagamentos previsto acima, os percentuais sobre as parcelas seguintes serão reduzidos para 20% (vinte por cento) dos recursos decorrentes do pagamento do preço de venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento e da UPI ASIII Fase B, os quais serão diretamente destinados à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI ou dos Créditos derivados do Empréstimo DIP CITI, até a sua integral quitação;

8.8.1.2.2.3. Caso a UPI Brasil PCH não seja vendida até Junho de 2021, o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) a ser pago com recursos oriundos da venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento conforme previsto na Cláusula 8.8.1.2.2.1 será acrescido do montante em valor equivalente a 35,28% (trinta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova - ainda que não declarados, retidos, ou de qualquer maneira não pagos pela Chipley à Renova, os quais por sua vez teriam como referência os dividendos que a Chipley vier a receber da Brasil PCH referente ao 1º semestre do exercício de 2021 e seguintes, deduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, até o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), apurados na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

8.8.1.2.2.4. Adicionalmente, no caso de alienação da UPI Brasil PCH, o valor de R\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais) deverá ser destinado à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI, nos termos

da Cláusula 10.1 e seguintes, bem como deverão ser observadas as disposições da Cláusula 10.1.3 no que diz respeito ao pagamento do saldo dos Créditos Extraconcursais CITI e ao Empréstimo DIP CITI. Os valores pagos pela alienação da UPI Brasil PCH não poderão ser considerados para atingir os limites previstos nas Cláusulas 8.8.1.2.2.2 e 8.8.1.2.2.3.

8.8.1.2.2.5. Na hipótese de a alienação da UPI Brasil PCH ocorrer por valor superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), 10% (dez por cento) dos Recursos Líquidos decorrentes do montante da venda que exceder o valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão destinados à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI, desde que observado o disposto nas Cláusulas 10.1.2 e 10.1.3, e respeitada a destinação dos recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH ao pagamento dos Créditos referidos na Cláusula 10.1.

8.8.1.2.2.6. Garantia Fiduciária. Sem que isso importe em renúncia e/ou liberação da Garantia Fiduciária CITI, o CITI concorda com a suspensão temporária das obrigações de não retenção e não endividamento constantes na Cédula de Crédito Bancário que corporifica os Créditos Extraconcursais CITI, nos termos do **ANEXO 3.**

8.9. Credores Partes Relacionadas

8.9.1. Partes relacionadas. Serão pagos conforme as condições descritas nas Cláusulas abaixo:

8.9.1.1. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2, os Credores Partes Relacionadas poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, e independentemente de qual Recuperanda seja sua devedora original, parte ou a integralidade de seus Créditos Concursais ou Créditos Extraconcursais em capital social da Renova Energia.

8.9.1.1.1. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos Créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Renova Energia na B3 apurado nos 30 (trinta) dias anteriores à Data do Pedido.

8.9.1.1.2. Até que ocorra a conversão dos Créditos em capital social, os Créditos detidos por Credores Partes Relacionadas serão corrigidos pela incidência de juros e correção monetária em taxa equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI, a partir da Data de Homologação.

8.9.1.2. Decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação, não haverá mais possibilidade de conversões em capital da Renova

Energia e eventuais saldos de Créditos Concurais detidos por Credores Partes Relacionadas serão pagos por meio da emissão de debêntures, emitidas pela Renova Energia e não conversíveis em capital social ("Debêntures Partes Relacionadas").

8.9.1.2.1. As Debêntures Partes Relacionadas terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concurais e Extraconcurais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais Credores Concurais.

8.9.1.2.2. As Debêntures Partes Relacionadas serão remuneradas pela incidência de juros e correção monetária em taxa equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI, desde a Data de Homologação.

8.9.1.3. CEMIG. A Credora Parte Relacionada CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada de suas Debêntures Partes Relacionadas, fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos Recursos Líquidos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento.

8.9.1.3.1. A Credora Parte Relacionada CEMIG também poderá vir a fazer jus ao recebimento de 100% (cem por cento) dos Recursos Líquidos obtidos com a venda da UPI ASIII Fase A que excederem o valor mínimo previsto na Cláusula 9.8.3, caso a CEMIG venha a ser detentora de garantia fiduciária decorrentes do sobejo da alienação da UPI ASIII Fase A em substituição à sua garantia fiduciária relacionada à parcela dos dividendos da Chipley.

8.9.1.3.2. A Credora Parte Relacionada CEMIG poderá optar por não receber Debêntures Partes Relacionadas e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívida.

8.9.1.3.3. Garantia Fiduciária. Sem que isso importe em qualquer renúncia à sua garantia, a CEMIG, nos termos do **ANEXO 7**, concordou com a suspensão da eficácia da Garantia Fiduciária Chipley-CEMIG, autorizando-se (a) que o percentual de 30% (trinta por cento) que lhe caberia dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Renova decorrentes das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Chipley sejam utilizados para fins de pagamento de eventual Empréstimo Ponte DIP a ser contraído pelas Recuperandas prioritariamente para a finalização do Projeto Alto Sertão III Fase A; e/ou então (b) que haja o endividamento da Chipley para o específico fim de pagamento de eventual Empréstimo Ponte DIP.

9. CRIAÇÃO E ALIENAÇÃO DE UPIS

9.1. Criação e Alienação de UPIs. Com exceção das UPIs Enerbrás, Brasil PCH e ASIII Fase B, cujas constituições e alienações são obrigatórias, e observado o disposto nas Cláusulas 9.4 e seguintes, relativas às UPIs Projetos em Desenvolvimento, as Recuperandas poderão constituir e alienar, total ou parcialmente, uma ou mais de suas UPIs, descritas nas Cláusulas a seguir, por meio de Procedimento Competitivo, nos termos dos artigos 60 e 142 da LFRJ, conforme condições gerais estipuladas nas sub-cláusulas abaixo e condições específicas previstas nas Cláusulas 9.2 a 9.8 abaixo:

9.1.1. Inexistência de sucessão de dívidas. As UPIs alienadas nos termos deste Plano estarão livres de quaisquer ônus e os seus respectivos adquirentes não responderão por nenhuma dívida ou contingência das Recuperandas, incluindo, mas não se limitando, as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e decorrentes da legislação anticorrupção, nos termos dos art. 60 e 141 da LFRJ, salvo se expressamente previsto de forma distinta no respectivo Edital UPI em relação aos Créditos regidos pelo presente Plano.

9.1.2. Procedimento de alienação de UPIs. Quaisquer alienações de UPIs realizadas por meio de Procedimento Competitivo, nos termos do art. 142 da LFRJ, serão realizadas em favor do Proponente que ofertar as melhores condições para o cumprimento do Plano, respeitado o disposto nas previsões específicas deste Plano e nos respectivos editais, inclusive os direitos de eventuais primeiros proponentes assegurados em relação a certas UPIs específicas, e os termos da LFRJ, além da devida prestação de contas pelas Recuperandas ao Juízo da Recuperação e ao Administrador Judicial.

9.1.3. Propostas Fechadas: O Procedimento Competitivo para alienação de UPIs será realizado em certame judicial, mediante apresentação de propostas fechadas ("Propostas Fechadas"), observados os procedimentos e regras específicas de cada uma das UPIs, incluindo a necessidade de observação dos procedimentos para respeitar e dar cumprimento a eventual proposta de Primeiro Proponente e eventuais direitos atribuídos a ele a título de *stalking horse*, nos termos do artigo 142, inciso II, da LFRJ, conforme será estabelecido no edital correspondente, o qual a Renova fará publicar nos prazos indicados neste Plano ("Edital UPI"). O Edital UPI estabelecerá, dentre outras questões referentes ao processo de alienação da UPI, (a) as condições mínimas de aquisição, e (b) os requisitos para participação no Procedimento Competitivo para aquisição da UPI, sempre observados os direitos do Primeiro Proponente.

9.1.4. Data Room: Os interessados na aquisição da UPI poderão, mediante assinatura de acordo de confidencialidade cuja minuta será disponibilizada pelas Recuperandas e desde que atendidos os critérios de qualificação estabelecidos na Cláusula 9.1.6 abaixo, requerer, a qualquer tempo até a finalização da fase de qualificação prevista na Cláusula 9.1.6 abaixo, acesso aos documentos e às informações disponibilizadas no *data room* organizado previamente pelas Recuperandas, com a finalidade de permitir, dentre outros aspectos, a precificação das Propostas Fechadas, as quais deverão seguir as condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável, estabelecidas neste Plano e no Edital UPI. O *data room* será formado pela mesma documentação disponibilizada a todos os investidores interessados.

9.1.5. Participação no Procedimento Competitivo: No prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a publicação do Edital UPI, eventuais interessados em participar do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI deverão manifestar seu interesse por meio (a) do envio de notificação às Recuperandas, com cópia ao Administrador Judicial, conforme modelo a ser disponibilizado pelas Recuperandas ("Notificação de Interesse – UPI"), e (b) da apresentação de manifestação nos autos da Recuperação Judicial, conforme modelo a ser disponibilizado pelas Recuperandas, informando a sua intenção de apresentar uma Proposta Fechada para aquisição da UPI ("Petição de Interesse – UPI" e, em conjunto com a Notificação de Interesse – UPI, "Documentos de Interesse – UPI"). O envio e apresentação dos documentos, conforme itens (a) e (b) desta cláusula, são dispensados ao Primeiro Proponente.

9.1.6. Qualificação: O interessado na aquisição da UPI deverá apresentar, juntamente com a Notificação de Interesse – UPI, (a) demonstrações financeiras que evidenciem posição patrimonial condizente com a aquisição da UPI pretendida; e (b) uma carta fiança emitida por instituição financeira de primeira linha em valor equivalente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor mínimo de aquisição da UPI constante no Edital UPI (em conjunto, "Requisitos de Qualificação – UPI"), a qual será convertida em multa e chamada a pagamento na hipótese de inadimplemento do preço de aquisição da UPI nos termos da Proposta Vencedora UPI. O envio e apresentação dos documentos, conforme itens (a) e (b) desta cláusula, são dispensados ao Primeiro Proponente. O Administrador Judicial analisará se as Notificações de Interesse – UPI apresentadas pelos interessados estão em conformidade com os Requisitos de Qualificação – UPI, apresentando petição nos autos da Recuperação Judicial, em até 5 (cinco) dias corridos contados do término do prazo previsto na Cláusula 9.1.5 acima, com a indicação dos nomes dos interessados que estarão habilitados a apresentar Propostas Fechadas para Aquisição da UPI. A ausência de envio de qualquer um dos Documentos de Interesse – UPI na forma e prazo previsto na Cláusula 9.1.5 acima ou o não atendimento ao Requisitos de Qualificação – UPI, com base na análise conduzida pelo Administrador Judicial, fará com que o respectivo interessado esteja automaticamente desqualificado do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI.

9.1.7. Apresentação das Propostas Fechadas: No Dia Útil imediata subsequente ao final do prazo referido na Cláusula 9.1.6 acima, será iniciado o prazo de 5 (cinco) dias corridos para que os interessados apresentem, ao Administrador Judicial, Propostas Fechadas para aquisição da UPI, de acordo com as condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável. Em especial, as Propostas Fechadas deverão obrigatoriamente ser elaboradas e submetidas na forma do formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas. O Proponente que apresentar Propostas Fechada de maneira distinta da prevista nesta Cláusula, seja por (a) não utilizar o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas ou alterar qualquer de seus termos; (b) desrespeitar o prazo previsto nesta Cláusula, ou (c) descumprir qualquer das condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável, não será considerado para fins do Procedimento Competitivo relativo à alienação da UPI em questão. A proposta apresentada pelo Primeiro Proponente já é considerada como de

acordo com os termos deste Plano, estando automaticamente habilitada a participar do seu respectivo certame.

9.1.7.1. As condições mínimas de aquisição da UPI aplicáveis a cada uma das UPIs previstas neste Plano estão indicadas nas cláusulas específicas referentes a cada uma das UPIs.

9.1.7.2. Exceto se previsto de forma diferente nas Cláusulas específicas de cada uma das UPIs, mesmo que o proponente possua qualquer Crédito Concursal ou Extraconcursal contra as Recuperandas, não poderá utilizá-los para a composição total ou parcial do montante a ser indicado na respectiva Proposta Fechada e demais condições a serem previstas no respectivo Edital UPI.

9.1.8. Abertura das Propostas Fechadas: Recebidas as Propostas Fechadas, no dia, hora e local estabelecidos no Edital UPI, o Administrador Judicial, no âmbito da audiência a ser realizada, a qual deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias contados do término do prazo previsto na Cláusula 9.1.7 acima, (a) promoverá a abertura das Propostas Fechadas apresentadas pelos Proponentes habilitados para aquisição da UPI; (b) verificará se todas as Condições de Mínimas de Aquisição da UPI, conforme aplicável, foram cumpridas por tais Propostas Fechadas, e (c) anunciará a Proposta Fechada mais vantajosa, levando em consideração o atendimento das condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável, e o maior preço oferecido, observados os direitos do Primeiro Proponente.

9.1.9. Proposta Vencedora UPI: A Proposta Fechada vencedora será aquela que, respeitados os termos deste Plano e do Edital UPI, for assim declarada pelo Administrador Judicial, conforme procedimento previsto na Cláusula 9.1.8 acima ("Proposta Vencedora UPI"). Na hipótese de o proponente da respectiva Proposta Vencedora UPI descumprir com a sua obrigação de celebrar os instrumentos definitivos no prazo previsto para aquisição da respectiva UPI, a Proposta Fechada mais vantajosa imediatamente seguinte, observados os Requisitos de Qualificação aplicáveis, será considerada a nova Proposta Vencedora UPI e assim sucessivamente, desde que respeitadas, em todos os casos, as Condições Mínimas de Aquisição aplicáveis à respectiva UPI.

9.1.10. Homologação da Proposta Vencedora UPI: A Proposta Vencedora UPI deverá ser homologada pelo Juízo da Recuperação, devendo o Proponente vencedor, mediante pagamento do preço oferecido, assumir a UPI.

9.1.11. Novo Procedimento Competitivo: Na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma Proposta Fechada para aquisição da UPI, as Recuperandas, em conjunto com os credores para os quais os recursos provenientes da sua alienação estiverem destinados, nos termos deste Plano e, se for o caso, com o Credor Extraconcursal que possua garantias fiduciárias devidamente constituídas sobre o ativo objeto da UPI, definirão, em conjunto, as bases para a realização de novo Procedimento Competitivo para alienação da UPI, mediante a publicação de novo Edital UPI com as novas disposições aplicáveis à tal venda, respeitadas as previsões constantes deste Plano.

9.2. **UPI Brasil PCH.** A UPI Brasil PCH, atualmente composta por 51% (cinquenta e um por cento) das ações representativas do capital da sociedade Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") detidas pela Chipley ("UPI Brasil PCH"), será obrigatoriamente e individualmente alienada por meio de Procedimento Competitivo a ser realizado em até 07 (sete) meses contados da Homologação Judicial do Plano, ou em até 60 (sessenta dias) após o recebimento de proposta de compra firme e vinculante que atenda aos requisitos mínimos previstos no Plano e formulada por proponente apto a participar do Procedimento Competitivo, o que ocorrer primeiro.

9.2.1. O Procedimento Competitivo para alienação da UPI Brasil PCH será realizado nos termos do artigo 60 da LFRJ e Cláusulas 9.1 e 9.2.2, conforme o caso, mediante alienação direta das ações da Brasil PCH, alienação de SPE que detenha tal ativo, ou qualquer outra estrutura escolhida pelas Recuperandas a seu exclusivo critério, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.2.2. Enquanto não houver a alienação da UPI Brasil PCH na forma das Cláusulas 9.1 e 9.2.2, conforme o caso, as ações da Brasil PCH atualmente detidas pela Chipley permanecerão sob a titularidade da Chipley, não podendo ser oneradas, oferecidas em penhora e estando protegidas contra qualquer constrição judicial, devendo ser integralmente mantido o respeito a todas as condições estabelecidas no Acordo de Acionistas, inclusive e principalmente em relação aos direitos de preferência e *tag along* previstos nas Cláusulas 9.2.3.4 e 9.2.3.4.1, respectivamente.

9.2.3. Condições Mínimas de Aquisição da UPI Brasil PCH: As Propostas Fechadas para aquisição da UPI Brasil PCH deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades, além das condições da Cláusula 9.1.3 e seguintes:

9.2.3.1. Valor mínimo: R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

9.2.3.1.1. A venda da UPI Brasil PCH poderá ocorrer por valor menor do que o mínimo estabelecido nesta cláusula, contanto que haja aprovação (i) de Credores com Garantia Real detentores de mais de 80% (oitenta por cento) dos Créditos com Garantia Real, em Reunião de Credores com Garantia Real; e (ii) do credor do Empréstimo Ponte DIP, ficando dispensada a necessidade de sua aprovação na hipótese de os Recursos Líquidos provenientes da alienação serem suficientes para honrar o pagamento previsto na Cláusula 10.1.1 e quitar o saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP nos termos da Cláusula 10.1.2.(a).

9.2.3.2. Forma de pagamento: à vista.

9.2.3.3. Pagamento da parcela destinada à amortização do Empréstimo Ponte DIP. A parcela do preço prevista na Cláusula 10.1.2.(a), destinada ao pagamento do

crédito derivado do Empréstimo Ponte DIP, será paga, por conta e ordem da Chipley, na data do fechamento, diretamente pelo adquirente da UPI Brasil PCH ao credor do Empréstimo Ponte DIP, mediante transferência eletrônica disponível (TED) para a conta que vier a ser indicada pelo referido credor, conforme valor a ser informado por tal credor e confirmado pelo devedor no Dia Útil imediatamente anterior à data do pagamento da venda da UPI Brasil PCH. A utilização do produto da alienação da UPI Brasil PCH para pagamento do Empréstimo Ponte DIP, conforme Cláusula 10.1.2, será, para todos os fins, irrevogável e irretratável, sendo certo que os valores recebidos pelo credor do Empréstimo Ponte DIP não estarão sujeitos à devolução, restituição ou reclamação de qualquer natureza.

9.2.4. Procedimento Competitivo: o Procedimento Competitivo para alienação da UPI Brasil PCH, a ser realizado em até 07 (sete) meses da Homologação Judicial do Plano, ou em até 60 (sessenta dias) após o recebimento de proposta de compra firme e vinculante que atenda aos requisitos mínimos previstos no Plano e formulada por proponente apto a participar do Procedimento Competitivo, o que ocorrer primeiro, seguirá alternativamente (i) a forma das Cláusulas 9.1.3 e seguintes; ou (ii) a forma prevista na Cláusula 9.2.2.2.

9.2.4.1. Na hipótese de realização de Procedimento Competitivo na forma das Cláusulas 9.1.3. e seguintes, o credor titular dos créditos derivados do Empréstimo Ponte DIP poderá optar, a seu exclusivo critério, por participar de qualquer Procedimento Competitivo para alienação da UPI Brasil PCH, mediante a utilização total ou parcial do saldo em aberto dos créditos derivados do Empréstimo Ponte DIP, sendo que, nessa hipótese, o saldo devedor correspondente aos créditos derivados do Empréstimo Ponte DIP que estiver contemplado na Proposta Fechada eventualmente apresentada pelo respectivo credor do Empréstimo Ponte DIP estará equiparada, para todos os efeitos, às propostas apresentadas por outros proponentes com pagamento em moeda corrente nacional. Para que não haja dúvidas, na hipótese de exercício desse direito pelo credor do Empréstimo Ponte DIP, cada R\$ 1,00 (um real) a ser compensado do saldo devedor dos créditos do Empréstimo Ponte DIP estará equiparado a R\$ 1,00 (um real) a ser pago em moeda corrente nacional para fins de avaliação da proposta vencedora do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Brasil PCH e pagamento do respectivo preço. Nesta hipótese, o credor titular dos créditos derivados do Empréstimo Ponte DIP deverá observar em qualquer hipótese o disposto na Cláusula 10.1.1 e efetuar o pagamento do saldo do preço após o desconto das Cláusulas 10.1.1 e 10.1.2(a) direto aos valores integrais destinados aos demais Credores contemplados na Cláusula 10.1.2.

9.2.4.2. Procedimento Competitivo Distribuição Pública: Com o objetivo de acessar mais amplamente investidores no mercado de capital em geral, e não apenas investidores estratégicos atuantes do mercado de energia, as Recuperandas poderão, a seu exclusivo critério, optar pela criação de FIP, na forma da Instrução CVM nº 578/2016, e a distribuição pública de suas quotas, preferencialmente pela Instrução CVM nº 400/2003, cujos recursos captados serão utilizados pelo FIP para aquisição da UPI Brasil PCH.

9.2.4.2.1. Nessa hipótese, será realizado Procedimento Competitivo na forma de bookbuilding nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, a fim de maximizar o valor obtido com a alienação das quotas do FIP, sendo que todo o valor obtido será utilizado para a aquisição da UPI Brasil PCH, respeitado o valor mínimo previsto na Cláusula 9.2.1.1, sendo certo que o preço de venda da UPI Brasil PCH será pago aos Credores na forma prevista nas Cláusulas 8.8.1.2.2.5, 9.2.2.3, 9.2.3.1, 10.1, 10.2, 11.1.3.1, por conta e ordem das Recuperandas, conforme o caso.

9.2.4.3. A BSB e a ELETRORIVER, em razão de seu direito de preferência previsto no Acordo de Acionistas, ficam, desde já, consideradas habilitadas e aptas a participar do Processo Competitivo para alienação da Brasil PCH, em qualquer das modalidades acima, estritamente para exercer, a seu critério, seu direito de preferência para aquisição da UPI Brasil PCH, em relação à melhor proposta apresentada, na forma prevista pela Cláusula 9.2.2.4 e seguintes, ou, conforme o caso, para exercer seu direito de Tag Along, na forma da Cláusula 9.2.2.4.1 abaixo.

9.2.4.4. Exercício do direito de preferência. Em atenção aos termos previstos no Acordo de Acionistas, após a definição da melhor proposta apresentada em quaisquer das modalidades de Processo Competitivo realizado pelas Recuperandas para alienação da UPI Brasil PCH, conforme a cláusula 9.2.2. acima, a Renova deverá comunicar aos acionistas BSB e ELETRORIVER o conteúdo integral e as condições da melhor proposta recebida em até 2 (dois) dias úteis, por meio de notificação escrita. Da data do recebimento desta notificação, a BSB e/ou a ELETRORIVER terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para manifestar o seu interesse em exercer seu direito de preferência decorrente do Acordo de Acionistas e igualar-se em condições de oferta à melhor proposta apresentada para aquisição da UPI Brasil PCH. Caso exercido o direito de preferência, a BSB e/ou ELETRORIVER serão consideradas as arrematantes para todos os efeitos legais, inclusive para fins de expedição de carta de arrematação, em qualquer das modalidades de Processo Competitivo utilizada, e deverá respeitar o disposto na Cláusula 9.2.3.3, realizando, por conta e ordem da Chipley, o pagamento diretamente ao credor do Empréstimo Ponte DIP.

9.2.4.4.1. Tag Along. Nos termos do Acordo de Acionistas, na hipótese de a BSB e/ou ELETRORIVER não exercerem seu direito de preferência e ocorrer a alienação da UPI Brasil PCH a terceiro, reserva-se o direito da BSB e ELETRORIVER de exigirem que a referida alienação seja efetuada apenas se o adquirente se obrigar a adquirir as participações acionárias detidas pelas BSB e ELETRORIVER na Brasil PCH juntamente com a UPI Brasil PCH, pelo mesmo preço pago e nas mesmas condições da aquisição das ações objeto da UPI Brasil PCH. Nesta hipótese, somente será admitido o pagamento do preço em moeda corrente nacional para a aquisição das participações acionárias detidas pelas BSB e ELETRORIVER na Brasil PCH, excluída a utilização de créditos de qualquer natureza ou compensação.

9.2.4.4.2. Adesão ao Acordo de Acionistas. O vencedor da aquisição da UPI

Brasil PCH deverá anuir e concordar expressamente com todos os termos e condições previstas no Acordo de Acionistas, do qual o adquirente será parte integrante após a aquisição da UPI Brasil PCH.

9.2.5. Condições Precedentes – UPI Brasil PCH: A alienação da UPI Brasil PCH, sob qualquer forma, com a efetiva transferência, ao vencedor do Procedimento Competitivo, da propriedade dos bens e direitos adquiridos, está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à implementação das seguintes condições precedentes (em conjunto, “Condições Precedentes – UPI Brasil PCH”):

9.2.5.1. Respeito ao Acordo de Acionistas vigente no âmbito da Brasil PCH S.A.

9.2.5.2. Anuência expressa dos debenturistas da Brasil PCH S.A.

9.2.5.2.1. Autorização dos Credores que detenham garantia fiduciária incidente sobre os dividendos a serem distribuídos pela Chipley, sendo que tais autorizações se tornarão efetivas no momento em que forem comprovados os pagamentos previstos nas Cláusulas 10.1.2.(b) e 10.1.2.(c) abaixo, respectivamente.

9.2.5.3. Autorizações de órgãos reguladores (ANEEL, CADE, entre outros).

9.2.6. Caso a UPI Brasil PCH não seja vendida até junho de 2021, será observado o disposto na Cláusula 8.8.1.2.2.3 e na Cláusula 9.2.7.

9.2.7. Diante da Garantia Fiduciária BNDES, resta assegurado ao BNDES, enquanto não alienada a UPI Brasil PCH, o direito ao recebimento, após junho de 2021, dos dividendos a serem pagos pela Chipley, os quais serão regidos pela sistemática prevista no **ANEXO 10**. O CITI e a CEMIG declaram estar cientes de que não há qualquer autorização do BNDES quanto à modificação do seus direitos sobre os dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital da Chipley e não se opõem a que a Renova repasse ao BNDES a parcela que lhe cabe sobre esses dividendos, nos termos do **ANEXO 3**, **ANEXO 7** e do **ANEXO 10**.

9.2.7.1. Entende-se por dividendos pagos após junho de 2021 aqueles referentes aos exercícios de 2021 e seguintes.

9.3. **UPI Mina de Ouro**: A Mina de Ouro, constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., detidas pela Renova Energia e pela Renovapar (“UPI Mina de Ouro”), poderá ser individualmente alienada através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.3.1. Condições Mínimas de Aquisição da UPI Mina de Ouro: As Propostas Fechadas para aquisição da UPI Mina de Ouro deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades:

9.3.1.1. Valor mínimo: R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e

9.3.1.2. Forma de pagamento: à vista.

9.3.1.3. Outras condições previstas no respectivo Edital UPI.

9.3.2. Prazo para Realização do Procedimento Competitivo: A primeira praça para alienação da UPI Mina de Ouro será realizada em até 6 (seis) meses a contar da Data de Homologação, salvo se o Empréstimo DIP Cemig já tiver sido integralmente quitado.

9.3.2.1. Não obstante a Cláusula 9.3.2 acima, na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma Proposta Fechada para aquisição da UPI Mina de Ouro, a segunda praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar data da primeira praça.

9.3.2.2. Caso na segunda praça também não seja apresentada ou validada nenhuma Proposta Fechada para aquisição da UPI Mina de Ouro, as Recuperandas poderão realizar novas praças em até 6 (seis) meses após a convocação das praças anteriores.

9.4. UPIs Projetos em Desenvolvimento: As UPIs a serem criadas e compostas por projetos de energia renovável em desenvolvimento constantes do **ANEXO 2** ("UPIs Projetos em Desenvolvimento"). As UPIs Projetos em Desenvolvimento poderão incluir um ou mais projetos em desenvolvimento, a critério das Recuperandas, de acordo com as perspectivas de comercialização. As UPIs Projetos em Desenvolvimento serão formadas por SPEs a serem criadas especificamente para esse fim. Os ativos serão transferidos para as respectivas SPEs somente após a conclusão dos respectivos Procedimentos Competitivos. As UPIs Projetos em Desenvolvimento serão individual ou conjuntamente alienadas através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.4.1. Condições Mínimas de Aquisição das UPIs Projetos em Desenvolvimento: As Propostas Fechadas para aquisição da UPI Projetos em Desenvolvimento deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades:

9.4.1.1. Os preços mínimos de aquisição das UPIs Projetos em Desenvolvimento serão definidos com base em laudos de avaliação a serem produzidos pelo Avaliador UPIs Projetos em Desenvolvimento, o qual será contratado pelas Recuperandas

dentre os nomes indicados no **ANEXO 9**, sendo contratado aquele cuja proposta de remuneração for considerada mais favorável às Recuperandas.

9.4.1.2. Condições de pagamento e demais condições de aquisição a serem previstas nos respectivos Editais UPI, as quais somente poderão ser previstas em moeda corrente à vista ou de forma parcelada, não sendo admitidas compensações de Créditos.

9.4.2. Prazo para Realização dos Procedimentos Competitivos: os Procedimentos Competitivos para alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento deverão ser realizados em, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação. O primeiro Procedimento Competitivo deverá ser realizado em até 07 (sete) meses a contar da Data de Homologação.

9.4.2.1. As Recuperandas se obrigam a realizar pelo menos 1 (um) Procedimento Competitivo para alienação de UPIs Projetos em Desenvolvimento a cada 6 (seis) meses, enquanto os Créditos Extraconcursais CITI e os Créditos derivados do Empréstimo DIP CITI não forem integralmente quitados, e o BNDES, na qualidade de detentor da Garantia Fiduciária BNDES, não tiver recebido um valor agregado de pagamentos equivalente aos valores liberados no bojo da Garantia Fiduciária BNDES, correspondentes a somatória do (i) montante em valor equivalente a 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova Energia, apurados segundo o **ANEXO 10** e na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ainda que não declarados, retidos, ou de qualquer maneira não pagos pela Chipley à Renova, os quais por sua vez teriam como referência os dividendos que a Chipley tiver recebido ou vier a receber da Brasil PCH, referentes ao 2º (segundo) semestre do exercício de 2019 e ao exercício integral de 2020, subtraído o valor dos pagamentos previstos nas cláusulas 10.6.4 e 10.7.4, caso já recebido; com o (ii) montante em valor equivalente a 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova Energia após a venda da UPI Brasil PCH, apurados segundo o **ANEXO 10** e na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tomando por base o produto da venda da UPI Brasil PCH, subtraídos do montante apurado os valores dos pagamentos a serem realizados em favor do BNDES nos termos das Cláusulas 10.1.2.(b), 10.2.2 e 10.2.3.

9.4.2.2. Após a quitação integral dos Créditos Extraconcursais CITI e dos Créditos derivados do Empréstimo DIP CITI, e após o recebimento, pelo BNDES, do valor agregado de pagamentos previsto na Cláusula 9.4.2.1, as Recuperandas ficam desobrigadas de realizar Procedimentos Competitivos para a alienação dos projetos citados no **ANEXO 2**, podendo optar por reservar e manter consigo parte ou a totalidade dos referidos projetos, para implantação futura.

9.4.3. Novos Procedimentos Competitivos. Caso o Procedimento Competitivo para a alienação de determinada UPI Projetos em Desenvolvimento seja infrutífero, as Recuperandas, em conjunto com os Credores para os quais são destinados os recursos

provenientes da alienação das UPIs Projetos em Desenvolvidos se reunirão para definir os termos e condições para a realização de novos Procedimentos Competitivos.

9.5. **UPI Enerbrás:** A UPI constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Enerbrás (“UPI Enerbrás”), as quais estão fiduciariamente alienadas em garantia em favor do BTG (nessa qualidade, “Credor Fiduciário Ações Enerbrás”), será individualmente alienada através de Procedimento Competitivo, nos termos dos artigos 60 e 142 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.5.1. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Enerbrás:** As Propostas Fechadas para aquisição da UPI Enerbrás deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas, e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades:

9.5.1.1. **Valor mínimo:** R\$ 211.000.000,00 (duzentos e onze milhões de reais);

9.5.1.2. **Forma de pagamento:** à vista;

9.5.1.3. Declaração do Proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com a realização, por conta e ordem da Renova, de pagamento de parte do preço de aquisição, na data do fechamento, diretamente ao Credor Fiduciário Ações Enerbrás, mediante transferência eletrônica disponível (TED) para a conta que vier a ser indicada, de titularidade do Credor Fiduciário Ações Enerbrás, mantida junto ao Banco BTG Pactual S.A. (208), conforme valor a ser informado pelo Credor Fiduciário Ações Enerbrás no Dia Útil imediatamente anterior à data do Fechamento, que corresponderá ao saldo devedor das Confissões de Dívida BTG, devidamente atualizado nos termos das Confissões de Dívida BTG (“Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbrás”). O Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbrás será, para todos os fins, irrevogável e irrevogável, não sujeito à devolução, restituição ou reclamação de qualquer natureza;

9.5.1.4. Declaração do Proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com todos os termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI Enerbrás, a ser fornecida pelas Recuperandas, estando apto a celebrá-lo, cumprindo com todas as formalidades necessárias para tal assinatura, na data de declaração da respectiva Proposta Vencedora UPI; e

9.5.1.5. Declaração do Proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com todos os termos e condições (i) do Plano relacionados, direta ou indiretamente, à alienação da UPI Enerbrás, e (ii) do respectivo Edital UPI.

9.5.2. **Qualificação UPI Enerbrás.** O interessado na aquisição da UPI Enerbrás deverá apresentar, juntamente com a Notificação de Interesse – UPI, (a) a documentação que comprove a sua capacidade financeira para fazer frente, pelo menos, ao valor do preço

mínimo indicado para a UPI em questão, por meio da apresentação (i) de extratos recentes de aplicações financeiras com liquidez diária, devidamente acompanhados de cartas de referência emitidas pelas respectivas instituições financeiras nas quais tais recursos estejam depositados, caso a aquisição venha a ser feita com recursos próprios ou recursos que já tenham sido captados, ou (ii) de carta de crédito emitida por um dos Bancos Emissores, atestando a capacidade financeira do interessado, caso a aquisição venha a ser feita por meio de recursos a serem captados (em conjunto, “Requisitos de Qualificação – UPI Enerbrás”). O Administrador Judicial analisará se as Notificações de Interesse – UPI apresentadas pelos interessados estão em conformidade com os Requisitos de Qualificação – UPI Enerbrás, apresentando petição nos autos da Recuperação Judicial, em até 5 (cinco) dias corridos contados do término do prazo previsto na Cláusula 9.1.5 acima, com a indicação dos nomes dos interessados que estarão habilitados a apresentar Propostas Fechadas para Aquisição da UPI Enerbrás. A ausência de envio de qualquer um dos Documentos de Interesse – UPI na forma e prazo previsto na Cláusula 9.1.5 acima ou o não atendimento ao Requisitos de Qualificação – UPI Enerbrás, com base na análise conduzida pelo Administrador Judicial, fará com que o respectivo interessado esteja automaticamente desqualificado do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Enerbrás.

9.5.3. Proposta Vencedora UPI Enerbrás: Na hipótese de o Proponente da respectiva Proposta Vencedora UPI descumprir com a sua obrigação de celebrar o contrato de compra e venda de ações no prazo previsto na Cláusula 9.5.5, a Proposta Fechada mais vantajosa imediatamente seguinte, observado o disposto na Cláusula 9.5.2 acima, será considerada a nova Proposta Vencedora UPI e assim sucessivamente, desde que respeitadas, em todos os casos, as Condições Mínimas de Aquisição da UPI Enerbrás.

9.5.4. Homologação da Proposta Vencedora UPI Enerbrás: adicionalmente ao quanto disposto na Cláusula 9.5.3 acima, o pagamento a ser realizado pelo Proponente vencedor deverá realizar o pagamento do preço de aquisição, incluindo o Pagamento Integral BTG; e observar os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, para então assumir a UPI Enerbrás.

9.5.5. Transferência da UPI Enerbrás: A efetiva transferência da UPI Enerbrás ao Proponente vencedor ocorrerá após a satisfação das Condições Precedentes – UPI Enerbrás indicadas na Cláusula 9.5.8 abaixo, sem prejuízo das demais condições precedentes e outras disposições aplicáveis previstas no contrato de compra e venda de ações. Até que a efetiva transferência da UPI Enerbrás ocorra, as Recuperandas (a) permanecerão responsáveis pela posse e guarda dos ativos que compõem a UPI Enerbrás, e (b) permitirão ao Proponente vencedor que fiscalize as atividades e os ativos da UPI Enerbrás.

9.5.6. Direito de Participação do Credor Fiduciário Ações Enerbrás: O Credor Fiduciário Ações Enerbrás poderá optar, a seu exclusivo critério, por participar de qualquer Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Enerbrás mediante a utilização, total ou parcial, dos Créditos Extraconcursais BTG, sendo que, nessa hipótese, o valor nominal correspondente aos Créditos Extraconcursais BTG que estiverem contemplados na proposta eventualmente apresentada pelo Credor Fiduciário Ações Enerbrás estará equiparado, para todos os efeitos, às propostas apresentadas por outros Proponentes com

pagamento em moeda corrente nacional. Para que não haja dúvidas, na hipótese de exercício desse direito pelo Credor Fiduciário Ações Enerbrás, cada R\$ 1,00 (um real) de Créditos Extraconcursais BTG estará equiparado a R\$ 1,00 (um real) em moeda corrente nacional para fins de avaliação da proposta vencedora do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Enerbrás.

9.5.7. Novo Procedimento Competitivo: Na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma Proposta Fechada para aquisição da UPI Enerbrás, as Recuperandas e o Credor Fiduciário Ações Enerbrás definirão, em conjunto, as bases que se qualifiquem nos termos acima para a realização de novo Procedimento Competitivo para alienação da UPI Enerbrás, mediante a publicação de novo Edital UPI com as novas disposições aplicáveis à tal venda, as quais deverão observar (a) as Condições Precedentes – UPI Enerbrás, e (b) um preço mínimo de aquisição da UPI Enerbrás conforme laudo de avaliação a ser apresentado pelas Recuperandas.

9.5.8. Condições Precedentes – UPI Enerbrás: A alienação da UPI Enerbrás, sob qualquer forma, com a efetiva transferência, ao Proponente vencedor do Procedimento Competitivo, da propriedade dos bens e direitos adquiridos, está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à implementação das seguintes condições precedentes:

9.5.8.1. liberação, pelo Credor Fiduciário Ações Enerbrás, da Garantia Fiduciária Ações Enerbrás, o que apenas poderá ocorrer mediante o pagamento integral, irrevogável e irretratável dos Créditos Extraconcursais BTG, devidamente atualizados nos termos das Confissões de Dívida BTG, salvo o Credor Fiduciário Ações Enerbrás expressamente e por escrito consinta com o recebimento de valor inferior;

9.5.8.2. Anuência prévia do BNB;

9.5.8.3. Anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; e

9.5.8.4. Anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE

9.6. UPI ASIII Fase B: A UPI ASIII Fase B, que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o ASIII Fase B conforme listagem de ativos, projetos e direitos previstos no respectivo Edital UPI (“UPI ASIII Fase B”), será obrigatoriamente constituída e individualmente alienada através de Procedimento Competitivo a ser realizado em até 03 (três) meses da Homologação Judicial do Plano, nos termos do artigo 60 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.6.1. Exceções. Não integrarão a UPI ASIII Fase B ou serão dela excluídos, conforme o caso, os passivos com os fornecedores de equipamentos e prestadores de serviços relacionados aos projetos, que permanecerão com as sociedades do grupo da Renova que hoje as detêm, exceto se previsto expressamente de forma contrária nas Propostas

Fechadas; e tampouco qualquer passivo ou contingência que não tenha sido expressamente admitido ou assumido pela UPI ASIII Fase B.

9.6.2. Outorgas. O titular da proposta vencedora, observado o Direito de Preferência Prisma, deverá exercer, na data em que definida a proposta vencedora, a seu exclusivo critério, uma das seguintes opções com relação às outorgas dos Projetos:

- (i) exigir que a Renova desista do recurso de pedido de reconsideração apresentado à ANEEL para tentar reverter a revogação das outorgas dos Projetos ASIII Fase B, que deverá protocolado pela Renova perante a ANEEL no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data em que declarada a proposta vencedora, de modo que a decisão de revogação das outorgas dos Projetos seja mantida pela ANEEL e tais outorgas, consequentemente, não englobem os ativos a serem transferidos à UPI ASIII Fase B, desde que o Contrato de Compra e Venda previsto no **ANEXO 12** tenha sido assinado pelas partes; ou
- (ii) envidar melhores esforços para, em conjunto com a Renova, negociar junto à ANEEL um plano para a transferência das outorgas dos Projetos ASIII Fase B para a UPI ASIII Fase B em condições que permitam a implementação dos Projetos em termos e condições satisfatórias ao adquirente, com o objetivo de reverter a decisão de revogação das outorgas e evitar e/ou reduzir as penalidades que possam ser impostas pela ANEEL ("Plano de Transferência"), sendo certo que caberá à Renova arcar com as eventuais penalidades remanescentes. Caso o adquirente da UPI ASIII Fase B seja bem-sucedido na negociação e implementação do Plano de Transferência, fará jus ao recebimento de 20% (vinte por cento) do benefício econômico que será auferido pela Renova com a redução e/ou extinção das penalidades impostas pela ANEEL, a ser pago conforme condições dispostas no Plano para pagamento dos Créditos Quirografários.

9.6.2.1. A opção escolhida pelo adquirente da UPI ASIII Fase B será refletida no Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B de comum acordo entre as partes, observado os termos dispostos neste Plano.

9.6.3. Forma de constituição da UPI. A UPI ASIII Fase B será constituída por meio do instrumento jurídico que se mostrar mais adequado para tanto, podendo ser utilizadas, conforme o caso, operações de cisão, incorporação, *drop down* de ativos ou constituição de uma ou mais SPEs, ou alienação das quotas de uma ou mais Recuperandas, com possibilidade de saída da Recuperação Judicial, conforme o caso. A estrutura jurídica para a criação e alienação da UPI ASIII Fase B poderá inclusive ser estabelecida de comum acordo entre as Recuperandas e o adquirente da UPI ASIII Fase B, conforme restar previsto no respectivo Edital UPI, cuja minuta consta do **ANEXO 11**, o qual será publicado imediatamente após a Homologação Judicial do Plano.

9.6.4. Condições Mínimas de Aquisição da UPI ASIII Fase B: As Propostas Fechadas para aquisição da UPI ASIII Fase B deverão obrigatoriamente respeitar as condições mínimas e formalidades indicadas abaixo:

9.6.4.1. Valor mínimo: R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

9.6.4.2. Forma de pagamento: à vista;

9.6.4.3. Declaração do Proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com os termos e direitos previstos na Proposta Vinculante Prisma, incluindo o Direito de Preferência Prisma e o Direito de Reembolso Prisma;

9.6.4.4. Declaração do Proponente que está de acordo em assinar, em até 02 (dois) dias úteis contados da homologação da proposta vencedora, o contrato de compra e venda de ações da(s) sociedade(s) de propósito específico que represente(m) a integralidade da UPI ASIII Fase B, conforme minuta de contrato constante do **ANEXO 12** ("Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B"), que será ajustada tão somente para refletir a opção escolhida pelo adquirente em relação às outorgas do Projeto, nos termos da Cláusula 9.6.2.1.

9.6.5. Primeiro Proponente – Proposta Vinculante Prisma. A Prisma, na condição de Primeiro Proponente que se comprometeu a participar do Processo Competitivo UPI ASIII Fase B, apresentará, durante a Assembleia Geral de Credores em que este Plano for objeto de votação pelos Credores, uma proposta vinculante, firme, irrevogável e irreatável para a aquisição da UPI ASIII Fase B, com a declaração, por seu representante, de que o preço ofertado é igual ou superior ao preço mínimo estabelecido no Plano ("Proposta Vinculante Prisma"). A Proposta Vinculante Prisma será entregue lacrada ao Administrador Judicial, que a manterá lacrada até a data de abertura das Propostas Fechadas, conforme este Plano e o Edital UPI da UPI ASIII Fase B.

9.6.5.1. Diante da apresentação da Proposta Vinculante Prisma, fica a Prisma dispensada da apresentação e envio da documentação de qualificação a que se refere a Cláusula 9.1.6, bem como da declaração prevista na cláusula 9.6.3.3, considerando-se automaticamente habilitada à participação no Procedimento Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B.

9.6.5.2. A Proposta Vinculante Prisma será válida até o dia 26 de fevereiro de 2021, até o 20º (vigésimo) dia útil após a Data de Homologação, ou até a data de realização do Processo Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B, prevalecendo a data que ocorrer primeiro. Tal data limite poderá ser prorrogada, a exclusivo critério da Prisma, por tantos dias quantos lhe forem convenientes. Caso a Prisma seja vencedora do Processo Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B, a Prisma deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B, observadas ainda as demais disposições e condições deste Plano.

9.6.5.3. A Proposta Vinculante Prisma e o instrumento definitivo de compra e venda de ações da UPI ASIII Fase B poderão ser rescindidos até a data de fechamento (i) caso não satisfeitas ou não renunciadas quaisquer das condições precedentes previstas no instrumento definitivo de compra e venda de ações da UPI ASIII Fase B, ou (ii) caso seja confirmada alteração material adversa nos negócios, propriedades, ativos, passivos, resultado das operações, condições financeiras, legais ou regulatórias relacionados aos Projetos e aos Ativos e Direitos ou à UPI ASIII Fase B, incluindo o não atendimento do Potencial Mínimo de Geração de Energia UPI ASIII Fase B.

9.6.6. Direitos Prisma. Em contrapartida aos esforços dispendidos no processo de auditoria dos projetos e dos ativos e direitos relacionados à UPI ASIII Fase B, bem como ao compromisso de participação no certame como primeira proponente, a Prisma tem assegurado a seu favor (i) direito de preferência na aquisição da UPI ASIII Fase B, de forma que, após a abertura dos envelopes lacrados com as Propostas Fechadas, poderá, a seu exclusivo critério, cobrir a melhor oferta apresentada para aquisição da UPI ASIII Fase B, desde que apresente, em até 48 (quarenta e oito horas) a partir da declaração da Proposta Fechada considerada mais vantajosa, uma oferta vinculante e final de valor igual ou superior ao valor do preço de aquisição estipulado na melhor proposta na forma da Cláusula 9.6.3 ("Direito de Preferência Prisma"); e (ii) direito de reembolso dos custos comprovadamente incorridos com seus assessores, bem como das despesas incorridas para regularização fundiária que revertam em benefício das Recuperandas e/ou da UPI ASIII Fase B, caso a UPI ASIII Fase B seja adquirida por outro proponente, limitado a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser pago de forma prioritária com os recursos decorrentes da venda da UPI ASIII Fase B ("Direito de Reembolso Prisma").

9.6.7. Caso a Proposta Prisma seja a mais vantajosa ou caso a Prisma exerça o Direito de Preferência Prisma, o Juízo da Recuperação proferirá decisão declarando a Prisma como vencedora do Processo Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B. Caso a Proposta Prisma não seja mais vantajosa e a Prisma não exerça o Direito de Preferência Prisma, o Juízo da Recuperação proferirá decisão declarando como vencedora do Processo Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B a Proposta Fechada de maior valor que respeitar o disposto na Cláusula 9.6.3.

9.6.8. Caso a Proposta Vinculante Prisma (a) expire e não seja, a critério da Prisma, renovada ou substituída por uma nova proposta nos exatos termos e condições da Proposta Vinculante Prisma, prevendo novo prazo de validade, ou (b) seja confirmada, pela Prisma, a rescisão da Proposta Vinculante Prisma em decorrência de alteração material adversa nos negócios, propriedades, ativos, passivos, resultado das operações, condições financeiras, legais ou regulatórias relacionados à UPI ASIII Fase B antes da abertura das Propostas Fechadas, sem o oferecimento de uma nova proposta vinculante pela Prisma, o Direito de Preferência Prisma estará extinto de pleno direito e a Prisma não poderá exercê-lo em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

9.6.9. O Edital UPI da UPI ASIII Fase B deverá prever todos os direitos da Prisma enquanto primeira proponente previstos neste Plano e em sua proposta, bem com prever todos os passos e procedimentos necessários para que tais direitos sejam respeitados.

9.6.10. A abertura das propostas para a UPI ASIII Fase B deverá ocorrer obrigatoriamente até o dia 26 de fevereiro de 2021 ou até o 20º (vigésimo) dia útil após a Data de Homologação, o que ocorrer primeiro.

9.7. **UPI RenovaCom:** A UPI RenovaCom, constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Renova Comercializadora, detidas pela Renova Energia, será individualmente alienada através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da LFRE, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.7.1. **Forma de constituição da UPI.** A UPI RenovaCom será oportunamente constituída por meio do instrumento jurídico que se mostrar mais adequado para tanto, podendo ser utilizadas, conforme o caso, operações de cisão, incorporação, *drop down* de ativos, constituição de uma ou mais SPEs, ou alienação das ações da própria Renova Comercializadora, com possibilidade de saída da Recuperação Judicial, conforme o caso. A estrutura jurídica para a criação e alienação da UPI RenovaCom poderá inclusive ser estabelecida de comum acordo entre as Recuperandas e o adquirente da UPI RenovaCom, conforme restar previsto no respectivo Edital UPI.

9.7.2. **Valor Mínimo:** a ser definido com base em laudo de avaliação a ser contratado pelas Recuperandas junto a empresas com notória experiência no setor e apresentado em Juízo 30 (trinta) dias antes da publicação do respectivo Edital UPI.

9.7.3. **Forma de Pagamento:** à vista.

9.7.4. **Realização do Procedimento Competitivo:** o Procedimento Competitivo para alienação da UPI RenovaCom seguirá o seguinte cronograma:

9.7.4.1. A primeira praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar da Data de Homologação.

9.7.4.2. Caso não haja nenhum lance ou oferta vencedora, a segunda praça será realizada em até 24 (vinte e quatro) meses a contar data da primeira praça. Caso na segunda praça também não haja lances ou ofertas vencedoras, as Recuperandas poderão realizar novas praças em até 3 (três) meses após a convocação das praças anteriores.

9.7.4.3. A fim de viabilizar a alienação da UPI RenovaCom, e conforme restar autorizado pelo plano de recuperação judicial do ASIII Fase A, a Renova Comercializadora irá ceder os contratos de compra e venda de energia elétrica que possui e que sejam relacionados ao ASIII Fase A, tanto em Ambiente de Contratação

Livre (CCEALs) quanto em Ambiente de Contratação Regulada (CCEARs), para as respectivas SPEs componentes do ASIII Fase A, respeitada a necessidade de eventuais anuências ou autorizações específicas em âmbito regulatório, bem como das contrapartes em tais contratos.

9.8. **UPI ASIII Fase A:** A UPI ASIII Fase A será composta por 100% (cem por cento) das ações da Alto Sertão Participações, ou por 100% (cem por cento) das ações/quotas de emissão da(s) entidade(s) que detiver(em) 100% (cem por cento) dos projetos de geração de energia (com todos os respectivos ativos) atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o ASIII Fase A, podendo ser constituída inclusive das ações ou quotas de uma ou mais das próprias sociedades que integram o ASIII Fase A, conforme o caso ("UPI ASIII Fase A"). A UPI ASIII Fase A poderá ser alienada através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, que deverão continuar de responsabilidade do Grupo Renova.

9.8.1. **Forma de constituição da UPI.** A UPI ASIII Fase A será oportunamente constituída por meio do instrumento jurídico que se mostrar mais adequado para tanto, podendo ser utilizadas, conforme o caso, operações de cisão, incorporação, *drop down* de ativos, constituição de uma ou mais SPEs, ou alienação das quotas de uma ou mais Recuperandas, com possibilidade de saída da Recuperação Judicial. A estrutura jurídica para a criação e alienação da UPI ASIII Fase A poderá inclusive ser estabelecida de comum acordo entre as Recuperandas e o adquirente da UPI ASIII Fase A, conforme restar previsto no respectivo Edital UPI.

9.8.2. A alienação da UPI ASIII Fase A apenas poderá ser levada a efeito se os Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários que detenham garantias pessoais ou fiduciárias prestadas pelas Recuperandas, incluindo mas não se limitando a alienações ou cessões fiduciárias, fianças com ou sem benefício de ordem, avais, coobrigações solidárias ou não, dentre outras, (i) tiverem seus Créditos Concurais ou Créditos Extraconcurais, inclusive aqueles derivados de Empréstimos DIP, integralmente quitados com os recursos oriundos da alienação, ou (ii) formalizarem a liberação das Recuperandas em relação a estas garantias ou coobrigações, inclusive, conforme o caso, mediante substituição de garantias levada a efeito pelo adquirente da UPI ASIII Fase A, nada mais podendo tais Credores reclamar em relação ao Grupo Renova, seja a que título for.

9.8.3. **Valor Mínimo:** não poderá ser inferior (i) ao valor de mercado da UPI ASIII Fase A indicado em laudo de avaliação específico a ser elaborado oportunamente; ou (ii) a valor suficiente para a quitação integral dos Créditos com Garantia Real, o que for maior.

9.8.4. **Forma de Pagamento:** à vista.

10. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS ALIENAÇÕES DAS UPIS

10.1. UPI Brasil PCH – até R\$ 1 bilhão: Os recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH até o valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão utilizados na seguinte ordem:

10.1.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da UPI Brasil PCH, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha;

10.1.2. Quitação *pari passu* e concomitante dos seguintes Créditos:

- a) Pagamento do saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP;
- b) Pagamento, ao BNDES, em razão da Garantia Fiduciária BNDES, do valor de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais);
- c) Pagamento, ao CITIBANK, do valor de R\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais) a título de amortização dos Créditos Extraconcursais CITI;

10.1.3. Pagamento do saldo remanescente dos Créditos Extraconcursais CITI, desde que o CITI aceite conceder às Recuperandas, a título do Empréstimo DIP CITI, crédito adicional em valor equivalente ao valor original dos Créditos Extraconcursais CITI na Data do Pedido, acrescidos dos juros remuneratórios do período, subtraídos (i) o valor de R\$ 102.000.000,00 previsto na Cláusula 10.1.2, (ii) o valor de R\$ 30.000.000,00 previsto nas Cláusulas 8.8.1.2.2.1, 10.6.3, e 10.7.3, (iii) outros valores pagos nos termos das Cláusulas 8.8.1.2.2.2, 8.8.1.2.2.3, 8.8.1.2.2.5, 10.2.1, 10.6.3.1, 10.6.3.2, 10.7.3.1 e 10.7.3.2. O Empréstimo DIP CITI será reajustado a 100% (cem por cento) do CDI e terá amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos Créditos com Garantia Real. Caso ocorram as hipóteses previstas nas Cláusulas 8.8.1.2.2.2 e 10.6.3.2 e 10.7.3.2, os recursos decorrentes de tais alienações serão utilizados como antecipação das parcelas seguintes do fluxo de pagamento acordado. Na hipótese de o CITI não conceder o Empréstimo DIP CITI, o saldo dos Créditos Extraconcursais CITI será pago nas mesmas condições que seriam aplicáveis ao Empréstimo DIP CITI;

10.1.3.1. Na hipótese de a soma (i) do valor de R\$ 102.000.000,00 previsto na Cláusula 10.1.2.(c), (ii) do valor de R\$ 30.000.000,00 previsto nas Cláusulas 8.8.1.2.2.1 e 10.6.3 e 10.7.3, e, (iii) de outros valores pagos nos termos das Cláusulas 8.8.1.2.2.2, 8.8.1.2.2.3, 8.8.1.2.2.5, 10.2.1, 10.6.3.1, 10.6.3.2, 10.7.3.1 e 10.7.3.2, alcançar a integralidade dos Créditos Extraconcursais CITI, não ocorrerá o Empréstimo DIP CITI.

10.1.4. Pagamento dos Créditos derivados de eventuais Empréstimos DIP realizados na forma da Cláusula 11.1.4, se houver;

10.1.5. Pagamento das despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A e dos Projetos em Desenvolvimento, e do Capex remanescente do projeto ASIII Fase A.

10.2. UPI Brasil PCH – Sobejo: Os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH que excederem o valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão utilizados na seguinte proporção, contanto que os valores provenientes da alienação da UPI Brasil PCH sejam suficientes para o pagamento integral dos Créditos listados na Cláusula 10.1 acima:

10.2.1. 10% (dez por cento) dos recursos serão destinados para o pagamento dos Créditos Extraconcurais CITI, observadas as disposições da Cláusula 10.1.;

10.2.2. 10% (dez por cento) dos recursos serão destinados para pagamento ao BNDES em razão da Garantia Fiduciária BNDES;

10.2.3. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real do ASIII Fase A, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A; e

10.2.4. 30% (trinta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.3. UPI Brasil PCH – Hipótese de alienação da UPI Diamantina: Na hipótese de já ter ocorrido a alienação da UPI Diamantina no âmbito do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, os recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH, independentemente de seu valor, sempre observado o disposto na Cláusula 9.2.3.1 e seu subitem, serão utilizados na seguinte ordem:

10.3.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da UPI Brasil PCH, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha;

10.3.2. Pagamento do saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP;

10.3.3. Pagamento do crédito detido pelo BNDES, em razão da Garantia Fiduciária BNDES, e dos Créditos Extraconcurais CITI, respeitada uma proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada qual, até a sua quitação integral;

10.3.4. Pagamento do saldo devedor dos Créditos com Garantia Real;

10.3.5. Pagamento das despesas operacionais das Recuperandas e dos Projetos em Desenvolvimento.

10.3.6. Para fins de clareza, na hipótese de ocorrência do disposto na Cláusula 10.3, (i) não haverá a celebração do Empréstimo DIP CITI, e (ii) não se aplicará o disposto nas cláusulas 10.1 e 10.2.

10.4. UPI Mina de Ouro: Os recursos oriundos da alienação da UPI Mina de Ouro serão utilizados na seguinte ordem:

10.4.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da UPI Mina de Ouro, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.4.2. Pagamento do saldo devedor de Empréstimos DIP e eventuais operações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pela CEMIG posteriormente à Data do Pedido;

10.4.3. Pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.5. UPI Mina de Ouro – Sobejo: Os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI Mina de Ouro que excederem o Valor Mínimo previsto para tal alienação na cláusula 9.3.1.1 serão utilizados na seguinte proporção:

10.5.1. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real;

10.5.2. 15% (quinze por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores Quirografários e Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A; e

10.5.3. 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.6. UPIs Projetos em Desenvolvimento: Os recursos oriundos da venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento serão utilizados na seguinte ordem:

10.6.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI Projetos em Desenvolvimento, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.6.2. Quitação de eventual crédito relativo ao Direito de Reembolso Prisma, caso a Prisma não seja declarada vencedora do Procedimento Competitivo

10.6.3. 45% (quarenta e cinco por cento) serão destinados ao pagamento dos Créditos Extraconcursais CITI até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que ocorrerá em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação. Caso a UPI Brasil PCH não seja vendida até Junho de 2021, o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) acima

será acrescido de montante em valor equivalente a 35,28% (trinta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova, ainda que não declarados, retidos, ou de qualquer maneira não pagos pela Chipley à Renova, os quais por sua vez teriam como referência os dividendos que a Chipley vier a receber da Brasil PCH referente ao 1º semestre do exercício de 2021 e seguintes, deduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, até o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), apurados na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

10.6.3.1. Na hipótese do CITI receber algum pagamento por parte das Recuperandas antes da realização do pagamento previsto acima, tal valor deverá ser considerado como adiantamento e deduzido do limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) previsto acima, ressalvado o disposto na Cláusula 8.8.1.2.2.4.

10.6.3.2. Após a quitação dos valores previstos na Cláusula 10.6.3 acima, o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) será reduzido para 20% (vinte por cento), os quais serão diretamente destinados à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI ou de eventual Empréstimo DIP CITI, até a sua quitação integral. Para fins de clareza, o disposto na Cláusula 10.6.3 não terá a sua aplicação de forma concomitante com o disposto nessa Cláusula 10.6.3.2;

10.6.4. 30% (trinta por cento) serão diretamente destinados à amortização do Crédito detido pelo BNDES, em razão das concessões relacionadas à Garantia Fiduciária BNDES, como mencionadas na Cláusula 9.4.2.1;

10.6.5. 10% (dez por cento) serão diretamente destinados à amortização do Crédito Extraconcursal detido pela CEMIG;

10.6.6. Eventual saldo será utilizado para pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.6.7. Todos os valores referidos acima não excederão de forma agregada os montantes devidos pela Chipley e/ou pela Renova referentes ao Crédito Extraconcursal CITI, bem como aos créditos detidos por BNDES e CEMIG.

10.7. UPI ASIII Fase B: Os recursos oriundos da venda da UPI ASIII Fase B serão utilizados na seguinte ordem:

10.7.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI Projetos em Desenvolvimento, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.7.2. Quitação de eventual crédito relativo ao Direito de Reembolso Prisma, caso a Prisma não seja declarada vencedora do Procedimento Competitivo

10.7.3. 45% (quarenta e cinco por cento) serão destinados ao pagamento dos Créditos Extraconcursais CITI até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que ocorrerá em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação. Caso a UPI Brasil PCH não seja vendida até Junho de 2021, o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) acima será acrescido de montante em valor equivalente a 35,28% (trinta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova, ainda que não declarados, retidos, ou de qualquer maneira não pagos pela Chipley à Renova, os quais por sua vez teriam como referência os dividendos que a Chipley vier a receber da Brasil PCH referente ao 1º semestre do exercício de 2021 e seguintes, deduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, até o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), apurados na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

10.7.3.1. Na hipótese do CITI receber algum pagamento por parte das Recuperandas antes da realização do pagamento previsto acima, tal valor deverá ser considerado como adiantamento e deduzido do limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) previsto acima, ressalvado o disposto na Cláusula 8.8.1.2.2.4.

10.7.3.2. Após a quitação do valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) previsto na cláusula 10.7.3 acima, o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) será reduzido para 20% (vinte por cento) e serão diretamente destinados à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI ou do crédito derivado de eventual Empréstimo DIP CITI, até a sua quitação integral. Para fins de clareza, o disposto na Cláusula 10.7.3 não terá a sua aplicação de forma concomitante com o disposto nessa Clausula 10.7.3.2;

10.7.4. 30% (trinta por cento) serão diretamente destinados à amortização do Crédito detido pelo BNDES em razão das concessões relacionadas à Garantia Fiduciária BNDES, como mencionadas na Cláusula 9.4.2.1;

10.7.4.1. Na hipótese do BNDES receber algum pagamento por parte das Recuperandas antes da realização do pagamento previsto acima, tal valor deverá ser considerado como adiantamento e deduzido do limite de 30% (trinta por cento) previsto acima, ressalvados outros pagamentos recebidos em razão da alienação de outras UPs, bem como dividendos recebidos em razão da Garantia Fiduciária BNDES após junho de 2021.

10.7.5. Eventual saldo será utilizado para pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.7.6. Todos os valores referidos acima não excederão de forma agregada os montantes devidos pela Chipley e/ou pela Renova referentes ao Crédito Extraconcursal CITI, bem como aos Créditos detidos por BNDES e CEMIG.

10.8. UPI ASIII Fase B – Sobejo: Os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI ASIII Fase B que excederem o valor da proposta do Primeiro Proponente serão utilizados na seguinte proporção:

10.8.1. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real;

10.8.2. 15% (quinze por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores Quirografários e Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários, pro-rata, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, e

10.8.3. 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.9. UPI Enerbrás: Os recursos oriundos da venda da UPI Enerbrás serão necessariamente aplicados na seguinte ordem:

10.9.1. Amortização dos Créditos Extraconcursais BTG até o limite de seu valor;

10.9.2. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI Enerbrás, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A; e

10.9.3. Pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.10. UPI Enerbrás – Sobejo: Observado a quitação dos Créditos Extraconcursais BTG, os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI Enerbrás que excederem o Valor Mínimo previsto para tal alienação na cláusula 9.5.1.1 serão utilizados na seguinte proporção:

10.10.1. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real;

10.10.2. 15% (quinze por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores Quirografários e dos Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários, pro-rata, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A ; e

10.10.3. 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais

assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.11. UPI RenovaCom: Os recursos oriundos da venda da UPI RenovaCom serão necessariamente aplicados na seguinte ordem:

10.11.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI Renovacom, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.11.2. Pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.12. UPI RenovaCom – Sobejo: Os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI RenovaCom que excederem o Valor Mínimo previsto para tal alienação na cláusula 9.7.2 serão utilizados na seguinte proporção:

10.12.1. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real;

10.12.2. 15% (quinze por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores Quirografários e Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários, pro-rata, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A; e

10.12.3. 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.13. UPI ASIII Fase A: Os recursos oriundos da venda da UPI ASIII Fase A serão necessariamente aplicados na seguinte ordem:

10.13.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI ASIII Fase A, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.13.2. Amortização dos Créditos com Garantia Real, nos termos da Cláusula 8.3.1.2.3;

10.13.3. Amortização dos Créditos ASIII Fase A Quirografários, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A;

10.13.4. Caso haja eventual excedente, enquanto o Crédito Partes Relacionadas detido pela CEMIG não tiver sido convertido em capital social da Renova Energia, tais Recursos

Líquidos serão utilizados para amortização total ou parcial do Crédito Partes Relacionadas devido pela CEMIG.

10.13.5. Por fim, pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas e dos Projetos em Desenvolvimento.

11. EMPRÉSTIMOS DIP

11.1. A fim de reforçar o seu caixa e financiar as suas operações, as Recuperandas poderão contratar somente os seguintes Empréstimos DIP:

11.1.1. Um ou mais Empréstimos DIP que somem o valor total agregado de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sem destinação específica dos recursos;

11.1.2. O Empréstimo DIP CITI, regido pela Cláusula 10.1.3;

11.1.3. O Empréstimo Ponte DIP, com finalidade específica, que será regido pelos termos e condições do **ANEXO 6** e que apresentará as seguintes características:

Valor do Principal	R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais)
Tomadora	Chipley
Avalistas	Renova Energia e Renovapar
Destinação dos Recursos	Retomada dos investimentos e conclusão do projeto AS III Fase A e ao pagamento de custos de contratação do Empréstimo Ponte DIP
Encargos Remuneratórios	15% ao ano.
Pagamento dos juros	Nas mesmas datas de pagamento do principal.
Atualização monetária	O principal será atualizado pela variação positiva do IPCA.

Amortização do principal:	<p>Seguirá o cronograma abaixo e poderá ser amortizado no 15º, 30º e 45º dia anterior a cada Data de Vencimento:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Data de Vencimento</th><th>“Saldo do Principal Atualizado” (%)</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>15 de Outubro de 2021</td><td>0,00%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2022</td><td>4,00%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2022</td><td>4,17%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2023</td><td>0,82%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2023</td><td>0,82%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2024</td><td>3,87%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2024</td><td>4,02%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2025</td><td>2,99%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2025</td><td>3,09%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2026</td><td>4,46%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2026</td><td>4,67%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2027</td><td>17,48%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2027</td><td>21,19%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2028</td><td>26,88%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2028</td><td>36,76%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2029</td><td>38,37%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2029</td><td>62,26%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2030</td><td>50,00%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2030</td><td>Saldo Remanescente</td></tr> </tbody> </table>	Data de Vencimento	“Saldo do Principal Atualizado” (%)	15 de Outubro de 2021	0,00%	15 de Abril de 2022	4,00%	15 de Outubro de 2022	4,17%	15 de Abril de 2023	0,82%	15 de Outubro de 2023	0,82%	15 de Abril de 2024	3,87%	15 de Outubro de 2024	4,02%	15 de Abril de 2025	2,99%	15 de Outubro de 2025	3,09%	15 de Abril de 2026	4,46%	15 de Outubro de 2026	4,67%	15 de Abril de 2027	17,48%	15 de Outubro de 2027	21,19%	15 de Abril de 2028	26,88%	15 de Outubro de 2028	36,76%	15 de Abril de 2029	38,37%	15 de Outubro de 2029	62,26%	15 de Abril de 2030	50,00%	15 de Outubro de 2030	Saldo Remanescente
Data de Vencimento	“Saldo do Principal Atualizado” (%)																																								
15 de Outubro de 2021	0,00%																																								
15 de Abril de 2022	4,00%																																								
15 de Outubro de 2022	4,17%																																								
15 de Abril de 2023	0,82%																																								
15 de Outubro de 2023	0,82%																																								
15 de Abril de 2024	3,87%																																								
15 de Outubro de 2024	4,02%																																								
15 de Abril de 2025	2,99%																																								
15 de Outubro de 2025	3,09%																																								
15 de Abril de 2026	4,46%																																								
15 de Outubro de 2026	4,67%																																								
15 de Abril de 2027	17,48%																																								
15 de Outubro de 2027	21,19%																																								
15 de Abril de 2028	26,88%																																								
15 de Outubro de 2028	36,76%																																								
15 de Abril de 2029	38,37%																																								
15 de Outubro de 2029	62,26%																																								
15 de Abril de 2030	50,00%																																								
15 de Outubro de 2030	Saldo Remanescente																																								
Juros moratórios e multa:	1% ao mês durante o tempo de atraso, além de multa de 2%.																																								
Prêmio em caso de Liquidação Antecipada:	<p>(i) 0,069% (sessenta e nove milésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra até 18 de dezembro de 2021 (inclusive); (ii) 0,10% (dez centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra entre 19 de dezembro de 2021 e 18 de dezembro de 2022 (inclusive); ou (iii) 0,15% (quinze centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra a partir de 08 de dezembro de 2022), conforme definido no anexo 6 de acordo com a fórmula abaixo:</p> $P_{LA} = P \times \frac{D_{res}}{30}$ <p>Onde: PLA = Prêmio de Liquidação Antecipada;</p>																																								

	<p>P = Percentual de Prêmio de Liquidação Antecipada, conforme a Data de Liquidação Antecipada;</p> <p>Dres = Total de dias faltantes entre a Data de Liquidação Antecipada e a Data de Vencimento Final.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

11.1.3.1. Amortização Antecipada – Venda da UPI Brasil PCH: conforme Cláusulas 10.1.2 e 10.3.2, os recursos provenientes da alienação da UPI Brasil PCH serão utilizados para a amortização do saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP, estando este subordinado apenas aos valores listados na Cláusula 10.1.1 e *pari passu* e concomitante com os valores e obrigações listados na Cláusula 10.1.2.

11.1.3.2. A constituição das garantias do Empréstimo Ponte DIP está sujeita às anuências de CITI e CEMIG, nos termos respectivamente do **ANEXO 3** e **ANEXO 7**. Adicionalmente e em razão disso, a Garantia Fiduciária BNDES não será afetada, conforme mecânica detalhada no **ANEXO 10**.

11.1.3.3. Forma de remessa dos recursos ao ASIII Fase A. Na hipótese de realização do Empréstimo Ponte DIP aqui referido em benefício de quaisquer das Recuperandas que não a Renova Energia os recursos recebidos por tais Recuperandas deverão ser repassados à Renova Energia através da emissão de debêntures, devendo a Renova Energia, na medida da sua necessidade, utilizar tais recursos para a integralização de novas ações em aumento do capital social da Alto Sertão Participações. Os recursos, então, serão vertidos pela Alto Sertão Participações para as demais sociedades que compõem o ASIII Fase A, conforme necessidade, e conforme restar autorizado pelo Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A.

11.1.3.3.1. Os Credores com Garantia Real garantidos com penhor sobre as ações de uma ou mais sociedades do ASIII Fase A passarão, automaticamente, a deter penhor sobre quaisquer novas ações da Alto Sertão Participações que venham a ser emitidas em favor da Renova Energia em decorrência do aumento de capital supra referido. O penhor a que se refere esta Cláusula garantirá, exclusivamente, os Créditos com Garantia Real já detidos pelo respectivo Credor com Garantia Real.

11.1.3.3.2. A remessa de recursos ao ASIII Fase A prevista nesta Cláusula apenas ocorrerá após a homologação judicial do plano de recuperação judicial do ASIII Fase A, e contanto que o plano homologado contenha disposições que permitam a distribuição e utilização dos recursos oriundos do Empréstimo DIP no prosseguimento das obras do ASIII Fase A.

11.1.3.3.3. Destinação dos Recursos do Empréstimo Ponte DIP. 100% (cem por cento) dos recursos obtidos com o Empréstimo Ponte DIP deverão ser destinados para a retomada dos investimentos e conclusão do projeto ASIII Fase A e ao pagamento de custos de contratação do Empréstimo Ponte DIP. A

necessidade de capital de giro da Renova Comercializadora para o cumprimento do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a Lightcom Comercializadora de Energia S.A. deverá ser suportada pelas sociedades que compõem o ASIII Fase A, sendo que eventual prejuízo ou lucro apurado no âmbito do referido contrato será alocado nas ou suportado pelas respectivas sociedades, em face dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados entre tais sociedades e a Renova Comercializadora.

11.1.3.3.3.1. O valor acumulado do prejuízo líquido (compensação entre lucros e prejuízos acumulados) a ser suportado por tais sociedades até que o projeto ASIII Fase A esteja concluído não poderá ser superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), devendo o valor que exceder tal limite ser suportado pela Renova Comercializadora.

11.1.3.3.3.2. Eventual lucro apurado pelas sociedades que compõem o ASIII Fase A no âmbito dessas operações deverá ser remetido à Renova Comercializadora para a restituição de prejuízos passados que tenham excedido o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme necessário.

11.1.4. Um ou mais Empréstimos DIP que somem o valor total agregado de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com a finalidade específica de finalização das obras do projeto ASIII Fase A, os quais apenas poderão ser contratados após 13 (treze) meses da Data de Homologação, de forma escalonada e proporcional às necessidades do Grupo Renova, desde que não tenha havido a alienação da UPI Brasil PCH.

11.2. O Empréstimo Ponte DIP e o Empréstimo DIP CEMIG serão considerados automaticamente ratificados pelos Credores Concursais com a Homologação Judicial do Plano, contanto que atendam aos requisitos da Cláusula 11.1.

12. CONDIÇÕES PARA A ALIENAÇÃO DE DETERMINADAS UPIS

12.1. Como condições precedentes para as alienações da UPI Brasil PCH e UPIS Projetos em Desenvolvimento e outras ações expressamente previstas no Plano, os seguintes Credores concordam com as seguintes condições:

12.1.1 CEMIG: o Credor Parte Relacionada CEMIG substituirá as suas garantias fiduciárias sobre determinados ativos das Recuperandas, principalmente aquelas relacionadas à Chipley SP Participações S.A, pela cessão fiduciária de eventual valor de sobejo obtido com a venda futura do projeto ASIII Fase A, respeitando-se os direitos dos demais Credores sobre tais valores. Caso haja venda de qualquer das UPIS Projetos em Desenvolvimento, a CEMIG substituirá as garantias que detenha sobre os ativos relacionados à UPI alienada, pelo recebimento, para antecipação do pagamento de seus Créditos, de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos Recursos Líquidos obtidos com a venda das UPIS sobre as quais

tenham substituído as garantias, excepcionada a garantia fiduciária detida pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em relação às ações representativas do capital social da SF 120 Participações Societárias S.A., a qual permanece válida e eficaz.

12.1.2 CITI: Quando o CITI (i) receber o pagamento de 100% (cem por cento) dos Créditos Extraconcursais CITI; (ii) receber o pagamento previsto na Cláusula 10.1.2.(c); ou (iii) receber o pagamento previsto na Cláusula 10.3.3, o que ocorrer primeiro, será automaticamente liberada a Garantia Fiduciária CITI. Até que isso ocorra, sem que isso importe em renúncia e/ou liberação da Garantia Fiduciária CITI, o CITI concorda com a suspensão temporária das obrigações de não retenção e não endividamento constantes na Cédula de Crédito Bancário que corporifica os Créditos Extraconcursais CITI, nos termos do **ANEXO 3**, bem como ratifica o disposto no **ANEXO 10**.

12.1.3 Após junho de 2021, em hipótese alguma poderá ser direcionado para pagamento do Empréstimo Ponte DIP montante excedente a 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos, juros sobre capital próprio e outras distribuições recebidos pela Chipley oriundos da Brasil PCH, conforme estabelecido no ANEXO 10. A utilização do produto da venda da UPI BrasilPCH é regida pelas Cláusulas 10.1 e 10.2.

13. LEILÃO REVERSO

13.1. Após a conclusão das obras relacionadas ao projeto ASIII Fase A, as Recuperandas poderão realizar, para os Credores Concursais, excluídos os Créditos Partes Relacionadas, um mecanismo de Leilão Reverso, no qual tais Credores Concursais poderão optar pelo recebimento antecipado de seus Créditos Concursais, mediante aplicação de deságio mínimo de 40% (quarenta por cento), a ser definido em conformidade com o mecanismo do Leilão Reverso, na forma desta Cláusula.

13.1.1. O mecanismo de Leilão Reverso apenas poderá ser utilizado pelas Recuperandas nas seguintes hipóteses:

(i) Haver sido concluído o projeto ASIII Fase A, notadamente com a conclusão do Estágio 4 da tabela constante do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, conforme atestado pela Empresa de Monitoramento de Obras; e

(ii) haver saldo de caixa mínimo no âmbito do Grupo Renova, de maneira consolidada, equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), hipótese em que o valor excedente poderá ser distribuído aos Credores por meio do Leilão Reverso, de modo que, após a realização do Leilão Reverso, o caixa mínimo equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) seja observado.

13.2. Forma de Participação dos Credores Concursais e abertura dos envelopes: O Credor Concursal que escolher participar desta opção de pagamento deverá apresentar um envelope lacrado contendo sua proposta de deságio, observado o deságio mínimo de 40% (quarenta por cento), na forma do **ANEXO 4**, considerando uma ou mais de suas operações de crédito

isoladamente, em reunião a ser realizada em São Paulo, sendo certo que a data efetiva será oportunamente informada aos Credores abrangidos mediante Comunicado ao Mercado. Os documentos comprobatórios da identificação, qualificação e poderes conferidos ao subscritor da proposta deverão ser entregues em separado, de modo a permitir sua análise e conferência previamente à abertura dos envelopes. Em seguida, os envelopes serão abertos na própria reunião, na presença de todos os Credores abrangidos participantes, momento em que as condições de deságio propostas serão conhecidas por todos. Será lavrada uma ata da reunião, contendo as propostas apresentadas como anexos, para assinatura pelos presentes.

13.3. Forma de Pagamento do Leilão: Terão prioridade no recebimento os Créditos abrangidos ofertados com o maior deságio nos limites do edital. Para esta finalidade, os Créditos abrangidos serão listados em ordem decrescente, considerando o percentual do deságio ofertado relativamente à respectiva operação. O valor a ser efetivamente pago ao Crédito abrangido listado em primeiro lugar será calculado considerando o deságio ofertado e o valor de seu crédito, atualizado pelas respectivas taxas de juros e correção monetária até a Data do Pedido de Recuperação Judicial (mas sem considerar quaisquer encargos moratórios).

14. CONVERSÃO DE DÍVIDAS EM CAPITAL E AUMENTO DE CAPITAL PARA NOVOS RECURSOS

14.1. Conversão de Créditos em Capital. Todos os Credores Concursais e Credores Extraconcursais, inclusive credores do ASIII, conforme restar previsto no plano de recuperação judicial do ASIII Fase A, poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus Créditos, que tenham fato gerador anterior à Data do Pedido, em capital social da Renova Energia, nas seguintes condições:

14.1.1. A opção pela conversão dos Créditos em capital social da Renova Energia S.A. poderá ser exercida a qualquer tempo durante 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação, observada cada uma das janelas de opção descritas na tabela abaixo.

	De*	Até*
01ª Janela do Pedido de Conversão	D+0	D+30
01º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+31	D+120
02ª Janela do Pedido de Conversão	D+121	D+150
02º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+151	D+270
03ª Janela do Pedido de Conversão	D+271	D+300
03º Processo de Aumento de Capital e	D+300	D+390

Conversão		
04ª Janela do Pedido de Conversão	D+391	D+420
04º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+421	D+510
05ª Janela do Pedido de Conversão	D+511	D+540
05º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+541	D+630
06ª Janela do Pedido de Conversão	D+631	D+660
06º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+661	D+740
*D = Data de Homologação		

14.1.2. A conversão em ações deverá respeitar os direitos de preferência dos atuais acionistas, as demais condições previstas no estatuto da Renova Energia, e a legislação em vigor.

14.1.2.1. As conversões poderão ocorrer em ações ordinárias ou preferenciais, conforme informado na opção de conversão, ressaltando que para a formação da Unit RNEW11, a composição é de 01 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais.

14.1.2.2. Caso algum Credor venha a aderir à opção de conversão, a primeira conversão será realizada em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Homologação.

14.1.2.3. As conversões subsequentes não poderão se realizar em intervalos inferiores a 90 (noventa) dias entre uma e outra, e o valor mínimo agregado dos Créditos a serem convertidos não poderão ser inferiores a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Não sendo atingido o valor mínimo indicado, não será realizado o processo de aumento de capital e conversão de Créditos em ações.

14.1.2.4. As conversões solicitadas pelos Credores não caracterizados como Partes Relacionadas no presente Plano serão realizadas mediante e nos limites do mecanismo de subscrição de sobras disponíveis após a não subscrição de ações pelos atuais acionistas em razão de seus direitos de preferência no âmbito de aumento de capital da Renova Energia S.A.

14.1.2.5. Forma de escolha da opção. O exercício da opção de conversão se dará mediante o preenchimento e envio ao Grupo Renova do formulário contido no **ANEXO 13** do Plano, no prazo previsto na Cláusula 14.1.1, que deverá ser preenchido, assinado e enviado em via digitalizada exclusivamente por e-mail ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 16.12 do Plano.

14.1.3. O preço de conversão para a capitalização de Créditos será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Renova Energia S.A. na B3 (VWAP) verificado nos 30 (trinta) pregões anteriores à Data do Pedido.

14.1.4. Comissário. Nos termos da Instrução CVM nº 505, os Credores que não desejarem se tornar acionistas mediante o recebimento de ações resultantes da Conversão de Crédito poderão optar por nomear e outorgar os poderes competentes ao Comissário, o qual receberá tais ações a que tais Credores teriam direito, realizará a venda de tais ações de acordo com sua cotação no momento do pregão em que a venda for realizada, e entregará os recursos líquidos provenientes da venda, nos prazos indicados abaixo.

14.1.4.1. O Comissário atuará exclusivamente para vender as ações e entregar os valores obtidos com a venda ao respectivo Credor que optar por sua nomeação, não agindo como corretor de valores e não tendo a obrigação de buscar a maximização do preço de venda de tais ações para além da cotação verificada no momento do pregão em que a venda for realizada. A figura do Comissário já foi tratada e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme se verifica do Memorando nº 1/2018-CVM/SMI/GMN proferido em 18 de janeiro de 2018 do Processo nº 19957.011103/2017-81. Os Credores que optarem pela sua nomeação deverão realizar o respectivo pagamento do valor cobrado pelo trabalho exercido pelo Comissário no momento do recebimento dos recursos após a venda das ações.

14.1.4.2. Os Credores que preferirem delegar ao Comissário os poderes necessários à alienação das ações a que fizer jus deverão manifestar sua intenção no mesmo ato do exercício da opção de conversão prevista na cláusula 14.1.1, mediante o envio de notificação para a Renova Energia, indicando os dados da conta bancária na qual deverá ser realizado o oportuno pagamento do produto da alienação das ações.

14.1.4.3. O Comissário deverá (i) iniciar a venda das ações em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que as ações estiverem disponíveis para serem negociadas e conforme oferta e demanda existente para tais ações; e (ii) entregar o produto da alienação dessas ações ao respectivo Credor, na conta corrente por ele indicada, líquido de todos e quaisquer custos e taxas operacionais e tributos e remuneração do Comissário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da venda dessas ações.

14.1.4.4. Os Credores que preferirem delegar ao Comissário os poderes necessários à alienação das ações a que fizerem jus conferirão, em caráter

irrevogável e irretroatável, a mais ampla, plena e rasa quitação no momento em que as ações forem entregues ao Comissário para venda.

14.1.4.5. O fluxo diário das ações colocadas à venda pelo Comissário não poderá ultrapassar 60% da média do volume financeiro de transações de ações da Renova Energia S.A dos 30 (trinta) pregões anteriores a venda. Dessa forma, deverá o Comissário alocar no mercado um volume *pro-rata* das ações a serem por ele vendidas considerado o que dispõe esta cláusula, até a venda de todas as ações.

14.1.5. Não serão permitidas solicitações de conversão de Créditos após o 24º (vigésimo quatro) mês (exclusive) contados da Data de Homologação.

14.2. Novos Recursos. Diante das necessidades de novos recursos para retomada de investimentos em CAPEX e implementação dos planos de negócios, as Recuperandas poderão realizar aumentos de capital por meio da emissão privada de ações ordinárias de emissão da Renova Energia S.A., no limite de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que serão integralizados em espécie.

14.2.1. O preço de conversão para a emissão será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Renova Energia na B3 (VWAP) verificado nos 30 (trinta) pregões anteriores à Data do Pedido

15. AGENTE DE MONITORAMENTO FINANCEIRO

15.1. No prazo de 90 (noventa) dias contados da Homologação do Plano, as Recuperandas se obrigam a contratar o Agente de Monitoramento Financeiro dentre os agentes relacionados no **ANEXO 8**, sendo certo que a contratação será informada aos Credores por meio de manifestação nos autos da Recuperação Judicial.

15.2. Os custos e despesas com a contratação serão arcados única e exclusivamente pelas Recuperandas.

15.3. O Agente de Monitoramento Financeiro será responsável por (i) verificar o regular cumprimento de todas as obrigações financeiras previstas no Plano, inclusive quanto à aplicação dos recursos para pagamento de despesas operacionais, conforme previsto nas regras atinentes à alienação de UPIs, informando aos Credores acerca de quaisquer descumprimentos, bem como (ii) acompanhar mensalmente as atividades financeiras das Recuperandas.

15.4. A pessoa a ser contratada pelas Recuperandas deverá estar devidamente habilitada para a prestação de tais atividades e estará sujeita aos deveres de confidencialidade sobre as informações obtidas, devendo, contudo, as informações relacionadas às funções desempenhadas pelo Agente de Monitoramento Financeiro no âmbito do Plano serem devidamente informadas aos Credores que manifestarem interesse. As Recuperandas neste ato se obrigam perante os Credores a conceder ao Agente de Monitoramento Financeiro contratado acesso irrestrito a todas

as informações (e documentos comprobatórios de tais informações) que sejam necessárias para que seja possível desempenhar suas funções.

16. EFEITOS DO PLANO

16.1. Vinculação do Plano. As disposições do Plano vinculam as Recuperandas e seus Credores Concursais e Credores Extraconcursais Aderentes, e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Data de Homologação.

16.2. Eficácia condicionada à homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A. Em razão da intrínseca interligação entre ambos os planos de recuperação judicial, bem como da impossibilidade de soerguimento das atividades das Sociedades Consolidadas nas premissas atuais sem que o mesmo ocorra com as sociedades que compõem o ASIII Fase A, este Plano, ainda que tenha sido objeto de Homologação Judicial, apenas produzirá efeitos caso o Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A também seja objeto de Homologação Judicial. Na hipótese de o Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A não vir a ser homologado judicialmente, as Sociedades Consolidadas deverão requerer a convocação de nova Assembleia de Credores para deliberar novas condições para o Plano.

16.3. Extinção de processos judiciais ou arbitrais. Exceto se previsto de forma diversa no Plano, os Credores Concursais não mais poderão, a partir da Data de Homologação e desde que as Recuperandas estejam adimplentes para com as suas obrigações previstas no Plano, (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação judicial ou processo independente de qualquer tipo relacionado a qualquer Crédito Concursal contra as Recuperandas, com exceção da sentença que vier a homologar este Plano; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as Recuperandas, relacionada a qualquer Crédito Concursal; (iii) penhorar quaisquer bens das Recuperandas, para satisfazer seus Créditos Concursais; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos das Recuperandas, para assegurar o pagamento de seus Créditos Concursais, com exceção do quanto previsto no Plano; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às Recuperandas, com seus Créditos Concursais; e (vi) buscar a satisfação de seus Créditos Concursais por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso contra as Recuperandas, relativas aos Créditos Concursais serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas, sendo que cada parte arcará com as respectivas custas e despesas processuais que tiver incorrido, e com os honorários advocatícios dos seus respectivos advogados.

16.4. Cancelamento de protestos. A Homologação Judicial do Plano acarretará o cancelamento de todo e qualquer protesto junto a Cartórios de Títulos e Documentos que tenha origem em Crédito Concursal, bem como na exclusão definitiva do nome das Recuperandas nos registros de quaisquer órgãos de proteção ao crédito quando o apontamento se originar de Crédito Concursal.

16.5. Garantias, Coobrigados e Garantidores. Com a Homologação Judicial do Plano, as garantias reais e fiduciárias sobre os Créditos Concursais e sobre os Créditos Extraconcursais serão mantidas nos termos originalmente contratados. Poderão ser suspensas, apenas com autorização

expressa e por escrito do respectivo Credor, (i) a exigibilidade dos créditos contra coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores; (ii) as eventuais demandas em curso; e (iii) o prazo prescricional relativo às demandas (não ajuizadas ou em curso), até a retomada da sua exigibilidade ou até a sua extinção.

16.5.1. Após a realização do pagamento dos Créditos Concurais nos termos previstos no Plano, ficarão automaticamente resolvidas as garantias, fianças, avais e obrigações solidárias anteriormente constituídas. Da mesma forma, todas as demandas eventualmente ajuizadas que versarem sobre obrigações quitadas nos termos desse Plano serão automaticamente extintas, sem ônus para as partes.

16.6. Respeito a contratos vigentes entre Recuperandas. A Homologação Judicial do Plano não prejudicará as condições previstas em contratos firmados entre as Sociedades Consolidadas ou as sociedades que compõem o ASIII Fase A que digam respeito à gestão de caixa e ao rateio de despesas, os quais continuarão a ser respeitados.

16.6.1. Eventuais novos contratos entabulados entre Recuperandas deverão sempre respeitar padrões de mercado, com exceção de contratos de mútuo.

16.6.2. Eventuais novos contratos entabulados entre Recuperandas e Partes Relacionadas deverão sempre respeitar padrões de mercado.

16.6.3. Os Créditos Concurais originados de operações de mútuo *intercompany* realizadas no âmbito do Grupo Renova não sofrerão a incidência de correção monetária ou juros a partir da Data do Pedido.

16.7. Livre movimentação de caixa. Enquanto as Sociedades Consolidadas e as sociedades que compõem o ASIII Fase A se mantiverem adimplentes em relação a seus respectivos Planos, as Sociedades Consolidadas e as sociedades que compõem o ASIII Fase A podem movimentar recursos livremente entre quaisquer das sociedades Recuperandas, observado o previsto nas Cláusulas 17.3 e 17.7, respeitadas as disposições de eventuais contratos firmados entre as Recuperandas.

16.7.1. As debêntures privadas emitidas pela Renova Energia em março de 2020 só poderão ser quitadas após a alienação da UPI Brasil PCH e pagamento dos recursos oriundos de sua alienação na forma prevista neste Plano, ou a quitação dos Créditos Extraconcurais CITI, o que ocorrer primeiro, ou, conforme o caso, nos termos originais previstos na respectiva escritura de emissão.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Créditos Ilíquidos, controversos e retardatários. Todos os Créditos Concurais que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente ao pedido da Recuperação Judicial, ainda que não vencidos ou não habilitados na Lista de Credores, ou que

sejam objeto de disputa judicial, incluindo a majoração de valores decorrentes do trânsito em julgado de decisões proferidas nos incidentes de Impugnações ou Habilitações de Crédito ou procedimento judicial ou arbitral em andamento, também são novados por este Plano, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste Plano e da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 49, *caput*, da LFRJ, mantendo-se em vigor, no entanto, todas as garantias outorgadas, nos termos originalmente contratados, exceto quando previsto de forma diversa no Plano. Os deságios, prazos, termos e condições previstos no presente Plano não serão reduzidos ou readaptados e serão integralmente aplicáveis a tais Créditos, iniciando-se sua contagem apenas após a devida inclusão de tais Créditos na Lista de Credores.

17.2. Anuência dos Credores. Os Credores Concursais e os Credores Extraconcursais Aderentes têm plena ciência de que os prazos, termos e condições de satisfação de seus Créditos são alterados por este Plano. Os Credores Concursais e os Credores Extraconcursais aderentes, no exercício de sua autonomia da vontade, declaram que concordam expressamente com as referidas alterações, nos termos previstos neste Plano.

17.3. Dividendos. Enquanto não forem integralmente quitados Créditos com Garantia Real, nenhum dividendo poderá ser distribuído por qualquer das Recuperandas a seus acionistas (Art. 52, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Renova Energia e observado o disposto no art. 202, §§ 4º e 5º da Lei das S.A.), ficando permitida apenas a distribuição de dividendos entre as Recuperandas e/ou quaisquer das sociedades que compõem o ASIII Fase A; e (ii) as distribuições de dividendos determinadas no Instrumento AF Enerbrás.

17.3.1. Enquanto não for alienada a UPI Brasil PCH, a Renova Energia, na qualidade de controladora da Chiple, se obriga a orientar a Chiple a votar em favor da distribuição dos dividendos máximos possíveis no âmbito da Brasil PCH e a adotar todas as outras medidas cabíveis para que tal distribuição ocorra, conforme **ANEXO 10** e Termo de Obrigações, que fora firmado como condição e parte indissociável do Empréstimo Ponte DIP.

17.3.2. O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nas Cláusulas 17.3 e 17.3.1, no ANEXO 10, no ANEXO 5 e no Termo de Obrigações, constante do ANEXO 13, será, para todos os efeitos, considerado como descumprimento ao Plano, sujeitando as Recuperandas às consequências legais aplicáveis. Por outro lado, o descumprimento de quaisquer das obrigações estabelecidas nos instrumentos relacionados ao Empréstimo Ponte DIP, inclusive aquelas reproduzidas no **ANEXO 6** deste Plano, não serão consideradas como descumprimento a este Plano ou ao Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, ficando assegurado ao Credor do Empréstimo Ponte DIP o direito à execução judicial de tais obrigações, na forma da lei.

17.4. Quitação. O integral pagamento realizado na forma estabelecida neste Plano acarretará a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos Concursais de qualquer tipo e natureza contra as Recuperandas, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os Credores terão quitado, liberado e/ou renunciado a todos e quaisquer Créditos Concursais, e não mais poderão reclamá-los contra as Recuperandas. A quitação dos Créditos Extraconcursais Aderentes se dará na forma explicitada nos respectivos instrumentos de adesão.

17.5. Pagamento Máximo. Os Credores Concursais não receberão das Recuperandas, em hipótese alguma, quaisquer valores que ultrapassem o valor estabelecido neste Plano para pagamento de seus Créditos Concursais.

17.6. Créditos devidos ao Administrador Judicial. Os créditos devidos ao Administrador Judicial, seu perito e os devidos aos assessores jurídicos e financeiros das Recuperandas são, conforme definido pela LFRJ, extraconcursais e não sujeitos à Recuperação Judicial.

17.7. Empréstimos entre Sociedades Consolidadas e ASIII Fase A. Na hipótese de o Grupo Renova entender aplicável e, desde que tal medida não comprometa o cumprimento das obrigações assumidas pelas Sociedades Consolidadas neste Plano, as Sociedades Consolidadas poderão conceder empréstimos ao ASIII Fase A, realizar o aporte e aumento de capital nas sociedades do ASIII Fase A e/ou fazer a movimentação de recursos, entre as Sociedades Consolidadas e as sociedades do ASIII Fase A, que sejam necessárias para a condução das atividades do ASIII Fase A, dispensada a necessidade de aprovação prévia específica em Assembleia Geral de Credores.

17.7.1. A concessão de empréstimos, aportes de capital e/ou movimentação de recursos às sociedades do ASIII Fase A previstas na Cláusula 15.7 acima apenas ocorrerá após a homologação judicial deste Plano e do plano de recuperação judicial do ASIII Fase A.

17.7.2. As Recuperandas ficam autorizadas a realizar operações no mercado de capitais através de captações primárias na Renova Energia ou em suas subsidiárias.

17.8. Disposições do Plano. Na hipótese de qualquer termo, cláusula ou disposição deste **Plano** ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, todos os demais termos, cláusulas e disposições permanecerão válidos, eficazes e exigíveis, desde que não alterem a estrutura de pagamento dos Créditos prevista neste Plano nem inviabilizem a capacidade de recuperação do Grupo Renova.

17.9. Aditamentos, alterações ou modificações do Plano. Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostos a qualquer tempo após a Data de Homologação, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelas Recuperandas e aprovadas pela Assembleia de Credores, nos termos da LFRJ.

17.10. Equivalência econômica no cumprimento do Plano. Na hipótese de qualquer das operações previstas no Plano que não envolva pagamento em dinheiro aos Credores Concursais não ser possível de ser implementada pelas Recuperandas para qualquer Credor Concursal, seja pelo transcurso dos prazos previstos para a implementação de tais operações ou por razões regulamentares, as Recuperandas adotarão, em prazo que não exceda mais de 15 (quinze) dias úteis do prazo de cumprimento da obrigação original prevista no Plano, as medidas necessárias com o objetivo de assegurar um resultado econômico equivalente para os Credores Concursais, ocasião em que não se considerará o Plano como descumprido, desde que haja concordância dos Credores afetados com a solução proposta.

17.11. Anexos. Todos os Anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano.

17.12. Comunicações. Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações às Recuperandas requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

At.: Diretor Presidente

Endereço: Av. Roque Petroni Júnior, 850 - 14º andar, parte 1, Torre Jaceru

Jardim das Acacias

São Paulo - SP, 04707-000

E-mail: rj@renovaenergia.com.br

18. CESSÕES E SUB-ROGAÇÕES

18.1. Cessão de Créditos. Os Credores poderão ceder seus Créditos a outros Credores e a terceiros, e a cessão produzirá efeitos em relação às Recuperandas desde que devidamente notificadas. Os Créditos cedidos conservarão a classificação e as condições de pagamento previstas na Lista de Credores e neste Plano, inclusive quanto aos Créditos Partes Relacionadas, inclusive quanto a eventuais obrigações assumidas ou imputáveis ao cedente.

18.1.1. Quando o cessionário do Crédito for uma Parte Relacionada, o Crédito cedido passará a ser considerado para todos os fins e efeitos um Crédito Parte Relacionada, independentemente da natureza do Crédito, bem como da qualificação do cedente como uma Parte Relacionada.


18.2. Sub-Rogações. Créditos Concursais relativos ao direito de regresso contra as Recuperandas, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de créditos e/ou obrigações de qualquer natureza existentes, na Data do Pedido de Recuperação Judicial, contra as Recuperandas, serão pagos nos termos estabelecidos neste Plano para os referidos Credores. Recuperandas que se sub-roguem nos Créditos Concursais serão tratadas como Partes Relacionadas, sem prejuízo de aumentos de capital ou compensações entre Recuperandas sem movimentação de caixa.

19. LEI E FORO

19.1. Lei Aplicável. Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.


19.2. Eleição de Foro. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano e aos Créditos Concurais serão resolvidas (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial; e (ii) pelo Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, após o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

19.3. O Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos das Recuperandas.

DocuSigned by:

9C8C84BF64D241D...

Marcelo José Milliet

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

DocuSigned by:

EE35339DC2C8476...

Gustavo Henrique Simoes dos Santos

RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial

RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial

CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial

CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial

CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial

CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial

CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial

CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial

CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial

CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial

CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial

CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial

CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial

CE TINGUI S.A. em recuperação judicial

CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial

CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial

CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial

CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial

CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial

CE ICO S.A., em recuperação judicial

CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial

CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial

CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial

BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial

CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial

VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial

RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial

PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial

ANEXO 1**Formulário de opção – Credores Trabalhistas**

Ao

Grupo Renova

Ref.: Comunicação de opção de pagamento – Credor Trabalhista.

Prezados Srs.,

_____, inscrito no CPF/CNPJ sob o
nº _____, residente e domiciliado em

_____,
representado neste ato na forma de seus documentos constitutivos (“Credor”), na qualidade de Credor Trabalhista em relação ao processo de recuperação judicial de Renova Energia S.A. e outras (“Grupo Renova”), devidamente listado na lista de credores, vem, por meio do presente, em atendimento ao quanto exposto nas Cláusulas 8.2.1. e seguintes do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas (“Plano”), declarar, para todos os fins e efeitos de direito nos termos definidos no Plano, que opta pela opção de pagamento assinalada com um “X” abaixo:

[☐] OPÇÃO A – Cláusula 8.2.1.3.1. – pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 12 (doze) meses da Data de Homologação, reajustado pela variação do IPCA desde a Data de Homologação.

[☐] OPÇÃO B – Cláusula 8.2.1.3.2. – pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 18 (dezoito) meses após um período de carência de 6 (seis) meses da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

O Credor declara expressamente ter lido e compreendido todas as disposições do Plano, reconhecendo que são aplicáveis à forma de pagamento a ele cabível todas as disposições do Plano. A leitura deste Formulário não substitui a leitura do Plano em sua integralidade, nem deve ser este Formulário interpretado com um resumo do Plano.

O Credor declara-se ciente de que a opção feita neste ato é irrevogável, irretratável, final, definitiva e vinculante, indicando, a seguir, seus dados bancários para pagamento:

Dados Bancários para pagamento

Banco: _____

Agência: _____

Número da Conta: _____

Titular: _____

CPF/CNPJ: _____

O Credor declara, por fim, que a realização de seus pagamentos na conta bancária acima indicada atende a todos os requisitos da legislação civil e tributária, inclusive para os fins do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sob os aspectos Financeiro, Fiscal e Contábil, comprometendo-se o Credor, ainda, a indicar nova conta bancária (ou atualizar os dados da conta bancária atual) caso haja alteração na legislação atual, de forma a manter o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios.

OBS.: Este formulário deve ser enviado exclusivamente por email ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário.

Por seu representante legal:

ANEXO 2

Lista de Projetos em Desenvolvimento.

- Projeto ARPOTI localizado no estado de PE/PB com potência estimada de 567 MW;
- Projeto BARRA localizado no estado de BA com potência estimada de 816 MW;
- Projeto BELAMADRE localizado no estado de PE com potência estimada de 222,6 MW;
- Projeto BETANIA localizado no estado de PE/PI com potência estimada de 451,2 MW;
- Projeto CACIMBAS localizado no estado de PB com potência estimada de 331,2 MW;
- Projeto CHAPECARI localizado no estado de RN com potência estimada de 369,6 MW;
- Projeto CROARANGA localizado no estado de CE com potência estimada de 307,2 MW;
- Projeto FACHEIRO II localizado no estado de RN com potência estimada de 552 MW;
- Projeto FACHEIRO III localizado no estado de RN com potência estimada de 254,4 MW;
- Projeto GRAUNA localizado no estado de BA com potência estimada de 662,4 MW;
- Projeto LABOCÓ localizado no estado de RN com potência estimada de 91,2 MW;
- Projeto MULATO localizado no estado de BA com potência estimada de 420 MW;
- Projeto SANTAPAPE II localizado no estado de RN/PB com potência estimada de 216 MW;
- Projeto SANTAPAPE IV localizado no estado de RN/PB com potência estimada de 297,6 MW;
- Projeto TUPAMAMA localizado no estado de PE com potência estimada de 460,8 MW

ANEXO 3

[...], [...] de [...] de 2020.

Ao

Banco Citibank S.A. (“Citibank”)

[Avenida Paulista, nº 1.111- 2º andar]

[CEP 01.311-920 / São Paulo, SP]

At: [-]

[E-mail: [-]]

[C/C

[-]. (“Representante do Credor”)

[-]

CEP [-] – [-], [-]

Tel: [-]

[E-mail: [-]]

Ref.: Solicitação de anuência

Prezados Senhores,

Fazemos referência: (i) à “Cédula de Crédito Bancário Representativa de Operação de Empréstimo”, emitida em 23 de julho de 2019, pela Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”), em favor do Citibank, com aval da Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Chipley”); e (ii) ao “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva”, celebrado em 23 de julho de 2019, conforme aditado, entre a Renova e o Citibank, com interveniência e anuência da Chipley (em conjunto, “Documentos CCB Citibank”).

Nos termos dos Documentos CCB Citibank, foram constituídas, em garantia à cédula emitida em favor dessa instituição, entre outras e sem prejuízo do detalhamento lá previsto, (i) cessão fiduciária, sob condição suspensiva especificada nos referidos documentos, de 35,28% (trinta e cinco inteiros vinte e oito centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova; e (ii) cessão fiduciária, contratada originalmente sob condição suspensiva, de 4,72% (quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova

(“Direitos Creditórios Citibank”).

Nos termos do Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.1247.1, firmado em 19 de dezembro de 2014, conforme alterado de tempos em tempos, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A., com a interveniência de terceiros, foram constituídas, em garantia às obrigações ali contratadas, em favor daquela instituição, entre outras e sem prejuízo do detalhamento lá previsto, cessão fiduciária, sob condição suspensiva especificada nos referidos documentos, de 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova (“Direitos Creditórios BNDES”).

A Renova, a Chipley e a Renovapar S.A. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”) encontram-se em situação de crise econômico-financeira e, com o objetivo de viabilizar a superação da referida crise e permitir a manutenção de suas atividades, ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial distribuído à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), cujo processamento foi deferido em 16 de outubro de 2019.

Em 6 de julho de 2020, as Recuperandas e outras empresas em recuperação judicial do Grupo Renova apresentaram a segunda versão de seu Plano de Recuperação Judicial nos autos da Recuperação Judicial, conforme ajustado e aditado de tempos em tempos (“Plano de Recuperação Judicial”).

A pedido das Recuperandas, a Quadra Gestão de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.707.098/0001-14 (“Quadra”), estruturou a operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* (“Operação”), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Recuperandas, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores.

Em 12 de setembro de 2020, as Recuperandas e a Quadra assinaram o “*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*”, que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação (“Memorando”).

Os termos e condições do Memorando foram refletidos na Cédula de Crédito Bancário a ser emitida pela Chipley em favor do [credor] (“Credor”), que será celebrada substancialmente na forma do “Anexo I” ao presente (“CCB DIP QUADRA”).

Em garantia ao fiel e cabal cumprimento das obrigações contraídas pela Chipley no âmbito da CCB DIP QUADRA, a mesma cederá fiduciariamente, em favor de [-], na qualidade de representante do Credor e agindo sempre em benefício deste ("Representante do Credor"), nos termos de instrumento específico de cessão fiduciária de direitos creditórios, sem prejuízo do detalhamento lá previsto e respeitadas as demais disposições dos Direitos Creditórios Citibank não afetadas por este instrumento ("Waiver") ("Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA");

- a) montante correspondente a 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) de todos e quaisquer montantes recebidos pela Chipley a título de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital, em decorrência da titularidade de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH S.A. ("Percentual Direitos Creditórios Dividendos", "Proventos das Ações" e "Ações Brasil PCH"), os quais serão depositados em conta cedida fiduciariamente em favor do Credor ("Conta Vinculada"), mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;
- b) todos e quaisquer direitos depositados (ou a serem depositados), seja a que título for, na Conta Vinculada, incluindo mas não se limitando a, todo e qualquer crédito ou valor correspondente a dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Chipley decorrentes das Ações Brasil PCH, no percentual acima disposto, incluindo recursos eventualmente em trânsito na Conta Vinculada ou em fase de compensação bancária ("Direitos Creditórios Conta Vinculada"), mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;
- c) todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos recebidos ou depositados na Conta Vinculada, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma depositados ou a serem depositados em favor da Emitente na Conta Vinculada ("Rendimentos" em conjunto com o Percentual Direitos Creditórios Dividendos e os Direitos Creditórios Conta Vinculada, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente", respectivamente);
- d) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas decorrentes de lei ou contrato relacionados aos Direitos Cedidos Fiduciariamente, mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver; e
- e) se houver a venda da UPI Brasil PCH, conforme definida no Plano de Recuperação Judicial, a importância correspondente ao preço auferido em tal alienação, cujo montante deverá

ser utilizado para o pagamento antecipado obrigatório da CCB DIP QUADRA, nos termos da minuta ora anexa ("Pagamento Antecipado Obrigatório").

A esse respeito, neste ato, solicitamos a V.Sas. o **consentimento**, irrevogável e irretratável, quanto aos termos da Operação, **a ser declarado mediante a aposição do seu "De Acordo" neste instrumento**, até o dia [-] de [-] de 2020, ("Consentimento").

A fim de viabilizar o cumprimento das obrigações pela Chipley, nos termos da CCB DIP QUADRA, incluindo a concessão da Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA e a assunção da obrigação do Pagamento Antecipado Obrigatório, sem que haja o descumprimento de obrigações por esta contratadas na CCB Citibank, o Consentimento representará a **expressa anuência do Citibank quanto à:**

- a) ciência e anuência de que do total dos Proventos das Ações o montante correspondente ao Percentual Direitos Creditórios Dividendos será pago na Conta Vinculada, e utilizado conforme descrito neste Waiver para o específico fim de permitir a liquidação das obrigações devidas ao Credor da CCB DIP, e até que haja o pagamento integral destas;
- b) suspensão temporária das obrigações de não retenção e não endividamento constantes nos Documentos CCB Citibank (cláusula 6.2, 'd') nos limites estritamente necessários e para a exclusiva finalidade de permitir a contratação e o pagamento integral da CCB DIP QUADRA, reconhecendo o Citibank que isto não configura qualquer descumprimento ou esvaziamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Citibank. Este Waiver é concedido em benefício exclusivo do Representante do Credor e do titular da CCB DIP QUADRA, não podendo ser utilizado para qualquer outra finalidade, deixando de produzir efeitos caso a CCB DIP QUADRA seja por qualquer forma extinta, especialmente quando a CCB DIP QUADRA for integralmente quitada, preservados os direitos que tenha o titular da CCB DIP QUADRA;
- c) Celebração, pela Renova e pela Chipley, da CCB DIP QUADRA e dos instrumentos de garantia a ela relacionados, incluindo a Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA, respeitadas as disposições deste Waiver, devendo ser restabelecidos todos os Direitos Creditórios Citibank caso a CCB DIP QUADRA seja por qualquer forma extinta, especialmente quando a CCB DIP QUADRA for integralmente quitada, preservados os direitos que tenha o titular da CCB DIP QUADRA;

- d) utilização do Percentual Direitos Creditórios Dividendos para garantia e pagamento da CCB DIP QUADRA; e
- e) utilização dos recursos decorrentes de eventual venda da participação integral detida pela Chipley na Brasil PCH S.A. para o pagamento da CCB DIP QUADRA.

O CITI declara estar ciente de que não há qualquer autorização do BNDES quanto aos seus direitos sobre os dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital da Chipley e não se opõe a que a Renova repasse ao BNDES a parcela que lhe cabe sobre esses dividendos, conforme detalhado no Anexo 10 do Plano de Recuperação Judicial, substancialmente na forma da minuta anexa a este instrumento, respeitados os termos deste Waiver.

O Consentimento estará condicionado à homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial (“Condição Suspensiva”) quanto aos termos da Operação e deverá ser declarado mediante a oposição do seu “De Acordo” neste instrumento, até o dia [-] de [-] de 2020.

Duas vias originais da presente, com o Consentimento de V.Sas. deverão ser encaminhadas aos seguintes destinatários:

[(i) uma via original para a Renova, no seguinte endereço:

[incluir endereço]

(ii) uma via original para o Representante do Credor, no endereço acima previsto.

Finalmente, o Consentimento não será interpretado como novação ou alteração dos Documentos CCB Citibank, tampouco renúncia e/ou liberação de V.Sas. de qualquer direito relacionado aos Direitos Creditórios Citibank, nem deverá impedir, restringir e/ou limitar o exercício de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuados nos Documentos CCB Citibank, não havendo qualquer suspensão ou extinção dos Direitos previstos nos Documentos CCB Citibank, ressalvadas as disposições deste instrumento.

As disposições deste instrumento vinculam o Citibank, seus sucessores e eventuais cessionários de seu crédito para todos os fins de Direito.

Os termos com iniciais maiúsculas empregadas e que não estejam de outra forma

definidos nesta carta são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na CCB DIP QUADRA.

Atenciosamente,

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

_____ Nome:	_____ Nome:
Cargo:	Cargo:

De acordo:

BANCO CITIBANK S.A

_____ Nome:	_____ Nome:
Cargo:	Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome:
RG:
CPF:

2.

Nome:
RG:
CPF:

ANEXO 4**Modelo de proposta de deságio – Leilão Reverso**

Ao

Grupo Renova

Ref.: Proposta de deságio – Leilão Reverso.

Prezados Srs.,

_____, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº _____, residente e domiciliado em _____,

representado neste ato na forma de seus documentos constitutivos (“Credor”), na qualidade de Credor da Classe _____ em relação ao processo de recuperação judicial de Renova Energia S.A. e outras (“Grupo Renova”), devidamente listado na lista de credores pelo valor de R\$ _____, vem, por meio do presente, em atendimento ao quanto exposto nas Cláusulas 13 e seguintes do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas (“Plano”), no contexto do procedimento de Leilão Reverso, propor às Recuperandas a concessão de deságio no importe de _____% (_____ por cento) para o recebimento imediato do valor de seus Créditos Concursais, nos termos da Cláusula 13.3 do Plano.

O Credor declara expressamente ter lido e compreendido todas as disposições do Plano, reconhecendo que são a ele aplicáveis todas as disposições do Plano. O Credor reconhece que a leitura deste formulário padrão não substitui a leitura do Plano em sua integralidade, nem deve ser este formulário interpretado com um resumo do Plano.

O Credor declara-se ciente de que a proposta feita neste ato é irrevogável, irretratável, final, definitiva e vinculante, indicando, a seguir, seus dados bancários para pagamento, na hipótese de sagrar-se vencedor do Leilão Reverso:

Dados Bancários para pagamento

Banco: _____

Agência: _____

Número da Conta: _____

Titular: _____

CPF/CNPJ: _____

O Credor declara, por fim, que a realização de seus pagamentos na conta bancária acima indicada atende a todos os requisitos da legislação civil e tributária, inclusive para os fins do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sob os aspectos Financeiro, Fiscal e Contábil, comprometendo-se o Credor, ainda, a indicar nova conta bancária (ou atualizar os dados da conta bancária atual) caso haja alteração na legislação atual, de forma a manter o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios.

OBS.: Este formulário deve ser apresentado em envelope lacrado na data e local designados para a realização do Leilão Reverso, acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário.

ANEXO 5

Operações e Reorganizações Societárias e de Ativos Autorizadas

- a) As sociedades Chipley SP Participações S.A., Enerbrás Centrais Elétricas S.A., CE Itapuã IV Ltda., CE Itapuã V Ltda., CE Itapuã VII Ltda., CE Itapuã XV Ltda., CE Itapuã XX Ltda., CMNPAR Fifty-Four Participações S.A., Espra Holding S.A., Parque Eólico Iansã Ltda., SF 123 Participações S.A., Bahia Holding S.A., Centrais Eólicas Bela Vista XIV, Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A e Renova PCH Ltda. poderão ser extintas, cindidas, fundidas entre si, constituir uma ou mais novas sociedades ou incorporadas umas às outras ou à Renova Energia, mediante anuência em âmbito regulatório conforme necessário, sempre com o objetivo de simplificar a atual estrutura do Grupo Renova, permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal, respeitadas em qualquer caso as disposições constantes dos instrumentos de garantia real ou fiduciária que estiverem vigentes em relação a cada uma destas sociedades. Qualquer reorganização societária que envolva a Chipley, seja como incorporada, incorporadora ou de qualquer outra forma, estará sujeita a aprovação prévia pelos Credores CITI, BNDES, CEMIG, e o Credor titular do Empréstimo Ponte DIP.
- b) Os ativos de titularidade da SPE CE Itapuã VII Ltda. serão transferidos à titularidade direta da Diamantina Eólica Participações S.A. ou indireta, por meio de uma SPE, a ser constituída ou já constituída, cujas quotas se tornem ou sejam de titularidade integral da Diamantina Eólica Participações S.A.
- c) As subsidiárias da sociedade Diamantina Eólica Participações S.A. poderão ser incorporadas por uma ou mais subsidiárias ou fundidas entre si, conforme restar previsto no plano de recuperação judicial do ASIII Fase A, com o objetivo de simplificar a atual estrutura do ASIII Fase A permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal.
- d) As sociedades que compõem o ASIII Fase B, a saber: CE MACAMBIRA S.A., CE TAMBORIL S.A., CE CARRANCUDO S.A., CE IPÊ AMARELO S.A., CE CABEÇA DE FRADE S.A., CE CANJOÃO S.A., CE CONQUISTA S.A., CE COXILHA ALTA S.A., CE BOTUQUARA S.A., CE JEQUITIBA S.A., CE TINGUI S.A., CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A., CE IMBURANA DE CABÃO S.A., CE EMBIRUÇU S.A., CE LENÇÓIS S.A., CE CALIANDRA S.A., CE ICO S.A., CE ALÇAÇUZ S.A., CE PUTUMUJU S.A. e CE CANSANÇÃO S.A., poderão ser incorporadas, agrupadas, fundidas entre si, constituir e formar uma ou mais novas sociedades, ou ainda serem incorporadas à Renova Energia S.A.
- e) As incorporações e/ou consolidações mencionadas nos itens anteriores deverão, quando aplicável, ser precedidas de todas as autorizações regulatórias e legais que eventualmente se façam necessárias.

- f) As Recuperandas poderão perdoar, renunciar ou realizar compensações, ajustes, aumentos de capital, cessões de crédito e reduções de capital envolvendo os créditos intragrupo, incluindo, mas sem se limitar, a integralização de adiantamentos para futuro aumento de Capital. a compensação de mútuos intragrupo com eventuais dividendos declarados de quaisquer exercícios sociais, passados, presentes ou futuros.
- g) Em qualquer caso, tais operações ocorrerão sempre em benefício dos Credores, sem trânsito de caixa para acionistas ou qualquer outra circunstância que implique esvaziamento de garantias. Os Créditos Concurais devidos pelas Recuperandas à Enerbras ou à Espra poderão ser objeto de qualquer transação estabelecida nos itens desse Anexo 5, respeitado, naquilo que for aplicável, o disposto nas Cláusulas 7.7, 14.1, 18.1 e 18.2, sendo que em qualquer hipótese o pagamento de tais Créditos mediante transferência de recursos (caixa) permanecerá subordinado ao pagamento da integralidade dos demais Créditos Concurais.
- h) A título de transparência e referência, até 30/09/2020, os adiantamentos para futuro aumento de capital das Recuperandas a serem integralizados e convertidos em Capital Social das Recuperandas são os seguintes:

ASIII - Fase A	Saldo até 15/10/2019 (anterior a RJ)	Saldo a partir de 16/10/2019 (após RJ)	Total
Renova Energia S.A. - Alto Sertão Participações S.A.	47.720.312,64	28.634.835,11	76.355.147,75
Alto Sertão Participações S.A. - Diamantina Participações S.A.	47.720.002,64	28.633.462,37	76.353.465,01
LER 2013			
Diamantina Participações S.A. - CE Abil S.A.	7.087.377,64	1.419.174,79	8.506.552,43
Diamantina Participações S.A. - CE Tabua S.A.	5.910.222,73	2.265.039,42	8.175.262,15
Diamantina Participações S.A. - CE Jabuticaba S.A.	5.260.871,42	1.380.743,09	6.641.614,51
Diamantina Participações S.A. - CE Vaqueta S.A.	4.389.951,32	1.204.106,54	5.594.057,86
Diamantina Participações S.A. - CE Jacarandá do Serrado S.A.	3.155.813,27	926.352,21	4.082.165,48
Diamantina Participações S.A. - CE Taboquinha	2.905.685,48	1.039.843,91	3.945.529,39
Diamantina Participações S.A. - CE Acácia S.A.	2.215.682,02	662.639,23	2.878.321,25
Diamantina Participações S.A. - CE Folha da Serra S.A.	6.451.536,67	1.998.606,55	8.450.143,22
Diamantina Participações S.A. - CE Angico S.A.	1.356.973,91	491.552,07	1.848.525,98
PPA LIGHT I			
Diamantina Participações S.A. - CE Jataí S.A.	3.577.971,07	2.284.632,17	5.862.603,24
Diamantina Participações S.A. - CE Amescla S.A.	665.031,26	578.175,41	1.243.206,67
Diamantina Participações S.A. - CE Imburana Macho S.A.	705.135,86	688.541,51	1.393.677,37
Diamantina Participações S.A. - CE Juazeiro S.A.	836.345,88	795.636,89	1.631.982,77
Diamantina Participações S.A. - CE Facheiro S.A.	4.044.986,81	956.692,55	5.001.679,36
Diamantina Participações S.A. - CE Sabiu S.A.	1.336.993,71	1.028.258,62	2.365.252,33
Diamantina Participações S.A. - CE Umbuzeiro S.A.	369.180,34	778.133,55	1.147.313,89
Diamantina Participações S.A. - CE Unha D'anta S.A.	2.312.456,19	1.186.027,47	3.498.483,66
Diamantina Participações S.A. - CE Vellozia S.A.	346.030,34	823.884,74	1.169.915,08
Diamantina Participações S.A. - CE Cedro	888.709,00	698.474,02	1.587.183,02
Diamantina Participações S.A. - CE Angelim S.A.	993.427,66	770.720,68	1.764.148,34
Diamantina Participações S.A. - CE Barbatimão S.A.	656.195,24	724.790,29	1.380.985,53
Diamantina Participações S.A. - CE São Salvador S.A.	1.867.909,86	1.342.136,00	3.210.045,86
Diamantina Participações S.A. - CE Manineiro S.A.	1.452.215,75	1.945.046,13	3.397.261,88
Diamantina Participações S.A. - CE Pau D'água S.A.	1.964.525,25	2.636.707,44	4.601.232,69
Total - SPE/Projeto	60.751.228,68	28.625.915,28	89.377.143,96

ASIII - Fase B	Saldo até 15/10/2019 (anterior a RJ)	Saldo a partir de 16/10/2019 (após RJ)	Total
Renova Energia - CE Caliandra S.A.	199.471,87	145.624,54	345.096,41
Renova Energia - CE Putumuju S.A.	473.782,53	462.105,48	935.888,01
Renova Energia - CE Lençóis S.A.	266.770,50	316.692,22	583.462,72
Renova Energia - CE Ico S.A.	343.212,00	351.004,74	694.216,74
Renova Energia - CE Alcacuz S.A.	692.557,07	624.195,61	1.316.752,68
Renova Energia - CE Cansanção S.A.	370.900,32	427.166,26	798.066,58
Renova Energia - CE Imburana de Cabão S.A.	685.530,53	761.556,90	1.447.087,43
Renova Energia - CE Embiruçu S.A.	171.273,67	198.239,39	369.513,06
Renova Energia - CE Botuquara S.A.	567.152,42	637.755,61	1.204.908,03
Renova Energia - CE Cabeça de Frade S.A.	152.863,62	170.863,53	323.727,15
Renova Energia - CE Canjoão S.A.	242.563,93	179.399,03	421.962,96
Renova Energia - CE Carrancudo S.A.	567.792,08	540.859,12	1.108.651,20
Renova Energia - CE Conquista S.A.	593.933,48	716.558,28	1.310.491,76
Renova Energia - CE Coxilha Alta S.A.	498.982,19	554.582,04	1.053.564,23
Renova Energia - CE Ipê Amarelo S.A.	530.155,90	536.653,49	1.066.809,39
Renova Energia - CE Jequitibá S.A.	241.480,50	325.862,03	567.342,53
Renova Energia - CE Anísio Teixeira S.A.	342.148,17	393.849,14	735.997,31
Renova Energia - CE Macambira S.A.	641.114,52	787.451,39	1.428.565,91
Renova Energia - CE Tamboril S.A.	984.336,51	902.066,17	1.886.402,68
Renova Energia - CE Tingui S.A.	758.902,66	545.676,26	1.304.578,92
Total	9.324.924,47	9.578.161,23	18.903.085,70

Empresas	Saldo até 15/10/2019 (anterior a RJ)	Saldo a partir de 16/10/2019 (após RJ)	Total
Renova Energia S.A. - CE Bela Vista XIV S.A.	370.668,92	259.830,95	630.499,87
CE Bela Vista XIV S.A. - Ventos de São Cristovão Energias Renováveis S.A.	361.553,05	225.114,33	586.667,38
Renova Energia S.A. - CE Itaparica S.A.	2.182.059,72	10.399.134,40	12.581.194,12
Renova Energia S.A. - CE Itapuã IV Ltda.	59.973,95	34.109,08	94.083,03
Renova Energia S.A. - CE Itapuã V Ltda.	22.086,65	33.852,94	55.939,59
Renova Energia S.A. - CE Itapuã VII Ltda.	877.455,19	486.176,14	1.363.631,33
Renova Energia S.A. - CE Itapuã XV Ltda.	247,00	33.593,25	33.840,25
Renova Energia S.A. - CE Itapuã XX Ltda.	353,00	33.176,93	33.529,93
Renova Energia S.A. - Renova PCH Ltda.	6.495,57	269,00	6.764,57
Renova Energia S.A. - Renovapar S.A.	1.946,07	209.947,58	211.893,65
Renova Energia S.A. - Parque Eólico Iansa Ltda.	2.946,86	25,00	2.971,86
Renova Energia S.A. - Bahia Holding S.A.	3.950,02	542,58	4.492,60
Renova Energia S.A. - Espira Holding S.A.	819,72	169,84	989,56
Renova Energia S.A. - CMNPAR FIFTY-FOUR PARTICIPAÇÕES S.A.	526,94	-	526,94
Renova Energia S.A. - SF 120	-	169,84	169,84
Renova Energia S.A. - SF 123	-	169,84	169,84
Total	3.529.529,61	11.491.167,37	15.020.696,98

- i) Os empréstimos (mútuos) intercompanies existentes entre as Recuperandas e empresas do grupo Renova na data do Pedido de Recuperação:

De	Para	Valor
ESPRA	Renova Energia	61.923.401,51
CHIPLEY SP	Renova Energia	195.726.275,97
ENERBRAS	Renova Comercializadora	602.444,78
ESPRA	Renova Comercializadora	14.721.352,36
CHIPLEY SP	Renova Comercializadora	133.320.622,27
Total		406.294.096,89

- j) Até a presente data, os dividendos a serem considerados para a compensação dos mútuos intercompanies existentes entre as Recuperandas e empresas do grupo Renova serão os seguintes:

ESPRA - Dividendos

	2016	2017	2018	2019	Total
Lucro do exercício	4.014.234,24	11.967.569,84	10.873.377,24	18.733.001,58	45.588.182,90
Reserva Legal	200.711,71	598.378,49	543.668,86	936.650,08	2.279.409,15
Dividendos Obrigatórios ¹	3.813.522,53	11.369.191,35	10.329.708,38	17.796.351,50	43.308.773,76
Dividendos Pagos ²	(161.932,16)	-	-	-	(161.932,16)
Total de Dividendos	3.651.590,36	11.369.191,35	10.329.708,38	17.796.351,50	43.146.841,59

Nota 1: O Estatuto considera dividendo mínimo obrigatório de 100%.

Nota 2: Dividendos relacionados a períodos anteriores já distribuídos.

ENERBRAS - Dividendos

	2016	2017	2018	2019	Total
Lucro do exercício	2.611.117,03	10.680.502,69	10.882.707,74	18.916.612,70	43.090.940,16
Reserva Legal	130.556,00	534.025,00	544.135,00	945.831,00	2.154.547,00
Dividendos Obrigatórios	1.240.281,00	5.073.239,00	5.169.286,00	8.985.391,00	20.468.197,00
Dividendos Adicionais	1.240.280,03	5.073.238,69	5.169.286,74	8.985.390,70	20.468.196,16
Dividendos Pagos ¹	(183.351,17)	-	-	-	(183.351,17)
Saldo de Dividendos	2.297.209,86	10.146.477,69	10.338.572,74	17.970.781,70	40.753.041,99

Nota 1: Dividendos relacionados a períodos anteriores já distribuídos.

Chipley - Dividendos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Lucro (prejuízo) do exercício	(29.995.862,00)	4.307.437,88	(4.362.308,81)	73.539.503,28	53.753.425,89	78.891.001,51	176.133.197,75
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	7.054.283,91	7.054.283,91
Base de cálculo	(29.995.862,00)	(25.688.424,12)	(30.050.732,93)	43.488.770,35	53.753.425,89	71.836.717,60	83.343.894,79
Reserva Legal	-	-	-	2.174.439,00	2.687.671,00	3.591.836,00	8.453.946,00
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	2.065.717,00	2.553.288,00	3.412.244,00	8.031.249,00
Dividendos Adicionais	-	-	-	39.248.614,35	48.512.466,89	64.832.637,60	152.593.718,84
Saldo de Dividendos	-	-	-	41.314.331,35	51.065.754,89	68.244.881,60	160.624.967,84

ANEXO 6

Instrumentos do Empréstimo Ponte DIP

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL****I - CREDOR**

QI SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2391, 1º andar, cj 12, sala A, Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 32.402.502/0001-35, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Credor” ou “QI SCD”)

II - EMITENTE

Nome: **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Emitente” ou “Devedora” a qual, em conjunto com o Credor, doravante denominados “Partes”)

Endereço: Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 04707-000

Tel.: (11) 3509 1113

E-mail:

gsantos@renovaenergia.com.br

CNPJ/ME: 17.643.213/0001-34

NIRE: 35.300.449.908

“Conta de Livre Movimentação”: nº 13047610-6, mantida no Banco Santander Brasil S.A. (033), agência 2271.

“Conta Vinculada”: nº 83211-073, mantida no Banco BNP Paribas Brasil S.A. (752), agência 0001, ou outra que vier a ser designada no Contrato de Depósito.

“Conta Centralizadora”: nº 83211-072, mantida no Banco BNP Paribas Brasil S.A. (752), agência 0001, ou outra que vier a ser designada no Contrato de Depósito.

III – INTERVENIENTE ANUENTE

Nome: **PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.** (que ora comparece neste instrumento como “Representante do Credor”)

Endereço: Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 04534-002

Tel.: (11) 3090-0447

E-mail:

servicos@pavarini.com.br

CNPJ/ME: 34.061.232/0001

NIRE: 35235566356

Todas as comunicações endereçadas ao Representante do Credor no âmbito desta Cédula e dos demais Documentos da Operação deverão ser sempre enviadas com cópia ao Credor.

Nome: **TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.** (“Agente Administrador de Contas Oneradas”)

Endereço: Alameda Caiapós, nº 243, Térreo – Sala CAC, Centro Empresarial Tamboré

Cidade: Barueri

Estado: São Paulo

CEP: 06460-110

Tel.: (11) 3509-8196 ou (11) 3509-8470

Fax.: (11) 3509-8194

E-mail: cts.brazil@tmf-group.com

CNPJ/ME: 23.103.490/0001-57

NIRE: 35.229.375.447

IV – AVALISTAS**AVALISTA (1)**

Nome: **RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Renova”)

Endereço: Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 04707-000

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Tel.: (11) 3509 1113

E-mail:

gsantos@renovaenergia.com.br

CNPJ/ME: 08.534.605/0001-74 NIRE: 35.300.358.295

AVALISTA (2)

Nome: **RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Renovapar”, a qual, em conjunto com a Renova, doravante denominadas “Avalistas”)

Endereço: Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 04707-000

Tel.: (11) 3509 1113

E-mail:

gsantos@renovaenergia.com.br

CNPJ/ME: 17.667.090/0001-71 NIRE: 35.300.449.991

V – CARACTERÍSTICAS DA CÉDULA

1. Valor de Principal: R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) (“Principal”).

2. Valor de Desembolso: Valor de Principal Atualizado conforme Cláusula 4.2 desta Cédula, deduzido de: (i) Pagamento a Terceiros; (ii) IOF; (iii) Remuneração QI SCD; e (iv) Despesas da Operação.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

3. Encargos e Despesas

3.1. Encargos Remuneratórios

3.1.1. Juros pré-fixados de 15,00% (quinze por cento) ao ano, calculados sobre o Saldo do Principal Atualizado, a partir da Data de Liberação de Recursos e até as Datas de Vencimento, ou de pagamento, se posterior ao vencimento, nos termos do item 3.2 deste Quadro (“Encargos Remuneratórios”). Os juros serão pagos nas mesmas datas de amortização do Principal Atualizado, conforme o cronograma previsto no item 4.1. abaixo (“Cronograma de Amortização”).

3.2. Encargos Moratórios

3.2.1. Juros Moratórios: 1,00% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, sobre o valor devido e não pago e, portanto, em atraso, desde a data em que o pagamento se tornou exigível até a data do seu efetivo pagamento (“Juros Moratórios”), observado o disposto na Cláusula 4.10 desta Cédula.

3.2.2. Multa Moratória Não Compensatória: 2,00% (dois por cento), calculada sobre quaisquer valores devidos e não pagos no vencimento respectivo, (“Multa Moratória e, em conjunto com os Juros Moratórios, os “Encargos Moratórios”), observado o disposto na Cláusula 4.10 desta Cédula.

3.3. Liquidação Antecipada

3.3.1. O prazo para pagamento das obrigações da Emitente decorrentes desta Cédula foi estabelecido no interesse das Partes, de forma que o pagamento antecipado pela Emitente constitui cumprimento de obrigação fora do prazo. Se a Emitente liquidar antecipadamente suas obrigações decorrentes desta Cédula (“Liquidação Antecipada”), deverá pagar o Prêmio de Liquidação Antecipada. Não haverá cobrança do Prêmio de Liquidação Antecipada na hipótese da Amortização Extraordinária Obrigatória prevista na Cláusula 4.11 desta Cédula.

3.3.2. O Prêmio de Liquidação Antecipada será calculado considerando-se o número de dias faltantes entre a data de Liquidação Antecipada (“Data de Liquidação Antecipada”) e a Data de Vencimento Final (“Prêmio de Liquidação Antecipada”). O Percentual de Prêmio de Liquidação Antecipada será de: (i) 0,069% (sessenta e nove milésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra até 18 de dezembro de 2021 (inclusive); (ii) 0,10% (dez centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra entre 19 de dezembro de 2021 e 18 de dezembro de 2022 (inclusive); ou (iii) 0,15% (quinze centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra a partir de 19 de dezembro de 2022, de acordo com a fórmula abaixo:

$$P_{LA} = P \times \frac{D_{res}}{30}$$

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Onde:

P_{LA} = Prêmio de Liquidação Antecipada;

P = Percentual de Prêmio de Liquidação Antecipada, conforme a Data de Liquidação Antecipada;

D_{res} = Total de dias faltantes entre a Data de Liquidação Antecipada e a Data de Vencimento Final.

3.3.2.1. A Liquidação Antecipada e o pagamento do correspondente Prêmio de Liquidação Antecipada serão obrigatórios com os recursos oriundos da venda da UPI Brasil PCH, de acordo com o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

4. Cronograma de Amortização

4.1. O pagamento do Principal Atualizado ou seu saldo deverá ser realizado de acordo com o Cronograma de Amortização abaixo, acrescido dos Encargos Remuneratórios previstos no item 3.1.1 deste Quadro e na Cláusula 4.6 desta Cédula:

“Data de Vencimento” significa cada uma das datas abaixo indicadas ou, na hipótese de a Devedora utilizar-se da prerrogativa prevista no item 3.3.1 deste Quadro, no 15ª (décimo quinto), 30º (trigésimo) e 45º (quadragésimo quinto) dia anterior a cada Data de Vencimento	“Saldo do Principal Atualizado”
15 de Outubro de 2021	0,00%
15 de Abril de 2022	4,00%
15 de Outubro de 2022	4,17%
15 de Abril de 2023	0,82%
15 de Outubro de 2023	0,82%
15 de Abril de 2024	3,87%
15 de Outubro de 2024	4,02%
15 de Abril de 2025	2,99%
15 de Outubro de 2025	3,09%

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

	15 de Abril de 2026	4,46%
	15 de Outubro de 2026	4,67%
	15 de Abril de 2027	17,48%
	15 de Outubro de 2027	21,19%
	15 de Abril de 2028	26,88%
	15 de Outubro de 2028	36,76%
	15 de Abril de 2029	38,37%
	15 de Outubro de 2029	62,26%
	15 de Abril de 2030	50,00%
	15 de Outubro de 2030	Saldo Remanescente

5. Praça de Pagamento: Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Praça de Pagamento”).

5.1. Forma de Pagamento: débito, pelo Agente Depositário, conforme instruções recebidas do Agente Administrador de Contas Oneradas, de 100% (cem por cento) dos recursos na Conta Centralizadora para, posteriormente, 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) serem transferidos para a Conta Vinculada para posterior crédito na Conta para Pagamento da Dívida, observado o previsto nas Cláusulas 2.1.3, 2.1.3.1, 2.1.4 e 2.2, sendo certo que ambas as operações, ou seja, débito na Conta Centralizadora e Conta Vinculada e crédito na Conta para Pagamento da Dívida, serão operacionalizadas pelo Agente Depositário, conforme instruções recebidas do Agente Administrador de Contas Oneradas, nos termos do “*Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas*”, celebrado na presente data entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Representante do Credor, conforme alterado de tempos em tempos (“Contrato de Administração de Contas”), e do “*Contrato de Depósito*”, a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, conforme aditado de tempos em tempos (“Contrato de Depósito”).

6. Tributos e Contribuições:

6.1. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF: a alíquota do IOF incidente sobre as operações de crédito, inclusive os empréstimos de qualquer modalidade, é de 0% (zero por cento), nos termos do artigo 7º, *caput* e §20, do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado, desde que referida operação seja realizada entre 15 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Após a referida data, a alíquota do IOF será aquela definida nos termos da legislação aplicável, salvo se restar afastada a incidência deste imposto ou houver prorrogação do prazo acima mencionado.

7.1 Pagamento a Terceiros: montante equivalente a 2,00% (dois por cento) do Principal, que será pago pelo Credor à Quadra na Data de Liberação de Recursos por conta e ordem da Emitente (“Comissão”).

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

de Estruturação”) ou, exclusivamente na hipótese de não liberação dos recursos por força do não cumprimento das Condições Suspensivas elencadas nos itens “a”, “b”, “d”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o” e “p” da Cláusula 3.1 abaixo.

8. Garantias (constituídas mediante instrumento próprio):

[x] Cessão Fiduciária dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, formalizado em instrumento separado na forma prevista em Lei.

[x] Aval

9. Prazo:

9.1. Data de Emissão desta Cédula: significa a presente data (“Data de Emissão”).

9.2. Data de Liberação dos Recursos: tem o significado que lhe atribuído na alínea (d) da Cláusula 3.1 abaixo.

9.3. Vencimento Final: 15 de Outubro de 2030 (“Data de Vencimento Final”).

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a Emitente, a Renova e a Renovapar (doravante denominadas “Tomadoras”), encontram-se em recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Juízo Competente” e “Recuperação Judicial”);
- (ii) em 6 de julho de 2020, as Tomadoras e outras empresas em recuperação judicial do Grupo Renova, protocolaram minutas do plano de recuperação judicial, às fls 17.889/17.993, sob número WJM20409594466, nos autos da Recuperação Judicial (conforme vier a ser ajustado e aditado, o “Plano de Recuperação Judicial”);
- (iii) a **QUADRA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.707.098/0001-14 (“Quadra”), manifestou interesse em estruturar a operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* (“Operação”), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Tomadoras, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

- (iv) as Tomadoras e a Quadra assinaram, em 12 de setembro de 2020, documento denominado “*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*”, que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação (“Memorando”);
- (v) O Credor é uma sociedade de crédito direto e, nos termos do artigo 6º da Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018, somente pode realizar a venda ou a cessão dos créditos imobiliários relativos às operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica;
- (vi) esta Cédula, em conjunto com os demais Documentos da Operação, representa o “Empréstimo Ponte DIP”, para fins do Plano de Recuperação Judicial;
- (vii) o Emitente é acionista da **BRASIL PCH S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.314.233/0001-08 (“Brasil PCH”) e detém 48.035.794 (quarenta e oito milhões, trinta e cinco mil, setecentas e noventa e quatro) ações que representam 51% (cinquenta e um por cento) de capital social da Brasil PCH;
- (viii) sem prejuízo da higidez e incondicionalidade das obrigações pecuniárias assumidas pelos signatários desta Cédula, a principal fonte de pagamento das importâncias mutuadas à Emitente advirá: (a) dos recursos decorrentes da distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outras distribuições de capital que a Brasil PCH realizará em favor da Emitente; e/ou (b) da alienação das ações da Brasil PCH detidas pela Emitente, conforme o previsto no Plano de Recuperação Judicial;
- (ix) as Partes declaram que a presente Cédula integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos, envolvendo a celebração, além desta, dos Documentos da Operação, razão pela qual nenhum desses documentos deverá ser interpretado isoladamente; e
- (x) são condições essenciais do presente negócio, sempre conforme o previsto no Plano de Recuperação e no Contrato de Cessão Fiduciária:
 - (a) a observância dos Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos;
 - (b) destinação de parcela dos recursos resultantes da alienação da UPI Brasil PCH, efetivamente pagos à Emitente, descontados quaisquer tributos incidentes sobre ou diretamente decorrentes da alienação da UPI Brasil PCH e devidos pela Emitente, e custos e despesas, direta ou indiretamente, incorridos com tal alienação, para Liquidação Antecipada das obrigações assumidas nesta Cédula, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (“UPI Brasil PCH”), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária,

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

e a estrita e tempestiva observância dos deveres e obrigações assumidos no Termo de Obrigações por seus signatários.

têm as Partes entre si, certo e ajustado, celebrar a presente Cédula, que será regida pelas cláusulas e condições a seguir descritas.

1. Definições e Interpretação

1.1. Nesta Cédula, os termos e expressões abaixo, quando iniciados por letra maiúscula, terão os significados indicados a seguir:

1. “Ações Brasil PCH”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2 desta Cédula;
2. “Agente Administrador de Contas Oneradas”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro III desta Cédula;
3. “Agente Depositário”: significa o Banco BNP Paribas Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 10º ao 14º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.522.368/0001-82 ou qualquer outra instituição financeira que vier a celebrar o Contrato de Depósito;
4. “Afiladas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.4.1 desta Cédula;
5. “Amortização Extraordinária Obrigatória”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.11 desta Cédula;
6. “Avalistas”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2 do Quadro IV desta Cédula;
7. “B3”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1.2 desta Cédula;
8. “BNDES”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (a) do item (ii) da Cláusula 2.1.3 desta Cédula;
9. “Brasil PCH”: tem o significado que lhe é atribuído no item (vi) dos Considerandos desta Cédula;
10. “Cédula”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 desta Cédula;
11. “Citibank”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (i) do item (e) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
12. “Código Civil”: significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
13. “Comissão de Estruturação”: tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1 do Quadro V desta Cédula;
14. “Condições Suspensivas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.1 desta Cédula;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

15. “Conta Centralizadora”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II, ou outra conta que vier a ser designada nos termos Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário;
16. “Conta de Livre Movimentação”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II desta Cédula;
17. “Conta para Pagamento da Dívida”: a ser informada na Notificação de Transferência;
18. “Conta Vinculada”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II, ou outra conta que vier a ser designada nos termos Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário;
19. “Contrato de Administração de Contas”: tem o significado que lhe é atribuído no item 5.1 do Quadro V desta Cédula;
20. “Contrato de Depósito”: tem o significado que lhe é atribuído no item 5.1 do Quadro V desta Cédula;
21. “Contrato de Cessão Fiduciária”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.1 desta Cédula;
22. “Controle”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.4.2 desta Cédula;
23. “Credor”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro I desta Cédula;
24. “Cronograma de Amortização”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.1.1 do Quadro V desta Cédula;
25. “Data de Aniversário”: tem o significado que lhe é atribuído no item (ii) da Cláusula 4.2 desta Cédula;
26. “Data de Antecipação do Pagamento”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.4 desta Cédula;
27. “Data de Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído no item 9.1 do Quadro V desta Cédula;
28. “Data de Liberação dos Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (d) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
29. “Data de Liquidação Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.3.2 do Quadro V desta Cédula;
30. “Data de Transferência”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.4 desta Cédula;
31. “Data de Vencimento”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1 do Quadro V desta Cédula;
32. “Data de Vencimento Final”: tem o significado que lhe é atribuído no item 9.3 do Quadro V desta Cédula;
33. “Despesas da Operação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.2 desta Cédula;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

34. “Devedora”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II desta Cédula;
35. “Dia Útil”: significa qualquer dia exceto sábado, domingo e feriado declarado nacional;
36. “Direitos Cedidos Fiduciariamente”: tem o significado que lhe é atribuído no item (d) da Cláusula 7.2 desta Cédula;
37. “Direitos Creditórios Conta Centralizadora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (a) da Cláusula 7.2 desta Cédula;
38. “Direitos Creditórios Conta Vinculada”: tem o significado que lhe é atribuído no item (b) da Cláusula 7.2 desta Cédula;
39. “Documentos da Operação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.4 desta Cédula;
40. “Efeito Adverso”: tem o significado que lhe é atribuído no item (c) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
41. “Emitente”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II desta Cédula;
42. “Empréstimo Ponte DIP”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 1.2.48 do Plano de Recuperação Judicial e no Considerando (vi) desta Cédula ;
43. “Encargos Moratórios”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2 do Quadro V desta Cédula;
44. “Encargos Remuneratórios”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.1.1 do Quadro V desta Cédula;
45. “Termo de Obrigações”: tem o significado que lhe é atribuído no item (a) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
46. “IBGE”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2 desta Cédula;
47. “Inadimplemento”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 10.1 desta Cédula;
48. “IPCA”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2 desta Cédula;
49. “Juízo Competente”: tem o significado que lhe é atribuído no item (i) dos Considerandos desta Cédula;
50. “Juros Moratórios”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.1 do Quadro V desta Cédula;
51. “Liquidação Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.3.1 do Quadro V desta Cédula;
52. “LRF”: tem o significado que lhe é atribuído no item (h) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
53. “Multa Moratória”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2 do Quadro V desta Cédula;
54. “Notificação de Transferência”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1 desta Cédula;
55. “Obrigações Garantidas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.1 desta Cédula;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

56. “Operação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (iii) dos Considerandos desta Cédula;
57. “Pagamento Antecipado Facultativo”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 desta Cédula;
58. “Pagamento Antecipado Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1 desta Cédula;
59. “Partes”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II desta Cédula;
60. “Período de Disponibilidade dos Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.4 desta Cédula;
61. “Plano de Recuperação Judicial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (ii) dos Considerandos desta Cédula;
62. “Praça de Pagamento”: tem o significado que lhe é atribuído no item 5 do Quadro V desta Cédula;
63. “Prêmio de Liquidação Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.3.2 do Quadro V desta Cédula;
64. “Principal”: tem o significado que lhe é atribuído no item 1 do Quadro V desta Cédula;
65. “Principal Atualizado”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2 desta Cédula;
66. “Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2 desta Cédula;
67. “Proventos das Ações”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2 desta Cédula;
68. “QI SCD”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro I desta Cédula;
69. “Quadra”: tem o significado que lhe é atribuído no item (iii) dos Considerandos desta Cédula;
70. “Recuperação Judicial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (i) dos Considerandos desta Cédula;
71. “Remuneração QI SCD”: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);
72. “Rendimentos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (d) da Cláusula 7.2 desta Cédula;
73. “Renova”: tem o significado que lhe é atribuído no item 1 do Quadro IV desta Cédula;
74. “Renovapar”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2 do Quadro IV desta Cédula;
75. “Representante do Credor”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro III desta Cédula;
76. “Saldo do Principal Atualizado” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1 do Quadro V desta Cédula;
77. “Taxa Substitutiva”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2.1 desta Cédula;
78. “TED”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.5 desta Cédula;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

79. “Tomadoras”: tem o significado que lhe é atribuído no item (i) dos Considerandos desta Cédula;
80. “UPI Brasil PCH”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (b) do item (x) dos Considerandos desta Cédula;
81. “Valor Capitalizado”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.10 desta Cédula; e
82. “Valor da Parcela”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.10 desta Cédula.

1.2. Todos os termos no singular definidos nesta Cédula deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. Todas as referências aqui contidas a quaisquer leis, acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não, e deverão incluir quaisquer disposições das quais sejam reformulações (com ou sem modificação) e quaisquer ordens, regulamentos, instrumentos ou outra legislação subordinada, elaboradas nos termos da lei aplicável.

1.3. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários.

1.4. Os termos “inclusive”, “incluindo”, “particularmente” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “incluindo sem limitação e em caráter exemplificativo.”

1.5 Os termos definidos nesta Cédula e as regras de interpretação aqui previstas deverão ser aplicados a quaisquer Documentos da Operação ou outros documentos relacionados a esta Cédula, bem como prevalecer em caso de quaisquer conflitos com quaisquer termos definidos ou regras de interpretação previstos em quaisquer outros Documentos da Operação ou documentos relacionados a esta Cédula.

2. Objeto

2.1. A Emitente da presente Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP (“Cédula”) obriga-se a pagar, em caráter irrevogável e irretratável, ao Credor ou à sua ordem, nas Datas de Vencimento e na Praça de Pagamento, o Saldo do Principal Atualizado acrescido dos Encargos Remuneratórios, bem como das demais despesas e encargos, incluindo tributos, se aplicáveis, conforme o estabelecido nesta Cédula. As importâncias a serem pagas pela Emitente poderão ser demonstradas, pelo Agente Depositário, por planilhas de cálculo, como previsto em lei, observados os procedimentos acordados no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito que será celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário. Os recursos para pagamento das obrigações decorrentes desta Cédula serão transferidos da Conta Vinculada à Conta para Pagamento da

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Dívida, nos termos desta Cédula, do Contrato de Administração de Contas, do Contrato de Depósito e da legislação aplicável.

2.1.1. A Emitente autoriza expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, o Agente Administrador de Contas Oneradas a instruir o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, em cada uma das Datas de Vencimento, a debitar da Conta Vinculada todo e qualquer valor disponível e, em qualquer hipótese, sempre com observância dos termos e condições previstos nesta Cédula, especialmente Cláusulas 2.1.3, 2.1.3.1, 2.1.4 e 2.2 a seguir. A Emitente obriga-se, para tanto, a manter na Conta Vinculada, recursos suficientes e imediatamente disponíveis para a efetivação de todos os referidos débitos. Se na Conta Vinculada não houver fundos suficientes para os pagamentos devidos, incidirão, desde a respectiva Data de Vencimento, os Encargos Moratórios, observado o disposto na Cláusula 4.10.

2.1.2. Os valores devidos nos termos da presente Cédula serão garantidos, conforme descrito na Cláusula 7 abaixo, em decorrência da titularidade, pela Emitente, de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH (“Ações Brasil PCH”), por: (i) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) (“Percentual Garantido”) de todos e quaisquer recursos que, líquidos de eventuais tributos, venham a ingressar no caixa da Emitente em decorrência do pagamento de dividendos, proventos, lucros, frutos, rendimentos, preferências, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, mútuos, reembolsos de capital, reduções de capital, amortizações, resgate de ações e demais valores que venham a ser, a partir desta data (inclusive), recebidos pela Emitente na qualidade de titular das Ações Brasil PCH (“Proventos das Ações”), sendo que a totalidade dos Proventos das Ações (inclusive aqueles em valor superior ao percentual da garantia ora referida) será creditada única e exclusivamente na Conta Centralizadora para posterior transferência do Percentual Garantido dos Proventos das Ações à Conta Vinculada, conforme previsto na Cláusula 2.1.3 abaixo e conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas para o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito; e/ou (ii) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) do preço de alienação da UPI Brasil PCH, líquidos dos valores, tal como a serem informados pela Emitente, de eventuais tributos, exigíveis diretamente da Emitente, bem como custos e despesas incorridos pela Emitente em decorrência de tal operação, como previsto no item (ii) da Cláusula 5.1 desta Cédula, limitados à somatória do Saldo do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não-pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada e de qualquer outro encargo devido e não pago ao Credor pela Emitente, os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada. Mediante a liquidação integral desta Cédula e ato contínuo à tal liquidação, o Representante do Credor deverá enviar ao Agente Administrador de Contas Oneradas uma notificação escrita informando a ocorrência de tal liquidação integral (notificação esta a ser enviada de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas), para que o Agente Administrador de Contas Oneradas instrua o Agente Depositário a transferir todo valor depositado na Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, nos termos do Contrato de Depósito. Os procedimentos de recebimento e alocação de recursos devem

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

refletir o disposto nesta Cláusula, conforme fluxograma que constitui o “Anexo 2.1.2” à presente Cédula (“Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos”) e observados os termos e condições previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito.

2.1.2.1. A Emitente deverá informar o Representante do Credor e o Agente Administrador de Contas Oneradas sobre a data de pagamento dos Proventos das Ações com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

2.1.3. Os valores depositados na Conta Centralizadora deverão ser transferidos pelo Agente Depositário, seguindo as instruções do Agente Administrador de Contas Oneradas, da seguinte forma:

(i) Até 30 de abril de 2021 (inclusive) e/ou até o limite de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), o que ocorrer primeiro, e desde que não tenha ocorrido nem esteja em curso nenhum evento de Inadimplemento (“Condições de Oneração”), 100% (cem por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora serão transferidos imediatamente para a Conta de Livre Movimentação; e

(ii) Verificada ao menos uma Condição de Oneração:

(a) 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos serão imediatamente transferidos da Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, em qualquer hipótese, mesmo que na ocorrência de qualquer evento de Inadimplemento, para subsequente cumprimento das obrigações previamente assumidas pela Renova perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) no âmbito do “*Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.1247.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A., com Interveniência e Anuência de Terceiros*”, celebrado em 19 de dezembro de 2014, conforme aditado de tempos em tempos; e

(b) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora, sempre líquidos de quaisquer tributos, como previsto no item (i) da Cláusula 2.1.2 acima, serão imediatamente transferidos para a Conta Vinculada. A totalidade dos recursos disponíveis na Conta Vinculada serão transferidos para Conta para Pagamento da Dívida para pagamento dos valores devidos ao Credor, observado o disposto na Cláusula 2.1.4 desta Cédula.

2.1.3.1 Os valores a serem transferidos imediatamente da Conta Centralizadora à Conta Vinculada, referentes ao percentual de 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento), nos termos do item (b) da Cláusula 2.1.3 acima, deverão ser transferidos, pelo Agente Depositário, seguindo as instruções do Agente Administrador de Contas Oneradas, em cada Data de Transferência, para a Conta para Pagamento da Dívida e, em seguida, alocados pelo Credor na seguinte ordem, conforme

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

aplicável:

- (i) pagamento dos Encargos Moratórios;
- (ii) pagamento dos Encargos Remuneratórios;
- (iii) amortização do Saldo do Principal Atualizado; e
- (iv) Amortização Extraordinária Obrigatória.

2.1.3.2 As Tomadoras deverão informar sobre o depósito dos Proventos das Ações ao Representante do Credor, com cópia ao Credor e ao Agente Administrador de Contas Oneradas, com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

2.1.4. Em cada uma das Datas de Vencimento previstas no item 4 do Quadro V desta Cédula, ou no 15º (décimo quinto), 30º (trigésimo) e 45º (quadragésimo quinto) dia imediatamente anterior à respectiva Data de Vencimento (“Data de Antecipação do Pagamento” e, em conjunto com as Datas de Vencimento, “Data de Transferência”), sempre observado o disposto na Cláusula 2.1.3, o saldo dos recursos depositados na Conta Vinculada será integralmente transferido para a Conta para Pagamento da Dívida, para posterior utilização nos pagamentos previstos na Cláusula 2.1.3.1, e observado o disposto na Cláusula 4.11. Caso a Data de Antecipação do Pagamento ou Data de Vencimento não seja Dia Útil, incluindo para este fim qualquer outro dia em que os bancos estejam autorizados a não funcionar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, será considerado o próximo Dia Útil.

2.2. A Conta Vinculada e a Conta Centralizadora somente poderão ser movimentadas pelo Agente Depositário, conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas, nos termos previstos nesta Cédula, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito, sendo certo que, não obstante qualquer disposição em contrário, expressa ou implicitamente, contida em qualquer um desses instrumentos, nada deverá impedir, a qualquer tempo e sob qualquer pretexto, inclusive, sem qualquer limitação, na hipótese de ocorrência de um evento de Inadimplemento, a transferência integral de 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, a fim de permitir o cumprimento das obrigações previamente assumidas pela Renova perante o BNDES, como referidas na alínea (a) do item (ii) da Cláusula 2.1.3 acima.

2.3. A presente Cédula é emitida nos termos da Operação e conforme o previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.656, de 26 de abril de 2018, podendo, a critério do Credor, ser emitida eletronicamente.

3. Condições Suspensivas

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

3.1. Exceto se expressamente renunciadas pelo Credor, o desembolso de qualquer importância fica sujeito ao atendimento, cumulativo, em forma e substância satisfatórias ao Credor, das seguintes condições suspensivas, sem exceção (“Condições Suspensivas”), sendo certo que, no caso de o Credor considerar não satisfatório o atendimento de quaisquer dessas condições, eventual objeção deverá ser devidamente fundamentada:

- a) as Tomadoras deverão ter aprovado os termos da política de governança, incluindo alterações ao estatuto social, como previsto no “*Instrumento Particular de Termo de Obrigações e Outras Avenças*”, a ser firmado entre as Partes, antes da Data de Liberação dos Recursos, na forma da minuta que constitui o “Anexo 3.1 (a)” à presente Cédula (“Termo de Obrigações”);
- b) os Documentos da Operação deverão ter sido celebrados, obtidos, concluídos, e, no caso desta Cédula e do Contrato de Cessão Fiduciária, registrados, conforme aplicável, em um Cartório de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e de Barueri;
- c) não ocorrência de um evento, até a data de implementação das Condições Suspensivas, que, conforme comprovadamente demonstrado pelo Credor, represente ou possa resultar, em: (i) qualquer circunstância ou fato relevante, atual ou contingente, ou alteração ou efeito relevante sobre quaisquer das Tomadoras ou da Brasil PCH, que modifique material e adversamente a situação econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza de quaisquer das Tomadoras, de modo a afetar negativamente a capacidade legal, financeira ou ainda, econômica, de quaisquer das Tomadoras de cumprir com quaisquer de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação; ou (ii) qualquer efeito relevante que afete negativamente a existência, validade e/ou eficácia de quaisquer dos Documentos da Operação ou de quaisquer de suas disposições que não seja passível de ser sanado (“Efeito Adverso”). Para todos os efeitos, não será considerado um Efeito Adverso o aumento do volume de dívida das Avalistas decorrente da materialização de quaisquer riscos ou reclamações em litígio na presente data nos autos da Recuperação Judicial, desde que referido aumento não afete ou possa afetar a distribuição dos Proventos das Ações, nos termos dos Documentos da Operação, bem como a aplicação de eventuais penalidades ou sanções pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ou pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em face das Tomadoras ou suas Afiliadas, exceto com relação a Brasil PCH e suas subsidiárias;
- d) cumprimento, pelas Tomadoras, de todas as suas obrigações previstas nos Documentos da Operação, o qual deverá ocorrer até a data em que os recursos forem disponibilizados na conta corrente de titularidade da Emitente, por ela indicada (“Data de Liberação dos Recursos”). A condição prevista neste item será atendida mediante envio de declaração pelas Tomadoras;
- e) obtenção de todas as aprovações societárias necessárias para firmar os Documentos da Operação, bem como das seguintes aprovações:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

- (i) a concordância do Banco Citibank S.A. (“Citibank”) quanto aos termos da Operação, em termos substancialmente similares à carta constante do “Anexo 3.1(e)(i)” à presente Cédula, especialmente no que tange às garantias reais sobre os direitos creditórios decorrentes, direta ou indiretamente, dos recursos oriundos do recebimento dos dividendos de titularidade da Emitente, na condição de acionista da Brasil PCH, prestadas em favor do Credor, inclusive no que diz respeito aos Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos;
 - (ii) a concordância da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) quanto aos termos da Operação, a qual deverá ser informada diretamente ao Representante Credor, pela CEMIG, mediante o envio a este de cópia de correspondência já encaminhada à Renova, como anexada ao modelo de carta constante do “Anexo 3.1 (e)(ii)” à presente Cédula; e
 - (iii) aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelo BNDES;
- f) previsão, no Plano de Recuperação Judicial, da Operação disciplinada nesta Cédula, incluindo seus principais termos e condições;
- g) aprovação, pela assembleia geral de credores, de todos os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial substancialmente previstos na forma do “Anexo 3.1.(g)” à presente Cédula, especialmente em relação aos itens 1.1., 8.8.1.2.2.4., 8.8.1.2.2.6., 8.9.1.3.3., 9.1., 9.2., 10.1.(caput), 10.1.1., 10.1.1. (c), 10.1.2., 10.2. (caput), 10.3, 11., 12.1.2., 12.1.3., 16.1., 17.3.1., 17.3.2., 18. (a) do Anexo 5 e ao Anexo 10 do Plano de Recuperação Judicial, os quais não poderão ser revogados ou alterados, em nenhuma hipótese, tampouco poderão ser incluídos novos itens ou cláusulas que, de alguma forma, contrariem ou conflitem com o disposto nos itens aqui mencionados.
- h) homologação, pelo Juízo Competente da Recuperação Judicial, do Plano de Recuperação Judicial, quer em razão de sua aprovação pela assembleia geral de credores, observado o disposto na alínea (g) acima, quer em razão dos atendimentos aos requisitos da homologação por *cram down*, conforme art. 58, § 1º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (“LRF”);
- i) a inexistência de apelação ou recurso com pedido de efeito suspensivo contra a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e a concessão da Recuperação Judicial pelo Juízo Competente, nos termos do artigo 58 e seguintes da LRF, observados os prazos legais para tanto, que possa afetar, de qualquer forma, a presente Operação. Para os fins deste item, o efeito suspensivo, caso demandado, deverá ter sido negado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pelo Desembargador Relator do recurso, ainda que tal decisão seja provisória;
- j) emissão de opinião legal pelo escritório Felsberg Advogados, asseverando, *inter alia*, com as

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

devidas ressalvas e qualificações, desde que devidamente aprovadas pelo Credor, que os Documentos da Operação (exceto o Termo de Obrigações): (i) constituem obrigação existente, válida e eficaz das Tomadoras; (ii) são objeto de todas as autorizações necessárias à sua celebração, e que foram devidamente obtidas e encontram-se em vigor na Data de Liberação dos Recursos; e (iii) constituem obrigação extraconcursal em relação à Recuperação Judicial e à eventual falência das Tomadoras, de modo a serem pagos com precedência em relação a todos os demais credores das Tomadoras, em conformidade com os artigos 67 e 83 da LRF e com exceção dos previstos no artigo 84, incisos I a IV da LFR;

- k) emissão de declaração por representantes legais da Emitente, substancialmente nos termos da minuta constante do “Anexo 3.1.(k)” à presente Cédula, informando que a emissão desta Cédula não resulta no inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais, legais, inclusive regulatórias, das empresas do Grupo Renova;
- l) emissão de declaração por representantes legais da Emitente com relação à sua ciência sobre a inexistência de ação, processo ou procedimento pendente perante qualquer tribunal judicial ou arbitral ou órgão administrativo, de qualquer jurisdição ou perante qualquer árbitro, que venha a versar sobre a consumação ou acarretar a rescisão de qualquer termo, condição e/ou obrigação contemplados nesta Cédula ou nos demais Documentos da Operação, cuja minuta consta substancialmente do “Anexo 3.1.(k)” à presente Cédula;
- m) emissão de declaração, pela Renova, de que não há outros beneficiários dos respectivos dividendos, a título de garantia, que não o BNDES, a CEMIG e o Citibank, cuja minuta consta substancialmente do “Anexo 3.1.(m)” à presente Cédula;
- n) a Emitente, na condição de acionista da Brasil PCH, deverá ter informado à Brasil PCH que todos Proventos das Ações dela provenientes e devidos à Emitente deverão ser necessariamente depositados na Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, sem possibilidade de alteração ou modificação desse procedimento, por qualquer motivo, por mais especial que seja e, a Brasil PCH não se recusar a cumprir com tal obrigação, transcorrido o prazo de 15 dias contado da data do recebimento da referida comunicação pela Brasil PCH;
- o) emissão de autorização de transferência assinada pela Emitente autorizando o Agente Depositário a transferir, da Conta Vinculada, simultaneamente à liberação pelo Credor dos recursos objeto da Cédula, os valores estipulados a título de Comissão de Estruturação, bem como os honorários dos assessores legais, observado, em relação a tais honorários, o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), observado a Cláusula 3.2 abaixo; e
- p) envio de notificação, pelas Tomadoras, ao administrador judicial da Recuperação Judicial, nos

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

termos do “Anexo 3.1.(p)” à presente Cédula, autorizando-o a prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Representante do Credor e/ou pelo Credor referente às Tomadoras durante a vigência desta Cédula e dos demais Documentos da Operação.

3.2. Caso, por qualquer motivo, até o final do Período de Disponibilidade dos Recursos, quaisquer das Condições Suspensivas não tenham se verificado, o Credor poderá, a seu exclusivo critério, renunciar a quaisquer delas, ou ficará automaticamente desobrigado de realizar qualquer desembolso em relação a esta Cédula, a qual será considerada resolvida de pleno direito, nada mais sendo devido de uma Parte à outra, ressalvadas: (i) os custos da operação, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (“Despesas da Operação”); e (ii) a Comissão de Estruturação, caso não haja o cumprimento de qualquer das Condições Suspensivas elencadas no item 7.1 do Quadro V desta Cédula.

3.3. A Emitente deverá emitir e entregar ao Credor o Termo de Execução, na forma substancialmente contida do “Anexo 3.3” (“Termo de Execução”), atestando que as Condições Suspensivas previstas na Cláusula 3.1, ressalvadas as que forem objeto de renúncia pelo Credor, foram cumpridas, bem como designando a data de desembolso do valor Principal desta Cédula, como previsto na Cláusula 3.4 abaixo, assim como os dados da conta bancária onde tal valor deverá ser depositado. O Representante do Credor deverá se manifestar a respeito do Termo de Execução no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento do referido Termo, observado o disposto na Cláusula 3.1 acima, sendo que a ausência de manifestação será interpretada como aceitação da implementação das Condições Suspensivas.

3.4. O prazo para a solicitação do desembolso pela Emitente inicia-se 1 (um) Dia Útil após a assinatura desta Cédula e termina 61 (sessenta e um) dias após tal data (“Período de Disponibilidade dos Recursos”), prorrogável por mais 61 (sessenta e um) dias exclusivamente a critério do Credor e da Quadra. Deverão ser indicados no Termo de Execução a data para o desembolso do valor Principal da Cédula, a qual deverá ser fixada em prazos que não sejam, respectivamente, inferiores a 10 (dez) dias e nem superiores a 15 (quinze) dias, ambos contados da data de assinatura do Termo de Execução, bem como os dados da conta bancária na qual o referido valor deverá ser depositado.

4. Cálculo de Encargos Remuneratórios e Pagamentos

4.1. Em cada uma das Datas de Vencimento, a Emitente deverá pagar a parcela do Principal Atualizado ou seu saldo, conforme indicada no item 4.1 do Quadro V desta Cédula, e os Encargos Remuneratórios, que serão calculados observado o disposto nesta Cláusula 4 e conforme a incidência e periodicidade definidas no item 3.1.1 do Quadro V desta Cédula.

4.2. O valor do Principal ou o seu saldo será atualizado monetariamente pela variação acumulada, desde 15 de Outubro de 2020 até o seu efetivo recebimento pelo Credor, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA” e “IBGE”), sendo que o produto da atualização monetária desta Cédula

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

será incorporado ao Principal ou seu saldo, conforme aplicável (“Principal Atualizado” ou saldo do “Principal Atualizado”, respectivamente). A atualização monetária será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$Pa = P \times C;$$

Onde:

Pa = Principal Atualizado da Cédula calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

P = Principal ou saldo do Principal, conforme aplicável, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária da Cédula, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário da Cédula. Após a Data de Aniversário, o “NI_k” corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre 15 de Outubro de 2020 ou a Data de Aniversário da Cédula imediatamente anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contados entre a Data de Aniversário imediatamente anterior e a próxima Data de Aniversário da Cédula, sendo “dut” um número inteiro.

- i) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

- ii) Considera-se “Data de Aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente;
- iii) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversário consecutivas;
- iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Cédula ou qualquer outra formalidade;
- v) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;
- vi) O fator resultante da expressão:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

- vii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento; e
- viii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

4.2.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade do índice por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Credor deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, definir de comum acordo com a Emitente, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época (“Taxa Substitutiva”). Até a definição desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo da atualização monetária, o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo, sendo as devidas e quaisquer compensações financeiras a serem realizadas, tanto por parte da Emitente quanto pelo Credor, quando da divulgação posterior do IPCA na próxima Data de Vencimento.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

4.3. A Emitente pagará toda a importância devida nas Datas de Vencimento, obrigatoriamente por meio de débito na Conta Vinculada, nos termos da Cláusula 2.1.1 acima e da Cláusula 4.3.1 abaixo.

4.3.1. Para os fins do disposto na Cláusula 4.3, a Emitente, desde já, autoriza o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas e o Agente Depositário, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuar as devidas movimentações na Conta Centralizadora e na Conta Vinculada, de modo a transferir ao Credor os valores necessários à liquidação da dívida da Emitente, decorrente desta Cédula, observados os limites estabelecidos nesta Cédula, especialmente os previstos nas Cláusulas 2.1.1 e 2.2.

4.4. Qualquer recebimento de parcela fora do prazo avençado constituirá mera tolerância, e não afetará quaisquer termos e condições desta Cédula, tampouco importará em novação ou modificação do quanto ora acordado, inclusive quanto aos Encargos Moratórios e outras disposições.

4.5. Os valores devidos nos termos desta Cédula deverão ser pagos por meio de débito na Conta Vinculada e transferência ao Credor, a serem realizados pelo Agente Depositário, conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas, até às 16:00 (dezesseis) horas, nas respectivas Datas de Vencimento, na forma descrita no item 4.1 do Quadro V desta Cédula e de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Depósito. Na hipótese dos pagamentos devidos não serem efetuados por meio de débito na Conta Vinculada, sem prejuízo das normas e regras legais aplicáveis, os pagamentos dos valores devidos em razão desta Cédula, incluindo quaisquer encargos adicionais aplicáveis, deverão ser efetuados mediante transferência eletrônica disponível (“TED”) em favor do Credor ou à sua ordem.

4.6. Os Encargos Remuneratórios serão calculados de forma exponencial *pro rata temporis*, ou seja, capitalizados por Dia Útil com base no Saldo do Principal Atualizado apurado no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento e com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Os referidos encargos serão devidos e pagos em cada Data de Vencimento, nos termos dos itens 3 e 4 do Quadro V desta Cédula e calculados conforme fórmula abaixo:

$$ER = Pa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

Onde:

ER = Encargos Remuneratórios devidos em cada Data de Vencimento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento

Pa = Principal Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Fator Juros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

Taxa = 15,00;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Liberação dos Recursos ou a Data de Vencimento ou Data de Antecipação do Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.7. Fica estabelecido que, se qualquer Data de Vencimento não cair em um Dia Útil, incluindo, para este fim, qualquer outro dia em que os bancos estejam autorizados a não funcionar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Data de Vencimento em questão passará a ser o Dia Útil imediatamente subsequente.

4.8. Todos os pagamentos devidos pela Emitente nos termos da presente Cédula somente serão considerados efetivamente recebidos quando o valor correspondente estiver integralmente livre e disponível, na Conta Vinculada, para transferência, pelo Agente Depositário, para a Conta de Pagamento da Dívida, conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas.

4.9. Quaisquer tributos, impostos, taxas ou similares de qualquer natureza (“Tributos”), devidos em decorrência da Operação, desta Cédula ou de qualquer outro Documento da Operação, serão exclusivamente de responsabilidade da Parte que for considerada contribuinte, de acordo com a lei aplicável. Os juros, parcela do principal ou qualquer outro valor devido pela Emitente ao Credor ou à Quadra não será aumentado ou reduzido em relação a quaisquer Tributos que venham a ser cobrados em decorrência da Operação, desta Cédula ou de qualquer outro Documento da Operação.

4.10. Caso os Proventos das Ações recebidos pela Emitente entre duas Datas de Vencimento seja insuficiente para o pagamento dos itens (i), (ii) e (iii) da Cláusula 2.1.3.1 acima (“Valor da Parcela”), o valor devido e não pago será capitalizado ao saldo de Principal Atualizado (“Valor Capitalizado”) mediante adição de prêmio equivalente a 5,00% (cinco por cento) incidente sobre o Valor Capitalizado, sendo que a partir de 15 de Abril de 2022, inclusive, o Valor Capitalizado não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do Valor da Parcela.

4.11. Caso os Proventos das Ações recebidos pela Emitente entre duas Datas de Vencimento,

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

observados os limites estabelecidos nesta Cédula, especialmente os previstos nas Cláusulas 2.1.1 e 2.2 acima, seja excedente ao pagamento do Valor da Parcela, o valor em excesso deverá ser utilizado na respectiva Data de Transferência para o pagamento do Saldo do Principal Atualizado (“Amortização Extraordinária Obrigatória”).

4.12. Não obstante qualquer disposição em contrário, expressa ou implicitamente contida nesta Cédula ou em qualquer outro Documento da Operação, fica certo e ajustado que qualquer valor recebido pelo Credor, a título de pagamento, indenização de perdas e danos ou a qualquer outro, em decorrência de qualquer outro Documento da Operação ou instrumento relacionado à Operação, deverá servir para reduzir automaticamente o Saldo do Principal Atualizado, na proporção de 1 (um) centavo recebido para cada 1 (um) centavo a ser abatido do Saldo do Principal Atualizado, salvo com relação às exceções previstas na Cláusula 9.3 abaixo, relativas a eventuais perdas e danos apurados com base naquelas hipóteses, cujo valor indenizatório deverá ser adicionado aos valores devidos ao Credor, caso aplicável.

5. Pagamento Antecipado Obrigatório

5.1. O pagamento antecipado será obrigatório (“Pagamento Antecipado Obrigatório”) nas seguintes situações:

- (i) na hipótese de Amortização Extraordinária Obrigatória; ou
- (ii) se houver a venda da UPI Brasil PCH. Neste caso, os recursos resultantes da alienação da UPI Brasil PCH, efetivamente pagos à Emitente e descontados: (a) quaisquer tributos incidentes sobre ou diretamente decorrentes da alienação da UPI Brasil PCH e devidos pela Emitente; e (b) os custos e despesas, direta ou indiretamente incorridos com tal alienação, desde que devidamente comprovados e de acordo com práticas de mercado junto a assessores de primeira linha na operação de alienação da UPI Brasil PCH, deverão ser utilizados para liquidar o somatório do Saldo do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada e de qualquer outro encargo devido e não pago, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. O saldo remanescente do preço deverá ser depositado na Conta de Livre Movimentação.

6. Pagamento Antecipado Facultativo

6.1. A Operação poderá, a qualquer tempo, ser liquidada integral e antecipadamente, mediante aviso prévio ao Credor, dado com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência (“Pagamento Antecipado Facultativo”). Uma vez que a Emitente avise sua intenção de pagar antecipadamente, fica obrigado a pagar o valor informado, no dia indicado. A falta de pagamento constituirá Inadimplemento.

6.2. No caso de Pagamento Antecipado Facultativo, a Emitente pagará ao Credor o Prêmio de Liquidação Antecipada.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

6.3. Não será permitida liquidação antecipada parcial, observada a Cláusula 4.11 acima.

7. Garantias do Pagamento

7.1. Na forma do disposto no Código Civil, no artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, observado, inclusive, o inciso IV do artigo 19, na Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 e nos demais dispositivos legais aplicáveis, em garantia do bom, fiel e cabal cumprimento das obrigações, principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, despesas, custas, honorários e eventuais despesas de advogados, do Agente Administrador de Contas Oneradas e de outros prestadores de serviços, e demais encargos contratuais e legais, assumidos ou que venham a ser assumidos pela Emitente e pelas Avalistas nesta Cédula e nos demais Documentos da Operação, bem como aquelas necessárias para formalização, manutenção e/ou execução de tais obrigações (“Obrigações Garantidas”), cujos termos e condições são de pleno conhecimento de cada uma das Partes, a Emitente constitui, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, desde já e até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, a garantia real especificada no item 8 do Quadro V desta Cédula, nos termos do “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*”, celebrado nesta data entre a Emitente, o Representante do Credor (“Contrato de Cessão Fiduciária”) e as Tomadoras, como Intervenientes Anuentes, o qual integrará, para todos os fins e efeitos de direito, a presente Cédula.

7.2. A garantia real, sem prejuízo do constante no Contrato de Cessão Fiduciária, é constituída de cessão fiduciária sobre:

- a) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) da totalidade dos Proventos das Ações, depositados na Conta Centralizadora em decorrência da titularidade de 51% (cinquenta e um por cento) das Ações Brasil PCH, incluindo, mas não se limitando, a todo e qualquer crédito ou valor correspondente a dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Emitente decorrentes das Ações Brasil PCH, recursos eventualmente em trânsito na Conta Centralizadora ou em fase de compensação bancária (“Direitos Creditórios Conta Centralizadora”);
- b) todos e quaisquer direitos creditórios depositados ou a serem depositados na Conta Vinculada, recursos eventualmente em trânsito na Conta Vinculada ou em fase de compensação bancária (“Direitos Creditórios Conta Vinculada”);
- c) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos direitos creditórios decorrentes da alienação da UPI Brasil PCH, líquidos, ou seja, depois de descontados: (i) quaisquer tributos incidentes sobre ou diretamente decorrentes da alienação da UPI Brasil PCH e devidos pela Emitente; (ii) custos e despesas, direta ou indiretamente incorridos na operação, desde que devidamente comprovados e de acordo com práticas de mercado junto a assessores de primeira linha. O percentual aqui referido estará limitado à somatória do Saldo do Principal

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada e de qualquer outro encargo devido e não pago pela Emitente;

- d) todos os rendimentos decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Depósito) realizados com os recursos recebidos ou depositados na Conta Vinculada, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma depositados ou a serem depositados em favor da Emitente na Conta Vinculada ("Rendimentos", os quais, em conjunto com os Direitos Creditórios Conta Vinculada e os Direitos Creditórios Conta Centralizadora, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente", respectivamente); e
- e) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas decorrentes de lei ou contrato relacionados aos Direitos Cedidos Fiduciariamente, cujos termos e condições estarão descritos no Contrato de Cessão Fiduciária.

7.3. Fica desde já ajustado que todas as garantias pessoais e/ou reais vinculadas à presente Cédula ou que vierem a ser a esta incorporadas poderão ser executadas em decorrência do Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer contrato celebrado entre o Credor ou suas Afiliadas com a Emitente.

7.4. Em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado indicado acima, a Emitente autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o Credor a exercer todos os direitos legais, cambiais e contratuais decorrentes das garantias reais e pessoais prestadas nesta Cédula ou a ela vinculadas, incluindo, mas não se limitando, aos de vender, alienar, ceder, onerar, transferir, utilizar, reter, ou compensar os bens ou direitos dados em garantia, de resgatá-los ou de receber o seu produto. Em razão do aqui disposto, o Credor fica expressamente autorizado a utilizar o produto da realização das garantias existentes na liquidação ou amortização de qualquer débito resultante dos contratos celebrados com a Emitente, conforme aplicável, inclusive para dar instruções, diretamente ou por meio do Representante do Credor, ao Agente Administrador de Contas Oneradas nesse sentido, informando a ocorrência de vencimento antecipado, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito.

7.4.1. Para fins desta Cédula, "Afiliadas" significa a(s) pessoa(s) ou entidade(s), inclusive fundo de investimento, direta ou indiretamente, Controlada(s) pela respectiva pessoa e pessoa(s) que sejam Controladas pelo mesmo Controlador, direto ou indireto, da respectiva pessoa.

7.4.2. Para fins desta Cédula, "Controle": significa, em relação a uma pessoa, o poder de isoladamente ou em conjunto com outras pessoas, gerenciar e determinar a direção da administração e as políticas da pessoa em questão, através da titularidade da maioria do capital votante, por força de contrato ou por qualquer outro meio. Termos derivados de Controle, tais como "Controladora", "Controlador" e outras palavras correlatas terão significado análogo ao de Controle.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL****8. Transferência da Cédula**

8.1. O Credor original desta Cédula poderá, conforme aplicável, a seu exclusivo critério ceder e/ou endossar, no todo ou em parte, a presente Cédula e os direitos, garantias e/ou prerrogativas derivados do Contrato de Cessão Fiduciária, sem necessidade de anuência da Emitente e/ou das Avalistas, porém mediante comunicação a todas elas (“Notificação de Transferência”), caso em que o endossatário ou cessionário assumirá automaticamente a posição de “Credor”, de pleno direito, independentemente de qualquer outra formalidade. A Notificação de Transferência deverá indicar os dados de qualificação completos do endossatário ou cessionário que passará a ser o novo “Credor”, bem como os dados da Conta para Pagamento da Dívida, conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária. O cessionário e/ou endossatário, mesmo não sendo instituição financeira ou entidade a ela equiparada, poderá exercer todos os direitos conferidos por esta Cédula, inclusive cobrar os juros e demais encargos na forma pactuada nesta Cédula. Qualquer cessão e/ou endosso subsequente, desde que não tenha ocorrido uma hipótese de Vencimento Antecipado, requerão a anuência prévia da Emitente, que terá 2 (dois) Dias Úteis, a contar da notificação da Emitente, para se manifestar favoravelmente à cessão. Caso a Emitente se manifeste contrariamente à cessão, esta deverá, obrigatoriamente, liquidar antecipadamente a presente Cédula, em até 5 (cinco) Dias Úteis adicionais, dispensado o pagamento do Prêmio de Liquidação Antecipada. A ausência de manifestação da Emitente autoriza a cessão e/ou endosso da Cédula pelo Credor.

8.1.1. A Emitente desde já reconhece que a transferência desta Cédula na forma acima estabelecida não caracteriza violação de sigilo bancário.

8.1.2. A Emitente desde já declara sua ciência e anuência e compromete-se a realizar o pagamento em benefício do respectivo cessionário, sucessor ou endossatário, diretamente, ou por meio da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), conforme o caso.

8.2. Para fins do disposto na Cláusula 8.1 acima, a Cédula poderá ser, a critério do Credor, registrada na B3, caso em que a transferência da Cédula operar-se-á exclusivamente na forma eletrônica, no âmbito da B3, permanecendo o Credor, ou terceiro por este indicado, como depositário da Cédula e responsável por sua guarda física. Nesta hipótese, a liquidação da Cédula deverá ser realizada conforme os manuais aplicáveis da B3.

8.3. Se esta Cédula for registrada na B3, nos termos da Cláusula 8.2 acima, a Cédula poderá, a qualquer tempo e respeitadas as regras da referida instituição, ser retirada da B3 a pedido do legítimo Credor, ou terceiro por este indicado, para que este promova por sua conta e risco as medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive no tocante a contratação de advogados e custas respectivas.

8.4. Na hipótese de transferência da presente Cédula, com observância do disposto na Cláusula 8.1 acima, o endossatário ficará automaticamente sub-rogado em todos os direitos e garantias que cabiam ao endossante, independentemente de qualquer formalidade, passando a ter acesso livre e direto, por si

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

ou por meio de mandatários devidamente constituídos, incluindo o Representante do Credor, a todas as informações relacionadas à operação bancária e respectivas garantias, a exemplo de duplicatas e/ou direitos creditórios e/ou quaisquer outras garantias eventualmente constituídas, através de relatórios e/ou arquivos magnéticos contendo os dados gerados pelo sistema da carteira de cobrança, bem como movimentação da Conta Vinculada e da Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas, celebrados nesta data, e do Contrato de Depósito, a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, por meio de extratos gerados em sistema próprio, reconhecendo as Tomadoras que o novo titular da Cédula possui o inequívoco direito de acompanhar detidamente todo o andamento da operação bancária. Esta CCB, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Termo de Obrigações, o Contrato de Administração de Contas e o Contrato de Depósito são doravante denominados, em conjunto, os “Documentos da Operação”.

8.5. Após o endosso pelo Credor desta Cédula, com observância do disposto na Cláusula 8.1 acima, a Emitente e as Avalistas desde já: (a) exoneram o Credor endossante de toda e qualquer responsabilidade em relação (i) à veracidade e exatidão das informações e documentação fornecidas pela Emitente e demais partes signatárias e (ii) ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas nesta Cédula, especialmente das Condições Suspensivas e dos Documentos da Operação; e (b) reconhecem a validade da emissão e do endosso desta Cédula de forma eletrônica, o que é feito com base no artigo 889, §3º, do Código Civil.

9. Obrigações Adicionais das Tomadoras

9.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas nesta Cédula, as Tomadoras obrigam-se, isoladamente, a:

- a) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus respectivos negócios, notadamente a legislação socioambiental, a legislação anticorrupção, conforme detalhada mais adiante, e a legislação trabalhista, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seus objetos sociais, ressalvados os casos em que eventual descumprimento esteja sendo discutido de boa-fé nas esferas judicial ou administrativa, e exceto por violações destas naturezas por fato gerador anterior à data de assinatura deste instrumento, ainda que venha a se tornar de conhecimento do Credor ou de terceiro após a data de assinatura desta Cédula;
- b) apresentar, demonstrativos financeiros anuais auditados no prazo de 90 (noventa) dias após o seu exercício social, juntamente com a carta emitida por seus auditores independentes, balancetes trimestrais não auditados, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada trimestre de seu exercício social e prestar todas as demais informações e

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

esclarecimentos que, de forma razoável, forem demandados pelo Credor;

- c) com relação à Brasil PCH, apresentar demonstrativos financeiros anuais auditados no prazo de 90 (noventa) dias após o seu exercício social e, semestralmente, demonstrativos financeiros com revisão limitada, juntamente com a carta emitida por seus auditores independentes, se aplicável, e prestar todas as demais informações e esclarecimentos que, de forma razoável, forem demandados pelo Credor;
- d) fornecer ao Credor livre acesso aos representantes dos auditores, a qualquer tempo;
- e) apresentar, tão logo emitidos e disponibilizados nos autos da Recuperação Judicial, os relatórios do administrador judicial de que trata a LRF;
- f) fornecer ao Credor, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral e/ou reunião (inclusive de conselho de administração e/ou aquelas decorrentes de acordo de acionistas que disponham sobre o exercício de direito de voto) das Tomadoras e das subsidiárias, especialmente da Brasil PCH, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação relacionadas aos Proventos das Ações;
- g) informar ao Credor, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da ocorrência, sobre: (i) qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias, societárias ou nos seus negócios; e (ii) quaisquer autuações relevantes pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental e/ou trabalhista, incluindo temas de saúde e segurança ocupacional, trabalho em condições análogas a escravo e trabalho infantil que possam afetar negativamente quaisquer das Tomadoras, de forma material, ou de forma a impossibilitar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Cédula ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- h) a fazer valer a cessão fiduciária objeto do Contrato de Cessão Fiduciária e as suas respectivas obrigações assumidas nos termos de tal contrato, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, e não realizar, nem permitir que seja realizado, conforme aplicável, qualquer questionamento à validade e eficácia de tal garantia e/ou de tais obrigações prestadas no âmbito desta Cédula;
- i) manter os ativos de sua propriedade e necessários à condução de suas atividades: (a) em condições adequadas de operação e manutenção; bem como (b) segurados por sociedades seguradoras de boa reputação e que gozem de boa situação financeira, com apólices que cubram o mesmo valor e os riscos que usualmente são cobertos na mesma área por sociedades que se dediquem às mesmas atividades ou atividades similares, sendo facultado

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

ao Representante do Credor solicitar cópia dos referidos documentos;

- j) com relação à Emitente, manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista e/ou previdenciária, exceto por aquelas cuja exigibilidade seja suspensa ou extinta no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do inadimplemento ou esteja sendo discutida de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial. Com relação às Avalistas, cumprir com as obrigações trabalhistas vincendas a partir da data de assinatura da presente Cédula, bem como não incorrer em inadimplemento de futuras obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal) ou previdenciária por período superior a 90 (noventa) dias, em qualquer caso, exceto por aquelas cuja exigibilidade seja suspensa ou extinta, ou esteja sendo discutida de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial;
- k) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros, em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, a sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- l) conduzir operações consistentes e de acordo com, no mínimo, suas práticas passadas;
- m) na hipótese da legalidade, validade, eficácia ou exequibilidade de qualquer ou parte das disposições relevantes desta Cédula e dos Documentos da Operação ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal e informar tal acontecimento ao Credor em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu conhecimento acerca de tal fato;
- n) envidar os melhores esforços para que seus fornecedores adotem as devidas práticas de proteção ao meio ambiente e relativas à segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil em desconformidade com a legislação vigente ou análogo ao trabalho escravo, se possível mediante condições específicas;
- o) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas respectivas Afiliadas e seus respectivos administradores ou empregados, toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos previstos pela legislação anticorrupção, exceto por eventuais violações desta natureza por fato gerador anterior à data de assinatura desta Cédula, ainda que venha a se tornar de conhecimento do Credor ou de terceiro após a data de assinatura desta Cédula, devendo: (a) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da legislação anticorrupção; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais, acionistas, diretores, empregados e/ou os demais prestadores de serviços; (c)

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

abster-se de praticar, atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (d) caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado a qualquer legislação anticorrupção por fato gerador posterior à data de assinatura desta Cédula, comunicar ao Credor em até 2 (dois) Dias Úteis contados do conhecimento de tal ato ou fato, sendo que, se tal ato ou fato já seja de conhecimento das Tomadoras antes da Data de Emissão, estas declaram que foram ou estão sendo tomadas todas as providências necessárias à suspensão ou resolução dos respectivos efeitos, conforme as melhores práticas de governança corporativa;

- p) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste instrumento, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir que administradores ou empregados não o façam, bem como assegurar-se de que seus representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, tenham aderido ao “Código de Ética e Conduta” da Renova;
- q) alocar os recursos decorrentes da Operação para retomada dos investimentos e conclusão da Fase A do Projeto Alto Sertão III e pagamento dos custos da contratação Operação, nos termos do Plano de Recuperação Judicial; e
- r) observar, cumprir e/ou fazer cumprir os termos e condições do Termo de Obrigações.

9.2. As demonstrações financeiras referidas na alínea “b” da Cláusula 9.1 desta Cédula devem incluir: (i) abertura do endividamento detalhado, aberto por instituições financeiras, fundos de investimentos e *factorings*, relativas ao respectivo período; (ii) informações necessárias para cálculo de todas as rubricas necessárias para obtenção de índices financeiros; e (iii) declaração assinada por administrador da pessoa jurídica, com poderes para tanto, atestando que esta encontra-se adimplente com as obrigações decorrentes desta Cédula.

9.3. Sem prejuízo do direito do Credor de declarar o vencimento antecipado desta Cédula ou da responsabilidade da Emitente em arcar com os pagamentos aqui previstos, acrescidos de juros e todas as penalidades cabíveis, assim como custas e despesas judiciais decorrentes e honorários advocatícios, quando e se aplicáveis, na hipótese de inadimplemento pela Emitente de suas obrigações decorrentes desta Cédula, pecuniárias ou não, fica certo e ajustado que, em nenhuma hipótese, poderá a Emitente ser responsabilizada por quaisquer perdas ou danos, diretos ou indiretos, especiais ou consequentes, incluindo, sem qualquer limitação, perdas comerciais, perdas de ganhos, rendimentos, lucros ou poupanças presumidas, perdas de contratos ou de relações comerciais, perdas de reputação e quaisquer outras perdas ou danos, de qualquer natureza, excetuados o disposto na Cláusula 9.4 abaixo e as perdas e danos que, por força da legislação, nacional e internacional, podem ser exigidos por autoridades públicas reguladoras das partes contratantes de operação de crédito, caso estejam relacionados à Operação, incluindo perdas decorrentes de danos ambientais, penalidades decorrentes da legislação

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

anticorrupção ou das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo, em qualquer caso, relacionados exclusivamente a atos ou fatos ocorridos a partir da presente data.

9.4. As Tomadoras estão integralmente cientes e de acordo com o seguinte e desde que relativo à presente Operação: qualquer litígio ou questionamento, judicial ou extrajudicial, que possa vir a ser ajuizado, deverá ser ajuizado, em face do endossatário da Cédula na data do ajuizamento do litígio ou questionamento e que o ajuizamento de qualquer ação, judicial ou extrajudicial, pelas Tomadoras, contra a QI SCD, na qualidade de Credor, desde que estas tenham sido ajuizadas após a QI SCD ter endossado a presente Cédula para terceiro, acarretará na responsabilidade pelo pagamento de indenização por perdas e danos e ressarcimento de todo e qualquer custo e despesas que a QI SCD venha a incorrer (incluindo de honorários advocatícios) para defesa de seus direitos no respectivo litígio. O disposto na presente cláusula estará sujeito à estrita observância da cessão e/ou endosso, no todo ou em parte, da presente Cédula e os direitos, garantias e/ou prerrogativas dela derivados, do estipulado na Cláusula 8.1 acima.

9.5. Durante a vigência desta Cédula, a Emitente e as Avalistas obrigam-se, individualmente, a, no limite de sua participação na Brasil PCH, não realizar, nem permitir que seja realizado, dentro de sua capacidade, qualquer questionamento à validade e eficácia de tais das garantias prestadas no âmbito dos Documentos da Operação.

10. Inadimplemento e Vencimento Antecipado

10.1. O Credor poderá considerar antecipadamente vencida esta Cédula, independentemente de qualquer aviso ou interpelação, judicial ou extrajudicial, e exigir imediatamente o cumprimento de todas as obrigações aqui assumidas pelas Tomadoras nos casos previstos em lei e, ainda, nas seguintes hipóteses (“Inadimplemento”):

- a) se a Emitente e/ou as Avalistas deixarem de pagar qualquer parcela do Principal Atualizado, dos Juros Remuneratórios e/ou quaisquer outros valores devidos por força da presente Cédula e dos demais Documentos da Operação, na forma contratada, desde que o respectivo Inadimplemento não seja sanado, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tiver ocorrido;
- b) se a Emitente, as Avalistas e/ou demais pessoas, conforme o caso, deixarem de cumprir quaisquer de suas obrigações não pecuniárias assumidas nesta Cédula e/ou nos demais Documentos da Operação, e tal obrigação não for cumprida em até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva comunicação do Credor, com cópia ao Representante do Credor, sobre o respectivo descumprimento;
- c) vencimento antecipado de qualquer outro contrato financeiro que tenha sido celebrado ou novado pela Emitente e/ou pelas Avalistas após a Data de Emissão;
- d) se, partir da Data de Emissão, a Emitente e/ou quaisquer das Avalistas vierem a sofrer protesto

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

de títulos, negativas ou ações judiciais em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), desde que: (i) não esteja sendo discutido de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial; (ii) não tenha sido indevidamente efetuado, tenha decorrido de erro ou má-fé de terceiros, ou tenha sido sustado ou cancelado; (iii) a Emitente não tenha prestado garantias em juízo; ou (iv) não sejam débitos sujeitos à Recuperação Judicial;

- e) vencimento antecipado de quaisquer operações contratadas a partir da Data de Emissão pela Emitente ou Avalistas no mercado financeiro ou de capitais nacional ou internacional;
- f) contratação de empréstimos, emissão de títulos de dívida ou outras formas de endividamento pelas Tomadoras ou pela Brasil PCH, em valor, individual superior ao limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem a prévia aprovação do Credor, e que comprometa sua capacidade de honrar com as obrigações aqui pactuadas, exceto por aqueles permitidos no Plano de Recuperação Judicial;
- g) redução de capital da Emitente que não seja realizada para a absorção de prejuízos acumulados;
- h) contratação e/ou pagamento de mútuos *intercompany* pela Emitente na condição de devedora;
- i) quaisquer das garantias previstas nesta Cédula perderem a eficácia e a Emitente e/ou as Avalistas não a substituam ou reforçarem por outra igualmente aceitável pelo Credor;
- j) a celebração, pela Emitente, de quaisquer contratos, acordos, ajustes, compromissos ou quaisquer atos que tenham por objeto ou como efeito a constituição de garantias e/ou a oneração de seus ativos e bens, reais e incorpóreos, presentes ou futuros, incluindo, mas não se limitando, as operações com as Afiliadas da Emitente, sem prévia aprovação do Credor, observados os termos e condições previstos no Termo de Obrigações em relação à Emitente, à Renova e à Renovapar;
- k) inobservância do Termo de Obrigações, pela Emitente, Renova ou Renovapar, incluindo qualquer alteração no estatuto social da Emitente nas matérias reguladas por tal instrumento;
- l) caso esta Cédula, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Administração de Contas e/ou o Contrato de Depósito, após sua celebração, sejam: (i) rescindidos por iniciativa da Emitente ou de quaisquer das Avalistas; (ii) declarados nulos; ou (iii) objeto de decisão judicial ou arbitral de aplicabilidade imediata que resulte na sua invalidação, inexecutabilidade, ineficácia, desde que não contestada, revertida ou suspensa no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do seu proferimento ou nos seus prazos legais, prevalecendo aquele que expirar por último;
- m) questionamento judicial, pela Emitente e/ou quaisquer das Avalistas, da legalidade, eficácia, validade ou executabilidade desta Cédula, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e/ou do Contrato de Depósito;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

- n) cisão, fusão, extinção ou incorporação, inclusive incorporação de ações da Emitente, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emitente, incluindo mudança direta de Controle, sem prévia autorização do Credor, observado o disposto no Termo de Obrigações;
- o) cessão ou qualquer outra forma de transferência a terceiros ou, ainda, aditamento ou qualquer forma de alteração, de todo ou em parte, pela Emitente e/ou por quaisquer das Avalistas, dos direitos e/ou das obrigações da Emitente e/ou das Avalistas previstos nesta Cédula e no Contrato de Cessão Fiduciária, sem a prévia aprovação do Credor;
- p) decretação de falência da Emitente e/ou de quaisquer das Avalistas ou pedido de autofalência pela Emitente e/ou quaisquer das Avalistas;
- q) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou decretação de falência das subsidiárias da Emitente;
- r) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão: (i) das licenças ambientais aplicáveis, exceto se tal inadimplemento for sanado ou se for interposto recurso devidamente endereçado em prazo tal que não implique em paralisação das atividades das Tomadoras (exceto por aquelas em processo de revalidação) ou da Brasil PCH; ou (ii) das autorizações, licenças (exceto licenças ambientais contempladas no item (i) e outorgas que (1) sejam necessárias para o regular exercício das atividades da Emitente e/ou das suas subsidiárias, diretas ou indiretas; e (2) possam impactar o cumprimento das obrigações da Emitente e das Avalistas previstas nesta Cédula; a menos que dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão (a) a Emitente ou suas respectivas subsidiárias, diretas ou indiretas ou as Avalistas, comprovem a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; ou (b) a Emitente apresente outro documento legalmente válido emitido pelo órgão competente que substitua as autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças eventualmente não renovadas, canceladas, revogadas ou suspensas. Não será considerado descumprimento de qualquer natureza para fins desta cláusula, as Tomadoras se tornarem impedidas por qualquer razão de celebrar contratos com a administração pública;
- s) inscrição da Emitente e/ou de quaisquer das Avalistas no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à escravidão, desde que não seja revertida no prazo de 05 (cinco) dias, contados do conhecimento de tal inscrição pela Emitente e/ou da Avalista em questão, ou esteja sendo discutida de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial;
- t) se for proferida sentença desfavorável aos interesses da Emitente e/ou de quaisquer das

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Avalistas obrigando-as a pagar quantia que possa comprovadamente afetar as obrigações de pagamento previstas na presente Cédula e nos demais Documentos da Operação;

- u) alienação, transferência, cessão ou disposição, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos operacionais da Emitente e/ou da Brasil PCH, sem prévia autorização do Credor, excetuando-se as alienações e/ou cessões expressamente previstas no Plano de Recuperação Judicial ou movimentações de ativos operacionais entre a Brasil PCH e suas subsidiárias integrais;
- v) sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou de qualquer modo constrição ou alienação compulsória, da propriedade e/ou posse direta ou indireta da totalidade ou parte relevante dos ativos da Emitente e/ou das suas subsidiárias, diretas ou indiretas, e das Avalistas, que possam impactar a capacidade da Emitente de cumprir com o disposto na presente Cédula;
- w) celebração, propositura ou apresentação, sem o prévio consentimento do Credor, de qualquer alteração ao Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente que afete o cumprimento das obrigações de pagamento previstas nesta Cédula ou a ordem de pagamentos estabelecida no Plano de Recuperação Judicial relativa à alienação da UPI Brasil PCH;
- x) se, durante o prazo previsto no art. 61 da LRF, ocorrer descumprimento do Plano de Recuperação Judicial, desde que não sanado nos termos da decisão judicial nesse sentido, de: (i) qualquer obrigação contida no Plano de Recuperação Judicial e referido descumprimento puder acarretar um Efeito Adverso; ou (ii) qualquer obrigação de destinação de recursos ou ordem de pagamentos estabelecida no Plano de Recuperação Judicial relativa à alienação da UPI Brasil PCH;
- y) ocorrência de qualquer Evento Adverso nas condições econômico-financeiras das Tomadoras e/ou da Brasil PCH, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da presente Cédula e, se aplicável, dos demais Documentos da Operação;
- z) seja proferida decisão de autoridade administrativa ou judicial com exigibilidade imediata que impeça a conclusão, a continuidade, a execução ou a operação das atividades da Emitente e/ou de suas subsidiárias, diretas ou indiretas, que acarrete ou possa acarretar um Efeito Adverso, exceto em caso de obtenção de efeito suspensivo pela Emitente e/ou pelas Avalistas acerca da referida decisão dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de proferimento de referida decisão; e
- aa) caso a Emitente altere, de qualquer forma, a instrução de pagamento constante do Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária, sem a anuência expressa do Representante do Credor.

10.2. As Avalistas assinam esta Cédula, concordando não apenas com os seus termos e

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

condições, como também declarando-se solidariamente responsáveis por todas as obrigações aqui assumidas pela Emitente.

11. Declarações e Obrigações do Representante do Credor

11.1. O Credor nomeia e constitui como seu representante o Representante do Credor, qualificado no Quadro III desta Cédula, o qual, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Cédula, representar perante a Emitente, quando aplicável, os interesses do Credor.

11.2. Além de outros previstos nesta Cédula, constituem deveres e atribuições do Representante do Credor:

- a) proteger os direitos e interesses do Credor, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- c) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Cédula, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- d) promover, caso a Emitente não o faça, o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios de títulos e documentos competentes;
- e) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e pessoais;
- f) verificar o atendimento das Condições Suspensivas;
- g) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Cédula, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- h) informar ao Agente Administrador de Contas Oneradas sobre qualquer alteração ou modificação das instruções de depósitos dos Proventos das Ações pela Brasil PCH;
- i) informar ao Agente Administrador de Contas Oneradas, em cada Data de Vencimento, sobre o Valor da Parcela discriminando os valores conforme Cláusula 2.1.3.1 desta Cédula;
- j) informar ao Agente Administrador de Contas Oneradas, com ao menos 1 (um) Dia Útil de antecedência, o cumprimento das Condições Suspensivas;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

- k) monitorar as garantias objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, prestando serviços de monitoramento dos recursos relacionados à Conta Centralizadora e à Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito e sem prejuízo da atuação do Agente Administrador de Contas Oneradas e do Agente Depositário, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito;
- l) comunicar o Credor e Agente Administrador de Contas Oneradas no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer Inadimplemento pela Emitente e/ou Avalistas de obrigações assumidas nesta Cédula e nos demais Documentos da Operação; e
- m) notificar o Agente Administrador de Contas Oneradas sobre a ocorrência de quaisquer das Condições de Oneração, em ao menos 1 (um) Dia Útil, para que haja a liberação dos valores nos termos da Cláusula 2.1.3 desta Cédula e do Contrato de Administração de Contas;

11.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula acima, as garantias objeto dos Documentos da Operação serão constituídas em face do Representante do Credor, o qual usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emitente para a proteção e defesa do interesse Credor no âmbito desta Cédula, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, observados os termos e condições dos respectivos instrumentos. Em caso de Inadimplemento da Emitente e das Avalistas, o Representante do Credor poderá, com observância dos termos desta Cédula e dos demais Documentos da Operação:

- a) declarar antecipadamente vencida a Cédula e cobrar seu Principal e acessórios, observados os termos e condições desta Cédula;
- b) requerer a falência da Emitente, nos termos da legislação aplicável, observados os termos e condições desta Cédula;
- c) executar as garantias reais objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, judicial ou extrajudicialmente, nos termos lá previstos, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o *pro rata* no pagamento das obrigações da Emitente decorrentes desta Cédula que a ele forem devidos, ficando, desde já, autorizado a dar ao Agente Administrador de Contas Oneradas as instruções para a tomada de providências nesse sentido, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e sempre ressalvado o previsto na Cláusula 2.2 desta Cédula sobre a não inclusão de 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora em quaisquer garantias reais e, por conseguinte, criação de obstáculo, de qualquer natureza, e sob qualquer pretexto, inclusive, sem qualquer limitação, na hipótese de ocorrência de um evento de Inadimplemento, à transferência, a qualquer tempo, dos referidos recursos da Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, para o fim de permitir o cumprimento das obrigações previamente assumidas

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

pela Renova perante o BNDES, como referidas na alínea (a) do item (ii) da Cláusula 2.1.3 desta Cédula; e

- d) representar o Credor em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emitente e das subsidiárias da Emitente, conforme aplicável.

11.4. O Representante do Credor declara, ainda, que:

- a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação aplicável e nesta Cédula;
- b) conhece e aceita integralmente esta Cédula e os demais Documentos da Operação, incluindo todas as suas cláusulas e condições;
- c) está devidamente autorizado a celebrar esta Cédula e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d) a celebração desta Cédula e dos demais Documentos da Operação, bem como o cumprimento de suas obrigações, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Representante do Credor;
- e) não tem qualquer impedimento legal, conforme a legislação aplicável, para exercer a função que lhe é conferida; e
- f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas na legislação aplicável.

12. Encargos de Mora e Penalidades

12.1. Não cumprindo, pontualmente, quaisquer de suas obrigações decorrentes desta Cédula, e sem prejuízo da hipótese de vencimento antecipado, ficará a Emitente automaticamente constituída em mora, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, comprometendo-se a pagar ao Credor, sem interrupção da incidência dos Encargos Remuneratórios, o valor dos Encargos Moratórios.

12.2. Adicionalmente, o Credor poderá valer-se, simultânea ou sucessivamente, e na ordem que melhor lhe aprouver, de todos os meios judiciais e extrajudiciais para a cobrança de seu crédito e execução das garantias constituídas a seu favor.

13. Das Despesas e Tributos

13.1. Sem prejuízo das previsões específicas ao longo desta Cédula, a Emitente se responsabiliza por:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

a) todas as despesas incorridas pelo Credor e/ou pelo Agente Administrador de Contas Oneradas para: (i) a preservação dos seus direitos e/ou cobrança dos créditos que são devidos por conta desta Cédula e demais documentos correlatos, seja em decorrência de procedimentos judiciais ou extrajudiciais, incluindo os honorários que venham a ser arbitrados em juízo; e (ii) o registro, avaliação, fiscalização, monitoramento, realização e cobrança das garantias constituídas para o pontual pagamento desta Cédula; e

b) todos os tributos incidentes sobre a operação financeira representada por esta Cédula, existentes ou que venham a ser criados, bem como suas majorações ou aumentos de alíquota, mudanças de base de cálculo ou do período de apuração, e encargos moratórios, desde que legalmente exigíveis exclusivamente da Emitente;

13.2. O pagamento das despesas e tributos será efetuado pela Emitente à medida e na proporção dos montantes que forem devidos com base nesta Cédula, seja a título de Principal, correção, atualização monetária, variação cambial, juros, taxas e outras verbas, sempre com observância, contudo, do previsto na Cláusula 4.9 desta Cédula, sendo que o não pagamento constituirá Inadimplemento da presente, com as consequências e cominações aplicáveis, inclusive, mas não se limitando, ao vencimento antecipado.

13.2.1 Caso, após a liquidação dos montantes acima mencionados, venha a se verificar qualquer diferença devida pela Emitente em virtude da presente Cláusula, será a Emitente notificada de tal diferença, que deverá ser prontamente por ela liquidada.

13.3. Não obstante qualquer disposição em contrário, expressa ou implicitamente, contida nesta Cédula ou em qualquer outro Documento da Operação, fica certo e ajustado que a responsabilidade da Emitente por quaisquer novas despesas relativas à contratação e manutenção do Agente Administrador de Contas Oneradas, do Agente Depositário e de quaisquer outros terceiros, com relação à Operação, exceto pelos custos já contratados e dos quais o Credor tem plena ciência na presente data, estará sempre sujeita à expressa concordância com tais despesas, por escrito, pela Emitente.

14. Das Disposições Complementares

14.1. O Credor e o Representante do Credor também se comprometem em adotar os melhores esforços para observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas respectivas Afiliadas e seus respectivos administradores ou empregados, toda e qualquer legislação anticorrupção aplicável à presente transação, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos previstos pela legislação anticorrupção, exceto por eventuais violações desta natureza por fato gerador anterior à data de assinatura desta Cédula, ainda que venha a se tornar de conhecimento das Tomadoras ou de terceiro após a data de assinatura desta Cédula, devendo: (a) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da legislação anticorrupção; (b)

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais, acionistas, diretores, empregados e/ou os demais prestadores de serviços; (c) abster-se de praticar, atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública e nacional; e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado a qualquer legislação anticorrupção aplicável por fato gerador posterior à data de assinatura desta Cédula, comunicar às Tomadoras em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do conhecimento de tal ato ou fato;

14.2. O Credor e o Representante do Credor comprometem-se a não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste instrumento, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir que administradores ou empregados não o façam. O Credor e o Representante do Credor declaram que possuem código de ética e que seguem estritamente seus termos e suas disposições.

14.3. O Credor poderá, a qualquer tempo, ceder, transferir ou empenhar, total ou parcialmente, os direitos e obrigações, títulos de crédito, ações e garantias oriundos desta Cédula, nos termos da Cláusula 8.1 acima, estando autorizado pela Emitente a fornecer a terceiros informações sobre a operação consubstanciada nesta Cédula, sem que isso implique em violação do sigilo bancário.

14.4. A Emitente e as Avalistas, de forma irrevogável e irretratável e como condição do presente negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil, nomeiam-se reciprocamente como mandatários, outorgando e aceitando, poderes especiais para cada qual receber toda e qualquer comunicação, notificação, intimação ou citação, judicial ou extrajudicial, relativa a esta Cédula ou às respectivas garantias em nome dos demais, incluindo, sem limitação, quaisquer citações ou intimações judiciais.

14.5. As comunicações e notificações eletrônicas transmitidas por meio da plataforma eletrônica do Representante do Credor ou endereçadas ao e-mail da Emitente informado ao Credor serão válidas para todos os fins de direito, e considerar-se-ão recebidas na data de seu envio.

14.5.1. Se, por qualquer razão, não for possível o envio nos termos da Cláusula 14.4 acima, as comunicações deverão ser feitas aos endereços constantes do Preâmbulo desta Cédula, sempre feitos por escrito.

14.5.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços previstos nos Quadros I a IV desta Cédula, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão do e-mail nos endereços indicados no Preâmbulo.

14.6. A Emitente não poderá ceder os direitos ou obrigações decorrentes desta Cédula, salvo mediante prévia e expressa autorização do Representante do Credor, mediante instrução do Credor. Em caso de

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

qualquer cessão, o Representante do Credor deverá comunicar por escrito, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, estar de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito.

14.7. O Credor poderá emitir Certificados de Cédula de Crédito Bancário com lastro no presente título, podendo negociá-los livremente no mercado, tudo em conformidade com os artigos 43 e 44 da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, e com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, sem necessidade de aviso prévio ou anuência da Emitente.

14.8. Fica estabelecido que se qualquer das Partes se abster de exercer direitos ou faculdades que pela presente Cédula lhe assistem ou se concordar com atrasos no cumprimento das obrigações a cargo da outra Parte, não serão afetados aqueles direitos ou faculdades que poderão ser, pela Parte inocente, exercidos em qualquer tempo a seu exclusivo critério, não implicando aqueles atos de tolerância em qualquer renúncia ou alteração das condições estatuídas nesta Cédula, nem obrigarão a Parte inocente quanto a vencimentos e inadimplementos futuros.

14.9. Se, para a defesa de seus direitos decorrentes desta Cédula, ou para haver o que lhe for devido, necessitar o Credor recorrer a meios administrativos ou judiciais, terá ele direito às custas e despesas judiciais decorrentes e honorários advocatícios, conforme arbitrados judicialmente.

14.10. A Emitente e as Avalistas, por este instrumento, autorizam expressamente o Credor e as Afiliadas do Credor a inserir informações obtidas junto à Emitente e às Avalistas, bem como consultar as informações consolidadas em seus nomes no Sistema de Informações de Créditos - SCR, na Centralização de Serviços os Bancos S.A. - SERASA –e quaisquer outros órgãos, entidades ou empresas, julgados pertinentes pelo Credor, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes da presente Cédula.

14.11. A Emitente e as Avalistas responsabilizam-se, exclusivamente, perante o Credor, por quaisquer ônus e/ou responsabilidades que ao Credor venham a ser imputados pelos órgãos competentes em virtude do descumprimento de quaisquer normas aplicáveis, ou ainda, por qualquer dano direta ou indiretamente provocado pela Emitente e pelas Avalistas resultante do emprego dos recursos que lhe forem concedidos pelo Credor.

14.12. Esta Cédula obriga a Emitente, seus herdeiros e sucessores, a qualquer título.

14.13. As Partes elegem e aceitam como meio legítimo, eficaz e válido de celebração desta Cédula e de seus anexos, bem como de eventuais aditamentos que dela derivarem, para todos os fins e efeitos, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, conforme alteradas, o sistema de formalização e assinatura de contratos eletrônicos pela plataforma da DocuSign (www.docusign.com), reconhecendo que tal formalização eletrônica em nada prejudica sua validade, exequibilidade e caracterização como título executivo extrajudicial, sendo as assinaturas eletrônicas

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

consideradas válidas, vinculantes e exequíveis, desde que firmadas pelos representantes legais das Partes e a partir do momento em que todas as Partes tiverem assinado eletronicamente esta Cédula através da plataforma DocuSign. As Partes renunciam expressamente ao direito de recusar ou contestar a validade do mecanismo previsto nessa cláusula, na medida permitida pela legislação aplicável.

15. Foro

15.1. Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente Cédula, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas que venham a decorrer desta Cédula.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta Cédula são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuídos nesta Cédula e, subsidiariamente, no Contrato de Cessão Fiduciária. Todos os termos no singular definidos nesta Cédula deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa.

Os signatários desta Cédula declaram, para todos os fins e efeitos de direito, estarem de acordo com todas as Cláusulas e condições pactuadas e assinam a presente Cédula em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si, herdeiros e sucessores a qualquer título juntamente com 02 (duas) testemunhas.

[Documento assinado eletronicamente]

São Paulo, 17 de dezembro de 2020]

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Página de assinatura da Cédula de Crédito Bancário n° 2012170695/CSP, emitida em 17 de dezembro de 2020

DocuSigned by:
Assinado por: GUSTAVO HENRIQUE SIMOES DOS SANTOS
CPF: 28142440665
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:15:23 PST
EE35339DC2C847688C3577E51CEDB887

DocuSigned by:
Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET
CPF: 03861342863
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:14:09 PST
1C3F63B5583A4C62B848CE837C223F8

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DocuSigned by:
Assinado por: PEDRO HENRIQUE COURRY MAC DOWELL
CPF: 27438568902
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:34:47 PST
9658D2610E4E039A1F7BA037C02B87

DocuSigned by:
Assinado por: MARCELO BUOSI MARTINS
CPF: 38026119851
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:33:23 PST
06DADCCD1819402A91571EFC004F5DBF

QI SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.

DocuSigned by:
Assinado por: GUSTAVO HENRIQUE SIMOES DOS SANTOS
CPF: 28142440665
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:15:32 PST
EE35339DC2C847688C3577E51CEDB887

DocuSigned by:
Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET
CPF: 03861342863
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:14:16 PST
1C3F63B5583A4C62B848CE837C223F8

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DocuSigned by:
Assinado por: GUSTAVO HENRIQUE SIMOES DOS SANTOS
CPF: 28142440665
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:15:28 PST
EE35339DC2C847688C3577E51CEDB887

DocuSigned by:
Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET
CPF: 03861342863
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:14:21 PST
1C3F63B5583A4C62B848CE837C223F8

RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DocuSigned by:
Assinado por: MATHEUS GOMES FARIA
CPF: 05813311769
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:28:18 PST
3A570DEECFA2430B980A2F4C305485F

DocuSigned by:
Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET
CPF: 03861342863
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:14:21 PST
1C3F63B5583A4C62B848CE837C223F8

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

DocuSigned by:
Assinado por: DANILO BATISTA DE OLIVEIRA
CPF: 36486198835
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:19:00 PST
CE4F284FEED04D798E7A9CB9C8C8C9DE

DocuSigned by:
Assinado por: KARLA ANDREA FERNANDES
CPF: 72167068700
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:13:56 PST
F353F869B585452DA103D3C4369B05F8

TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**TESTEMUNHAS:**

DocuSigned by:
Assinado por: RODRIGO CALDAS DE TOLEDO AGUIAR
CPF: 08469055817
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:14:46 PST
52A315140FC2454EB8BF7E909A03BC98

DocuSigned by:
Assinado por: VICTOR GALLO OTIZATO
CPF: 41866755897
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:24:54 PST
27ED0A648596CAF1CA83D4C17A5B3340E

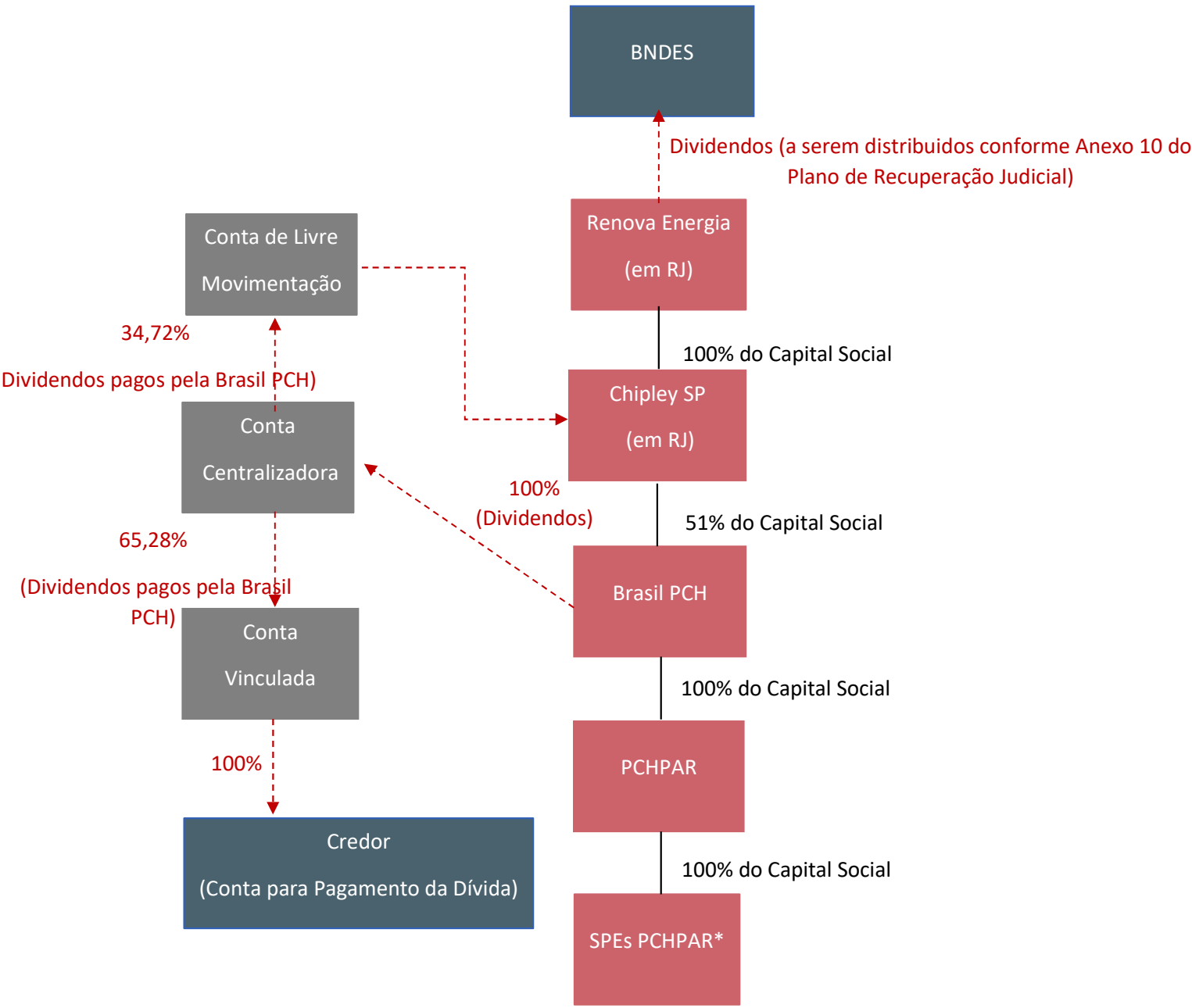
NOME:**NOME:****CPF/ME:****CPF/ME:**

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

ANEXO 2.1.2

Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

ANEXO 3.1. (a)

Instrumento Particular de Termo de Obrigações

TERMO DE OBRIGAÇÕES

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

De um lado:

1. RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Renova Energia”);
2. RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, parte 5, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Renovapar”);
3. CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Chipley”, a qual, em conjunto com a Renova Energia e a Renovapar, a “Renova”); e,

E, do outro lado, na qualidade de representante dos interesses do titular da Cédula (conforme abaixo definido),

4. PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, sociedade limitada, com sede na Rua Joaquim Floriano nº 466, sala 1401, Itaim Bibi, CEP: 04534-002, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.061.232-0001/71, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Representante do Credor”).

A Renova e o Representante do Credor são doravante designados, em conjunto ou individualmente, as “Partes” e a “Parte”, respectivamente.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Renova Energia e a Renovapar são titulares de 100,00% (cem por cento) do capital social total da Chipley, de acordo com as seguintes participações acionárias: (i) Renova Energia, titular de 744.797.379 (setecentos e quarenta e quatro milhões, setecentas e noventa e sete mil, trezentas e setenta e nove) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de emissão da Chipley, totalmente integralizadas; e (ii) Renovapar, titular de 73.994 (setenta e três mil, novecentas e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de emissão da Chipley, totalmente integralizadas;
- (B) a Chipley e outros acionistas são titulares de 100,00% (cem por cento) do capital social total da Brasil PCH S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.314.233/0001-08 (“Brasil PCH”);

- (C) a Brasil PCH é titular de 100% (cem por cento) do capital social total da PCHPAR - PCHParticipações S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.628.569/0001-45 (“PCHPAR”), a qual, por sua vez, controla as seguintes sociedades: (i) São Simão Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.976/0001-52, (ii) São Joaquim Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.930/0001-33, (iii) São Pedro Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.938/0001-08, (iv) Calheiros Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.914/0001-40, (v) Funil Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.921/0001-42, (vi) Caparaó Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.924/0001-86 (vii) Carangola Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.934/0001-11, (viii) Santa Fé Energética, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.982.752/0001-81, (ix) Monte Serrat Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.982.741/0001-00, (x) Bonfante Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.982.746/0001-24, (xi) Jataí Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.083.477/0001-27, (xii) Irara Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.060.755/0001-38 e (xiii) Retiro Velho Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.060.739/0001-38 (“Subsidiárias” consideradas em conjunto ou isoladamente);
- (D) a Renova e outras pessoas (“Recuperandas”) encontram-se em recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, autuado sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Juízo Competente” e “Recuperação Judicial”);
- (E) em “assembleia geral de credores”, realizada em [-] no âmbito da Recuperação Judicial, os credores das Recuperandas aprovaram o seu plano de recuperação, cujos termos e condições fazem parte do presente instrumento como seu “Anexo Considerando E”) (“Plano de Recuperação”);
- (F) em “assembleia geral de credores”, realizada em [-] no âmbito da Recuperação Judicial, os credores das Recuperandas aprovaram a contratação, pela Chipley, de operação de financiamento no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), por meio da emissão da “Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP”, sob a modalidade *debtor in possession*, nos termos do art. 67 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (“LFR”, “Cédula” e “Operação de Financiamento”);
- (G) em [-] e [-], o Juízo Competente homologou o Plano de Recuperação e, conforme lá previsto, a contratação da Operação de Financiamento, desde que inexistia apelação ou recurso ao qual tenha sido concedido efeito suspensivo contra a decisão que homologou o Plano de Recuperação e a concessão da Recuperação Judicial pelo Juízo Competente, nos termos do artigo 58 e seguintes da LFR, observados os prazos legais para tanto, que possa afetar, de qualquer forma, a Operação de Financiamento. Para os fins deste item, o efeito suspensivo deverá ter sido negado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pelo Desembargador Relator do recurso, ainda que tal decisão seja provisória;
- (H) nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brasil PCH S.A.”, celebrado

em 4 de outubro de 2018, conforme aditada de tempos em tempos, a Brasil PCH emitiu 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da 1ª série e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da 2ª série, perfazendo o montante total de R\$900.000.00,00 (novecentos milhões de reais) (em conjunto, “Debêntures”);

- (I) as Debêntures contam com as seguintes garantias: (i) garantia fidejussória prestada pela PCHPAR e pelas Subsidiárias; (ii) alienação fiduciária de ações de emissão da PCHPAR e das Subsidiárias; e (iii) cessão fiduciária: (a) pelas Subsidiárias, de direitos emergentes das autorizações concedidas às Subsidiárias pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); (b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às Subsidiárias no âmbito dos contratos de compra de energia elétrica celebrados com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa (“Proinfa”); (c) de direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pelas Subsidiárias; (d) de direitos creditórios específicos vinculados às ações referidas no item “ii” acima; e (e) direitos relacionados à aplicações financeiras específicas e seus rendimentos;
- (J) os recursos decorrentes da Operação de Financiamento serão alocados pela Chipley para retomada dos investimentos e conclusão da Fase A do Projeto Alto Sertão III, pagamento de custos da Operação de Financiamento e despesas operacionais das empresas do grupo da Renova, nos termos do Plano de Recuperação, sendo, assim, essenciais e relevantes aos interesses de cada uma das Partes e à implementação do Plano de Recuperação, observado o disposto na Cédula;
- (K) nos termos do item 7 da Cédula e conforme estabelecido nos demais instrumentos jurídicos celebrados no âmbito da Operação de Financiamento (em conjunto, “Documentos da Operação”) foram: (i) constituídas determinadas garantias em favor do titular da Cédula; e (ii) definidos procedimentos específicos relacionados ao recebimento e à alocação do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, outras distribuições de capital e/ou outros eventos previstos na Cédula, pagos à Chipley pela Brasil PCH e/ou dos valores relacionados à alienação, direta ou indireta, da UPI Brasil PCH, conforme definido no item 10.1 do Plano de Recuperação (“UPI Brasil PCH”), os quais encontram-se detalhadamente descritos no “anexo 2.1.2” da Cédula (“Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos”);
- (L) sem prejuízo dos direitos, garantias e prerrogativas decorrentes de garantias reais e pessoais prestadas em favor de credores da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, existentes, válidas e eficazes, inclusive em face de terceiros, na presente data, incluindo as Debêntures, são condições essenciais à contratação da Operação de Financiamento (i) preservação: (i.a) dos efeitos jurídicos e econômicos associados às garantias prestadas nos Documentos da Operação em favor do Representante do Credor, na qualidade de representante do titular da Cédula; (i.b) da integridade dos Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos pelas Partes; e (ii) o crédito na Conta Centralizadora (conforme definida na Cédula) da integralidade dos Proventos das Ações (conforme definido na Cédula) pagos (a) pelas Subsidiárias à PCHPar, (b) pela PCHPar à Brasil PCH e, por fim, pela Brasil PCH à Chipley, cujo montante será determinado pelos órgãos de administração das referidas sociedades, sempre observadas as práticas de mercado e sua razoabilidade

técnica, financeira, contábil, legal e, especialmente, o melhor interesse da Brasil PCH e das Subsidiárias na preservação e proteção de sua capacidade operacional, no mínimo necessário ao pagamento tempestivo das obrigações, principal e acessórias, assumidas pela Chipley na Cédula, nos termos e nas condições ali previstos, desde que tal pagamento não imponha, comprovadamente, ônus, riscos, contingências, passivos materiais extraordinários às sociedades acima referidas; e (iii) o crédito na Conta Vinculada (conforme definida na Cédula, nos limites da Cédula e em observância ao Plano de Recuperação) dos recursos resultantes da alienação, direta ou indireta, da UPI Brasil PCH, conforme o previsto no Plano de Recuperação e na Cédula e/ou seus ativos, sempre na forma e nos montantes definidos na Cédula, sendo, “ii” e “iii” doravante denominados, em conjunto, “Montante Mínimo”; e (iv) a estrita e tempestiva observância dos deveres e obrigações assumidos pelos signatários deste Termo (conforme abaixo definida);

- (M) alteração do estatuto social da Chipley, celebrada nesta data na forma do “Anexo Considerando M”, contém avença específica estabelecendo que: (i) a tempestiva e estrita observância aos termos e às condições deste Termo constitui requisito de validade e condição de eficácia de todos os atos e negócios da Chipley que não sejam Atos Permitidos (conforme abaixo definido); e (ii) a alteração, reformulação e/ou revogação de quaisquer dos termos e condições previstos no artigo 11-A do estatuto social da Chipley deverão ser prévia e expressamente aprovados, por escrito, pelo Representante do Credor;
- (N) os negócios e as atividades da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias (i) são investimentos maduros, concluídos e em plena operação, atingindo plenamente, na presente data, a todos os seus objetivos operacionais, financeiros, legais, econômicos e regulatórios no âmbito do Proinfra (“Condição Atual”); e (ii) deverão ser conduzidos pela Renova de forma ativa e diligente, e, observados os limite de ingerência e atuação individual na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias, em atendimento ao Curso Normal dos Negócios (conforme abaixo definido), e visando não resultar na alteração e/ou modificação dos Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos e/ou diminuição ou restrição do fluxo de distribuição/recebimento do Montante Mínimo; e
- (O) conforme facultado pelos arts. 421, 421-A e 422 do Código Civil brasileiro, o disposto no item “(ii)” da alínea “N” acima deverão ser tratados como parâmetros objetivos e condições essenciais dos negócios objeto dos Documentos da Operação para fins de sua interpretação, execução de obrigações e exercício de direitos no âmbito deste Termo (“Princípios Norteadores”),

resolvem firmar o presente “Termo de Obrigação” (“Compromisso”), nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Por meio deste Termo, a Renova obriga-se a solicitar o consentimento prévio e por escrito do Representante do Credor para a prática de todos os atos de sua competência relacionados exclusivamente à Chipley, à Brasil PCH, à PCHPar e às Subsidiárias, que não estejam listados na Cláusula 1.2 abaixo.

1.2. A Renova não precisará de qualquer autorização do Representante do Credor para a prática dos seguintes atos (“Atos Permitidos”):

- (a) convocar, no âmbito da Chipley, a Assembleia Geral, ou orientar a convocação da Assembleia Geral da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias sempre que julgar conveniente;
- (b) alterar qualquer matéria do estatuto social da Chipley, exceto em relação às seguintes matérias: (i) aumento ou redução do capital social da Chipley; ou (ii) alteração do Artigo 11-A do estatuto social da Chipley;
- (c) orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias para a alteração de qualquer matéria do estatuto social de tais sociedades, exceto em relação exclusivamente ao aumento ou redução do capital social da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias;
- (d) deliberar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, acerca do pedido de abertura do capital social das referidas sociedades;
- (e) deliberar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, acerca da alienação, pelas referidas sociedades, de participação societária em outras sociedades, desde que no Curso Normal dos Negócios, observando parâmetros e práticas de mercado para transações desta natureza, e no melhor interesse da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, ou se previsto no Plano de Recuperação da Chipley;
- (f) eleger e destituir os membros da Diretoria da Chipley, ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias para a indicação, eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria das referidas sociedades, bem como fixar a remuneração global observando parâmetros e práticas de mercado e atribuições específicas dos administradores da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias;
- (g) tomar as contas dos administradores da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e manifestar-se sobre o relatório da Diretoria da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias;
- (h) deliberar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, sobre qualquer proposta de incorporação, cisão, transformação, fusão, ou qualquer outra forma de reestruturação exclusivamente entre a PCHPar e suas Subsidiárias ou entre as Subsidiárias, desdobramento ou grupamento de ações, desde que tais reorganizações não resultem ou possam resultar em um impacto adverso no Montante Mínimo;
- (i) autorizar o levantamento de balancetes semestrais ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio

da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, nos termos do art. 204 da Lei das S.A. e de seus respectivos estatutos sociais;

- (j) alterar a política de distribuição de dividendos da Chipley, inclusive quanto à criação e à fixação dos limites de quaisquer reservas estatutárias, desde que tal alteração não resulte na diminuição ou restrição do fluxo de distribuição/recebimento do Montante Mínimo;
- (k) autorizar, no âmbito da Chipley, ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, a emissão de quaisquer valores mobiliários pela Chipley, Brasil PCH, PCHPar e Subsidiárias, conforme o caso, incluindo debêntures e partes beneficiárias, desde que tais valores mobiliários (i) não resultem em endividamento da Chipley em valor superior ao estabelecido no item “u” desta Cláusula, ou da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias em valor superior ao estabelecido no item “v” desta Cláusula, ou (ii) sejam emitidos no Curso Normal dos Negócios;
- (l) deliberar, no âmbito da Chipley, acerca de atribuição de participação nos lucros da Chipley aos seus administradores e/ou empregados, observando parâmetros e práticas de mercado, bem como aprovar e orientar o voto na deliberação sobre o plano de participação nos lucros a administradores e/ou empregados da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, sempre no Curso Normal dos Negócios;
- (m) outorgar, no âmbito da Chipley, ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, opção de compra ou subscrição de ações a administradores e demais funcionários das referidas sociedades, observando parâmetros e práticas de mercado observado sempre o melhor interesse da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias;
- (n) orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar ou nas Subsidiárias sobre a celebração, alteração, modificação ou rescisão pela Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias, conforme o caso, de qualquer contrato com quaisquer de seus acionistas ou com qualquer sociedade controlada por seus acionistas, desde que no Curso Normal dos Negócios, respeitado o disposto neste Termo;
- (o) orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar ou nas Subsidiárias sobre a celebração por referidas sociedades de quaisquer alterações, modificações e aditamentos em Contratos de Compra e Venda de Energia;
- (p) orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar ou nas Subsidiárias sobre a celebração por referidas sociedades de qualquer contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), de fornecimento, de prestação de serviços ou ainda e qualquer contrato de operação e manutenção (“O&M”) relacionados à Brasil PCH e à PCHPar;
- (q) deliberar sobre a celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Chipley, de um lado, e uma sociedade, direta ou indiretamente, controlada da Chipley, de outro, desde que no Curso

Normal dos Negócios, respeitado o disposto neste Termo, em especial em relação aos limites estabelecidos no item “u” desta Cláusula;

- (r) fixar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, a orientação geral dos negócios das referidas sociedades, sempre no Curso Normal dos Negócios e no melhor interesse da Chipley, Brasil PCH, PCHPar e Subsidiárias, respeitado o disposto neste Termo;
- (s) deliberar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, sobre a aprovação do plano de negócios e orçamento de investimento e operacional das referidas sociedades para o respectivo exercício;
- (t) deliberar, no âmbito da Chipley, acerca da celebração, por parte da Chipley, de qualquer contrato ou outro instrumento em relação a uma operação de mútuo, empréstimo, financiamento, linha de crédito ou outro instituto afim (ou promessa de qualquer um dos anteriores), como meio para que a Chipley tenha acesso a fundos de terceiros, e que consista em uma obrigação de a Chipley pagar tais fundos acrescidos de juros, desde que (i) a operação (independente dos valores individuais dos instrumentos que a compõem) não ultrapasse o valor total de, (i.a) isoladamente, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou, (i.b) cumulativamente, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção do ativo da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (u) orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias sobre a contratação de empréstimos, emissão de títulos de dívida ou outras formas de endividamento pela Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias, desde que (i) em valor, individual ou agregado, que não ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção do ativo da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (v) deliberar, no âmbito da Chipley, ou orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias, acerca da outorga de garantias ou constituição de ônus de qualquer natureza sobre seus bens, direitos, ativos financeiros ou fixos, excetuadas as ações de emissão da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias, para garantir obrigações da Chipley, Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias, desde que tais garantias e/ou ônus (i) estejam relacionados aos contratos e/ou instrumentos relacionados nos itens “u” e “v” desta Cláusula, ou (ii) sejam necessários para a prestação de garantias em processos administrativos, judiciais e/ou arbitrais que envolvam a Chipley, Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias; ou (iii) no Curso Normal dos Negócios sejam necessários; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (w) deliberar, no âmbito da Chipley, acerca da venda, locação, alienação ou qualquer outra forma de disposição de ativos pela Chipley, desde que (i) em valor que não ultrapasse (i.a) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) com relação a uma

transferência isolada de ativos, ou (i.b) R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) com relação ao valor total das transferências de ativos durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção ou melhoria dos ativos da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;

- (x) deliberar, no âmbito da Chipley, ou orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias acerca de qualquer aquisição de ativos, desde que (i) em valor que não ultrapasse (i.a) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um ativo isolado, ou (i.b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor global de ativos durante o mesmo exercício social; ou (ii) sejam necessários para a manutenção dos ativos da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iii) sejam necessários à remediação de efeitos adversos decorrentes de acidentes e/ou incidentes que de forma continuada prejudiquem a operação normal da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias, implementada, inclusive, após a utilização de mecanismos de mitigação de riscos contratados e/ou à disposição das pessoas afetadas, sempre até o limite comprovado e estritamente necessário ao retorno à Condição Atual, por meio da diminuição ou restrição do fluxo de distribuição/recebimento do Montante Mínimo; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (y) deliberar, no âmbito da Chipley, ou orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias acerca da celebração, o aditamento e/ou a rescisão de qualquer contrato ou outro instrumento que crie qualquer responsabilidade ou obrigação para a Chipley, desde que (i) em valor que não ultrapasse (i.a) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um contrato isolado, ou (i.b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação ao valor total dos contratos (incluindo aditivos) durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção ou melhoria do ativo da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (z) orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias acerca da compra, venda, alienação, oneração, hipoteca, penhor de quaisquer ativos, móveis ou imóveis da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias, e/ou a celebração de quaisquer contratos e/ou acordos pela Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias, inclusive judiciais, desde que (i) dentro dos limites estabelecidos no orçamento e/ou que envolvam um montante total, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, em valor que não ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção ou melhoria dos ativos da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (aa) escolher e destituir os auditores independentes da Chipley, bem como orientar o voto, na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, para a nomeação de auditores independentes;
- (bb) deliberar, no âmbito da Chipley, sobre o voto a ser proferido pela Chipley como acionista de suas controladas, incluindo, sem limitação, nas Assembleias Gerais ou

reunião dos Conselhos de Administração da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias que tiverem como pauta quaisquer das matérias indicadas no Artigo 11 ou no Artigo 17 do estatuto social da Chipley, respeitados os termos deste Termo;

- (cc) deliberar, no âmbito da Chipley, sobre qualquer matéria que seja submetida à Assembleia Geral da Chipley, ou à Assembleia Geral e/ou Conselho de Administração da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, respeitados os termos deste Termo;
- (dd) deliberar sobre, no âmbito da Chipley, e praticar quaisquer atos requeridos ou necessários nos termos do Plano de Recuperação da Chipley; e
- (ee) deliberar, no âmbito da Chipley, acerca da alienação da participação societária na Brasil PCH nos termos do Plano de Recuperação da Chipley.

1.2.1. Para os fins e efeitos deste Termo, o termo “Curso Normal dos Negócios” significa as atividades, operações e negócios da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias realizadas de forma consistente e substancialmente equivalentes às suas atuais práticas de gestão econômica, financeira, legal, contábil, de negócios e investimentos, visando (i) a preservação e manutenção da Condição Atual de cada uma das pessoas acima referidas; (ii) a remediação de efeitos adversos decorrentes de acidentes e/ou incidentes que de forma continuada prejudiquem a operação normal da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias, implementada, inclusive, após a utilização de mecanismos de mitigação de riscos contratados e/ou à disposição das pessoas afetadas, sempre até o limite comprovado e estritamente necessário ao retorno à Condição Atual, por meio da diminuição ou restrição do fluxo de distribuição/recebimento do Montante Mínimo.

1.3. As Partes esclarecem que nada neste Termo deve ser entendido como uma promessa de fato de terceiro, nos termos do artigo 439 e 440 do Código Civil brasileiro, obrigação ou garantia de qualquer das Partes em relação à ação ou omissão de qualquer acionista da Brasil PCH que não seja parte deste Termo. Todas as obrigações previstas neste Termo são assumidas exclusivamente pelas Partes, devendo-se observar a inexistência de qualquer vínculo, obrigação de cumprimento ou responsabilidade pela atuação individualizada dos demais acionistas da Brasil PCH.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DECLARAÇÕES

2.1. A Renova Energia, a Renovapar e a Chipley, conforme aplicável, neste ato e na data de desembolso da Operação de Financiamento, declaram que:

- a) é sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, possuindo poderes e autoridade para celebrar este Termo, assumir as obrigações que lhe cabem por força deste Termo, cumprir e observar as disposições aqui contidas;
- b) é veículo devidamente constituído e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, possuindo poderes e autoridade para celebrar este Termo, assumir as obrigações que lhe cabem por força deste Termo, cumprir e observar as disposições

aqui contidas;

- c) é pessoa capaz, possuindo poderes para celebrar este Termo, assumir as obrigações que lhe cabem por força deste Termo, cumprir e observar as disposições aqui contidas;
- d) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, tendo sido aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Chipley e da Renovapar e pelo Conselho de Administração da Renova Energia, e no âmbito da Recuperação Judicial, previstas na lei de regência necessárias à celebração e cumprimento deste Termo e da alteração do Estatuto Social da Chipley referida no Considerando “M”, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- e) seus representantes legais que assinam este Termo têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- f) as obrigações previstas neste Termo constituem obrigações existentes, válidas e eficazes da declarante, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- g) a declarante encontra-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações previstas neste Termo;
- h) a celebração deste Termo e o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a declarante seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens estejam vinculados, nem irá resultar (ii) no vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; (iv) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a declarante ou quaisquer de seus bens estejam sujeitos; ou (v) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a declarante ou quaisquer de seus bens;
- i) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais;
- j) não omitiu ao adquirente da Cédula e ao Representante do Credor nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração, modificação e/ou efeito adverso relevante, atual ou contingente, na condição econômica, financeira, jurídica da declarante, suas pessoas controladoras, controladas ou sob controle comum e/ou de sua capacidade de cumprir com suas obrigações decorrentes deste Termo; e
- k) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela declarante, de suas obrigações nos termos deste Termo.

2.2. O Representante do Credor, neste ato e na data de desembolso da Operação de Financiamento, declara que:

- a) é uma sociedade empresária limitada devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, previstas na lei de regência necessárias à celebração e cumprimento deste Termo, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) seus representantes legais que assinam este Termo têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) as obrigações previstas neste Termo constituem obrigações existentes, válidas e eficazes da declarante, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- e) a celebração deste Termo e o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato ou documento no qual seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens estejam vinculados, nem irá resultar (ii) no vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; (iv) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a declarante ou quaisquer de seus bens estejam sujeitos; ou (v) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a declarante ou quaisquer de seus bens; e
- f) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais.

2.3. A veracidade e exatidão das declarações prestadas na data de assinatura do Termo poderão ser verificadas pelas Partes e pelo Representante do Credor, a qualquer momento, até a quitação integral das obrigações previstas neste Termo. Caso seja verificado pelo Representante do Credor que a declaração de qualquer das Partes era inverídica ou inexata na data de assinatura deste Termo, o titular da Cédula poderá declarar o seu vencimento antecipado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

3.1. A Renova obriga-se a comunicar ao Representante do Credor, por escrito, dentro dos 3 (três) Dias Úteis imediatamente subsequentes à data em que tomar ciência da convocação e/ou de evento de deliberação dos órgãos de administração da Renova Energia, da Chipley e/ou da Brasil PCH e/ou de reuniões prévias, cujo conteúdo requeira

ou possa requerer a realização de qualquer ato que seja ou não seja um Ato Permitido e, no caso da PCHPar e/ou das Subsidiárias, de qualquer ato que não seja um Ato Permitido.

3.2. A tempestiva e estrita observância aos termos e às condições deste Termo constitui requisito de validade e condição de eficácia de todos os atos, negócios e orientações e/ou exercício de direito de voto da Chipley que não sejam Atos Permitidos, nos termos da Cláusula 1.2 acima.

3.3. A Chipley obriga-se a não renunciar e/ou repactuar os termos e condições de negócios jurídicos de que seja parte ou interveniente de forma a alterar a sua estrutura de governança e de suas subsidiárias, diretas e indiretas, em detrimento dos direitos e garantias do Credor e do Representante do Credor previstos neste Termo.

3.4. A Renova obriga-se a informar, por escrito, o Representante do Credor sobre qualquer ação ou omissão da Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias que contrariem os termos e condições deste Termo, no prazo de 1 (um) Dia Útil da data em que tomar conhecimento do respectivo evento (“Inadimplemento de Controlada”).

3.5. A Chipley obriga-se, tempestivamente, a tomar todas as medidas necessárias para que o Inadimplemento de Controlada deixe de produzir efeitos e seja definitivamente sanado. No prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contado da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, a Chipley também se obriga a comunicar ao Representante do Credor as providências tomadas e, quando solicitada, fornecer-lhe todas as informações relacionadas ao assunto.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES

4.1. Todas as notificações, avisos ou comunicações relativas ao presente Compromisso, bem como qualquer comunicação envolvendo as Partes, inclusive para prestar ou receber informações, deverão ser feitas por escrito e deverão ser entregues pessoalmente, por carta ou por e-mail, em qualquer hipótese, com comprovante de recebimento, nos endereços e para as pessoas indicadas abaixo, ou conforme de outra forma especificado por uma Parte à outra, por escrito:

(a) Se para RENOVA ENERGIA:

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

(b) Se para RENOVAPAR:

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

(c) Se para CHIPLEY:

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

(d) Se para REPRESENTANTE DO CREDOR:

Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi, São Paulo/SP

E-mail: servicos@pavarini.com.br

A/C.: Sr. Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo Oliveira

4.1.1. As notificações feitas nos termos desta Cláusula serão consideradas realizadas (a) na ocasião em que forem entregues, se entregues pessoalmente; e (b) na ocasião em que forem recebidas, se enviadas por correio, por serviço de courier ou por e-mail.

4.1.2. Qualquer das Partes deste Termo poderá mudar o endereço para o qual a notificação deverá ser enviada, mediante notificação escrita às demais Partes, de acordo com a Cláusula 4.1 acima.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Vigência. Este Termo vigorará até a liquidação integral de todas as obrigações, principais e acessórias, decorrentes da Cédula e dos demais Documentos da Operação.

5.2. Inadimplemento. As Partes reconhecem e concordam que, no caso de violação deste Termo, o vencimento da Cédula será declarado antecipado, não respondendo a Parte infratora por eventuais perdas e danos a que der causa, independentemente da sua natureza ou da extensão do dano causado à parte inocente.

5.2.1. Execução Específica. Considerando que, no caso de inadimplemento deste Termo pela Renova, o vencimento antecipado da Cédula pode resultar em uma remediação insuficiente para o Representante do Credor, as Partes acordam que o cumprimento de quaisquer obrigações dispostas neste Termo poderá ser objeto de execução específica pelo Representante do Credor, nos termos do disposto nos artigos 300, 497 e seguintes, 783 e seguintes, 815, 824 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

5.2.2. Não obstante qualquer disposição em contrário na lei, as Partes expressamente acordam que, caso a execução específica de qualquer obrigação prevista neste Termo não seja possível e a execução seja convertida em perdas e danos em favor do Credor, qualquer valor eventualmente pago pela Renova ao Representante do Credor a título de perdas e danos não poderá ser superior, em qualquer hipótese, ao saldo devedor da Cédula no momento do pagamento de qualquer indenização pela Renova.

5.3. Irrevogabilidade. O presente Termo é assinado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes, por si e seus sucessores a qualquer título. As Partes e seus sucessores deverão cumprir integralmente as obrigações aqui contratadas.

5.4. Aditamento e Conflito. Não será válida qualquer alteração deste Termo, salvo se por escrito e assinada por todas as Partes.

5.5. Tolerância. Nenhum prazo ou tolerância concedido por quaisquer das Partes aos demais signatários, com relação aos termos deste Termo, afetará de qualquer forma este Termo ou qualquer dos direitos ou obrigações das Partes, a não ser nos estritos termos da tolerância concedida.

5.6. Independência de Disposições. Se, por qualquer razão, qualquer disposição deste Termo vier a ser considerada inválida, ilegal ou ineficaz, essa disposição será limitada o quanto possível para que produza seus efeitos, e a validade, legalidade e eficácia das disposições remanescentes deste Termo não serão por qualquer forma afetadas ou prejudicadas.

5.7. Acordo Integral. Este Termo e os Documentos da Operação constituem o acordo integral das Partes relativamente ao seu objeto e substituem todos os acordos, entendimentos, declarações ou garantias, negociações e discussões anteriores, verbais ou por escrito, entre as Partes com relação às matérias aqui contidas.

5.8. Interpretação. Para fins de interpretação deste instrumento, o preâmbulo deste Termo deve ser sempre considerado como parte integrante deste instrumento.

5.9. Cessão. Este Termo beneficiará e obrigará as Partes e seus respectivos sucessores e cessionários permitidos. As Partes não poderão ceder ou transferir suas obrigações e direitos, em conjunto ou separadamente, sem a prévia e expressa anuência de todas as Partes.

5.9.1. Os direitos, as garantias e as prerrogativas do Representante do Credor poderão ser exercidos diretamente pelo titular da Cédula (“Credor”).

5.9.2. A cessão e/ou endosso da Cédula, no todo ou em parte, na forma estabelecida no referido título, não afeta e/ou modifica quaisquer dos direitos, garantias e prerrogativas de quaisquer dos signatários deste Termo, os quais se manterão íntegros.

5.10. Registro. Para fins de eficácia perante terceiros, este Termo deverá ser levada à registro em cartório de títulos e documentos da sede de cada um de seus signatários no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado de sua celebração.

5.11. Dia Útil. Para fins deste Termo, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado municipal, estadual ou nacional na cidade de São Paulo, SP.

5.12. Lei Aplicável. O presente Termo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

5.13. Assinatura. As Partes elegem e aceitam como meio legítimo, eficaz e válido de celebração deste Termo e de seus anexos, bem como de eventuais aditamentos que dele derivarem, para todos os fins e efeitos, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, conforme alteradas, o sistema de formalização e assinatura de contratos eletrônicos pela plataforma da DocuSign (www.docuSign.com), reconhecendo que tal formalização eletrônica em nada prejudica sua validade, exequibilidade e caracterização como título executivo extrajudicial, sendo as assinaturas eletrônicas consideradas válidas, vinculantes e exequíveis, desde que firmadas pelos representantes legais das Partes e a partir do momento em que todas as

Partes tiverem assinado eletronicamente este Termo através da plataforma DocuSign. As Partes renunciam expressamente ao direito de recusar ou contestar a validade do mecanismo previsto nessa cláusula, na medida permitida pela legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – FORO

6.1. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias relacionadas ao presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente “Termo de Termo”, em [●] ([●]) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, [●] de [●] de 2020

(as assinaturas do presente Termo seguem nas páginas seguintes)

(Página de assinaturas do Termo de Obrigações)

RENOVA ENERGIA S.A. – Em Recuperação Judicial

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Página de assinaturas do Termo de Obrigações)

RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

(Página de assinaturas do Termo de Obrigações)

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

(Página de assinaturas do Termo de Obrigações)

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF/ME:

Nome:
RG:
CPF/ME:

Anexo Considerando E

Anexo Considerando M

“CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).”

ARTIGO 2º A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, 850, 14º andar, parte 8, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, CEP 04707-000. A Companhia poderá abrir e fechar filiais, sucursais ou estabelecimentos de qualquer natureza, no País ou exterior, mediante autorização da Diretoria.

ARTIGO 3º Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

ARTIGO 4º A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$744.871.372,77 dividido em 744.871.373 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo. As ações são indivisíveis em relação à Companhia e a propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro “Registro de Ações Nominativas” da Companhia.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 6º A Assembleia Geral é órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, a cada ano, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas, em sua convocação, instalação e deliberações, as disposições deste Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 7º As Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas por qualquer dos Diretores ou qualquer dos acionistas, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, em primeira convocação e 05 (cinco) dias, em segunda convocação, se necessária, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro. A convocação da Assembleia Geral conterá, para cada assunto da ordem do dia (i) o histórico, (ii) a justificativa para a proposição, e (iii) os pareceres técnicos e legais necessários, se for o caso.

Parágrafo Segundo. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

ARTIGO 8º A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação, com qualquer quórum. A Assembleia Geral será presidida por representante de um dos acionistas, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Único. Das deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas no livro de atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos.

ARTIGO 9 Os acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador validamente constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista ou representante de acionista, ou administrador da Companhia ou advogado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 10 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do capital social, se quórum maior não estiver previsto em lei.

ARTIGO 11 Competirá à Assembleia Geral da Companhia, além das atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações e outros artigos deste Estatuto Social:

- a) tomar as contas dos Diretores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, decidindo, ao final de cada exercício social, pela declaração ou não de dividendos a distribuir;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado, e fixar a remuneração global anual da Diretoria;
- c) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;
- d) deliberar sobre a mudança do objeto social da Companhia;
- e) deliberar sobre qualquer alteração deste Estatuto Social, em especial, as que impliquem (a) a alteração de quóruns de deliberação, (b) a alteração das competências da Assembleia Geral e da Diretoria, (c) a alteração das regras de convocação e instalação, poderes e demais disposições relativas à Assembleia Geral, e (d) aumento de capital social;
- f) deliberar sobre a dissolução da Companhia;
- g) deliberar sobre o pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e início e cessação do estado de liquidação da Companhia;

- h) alterar da política de distribuição de dividendos, inclusive quanto à criação e à fixação dos limites de quaisquer reservas estatutárias;
- i) deliberar sobre qualquer proposta de incorporação, cisão, transformação, fusão, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia, incluindo reduções de capital, recompras, resgates, amortizações e reembolsos;
- j) deliberar sobre a emissão de quaisquer valores mobiliários, incluindo debêntures e partes beneficiárias; e
- k) deliberar acerca do pedido de abertura do capital social da Companhia.

ARTIGO 11-A. Conforme estipulado no “Termo de Obrigações”, celebrado em [-] de [-] de 2020 e devidamente registrado no [-] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, estado de São Paulo (“Termo de Obrigações”), a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ/ME sob nº 06.981.176/0001-58, a Renovapar S.A. – Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71, e a Companhia comprometeram-se a solicitar o consentimento prévio e por escrito do titular da cédula de crédito bancário nº [-], emitida pela Companhia em [-] de [-] de 2020, representado pela PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, sociedade limitada, com sede na Rua Joaquim Floriano nº 466, sala 1401, Itaim Bibi, CEP: 04534-002, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.061.232-0001/71, para a prática de todos os atos de sua competência relacionados exclusivamente à Companhia e suas subsidiárias que não estejam listados na Cláusula 1.2 do Termo de Obrigações.

Parágrafo Primeiro. No que se refere à Cláusula 1.2 do Termo de Obrigações, esta deverá ser interpretada como se estivesse transcrita neste Estatuto Social, e a tempestiva e estrita observância ao Artigo 11-A constitui requisito de validade e condição de eficácia de todos e quaisquer atos e negócios da Companhia.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 12 A Companhia será administrada por uma Diretoria, a que caberá a gestão dos negócios e a qual terá os poderes e responsabilidades fixados na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social. Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura do Termo de Posse no livro respectivo e seus mandatos, se expirados, considerar-se-ão automaticamente prorrogados até a posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO V

DIRETORIA

ARTIGO 13 A Diretoria será composta por 02 (dois) Diretores sem designação específica.

Parágrafo Primeiro. O prazo de mandato dos Diretores será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral deverá eleger para compor a Diretoria da Companhia pessoas de reputação ilibada, independência e reconhecida capacidade profissional, as quais deverão decidir os assuntos de sua competência de forma independente e em conformidade com os interesses da Companhia. Os Diretores deverão zelar pela independência operacional da Companhia.

Parágrafo Terceiro. A Diretoria reunir-se-á sempre que o interesse social o exigir, podendo tais reuniões ser convocadas por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

Parágrafo Quarto. Em caso de vacância de um ou mais membros da Diretoria, compete à Assembleia Geral reunir-se extraordinariamente para eleger um substituto que ocupe o cargo até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quinto. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência, ou outros meios de comunicação. Tais participações serão consideradas como presença pessoal nas referidas reuniões. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente das reuniões da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta registrada, fac-símile ou correio eletrônico com confirmação de recebimento.

Parágrafo Sexto. Ao término de cada reunião, deverá ser lavrada a respectiva ata, a ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria na forma do Parágrafo Quinto deste artigo deverão igualmente constar do Livro de Registro de Atas da Diretoria.

ARTIGO 14 As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas sempre por consenso.

ARTIGO 15 Compete aos Diretores a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja requerida a aprovação prévia pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social, bem como a orientação geral dos negócios da Companhia, conforme fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida por: (i) 02 (dois) Diretores em conjunto, (ii) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos, (iii) 02 (dois) procuradores com tais poderes, ou (iv) isoladamente por 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador para a representação da Companhia perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, inclusive para fins judiciais.

Parágrafo Terceiro. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas por 02 (dois) Diretores em conjunto e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 01 (um) ano (ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad judicia et extra que a Diretoria venha a autorizar, em cada caso).

Parágrafo Quarto. São expressamente vedados quaisquer atos em nome da Companhia e em favor de terceiros, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como: aval, fiança, hipoteca, caução, penhor, endosso, ou quaisquer outras garantias, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto. Caberá aos Diretores, sem presunção de solidariedade da Companhia, a responsabilidade por todos os atos ou omissões em violação a este Estatuto Social, às deliberações da Assembleia Geral, ou à legislação aplicável.

Parágrafo Sexto. Os Diretores ficam dispensados de prestar a caução prevista em lei, devendo a sua investidura no cargo ser formalizada mediante assinatura de termo lavrado e assinado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

ARTIGO 16 Compete, ainda, aos Diretores:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;
- b) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- c) elaborar e propor à Assembleia Geral, a cada 5 (cinco) anos, o plano de negócios da Companhia, em que serão delineadas suas estratégias operacionais e de investimento, para a consecução de seu objeto social;
- d) elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral, ao início de cada exercício social, o orçamento de investimento e operacional da Companhia para o respectivo exercício (“Orçamento”); e
- e) autorizar o ajuizamento de ações ou medidas judiciais de natureza tributária ou indenizatória, ou daquelas que, em razão das consequências ou contingências envolvidas, sejam consideradas de grande relevância para a Companhia.

ARTIGO 17 A prática, pelos Diretores, dos atos abaixo, só será autorizada mediante prévia deliberação e aprovação pela Assembleia Geral:

- a) a venda, locação, alienação ou qualquer outra forma de disposição de ativos pela Companhia em valor que ultrapasse (i) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) com relação a uma transferência isolada de ativos, ou (ii) R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) com relação ao valor total das transferências de ativos durante o mesmo exercício social;
- b) qualquer aquisição de ativos de valor superior a (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um ativo isolado, ou (ii) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor global de ativos durante o mesmo exercício social;
- c) a celebração, o aditamento e/ou a rescisão de qualquer contrato ou outro instrumento que crie qualquer responsabilidade ou obrigação para a Companhia em valor superior a (i) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um contrato isolado, ou (ii) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação ao valor total dos contratos (incluindo aditivos) durante o mesmo exercício social;
- d) a celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia, de um lado, e uma sociedade, direta ou indiretamente, controlada, controladora, sob controle comum ou de controlador comum da Companhia, de outro;
- e) a celebração, por parte da Companhia, de qualquer contrato ou outro instrumento em relação a uma operação de mútuo, empréstimo, financiamento, linha de crédito ou outro instituto afim (ou promessa de qualquer um dos anteriores), como meio para que a Companhia tenha acesso a fundos de terceiros, e que consista em uma obrigação de a Companhia pagar tais fundos acrescidos de juros, cujo valor total da operação (independente dos valores individuais dos instrumentos que a compõem) ultrapasse (i) isoladamente R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou, (ii) cumulativamente R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) durante o mesmo exercício social;
- f) outorga de garantias de qualquer natureza sobre seus bens, direitos e ativos, financeiros ou fixos, para garantir obrigações da Companhia;
- g) escolha e destituição os auditores independentes da Companhia;
- h) a aquisição e alienação, pela Companhia, de participação em outras sociedades, consórcios, joint ventures, fundos de investimento, ou qualquer outro veículo;
- i) outorga de opção de compra ou subscrição de ações a administradores e demais funcionários da Companhia; e
- j) deliberar sobre o voto a ser proferido pela Companhia como acionista de suas controladas nas assembleias gerais ou reunião dos conselhos de

administração das controladas que tiverem como pauta quaisquer das matérias indicadas neste Artigo, no Artigo 11 e no Artigo 11-A deste Estatuto, referentes às suas controladas.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

ARTIGO 18 O Conselho Fiscal terá o seu funcionamento não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas, conforme o Artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos, faltas, ou em caso de vacância, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral deliberará sobre a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO

ARTIGO 19 O exercício social iniciará em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço social e demais demonstrativos exigidos por lei.

ARTIGO 20 Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados, se existentes, e a provisão para o Imposto de Renda e outros tributos incidentes sobre o lucro da Companhia. Feitas estas deduções, o lucro remanescente, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, podendo tal destinação deixar de ser feita na hipótese prevista no artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório. O saldo remanescente será destinado conforme deliberação da Assembleia Geral, ouvida a Diretoria.

ARTIGO 21 O dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando a Assembleia Geral deliberar, sem oposição de qualquer dos acionistas presentes, a distribuição de dividendos em percentual inferior aos referidos 5% (cinco por cento), ou mesmo a retenção integral do lucro, nos termos do Artigo 202, §3º, da Lei de Sociedades por Ações.

ARTIGO 22 A Companhia poderá levantar balanços extraordinários, a qualquer tempo, podendo a Diretoria deliberar:

- (i) distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada período do exercício social não exceda o montante das reservas de capital;
- (ii) declarar dividendo intermediário à conta de Lucros Acumulados, ou de Reservas de Lucros; e
- (iii) pagar ou creditar a seus acionistas juros a título de remuneração de capital próprio, até o limite estabelecido no Artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto em lei e neste Estatuto.

ARTIGO 23 O dividendo será pago, no prazo de até 60 (sessenta) dias da data em que for declarado, conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único. Os dividendos não reclamados em 03 (três) anos da data de sua declaração prescrevem em favor da Companhia.

CAPÍTULO IX LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 24 A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 25 A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivados na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

ARTIGO 26 Qualquer controvérsia oriunda e/ou relativa a este Estatuto Social que não seja decidida de maneira amigável entre os Acionistas, seus administradores e a Companhia será definitivamente resolvida por meio de arbitragem (“Arbitragem”), conforme previsto pela Lei nº 9.307/96.

Parágrafo Primeiro. A Arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A administração do procedimento arbitral caberá àquela Câmara.

Parágrafo Segundo. Todos os Acionistas poderão participar da Arbitragem, como parte, ou na qualidade de terceiro interessado (quando o Acionista puder ser, de alguma forma, direta ou indiretamente afetado pelas decisões a serem proferidas no curso ou ao fim da Arbitragem). Da mesma forma, a sentença arbitral será definitiva e vinculante a todos os Acionistas, independentemente da recusa, por qualquer deles, em participar do procedimento arbitral, seja como parte ou como terceiro interessado.

Parágrafo Terceiro. O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, fluentes em português escrito e falado, necessariamente hábeis em matérias de direito brasileiro, comércio e negócios. O Acionista que desejar estabelecer a Arbitragem e o outro Acionista terão, cada um, o direito a escolher um árbitro. Os dois árbitros indicados pelos Acionistas deverão escolher em conjunto o nome do terceiro Árbitro, a quem caberá a presidência do tribunal arbitral. Na ausência de indicação de árbitro e/ou suplente, no prazo de 15 (quinze) dias, caberá ao Presidente da Câmara de Arbitragem do Mercado da Bovespa fazer essa nomeação. Da mesma forma, caso os árbitros indicados não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro árbitro, no prazo de 15 (quinze) dias, caberá ao Presidente da Câmara fazê-lo.

Parágrafo Quarto. A Arbitragem terá sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, será conduzida em português, decidida conforme as leis brasileiras e será de direito, excluindo-se expressamente a possibilidade de julgamento por equidade, ficando sujeita à absoluta confidencialidade.

Parágrafo Quinto. Sem prejuízo do disposto neste Artigo, cada Acionista permanece com o direito de requerer, sem que isso seja interpretado como uma renúncia ou violação do compromisso arbitral ora assumido, as medidas:

- a) visando ao cumprimento de obrigação de pagar que comporte, desde logo, processo de execução judicial, ou que comporte execução específica;
- b) visando à obtenção de medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instauração do tribunal arbitral e/ou visando a assegurar o resultado útil do processo arbitral; e
- c) para executar qualquer decisão arbitral, inclusive o laudo final.

Parágrafo Sexto. Para a propositura das medidas acima elencadas, fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Sétimo. As medidas cautelares deferidas na forma da alínea “b” do Parágrafo Quinto deste Artigo deverão ser apreciadas pelo Tribunal Arbitral imediatamente após a sua instauração, que poderá decidir pela sua manutenção, revisão ou revogação.

Parágrafo Oitavo. Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo-se o laudo arbitral título executivo judicial.”

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

ANEXO 3.1.(E)(I)Waiver Citibank

[-], [-] de [-] de 2020.

Ao

Banco Citibank S.A. (“Citibank”)

[Avenida Paulista, nº 1.111- 2º andar]

[CEP 01.311-920 / São Paulo, SP]

At: [-]

[E-mail: [-]]

[C/C

[-]. (“Representante do Credor”)

[-]

CEP [-] – [-], [-]

Tel: [-]

[E-mail: [-]]

Ref.: Solicitação de anuência

Prezados Senhores,

Fazemos referência: (i) à “*Cédula de Crédito Bancário Representativa de Operação de Empréstimo*”, emitida em 23 de julho de 2019, pela Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”), em favor do Citibank, com aval da Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Chipley” e “CCB Citibank”); e (ii) ao “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva*”, celebrado em 23 de julho de 2019, conforme aditado, entre a Renova e o Citibank, com interveniência e anuência da Chipley (em conjunto, “Documentos CCB Citibank”).

Nos termos dos Documentos CCB Citibank, foram constituídas, em garantia à cédula emitida em favor dessa instituição, entre outras e sem prejuízo do detalhamento lá previsto: (i) cessão fiduciária, sob condição suspensiva especificada nos referidos documentos, de 35,28% (trinta e cinco inteiros vinte e oito centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova; e (ii) cessão fiduciária, contratada originalmente sob condição suspensiva, de 4,72% (quatro inteiros e setenta e dois

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova (“Direitos Creditórios Citibank”).

Nos termos do “*Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.1247.1*”, firmado em 19 de dezembro de 2014, conforme alterado de tempos em tempos, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A., com a interveniência de terceiros, foram constituídas, em garantia às obrigações ali contratadas, em favor daquela instituição, entre outras e sem prejuízo do detalhamento lá previsto, cessão fiduciária, sob condição suspensiva especificada nos referidos documentos, de 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova (“Direitos Creditórios BNDES”).

A Renova, a Chipley e a Renovapar S.A. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”) encontram-se em situação de crise econômico-financeira e, com o objetivo de viabilizar a superação da referida crise e permitir a manutenção de suas atividades, ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial distribuído à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), cujo processamento foi deferido em [●].

Em 6 de julho de 2020, as Recuperandas e outras empresas em recuperação judicial do Grupo Renova apresentaram a [primeira] versão de seu Plano de Recuperação Judicial nos autos da Recuperação Judicial, conforme ajustado e aditado de tempos em tempos (“Plano de Recuperação Judicial”).

A pedido das Recuperandas, a Quadra Gestão de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.707.098/0001-14 (“Quadra”), estruturou a operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* (“Operação”), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Recuperandas, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores.

Em 12 de setembro de 2020, as Recuperandas e a Quadra assinaram o “*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*”, que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação (“Memorando”).

Os termos e condições do Memorando foram refletidos na Cédula de Crédito Bancário a ser emitida pela Chipley em favor do [credor] (“Credor”), que será celebrada substancialmente na forma do “Anexo I” ao presente *Waiver* (“CCB DIP QUADRA”).

Em garantia ao fiel e cabal cumprimento das obrigações contraídas pela Chipley no âmbito da CCB DIP QUADRA, a mesma cederá fiduciariamente, em favor de [-], na qualidade de representante do Credor e agindo sempre em benefício deste (“Representante do Credor”), nos termos de instrumento específico de cessão fiduciária de direitos creditórios, sem prejuízo do detalhamento lá previsto e respeitadas as demais disposições dos Direitos Creditórios Citibank, não afetadas por este instrumento (“Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA” e “Waiver”):

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

- a) montante correspondente a 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) de todos e quaisquer montantes recebidos pela Chipley a título de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital, em decorrência da titularidade de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH S.A. (“Percentual Direitos Creditórios Dividendos”, “Proventos das Ações” e “Ações Brasil PCH”), os quais serão depositados em conta cedida fiduciariamente em favor do Credor (“Conta Vinculada”), mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;
- b) todos e quaisquer direitos depositados (ou a serem depositados), seja a que título for, na Conta Vinculada, incluindo mas não se limitando a, todo e qualquer crédito ou valor correspondente a dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Chipley decorrentes das Ações Brasil PCH, no percentual acima disposto, incluindo recursos eventualmente em trânsito na Conta Vinculada ou em fase de compensação bancária (“Direitos Creditórios Conta Vinculada”), mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;
- c) todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos recebidos ou depositados na Conta Vinculada, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma depositados ou a serem depositados em favor da Emitente na Conta Vinculada (“Rendimentos” e, em conjunto com o Percentual Direitos Creditórios Dividendos e os Direitos Creditórios Conta Vinculada, os “Direitos Cedidos Fiduciariamente”, respectivamente);
- d) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas decorrentes de lei ou contrato relacionados aos Direitos Cedidos Fiduciariamente, mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver; e
- e) se houver a venda da UPI Brasil PCH, conforme definida no Plano de Recuperação Judicial, a importância correspondente ao preço auferido em tal alienação, cujo montante deverá ser utilizado para o pagamento antecipado obrigatório da CCB DIP QUADRA, nos termos da minuta ora anexa (“Pagamento Antecipado Obrigatório”).

A esse respeito, neste ato, solicitamos a V.Sas. o **consentimento**, irrevogável e irretratável, quanto aos termos da Operação, **a ser declarado mediante a aposição do seu “De Acordo” neste instrumento**, até o dia [-] de [-] de 2020 (“Consentimento”).

A fim de viabilizar o cumprimento das obrigações pela Chipley, nos termos da CCB DIP QUADRA, incluindo a concessão da Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA e a assunção da obrigação do Pagamento Antecipado Obrigatório, sem que haja o descumprimento de obrigações por esta contratadas na CCB Citibank, o Consentimento representará a **expressa anuência do Citibank quanto à:**

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

- a) ciência e anuência de que do total dos Proventos das Ações o montante correspondente ao Percentual Direitos Creditórios Dividendos será pago na Conta Vinculada, e utilizado conforme descrito neste Waiver para o específico fim de permitir a liquidação das obrigações devidas ao Credor da CCB DIP QUADRA, e até que haja o pagamento integral destas;
- b) suspensão temporária das obrigações de não retenção e não endividamento constantes nos Documentos CCB Citibank (Cláusula 6.2, 'd') nos limites estritamente necessários e para a exclusiva finalidade de permitir a contratação e o pagamento integral da CCB DIP QUADRA, reconhecendo o Citibank que isto não configura qualquer descumprimento ou esvaziamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Citibank. Este Waiver é concedido em benefício exclusivo do Representante do Credor e do titular da CCB DIP QUADRA, não podendo ser utilizado para qualquer outra finalidade, deixando de produzir efeitos caso a CCB DIP QUADRA seja por qualquer forma extinta, especialmente quando a CCB DIP QUADRA for integralmente quitada, preservados os direitos que tenha o titular da CCB DIP QUADRA;
- c) celebração, pela Renova e pela Chipley, da CCB DIP QUADRA e dos instrumentos de garantia a ela relacionados, incluindo a Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA, respeitadas as disposições deste Waiver, devendo ser restabelecidos todos os Direitos Creditórios Citibank caso a CCB DIP QUADRA seja por qualquer forma extinta, especialmente quando a CCB DIP QUADRA for integralmente quitada, preservados os direitos que tenha o titular da CCB DIP QUADRA;
- d) utilização do Percentual Direitos Creditórios Dividendos para garantia e pagamento da CCB DIP QUADRA; e
- e) utilização dos recursos decorrentes de eventual venda da participação integral detida pela Chipley na Brasil PCH S.A. para o pagamento da CCB DIP QUADRA.

O CITI declara estar ciente de que não há qualquer autorização do BNDES quanto aos seus direitos sobre os dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital da Chiplev e não se opõe a que a Renova repasse ao BNDES a parcela que lhe cabe sobre esses dividendos, conforme detalhado no Anexo 10 do Plano de Recuperação Judicial, substancialmente na forma da minuta anexa a este instrumento, respeitados os termos deste Waiver.

O Consentimento estará condicionado à homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial (“Condição Suspensiva”) quanto aos termos da Operação e deverá ser declarado mediante a aposição do seu “De Acordo” neste instrumento, até o dia [-] de [-] de 2020.

Duas vias originais da presente, com o Consentimento de V.Sas. deverão ser encaminhadas aos seguintes destinatários:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

(i) uma via original para a Renova, no seguinte endereço:

[incluir endereço]

(ii) uma via original para o Representante do Credor, no endereço acima previsto.

Finalmente, o Consentimento não será interpretado como novação ou alteração dos Documentos CCB Citibank, tampouco renúncia e/ou liberação de V.Sas. de qualquer direito relacionado aos Direitos Creditórios Citibank, nem deverá impedir, restringir e/ou limitar o exercício de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuados nos Documentos CCB Citibank, não havendo qualquer suspensão ou extinção dos Direitos previstos nos Documentos CCB Citibank, ressalvadas as disposições deste instrumento.

As disposições deste instrumento vinculam o Citibank, seus sucessores e eventuais cessionários de seu crédito para todos os fins de Direito.

Os termos com iniciais maiúsculas empregadas e que não estejam de outra forma definidos nesta carta são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na CCB DIP QUADRA.

Atenciosamente,

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

De acordo:

BANCO CITIBANK S.A

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

Testemunhas:

1.

Nome:
RG:
CPF:

2.

Nome:
RG:
CPF:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL****Anexo Waiver Citibank****ANEXO 10**

Mecânica de distribuição e utilização dos dividendos Chipley oriundos de dividendos da Brasil PCH, aplicável até a integral quitação das obrigações assumidas no Empréstimo Ponte DIP – Não sendo aplicável para a distribuição dos recursos provenientes da Venda da UPI Brasil PCH

- 1) A Brasil PCH distribuirá e pagará regularmente dividendos em favor da Chipley;
- 2) A Chipley notificará a Brasil PCH para que a integralidade dos dividendos, sejam depositados numa Conta Centralizadora;
- 3) Um *Escrow Agent*, constituído para a gestão da Conta Centralizadora nos termos do Empréstimo Ponte DIP, se encarregará de dividir esses dividendos entre uma Conta Vinculada, e uma Conta de Livre Movimentação;
 - a) O valor a ser depositado na Conta Vinculada corresponderá a 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) do valor recebido pela Chipley;
 - b) O saldo remanescente será depositado na Conta de Livre Movimentação;
- 4) Os valores depositados na Conta Centralizadora, reduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, servirão como base para o cálculo dos dividendos a serem declarados e distribuídos pela Chipley à Renova Energia, na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
 - 4.1) A Chipley estará autorizada a captar exclusivamente o Empréstimo Ponte DIP previsto no Plano, não podendo, em nenhuma hipótese, as parcelas do serviço da respectiva dívida, incluindo juros, amortização e outros encargos serem pagas com os recursos da Conta de Livre Movimentação, preenchida nos termos do item 3 (b);
 - 4.2) Na hipótese de os juros, amortização e outros encargos relativos ao Empréstimo Ponte DIP excederem o saldo de recursos depositado na Conta Vinculada prevista no item 3 (a), a Renova Energia S.A. se obriga a transferir à Chipley recursos equivalentes a tal diferença, deduzida de eventual parcela capitalizada ao principal, para sua liquidação;
 - 4.3) Para fins de cálculo da parcela do BNDES, as despesas e custos operacionais e recolhimentos de tributos ficam limitados ao montante de R\$300.000,00;
- 5) A Chipley calculará e declarará 100% (cem por cento) de seu lucro líquido, apurado nos termos do item 4 acima, como dividendos, observadas eventuais reservas de lucro obrigatórias exigidas em lei, sendo que, desse percentual:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

- a) 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos declarados serão retidos no âmbito da Chipley, devendo ser contabilizados na rubrica contábil “Dividendos a Pagar”; e
- b) 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos declarados, utilizando os recursos depositados na Conta de Livre Movimentação, serão efetivamente pagos à Renova Energia e utilizados para amortizar o Crédito detido pelo BNDES, dando cumprimento integral às suas obrigações no âmbito da Garantia Fiduciária BNDES.
- 6) Os valores depositados na Conta Vinculada serão dados em garantia fiduciária no âmbito do Empréstimo Ponte DIP, e os recursos ali depositados serão utilizados para o serviço desta dívida, observado o quanto disposto no item 4.1;
- 7) Após (a) a dedução das despesas e custos operacionais e recolhimento de tributos atribuíveis exclusivamente à Chipley, e (b) o pagamento previsto no item 5 (b) acima, e observado o item 8 abaixo, a totalidade dos recursos remanescentes na Conta de Livre Movimentação será transferida para a Renova Energia S.A. que utilizará tais recursos para amortizar o Crédito detido pelo BNDES, dando cumprimento integral às suas obrigações no âmbito da Garantia Fiduciária BNDES, observados os termos deste Plano, de modo que a soma dos recursos pagos ao BNDES por força da Garantia Fiduciária BNDES nos termos do item 5 (b) e do presente item 7, correspondam a 34,72% dos dividendos recebidos pela Chipley da Brasil PCH, com as reduções previstas no item 4, excetuadas as despesas financeiras;
- 8) A Chipley deverá realizar todos os lançamentos contábeis adicionais aos indicados no item 5 acima, de forma a permitir que os recursos disponíveis na Conta de Livre Movimentação tenham a destinação prevista no item 7 acima, incluindo, sem limitação, declarar dividendos adicionais com base na rubrica de reserva especial para dividendos (lucros acumulados), de forma a distribuir dividendos adicionais nos termos dos itens 5 e 7 acima, tendo como base a reserva especial para dividendos a ser constituída a partir do exercício de 2020, inclusive, e limitados ao saldo desta rubrica.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

ANEXO 3.1.(E)(II)Carta CEMIG

Belo Horizonte, [-] de [-] de 2020

Pavarini Serviços Especializados Ltda.

Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi

CEP 04534-002 - São Paulo, SP

At.: [-]

E-mail: servicos@pavarini.com.br

Com cópia para

Quadra Gestão de Recursos Ltda.

Rua Joaquim Floriano 940, 6º andar, Itaim Bibi

CEP 04534-002 - São Paulo, SP

At.: Sr. Nilto Calixto

E-mail: estruturacao@quadra.capital**Ref.: Transação DIP entre Quadra e Renova.**

Prezados Senhores,

Fazemos referência à transação a ser realizada entre Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Chipley”), que tem como objetivo a tomada, pela Chipley, de financiamento na modalidade *Debtor in Possession* (“Transação DIP”) como uma das medidas para o soerguimento da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”).

Conforme solicitado pela Quadra, para fins da Transação DIP, encaminhamos a V.Sas., para conhecimento, nossa correspondência enviada à Renova Comercializadora de Energia S.A., em 21 de setembro de 2020, por meio da qual foram concedidas à Renova, de maneira condicionada à homologação judicial da aprovação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova (“Plano de Recuperação Judicial”), determinadas autorizações e anuências (“Waiver”), conforme exposto no documento ora anexo.

Ressaltamos que a presente correspondência tem como objetivo, apenas e tão somente, dar ciência do Waiver à Quadra, de modo que ela nada altera ou, de qualquer forma, amplia o conteúdo do Waiver.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos na Cédula de Crédito Bancário n° 2012170695/CSP (“Cédula”) são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuídos na Cédula. Todos os termos no singular definidos na Cédula deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa

Atenciosamente,

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

ANEXO 3.1.(E)(II).1

WAIVER



Classificação: Reservado

Ilmo. Sr. Diretor Presidente
Marcelo José Milliet
RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar, Bairro Vila Gertrudes
São Paulo/ SP - CEP 04707-910

Nossa Referência: CV – 01810/2020

Data: 21/09/2020

Assunto: *Waiver* para a celebração de contrato de financiamento pelo Grupo Renova e substituição de garantias, sob condições suspensivas.

Prezado Presidente Marcelo

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") detém como garantias celebradas com o grupo Renova, dentre outras, a alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley SP Participações ("Chipley"), a propriedade fiduciária sobre 30% dos dividendos e juros sobre capital próprio originados da participação que a Renova Energia S.A. ("Renova") detém na Chipley, a cessão fiduciária sobre 30% de uma eventual venda da Chipley e, ainda, uma cessão fiduciária sobre as sobras do produto da excussão das garantias dos Contratos de Alienação Fiduciária das ações da Chipley, os quais foram outorgados mediante as celebrações dos instrumentos de garantias.

Em 28 de agosto de 2020, a Renova Energia S.A. ("Renova"), encaminhou à Cemig GT, correspondência na qual solicita formalmente à Cemig GT, na qualidade de credora, a autorização e liberação expressa (*waiver*) em relação ao DIP (Emissão ARC Capital ou Emissão Quadra), das seguintes transações (i) subordinação e suspensão dos direitos de excussão das Garantias CEMIG GT e de recebimento de quaisquer valores que eventualmente sejam ou venham a ser de direito da Chipley ou que venham a ser declarados e distribuídos pela Chipley à Renova, enquanto as Garantias da Emissão não tiverem sido distratadas ou a Emissão quitada integralmente pela Chipley; (ii) celebração pela Renova ou Chipley das Garantias da Emissão, (iii) celebração dos documentos definitivos de Emissão para a Emissão ARC Capital ou para a Emissão Quadra, conforme o caso, (iv) eventual excussão e/ou venda da participação integral da Chipley na Brasil PCH; e (v) suspensão do direito de retenção da CEMIG GT durante a vigência do DIP Emissão ARC Capital ou Emissão Quadra.

Classificação: Reservado



Esclareceu ainda que a solicitação do waiver contempla a autorização expressa da CEMIG GT para que eventuais dividendos declarados e pagos pela Chipley à Renova até o completo e integral pagamento e quitação do DIP (Emissão ARC Capital ou Emissão Quadra) sejam destinados ao BNDES, de modo que o BNDES possa receber o volume financeiro equivalente a 34,72% dos dividendos declarados e pagos pela Brasil PCH à Chipley, ainda que isso venha a representar a destinação de 100% dos dividendos efetivamente declarados e pagos pela Chipley à Renova.

Faz parte do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) do Grupo Renova a alienação, pela Chipley, de sua participação societária na Brasil PCH. Assim, para que a garantia da CEMIG GT não seja impactada negativamente, a Renova propôs a substituição das Garantias CEMIG GT, relacionadas à Chipley, por uma Cessão Fiduciária sobre os direitos creditórios do sobejo obtido na venda das Sociedades do Alto Sertão III – Fase A, devendo esse sobejo ser interpretado como sendo o valor de venda deduzido dos passivos das Sociedades do Alto Sertão III – Fase A, incluindo aquelas com instituições financeiras, fornecedores e terceiros.

Assim, vimos pela presente correspondência, comunicar à Renova:

- 1) A aprovação, condicionada à homologação da aprovação do PRJ, do Waiver das garantias mencionado na proposta de DIP Emissão Quadra, que contempla solicitação da Renova para a subordinação das garantias da CEMIG GT às garantias da Emissão em benefício do DIP Emissão Quadra, até o completo e integral pagamento e quitação, contemplando o que segue:
 - a) Subordinação e suspensão dos direitos de excussão das garantias da CEMIG GT e de recebimento de quaisquer valores que eventualmente sejam ou venham a ser de direito da Chipley ou que venham a ser declarados pela Chipley à Renova, enquanto as garantias da DIP Emissão Quadra não tiverem sido distratadas ou o DIP Emissão Quadra quitado integralmente pela Chipley;
 - b) Celebração pela Renova das garantias do DIP Emissão Quadra;
 - c) Celebração dos documentos definitivos de Emissão para o DIP Emissão Quadra;
 - d) Eventual excussão e/ou venda da participação integral da Chipley na Brasil PCH e suspensão do direito de retenção da CEMIG GT durante a vigência do DIP Emissão Quadra;
 - e) Autorização da CEMIG GT para que eventuais dividendos declarados e pagos pela Chipley à Renova até o completo e integral pagamento e quitação do DIP Emissão Quadra sejam destinados ao BNDES, de modo que o BNDES possa receber o volume financeiro equivalente a 34,72% dos dividendos declarados e pagos pela Brasil PCH à Chipley.

Av. Barbacena, 1200 - 15º andar - Ala A1 - Santo Agostinho - CEP 30190-131
Belo Horizonte - MG - Brasil - Fax: (31) 3506-4939 - Tel.: (31) 3506-4922
referência
88278

Em sua resposta, favor citar nossa



Classificação: Reservado

- 2) A aprovação, condicionada à homologação da aprovação do PRJ, a substituição das garantias constituídas para a Cemig GT, relacionadas à Chipley, por uma nova garantia de Cessão Fiduciária sobre os direitos creditórios do sobejo obtido na venda do Projeto Alto Sertão III – Fase A, a partir das seguintes condições precedentes (i) homologação judicial da aprovação do PRJ; e (ii) a efetiva venda da participação da Renova na Brasil PCH.

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica
22/06/2020 11:59 UTC*dimas costa*25377744691
Dimas Costa

Dimas Costa
Diretoria Cemig ComercializaçãoAssinatura Eletrônica
21/04/2020 22:10 UTC*Eduardo Soares*08517966805
Eduardo Soares

Eduardo Soares
Diretoria de Regulação e Jurídica

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

ANEXO 3.1.(E)(II).2

SOLICITAÇÃO DE WAIVER

Belo Horizonte, [] de [] de 2020

Pavarini Serviços Especializados Ltda.

Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi

CEP 04534-002 São Paulo, SP

At.: [•]

E-mail: servicos@pavarini.com.br

Com cópia para

Quadra Gestão de Recursos Ltda.

Rua Joaquim Floriano 940, 6º andar, Itaim Bibi

CEP 04534-002 São Paulo, SP

At.: Sr. Nilto Calixto

E-mail: estruturacao@quadra.capital

Ref.: *Transação DIP entre Quadra e Renova.*

Prezados Senhores,

Fazemos referência à transação estruturada para a Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“**Chipley**”) pela Quadra Gestão de Recursos Ltda., que tem como objetivo a tomada, pela Chipley, de financiamento na modalidade *Debtor in Possession* (“**Transação DIP**”) como uma das medidas para o soerguimento da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“**Renova**”).

Conforme solicitado pela Quadra, para fins da Transação DIP, encaminhamos a V.Sas., para conhecimento, nossa correspondência enviada à Renova Comercializadora de Energia S.A., em 21 de setembro de 2020, por meio da qual foram concedidas à Renova, de maneira condicionada à homologação judicial da aprovação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova (“**PRJ**”), determinadas autorizações e anuências (“**Waiver**”), conforme expresso no documento ora anexo.

Ressaltamos que a presente correspondência tem como objetivo, apenas e tão somente, dar ciência do Waiver à Quadra, de modo que ela nada altera ou, de qualquer forma, amplia o conteúdo do Waiver.

Atenciosamente,

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

ANEXO 3.1(g)

Plano de Recuperação Judicial

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**RENOVA ENERGIA S.A. – Em Recuperação Judicial
e OUTROS**

17 de dezembro de 2020

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial ("Renova Energia"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.534.605/0001-74, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial ("Renovapar")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial ("Renova Comercializadora")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.204.923/0001-68, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial ("Chipley")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial ("Itaparica")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.050.083/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial ("Macambira")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.604/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial ("Tamboril")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.618/0001-95, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial ("Carrancudo")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.119/0001-84, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial ("Ipê Amarelo")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.485/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial ("Cabeça de Frade")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.257/0001-02, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial ("Canjoão")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.454/0001-82, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial ("Conquista")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.972/0001-37, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial ("Coxilha Alta")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.544.421/0001-86, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial ("Botuquara")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.048.083/0001-78, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial ("Jequitiba")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.412/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TINGUI S.A. em recuperação judicial ("Tingui")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.064/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº

393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial ("Anísio Teixeira")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.249.997/0001-10, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial ("Imburana de Cabão")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.245/0001-39, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial ("Embiruçu")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.139/0001-55, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial ("Lençóis")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.552.917/0001-00, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial ("Caliandra")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.361/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ICO S.A., em recuperação judicial ("Ico")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.841/0001-25, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte; **CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial ("Alcaçuz")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.393/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial ("Putumuju")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.435/0001-62, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial ("Cansanção")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.737.877/0001-62, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial ("Bahia Holding")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.863.676/0001-41, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial ("Bela Vista")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.281.218/0001-90, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial ("Ventos de São Cristóvão")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.875.208/0001-57, com sede à Rua 7 de setembro, nº 77, parte, Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46490-000; **RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial ("Renova PCH")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.044.208/0001-91, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 450, 23º andar, salas 2301 e 2302, parte 4, Caminho das Árvores, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41820-901; **CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial ("Itapuã IV")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.507/0001-65, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial ("Itapuã V")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.100/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial ("Itapuã VII")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.032/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial ("Itapuã XV")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.186/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial ("Itapuã XX")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.291/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº

393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; e **PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial (“Iansã”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.103.456/0001-01, com sede à Rua 7 de setembro, 77, Bairro Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46360-000, doravante denominadas em conjunto “Recuperandas” ou “Sociedades Consolidadas” e, em conjunto com o ASIII Fase A (conforme termo definido abaixo), “Grupo Renova”, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (a “LFRJ”) apresentam nos autos do processo de recuperação judicial nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), o seguinte plano de recuperação judicial (o “Plano”).

1. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. Regras de Interpretação

1.1.1. Termos. Os termos e expressões em negrito e iniciados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos na Cláusula 1.2. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

1.1.2. Cláusulas e Anexos. Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados no Plano referem-se a cláusulas e anexos do próprio Plano.

1.1.3. Títulos. Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.

1.1.4. Interpretação. Os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da frase: “mas não se limitando a”.

1.1.5. Referências. As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.

1.1.6. Disposições Legais. As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

1.1.7. Prazos. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do início e incluindo o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano (sejam contados em Dias Úteis ou não) cujo termo inicial ou final caia em um dia que não seja um Dia Útil, serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior.

1.1.8. Conflito com Contratos Existentes. Na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição deste Plano e as disposições que estabeleçam obrigações para as Recuperandas que constem de contratos relacionados a Créditos Concurais ou Créditos Extraconcurais de

Credores Extraconcursais Aderentes, incluindo os decorrentes de qualquer Empréstimo DIP, o disposto no Plano prevalecerá, desde que não implique renúncia de garantias outorgadas aos seus respectivos Credores.

1.1.9. **Garantias e Créditos Extraconcursais.** Nada neste Plano e nenhuma de suas cláusulas, inclusive, mas, não se limitando a tanto, o voto por sua aprovação em Assembleia Geral de Credores e/ou a formalização de adesão a seus termos, deverá ser interpretado ou considerado como causa para a (i) a liberação de garantias detidas por Credores Concursais ou Extraconcursais, ressalvada a hipótese de anuência do referido Credor; (ii) a novação de Créditos Extraconcursais, ou (iii) a alteração, modificação, desconstituição ou renúncia dos direitos, privilégios e prerrogativas de quaisquer Credores Extraconcursais com relação aos seus respectivos Créditos Extraconcursais, incluindo, sem limitação, sobre quaisquer garantias, reconhecimentos e obrigações prestados ou assumidos, conforme o caso, pelas Recuperandas e quaisquer terceiros com relação a tais Créditos Extraconcursais. Os Credores Extraconcursais poderão aderir ao Plano para manifestar a sua concordância com relação às matérias contidas no Plano que possam afetar os seus direitos e obrigações.

1.2. Definições

1.2.1. **Acordo de Acionistas.** É o acordo de acionistas da Brasil PCH, celebrado em 04 de abril de 2006, bem como seus aditamentos.

1.2.2. **Administrador Judicial.** É a 'KPMG Corportate Finance Ltda.', CNPJ n. 29.414.117/0001-01, nomeada em 16/11/2019 como administradora judicial deste processo de Recuperação Judicial.

1.2.3. **ASIII Fase A.** É o grupo de sociedades integrantes do Grupo Renova e que integram a Fase A do projeto Alto Sertão III, composto pelas sociedades ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A., DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., CE VAQUETA S.A., CE ABIL S.A., CE ACÁCIA S.A., CE ANGICO S.A., CE FOLHA DA SERRA S.A., CE JABUTICABA S.A., CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A., CE TABOQUINHA S.A., CE TABUA S.A., CE SÃO SALVADOR S.A., CE PAU D'ÁGUA S.A., CE MANINEIRO S.A., CE UMBUZEIRO S.A., CE CEDRO S.A., CE VELLOZIA S.A., CE ANGELIM S.A., CE FACHEIO S.A., CE SABIU S.A., CE BARBATIMÃO S.A., CE JUAZEIRO S.A., CE JATAÍ S.A., CE IMBURANA MACHO S.A., CE AMESCLA S.A. e CE UNHA D'ANTA S.A.

1.2.4. **ASIII Fase B.** É o grupo de sociedades integrantes do Grupo Renova e que integram a Fase B do projeto Alto Sertão III, composto pelas sociedades CE MACAMBIRA S.A., CE TAMBORIL S.A., CE CARRANCUDO S.A., CE IPÊ AMARELO S.A., CE CABEÇA DE FRADE S.A., CE CANJOÃO S.A., CE CONQUISTA S.A., CE COXILHA ALTA S.A., CE BOTUQUARA S.A., CE JEQUITIBA S.A., CE TINGUI S.A., CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A., CE IMBURANA DE CABÃO S.A., CE EMBIRUÇU S.A., CE LENÇÓIS S.A., CE CALIANDRA S.A., CE ICO S.A., CE ALÇAÇUZ S.A., CE PUTUMUJU S.A. e CE CANSANÇÃO S.A.

1.2.5. **Assembleia Geral de Credores.** Qualquer Assembleia Geral de Credores realizada nos termos do capítulo II, seção IV, da LFRJ.

1.2.6. **Avaliador UPIs Projetos em Desenvolvimento.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.4.1.1.

1.2.7. **BNB.** significa o Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 07.237.373/0059-46.

1.2.8. **BSB.** Significa a BSB Energética S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 03.820.456/0001-96.

1.2.9. **BTG.** significa o Banco BTG Pactual S.A, sociedade anônima de capital aberto inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45.

1.2.10. **CDI.** Taxa dos Certificados de Depósito Interbancários, conforme fixada pelo Banco Central do Brasil e pela B3.

1.2.11. **CEMIG.** Significa, em conjunto, a Parte Relacionada Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sociedade por ações, de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, a Parte Relacionada CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, sociedade por ações, de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.176/0001-58, bem como as demais subsidiárias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

1.2.12. **CITI.** significa Banco Citibank S.A., sociedade anônima inscrito no CNPJ sob o nº 33.479.023/0001-80.

1.2.13. **Código Civil.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

1.2.14. **Código de Processo Civil.** Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

1.2.15. **Confissões de Dívida BTG.** São, em conjunto, (i) o “2º Aditamento ao Instrumento Particular de Transação e Confissão de Dívida CD 8/17”, celebrado em 3 de maio de 2019, entre BTG, Renova Energia, Enerbrás e Espra, e (ii) o “1º Aditamento ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida CD 14/17”, celebrado em 3 maio de 2019, entre BTG, Renova, Enerbrás e Espra.

1.2.16. **Créditos ASIII Fase A com Garantia.** São todos os Créditos com Garantia Real e Créditos Extraconcursais garantidos por garantia fiduciária devidos por quaisquer das sociedades que integram o ASIII Fase A, assim como contra seus garantidores.

1.2.17. **Créditos ASIII Fase A Quirografários.** São todos os Créditos Quirografários devidos por quaisquer das sociedades que integram o ASIII Fase A.

1.2.18. **Créditos Extraconcursais BTG:** são os Créditos Extraconcursais detidos pelo BTG em função das Confissões de Dívida BTG, integralmente garantidos por, entre outras garantias, as Garantias Fiduciárias BTG.

1.2.19. **Créditos Extraconcursais CITI.** São os Créditos detidos pelo CITI em função de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Renova Energia, em 23 de julho de 2019, bem como suas respectivas garantias.

1.2.20. **Créditos.** Todos os créditos e direitos detidos pelos Credores contra as Recuperandas.

1.2.21. **Créditos Concursais.** Cada um dos Créditos e obrigações das Recuperandas existentes na Data do Pedido, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, estejam ou não constantes da Lista de Credores, tenham ou não participado da Assembleia Geral de Credores, e que (i) não estejam excetuados pelo art. 49, §§3º e 4º, e art. 194, ambos da LFRJ; (ii) não tenham fato gerador posterior à Data do Pedido; e/ou (iii) Créditos que tenham sido incluídos na Lista de Credores em razão de alegada iliquidez ou insuficiência de suas garantias, inclusive fiduciárias. Os Créditos Concursais são todos os Créditos referidos neste Plano, independentemente de sua natureza, à exceção dos Créditos Extraconcursais. Os Créditos Concursais se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e, em razão disso, são passíveis de serem novados pelo Plano.

1.2.22. **Créditos Essenciais Fundiários.** São os Créditos Quirografários detidos por Credores Essenciais Fundiários única e exclusivamente decorrentes de valores em atraso dos arrendamentos. Quaisquer multas e acessórios decorrentes de descumprimentos de contratos de arrendamento não serão considerados Créditos Essenciais Fundiários, mas sim Créditos Concursais Quirografários a serem pagos na forma prevista na Cláusula 8.4.

1.2.23. **Créditos Extraconcursais.** Cada um dos Créditos e obrigações que não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e que não são, em razão disso, afetados pelo Plano, (i) por força do disposto no art. 49, caput e §§3º e 4º, e art. 194, ambos da LFRJ, ou (ii) por terem fato gerador posterior à Data do Pedido.

1.2.24. **Créditos Extraconcursais Aderentes:** são os Créditos Extraconcursais detidos por Credores Extraconcursais Aderentes

1.2.25. **Créditos com Garantia Real.** Créditos Concursais detidos por Credores com Garantia Real – Classe II.

1.2.26. **Créditos de Micro e Pequenas Empresas.** Créditos Concursais detidos pelos Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV.

1.2.27. **Créditos Partes Relacionadas.** Créditos contra as Recuperandas, detidos por Partes Relacionadas.

1.2.28. **Créditos Quirografários.** Créditos Concursais detidos pelos Credores Quirografários – Classe III.

1.2.29. **Créditos Retardatários.** São os Créditos Concurais que forem habilitados apenas após a publicação da Lista de Credores preparada pelo Administrador Judicial, nos termos do artigo 7º, §2º, da LFRJ.

1.2.30. **Créditos Seguradoras Parceiras.** São os Créditos Concurais detidos pelos Credores Seguradoras Parceiras.

1.2.31. **Créditos Trabalhistas.** Créditos Concurais detidos pelos Credores Trabalhistas – Classe I.

1.2.32. **Credores.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos, estejam ou não relacionadas na Lista de Credores.

1.2.33. **Credores CGII.** Significa, individualmente ou coletivamente, as Partes Relacionadas Ricardo Lopes Delneri inscrito no CPF/ME sob o número 157.602.498-94 e Renato do Amaral Figueiredo inscrito no CPF/ME sob o número 146.623.258-70 e o CG II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 27.735.592/0001-46.

1.2.34. **Credores Concurais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Concurais.

1.2.35. **Credores Essenciais Fundiários.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Essenciais Fundiários que figurem como arrendantes em contratos de arrendamento imobiliário em vigor, os quais são considerados essenciais ao desempenho de suas atividades, para os projetos em implantação ou em desenvolvimento, contratos estes que devem ser mantidos em vigor e no estágio em que se encontram com relação aos projetos a serem implantados, desde que não haja litígios em curso com as Recuperandas envolvendo tais contratos.

1.2.36. **Credores Extraconcurais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Extraconcurais.

1.2.37. **Credores Extraconcurais Aderentes:** Credores Extraconcurais que manifestaram a sua concordância com qualquer disposição do Plano que afete os seus direitos e obrigações.

1.2.38. **Credores com Garantia Real.** Credores Concurais detentores de créditos com garantia real, tal como consta dos arts. 41, II, da LFRJ, e que compõem a Classe II, cujos Créditos com Garantia Real são comuns à Lista de Credores das Sociedades Consolidadas e à Lista de Credores das sociedades que compõem o ASIII Fase A.

1.2.39. **Credores Micro e Pequenas Empresas.** Credores Concurais enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, tal como consta do artigo 41, IV, da LFRJ, e que compõem a Classe IV.

1.2.40. **Credores Quirografários.** Credores Concurais detentores de Créditos Quirografários, tal como consta dos arts. 41, III, da LFRJ, bem como Credores com Garantia

Real ou Credores Extraconcursais cujos Créditos não sejam integralmente cobertos pelo valor das respectivas garantias reais ou fiduciárias, exclusivamente pelo valor não coberto pela respectiva garantia.

1.2.41. **Credores Retardatários.** Credores cujos Créditos Concursais somente venham a ser reconhecidos por meio de decisão determinando sua inclusão na Lista de Credores, após a Assembleia de Credores que deliberar acerca da aprovação deste Plano.

1.2.42. **Credores Seguradoras Parceiras.** Credores Quirografários que (i) detenham apólices de seguro vigentes com as Recuperandas, dispondo-se a renová-las sucessivamente por iguais períodos e em condições de mercado; ou (ii) Credores Quirografários que celebrem novas apólices de seguro com as Recuperandas.

1.2.43. **Credores Trabalhistas.** Credores Concursais detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, I, da LFRJ, e que compõem a Classe I.

1.2.44. **Credor Fiduciário Ações Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.5.

1.2.45. **Data de Homologação.** É a data em que for publicada a decisão judicial pelo Juízo da Recuperação que homologa o Plano e concede a recuperação judicial, nos termos do artigo 58, caput, e/ou §1º da LFRJ.

1.2.46. **Data do Pedido.** 16/10/2019, data em que foi protocolado o pedido de recuperação judicial do Grupo Renova perante o MM. Juízo da Recuperação.

1.2.47. **Debêntures Partes Relacionadas.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 8.8.1.2.

1.2.48. **Dia Útil.** Qualquer dia que não seja (i) um sábado, (ii) um domingo, (iii) um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou (iv) um dia em que o Fórum Judicial onde se processa a Recuperação Judicial esteja fechado em função de recesso ou feriado forense.

1.2.49. **Direito de Preferência Prisma.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6.5.

1.2.50. **Direito de Reembolso Prisma.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6.5.

1.2.51. **Documentos de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.5.

1.2.52. **Editais UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.3.

1.2.53. **ELETORIVER.** significa ELETORIVER S.A, Sociedade por ações inscrita no CNPJ sob nº 01968293/0001-68.

1.2.54. **Empresa de Monitoramento de Obras.** Tem a definição que lhe é atribuída pelo Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A.

1.2.55. **Empréstimo DIP.** Qualquer operação de mútuo realizada em benefício das Recuperandas, no contexto da Recuperação Judicial e após a Data do Pedido, incluindo o Empréstimo DIP CEMIG, o Empréstimo DIP CITI, e o Empréstimo Ponte DIP.

1.2.56. **Empréstimo DIP CEMIG:** Significa o Empréstimo DIP contratado de acordo com 3 (três) Contratos de Mútuo Pós-Concursais, celebrados entre Renova Energia, na condição de mutuária, e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, na condição de mutuante, em 25/11/2019, 27/12/2019 e em 27/01/2020, conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial.

1.2.57. **Empréstimo DIP CITI.** A operação de Empréstimo DIP a ser contratada pela Renova Energia junto ao CITI nos termos da Cláusula 10.1.3

1.2.58. **Empréstimo Ponte DIP.** A operação de Empréstimo DIP a ser contratada pela Chipley e coobrigados junto a terceiro e realizada em benefício das Recuperandas para fins de obtenção de recursos para a destinação estabelecida na Cláusula 11.1.2.2, instrumentalizado na forma dos instrumentos constantes do **ANEXO 6**.

1.2.59. **Garantia Fiduciária BNDES.** 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois décimos por cento) dos dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outros valores, proventos e direitos que a Renova Energia, na qualidade de acionista, receba ou detenha em decorrência de sua titularidade sobre as ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Chipley, correspondentes a 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos por cento) do capital social da Chipley, garantia esta prestada no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.1247.1, celebrado em 19 de dezembro de 2014, conforme aditado de tempos em tempos.

1.2.60. **Garantia Fiduciária Chipley-CEMIG.** 30% (trinta por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Renova Energia decorrentes das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Chipley, correspondentes a 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos por cento) do capital social da Chipley, que são de titularidade da Renova Energia, limitados a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) por ano.

1.2.61. **Garantia Fiduciária CITI.** 35,28% (trinta e cinco inteiros e vinte e oito décimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Renova Energia decorrentes das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Chipley, correspondentes a 99,99% (noventa e nove inteiros e

noventa e nove décimos por cento) do capital social da Chipley, que são de titularidade da Renova Energia.

1.2.62. **Enerbrás.** Significa a Enerbrás Centrais Elétricas S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 04.287.373/0001-46.

1.2.63. **Espra.** Significa a Energética Serra da Prata S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 05.982.449/0001-16.

1.2.64. **FIP.** Fundo de Investimento em Participações de qualquer categoria, constituído na forma da Instrução CVM nº 578/2016.

1.2.65. **Garantia Fiduciária Ações Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 1.2.54.

1.2.66. **Garantias Fiduciárias BTG.** Significa as garantias fiduciárias constituídas em favor do BTG como garantia das obrigações decorrentes das Confissões de Dívida BTG, quais sejam: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão, presentes e futuras, da Enerbrás ("Garantia Fiduciária Ações Enerbrás"), bem como dos direitos creditórios relacionados a tais ações, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", celebrado em 3 de maio de maio de 2019 entre Renova Energia, Enerbrás, Espra e BTG ("Instrumento AF Enerbrás"), e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 3 de maio de 2019, entre Renova Energia, Renovapar e BTG.

1.2.67. **Grupo Renova.** Em conjunto, as Recuperandas e as sociedades que compõem o ASIII Fase A.

1.2.68. **Homologação Judicial do Plano.** A decisão judicial, proferida pelo Juízo da Recuperação ou pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro que seja competente, que concede a recuperação judicial às Recuperandas, nos termos do art. 58, caput, ou do art. 58, §1º, da LFRJ. Para todos os efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), da decisão judicial que conceder a recuperação judicial às Recuperandas.

1.2.69. **IPCA.** É o Índice de Preços ao Consumidor, coletado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seu site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>.

1.2.70. **Instrumento AF Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 1.2.54.

1.2.71. **Juízo da Recuperação.** É o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo – SP.

1.2.72. **Leilão Reverso:** Modalidade de leilão na qual os Credores participantes, querendo, poderão fazer ofertas seladas para recebimento à vista em parcela única de seus respectivos créditos abrangidos mediante aplicação de deságio, sagrando-se vencedores aqueles credores que oferecerem os maiores deságios, na forma descrita na cláusula 13.

1.2.73. **LFRJ.** Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

1.2.74. **Lista de Credores.** É a lista de credores apresentada pelas Recuperandas anexa à petição inicial do pedido de recuperação judicial, respeitadas e observadas as modificações supervenientes, quanto ao valor, classificação e natureza dos Créditos, pelo Administrador Judicial ou por decisão proferida pelo Juízo da Recuperação.

1.2.75. **Notificação de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.5.

1.2.76. **Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbras.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.5.1.3.

1.2.77. **Parte Relacionada.** É a pessoa física ou jurídica (incluindo fundos de investimentos) que possui Créditos contra as Recuperandas e que, ao mesmo tempo, detém ou detinha, na Data do Pedido, participação societária de forma direta ou indireta na Renova Energia, sendo que, para fins de clareza, em nenhuma hipótese o Credor BNDES será considerado Parte Relacionada para os fins do presente Plano.

1.2.78. **Petição de Interesse – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.5.

1.2.79. **Plano.** Este plano de recuperação ajustado, incluindo todos os seus Anexos.

1.2.80. **Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A:** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 4.4.

1.2.81. **Plano de Transferência.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6.2.(ii).

1.2.82. **Potencial Mínimo de Geração de Energia UPI ASIII Fase B:** é o mínimo de geração de energia que os projetos de geração que integram o complexo eólico da UPI ASIII Fase B devem atingir na data de fechamento da alienação da UPI ASIII Fase B, após a regularização de todos os passivos e contingências relacionados aos contratos fundiários dos Projetos, equivalente à 350MW.

1.2.83. **Primeiro Proponente.** Proponente interessado na aquisição de quaisquer das UPIs e que, após negociações com as Recuperandas e antes da publicação do respectivo Edital UPI, apresente proposta vinculante, aceita pelas Recuperandas, que atenda às condições mínimas previstas neste Plano, o qual poderá gozar de determinados direitos no âmbito do Procedimento Competitivo na condição de *stalking horse* e estará automaticamente qualificado à participação no respectivo Procedimento Competitivo, incluindo a Prisma, nos termos da Cláusula 9.6.4.

1.2.84. **Prisma.** PSS PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, fundo de investimento devidamente constituído de acordo com a legislação brasileira, inscrito no CNPJ/ME sob nº 32.140.484/0001-60, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 3º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.452/002.

1.2.85. **Procedimento Competitivo.** Procedimento competitivo de alienação de bens (na forma ou não de UPI), realizado em qualquer das modalidades referidas nos arts. 60, 142, 14 ou 145 da LFRJ, incluindo o procedimento de *bookbuilding* caso a alienação da UPI se dê mediante a utilização de recursos decorrentes de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003.

1.2.86. **Projetos ASIII Fase B.** São os projetos eólicos detidos pelas sociedades do ASIII Fase B, relacionados aos processos administrativos números 48500.004240/2015-63, 48500.001517/2015-04, 48500.001496/2015-19, 48500.001906/2015-21, 48500.001516/2015-51, 48500.001522/2015-17, 48500.001504/2015-27, 48500.001512/2015-73, 48500.001499/2015-52, 48500.001502/2015-38, 48500.001509/2015-50, 48500.001493/2015-85, 48500.001940/2015-04, 48500.001507/2015-61, 48500.001520/2015-10, 48500.001495/2015-74, 48500.001916/2015-67, 48500.001500/2015-49, 48500.001498/2015-16, 48500.001521/2015-64 em trâmite perante a ANEEL.

1.2.87. **Proponente.** Pessoa física ou jurídica que se habilite para apresentar proposta de aquisição de bem no âmbito de Procedimento Competitivo.

1.2.88. **Propostas Fechadas.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.3

1.2.89. **Proposta Vencedora UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.9.

1.2.90. **Proposta Vinculante Prisma.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6.4.

1.2.91. **Recuperação Judicial.** Este processo de recuperação judicial do Grupo Renova, autuado sob o n. 1103257-54.2019.8.26.0100, em trâmite perante o Juízo da Recuperação.

1.2.92. **Recursos Líquidos.** Receitas obtidas através de alienação de quaisquer ativos via Procedimento Competitivo, líquidas de todos os tributos e despesas proporcionais e razoáveis, dentro de parâmetros de mercado, incluindo assessores legais, financeiros e de fusões e aquisições, relacionadas ao processo de alienação de quaisquer ativos via Procedimento Competitivo, inclusive tributos incorridos ou decorrentes do respectivo Procedimento Competitivo.

1.2.93. **Requisitos de Qualificação – UPI.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.1.6.

1.2.94. **Requisitos de Qualificação – UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.5.2.

1.2.95. **Reunião de Credores com Garantia Real.** Reunião entre Credores com Garantia Real (comuns às Sociedades Consolidadas e ao ASIII Fase A), realizada nos termos das Cláusulas 6.1.3 e seguintes.

1.2.96. **SPE.** Significa uma sociedade de propósito específico.

1.2.97. **TR.** É a taxa de juros de referência, conforme calculada pelo Banco Central do Brasil, normatizada pela Resolução CMN 3.354, de 2006, alterada pela Resolução CMN 3.446, de 2007, e pela Resolução CMN 3.530, de 2008.

1.2.98. **TLP.** Taxa de Juros de Longo Prazo instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

1.2.99. **UPI.** Significa cada uma das unidades produtivas isoladas das Recuperandas, nos termos do art. 60 da LFRJ, composta por bens e/ou direitos, cuja alienação, em Procedimento Competitivo, estará livre de quaisquer ônus e sem sucessão do adquirente nas obrigações da Renova, incluindo, sem limitação, nas de natureza tributária, trabalhista, ambiental e decorrentes da legislação anticorrupção.

1.2.100. **UPI ASIII Fase A.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.8

1.2.101. **UPI ASIII Fase B.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.6

1.2.102. **UPI Brasil PCH.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.2.

1.2.103. **UPI Diamantina.** Tem a definição que lhe é atribuída pelo Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A.

1.2.104. **UPI Enerbrás.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.5.

1.2.105. **UPI Mina de Ouro.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.3.

1.2.106. **UPIs Projetos em Desenvolvimento.** Têm a definição que lhes é atribuída pela Cláusula 9.4.

1.2.107. **UPI RenovaCom.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 9.7.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. Histórico

2.1.1. Com mais de 18 (dezoito) anos de existência, o Grupo Renova foi uma das primeiras empresas a apostar na atividade de geração de energia elétrica renovável no Brasil, sendo hoje um dos principais grupos empresariais brasileiros dedicados à produção e à comercialização de energia renovável, advinda de matrizes eólicas, solares e hidráulicas. O

Grupo Renova é composto por 61 (sessenta e uma) sociedades empresárias, em sua maioria dedicadas à produção de energia elétrica derivada de matrizes eólicas.

2.1.2. Apesar de a maioria da energia elétrica mundial ainda ser proveniente de fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural, a geração de energia renovável vem crescendo exponencialmente no mundo todo, sendo o Brasil um personagem importantíssimo nessa dinâmica. Hoje, a energia elétrica proveniente de fontes renováveis representa cerca de 24% do total de energia consumida no mundo, enquanto no Brasil esse percentual sobe para impressionantes 82%¹. A matriz energética brasileira é, portanto, muito mais sustentável do que a matriz energética mundial.

2.1.3. Sob esse prisma, o Brasil é destaque mundial quando o assunto é produção de energia renovável e redução de impactos ambientais². Tal fato se deve em grande medida às atividades pioneiras do Grupo Renova, um dos mais representativos do segmento na América Latina. Tanto é assim que, desde 2010, a Renova Energia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sendo a primeira empresa do setor a abrir capital.

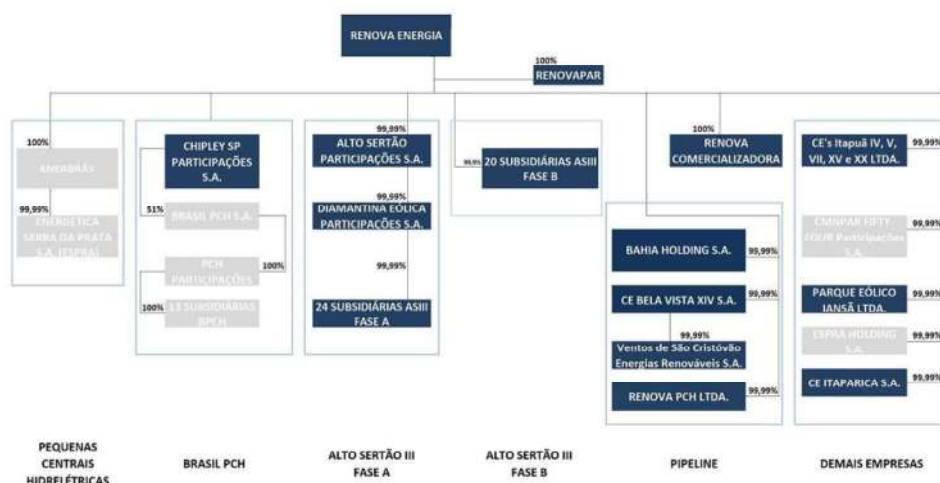
2.2. Estrutura societária e operacional.

2.2.1. O Grupo Renova hoje exerce atividades de geração de energia elétrica por meio de pequenas centrais hidroelétricas (“PCHs”)³ e usinas eólicas (“EOLs”), via regime de autorização por parte do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (art. 25, Lei 9.427/1996). Atualmente, o Grupo opera com 62 (sessenta e duas) outorgas de autorizações para a geração de energia elétrica perante a ANEEL, das quais 16 (dezesesseis) referem-se a PCHs e 46 (quarenta e seis) a usinas eólicas. O organograma simplificado das empresas reflete a forma coordenada de atuação das empresas do grupo:

¹ Fonte: http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica_ano-base_2016.

² <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2018/03/brasil-renovavel-pais-e-destaque-mundial-em-respeito-ao-meio-ambiente>

³ As Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) são centrais geradoras de energia elétrica de matrizes hidráulicas que possuem reservatórios de até três quilômetros quadrados, e com potência instalada entre 1 MW e 30 MW. Como característica marcantes destas geradoras estão: (i) a produção de impactos ambientais significativamente baixos, pois não há a necessidade de alagamento de grandes áreas, o que preserva a fauna local, além de não haver a emissão de gases poluentes; e (ii) a capacidade de construção com menor vazão, que proporciona a descentralização da geração de eletricidade no Brasil. (Fonte: <https://abrapch.org.br/2014/03/17/o-que-sao-pchs-e-cghs/>)



2.2.2. A receita do Grupo Renova será exclusivamente derivada de quatro grandes grupos de projetos: dois que já são operacionais – ENERBRAS (via ESPRA) e CHIPLEY (via Brasil PCH) – e, quando desenvolvidos e implementados, também o ASIII Fase A e demais projetos em desenvolvimento (*Pipeline*).

2.2.3. O complexo Alto Sertão III, um dos principais projetos do Grupo Renova relativo à geração de energia elétrica de matrizes eólicas, subdivide-se nas fases A e B: a fase A (desenvolvida pelas sociedades componentes do ASIII Fase A) com 24 (vinte e quatro) EOLs em implantação e a fase B com 20 (vinte) EOLs em desenvolvimento avançado, todas organizadas na forma de SPEs. Quando finalizado, o ASIII Fase A prevê a geração de aproximadamente 400MW, ou seja, capacidade suficiente para abastecimento de energia a 420 mil casas durante um ano⁴. O ASIII Fase A é objeto de outro Plano consolidado no âmbito da presente Recuperação Judicial, ao passo que o ASIII Fase B integra o presente Plano.

2.2.4. A comercialização de energia elétrica do Grupo Renova, por sua vez, é feita por intermédio da sua subsidiária Renova Comercializadora, a qual está autorizada perante a ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica por meio do Despacho nº 537/2013, e que compõe os quadros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

⁴ O projeto, conforme noticiado pela Mídia, é altamente rentável. Tanto é assim que a AES Tietê, há cerca de dois anos, chegou a formalizar proposta de aquisição do projeto em seu atual estágio pelo valor de R\$ 1,6 bilhão de real. Nesse sentido: <https://www.valor.com.br/empresas/6012991/aes-tiete-oferece-r-16-bi-por-parque-eolico-da-renova>.

2.2.5. O Grupo Renova participa de leilões de energia de reserva ("LERs") no âmbito da CCEE, que resultam na realização de Contratos de Energia de Reserva ("CERs")⁵, em Ambiente de Contratação Regulado ("ACR")⁶.

2.2.6. Além disso, o Grupo Renova também produz e comercializa energia renovável por meio de PPAs⁷, de maneira independente, em Ambiente de Contratação Livre ("ACL")⁸.

2.2.7. Hoje, o Grupo Renova gera por meio de suas atividades mais de 1000 empregos diretos e indiretos.

2.3. Razões da crise.

2.3.1. Um dos mais importantes projetos do Grupo Renova atualmente é o denominado Projeto Alto Sertão, que envolve a geração de energia elétrica renovável de matrizes eólicas no interior do Estado da Bahia. O projeto foi originalmente dividido em três diferentes complexos eólicos (denominados Alto Sertão I, II e III), sendo que os dois primeiros complexos (Alto Sertão I e II) já foram vendidos.

2.3.2. Os esforços do Grupo Renova estão hoje focados em seu principal projeto, o ASIII Fase A, onde estão as EOLs que, quando operacionais, estarão dedicadas ao atendimento dos PPAs vigentes da Companhia no ACR (LER13, LER14) e ACL (Light I e Cemig I).

2.3.3. Ocorre que, por diversas dificuldades de caixa enfrentadas pelo Grupo Renova, e mesmo diante de sucessivos aportes e adiantamentos dos contratos de energia realizados por acionistas, ainda não foi possível concluir o ASIII Fase A, que se encontra, atualmente, 85% concluído, especialmente porque os recursos originalmente destinados à finalização do projeto acabaram sendo consumidos em grande maioria pelos juros e amortizações das dívidas.

⁵ A Energia de Reserva é aquela destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN), e é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, através de CERs. A Energia de Reserva atua de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). (Fonte: https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/energia_reserva?).

⁶ O ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-regulada-acr->)

⁷ Sigla de *Power Purchase Agreement*, nomenclatura usualmente utilizada ao redor do mundo para fazer referência a contratos de comercialização de energia elétrica renovável a longo prazo entre um desenvolvedor de energia elétrica renovável e um consumidor.

⁸ O ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-livre-acl->)

2.3.4. Nada obstante, diante da estimativa de capacidade de geração do ASIII Fase A, após concluído, e para viabilizar a obtenção de contratos de financiamento, o Grupo Renova havia celebrado PPAs que se mostravam adequados para a sua capacidade geradora.

2.3.5. Como consequência do atraso na conclusão do ASIII Fase A, as SPEs que compõem o referido projeto foram obrigadas a cumprir suas obrigações de fornecimento de energia elétrica por meio da compra no mercado *spot*⁹, honrando assim os compromissos assumidos em tais PPAs. Tal necessidade de compra de energia no mercado *spot* contribuiu definitivamente para o endividamento do Grupo Renova, ressaltando-se que, apenas no ano de 2018, a despesa com tal compra de energia somou R\$ 815 milhões de reais.

2.3.6. Tanto para propiciar a aquisição de energia no mercado *spot* quanto para financiar as tentativas de prosseguimento do ASIII Fase A, o Grupo Renova vinha se socorrendo de captação de recursos por meio de seus próprios acionistas, via antecipação de recursos futuros provenientes de tais PPAs do Mercado Livre. No entanto, apesar de ser o único meio de captação disponível por falta de capacidade de alavancagem e de obtenção de crédito junto ao mercado financeiro, o nível de recursos exigido tem sido proibitivamente alto, o que impede que o Grupo Renova e seus acionistas sigam adotando tal modalidade de financiamento.

2.3.7. Além disso, em 2018, o preço de venda da energia elétrica renovável de matriz eólica – principal ativo produzido pelo Grupo Renova – atingiu o seu menor patamar no Brasil¹⁰. Trata-se, aliás, de tendência mundial, capitaneada também por México, Índia, Marrocos, Estados Unidos da América e Canadá, e que representa um desafio adicional para todos os *players* do mercado de energia renovável.

2.3.8. Outra dificuldade enfrentada pelo Grupo Renova diz respeito a tentativas frustradas de alienação de seus ativos relevantes. Como é de conhecimento público¹¹, o Grupo Renova vem há mais de dois anos tentando negociar a venda de alguns de seus projetos mais relevantes, como as Fases A e B do projeto Alto Sertão III, tudo na tentativa de redimensionar suas operações e obter caixa que permita a reestruturação de seu capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável. No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, as negociações não vêm sendo bem-sucedidas.

2.3.9. O endividamento do Grupo Renova, sujeito à Recuperação Judicial soma cerca de R\$ 2,9 bilhões totais, sendo R\$ 20,0 milhões no âmbito trabalhista e R\$ 2,5 bilhões para bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequena

⁹ O termo “spot” é comumente utilizado para designar mercados de *commodities*, títulos ou câmbio onde as operações são realizadas à vista e as mercadorias são transferidas de forma imediata, em oposição a mercados nos quais as operações são feitas para pagamento ou liquidação futuras. (Fonte: <https://maisretorno.com/blog/termos/m/mercado-spot>)

¹⁰ Dados obtidos a partir da *Global Wind Energy Council* por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://gwec.net/what-forces-are-shaping-brazils-wind-power-sector/>

¹¹ <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,tres-grupos-disputam-complexo-eolico-da-renova-avaliado-em-r-700-milhoes,70002587980>

empresas. Deste total, R\$ 76 milhões correspondem a débitos *intercompany*, e expressivos R\$ 986 milhões a débitos com seus atuais acionistas. Cumpre esclarecer também que o endividamento extraconcursal do Grupo Renova é bastante significativo, aproximando-se de R\$ 360 milhões, dos quais R\$ 35 milhões no âmbito fiscal. A classificação destes créditos ainda está sob discussão e podem ser alteradas.

3. ATIVOS

3.1.1. O Grupo Renova, por meio de suas participações e subsidiárias, atua em três dos principais ramos da geração de energia: hidrelétrica, eólica e solar.

3.1.2. Por meio do projeto ESPRA, o Grupo Renova possui três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) operantes desde 2008 e que formam o Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, no extremo sul da Bahia. As três PCHs geram 41,8 MW. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.

CACHOEIRA DA LIXA



Localização Itamaraju/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada 14,8MW

COLINO I



Localização Vereda/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada 11,0MW

COLINO II



Localização Vereda/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada 16,0MW

3.1.3. O projeto Brasil PCH, empresa da qual o Grupo Renova detém 51% de participação, tem 13 PCHs (localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Minas Gerais) que, em conjunto, geram uma energia de 291,0 MW e 194 MW médios de energia assegurada. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.



3.1.4. O ASIII Fase A, objeto de plano de recuperação judicial apartado, conforme explicado no Capítulo 4 abaixo, atualmente em implantação e aproximadamente 85% concluído, apresentará 26 parques eólicos (155 turbinas) e 1 parque solar (19.200 PV Painéis Solares), localizados no Estado da Bahia, com capacidades de geração de 432,6 MW e 4,8 MWp, respectivamente. São 159 MW negociado no 05º LER de 2013, 43,2 MW negociado no 06º LER de 2014 e 231,3 MW negociados no Mercado Livre.



3.1.5. Além dos ativos acima, o Grupo Renova é pioneiro no desenvolvimento de projetos inovadores de energia renovável, principalmente eólica. Possui atualmente vários projetos em desenvolvimento (*pipeline*) com localização estratégica. O *pipeline* do Grupo Renova é composto por 17 (dezesete) projetos que totalizam 6.494,4 MW além do da fase B do projeto Alto Sertão III, com 408,0 MW, totalizando 6.902,0 MW em desenvolvimento. Dos projetos, destacam-se os projetos Mina de Ouro e o Alto Sertão III Fase B, que estão em estágio avançado de desenvolvimento.

PROJETO			AEROGERADOR		PROJETO	POTÊNCIA *
ID	Nome	UF	Marca / Modelo	Qtde	UF	MW
01	ARAPOTI	PE/PR	Vestas 150-4.2MW	135	PE/PR	567,0
02	BARRA	BA	GE 158-4.8MW	136	BA	816,0
03	BELAMADRE	PE	Vestas 150-4.2MW	53	PE	222,6
04	BETANIA	PE/PI	GE 158-4.8MW	94	PE/PI	451,2
05	CACIMBAS	PB	GE 158-4.8MW	69	PB	331,2
06	CHAPECARI	RN	Vestas 150-4.2MW	88	RN	369,6
07	CROARANGA	CE	GE 158-4.8MW	64	CE	307,2
08	FACHEIRO II	RN	GE 158-4.8MW	115	RN	552,0
09	FACHEIRO III	RN	GE 158-4.8MW	53	RN	254,4
10	GRAUNA	BA	GE 158-4.8MW	138	BA	662,4
11	LABOCÓ	RN	GE 158-4.8MW	19	RN	91,2
12	MINA DE OURO EXPANSÃO	BA	GE 158-4.8MW	42	BA	201,6
13	MINA DE OURO FASE B	BA	GE 158-4.8MW	85	BA	408,0
14	MINA DE OURO PORTFÓLIO	BA	GE 158-4.8MW	75	BA	273,6
15	MULATO	BA	Vestas 150-4.2MW	100	BA	420,0
16	SANTAPAPE II	RN/PB	GE 158-4.8MW	45	RN/PB	216,0
17	SANTAPAPE IV	RN/PB	GE 158-4.8MW	62	RN/PB	297,6
18	TUPAMAMA	PE	GE 158-4.8MW	96	PE	460,8
Total				1.469		6.902,4

*Potência certificação AWS Mar/19 com atualização das potências dos Projetos 02 & 14 segundo estimativas da companhia

4. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL DAS SOCIEDADES QUE COMPÕEM O GRUPO RENOVA. APRESENTAÇÃO DE DOIS PLANOS

4.1. Diante da intrincada interligação financeira e operacional entre as sociedades que compõem o grupo econômico, a reestruturação das Recuperandas ocorrerá mediante a consolidação substancial entre elas.

4.2. A consolidação substancial entre as Recuperandas, além de representar benefício jurídico aos Credores Concursais (na medida em que todas as Recuperandas passam a ser solidariamente responsáveis por todos os pagamentos), se apresenta como requisito indispensável para a preservação das atividades do Grupo Renova, com todos os benefícios sociais e econômicos que advirão desta preservação.

4.3. Nos autos da Recuperação Judicial, em razão da insurgência do credor BNDES contra a consolidação substancial de todo o Grupo Renova (pugnando pela segregação das sociedades do ASIII Fase A em razão de *project finance* com contrato de financiamento específico com o próprio BNDES), o Grupo Renova requereu ao Juízo da Recuperação a apresentação de dois planos distintos: um para as 26 (vinte e seis) empresas que compõem o ASIII Fase A e outro para as demais empresas do Grupo Renova, e a consequente realização das duas Assembleias Gerais de Credores para sua respectiva deliberação. Tal pedido foi deferido pelo Juízo da Recuperação às fls. 19.867/19.868 dos autos, tendo sido determinada a apresentação de dois planos distintos, a serem votados em duas AGCs segregadas.

4.4. Portanto, as sociedades que compõem o ASIII fase A e que foram objeto do contrato de financiamento com o BNDES são excluídas deste Plano e desta consolidação substancial, de modo que as sociedades que compõem o ASIII Fase A terão suas obrigações reestruturadas por meio de plano de recuperação judicial separado ("Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A"), conforme acima mencionado.

5. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

5.1. Objetivo do Plano de Recuperação Judicial. Este Plano, conjuntamente com o Plano de Recuperação Judicial do ASIII fase A, tem o objetivo de permitir ao Grupo Renova superar sua crise econômico-financeira, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos Credores, retomando fontes de recursos e formas viáveis de pagamento de seus Créditos.

5.2. Síntese das Medidas de Recuperação. O Plano prevê que as Recuperandas poderão utilizar os seguintes meios de recuperação: (i) reestruturação de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento dos Créditos Concurais; (ii) reorganização societária e de ativos das Recuperandas, inclusive com eventual aumento ou redução de capital social; (iii) criação e alienação de UPIs com ativos e direitos das Recuperandas; (iv) obtenção de novos financiamentos, e (v) outras medidas previstas no artigo 50 da LFRJ que sejam previstas no Plano e que venham a ser aprovadas pela Assembleia de Credores.

5.3. Viabilidade Econômica do Plano. A viabilidade econômico-financeira do Plano foi atestada pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda., conforme laudo apresentado juntamente ao plano protocolado em 03 de novembro de 2020 e constante às fls. 20.327/20.369 dos autos da Recuperação Judicial.

5.4. Observância da Capacidade de Pagamento. O pagamento dos Créditos pela forma estabelecida no Plano observa a geração de caixa oriunda das operações das Recuperandas, bem como da alienação de ativos, e está em consonância com a sua capacidade de pagamento.

6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DE ATIVOS

6.1. Com o objetivo de permitir uma adequada implementação das medidas operacionais e financeiras previstas neste Plano, sobretudo com relação às propostas de pagamento, no melhor interesse dos Credores, as Recuperandas poderão adotar medidas de reorganização societária e de ativos, estando autorizadas, desde já, a realizar todas e/ou quaisquer das medidas de reorganização societária e de ativos previstas no **ANEXO 5**, desde que observadas todas as disposições legais aplicáveis e desde que tais operações não impliquem quaisquer violações de direitos e prerrogativas, contratuais ou legais, para os Credores.

6.1.1 Eventuais operações não integrantes do **ANEXO 5** poderão ser realizadas contanto que autorizadas pela Reunião de Credores com Garantia Real, desde que aprovadas por Credores com Garantia Real detentores de 80% (oitenta por cento) dos Créditos com Garantia Real.

6.1.1.1 Em qualquer caso, tais operações ocorrerão sempre em benefício dos Credores, sem trânsito de caixa para Partes Relacionadas ou qualquer outra circunstância que implique esvaziamento de garantias.

6.1.2 Alienação do Controle Societário. Caso ocorra a alteração de controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. sem a aprovação prévia de Credores com Garantia Real detentores de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos Créditos com Garantia Real, as obrigações atribuíveis às Recuperandas perante os Credores com Garantia Real nos termos deste Plano vencer-se-ão automaticamente de maneira antecipada, devendo o pagamento ocorrer em até 30 (trinta) dias, sem a necessidade de qualquer prévia notificação judicial ou extrajudicial, ou da tomada de qualquer outro tipo de medida por parte dos Credores com Garantia Real.

6.1.2.1 Para os fins de apreciação quanto à alteração de controle mencionada na Cláusula 6.1.2 acima, as Recuperandas deverão notificar os Credores com Garantia Real solicitando manifestação sobre a alteração de controle pretendida e fornecendo todas as informações necessárias para a compreensão da proposta apresentada. Os Credores com Garantia Real responderão a tal solicitação em até 90 (noventa) dias, não podendo, em hipótese alguma, a ausência de manifestação ser interpretada como aprovação.

6.1.2.2 Estão expressamente excluídos do escopo desta Cláusula e, portanto, não serão consideradas como hipóteses de alteração de controle nos termos da Cláusula 6.1.2: (i) a hipótese de desestatização da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG; bem como (ii) a eventual consolidação do controle da Renova Energia, direta ou indiretamente, sob a CEMIG.

6.1.2.3 As disposições previstas nas Cláusulas 6.1.2, 6.1.2.1 e 6.1.2.2 deixarão de ser aplicáveis a partir do momento em que cumpridos os 4 (quatro) Estágios da Obra previstos na Cláusula 9.2.2 do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A.

6.1.3 Para fins de votação em Reunião de Credores com Garantia Real, será considerado o valor constante na Lista de Credores, com as alterações porventura necessárias por força de decisões do Juízo da Recuperação Judicial.

6.1.3.1. Convocação. A convocação da Reunião de Credores com Garantia Real se dará por *e-mail* contendo descrição detalhada da ordem do dia, que poderá ser enviado por qualquer Credor com Garantia Real ou pelo Grupo Renova, devendo incluir todos os Credores com Garantia Real, ou qualquer outro meio, desde que evidenciada a ciência do respectivo Credor com Garantia Real, conforme o caso, e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias antes da primeira convocação da Reunião de Credores com Garantia Real. O responsável pelo envio do *e-mail* de convocação deverá informar o Juízo da Recuperação Judicial mediante petição protocolada nos autos em até 48 (quarenta e oito) horas após o envio. Caso a Reunião de Credores com Garantia Real seja instalada com todos os Credores com Garantia Real presentes, fica dispensada a comprovação de convocação nos termos desta cláusula.

É facultada, mas não obrigatória, a participação de representantes do Grupo Renova nas Reuniões de Credores com Garantia Real.

6.1.3.2. Local e quórum de instalação. A Reunião de Credores com Garantia Real ocorrerá pela forma que melhor atender à conveniência dos Credores com Garantia Real, e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Credores com Garantia Real titulares de 100% (cem por cento) dos Créditos com Garantia Real, e, em 2ª (segunda) convocação, com a presença de Credores com Garantia Real titulares de 80% (oitenta por cento) dos Créditos com Garantia Real, computados pelo valor.

6.1.3.3. A deliberação tomada pela Reunião de Credores com Garantia Real deverá ser formalizada em ata, assinada por todos os presentes, e levada à homologação do Juízo da Recuperação.

6.1.4 Em quaisquer das hipóteses previstas nas Cláusulas 6.1 ou 6.1.3, caso a operação implique redução, renúncia, ou de qualquer forma afete alguma garantia constituída pelo Credor com Garantia Real, além do quórum qualificado previsto nas Cláusulas 6.1 e 6.1.3, também será necessária a anuência expressa e específica do respectivo Credor com Garantia Real cuja garantia foi afetada.

6.1.5 A emissão de debêntures privadas realizada pela Renova Energia em março de 2020 não poderá ser antecipadamente amortizada enquanto não ocorrer a alienação da UPI Brasil PCH ou a quitação dos Créditos Extraconcursais CITI, o que ocorrer primeiro.

7. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

7.1. Âmbito de aplicação do Plano. O Plano se aplica a todos os Créditos Concursais, independentemente da classe de credores em que os Créditos Concursais se enquadrem, e governa todas as relações entre as Recuperandas e os Credores Concursais, substituindo todos os contratos e outros instrumentos que deram origem ou que regem os Créditos Concursais, e permite, na parte em que são ou podem ser afetados, a adesão de certos Credores Extraconcursais, mantidas, contudo, todas as garantias concedidas aos Credores Concursais em sua forma originalmente prevista, inclusive no que diz respeito a garantias fiduciárias tidas como ilíquidas, exceto na hipótese de anuência do respectivo Credor.

7.2. Reestruturação dos Créditos Concursais. O Plano, observado o disposto no art. 61 da LFRJ, assim que homologado, implica imediata novação de todos os Créditos Concursais, que serão pagos pelas Recuperandas exclusivamente nos prazos e formas estabelecidos no Plano. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, juros de mora, bem como quaisquer outras obrigações que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis com relação aos Créditos Concursais, mantidas, contudo, todas as garantias concedidas aos Credores Concursais em sua

forma originalmente prevista, inclusive no que diz respeito a garantias fiduciárias tidas como ilíquidas, exceto na hipótese de anuência do respectivo Credor.

7.3. Classificação dos Créditos Concursais. Os Credores Concursais estão divididos, nos termos do art. 41 da LFRJ, entre as classes de credores indicadas a seguir. O pagamento dos Credores Concursais em cada classe de credores seguirá o disposto neste Plano.

7.3.1. Forma de Pagamento. Os valores devidos aos Credores Concursais nos termos deste Plano serão pagos por meio da transferência direta de recursos, mediante documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou outro meio equivalente, à conta bancária do respectivo Credor que consta atualmente dos registros internos das Recuperandas, contanto que o valor da transferência seja superior a R\$ 10,00 (dez reais). Caso as Recuperandas não possuam tais dados bancários ou caso o Credor precise atualizá-los, ou caso queira receber os pagamentos previstos neste Plano em conta bancária de terceiros, o Credor deverá enviar tais dados exclusivamente por e-mail às Recuperandas, em até 30 (trinta) dias contados da Data de Homologação, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 16.12. Os eventuais pagamentos que não forem realizados ou que forem realizados de forma incorreta ou tardia em razão da falta de informação dos dados referentes às contas bancárias pelos Credores no prazo e na forma prevista nesta Cláusula não serão considerados descumprimento ao Plano, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio das quantias aqui previstas.

7.4. Duplicidade nas listas de credores das Recuperandas e do ASIII Fase A. Na hipótese de um mesmo Credor figurar na Lista de Credores das Recuperandas e na Lista de Credores do ASIII Fase A em razão de um mesmo crédito decorrente de dívida principal e de coobrigação (solidária ou não), incluindo a prestação de avais, fianças e/ou garantias reais ou pessoais de qualquer natureza, tal Credor deverá receber seus Créditos Concursais exclusivamente nos termos do plano de recuperação judicial de seu devedor originário e principal, fazendo jus ao recebimento de pagamentos por parte de seu credor coobrigado apenas na hipótese de inadimplemento do Plano por parte de seu devedor originário e principal, salvo quando previsto de forma diversa neste Plano ou no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, como nos casos de alienação de UPIs. Em qualquer hipótese, serão mantidas e preservadas as garantias que o Credor possuir contra o devedor originário e principal, bem como contra os demais coobrigados.

7.4.1. Para fins de clareza, será considerado devedor originário e principal aquele que obteve o benefício da prestação de serviço ou do fornecimento, ou seja, cuja nota fiscal do fornecimento ou prestação de serviço lastreadora do crédito tenha sido emitida pelo credor contra ele, ou, no caso de operações financeiras, aquele que for qualificado como credor principal nos respectivos instrumentos de contratação da dívida.

7.4.2. Na eventualidade de não ser possível identificar o devedor principal nos termos acima, o Crédito será pago no âmbito do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, e de acordo com as condições da classe que vier a integrar, ficando afastada a possibilidade de recebimentos simultâneos no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A e neste Plano em razão de um mesmo Crédito.

7.5. Início dos prazos para pagamento. Salvo se houver disposição legal ou previsão contrária no Plano, os prazos previstos para pagamento dos Créditos Concurais, bem como eventuais períodos de carência previstos no Plano, somente terão início a partir da Data de Homologação.

7.6. Data do pagamento. Os pagamentos dos Créditos Concurais serão realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos previstos no Plano. Salvo se houver previsão em contrário no Plano, os pagamentos devidos em um determinado mês deverão se realizar no dia 28 do referido mês. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação previstos no Plano cair em um dia que não seja um Dia Útil, sua data de vencimento será prorrogada para o Dia Útil seguinte.

7.7. Compensação. Excetuadas as Partes Relacionadas, cujos Créditos são subordinados ao pagamento dos demais Créditos Concurais e não poderão ser objeto de compensação, os pagamentos devidos aos demais Credores Concurais em função do Plano, quando se tornarem exigíveis, poderão ser compensados com outros créditos eventualmente devidos às Recuperandas pelo respectivo Credor Concursal, devendo tal compensação respeitar os demais requisitos legais para tanto. Para que não restem dúvidas, a compensação acima prevista não se aplica a créditos detidos pelas Recuperandas em face de Partes Relacionadas, que deverão ser pagos nos termos previstos nos respectivos instrumentos, sem compensação com Créditos detidos pelas Partes Relacionadas em face das Recuperandas, cuja liquidação é subordinada, nos termos da cláusula 8.9.

7.8. Antecipação de pagamentos. Além das hipóteses específicas previstas no Plano, após a conclusão das obras do projeto ASIII Fase A, equivalente à conclusão do Estágio 4 conforme descrito no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, as Recuperandas poderão antecipar pro rata o pagamento de quaisquer Créditos Concurais, com abatimento proporcional dos juros e encargos incidentes nos termos do Plano, desde que tais antecipações de pagamento sejam oferecidas em igualdade de condições a todos os Credores Concurais.

7.9. Ausência do quadro geral de credores. Os Créditos Concurais que sejam reconhecidos ou tornados líquidos por decisão judicial ou arbitral posterior à Data do Pedido ou à Data de Homologação serão pagos exclusivamente nos termos do Plano. Sem prejuízo de as Recuperandas envidarem seus melhores esforços para habilitação de tais créditos, caberá aos Credores Concurais tomar todas as medidas necessárias para a devida inclusão do seu Crédito Concursal na Lista de Credores, conforme previsto na LFRJ. Os pagamentos que não forem realizados ou forem realizados tardiamente em razão de os Credores não terem realizado a inclusão do seu Crédito Concursal na Lista de Credores não serão considerados como descumprimento do Plano, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio.

7.9.1. Os Créditos Trabalhistas que não constarem da Lista de Credores passarão a ser pagos nos termos do Plano tão logo sejam reconhecidos e liquidados por decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça do Trabalho, não ficando o seu pagamento sujeito à prévia habilitação na Lista de Credores. Nesta hipótese, as Recuperandas informarão a existência de tais Créditos Trabalhistas diretamente ao Administrador Judicial, a fim de que ele fiscalize a realização dos pagamentos e o cumprimento do Plano.

7.10. Alterações da Lista de Credores até a consolidação do quadro geral de credores. As alterações da Lista de Credores que resultem na inclusão, majoração ou reclassificação de Créditos Concursais, inclusive decorrentes do julgamento de processos judiciais ou arbitrais em curso, serão regidas pelas disposições constantes das Cláusulas abaixo.

7.10.1. Inclusão, Majoração ou Liquidação de novos Créditos Concursais. Na hipótese de inclusão, majoração ou liquidação de novos Créditos Concursais, constantes ou não da Lista de Credores, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de acordo entre as partes homologado judicialmente, estes serão pagos na forma prevista no Plano. Os prazos de carência e de pagamento dos Créditos Concursais que vierem a ser incluídos ou majorados somente começarão a contar a partir da data em que forem reconhecidos pelo Juízo da Recuperação e incluídos na Lista de Credores, ou, se a Recuperação Judicial já estiver encerrada, a partir do momento em que se tornarem líquidos, e, em qualquer hipótese, seus titulares não terão direito aos pagamentos que já tiverem sido realizados em data anterior aos credores de mesma classe.

7.10.1.1. Os Créditos Trabalhistas que forem objeto de majoração ou liquidação passarão a ser pagos nos termos do Plano tão logo sejam reconhecidos e liquidados por decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça do Trabalho, não ficando o seu pagamento sujeito à prévia habilitação na Lista de Credores. Nesta hipótese, as Recuperandas informarão a majoração e/ou liquidação de tais Créditos Trabalhistas diretamente ao Administrador Judicial, a fim de que ele fiscalize a realização dos pagamentos e o cumprimento do Plano.

7.10.2. Reclassificação de Créditos Concursais. Na hipótese da reclassificação, total ou parcial, de Créditos Concursais constantes da Lista de Credores após o início dos pagamentos previstos no Plano, inclusive no âmbito de impugnação de crédito, o Credor cujo Crédito Concursal tenha sido reclassificado não fará jus aos pagamentos e às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior à sua reclassificação, e continuará a receber o saldo do seu Crédito Concursal na forma prevista pelo Plano para a classe de credores à qual foi reclassificado.

7.10.2.1. Os Créditos Concursais que forem reclassificados para Créditos Trabalhistas passarão a ser pagos nos termos do Plano tão logo sejam reconhecidos e liquidados por decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça do Trabalho, não ficando o seu pagamento sujeito à prévia habilitação na Lista de Credores. Nesta hipótese, as Recuperandas informarão a reclassificação de tais Créditos Trabalhistas diretamente ao Administrador Judicial, a fim de que ele fiscalize a realização dos pagamentos e o cumprimento do Plano

7.11. Consequências da mora. O descumprimento de qualquer obrigação financeira prevista no presente Plano importará na incidência de juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die*, sem prejuízo da possibilidade de pedido de conversão da Recuperação Judicial em falência enquanto não encerrada a Recuperação Judicial.

8. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

8.1. O pagamento dos Créditos Concurrais será realizado a partir da Data de Homologação, com base na Lista de Credores, a ser ajustada conforme houver julgamento de impugnações ou habilitações de crédito pelo Juízo da Recuperação, e será realizado na forma das Cláusulas abaixo.

8.2. Credores Trabalhistas – Classe I

8.2.1. O pagamento dos Créditos Trabalhistas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.2.1.1. Pagamento inicial 1. As Recuperandas pagarão em até 30 (trinta) dias da Data de Homologação os Créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à Data do Pedido, limitado ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos vigentes na Data do Pedido, conforme previsto no artigo 54, parágrafo único, da LFRJ.

8.2.1.2. Pagamento inicial 2. As Recuperandas pagarão, em parcela única a ser paga em até 60 (sessenta) dias da Data de Homologação, o valor adicional de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada Credor Trabalhista, limitado ao valor do respectivo Crédito Trabalhista após o pagamento descrito na Cláusula 8.2.1.1. acima.

8.2.1.3. Saldo remanescente. O pagamento do saldo remanescente dos Créditos Trabalhistas, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma das Cláusulas 8.2.1.1 e 8.2.1.2 acima, será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:

8.2.1.3.1. Opção A. pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 12 (doze) meses nos termos do artigo 54 da LFRJ, reajustado por taxa equivalente a 0,5% (meio por cento) ao ano acrescida da variação da TR desde a Data de Homologação.

8.2.1.3.2. Opção B. pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 18 (dezoito) meses após um período de carência de 6 (seis) meses da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

8.2.1.3.3. Forma de escolha da opção. O exercício da opção de pagamento se dará em até 120 (cento e vinte) dias contados da Homologação Judicial do Plano, mediante o preenchimento e envio ao Grupo Renova do formulário contido no **ANEXO 1** do Plano, que deverá ser preenchido, assinado e enviado em via digitalizada exclusivamente por e-mail ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 16.12 do Plano.

8.2.1.3.3.1. Os Credores Trabalhistas que não realizarem a Opção de Pagamento no prazo estabelecido na Cláusula 8.2.1.3.3 serão automaticamente enquadrados na Opção A.

8.3. Credores com Garantia Real – Classe II

8.3.1. O pagamento dos Créditos com Garantia Real observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.3.1.1. Juros e Correção Monetária:

8.3.1.1.1. Taxa: O valor dos Créditos com Garantia Real será remunerado pelo equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI a partir da Data do Pedido.

8.3.1.1.2. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação, as Recuperandas farão o pagamento semestral do valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser distribuído de forma *pro rata* entre os Credores com Garantia Real na proporção dos seus respectivos Créditos, iniciando-se a partir de 6 (seis) meses após a Data de Homologação.

8.3.1.1.3. Entre a Data do Pedido e a Data de Homologação, e durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação, eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

8.3.1.2. Principal:

8.3.1.2.1. Carência de Principal: 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação.

8.3.1.2.2. Amortização: o principal será pago em 18 (dezoito) parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%

Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%
Ano 8	5%	5%
Ano 9	5%	5%
Ano 10	5%	16%
Ano 11	16%	18%

8.3.1.2.3. Evento de liquidez em caso de venda da UPI ASIII Fase A. A alienação da UPI ASIII Fase A no âmbito deste Plano acarretará o vencimento antecipado dos Créditos com Garantia Real, e os recursos recebidos pelas Recuperandas deverão, no ato do seu recebimento, ser utilizados para a liquidação integral dos Credores com Garantia Real.

8.3.1.2.3.1. Na medida em que a Renova Energia figura como fiadora sem benefício de ordem dos Créditos com Garantia Real, que têm como devedora principal a Diamantina (sociedade integrante do ASIII Fase A), a Renova Energia realizará o pagamento diretamente aos Credores com Garantia Real, e se subrogará nos respectivos créditos perante a Diamantina, os quais deverão ser necessariamente convertidos em capital social, cujas novas ações deverão ser cedidas ao adquirente da UPI ASIII Fase A, sem a cobrança de qualquer valor adicional ao pagamento do preço de alienação.

8.3.1.2.3.2. Nessa hipótese, os respectivos Credores com Garantia Real concederão a mais ampla, geral e irrestrita quitação tanto às Sociedades Consolidadas quanto às sociedades que compõem o ASIII Fase A em relação aos Créditos com Garantia Real.

8.3.1.2.4. Reestruturação de eventual saldo. Na hipótese de venda da UPI Diamantina no âmbito do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, caso os Recursos Líquidos obtidos não sejam suficientes para a quitação integral dos Créditos com Garantia Real, eventual saldo não quitado permanecerá devido pelas Recuperandas, e será pago em parcela única, remunerada pelo equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI a partir da Data do Pedido, com data de vencimento na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos da Cláusula 8.3.1.2.2 acima.

8.3.1.2.4.1. Nesta hipótese, os Credores com Garantia Real e os Credores Extraconcursais Aderentes continuarão fazendo jus à antecipação do pagamento do saldo por meio do recebimento de recursos oriundos de alienação de ativos prevista neste Plano, a exemplo da alienação de UPIs.

8.3.2. Preferência de pagamento pelos devedores principais. Com exceção do pagamento dos Créditos com Garantia Real na forma prevista pelas Cláusulas 8.3.1.2.3 e 8.3.1.2.4 e demais hipóteses previstas neste Plano, tratando-se de Créditos com Garantia Real de ASIII Fase A derivados de operações nas quais nenhuma das Recuperandas figure como devedora principal (por exemplo, em razão de aval ou fiança), o respectivo Credor com Garantia Real apenas fará jus a receber qualquer pagamento por parte das Recuperandas nos termos deste Plano na hipótese de restarem inadimplidas as obrigações por parte do devedor principal.

8.4. Credores Quirografários – Classe III

8.4.1. O pagamento dos Créditos Quirografários que não sejam detidos por Partes Relacionadas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.4.1.1. Pagamentos iniciais. O montante de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago a cada Credor Quirografário, limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário, sendo R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 90 (noventa) dias a contar da Data de Homologação e mais R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Homologação, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma da Cláusula 8.4.1.1 acima, será pago nos seguintes termos:

8.4.1.2.1. Juros e Correção Monetária:

8.4.1.2.1.1. Taxa: O valor dos Créditos Quirografários será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acrescido da variação da TR, a partir da Data do Pedido.

8.4.1.2.1.2. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação, as Recuperandas farão o pagamento semestral do valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser distribuído de forma *pro rata* entre os Credores Quirografários na proporção dos seus respectivos Créditos, iniciando-se a partir de 6 (seis) meses após a Data de Homologação.

8.4.1.2.1.3. Entre a Data do Pedido e a Data de Homologação, e durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de

Homologação, eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

8.4.1.2.2. Principal:

8.4.1.2.2.1. Carência de Principal: 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação.

8.4.1.2.2.2. Amortização: o principal será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	2,50%	2,50%
Ano 9	2,50%	5,00%
Ano 10	5,00%	5,00%
Ano 11	5,00%	5,00%
Ano 12	5,00%	5,00%
Ano 13	5,00%	5,00%
Ano 14	10,00%	12,50%

8.4.1.3. Na hipótese de venda da UPI Diamantina no âmbito do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A sem que os Créditos ASIII Fase A Quirografários sejam completamente quitados, as Recuperandas assumirão integralmente a dívida relativa aos Créditos ASIII Fase A Quirografários remanescentes, os quais passarão a ser considerados Créditos Quirografários para os fins deste Plano e continuarão a ser pagos no fluxo previsto acima.

8.4.1.3.1. Nessa hipótese, caso os Créditos com Garantia Real também não tenham sido completamente quitados e tenha restado um saldo consolidado de Créditos com Garantia Real de no mínimo R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) a ser reestruturado nos termos da Cláusula 8.3.1.2.4, 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescente dos Créditos ASIII Fase A Quirografários também serão reestruturados de forma similar, e serão pagos em parcela única, remunerada pelo equivalente a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acrescido da variação da TR a partir da Data do Pedido, com data de vencimento na data da última parcela prevista no fluxo de pagamentos da Cláusula 8.4.1.2.2.2.

8.4.1.3.1.1. Os 50% (cinquenta por cento) do saldo remanescentes dos Créditos ASIII Fase A Quirografários que não forem reestruturados nos termos da Cláusula 8.4.1.3.1 continuarão sendo pagos regularmente nos termos do fluxo previsto na Cláusula 8.4.1.2.2.2.

8.5. Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV

8.5.1. O pagamento dos Créditos de Micro e Pequenas Empresas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.5.1.1. Pagamento inicial. O montante de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) será pago a cada Credor Micro e Pequenas Empresa, limitado ao valor do respectivo Crédito de Micro e Pequena Empresa, em parcela única, em até 90 (noventa) dias a contar da Data de Homologação.

8.5.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzido o pagamento já realizados na forma da Cláusula 8.5.1.1, será pago em até 12 (doze) meses contados da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

8.6. Credores Essenciais Fundiários:

8.6.1. O pagamento dos Credores Essenciais Fundiários observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.6.1.1. Pagamentos iniciais. O montante de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago a cada Credor Essencial Fundiário, limitado ao valor do respectivo Crédito Essencial Fundiário, sendo R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 90 (noventa) dias a contar

da Data de Homologação e mais R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Homologação, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.6.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma da Cláusula 8.6.1.1 acima, será pago nos seguintes termos:

8.6.1.2.1. Juros e Correção Monetária:

8.6.1.2.1.1. Carência de Juros: 3 (três) meses a contar da Data de Homologação, com juros capitalizados anualmente ao principal durante o período.

8.6.1.2.1.2. Taxa: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano), acrescida da variação da TR.

8.6.1.2.1.3. Pagamentos de Juros: Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros.

8.6.1.2.2. Principal:

8.6.1.2.2.1. Carência de Principal: 3 (três) meses a contar da Data de Homologação.

8.6.1.2.2.2. Amortização: o principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

8.6.2. A fim de se qualificarem como Credores Essenciais Fundiários, os Credores Quirografários detentores de contratos de arrendamento poderão desistir ou extinguir eventuais litígios que tenham instaurado contra as Recuperandas.

8.6.3. Na hipótese de rescisão unilateral do respectivo contrato de arrendamento, ou se por qualquer hipótese o Credor deixar de ser considerado Credor Essencial Fundiário, seus Créditos passarão a ser pagos de imediato nos termos gerais estabelecidos para os Credores Quirografários, na forma da Cláusula 8.4.

8.7. Credores Seguradoras Parceiras

8.7.1. Os Credores Seguradoras Parceiras receberão o pagamento integral dos seus Créditos Concursais, conforme indicado na Lista de Credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da Recuperação Judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

8.7.1.1. Na hipótese de rescisão unilateral do respectivo contrato de seguro, ou se por qualquer hipótese o Credor deixar de ser considerado Credor Seguradora Parceira, seus Créditos passarão a ser pagos de imediato nos termos gerais estabelecidos para os Credores Quirografários, na forma da Cláusula 8.4.

8.8. Credores Extraconcursais Aderentes

8.8.1. Os seguintes Credores Extraconcursais, conforme o caso, poderão, a seu critério, receber seus Créditos Extraconcursais dentro do âmbito do Plano, ocasião em que serão pagos conforme as condições descritas nas Cláusulas abaixo.

8.8.1.1. **BTG.** O pagamento dos Créditos Extraconcursais BTG, caso o BTG opte por aderir ao Plano, observará o disposto nas cláusulas abaixo:

8.8.1.1.1. Juros e Correção Monetária:

8.8.1.1.1.1. Taxa: 100% (cem por cento) da variação do CDI.

8.8.1.1.1.2. Pagamentos de Juros: Os juros sobre o saldo devedor serão pagos com 100% (cem por cento) dos dividendos referentes aos exercícios de 2021 (inclusive) em diante, declarados e recebidos da Enerbrás pela Renova.

8.8.1.1.1.3. Caso o montante de dividendos recebidos seja superior aos juros incorridos no período, o excedente de caixa será utilizado para a amortização do saldo da dívida.

8.8.1.1.1.4. Caso o montante de dividendos recebidos seja inferior aos juros incorridos no período, o montante de juros não pagos será capitalizado ao saldo da dívida.

8.8.1.1.2. Principal:

8.8.1.1.2.1. Carência de Principal: não há.

8.8.1.1.2.2. Amortização: o principal será pago com base nos dividendos recebidos da Enerbrás, com o montante que exceder os juros incorridos no período.

8.8.1.1.2.3. Quitação: no caso de alienação da UPI Enerbrás, 100% (cem por cento) dos recursos da alienação serão prioritariamente destinados à quitação do saldo dos Créditos Extraconcursais BTG, ocasião em que serão deduzidos quaisquer pagamentos que a Renova eventualmente tenha realizado para o BTG a título de amortização do principal dos Créditos Extraconcursais BTG entre a Data de

Homologação e a data em que a UPI Enerbrás tiver sido arrematada no Procedimento Competitivo.

8.8.1.2. **CITI.** O pagamento dos Créditos Extraconcursais CITI, caso o CITI opte por aderir ao Plano, observará o disposto nas cláusulas abaixo:

8.8.1.2.1. Juros e Correção Monetária: 100% (cem por cento) da variação do CDI.

8.8.1.2.2. Pagamentos de Juros e Principal: O principal e os juros incidentes sobre o saldo devedor serão pagos com os seguintes recursos:

8.8.1.2.2.1. 45% (quarenta e cinco por cento) de todas as parcelas dos Recursos Líquidos decorrentes do pagamento do preço de venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento e da UPI ASIII Fase B serão destinados ao pagamento dos Créditos Extraconcursais CITI, até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), o que deverá ocorrer em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação, sob pena de descumprimento do Plano.

8.8.1.2.2.2. Após atingido o limite de pagamentos previsto acima, os percentuais sobre as parcelas seguintes serão reduzidos para 20% (vinte por cento) dos recursos decorrentes do pagamento do preço de venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento e da UPI ASIII Fase B, os quais serão diretamente destinados à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI ou dos Créditos derivados do Empréstimo DIP CITI, até a sua integral quitação;

8.8.1.2.2.3. Caso a UPI Brasil PCH não seja vendida até Junho de 2021, o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) a ser pago com recursos oriundos da venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento conforme previsto na Cláusula 8.8.1.2.2.1 será acrescido do montante em valor equivalente a 35,28% (trinta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova - ainda que não declarados, retidos, ou de qualquer maneira não pagos pela Chipley à Renova, os quais por sua vez teriam como referência os dividendos que a Chipley vier a receber da Brasil PCH referente ao 1º semestre do exercício de 2021 e seguintes, deduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, até o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), apurados na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

8.8.1.2.2.4. Adicionalmente, no caso de alienação da UPI Brasil PCH, o valor de R\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais) deverá ser destinado à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI, nos termos

da Cláusula 10.1 e seguintes, bem como deverão ser observadas as disposições da Cláusula 10.1.3 no que diz respeito ao pagamento do saldo dos Créditos Extraconcursais CITI e ao Empréstimo DIP CITI. Os valores pagos pela alienação da UPI Brasil PCH não poderão ser considerados para atingir os limites previstos nas Cláusulas 8.8.1.2.2.2 e 8.8.1.2.2.3.

8.8.1.2.2.5. Na hipótese de a alienação da UPI Brasil PCH ocorrer por valor superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), 10% (dez por cento) dos Recursos Líquidos decorrentes do montante da venda que exceder o valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão destinados à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI, desde que observado o disposto nas Cláusulas 10.1.2 e 10.1.3, e respeitada a destinação dos recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH ao pagamento dos Créditos referidos na Cláusula 10.1.

8.8.1.2.2.6. Garantia Fiduciária. Sem que isso importe em renúncia e/ou liberação da Garantia Fiduciária CITI, o CITI concorda com a suspensão temporária das obrigações de não retenção e não endividamento constantes na Cédula de Crédito Bancário que corporifica os Créditos Extraconcursais CITI, nos termos do **ANEXO 3.**

8.9. Credores Partes Relacionadas

8.9.1. Partes relacionadas. Serão pagos conforme as condições descritas nas Cláusulas abaixo:

8.9.1.1. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2, os Credores Partes Relacionadas poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, e independentemente de qual Recuperanda seja sua devedora original, parte ou a integralidade de seus Créditos Concursais ou Créditos Extraconcursais em capital social da Renova Energia.

8.9.1.1.1. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos Créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Renova Energia na B3 apurado nos 30 (trinta) dias anteriores à Data do Pedido.

8.9.1.1.2. Até que ocorra a conversão dos Créditos em capital social, os Créditos detidos por Credores Partes Relacionadas serão corrigidos pela incidência de juros e correção monetária em taxa equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI, a partir da Data de Homologação.

8.9.1.2. Decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação, não haverá mais possibilidade de conversões em capital da Renova

Energia e eventuais saldos de Créditos Concurais detidos por Credores Partes Relacionadas serão pagos por meio da emissão de debêntures, emitidas pela Renova Energia e não conversíveis em capital social ("Debêntures Partes Relacionadas").

8.9.1.2.1. As Debêntures Partes Relacionadas terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concurais e Extraconcurais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais Credores Concurais.

8.9.1.2.2. As Debêntures Partes Relacionadas serão remuneradas pela incidência de juros e correção monetária em taxa equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI, desde a Data de Homologação.

8.9.1.3. CEMIG. A Credora Parte Relacionada CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada de suas Debêntures Partes Relacionadas, fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos Recursos Líquidos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento.

8.9.1.3.1. A Credora Parte Relacionada CEMIG também poderá vir a fazer jus ao recebimento de 100% (cem por cento) dos Recursos Líquidos obtidos com a venda da UPI ASIII Fase A que excederem o valor mínimo previsto na Cláusula 9.8.3, caso a CEMIG venha a ser detentora de garantia fiduciária decorrentes do sobejo da alienação da UPI ASIII Fase A em substituição à sua garantia fiduciária relacionada à parcela dos dividendos da Chipley.

8.9.1.3.2. A Credora Parte Relacionada CEMIG poderá optar por não receber Debêntures Partes Relacionadas e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívida.

8.9.1.3.3. Garantia Fiduciária. Sem que isso importe em qualquer renúncia à sua garantia, a CEMIG, nos termos do **ANEXO 7**, concordou com a suspensão da eficácia da Garantia Fiduciária Chipley-CEMIG, autorizando-se (a) que o percentual de 30% (trinta por cento) que lhe caberia dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Renova decorrentes das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Chipley sejam utilizados para fins de pagamento de eventual Empréstimo Ponte DIP a ser contraído pelas Recuperandas prioritariamente para a finalização do Projeto Alto Sertão III Fase A; e/ou então (b) que haja o endividamento da Chipley para o específico fim de pagamento de eventual Empréstimo Ponte DIP.

9. CRIAÇÃO E ALIENAÇÃO DE UPIS

9.1. Criação e Alienação de UPIs. Com exceção das UPIs Enerbrás, Brasil PCH e ASIII Fase B, cujas constituições e alienações são obrigatórias, e observado o disposto nas Cláusulas 9.4 e seguintes, relativas às UPIs Projetos em Desenvolvimento, as Recuperandas poderão constituir e alienar, total ou parcialmente, uma ou mais de suas UPIs, descritas nas Cláusulas a seguir, por meio de Procedimento Competitivo, nos termos dos artigos 60 e 142 da LFRJ, conforme condições gerais estipuladas nas sub-cláusulas abaixo e condições específicas previstas nas Cláusulas 9.2 a 9.8 abaixo:

9.1.1. Inexistência de sucessão de dívidas. As UPIs alienadas nos termos deste Plano estarão livres de quaisquer ônus e os seus respectivos adquirentes não responderão por nenhuma dívida ou contingência das Recuperandas, incluindo, mas não se limitando, as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e decorrentes da legislação anticorrupção, nos termos dos art. 60 e 141 da LFRJ, salvo se expressamente previsto de forma distinta no respectivo Edital UPI em relação aos Créditos regidos pelo presente Plano.

9.1.2. Procedimento de alienação de UPIs. Quaisquer alienações de UPIs realizadas por meio de Procedimento Competitivo, nos termos do art. 142 da LFRJ, serão realizadas em favor do Proponente que ofertar as melhores condições para o cumprimento do Plano, respeitado o disposto nas previsões específicas deste Plano e nos respectivos editais, inclusive os direitos de eventuais primeiros proponentes assegurados em relação a certas UPIs específicas, e os termos da LFRJ, além da devida prestação de contas pelas Recuperandas ao Juízo da Recuperação e ao Administrador Judicial.

9.1.3. Propostas Fechadas: O Procedimento Competitivo para alienação de UPIs será realizado em certame judicial, mediante apresentação de propostas fechadas ("Propostas Fechadas"), observados os procedimentos e regras específicas de cada uma das UPIs, incluindo a necessidade de observação dos procedimentos para respeitar e dar cumprimento a eventual proposta de Primeiro Proponente e eventuais direitos atribuídos a ele a título de *stalking horse*, nos termos do artigo 142, inciso II, da LFRJ, conforme será estabelecido no edital correspondente, o qual a Renova fará publicar nos prazos indicados neste Plano ("Edital UPI"). O Edital UPI estabelecerá, dentre outras questões referentes ao processo de alienação da UPI, (a) as condições mínimas de aquisição, e (b) os requisitos para participação no Procedimento Competitivo para aquisição da UPI, sempre observados os direitos do Primeiro Proponente.

9.1.4. Data Room: Os interessados na aquisição da UPI poderão, mediante assinatura de acordo de confidencialidade cuja minuta será disponibilizada pelas Recuperandas e desde que atendidos os critérios de qualificação estabelecidos na Cláusula 9.1.6 abaixo, requerer, a qualquer tempo até a finalização da fase de qualificação prevista na Cláusula 9.1.6 abaixo, acesso aos documentos e às informações disponibilizadas no *data room* organizado previamente pelas Recuperandas, com a finalidade de permitir, dentre outros aspectos, a precificação das Propostas Fechadas, as quais deverão seguir as condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável, estabelecidas neste Plano e no Edital UPI. O *data room* será formado pela mesma documentação disponibilizada a todos os investidores interessados.

9.1.5. Participação no Procedimento Competitivo: No prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a publicação do Edital UPI, eventuais interessados em participar do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI deverão manifestar seu interesse por meio (a) do envio de notificação às Recuperandas, com cópia ao Administrador Judicial, conforme modelo a ser disponibilizado pelas Recuperandas ("Notificação de Interesse – UPI"), e (b) da apresentação de manifestação nos autos da Recuperação Judicial, conforme modelo a ser disponibilizado pelas Recuperandas, informando a sua intenção de apresentar uma Proposta Fechada para aquisição da UPI ("Petição de Interesse – UPI" e, em conjunto com a Notificação de Interesse – UPI, "Documentos de Interesse – UPI"). O envio e apresentação dos documentos, conforme itens (a) e (b) desta cláusula, são dispensados ao Primeiro Proponente.

9.1.6. Qualificação: O interessado na aquisição da UPI deverá apresentar, juntamente com a Notificação de Interesse – UPI, (a) demonstrações financeiras que evidenciem posição patrimonial condizente com a aquisição da UPI pretendida; e (b) uma carta fiança emitida por instituição financeira de primeira linha em valor equivalente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor mínimo de aquisição da UPI constante no Edital UPI (em conjunto, "Requisitos de Qualificação – UPI"), a qual será convertida em multa e chamada a pagamento na hipótese de inadimplemento do preço de aquisição da UPI nos termos da Proposta Vencedora UPI. O envio e apresentação dos documentos, conforme itens (a) e (b) desta cláusula, são dispensados ao Primeiro Proponente. O Administrador Judicial analisará se as Notificações de Interesse – UPI apresentadas pelos interessados estão em conformidade com os Requisitos de Qualificação – UPI, apresentando petição nos autos da Recuperação Judicial, em até 5 (cinco) dias corridos contados do término do prazo previsto na Cláusula 9.1.5 acima, com a indicação dos nomes dos interessados que estarão habilitados a apresentar Propostas Fechadas para Aquisição da UPI. A ausência de envio de qualquer um dos Documentos de Interesse – UPI na forma e prazo previsto na Cláusula 9.1.5 acima ou o não atendimento ao Requisitos de Qualificação – UPI, com base na análise conduzida pelo Administrador Judicial, fará com que o respectivo interessado esteja automaticamente desqualificado do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI.

9.1.7. Apresentação das Propostas Fechadas: No Dia Útil imediata subsequente ao final do prazo referido na Cláusula 9.1.6 acima, será iniciado o prazo de 5 (cinco) dias corridos para que os interessados apresentem, ao Administrador Judicial, Propostas Fechadas para aquisição da UPI, de acordo com as condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável. Em especial, as Propostas Fechadas deverão obrigatoriamente ser elaboradas e submetidas na forma do formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas. O Proponente que apresentar Propostas Fechada de maneira distinta da prevista nesta Cláusula, seja por (a) não utilizar o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas ou alterar qualquer de seus termos; (b) desrespeitar o prazo previsto nesta Cláusula, ou (c) descumprir qualquer das condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável, não será considerado para fins do Procedimento Competitivo relativo à alienação da UPI em questão. A proposta apresentada pelo Primeiro Proponente já é considerada como de

acordo com os termos deste Plano, estando automaticamente habilitada a participar do seu respectivo certame.

9.1.7.1. As condições mínimas de aquisição da UPI aplicáveis a cada uma das UPIs previstas neste Plano estão indicadas nas cláusulas específicas referentes a cada uma das UPIs.

9.1.7.2. Exceto se previsto de forma diferente nas Cláusulas específicas de cada uma das UPIs, mesmo que o proponente possua qualquer Crédito Concursal ou Extraconcursal contra as Recuperandas, não poderá utilizá-los para a composição total ou parcial do montante a ser indicado na respectiva Proposta Fechada e demais condições a serem previstas no respectivo Edital UPI.

9.1.8. Abertura das Propostas Fechadas: Recebidas as Propostas Fechadas, no dia, hora e local estabelecidos no Edital UPI, o Administrador Judicial, no âmbito da audiência a ser realizada, a qual deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias contados do término do prazo previsto na Cláusula 9.1.7 acima, (a) promoverá a abertura das Propostas Fechadas apresentadas pelos Proponentes habilitados para aquisição da UPI; (b) verificará se todas as Condições de Mínimas de Aquisição da UPI, conforme aplicável, foram cumpridas por tais Propostas Fechadas, e (c) anunciará a Proposta Fechada mais vantajosa, levando em consideração o atendimento das condições mínimas de aquisição da UPI, conforme aplicável, e o maior preço oferecido, observados os direitos do Primeiro Proponente.

9.1.9. Proposta Vencedora UPI: A Proposta Fechada vencedora será aquela que, respeitados os termos deste Plano e do Edital UPI, for assim declarada pelo Administrador Judicial, conforme procedimento previsto na Cláusula 9.1.8 acima ("Proposta Vencedora UPI"). Na hipótese de o proponente da respectiva Proposta Vencedora UPI descumprir com a sua obrigação de celebrar os instrumentos definitivos no prazo previsto para aquisição da respectiva UPI, a Proposta Fechada mais vantajosa imediatamente seguinte, observados os Requisitos de Qualificação aplicáveis, será considerada a nova Proposta Vencedora UPI e assim sucessivamente, desde que respeitadas, em todos os casos, as Condições Mínimas de Aquisição aplicáveis à respectiva UPI.

9.1.10. Homologação da Proposta Vencedora UPI: A Proposta Vencedora UPI deverá ser homologada pelo Juízo da Recuperação, devendo o Proponente vencedor, mediante pagamento do preço oferecido, assumir a UPI.

9.1.11. Novo Procedimento Competitivo: Na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma Proposta Fechada para aquisição da UPI, as Recuperandas, em conjunto com os credores para os quais os recursos provenientes da sua alienação estiverem destinados, nos termos deste Plano e, se for o caso, com o Credor Extraconcursal que possua garantias fiduciárias devidamente constituídas sobre o ativo objeto da UPI, definirão, em conjunto, as bases para a realização de novo Procedimento Competitivo para alienação da UPI, mediante a publicação de novo Edital UPI com as novas disposições aplicáveis à tal venda, respeitadas as previsões constantes deste Plano.

9.2. **UPI Brasil PCH.** A UPI Brasil PCH, atualmente composta por 51% (cinquenta e um por cento) das ações representativas do capital da sociedade Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") detidas pela Chipley ("UPI Brasil PCH"), será obrigatoriamente e individualmente alienada por meio de Procedimento Competitivo a ser realizado em até 07 (sete) meses contados da Homologação Judicial do Plano, ou em até 60 (sessenta dias) após o recebimento de proposta de compra firme e vinculante que atenda aos requisitos mínimos previstos no Plano e formulada por proponente apto a participar do Procedimento Competitivo, o que ocorrer primeiro.

9.2.1. O Procedimento Competitivo para alienação da UPI Brasil PCH será realizado nos termos do artigo 60 da LFRJ e Cláusulas 9.1 e 9.2.2, conforme o caso, mediante alienação direta das ações da Brasil PCH, alienação de SPE que detenha tal ativo, ou qualquer outra estrutura escolhida pelas Recuperandas a seu exclusivo critério, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.2.2. Enquanto não houver a alienação da UPI Brasil PCH na forma das Cláusulas 9.1 e 9.2.2, conforme o caso, as ações da Brasil PCH atualmente detidas pela Chipley permanecerão sob a titularidade da Chipley, não podendo ser oneradas, oferecidas em penhora e estando protegidas contra qualquer constrição judicial, devendo ser integralmente mantido o respeito a todas as condições estabelecidas no Acordo de Acionistas, inclusive e principalmente em relação aos direitos de preferência e *tag along* previstos nas Cláusulas 9.2.3.4 e 9.2.3.4.1, respectivamente.

9.2.3. Condições Mínimas de Aquisição da UPI Brasil PCH: As Propostas Fechadas para aquisição da UPI Brasil PCH deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades, além das condições da Cláusula 9.1.3 e seguintes:

9.2.3.1. Valor mínimo: R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

9.2.3.1.1. A venda da UPI Brasil PCH poderá ocorrer por valor menor do que o mínimo estabelecido nesta cláusula, contanto que haja aprovação (i) de Credores com Garantia Real detentores de mais de 80% (oitenta por cento) dos Créditos com Garantia Real, em Reunião de Credores com Garantia Real; e (ii) do credor do Empréstimo Ponte DIP, ficando dispensada a necessidade de sua aprovação na hipótese de os Recursos Líquidos provenientes da alienação serem suficientes para honrar o pagamento previsto na Cláusula 10.1.1 e quitar o saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP nos termos da Cláusula 10.1.2.(a).

9.2.3.2. Forma de pagamento: à vista.

9.2.3.3. Pagamento da parcela destinada à amortização do Empréstimo Ponte DIP. A parcela do preço prevista na Cláusula 10.1.2.(a), destinada ao pagamento do

crédito derivado do Empréstimo Ponte DIP, será paga, por conta e ordem da Chipley, na data do fechamento, diretamente pelo adquirente da UPI Brasil PCH ao credor do Empréstimo Ponte DIP, mediante transferência eletrônica disponível (TED) para a conta que vier a ser indicada pelo referido credor, conforme valor a ser informado por tal credor e confirmado pelo devedor no Dia Útil imediatamente anterior à data do pagamento da venda da UPI Brasil PCH. A utilização do produto da alienação da UPI Brasil PCH para pagamento do Empréstimo Ponte DIP, conforme Cláusula 10.1.2, será, para todos os fins, irrevogável e irretratável, sendo certo que os valores recebidos pelo credor do Empréstimo Ponte DIP não estarão sujeitos à devolução, restituição ou reclamação de qualquer natureza.

9.2.4. Procedimento Competitivo: o Procedimento Competitivo para alienação da UPI Brasil PCH, a ser realizado em até 07 (sete) meses da Homologação Judicial do Plano, ou em até 60 (sessenta dias) após o recebimento de proposta de compra firme e vinculante que atenda aos requisitos mínimos previstos no Plano e formulada por proponente apto a participar do Procedimento Competitivo, o que ocorrer primeiro, seguirá alternativamente (i) a forma das Cláusulas 9.1.3 e seguintes; ou (ii) a forma prevista na Cláusula 9.2.2.2.

9.2.4.1. Na hipótese de realização de Procedimento Competitivo na forma das Cláusulas 9.1.3. e seguintes, o credor titular dos créditos derivados do Empréstimo Ponte DIP poderá optar, a seu exclusivo critério, por participar de qualquer Procedimento Competitivo para alienação da UPI Brasil PCH, mediante a utilização total ou parcial do saldo em aberto dos créditos derivados do Empréstimo Ponte DIP, sendo que, nessa hipótese, o saldo devedor correspondente aos créditos derivados do Empréstimo Ponte DIP que estiver contemplado na Proposta Fechada eventualmente apresentada pelo respectivo credor do Empréstimo Ponte DIP estará equiparada, para todos os efeitos, às propostas apresentadas por outros proponentes com pagamento em moeda corrente nacional. Para que não haja dúvidas, na hipótese de exercício desse direito pelo credor do Empréstimo Ponte DIP, cada R\$ 1,00 (um real) a ser compensado do saldo devedor dos créditos do Empréstimo Ponte DIP estará equiparado a R\$ 1,00 (um real) a ser pago em moeda corrente nacional para fins de avaliação da proposta vencedora do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Brasil PCH e pagamento do respectivo preço. Nesta hipótese, o credor titular dos créditos derivados do Empréstimo Ponte DIP deverá observar em qualquer hipótese o disposto na Cláusula 10.1.1 e efetuar o pagamento do saldo do preço após o desconto das Cláusulas 10.1.1 e 10.1.2(a) direto aos valores integrais destinados aos demais Credores contemplados na Cláusula 10.1.2.

9.2.4.2. Procedimento Competitivo Distribuição Pública: Com o objetivo de acessar mais amplamente investidores no mercado de capital em geral, e não apenas investidores estratégicos atuantes do mercado de energia, as Recuperandas poderão, a seu exclusivo critério, optar pela criação de FIP, na forma da Instrução CVM nº 578/2016, e a distribuição pública de suas quotas, preferencialmente pela Instrução CVM nº 400/2003, cujos recursos captados serão utilizados pelo FIP para aquisição da UPI Brasil PCH.

9.2.4.2.1. Nessa hipótese, será realizado Procedimento Competitivo na forma de bookbuilding nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, a fim de maximizar o valor obtido com a alienação das quotas do FIP, sendo que todo o valor obtido será utilizado para a aquisição da UPI Brasil PCH, respeitado o valor mínimo previsto na Cláusula 9.2.1.1, sendo certo que o preço de venda da UPI Brasil PCH será pago aos Credores na forma prevista nas Cláusulas 8.8.1.2.2.5, 9.2.2.3, 9.2.3.1, 10.1, 10.2, 11.1.3.1, por conta e ordem das Recuperandas, conforme o caso.

9.2.4.3. A BSB e a ELETRORIVER, em razão de seu direito de preferência previsto no Acordo de Acionistas, ficam, desde já, consideradas habilitadas e aptas a participar do Processo Competitivo para alienação da Brasil PCH, em qualquer das modalidades acima, estritamente para exercer, a seu critério, seu direito de preferência para aquisição da UPI Brasil PCH, em relação à melhor proposta apresentada, na forma prevista pela Cláusula 9.2.2.4 e seguintes, ou, conforme o caso, para exercer seu direito de Tag Along, na forma da Cláusula 9.2.2.4.1 abaixo.

9.2.4.4. Exercício do direito de preferência. Em atenção aos termos previstos no Acordo de Acionistas, após a definição da melhor proposta apresentada em quaisquer das modalidades de Processo Competitivo realizado pelas Recuperandas para alienação da UPI Brasil PCH, conforme a cláusula 9.2.2. acima, a Renova deverá comunicar aos acionistas BSB e ELETRORIVER o conteúdo integral e as condições da melhor proposta recebida em até 2 (dois) dias úteis, por meio de notificação escrita. Da data do recebimento desta notificação, a BSB e/ou a ELETRORIVER terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para manifestar o seu interesse em exercer seu direito de preferência decorrente do Acordo de Acionistas e igualar-se em condições de oferta à melhor proposta apresentada para aquisição da UPI Brasil PCH. Caso exercido o direito de preferência, a BSB e/ou ELETRORIVER serão consideradas as arrematantes para todos os efeitos legais, inclusive para fins de expedição de carta de arrematação, em qualquer das modalidades de Processo Competitivo utilizada, e deverá respeitar o disposto na Cláusula 9.2.3.3, realizando, por conta e ordem da Chipley, o pagamento diretamente ao credor do Empréstimo Ponte DIP.

9.2.4.4.1. Tag Along. Nos termos do Acordo de Acionistas, na hipótese de a BSB e/ou ELETRORIVER não exercerem seu direito de preferência e ocorrer a alienação da UPI Brasil PCH a terceiro, reserva-se o direito da BSB e ELETRORIVER de exigirem que a referida alienação seja efetuada apenas se o adquirente se obrigar a adquirir as participações acionárias detidas pelas BSB e ELETRORIVER na Brasil PCH juntamente com a UPI Brasil PCH, pelo mesmo preço pago e nas mesmas condições da aquisição das ações objeto da UPI Brasil PCH. Nesta hipótese, somente será admitido o pagamento do preço em moeda corrente nacional para a aquisição das participações acionárias detidas pelas BSB e ELETRORIVER na Brasil PCH, excluída a utilização de créditos de qualquer natureza ou compensação.

9.2.4.4.2. Adesão ao Acordo de Acionistas. O vencedor da aquisição da UPI

Brasil PCH deverá anuir e concordar expressamente com todos os termos e condições previstas no Acordo de Acionistas, do qual o adquirente será parte integrante após a aquisição da UPI Brasil PCH.

9.2.5. Condições Precedentes – UPI Brasil PCH: A alienação da UPI Brasil PCH, sob qualquer forma, com a efetiva transferência, ao vencedor do Procedimento Competitivo, da propriedade dos bens e direitos adquiridos, está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à implementação das seguintes condições precedentes (em conjunto, “Condições Precedentes – UPI Brasil PCH”):

9.2.5.1. Respeito ao Acordo de Acionistas vigente no âmbito da Brasil PCH S.A.

9.2.5.2. Anuência expressa dos debenturistas da Brasil PCH S.A.

9.2.5.2.1. Autorização dos Credores que detenham garantia fiduciária incidente sobre os dividendos a serem distribuídos pela Chipley, sendo que tais autorizações se tornarão efetivas no momento em que forem comprovados os pagamentos previstos nas Cláusulas 10.1.2.(b) e 10.1.2.(c) abaixo, respectivamente.

9.2.5.3. Autorizações de órgãos reguladores (ANEEL, CADE, entre outros).

9.2.6. Caso a UPI Brasil PCH não seja vendida até junho de 2021, será observado o disposto na Cláusula 8.8.1.2.2.3 e na Cláusula 9.2.7.

9.2.7. Diante da Garantia Fiduciária BNDES, resta assegurado ao BNDES, enquanto não alienada a UPI Brasil PCH, o direito ao recebimento, após junho de 2021, dos dividendos a serem pagos pela Chipley, os quais serão regidos pela sistemática prevista no **ANEXO 10**. O CITI e a CEMIG declaram estar cientes de que não há qualquer autorização do BNDES quanto à modificação do seus direitos sobre os dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital da Chipley e não se opõem a que a Renova repasse ao BNDES a parcela que lhe cabe sobre esses dividendos, nos termos do **ANEXO 3**, **ANEXO 7** e do **ANEXO 10**.

9.2.7.1. Entende-se por dividendos pagos após junho de 2021 aqueles referentes aos exercícios de 2021 e seguintes.

9.3. **UPI Mina de Ouro**: A Mina de Ouro, constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., detidas pela Renova Energia e pela Renovapar (“UPI Mina de Ouro”), poderá ser individualmente alienada através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.3.1. Condições Mínimas de Aquisição da UPI Mina de Ouro: As Propostas Fechadas para aquisição da UPI Mina de Ouro deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades:

9.3.1.1. Valor mínimo: R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e

9.3.1.2. Forma de pagamento: à vista.

9.3.1.3. Outras condições previstas no respectivo Edital UPI.

9.3.2. Prazo para Realização do Procedimento Competitivo: A primeira praça para alienação da UPI Mina de Ouro será realizada em até 6 (seis) meses a contar da Data de Homologação, salvo se o Empréstimo DIP Cemig já tiver sido integralmente quitado.

9.3.2.1. Não obstante a Cláusula 9.3.2 acima, na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma Proposta Fechada para aquisição da UPI Mina de Ouro, a segunda praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar data da primeira praça.

9.3.2.2. Caso na segunda praça também não seja apresentada ou validada nenhuma Proposta Fechada para aquisição da UPI Mina de Ouro, as Recuperandas poderão realizar novas praças em até 6 (seis) meses após a convocação das praças anteriores.

9.4. UPIs Projetos em Desenvolvimento: As UPIs a serem criadas e compostas por projetos de energia renovável em desenvolvimento constantes do **ANEXO 2** ("UPIs Projetos em Desenvolvimento"). As UPIs Projetos em Desenvolvimento poderão incluir um ou mais projetos em desenvolvimento, a critério das Recuperandas, de acordo com as perspectivas de comercialização. As UPIs Projetos em Desenvolvimento serão formadas por SPEs a serem criadas especificamente para esse fim. Os ativos serão transferidos para as respectivas SPEs somente após a conclusão dos respectivos Procedimentos Competitivos. As UPIs Projetos em Desenvolvimento serão individual ou conjuntamente alienadas através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.4.1. Condições Mínimas de Aquisição das UPIs Projetos em Desenvolvimento: As Propostas Fechadas para aquisição da UPI Projetos em Desenvolvimento deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas; e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades:

9.4.1.1. Os preços mínimos de aquisição das UPIs Projetos em Desenvolvimento serão definidos com base em laudos de avaliação a serem produzidos pelo Avaliador UPIs Projetos em Desenvolvimento, o qual será contratado pelas Recuperandas

dentre os nomes indicados no **ANEXO 9**, sendo contratado aquele cuja proposta de remuneração for considerada mais favorável às Recuperandas.

9.4.1.2. Condições de pagamento e demais condições de aquisição a serem previstas nos respectivos Editais UPI, as quais somente poderão ser previstas em moeda corrente à vista ou de forma parcelada, não sendo admitidas compensações de Créditos.

9.4.2. Prazo para Realização dos Procedimentos Competitivos: os Procedimentos Competitivos para alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento deverão ser realizados em, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação. O primeiro Procedimento Competitivo deverá ser realizado em até 07 (sete) meses a contar da Data de Homologação.

9.4.2.1. As Recuperandas se obrigam a realizar pelo menos 1 (um) Procedimento Competitivo para alienação de UPIs Projetos em Desenvolvimento a cada 6 (seis) meses, enquanto os Créditos Extraconcursais CITI e os Créditos derivados do Empréstimo DIP CITI não forem integralmente quitados, e o BNDES, na qualidade de detentor da Garantia Fiduciária BNDES, não tiver recebido um valor agregado de pagamentos equivalente aos valores liberados no bojo da Garantia Fiduciária BNDES, correspondentes a somatória do (i) montante em valor equivalente a 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova Energia, apurados segundo o **ANEXO 10** e na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ainda que não declarados, retidos, ou de qualquer maneira não pagos pela Chipley à Renova, os quais por sua vez teriam como referência os dividendos que a Chipley tiver recebido ou vier a receber da Brasil PCH, referentes ao 2º (segundo) semestre do exercício de 2019 e ao exercício integral de 2020, subtraído o valor dos pagamentos previstos nas cláusulas 10.6.4 e 10.7.4, caso já recebido; com o (ii) montante em valor equivalente a 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova Energia após a venda da UPI Brasil PCH, apurados segundo o **ANEXO 10** e na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tomando por base o produto da venda da UPI Brasil PCH, subtraídos do montante apurado os valores dos pagamentos a serem realizados em favor do BNDES nos termos das Cláusulas 10.1.2.(b), 10.2.2 e 10.2.3.

9.4.2.2. Após a quitação integral dos Créditos Extraconcursais CITI e dos Créditos derivados do Empréstimo DIP CITI, e após o recebimento, pelo BNDES, do valor agregado de pagamentos previsto na Cláusula 9.4.2.1, as Recuperandas ficam desobrigadas de realizar Procedimentos Competitivos para a alienação dos projetos citados no **ANEXO 2**, podendo optar por reservar e manter consigo parte ou a totalidade dos referidos projetos, para implantação futura.

9.4.3. Novos Procedimentos Competitivos. Caso o Procedimento Competitivo para a alienação de determinada UPI Projetos em Desenvolvimento seja infrutífero, as Recuperandas, em conjunto com os Credores para os quais são destinados os recursos

provenientes da alienação das UPIs Projetos em Desenvolvidos se reunirão para definir os termos e condições para a realização de novos Procedimentos Competitivos.

9.5. **UPI Enerbrás:** A UPI constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Enerbrás (“UPI Enerbrás”), as quais estão fiduciariamente alienadas em garantia em favor do BTG (nessa qualidade, “Credor Fiduciário Ações Enerbrás”), será individualmente alienada através de Procedimento Competitivo, nos termos dos artigos 60 e 142 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.5.1. **Condições Mínimas de Aquisição da UPI Enerbrás:** As Propostas Fechadas para aquisição da UPI Enerbrás deverão, obrigatoriamente: (a) ser elaboradas e submetidas de acordo com o formulário a ser disponibilizado pelas Recuperandas, e (b) observar as seguintes condições mínimas e formalidades:

9.5.1.1. **Valor mínimo:** R\$ 211.000.000,00 (duzentos e onze milhões de reais);

9.5.1.2. **Forma de pagamento:** à vista;

9.5.1.3. Declaração do Proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com a realização, por conta e ordem da Renova, de pagamento de parte do preço de aquisição, na data do fechamento, diretamente ao Credor Fiduciário Ações Enerbrás, mediante transferência eletrônica disponível (TED) para a conta que vier a ser indicada, de titularidade do Credor Fiduciário Ações Enerbrás, mantida junto ao Banco BTG Pactual S.A. (208), conforme valor a ser informado pelo Credor Fiduciário Ações Enerbrás no Dia Útil imediatamente anterior à data do Fechamento, que corresponderá ao saldo devedor das Confissões de Dívida BTG, devidamente atualizado nos termos das Confissões de Dívida BTG (“Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbrás”). O Pagamento Integral do Credor Fiduciário Ações Enerbrás será, para todos os fins, irrevogável e irretroatável, não sujeito à devolução, restituição ou reclamação de qualquer natureza;

9.5.1.4. Declaração do Proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com todos os termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI Enerbrás, a ser fornecida pelas Recuperandas, estando apto a celebrá-lo, cumprindo com todas as formalidades necessárias para tal assinatura, na data de declaração da respectiva Proposta Vencedora UPI; e

9.5.1.5. Declaração do Proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com todos os termos e condições (i) do Plano relacionados, direta ou indiretamente, à alienação da UPI Enerbrás, e (ii) do respectivo Edital UPI.

9.5.2. **Qualificação UPI Enerbrás.** O interessado na aquisição da UPI Enerbrás deverá apresentar, juntamente com a Notificação de Interesse – UPI, (a) a documentação que comprove a sua capacidade financeira para fazer frente, pelo menos, ao valor do preço

mínimo indicado para a UPI em questão, por meio da apresentação (i) de extratos recentes de aplicações financeiras com liquidez diária, devidamente acompanhados de cartas de referência emitidas pelas respectivas instituições financeiras nas quais tais recursos estejam depositados, caso a aquisição venha a ser feita com recursos próprios ou recursos que já tenham sido captados, ou (ii) de carta de crédito emitida por um dos Bancos Emissores, atestando a capacidade financeira do interessado, caso a aquisição venha a ser feita por meio de recursos a serem captados (em conjunto, “Requisitos de Qualificação – UPI Enerbrás”). O Administrador Judicial analisará se as Notificações de Interesse – UPI apresentadas pelos interessados estão em conformidade com os Requisitos de Qualificação – UPI Enerbrás, apresentando petição nos autos da Recuperação Judicial, em até 5 (cinco) dias corridos contados do término do prazo previsto na Cláusula 9.1.5 acima, com a indicação dos nomes dos interessados que estarão habilitados a apresentar Propostas Fechadas para Aquisição da UPI Enerbrás. A ausência de envio de qualquer um dos Documentos de Interesse – UPI na forma e prazo previsto na Cláusula 9.1.5 acima ou o não atendimento ao Requisitos de Qualificação – UPI Enerbrás, com base na análise conduzida pelo Administrador Judicial, fará com que o respectivo interessado esteja automaticamente desqualificado do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Enerbrás.

9.5.3. Proposta Vencedora UPI Enerbrás: Na hipótese de o Proponente da respectiva Proposta Vencedora UPI descumprir com a sua obrigação de celebrar o contrato de compra e venda de ações no prazo previsto na Cláusula 9.5.5, a Proposta Fechada mais vantajosa imediatamente seguinte, observado o disposto na Cláusula 9.5.2 acima, será considerada a nova Proposta Vencedora UPI e assim sucessivamente, desde que respeitadas, em todos os casos, as Condições Mínimas de Aquisição da UPI Enerbrás.

9.5.4. Homologação da Proposta Vencedora UPI Enerbrás: adicionalmente ao quanto disposto na Cláusula 9.5.3 acima, o pagamento a ser realizado pelo Proponente vencedor deverá realizar o pagamento do preço de aquisição, incluindo o Pagamento Integral BTG; e observar os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, para então assumir a UPI Enerbrás.

9.5.5. Transferência da UPI Enerbrás: A efetiva transferência da UPI Enerbrás ao Proponente vencedor ocorrerá após a satisfação das Condições Precedentes – UPI Enerbrás indicadas na Cláusula 9.5.8 abaixo, sem prejuízo das demais condições precedentes e outras disposições aplicáveis previstas no contrato de compra e venda de ações. Até que a efetiva transferência da UPI Enerbrás ocorra, as Recuperandas (a) permanecerão responsáveis pela posse e guarda dos ativos que compõem a UPI Enerbrás, e (b) permitirão ao Proponente vencedor que fiscalize as atividades e os ativos da UPI Enerbrás.

9.5.6. Direito de Participação do Credor Fiduciário Ações Enerbrás: O Credor Fiduciário Ações Enerbrás poderá optar, a seu exclusivo critério, por participar de qualquer Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Enerbrás mediante a utilização, total ou parcial, dos Créditos Extraconcursais BTG, sendo que, nessa hipótese, o valor nominal correspondente aos Créditos Extraconcursais BTG que estiverem contemplados na proposta eventualmente apresentada pelo Credor Fiduciário Ações Enerbrás estará equiparado, para todos os efeitos, às propostas apresentadas por outros Proponentes com

pagamento em moeda corrente nacional. Para que não haja dúvidas, na hipótese de exercício desse direito pelo Credor Fiduciário Ações Enerbrás, cada R\$ 1,00 (um real) de Créditos Extraconcursais BTG estará equiparado a R\$ 1,00 (um real) em moeda corrente nacional para fins de avaliação da proposta vencedora do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Enerbrás.

9.5.7. Novo Procedimento Competitivo: Na hipótese de não ser apresentada ou validada nenhuma Proposta Fechada para aquisição da UPI Enerbrás, as Recuperandas e o Credor Fiduciário Ações Enerbrás definirão, em conjunto, as bases que se qualifiquem nos termos acima para a realização de novo Procedimento Competitivo para alienação da UPI Enerbrás, mediante a publicação de novo Edital UPI com as novas disposições aplicáveis à tal venda, as quais deverão observar (a) as Condições Precedentes – UPI Enerbrás, e (b) um preço mínimo de aquisição da UPI Enerbrás conforme laudo de avaliação a ser apresentado pelas Recuperandas.

9.5.8. Condições Precedentes – UPI Enerbrás: A alienação da UPI Enerbrás, sob qualquer forma, com a efetiva transferência, ao Proponente vencedor do Procedimento Competitivo, da propriedade dos bens e direitos adquiridos, está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à implementação das seguintes condições precedentes:

9.5.8.1. liberação, pelo Credor Fiduciário Ações Enerbrás, da Garantia Fiduciária Ações Enerbrás, o que apenas poderá ocorrer mediante o pagamento integral, irrevogável e irretratável dos Créditos Extraconcursais BTG, devidamente atualizados nos termos das Confissões de Dívida BTG, salvo o Credor Fiduciário Ações Enerbrás expressamente e por escrito consinta com o recebimento de valor inferior;

9.5.8.2. Anuência prévia do BNB;

9.5.8.3. Anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; e

9.5.8.4. Anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE

9.6. UPI ASIII Fase B: A UPI ASIII Fase B, que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o ASIII Fase B conforme listagem de ativos, projetos e direitos previstos no respectivo Edital UPI ("UPI ASIII Fase B"), será obrigatoriamente constituída e individualmente alienada através de Procedimento Competitivo a ser realizado em até 03 (três) meses da Homologação Judicial do Plano, nos termos do artigo 60 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.6.1. Exceções. Não integrarão a UPI ASIII Fase B ou serão dela excluídos, conforme o caso, os passivos com os fornecedores de equipamentos e prestadores de serviços relacionados aos projetos, que permanecerão com as sociedades do grupo da Renova que hoje as detêm, exceto se previsto expressamente de forma contrária nas Propostas

Fechadas; e tampouco qualquer passivo ou contingência que não tenha sido expressamente admitido ou assumido pela UPI ASIII Fase B.

9.6.2. Outorgas. O titular da proposta vencedora, observado o Direito de Preferência Prisma, deverá exercer, na data em que definida a proposta vencedora, a seu exclusivo critério, uma das seguintes opções com relação às outorgas dos Projetos:

- (i) exigir que a Renova desista do recurso de pedido de reconsideração apresentado à ANEEL para tentar reverter a revogação das outorgas dos Projetos ASIII Fase B, que deverá protocolado pela Renova perante a ANEEL no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data em que declarada a proposta vencedora, de modo que a decisão de revogação das outorgas dos Projetos seja mantida pela ANEEL e tais outorgas, consequentemente, não englobem os ativos a serem transferidos à UPI ASIII Fase B, desde que o Contrato de Compra e Venda previsto no **ANEXO 12** tenha sido assinado pelas partes; ou
- (ii) envidar melhores esforços para, em conjunto com a Renova, negociar junto à ANEEL um plano para a transferência das outorgas dos Projetos ASIII Fase B para a UPI ASIII Fase B em condições que permitam a implementação dos Projetos em termos e condições satisfatórias ao adquirente, com o objetivo de reverter a decisão de revogação das outorgas e evitar e/ou reduzir as penalidades que possam ser impostas pela ANEEL ("Plano de Transferência"), sendo certo que caberá à Renova arcar com as eventuais penalidades remanescentes. Caso o adquirente da UPI ASIII Fase B seja bem-sucedido na negociação e implementação do Plano de Transferência, fará jus ao recebimento de 20% (vinte por cento) do benefício econômico que será auferido pela Renova com a redução e/ou extinção das penalidades impostas pela ANEEL, a ser pago conforme condições dispostas no Plano para pagamento dos Créditos Quirografários.

9.6.2.1. A opção escolhida pelo adquirente da UPI ASIII Fase B será refletida no Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B de comum acordo entre as partes, observado os termos dispostos neste Plano.

9.6.3. Forma de constituição da UPI. A UPI ASIII Fase B será constituída por meio do instrumento jurídico que se mostrar mais adequado para tanto, podendo ser utilizadas, conforme o caso, operações de cisão, incorporação, *drop down* de ativos ou constituição de uma ou mais SPEs, ou alienação das quotas de uma ou mais Recuperandas, com possibilidade de saída da Recuperação Judicial, conforme o caso. A estrutura jurídica para a criação e alienação da UPI ASIII Fase B poderá inclusive ser estabelecida de comum acordo entre as Recuperandas e o adquirente da UPI ASIII Fase B, conforme restar previsto no respectivo Edital UPI, cuja minuta consta do **ANEXO 11**, o qual será publicado imediatamente após a Homologação Judicial do Plano.

9.6.4. Condições Mínimas de Aquisição da UPI ASIII Fase B: As Propostas Fechadas para aquisição da UPI ASIII Fase B deverão obrigatoriamente respeitar as condições mínimas e formalidades indicadas abaixo:

9.6.4.1. Valor mínimo: R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

9.6.4.2. Forma de pagamento: à vista;

9.6.4.3. Declaração do Proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com os termos e direitos previstos na Proposta Vinculante Prisma, incluindo o Direito de Preferência Prisma e o Direito de Reembolso Prisma;

9.6.4.4. Declaração do Proponente que está de acordo em assinar, em até 02 (dois) dias úteis contados da homologação da proposta vencedora, o contrato de compra e venda de ações da(s) sociedade(s) de propósito específico que represente(m) a integralidade da UPI ASIII Fase B, conforme minuta de contrato constante do **ANEXO 12** ("Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B"), que será ajustada tão somente para refletir a opção escolhida pelo adquirente em relação às outorgas do Projeto, nos termos da Cláusula 9.6.2.1.

9.6.5. Primeiro Proponente – Proposta Vinculante Prisma. A Prisma, na condição de Primeiro Proponente que se comprometeu a participar do Processo Competitivo UPI ASIII Fase B, apresentará, durante a Assembleia Geral de Credores em que este Plano for objeto de votação pelos Credores, uma proposta vinculante, firme, irrevogável e irretratável para a aquisição da UPI ASIII Fase B, com a declaração, por seu representante, de que o preço ofertado é igual ou superior ao preço mínimo estabelecido no Plano ("Proposta Vinculante Prisma"). A Proposta Vinculante Prisma será entregue lacrada ao Administrador Judicial, que a manterá lacrada até a data de abertura das Propostas Fechadas, conforme este Plano e o Edital UPI da UPI ASIII Fase B.

9.6.5.1. Diante da apresentação da Proposta Vinculante Prisma, fica a Prisma dispensada da apresentação e envio da documentação de qualificação a que se refere a Cláusula 9.1.6, bem como da declaração prevista na cláusula 9.6.3.3, considerando-se automaticamente habilitada à participação no Procedimento Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B.

9.6.5.2. A Proposta Vinculante Prisma será válida até o dia 26 de fevereiro de 2021, até o 20º (vigésimo) dia útil após a Data de Homologação, ou até a data de realização do Processo Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B, prevalecendo a data que ocorrer primeiro. Tal data limite poderá ser prorrogada, a exclusivo critério da Prisma, por tantos dias quantos lhe forem convenientes. Caso a Prisma seja vencedora do Processo Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B, a Prisma deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B, observadas ainda as demais disposições e condições deste Plano.

9.6.5.3. A Proposta Vinculante Prisma e o instrumento definitivo de compra e venda de ações da UPI ASIII Fase B poderão ser rescindidos até a data de fechamento (i) caso não satisfeitas ou não renunciadas quaisquer das condições precedentes previstas no instrumento definitivo de compra e venda de ações da UPI ASIII Fase B, ou (ii) caso seja confirmada alteração material adversa nos negócios, propriedades, ativos, passivos, resultado das operações, condições financeiras, legais ou regulatórias relacionados aos Projetos e aos Ativos e Direitos ou à UPI ASIII Fase B, incluindo o não atendimento do Potencial Mínimo de Geração de Energia UPI ASIII Fase B.

9.6.6. Direitos Prisma. Em contrapartida aos esforços dispendidos no processo de auditoria dos projetos e dos ativos e direitos relacionados à UPI ASIII Fase B, bem como ao compromisso de participação no certame como primeira proponente, a Prisma tem assegurado a seu favor (i) direito de preferência na aquisição da UPI ASIII Fase B, de forma que, após a abertura dos envelopes lacrados com as Propostas Fechadas, poderá, a seu exclusivo critério, cobrir a melhor oferta apresentada para aquisição da UPI ASIII Fase B, desde que apresente, em até 48 (quarenta e oito horas) a partir da declaração da Proposta Fechada considerada mais vantajosa, uma oferta vinculante e final de valor igual ou superior ao valor do preço de aquisição estipulado na melhor proposta na forma da Cláusula 9.6.3 ("Direito de Preferência Prisma"); e (ii) direito de reembolso dos custos comprovadamente incorridos com seus assessores, bem como das despesas incorridas para regularização fundiária que revertam em benefício das Recuperandas e/ou da UPI ASIII Fase B, caso a UPI ASIII Fase B seja adquirida por outro proponente, limitado a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser pago de forma prioritária com os recursos decorrentes da venda da UPI ASIII Fase B ("Direito de Reembolso Prisma").

9.6.7. Caso a Proposta Prisma seja a mais vantajosa ou caso a Prisma exerça o Direito de Preferência Prisma, o Juízo da Recuperação proferirá decisão declarando a Prisma como vencedora do Processo Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B. Caso a Proposta Prisma não seja mais vantajosa e a Prisma não exerça o Direito de Preferência Prisma, o Juízo da Recuperação proferirá decisão declarando como vencedora do Processo Competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B a Proposta Fechada de maior valor que respeitar o disposto na Cláusula 9.6.3.

9.6.8. Caso a Proposta Vinculante Prisma (a) expire e não seja, a critério da Prisma, renovada ou substituída por uma nova proposta nos exatos termos e condições da Proposta Vinculante Prisma, prevendo novo prazo de validade, ou (b) seja confirmada, pela Prisma, a rescisão da Proposta Vinculante Prisma em decorrência de alteração material adversa nos negócios, propriedades, ativos, passivos, resultado das operações, condições financeiras, legais ou regulatórias relacionados à UPI ASIII Fase B antes da abertura das Propostas Fechadas, sem o oferecimento de uma nova proposta vinculante pela Prisma, o Direito de Preferência Prisma estará extinto de pleno direito e a Prisma não poderá exercê-lo em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

9.6.9. O Edital UPI da UPI ASIII Fase B deverá prever todos os direitos da Prisma enquanto primeira proponente previstos neste Plano e em sua proposta, bem com prever todos os passos e procedimentos necessários para que tais direitos sejam respeitados.

9.6.10. A abertura das propostas para a UPI ASIII Fase B deverá ocorrer obrigatoriamente até o dia 26 de fevereiro de 2021 ou até o 20º (vigésimo) dia útil após a Data de Homologação, o que ocorrer primeiro.

9.7. **UPI RenovaCom:** A UPI RenovaCom, constituída por 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Renova Comercializadora, detidas pela Renova Energia, será individualmente alienada através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da LFRE, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista.

9.7.1. **Forma de constituição da UPI.** A UPI RenovaCom será oportunamente constituída por meio do instrumento jurídico que se mostrar mais adequado para tanto, podendo ser utilizadas, conforme o caso, operações de cisão, incorporação, *drop down* de ativos, constituição de uma ou mais SPEs, ou alienação das ações da própria Renova Comercializadora, com possibilidade de saída da Recuperação Judicial, conforme o caso. A estrutura jurídica para a criação e alienação da UPI RenovaCom poderá inclusive ser estabelecida de comum acordo entre as Recuperandas e o adquirente da UPI RenovaCom, conforme restar previsto no respectivo Edital UPI.

9.7.2. **Valor Mínimo:** a ser definido com base em laudo de avaliação a ser contratado pelas Recuperandas junto a empresas com notória experiência no setor e apresentado em Juízo 30 (trinta) dias antes da publicação do respectivo Edital UPI.

9.7.3. **Forma de Pagamento:** à vista.

9.7.4. **Realização do Procedimento Competitivo:** o Procedimento Competitivo para alienação da UPI RenovaCom seguirá o seguinte cronograma:

9.7.4.1. A primeira praça será realizada em até 6 (seis) meses a contar da Data de Homologação.

9.7.4.2. Caso não haja nenhum lance ou oferta vencedora, a segunda praça será realizada em até 24 (vinte e quatro) meses a contar data da primeira praça. Caso na segunda praça também não haja lances ou ofertas vencedoras, as Recuperandas poderão realizar novas praças em até 3 (três) meses após a convocação das praças anteriores.

9.7.4.3. A fim de viabilizar a alienação da UPI RenovaCom, e conforme restar autorizado pelo plano de recuperação judicial do ASIII Fase A, a Renova Comercializadora irá ceder os contratos de compra e venda de energia elétrica que possui e que sejam relacionados ao ASIII Fase A, tanto em Ambiente de Contratação

Livre (CCEALs) quanto em Ambiente de Contratação Regulada (CCEARs), para as respectivas SPEs componentes do ASIII Fase A, respeitada a necessidade de eventuais anuências ou autorizações específicas em âmbito regulatório, bem como das contrapartes em tais contratos.

9.8. **UPI ASIII Fase A:** A UPI ASIII Fase A será composta por 100% (cem por cento) das ações da Alto Sertão Participações, ou por 100% (cem por cento) das ações/quotas de emissão da(s) entidade(s) que detiver(em) 100% (cem por cento) dos projetos de geração de energia (com todos os respectivos ativos) atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o ASIII Fase A, podendo ser constituída inclusive das ações ou quotas de uma ou mais das próprias sociedades que integram o ASIII Fase A, conforme o caso ("UPI ASIII Fase A"). A UPI ASIII Fase A poderá ser alienada através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da LFRJ, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações das Recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, que deverão continuar de responsabilidade do Grupo Renova.

9.8.1. **Forma de constituição da UPI.** A UPI ASIII Fase A será oportunamente constituída por meio do instrumento jurídico que se mostrar mais adequado para tanto, podendo ser utilizadas, conforme o caso, operações de cisão, incorporação, *drop down* de ativos, constituição de uma ou mais SPEs, ou alienação das quotas de uma ou mais Recuperandas, com possibilidade de saída da Recuperação Judicial. A estrutura jurídica para a criação e alienação da UPI ASIII Fase A poderá inclusive ser estabelecida de comum acordo entre as Recuperandas e o adquirente da UPI ASIII Fase A, conforme restar previsto no respectivo Edital UPI.

9.8.2. A alienação da UPI ASIII Fase A apenas poderá ser levada a efeito se os Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários que detenham garantias pessoais ou fiduciárias prestadas pelas Recuperandas, incluindo mas não se limitando a alienações ou cessões fiduciárias, fianças com ou sem benefício de ordem, avais, coobrigações solidárias ou não, dentre outras, (i) tiverem seus Créditos Concurrais ou Créditos Extraconcurrais, inclusive aqueles derivados de Empréstimos DIP, integralmente quitados com os recursos oriundos da alienação, ou (ii) formalizarem a liberação das Recuperandas em relação a estas garantias ou coobrigações, inclusive, conforme o caso, mediante substituição de garantias levada a efeito pelo adquirente da UPI ASIII Fase A, nada mais podendo tais Credores reclamar em relação ao Grupo Renova, seja a que título for.

9.8.3. **Valor Mínimo:** não poderá ser inferior (i) ao valor de mercado da UPI ASIII Fase A indicado em laudo de avaliação específico a ser elaborado oportunamente; ou (ii) a valor suficiente para a quitação integral dos Créditos com Garantia Real, o que for maior.

9.8.4. **Forma de Pagamento:** à vista.

10. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS ALIENAÇÕES DAS UPIS

10.1. UPI Brasil PCH – até R\$ 1 bilhão: Os recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH até o valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão utilizados na seguinte ordem:

10.1.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da UPI Brasil PCH, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha;

10.1.2. Quitação *pari passu* e concomitante dos seguintes Créditos:

- a) Pagamento do saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP;
- b) Pagamento, ao BNDES, em razão da Garantia Fiduciária BNDES, do valor de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais);
- c) Pagamento, ao CITIBANK, do valor de R\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais) a título de amortização dos Créditos Extraconcursais CITI;

10.1.3. Pagamento do saldo remanescente dos Créditos Extraconcursais CITI, desde que o CITI aceite conceder às Recuperandas, a título do Empréstimo DIP CITI, crédito adicional em valor equivalente ao valor original dos Créditos Extraconcursais CITI na Data do Pedido, acrescidos dos juros remuneratórios do período, subtraídos (i) o valor de R\$ 102.000.000,00 previsto na Cláusula 10.1.2, (ii) o valor de R\$ 30.000.000,00 previsto nas Cláusulas 8.8.1.2.2.1, 10.6.3, e 10.7.3, (iii) outros valores pagos nos termos das Cláusulas 8.8.1.2.2.2, 8.8.1.2.2.3, 8.8.1.2.2.5, 10.2.1, 10.6.3.1, 10.6.3.2, 10.7.3.1 e 10.7.3.2. O Empréstimo DIP CITI será reajustado a 100% (cem por cento) do CDI e terá amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos Créditos com Garantia Real. Caso ocorram as hipóteses previstas nas Cláusulas 8.8.1.2.2.2 e 10.6.3.2 e 10.7.3.2, os recursos decorrentes de tais alienações serão utilizados como antecipação das parcelas seguintes do fluxo de pagamento acordado. Na hipótese de o CITI não conceder o Empréstimo DIP CITI, o saldo dos Créditos Extraconcursais CITI será pago nas mesmas condições que seriam aplicáveis ao Empréstimo DIP CITI;

10.1.3.1. Na hipótese de a soma (i) do valor de R\$ 102.000.000,00 previsto na Cláusula 10.1.2.(c), (ii) do valor de R\$ 30.000.000,00 previsto nas Cláusulas 8.8.1.2.2.1 e 10.6.3 e 10.7.3, e, (iii) de outros valores pagos nos termos das Cláusulas 8.8.1.2.2.2, 8.8.1.2.2.3, 8.8.1.2.2.5, 10.2.1, 10.6.3.1, 10.6.3.2, 10.7.3.1 e 10.7.3.2, alcançar a integralidade dos Créditos Extraconcursais CITI, não ocorrerá o Empréstimo DIP CITI.

10.1.4. Pagamento dos Créditos derivados de eventuais Empréstimos DIP realizados na forma da Cláusula 11.1.4, se houver;

10.1.5. Pagamento das despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A e dos Projetos em Desenvolvimento, e do Capex remanescente do projeto ASIII Fase A.

10.2. UPI Brasil PCH – Sobejo: Os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH que excederem o valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão utilizados na seguinte proporção, contanto que os valores provenientes da alienação da UPI Brasil PCH sejam suficientes para o pagamento integral dos Créditos listados na Cláusula 10.1 acima:

10.2.1. 10% (dez por cento) dos recursos serão destinados para o pagamento dos Créditos Extraconcurais CITI, observadas as disposições da Cláusula 10.1.;

10.2.2. 10% (dez por cento) dos recursos serão destinados para pagamento ao BNDES em razão da Garantia Fiduciária BNDES;

10.2.3. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real do ASIII Fase A, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A; e

10.2.4. 30% (trinta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.3. UPI Brasil PCH – Hipótese de alienação da UPI Diamantina: Na hipótese de já ter ocorrido a alienação da UPI Diamantina no âmbito do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, os recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH, independentemente de seu valor, sempre observado o disposto na Cláusula 9.2.3.1 e seu subitem, serão utilizados na seguinte ordem:

10.3.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da UPI Brasil PCH, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha;

10.3.2. Pagamento do saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP;

10.3.3. Pagamento do crédito detido pelo BNDES, em razão da Garantia Fiduciária BNDES, e dos Créditos Extraconcurais CITI, respeitada uma proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada qual, até a sua quitação integral;

10.3.4. Pagamento do saldo devedor dos Créditos com Garantia Real;

10.3.5. Pagamento das despesas operacionais das Recuperandas e dos Projetos em Desenvolvimento.

10.3.6. Para fins de clareza, na hipótese de ocorrência do disposto na Cláusula 10.3, (i) não haverá a celebração do Empréstimo DIP CITI, e (ii) não se aplicará o disposto nas cláusulas 10.1 e 10.2.

10.4. UPI Mina de Ouro: Os recursos oriundos da alienação da UPI Mina de Ouro serão utilizados na seguinte ordem:

10.4.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da UPI Mina de Ouro, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.4.2. Pagamento do saldo devedor de Empréstimos DIP e eventuais operações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pela CEMIG posteriormente à Data do Pedido;

10.4.3. Pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.5. UPI Mina de Ouro – Sobejo: Os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI Mina de Ouro que excederem o Valor Mínimo previsto para tal alienação na cláusula 9.3.1.1 serão utilizados na seguinte proporção:

10.5.1. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real;

10.5.2. 15% (quinze por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores Quirografários e Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A; e

10.5.3. 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.6. UPIs Projetos em Desenvolvimento: Os recursos oriundos da venda das UPIs Projetos em Desenvolvimento serão utilizados na seguinte ordem:

10.6.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI Projetos em Desenvolvimento, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.6.2. Quitação de eventual crédito relativo ao Direito de Reembolso Prisma, caso a Prisma não seja declarada vencedora do Procedimento Competitivo

10.6.3. 45% (quarenta e cinco por cento) serão destinados ao pagamento dos Créditos Extraconcursais CITI até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que ocorrerá em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação. Caso a UPI Brasil PCH não seja vendida até Junho de 2021, o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) acima

será acrescido de montante em valor equivalente a 35,28% (trinta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova, ainda que não declarados, retidos, ou de qualquer maneira não pagos pela Chipley à Renova, os quais por sua vez teriam como referência os dividendos que a Chipley vier a receber da Brasil PCH referente ao 1º semestre do exercício de 2021 e seguintes, deduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, até o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), apurados na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

10.6.3.1. Na hipótese do CITI receber algum pagamento por parte das Recuperandas antes da realização do pagamento previsto acima, tal valor deverá ser considerado como adiantamento e deduzido do limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) previsto acima, ressalvado o disposto na Cláusula 8.8.1.2.2.4.

10.6.3.2. Após a quitação dos valores previstos na Cláusula 10.6.3 acima, o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) será reduzido para 20% (vinte por cento), os quais serão diretamente destinados à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI ou de eventual Empréstimo DIP CITI, até a sua quitação integral. Para fins de clareza, o disposto na Cláusula 10.6.3 não terá a sua aplicação de forma concomitante com o disposto nessa Cláusula 10.6.3.2;

10.6.4. 30% (trinta por cento) serão diretamente destinados à amortização do Crédito detido pelo BNDES, em razão das concessões relacionadas à Garantia Fiduciária BNDES, como mencionadas na Cláusula 9.4.2.1;

10.6.5. 10% (dez por cento) serão diretamente destinados à amortização do Crédito Extraconcursal detido pela CEMIG;

10.6.6. Eventual saldo será utilizado para pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.6.7. Todos os valores referidos acima não excederão de forma agregada os montantes devidos pela Chipley e/ou pela Renova referentes ao Crédito Extraconcursal CITI, bem como aos créditos detidos por BNDES e CEMIG.

10.7. UPI ASIII Fase B: Os recursos oriundos da venda da UPI ASIII Fase B serão utilizados na seguinte ordem:

10.7.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI Projetos em Desenvolvimento, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.7.2. Quitação de eventual crédito relativo ao Direito de Reembolso Prisma, caso a Prisma não seja declarada vencedora do Procedimento Competitivo

10.7.3. 45% (quarenta e cinco por cento) serão destinados ao pagamento dos Créditos Extraconcursais CITI até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que ocorrerá em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação. Caso a UPI Brasil PCH não seja vendida até Junho de 2021, o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) acima será acrescido de montante em valor equivalente a 35,28% (trinta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos que seriam distribuídos pela Chipley em favor da Renova, ainda que não declarados, retidos, ou de qualquer maneira não pagos pela Chipley à Renova, os quais por sua vez teriam como referência os dividendos que a Chipley vier a receber da Brasil PCH referente ao 1º semestre do exercício de 2021 e seguintes, deduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, até o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), apurados na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

10.7.3.1. Na hipótese do CITI receber algum pagamento por parte das Recuperandas antes da realização do pagamento previsto acima, tal valor deverá ser considerado como adiantamento e deduzido do limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) previsto acima, ressalvado o disposto na Cláusula 8.8.1.2.2.4.

10.7.3.2. Após a quitação do valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) previsto na cláusula 10.7.3 acima, o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) será reduzido para 20% (vinte por cento) e serão diretamente destinados à amortização dos Créditos Extraconcursais CITI ou do crédito derivado de eventual Empréstimo DIP CITI, até a sua quitação integral. Para fins de clareza, o disposto na Cláusula 10.7.3 não terá a sua aplicação de forma concomitante com o disposto nessa Clausula 10.7.3.2;

10.7.4. 30% (trinta por cento) serão diretamente destinados à amortização do Crédito detido pelo BNDES em razão das concessões relacionadas à Garantia Fiduciária BNDES, como mencionadas na Cláusula 9.4.2.1;

10.7.4.1. Na hipótese do BNDES receber algum pagamento por parte das Recuperandas antes da realização do pagamento previsto acima, tal valor deverá ser considerado como adiantamento e deduzido do limite de 30% (trinta por cento) previsto acima, ressalvados outros pagamentos recebidos em razão da alienação de outras UPIs, bem como dividendos recebidos em razão da Garantia Fiduciária BNDES após junho de 2021.

10.7.5. Eventual saldo será utilizado para pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.7.6. Todos os valores referidos acima não excederão de forma agregada os montantes devidos pela Chipley e/ou pela Renova referentes ao Crédito Extraconcursal CITI, bem como aos Créditos detidos por BNDES e CEMIG.

10.8. UPI ASIII Fase B – Sobejo: Os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI ASIII Fase B que excederem o valor da proposta do Primeiro Proponente serão utilizados na seguinte proporção:

10.8.1. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real;

10.8.2. 15% (quinze por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores Quirografários e Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários, pro-rata, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, e

10.8.3. 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.9. UPI Enerbrás: Os recursos oriundos da venda da UPI Enerbrás serão necessariamente aplicados na seguinte ordem:

10.9.1. Amortização dos Créditos Extraconcursais BTG até o limite de seu valor;

10.9.2. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI Enerbrás, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A; e

10.9.3. Pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.10. UPI Enerbrás – Sobejo: Observado a quitação dos Créditos Extraconcursais BTG, os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI Enerbrás que excederem o Valor Mínimo previsto para tal alienação na cláusula 9.5.1.1 serão utilizados na seguinte proporção:

10.10.1. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real;

10.10.2. 15% (quinze por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores Quirografários e dos Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários, pro-rata, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A ; e

10.10.3. 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais

assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.11. UPI RenovaCom: Os recursos oriundos da venda da UPI RenovaCom serão necessariamente aplicados na seguinte ordem:

10.11.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI Renovacom, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.11.2. Pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.12. UPI RenovaCom – Sobejo: Os Recursos Líquidos oriundos da alienação da UPI RenovaCom que excederem o Valor Mínimo previsto para tal alienação na cláusula 9.7.2 serão utilizados na seguinte proporção:

10.12.1. 50% (cinquenta por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores com Garantia Real;

10.12.2. 15% (quinze por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos Credores Quirografários e Credores detentores de Créditos ASIII Fase A Quirografários, pro-rata, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A; e

10.12.3. 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão destinados ao pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas, do ASIII Fase A, dos Projetos em Desenvolvimento, sendo certo que tais despesas deverão seguir práticas de mercado e tais assessores deverão ser instituições de primeira linha, e eventuais tributos, ainda que mediante parcelamento.

10.13. UPI ASIII Fase A: Os recursos oriundos da venda da UPI ASIII Fase A serão necessariamente aplicados na seguinte ordem:

10.13.1. Quitação de custos e despesas relacionadas à alienação da respectiva UPI ASIII Fase A, incluindo tributos e despesas proporcionais e razoáveis com assessores legais e M&A;

10.13.2. Amortização dos Créditos com Garantia Real, nos termos da Cláusula 8.3.1.2.3;

10.13.3. Amortização dos Créditos ASIII Fase A Quirografários, conforme restar previsto no Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A;

10.13.4. Caso haja eventual excedente, enquanto o Crédito Partes Relacionadas detido pela CEMIG não tiver sido convertido em capital social da Renova Energia, tais Recursos

Líquidos serão utilizados para amortização total ou parcial do Crédito Partes Relacionadas detido pela CEMIG.

10.13.5. Por fim, pagamento dos custos e despesas operacionais das Recuperandas e dos Projetos em Desenvolvimento.

11. EMPRÉSTIMOS DIP

11.1. A fim de reforçar o seu caixa e financiar as suas operações, as Recuperandas poderão contratar somente os seguintes Empréstimos DIP:

11.1.1. Um ou mais Empréstimos DIP que somem o valor total agregado de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sem destinação específica dos recursos;

11.1.2. O Empréstimo DIP CITI, regido pela Cláusula 10.1.3;

11.1.3. O Empréstimo Ponte DIP, com finalidade específica, que será regido pelos termos e condições do **ANEXO 6** e que apresentará as seguintes características:

Valor do Principal	R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais)
Tomadora	Chipley
Avalistas	Renova Energia e Renovapar
Destinação dos Recursos	Retomada dos investimentos e conclusão do projeto AS III Fase A e ao pagamento de custos de contratação do Empréstimo Ponte DIP
Encargos Remuneratórios	15% ao ano.
Pagamento dos juros	Nas mesmas datas de pagamento do principal.
Atualização monetária	O principal será atualizado pela variação positiva do IPCA.

Amortização do principal:	<p>Seguirá o cronograma abaixo e poderá ser amortizado no 15º, 30º e 45º dia anterior a cada Data de Vencimento:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Data de Vencimento</th><th>“Saldo do Principal Atualizado” (%)</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>15 de Outubro de 2021</td><td>0,00%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2022</td><td>4,00%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2022</td><td>4,17%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2023</td><td>0,82%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2023</td><td>0,82%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2024</td><td>3,87%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2024</td><td>4,02%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2025</td><td>2,99%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2025</td><td>3,09%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2026</td><td>4,46%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2026</td><td>4,67%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2027</td><td>17,48%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2027</td><td>21,19%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2028</td><td>26,88%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2028</td><td>36,76%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2029</td><td>38,37%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2029</td><td>62,26%</td></tr> <tr><td>15 de Abril de 2030</td><td>50,00%</td></tr> <tr><td>15 de Outubro de 2030</td><td>Saldo Remanescente</td></tr> </tbody> </table>	Data de Vencimento	“Saldo do Principal Atualizado” (%)	15 de Outubro de 2021	0,00%	15 de Abril de 2022	4,00%	15 de Outubro de 2022	4,17%	15 de Abril de 2023	0,82%	15 de Outubro de 2023	0,82%	15 de Abril de 2024	3,87%	15 de Outubro de 2024	4,02%	15 de Abril de 2025	2,99%	15 de Outubro de 2025	3,09%	15 de Abril de 2026	4,46%	15 de Outubro de 2026	4,67%	15 de Abril de 2027	17,48%	15 de Outubro de 2027	21,19%	15 de Abril de 2028	26,88%	15 de Outubro de 2028	36,76%	15 de Abril de 2029	38,37%	15 de Outubro de 2029	62,26%	15 de Abril de 2030	50,00%	15 de Outubro de 2030	Saldo Remanescente
Data de Vencimento	“Saldo do Principal Atualizado” (%)																																								
15 de Outubro de 2021	0,00%																																								
15 de Abril de 2022	4,00%																																								
15 de Outubro de 2022	4,17%																																								
15 de Abril de 2023	0,82%																																								
15 de Outubro de 2023	0,82%																																								
15 de Abril de 2024	3,87%																																								
15 de Outubro de 2024	4,02%																																								
15 de Abril de 2025	2,99%																																								
15 de Outubro de 2025	3,09%																																								
15 de Abril de 2026	4,46%																																								
15 de Outubro de 2026	4,67%																																								
15 de Abril de 2027	17,48%																																								
15 de Outubro de 2027	21,19%																																								
15 de Abril de 2028	26,88%																																								
15 de Outubro de 2028	36,76%																																								
15 de Abril de 2029	38,37%																																								
15 de Outubro de 2029	62,26%																																								
15 de Abril de 2030	50,00%																																								
15 de Outubro de 2030	Saldo Remanescente																																								
Juros moratórios e multa:	1% ao mês durante o tempo de atraso, além de multa de 2%.																																								
Prêmio em caso de Liquidação Antecipada:	<p>(i) 0,069% (sessenta e nove milésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra até 18 de dezembro de 2021 (inclusive); (ii) 0,10% (dez centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra entre 19 de dezembro de 2021 e 18 de dezembro de 2022 (inclusive); ou (iii) 0,15% (quinze centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra a partir de 08 de dezembro de 2022), conforme definido no anexo 6 de acordo com a fórmula abaixo:</p> $P_{LA} = P \times \frac{D_{res}}{30}$ <p>Onde: PLA = Prêmio de Liquidação Antecipada;</p>																																								

	<p>P = Percentual de Prêmio de Liquidação Antecipada, conforme a Data de Liquidação Antecipada;</p> <p>Dres = Total de dias faltantes entre a Data de Liquidação Antecipada e a Data de Vencimento Final.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

11.1.3.1. Amortização Antecipada – Venda da UPI Brasil PCH: conforme Cláusulas 10.1.2 e 10.3.2, os recursos provenientes da alienação da UPI Brasil PCH serão utilizados para a amortização do saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP, estando este subordinado apenas aos valores listados na Cláusula 10.1.1 e *pari passu* e concomitante com os valores e obrigações listados na Cláusula 10.1.2.

11.1.3.2. A constituição das garantias do Empréstimo Ponte DIP está sujeita às anuências de CITI e CEMIG, nos termos respectivamente do **ANEXO 3** e **ANEXO 7**. Adicionalmente e em razão disso, a Garantia Fiduciária BNDES não será afetada, conforme mecânica detalhada no **ANEXO 10**.

11.1.3.3. Forma de remessa dos recursos ao ASIII Fase A. Na hipótese de realização do Empréstimo Ponte DIP aqui referido em benefício de quaisquer das Recuperandas que não a Renova Energia os recursos recebidos por tais Recuperandas deverão ser repassados à Renova Energia através da emissão de debêntures, devendo a Renova Energia, na medida da sua necessidade, utilizar tais recursos para a integralização de novas ações em aumento do capital social da Alto Sertão Participações. Os recursos, então, serão vertidos pela Alto Sertão Participações para as demais sociedades que compõem o ASIII Fase A, conforme necessidade, e conforme restar autorizado pelo Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A.

11.1.3.3.1. Os Credores com Garantia Real garantidos com penhor sobre as ações de uma ou mais sociedades do ASIII Fase A passarão, automaticamente, a deter penhor sobre quaisquer novas ações da Alto Sertão Participações que venham a ser emitidas em favor da Renova Energia em decorrência do aumento de capital supra referido. O penhor a que se refere esta Cláusula garantirá, exclusivamente, os Créditos com Garantia Real já detidos pelo respectivo Credor com Garantia Real.

11.1.3.3.2. A remessa de recursos ao ASIII Fase A prevista nesta Cláusula apenas ocorrerá após a homologação judicial do plano de recuperação judicial do ASIII Fase A, e contanto que o plano homologado contenha disposições que permitam a distribuição e utilização dos recursos oriundos do Empréstimo DIP no prosseguimento das obras do ASIII Fase A.

11.1.3.3.3. Destinação dos Recursos do Empréstimo Ponte DIP. 100% (cem por cento) dos recursos obtidos com o Empréstimo Ponte DIP deverão ser destinados para a retomada dos investimentos e conclusão do projeto ASIII Fase A e ao pagamento de custos de contratação do Empréstimo Ponte DIP. A

necessidade de capital de giro da Renova Comercializadora para o cumprimento do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a Lightcom Comercializadora de Energia S.A. deverá ser suportada pelas sociedades que compõem o ASIII Fase A, sendo que eventual prejuízo ou lucro apurado no âmbito do referido contrato será alocado nas ou suportado pelas respectivas sociedades, em face dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados entre tais sociedades e a Renova Comercializadora.

11.1.3.3.3.1. O valor acumulado do prejuízo líquido (compensação entre lucros e prejuízos acumulados) a ser suportado por tais sociedades até que o projeto ASIII Fase A esteja concluído não poderá ser superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), devendo o valor que exceder tal limite ser suportado pela Renova Comercializadora.

11.1.3.3.3.2. Eventual lucro apurado pelas sociedades que compõem o ASIII Fase A no âmbito dessas operações deverá ser remetido à Renova Comercializadora para a restituição de prejuízos passados que tenham excedido o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme necessário.

11.1.4. Um ou mais Empréstimos DIP que somem o valor total agregado de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com a finalidade específica de finalização das obras do projeto ASIII Fase A, os quais apenas poderão ser contratados após 13 (treze) meses da Data de Homologação, de forma escalonada e proporcional às necessidades do Grupo Renova, desde que não tenha havido a alienação da UPI Brasil PCH.

11.2. O Empréstimo Ponte DIP e o Empréstimo DIP CEMIG serão considerados automaticamente ratificados pelos Credores Concursais com a Homologação Judicial do Plano, contanto que atendam aos requisitos da Cláusula 11.1.

12. CONDIÇÕES PARA A ALIENAÇÃO DE DETERMINADAS UPIS

12.1. Como condições precedentes para as alienações da UPI Brasil PCH e UPIS Projetos em Desenvolvimento e outras ações expressamente previstas no Plano, os seguintes Credores concordam com as seguintes condições:

12.1.1 CEMIG: o Credor Parte Relacionada CEMIG substituirá as suas garantias fiduciárias sobre determinados ativos das Recuperandas, principalmente aquelas relacionadas à Chipley SP Participações S.A, pela cessão fiduciária de eventual valor de sobejo obtido com a venda futura do projeto ASIII Fase A, respeitando-se os direitos dos demais Credores sobre tais valores. Caso haja venda de qualquer das UPIS Projetos em Desenvolvimento, a CEMIG substituirá as garantias que detenha sobre os ativos relacionados à UPI alienada, pelo recebimento, para antecipação do pagamento de seus Créditos, de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos Recursos Líquidos obtidos com a venda das UPIS sobre as quais

tenham substituído as garantias, excepcionada a garantia fiduciária detida pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em relação às ações representativas do capital social da SF 120 Participações Societárias S.A., a qual permanece válida e eficaz.

12.1.2 CITI: Quando o CITI (i) receber o pagamento de 100% (cem por cento) dos Créditos Extraconcursais CITI; (ii) receber o pagamento previsto na Cláusula 10.1.2.(c); ou (iii) receber o pagamento previsto na Cláusula 10.3.3, o que ocorrer primeiro, será automaticamente liberada a Garantia Fiduciária CITI. Até que isso ocorra, sem que isso importe em renúncia e/ou liberação da Garantia Fiduciária CITI, o CITI concorda com a suspensão temporária das obrigações de não retenção e não endividamento constantes na Cédula de Crédito Bancário que corporifica os Créditos Extraconcursais CITI, nos termos do **ANEXO 3**, bem como ratifica o disposto no **ANEXO 10**.

12.1.3 Após junho de 2021, em hipótese alguma poderá ser direcionado para pagamento do Empréstimo Ponte DIP montante excedente a 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos, juros sobre capital próprio e outras distribuições recebidos pela Chipley oriundos da Brasil PCH, conforme estabelecido no ANEXO 10. A utilização do produto da venda da UPI BrasilPCH é regida pelas Cláusulas 10.1 e 10.2.

13. LEILÃO REVERSO

13.1. Após a conclusão das obras relacionadas ao projeto ASIII Fase A, as Recuperandas poderão realizar, para os Credores Concursais, excluídos os Créditos Partes Relacionadas, um mecanismo de Leilão Reverso, no qual tais Credores Concursais poderão optar pelo recebimento antecipado de seus Créditos Concursais, mediante aplicação de deságio mínimo de 40% (quarenta por cento), a ser definido em conformidade com o mecanismo do Leilão Reverso, na forma desta Cláusula.

13.1.1. O mecanismo de Leilão Reverso apenas poderá ser utilizado pelas Recuperandas nas seguintes hipóteses:

(i) Haver sido concluído o projeto ASIII Fase A, notadamente com a conclusão do Estágio 4 da tabela constante do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, conforme atestado pela Empresa de Monitoramento de Obras; e

(ii) haver saldo de caixa mínimo no âmbito do Grupo Renova, de maneira consolidada, equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), hipótese em que o valor excedente poderá ser distribuído aos Credores por meio do Leilão Reverso, de modo que, após a realização do Leilão Reverso, o caixa mínimo equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) seja observado.

13.2. Forma de Participação dos Credores Concursais e abertura dos envelopes: O Credor Concursal que escolher participar desta opção de pagamento deverá apresentar um envelope lacrado contendo sua proposta de deságio, observado o deságio mínimo de 40% (quarenta por cento), na forma do **ANEXO 4**, considerando uma ou mais de suas operações de crédito

isoladamente, em reunião a ser realizada em São Paulo, sendo certo que a data efetiva será oportunamente informada aos Credores abrangidos mediante Comunicado ao Mercado. Os documentos comprobatórios da identificação, qualificação e poderes conferidos ao subscritor da proposta deverão ser entregues em separado, de modo a permitir sua análise e conferência previamente à abertura dos envelopes. Em seguida, os envelopes serão abertos na própria reunião, na presença de todos os Credores abrangidos participantes, momento em que as condições de deságio propostas serão conhecidas por todos. Será lavrada uma ata da reunião, contendo as propostas apresentadas como anexos, para assinatura pelos presentes.

13.3. Forma de Pagamento do Leilão: Terão prioridade no recebimento os Créditos abrangidos ofertados com o maior deságio nos limites do edital. Para esta finalidade, os Créditos abrangidos serão listados em ordem decrescente, considerando o percentual do deságio ofertado relativamente à respectiva operação. O valor a ser efetivamente pago ao Crédito abrangido listado em primeiro lugar será calculado considerando o deságio ofertado e o valor de seu crédito, atualizado pelas respectivas taxas de juros e correção monetária até a Data do Pedido de Recuperação Judicial (mas sem considerar quaisquer encargos moratórios).

14. CONVERSÃO DE DÍVIDAS EM CAPITAL E AUMENTO DE CAPITAL PARA NOVOS RECURSOS

14.1. Conversão de Créditos em Capital. Todos os Credores Concursais e Credores Extraconcursais, inclusive credores do ASIII, conforme restar previsto no plano de recuperação judicial do ASIII Fase A, poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus Créditos, que tenham fato gerador anterior à Data do Pedido, em capital social da Renova Energia, nas seguintes condições:

14.1.1. A opção pela conversão dos Créditos em capital social da Renova Energia S.A. poderá ser exercida a qualquer tempo durante 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação, observada cada uma das janelas de opção descritas na tabela abaixo.

	De*	Até*
01ª Janela do Pedido de Conversão	D+0	D+30
01º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+31	D+120
02ª Janela do Pedido de Conversão	D+121	D+150
02º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+151	D+270
03ª Janela do Pedido de Conversão	D+271	D+300
03º Processo de Aumento de Capital e	D+300	D+390

Conversão		
04ª Janela do Pedido de Conversão	D+391	D+420
04º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+421	D+510
05ª Janela do Pedido de Conversão	D+511	D+540
05º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+541	D+630
06ª Janela do Pedido de Conversão	D+631	D+660
06º Processo de Aumento de Capital e Conversão	D+661	D+740
*D = Data de Homologação		

14.1.2. A conversão em ações deverá respeitar os direitos de preferência dos atuais acionistas, as demais condições previstas no estatuto da Renova Energia, e a legislação em vigor.

14.1.2.1. As conversões poderão ocorrer em ações ordinárias ou preferenciais, conforme informado na opção de conversão, ressaltando que para a formação da Unit RNEW11, a composição é de 01 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais.

14.1.2.2. Caso algum Credor venha a aderir à opção de conversão, a primeira conversão será realizada em até 120 (cento e vinte) dias contados da Data de Homologação.

14.1.2.3. As conversões subsequentes não poderão se realizar em intervalos inferiores a 90 (noventa) dias entre uma e outra, e o valor mínimo agregado dos Créditos a serem convertidos não poderão ser inferiores a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Não sendo atingido o valor mínimo indicado, não será realizado o processo de aumento de capital e conversão de Créditos em ações.

14.1.2.4. As conversões solicitadas pelos Credores não caracterizados como Partes Relacionadas no presente Plano serão realizadas mediante e nos limites do mecanismo de subscrição de sobras disponíveis após a não subscrição de ações pelos atuais acionistas em razão de seus direitos de preferência no âmbito de aumento de capital da Renova Energia S.A.

14.1.2.5. Forma de escolha da opção. O exercício da opção de conversão se dará mediante o preenchimento e envio ao Grupo Renova do formulário contido no **ANEXO 13** do Plano, no prazo previsto na Cláusula 14.1.1, que deverá ser preenchido, assinado e enviado em via digitalizada exclusivamente por e-mail ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 16.12 do Plano.

14.1.3. O preço de conversão para a capitalização de Créditos será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Renova Energia S.A. na B3 (VWAP) verificado nos 30 (trinta) pregões anteriores à Data do Pedido.

14.1.4. Comissário. Nos termos da Instrução CVM nº 505, os Credores que não desejarem se tornar acionistas mediante o recebimento de ações resultantes da Conversão de Crédito poderão optar por nomear e outorgar os poderes competentes ao Comissário, o qual receberá tais ações a que tais Credores teriam direito, realizará a venda de tais ações de acordo com sua cotação no momento do pregão em que a venda for realizada, e entregará os recursos líquidos provenientes da venda, nos prazos indicados abaixo.

14.1.4.1. O Comissário atuará exclusivamente para vender as ações e entregar os valores obtidos com a venda ao respectivo Credor que optar por sua nomeação, não agindo como corretor de valores e não tendo a obrigação de buscar a maximização do preço de venda de tais ações para além da cotação verificada no momento do pregão em que a venda for realizada. A figura do Comissário já foi tratada e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme se verifica do Memorando nº 1/2018-CVM/SMI/GMN proferido em 18 de janeiro de 2018 do Processo nº 19957.011103/2017-81. Os Credores que optarem pela sua nomeação deverão realizar o respectivo pagamento do valor cobrado pelo trabalho exercido pelo Comissário no momento do recebimento dos recursos após a venda das ações.

14.1.4.2. Os Credores que preferirem delegar ao Comissário os poderes necessários à alienação das ações a que fizer jus deverão manifestar sua intenção no mesmo ato do exercício da opção de conversão prevista na cláusula 14.1.1, mediante o envio de notificação para a Renova Energia, indicando os dados da conta bancária na qual deverá ser realizado o oportuno pagamento do produto da alienação das ações.

14.1.4.3. O Comissário deverá (i) iniciar a venda das ações em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que as ações estiverem disponíveis para serem negociadas e conforme oferta e demanda existente para tais ações; e (ii) entregar o produto da alienação dessas ações ao respectivo Credor, na conta corrente por ele indicada, líquido de todos e quaisquer custos e taxas operacionais e tributos e remuneração do Comissário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da venda dessas ações.

14.1.4.4. Os Credores que preferirem delegar ao Comissário os poderes necessários à alienação das ações a que fizerem jus conferirão, em caráter

irrevogável e irretroatável, a mais ampla, plena e rasa quitação no momento em que as ações forem entregues ao Comissário para venda.

14.1.4.5. O fluxo diário das ações colocadas à venda pelo Comissário não poderá ultrapassar 60% da média do volume financeiro de transações de ações da Renova Energia S.A dos 30 (trinta) pregões anteriores a venda. Dessa forma, deverá o Comissário alocar no mercado um volume *pro-rata* das ações a serem por ele vendidas considerado o que dispõe esta cláusula, até a venda de todas as ações.

14.1.5. Não serão permitidas solicitações de conversão de Créditos após o 24º (vigésimo quatro) mês (exclusive) contados da Data de Homologação.

14.2. Novos Recursos. Diante das necessidades de novos recursos para retomada de investimentos em CAPEX e implementação dos planos de negócios, as Recuperandas poderão realizar aumentos de capital por meio da emissão privada de ações ordinárias de emissão da Renova Energia S.A., no limite de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que serão integralizados em espécie.

14.2.1. O preço de conversão para a emissão será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Renova Energia na B3 (VWAP) verificado nos 30 (trinta) pregões anteriores à Data do Pedido

15. AGENTE DE MONITORAMENTO FINANCEIRO

15.1. No prazo de 90 (noventa) dias contados da Homologação do Plano, as Recuperandas se obrigam a contratar o Agente de Monitoramento Financeiro dentre os agentes relacionados no **ANEXO 8**, sendo certo que a contratação será informada aos Credores por meio de manifestação nos autos da Recuperação Judicial.

15.2. Os custos e despesas com a contratação serão arcados única e exclusivamente pelas Recuperandas.

15.3. O Agente de Monitoramento Financeiro será responsável por (i) verificar o regular cumprimento de todas as obrigações financeiras previstas no Plano, inclusive quanto à aplicação dos recursos para pagamento de despesas operacionais, conforme previsto nas regras atinentes à alienação de UPIs, informando aos Credores acerca de quaisquer descumprimentos, bem como (ii) acompanhar mensalmente as atividades financeiras das Recuperandas.

15.4. A pessoa a ser contratada pelas Recuperandas deverá estar devidamente habilitada para a prestação de tais atividades e estará sujeita aos deveres de confidencialidade sobre as informações obtidas, devendo, contudo, as informações relacionadas às funções desempenhadas pelo Agente de Monitoramento Financeiro no âmbito do Plano serem devidamente informadas aos Credores que manifestarem interesse. As Recuperandas neste ato se obrigam perante os Credores a conceder ao Agente de Monitoramento Financeiro contratado acesso irrestrito a todas

as informações (e documentos comprobatórios de tais informações) que sejam necessárias para que seja possível desempenhar suas funções.

16. EFEITOS DO PLANO

16.1. Vinculação do Plano. As disposições do Plano vinculam as Recuperandas e seus Credores Concursais e Credores Extraconcursais Aderentes, e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Data de Homologação.

16.2. Eficácia condicionada à homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A. Em razão da intrínseca interligação entre ambos os planos de recuperação judicial, bem como da impossibilidade de soerguimento das atividades das Sociedades Consolidadas nas premissas atuais sem que o mesmo ocorra com as sociedades que compõem o ASIII Fase A, este Plano, ainda que tenha sido objeto de Homologação Judicial, apenas produzirá efeitos caso o Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A também seja objeto de Homologação Judicial. Na hipótese de o Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A não vir a ser homologado judicialmente, as Sociedades Consolidadas deverão requerer a convocação de nova Assembleia de Credores para deliberar novas condições para o Plano.

16.3. Extinção de processos judiciais ou arbitrais. Exceto se previsto de forma diversa no Plano, os Credores Concursais não mais poderão, a partir da Data de Homologação e desde que as Recuperandas estejam adimplentes para com as suas obrigações previstas no Plano, (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação judicial ou processo independente de qualquer tipo relacionado a qualquer Crédito Concursal contra as Recuperandas, com exceção da sentença que vier a homologar este Plano; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as Recuperandas, relacionada a qualquer Crédito Concursal; (iii) penhorar quaisquer bens das Recuperandas, para satisfazer seus Créditos Concursais; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos das Recuperandas, para assegurar o pagamento de seus Créditos Concursais, com exceção do quanto previsto no Plano; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às Recuperandas, com seus Créditos Concursais; e (vi) buscar a satisfação de seus Créditos Concursais por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso contra as Recuperandas, relativas aos Créditos Concursais serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas, sendo que cada parte arcará com as respectivas custas e despesas processuais que tiver incorrido, e com os honorários advocatícios dos seus respectivos advogados.

16.4. Cancelamento de protestos. A Homologação Judicial do Plano acarretará o cancelamento de todo e qualquer protesto junto a Cartórios de Títulos e Documentos que tenha origem em Crédito Concursal, bem como na exclusão definitiva do nome das Recuperandas nos registros de quaisquer órgãos de proteção ao crédito quando o apontamento se originar de Crédito Concursal.

16.5. Garantias, Coobrigados e Garantidores. Com a Homologação Judicial do Plano, as garantias reais e fiduciárias sobre os Créditos Concursais e sobre os Créditos Extraconcursais serão mantidas nos termos originalmente contratados. Poderão ser suspensas, apenas com autorização

expressa e por escrito do respectivo Credor, (i) a exigibilidade dos créditos contra coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores; (ii) as eventuais demandas em curso; e (iii) o prazo prescricional relativo às demandas (não ajuizadas ou em curso), até a retomada da sua exigibilidade ou até a sua extinção.

16.5.1. Após a realização do pagamento dos Créditos Concurrais nos termos previstos no Plano, ficarão automaticamente resolvidas as garantias, fianças, avais e obrigações solidárias anteriormente constituídas. Da mesma forma, todas as demandas eventualmente ajuizadas que versarem sobre obrigações quitadas nos termos desse Plano serão automaticamente extintas, sem ônus para as partes.

16.6. Respeito a contratos vigentes entre Recuperandas. A Homologação Judicial do Plano não prejudicará as condições previstas em contratos firmados entre as Sociedades Consolidadas ou as sociedades que compõem o ASIII Fase A que digam respeito à gestão de caixa e ao rateio de despesas, os quais continuarão a ser respeitados.

16.6.1. Eventuais novos contratos entabulados entre Recuperandas deverão sempre respeitar padrões de mercado, com exceção de contratos de mútuo.

16.6.2. Eventuais novos contratos entabulados entre Recuperandas e Partes Relacionadas deverão sempre respeitar padrões de mercado.

16.6.3. Os Créditos Concurrais originados de operações de mútuo *intercompany* realizadas no âmbito do Grupo Renova não sofrerão a incidência de correção monetária ou juros a partir da Data do Pedido.

16.7. Livre movimentação de caixa. Enquanto as Sociedades Consolidadas e as sociedades que compõem o ASIII Fase A se mantiverem adimplentes em relação a seus respectivos Planos, as Sociedades Consolidadas e as sociedades que compõem o ASIII Fase A podem movimentar recursos livremente entre quaisquer das sociedades Recuperandas, observado o previsto nas Cláusulas 17.3 e 17.7, respeitadas as disposições de eventuais contratos firmados entre as Recuperandas.

16.7.1. As debêntures privadas emitidas pela Renova Energia em março de 2020 só poderão ser quitadas após a alienação da UPI Brasil PCH e pagamento dos recursos oriundos de sua alienação na forma prevista neste Plano, ou a quitação dos Créditos Extraconcurrais CITI, o que ocorrer primeiro, ou, conforme o caso, nos termos originais previstos na respectiva escritura de emissão.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Créditos Ilíquidos, controversos e retardatários. Todos os Créditos Concurrais que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente ao pedido da Recuperação Judicial, ainda que não vencidos ou não habilitados na Lista de Credores, ou que

sejam objeto de disputa judicial, incluindo a majoração de valores decorrentes do trânsito em julgado de decisões proferidas nos incidentes de Impugnações ou Habilitações de Crédito ou procedimento judicial ou arbitral em andamento, também são novados por este Plano, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste Plano e da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 49, *caput*, da LFRJ, mantendo-se em vigor, no entanto, todas as garantias outorgadas, nos termos originalmente contratados, exceto quando previsto de forma diversa no Plano. Os deságios, prazos, termos e condições previstos no presente Plano não serão reduzidos ou readaptados e serão integralmente aplicáveis a tais Créditos, iniciando-se sua contagem apenas após a devida inclusão de tais Créditos na Lista de Credores.

17.2. Anuência dos Credores. Os Credores Concursais e os Credores Extraconcursais Aderentes têm plena ciência de que os prazos, termos e condições de satisfação de seus Créditos são alterados por este Plano. Os Credores Concursais e os Credores Extraconcursais aderentes, no exercício de sua autonomia da vontade, declaram que concordam expressamente com as referidas alterações, nos termos previstos neste Plano.

17.3. Dividendos. Enquanto não forem integralmente quitados Créditos com Garantia Real, nenhum dividendo poderá ser distribuído por qualquer das Recuperandas a seus acionistas (Art. 52, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Renova Energia e observado o disposto no art. 202, §§ 4º e 5º da Lei das S.A.), ficando permitida apenas a distribuição de dividendos entre as Recuperandas e/ou quaisquer das sociedades que compõem o ASIII Fase A; e (ii) as distribuições de dividendos determinadas no Instrumento AF Enerbrás.

17.3.1. Enquanto não for alienada a UPI Brasil PCH, a Renova Energia, na qualidade de controladora da Chipley, se obriga a orientar a Chipley a votar em favor da distribuição dos dividendos máximos possíveis no âmbito da Brasil PCH e a adotar todas as outras medidas cabíveis para que tal distribuição ocorra, conforme **ANEXO 10** e Termo de Obrigações, que fora firmado como condição e parte indissociável do Empréstimo Ponte DIP.

17.3.2. O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nas Cláusulas 17.3 e 17.3.1, no ANEXO 10, no ANEXO 5 e no Termo de Obrigações, constante do ANEXO 13, será, para todos os efeitos, considerado como descumprimento ao Plano, sujeitando as Recuperandas às consequências legais aplicáveis. Por outro lado, o descumprimento de quaisquer das obrigações estabelecidas nos instrumentos relacionados ao Empréstimo Ponte DIP, inclusive aquelas reproduzidas no **ANEXO 6** deste Plano, não serão consideradas como descumprimento a este Plano ou ao Plano de Recuperação Judicial do ASIII Fase A, ficando assegurado ao Credor do Empréstimo Ponte DIP o direito à execução judicial de tais obrigações, na forma da lei.

17.4. Quitação. O integral pagamento realizado na forma estabelecida neste Plano acarretará a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos Concursais de qualquer tipo e natureza contra as Recuperandas, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os Credores terão quitado, liberado e/ou renunciado a todos e quaisquer Créditos Concursais, e não mais poderão reclamá-los contra as Recuperandas. A quitação dos Créditos Extraconcursais Aderentes se dará na forma explicitada nos respectivos instrumentos de adesão.

17.5. Pagamento Máximo. Os Credores Concursais não receberão das Recuperandas, em hipótese alguma, quaisquer valores que ultrapassem o valor estabelecido neste Plano para pagamento de seus Créditos Concursais.

17.6. Créditos devidos ao Administrador Judicial. Os créditos devidos ao Administrador Judicial, seu perito e os devidos aos assessores jurídicos e financeiros das Recuperandas são, conforme definido pela LFRJ, extraconcursais e não sujeitos à Recuperação Judicial.

17.7. Empréstimos entre Sociedades Consolidadas e ASIII Fase A. Na hipótese de o Grupo Renova entender aplicável e, desde que tal medida não comprometa o cumprimento das obrigações assumidas pelas Sociedades Consolidadas neste Plano, as Sociedades Consolidadas poderão conceder empréstimos ao ASIII Fase A, realizar o aporte e aumento de capital nas sociedades do ASIII Fase A e/ou fazer a movimentação de recursos, entre as Sociedades Consolidadas e as sociedades do ASIII Fase A, que sejam necessárias para a condução das atividades do ASIII Fase A, dispensada a necessidade de aprovação prévia específica em Assembleia Geral de Credores.

17.7.1. A concessão de empréstimos, aportes de capital e/ou movimentação de recursos às sociedades do ASIII Fase A previstas na Cláusula 15.7 acima apenas ocorrerá após a homologação judicial deste Plano e do plano de recuperação judicial do ASIII Fase A.

17.7.2. As Recuperandas ficam autorizadas a realizar operações no mercado de capitais através de captações primárias na Renova Energia ou em suas subsidiárias.

17.8. Disposições do Plano. Na hipótese de qualquer termo, cláusula ou disposição deste **Plano** ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, todos os demais termos, cláusulas e disposições permanecerão válidos, eficazes e exigíveis, desde que não alterem a estrutura de pagamento dos Créditos prevista neste Plano nem inviabilizem a capacidade de recuperação do Grupo Renova.

17.9. Aditamentos, alterações ou modificações do Plano. Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostos a qualquer tempo após a Data de Homologação, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelas Recuperandas e aprovadas pela Assembleia de Credores, nos termos da LFRJ.

17.10. Equivalência econômica no cumprimento do Plano. Na hipótese de qualquer das operações previstas no Plano que não envolva pagamento em dinheiro aos Credores Concursais não ser possível de ser implementada pelas Recuperandas para qualquer Credor Concursal, seja pelo transcurso dos prazos previstos para a implementação de tais operações ou por razões regulamentares, as Recuperandas adotarão, em prazo que não exceda mais de 15 (quinze) dias úteis do prazo de cumprimento da obrigação original prevista no Plano, as medidas necessárias com o objetivo de assegurar um resultado econômico equivalente para os Credores Concursais, ocasião em que não se considerará o Plano como descumprido, desde que haja concordância dos Credores afetados com a solução proposta.

17.11. Anexos. Todos os Anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano.

17.12. Comunicações. Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações às Recuperandas requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

At.: Diretor Presidente

Endereço: Av. Roque Petroni Júnior, 850 - 14º andar, parte 1, Torre Jaceru

Jardim das Acacias

São Paulo - SP, 04707-000

E-mail: rj@renovaenergia.com.br

18. CESSÕES E SUB-ROGAÇÕES

18.1. Cessão de Créditos. Os Credores poderão ceder seus Créditos a outros Credores e a terceiros, e a cessão produzirá efeitos em relação às Recuperandas desde que devidamente notificadas. Os Créditos cedidos conservarão a classificação e as condições de pagamento previstas na Lista de Credores e neste Plano, inclusive quanto aos Créditos Partes Relacionadas, inclusive quanto a eventuais obrigações assumidas ou imputáveis ao cedente.

18.1.1. Quando o cessionário do Crédito for uma Parte Relacionada, o Crédito cedido passará a ser considerado para todos os fins e efeitos um Crédito Parte Relacionada, independentemente da natureza do Crédito, bem como da qualificação do cedente como uma Parte Relacionada.

18.2. Sub-Rogações. Créditos Concursais relativos ao direito de regresso contra as Recuperandas, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de créditos e/ou obrigações de qualquer natureza existentes, na Data do Pedido de Recuperação Judicial, contra as Recuperandas, serão pagos nos termos estabelecidos neste Plano para os referidos Credores. Recuperandas que se sub-roguem nos Créditos Concursais serão tratadas como Partes Relacionadas, sem prejuízo de aumentos de capital ou compensações entre Recuperandas sem movimentação de caixa.

19. LEI E FORO

19.1. Lei Aplicável. Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

19.2. Eleição de Foro. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano e aos Créditos Concurais serão resolvidas (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial; e (ii) pelo Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, após o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

19.3. O Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos das Recuperandas.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial

RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial

CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial

CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial

CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial

CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial

CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial

CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial

CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial

CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial

CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial

CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial

CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial

CE TINGUI S.A. em recuperação judicial

CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial

CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial

CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial

CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial

CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial

CE ICO S.A., em recuperação judicial

CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial

CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial

CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial

BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial

CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial

VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial

RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial

CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial

PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial

ANEXO 1**Formulário de opção – Credores Trabalhistas**

Ao

Grupo Renova

Ref.: Comunicação de opção de pagamento – Credor Trabalhista.

Prezados Srs.,

_____, inscrito no CPF/CNPJ sob o
nº _____, residente e domiciliado em

_____,
representado neste ato na forma de seus documentos constitutivos (“Credor”), na qualidade de Credor Trabalhista em relação ao processo de recuperação judicial de Renova Energia S.A. e outras (“Grupo Renova”), devidamente listado na lista de credores, vem, por meio do presente, em atendimento ao quanto exposto nas Cláusulas 8.2.1. e seguintes do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas (“Plano”), declarar, para todos os fins e efeitos de direito nos termos definidos no Plano, que opta pela opção de pagamento assinalada com um “X” abaixo:

[☐] OPÇÃO A – Cláusula 8.2.1.3.1. – pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 12 (doze) meses da Data de Homologação, reajustado pela variação do IPCA desde a Data de Homologação.

[☐] OPÇÃO B – Cláusula 8.2.1.3.2. – pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 18 (dezoito) meses após um período de carência de 6 (seis) meses da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

O Credor declara expressamente ter lido e compreendido todas as disposições do Plano, reconhecendo que são aplicáveis à forma de pagamento a ele cabível todas as disposições do Plano. A leitura deste Formulário não substitui a leitura do Plano em sua integralidade, nem deve ser este Formulário interpretado com um resumo do Plano.

O Credor declara-se ciente de que a opção feita neste ato é irrevogável, irretratável, final, definitiva e vinculante, indicando, a seguir, seus dados bancários para pagamento:

Dados Bancários para pagamento

Banco: _____

Agência: _____

Número da Conta: _____

Titular: _____

CPF/CNPJ: _____

O Credor declara, por fim, que a realização de seus pagamentos na conta bancária acima indicada atende a todos os requisitos da legislação civil e tributária, inclusive para os fins do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sob os aspectos Financeiro, Fiscal e Contábil, comprometendo-se o Credor, ainda, a indicar nova conta bancária (ou atualizar os dados da conta bancária atual) caso haja alteração na legislação atual, de forma a manter o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios.

OBS.: Este formulário deve ser enviado exclusivamente por email ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário.

Por seu representante legal:

ANEXO 2

Lista de Projetos em Desenvolvimento.

- Projeto ARPOTI localizado no estado de PE/PB com potência estimada de 567 MW;
- Projeto BARRA localizado no estado de BA com potência estimada de 816 MW;
- Projeto BELAMADRE localizado no estado de PE com potência estimada de 222,6 MW;
- Projeto BETANIA localizado no estado de PE/PI com potência estimada de 451,2 MW;
- Projeto CACIMBAS localizado no estado de PB com potência estimada de 331,2 MW;
- Projeto CHAPECARI localizado no estado de RN com potência estimada de 369,6 MW;
- Projeto CROARANGA localizado no estado de CE com potência estimada de 307,2 MW;
- Projeto FACHEIRO II localizado no estado de RN com potência estimada de 552 MW;
- Projeto FACHEIRO III localizado no estado de RN com potência estimada de 254,4 MW;
- Projeto GRAUNA localizado no estado de BA com potência estimada de 662,4 MW;
- Projeto LABOCÓ localizado no estado de RN com potência estimada de 91,2 MW;
- Projeto MULATO localizado no estado de BA com potência estimada de 420 MW;
- Projeto SANTAPAPE II localizado no estado de RN/PB com potência estimada de 216 MW;
- Projeto SANTAPAPE IV localizado no estado de RN/PB com potência estimada de 297,6 MW;
- Projeto TUPAMAMA localizado no estado de PE com potência estimada de 460,8 MW

ANEXO 3

[...], [...] de [...] de 2020.

Ao

Banco Citibank S.A. ("Citibank")

[Avenida Paulista, nº 1.111- 2º andar]

[CEP 01.311-920 / São Paulo, SP]

At: [-]

[E-mail: [-]]

[C/C

[-]. ("Representante do Credor")

[-]

CEP [-] – [-], [-]

Tel: [-]

[E-mail: [-]]

Ref.: Solicitação de anuência

Prezados Senhores,

Fazemos referência: (i) à "*Cédula de Crédito Bancário Representativa de Operação de Empréstimo*", emitida em 23 de julho de 2019, pela Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial ("Renova"), em favor do Citibank, com aval da Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial ("Chipley"); e (ii) ao "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva*", celebrado em 23 de julho de 2019, conforme aditado, entre a Renova e o Citibank, com interveniência e anuência da Chipley (em conjunto, "Documentos CCB Citibank").

Nos termos dos Documentos CCB Citibank, foram constituídas, em garantia à cédula emitida em favor dessa instituição, entre outras e sem prejuízo do detalhamento lá previsto, (i) cessão fiduciária, sob condição suspensiva especificada nos referidos documentos, de 35,28% (trinta e cinco inteiros vinte e oito centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova; e (ii) cessão fiduciária, contratada originalmente sob condição suspensiva, de 4,72% (quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova

(“Direitos Creditórios Citibank”).

Nos termos do Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.1247.1, firmado em 19 de dezembro de 2014, conforme alterado de tempos em tempos, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A., com a interveniência de terceiros, foram constituídas, em garantia às obrigações ali contratadas, em favor daquela instituição, entre outras e sem prejuízo do detalhamento lá previsto, cessão fiduciária, sob condição suspensiva especificada nos referidos documentos, de 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova (“Direitos Creditórios BNDES”).

A Renova, a Chipley e a Renovapar S.A. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”) encontram-se em situação de crise econômico-financeira e, com o objetivo de viabilizar a superação da referida crise e permitir a manutenção de suas atividades, ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial distribuído à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), cujo processamento foi deferido em 16 de outubro de 2019.

Em 6 de julho de 2020, as Recuperandas e outras empresas em recuperação judicial do Grupo Renova apresentaram a segunda versão de seu Plano de Recuperação Judicial nos autos da Recuperação Judicial, conforme ajustado e aditado de tempos em tempos (“Plano de Recuperação Judicial”).

A pedido das Recuperandas, a Quadra Gestão de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.707.098/0001-14 (“Quadra”), estruturou a operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* (“Operação”), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Recuperandas, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores.

Em 12 de setembro de 2020, as Recuperandas e a Quadra assinaram o “*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*”, que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação (“Memorando”).

Os termos e condições do Memorando foram refletidos na Cédula de Crédito Bancário a ser emitida pela Chipley em favor do [credor] (“Credor”), que será celebrada substancialmente na forma do “Anexo I” ao presente (“CCB DIP QUADRA”).

Em garantia ao fiel e cabal cumprimento das obrigações contraídas pela Chipley no âmbito da CCB DIP QUADRA, a mesma cederá fiduciariamente, em favor de [-], na qualidade de representante do Credor e agindo sempre em benefício deste ("Representante do Credor"), nos termos de instrumento específico de cessão fiduciária de direitos creditórios, sem prejuízo do detalhamento lá previsto e respeitadas as demais disposições dos Direitos Creditórios Citibank não afetadas por este instrumento ("Waiver") ("Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA");

- a) montante correspondente a 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) de todos e quaisquer montantes recebidos pela Chipley a título de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital, em decorrência da titularidade de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH S.A. ("Percentual Direitos Creditórios Dividendos", "Proventos das Ações" e "Ações Brasil PCH"), os quais serão depositados em conta cedida fiduciariamente em favor do Credor ("Conta Vinculada"), mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;
- b) todos e quaisquer direitos depositados (ou a serem depositados), seja a que título for, na Conta Vinculada, incluindo mas não se limitando a, todo e qualquer crédito ou valor correspondente a dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Chipley decorrentes das Ações Brasil PCH, no percentual acima disposto, incluindo recursos eventualmente em trânsito na Conta Vinculada ou em fase de compensação bancária ("Direitos Creditórios Conta Vinculada"), mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;
- c) todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos recebidos ou depositados na Conta Vinculada, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma depositados ou a serem depositados em favor da Emitente na Conta Vinculada ("Rendimentos" em conjunto com o Percentual Direitos Creditórios Dividendos e os Direitos Creditórios Conta Vinculada, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente", respectivamente);
- d) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas decorrentes de lei ou contrato relacionados aos Direitos Cedidos Fiduciariamente, mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;; e
- e) se houver a venda da UPI Brasil PCH, conforme definida no Plano de Recuperação Judicial, a importância correspondente ao preço auferido em tal alienação, cujo montante deverá

ser utilizado para o pagamento antecipado obrigatório da CCB DIP QUADRA, nos termos da minuta ora anexa ("Pagamento Antecipado Obrigatório").

A esse respeito, neste ato, solicitamos a V.Sas. o consentimento, irrevogável e irretratável, quanto aos termos da Operação, a ser declarado mediante a aposição do seu "De Acordo" neste instrumento, até o dia [-] de [-] de 2020, ("Consentimento").

A fim de viabilizar o cumprimento das obrigações pela Chipley, nos termos da CCB DIP QUADRA, incluindo a concessão da Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA e a assunção da obrigação do Pagamento Antecipado Obrigatório, sem que haja o descumprimento de obrigações por esta contratadas na CCB Citibank, o Consentimento representará a expressa anuência do Citibank quanto à:

- a) ciência e anuência de que do total dos Proventos das Ações o montante correspondente ao Percentual Direitos Creditórios Dividendos será pago na Conta Vinculada, e utilizado conforme descrito neste Waiver para o específico fim de permitir a liquidação das obrigações devidas ao Credor da CCB DIP, e até que haja o pagamento integral destas;
- b) suspensão temporária das obrigações de não retenção e não endividamento constantes nos Documentos CCB Citibank (cláusula 6.2, 'd') nos limites estritamente necessários e para a exclusiva finalidade de permitir a contratação e o pagamento integral da CCB DIP QUADRA, reconhecendo o Citibank que isto não configura qualquer descumprimento ou esvaziamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Citibank. Este Waiver é concedido em benefício exclusivo do Representante do Credor e do titular da CCB DIP QUADRA, não podendo ser utilizado para qualquer outra finalidade, deixando de produzir efeitos caso a CCB DIP QUADRA seja por qualquer forma extinta, especialmente quando a CCB DIP QUADRA for integralmente quitada, preservados os direitos que tenha o titular da CCB DIP QUADRA;
- c) Celebração, pela Renova e pela Chipley, da CCB DIP QUADRA e dos instrumentos de garantia a ela relacionados, incluindo a Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA, respeitadas as disposições deste Waiver, devendo ser restabelecidos todos os Direitos Creditórios Citibank caso a CCB DIP QUADRA seja por qualquer forma extinta, especialmente quando a CCB DIP QUADRA for integralmente quitada, preservados os direitos que tenha o titular da CCB DIP QUADRA;

- d) utilização do Percentual Direitos Creditórios Dividendos para garantia e pagamento da CCB DIP QUADRA; e
- e) utilização dos recursos decorrentes de eventual venda da participação integral detida pela Chipley na Brasil PCH S.A. para o pagamento da CCB DIP QUADRA.

O CITI declara estar ciente de que não há qualquer autorização do BNDES quanto aos seus direitos sobre os dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital da Chipley e não se opõe a que a Renova repasse ao BNDES a parcela que lhe cabe sobre esses dividendos, conforme detalhado no Anexo 10 do Plano de Recuperação Judicial, substancialmente na forma da minuta anexa a este instrumento, respeitados os termos deste Waiver.

O Consentimento estará condicionado à homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial (“Condição Suspensiva”) quanto aos termos da Operação e deverá ser declarado mediante a oposição do seu “De Acordo” neste instrumento, até o dia [-] de [-] de 2020.

Duas vias originais da presente, com o Consentimento de V.Sas. deverão ser encaminhadas aos seguintes destinatários:

[(i) uma via original para a Renova, no seguinte endereço:

[incluir endereço]

(ii) uma via original para o Representante do Credor, no endereço acima previsto.

Finalmente, o Consentimento não será interpretado como novação ou alteração dos Documentos CCB Citibank, tampouco renúncia e/ou liberação de V.Sas. de qualquer direito relacionado aos Direitos Creditórios Citibank, nem deverá impedir, restringir e/ou limitar o exercício de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuados nos Documentos CCB Citibank, não havendo qualquer suspensão ou extinção dos Direitos previstos nos Documentos CCB Citibank, ressalvadas as disposições deste instrumento.

As disposições deste instrumento vinculam o Citibank, seus sucessores e eventuais cessionários de seu crédito para todos os fins de Direito.

Os termos com iniciais maiúsculas empregadas e que não estejam de outra forma

definidos nesta carta são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na CCB DIP QUADRA.

Atenciosamente,

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

_____ Nome:	_____ Nome:
Cargo:	Cargo:

De acordo:

BANCO CITIBANK S.A

_____ Nome:	_____ Nome:
Cargo:	Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome:
RG:
CPF:

2.

Nome:
RG:
CPF:

ANEXO 4**Modelo de proposta de deságio – Leilão Reverso**

Ao

Grupo Renova

Ref.: Proposta de deságio – Leilão Reverso.

Prezados Srs.,

_____, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº _____, residente e domiciliado em _____,

representado neste ato na forma de seus documentos constitutivos (“Credor”), na qualidade de Credor da Classe _____ em relação ao processo de recuperação judicial de Renova Energia S.A. e outras (“Grupo Renova”), devidamente listado na lista de credores pelo valor de R\$ _____, vem, por meio do presente, em atendimento ao quanto exposto nas Cláusulas 13 e seguintes do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas (“Plano”), no contexto do procedimento de Leilão Reverso, propor às Recuperandas a concessão de deságio no importe de _____% (_____ por cento) para o recebimento imediato do valor de seus Créditos Concursais, nos termos da Cláusula 13.3 do Plano.

O Credor declara expressamente ter lido e compreendido todas as disposições do Plano, reconhecendo que são a ele aplicáveis todas as disposições do Plano. O Credor reconhece que a leitura deste formulário padrão não substitui a leitura do Plano em sua integralidade, nem deve ser este formulário interpretado com um resumo do Plano.

O Credor declara-se ciente de que a proposta feita neste ato é irrevogável, irretratável, final, definitiva e vinculante, indicando, a seguir, seus dados bancários para pagamento, na hipótese de sagrar-se vencedor do Leilão Reverso:

Dados Bancários para pagamento

Banco: _____

Agência: _____

Número da Conta: _____

Titular: _____

CPF/CNPJ: _____

O Credor declara, por fim, que a realização de seus pagamentos na conta bancária acima indicada atende a todos os requisitos da legislação civil e tributária, inclusive para os fins do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sob os aspectos Financeiro, Fiscal e Contábil, comprometendo-se o Credor, ainda, a indicar nova conta bancária (ou atualizar os dados da conta bancária atual) caso haja alteração na legislação atual, de forma a manter o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios.

OBS.: Este formulário deve ser apresentado em envelope lacrado na data e local designados para a realização do Leilão Reverso, acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário.

ANEXO 5

Operações e Reorganizações Societárias e de Ativos Autorizadas

- a) As sociedades Chipley SP Participações S.A., Enerbrás Centrais Elétricas S.A., CE Itapuã IV Ltda., CE Itapuã V Ltda., CE Itapuã VII Ltda., CE Itapuã XV Ltda., CE Itapuã XX Ltda., CMNPAR Fifty-Four Participações S.A., Espra Holding S.A., Parque Eólico Iansã Ltda., SF 123 Participações S.A., Bahia Holding S.A., Centrais Eólicas Bela Vista XIV, Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A e Renova PCH Ltda. poderão ser extintas, cindidas, fundidas entre si, constituir uma ou mais novas sociedades ou incorporadas umas às outras ou à Renova Energia, mediante anuência em âmbito regulatório conforme necessário, sempre com o objetivo de simplificar a atual estrutura do Grupo Renova, permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal, respeitadas em qualquer caso as disposições constantes dos instrumentos de garantia real ou fiduciária que estiverem vigentes em relação a cada uma destas sociedades. Qualquer reorganização societária que envolva a Chipley, seja como incorporada, incorporadora ou de qualquer outra forma, estará sujeita a aprovação prévia pelos Credores CITI, BNDES, CEMIG, e o Credor titular do Empréstimo Ponte DIP.
- b) Os ativos de titularidade da SPE CE Itapuã VII Ltda. serão transferidos à titularidade direta da Diamantina Eólica Participações S.A. ou indireta, por meio de uma SPE, a ser constituída ou já constituída, cujas quotas se tornem ou sejam de titularidade integral da Diamantina Eólica Participações S.A.
- c) As subsidiárias da sociedade Diamantina Eólica Participações S.A. poderão ser incorporadas por uma ou mais subsidiárias ou fundidas entre si, conforme restar previsto no plano de recuperação judicial do ASIII Fase A, com o objetivo de simplificar a atual estrutura do ASIII Fase A permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal.
- d) As sociedades que compõem o ASIII Fase B, a saber: CE MACAMBIRA S.A., CE TAMBORIL S.A., CE CARRANCUDO S.A., CE IPÊ AMARELO S.A., CE CABEÇA DE FRADE S.A., CE CANJOÃO S.A., CE CONQUISTA S.A., CE COXILHA ALTA S.A., CE BOTUQUARA S.A., CE JEQUITIBA S.A., CE TINGUI S.A., CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A., CE IMBURANA DE CABÃO S.A., CE EMBIRUÇU S.A., CE LENÇÓIS S.A., CE CALIANDRA S.A., CE ICO S.A., CE ALÇAÇUZ S.A., CE PUTUMUJU S.A. e CE CANSANÇÃO S.A., poderão ser incorporadas, agrupadas, fundidas entre si, constituir e formar uma ou mais novas sociedades, ou ainda serem incorporadas à Renova Energia S.A.
- e) As incorporações e/ou consolidações mencionadas nos itens anteriores deverão, quando aplicável, ser precedidas de todas as autorizações regulatórias e legais que eventualmente se façam necessárias.

- f) As Recuperandas poderão perdoar, renunciar ou realizar compensações, ajustes, aumentos de capital, cessões de crédito e reduções de capital envolvendo os créditos intragrupo, incluindo, mas sem se limitar, a integralização de adiantamentos para futuro aumento de Capital. a compensação de mútuos intragrupo com eventuais dividendos declarados de quaisquer exercícios sociais, passados, presentes ou futuros.
- g) Em qualquer caso, tais operações ocorrerão sempre em benefício dos Credores, sem trânsito de caixa para acionistas ou qualquer outra circunstância que implique esvaziamento de garantias. Os Créditos Concurais devidos pelas Recuperandas à Enerbras ou à Espra poderão ser objeto de qualquer transação estabelecida nos itens desse Anexo 5, respeitado, naquilo que for aplicável, o disposto nas Cláusulas 7.7, 14.1, 18.1 e 18.2, sendo que em qualquer hipótese o pagamento de tais Créditos mediante transferência de recursos (caixa) permanecerá subordinado ao pagamento da integralidade dos demais Créditos Concurais.
- h) A título de transparência e referência, até 30/09/2020, os adiantamentos para futuro aumento de capital das Recuperandas a serem integralizados e convertidos em Capital Social das Recuperandas são os seguintes:

ASIII - Fase A	Saldo até 15/10/2019 (anterior a RJ)	Saldo a partir de 16/10/2019 (após RJ)	Total
Renova Energia S.A. - Alto Sertão Participações S.A.	47.720.312,64	28.634.835,11	76.355.147,75
Alto Sertão Participações S.A. - Diamantina Participações S.A.	47.720.002,64	28.633.462,37	76.353.465,01
LER 2013			
Diamantina Participações S.A. - CE Abil S.A.	7.087.377,64	1.419.174,79	8.506.552,43
Diamantina Participações S.A. - CE Tabua S.A.	5.910.222,73	2.265.039,42	8.175.262,15
Diamantina Participações S.A. - CE Jabuticaba S.A.	5.260.871,42	1.380.743,09	6.641.614,51
Diamantina Participações S.A. - CE Vaqueta S.A.	4.389.951,32	1.204.106,54	5.594.057,86
Diamantina Participações S.A. - CE Jacarandá do Serrado S.A.	3.155.813,27	926.352,21	4.082.165,48
Diamantina Participações S.A. - CE Taboquinha	2.905.685,48	1.039.843,91	3.945.529,39
Diamantina Participações S.A. - CE Acácia S.A.	2.215.682,02	662.639,23	2.878.321,25
Diamantina Participações S.A. - CE Folha da Serra S.A.	6.451.536,67	1.998.606,55	8.450.143,22
Diamantina Participações S.A. - CE Angico S.A.	1.356.973,91	491.552,07	1.848.525,98
PPA LIGHT I			
Diamantina Participações S.A. - CE Jataí S.A.	3.577.971,07	2.284.632,17	5.862.603,24
Diamantina Participações S.A. - CE Amescla S.A.	665.031,26	578.175,41	1.243.206,67
Diamantina Participações S.A. - CE Imburana Macho S.A.	705.135,86	688.541,51	1.393.677,37
Diamantina Participações S.A. - CE Juazeiro S.A.	836.345,88	795.636,89	1.631.982,77
Diamantina Participações S.A. - CE Facheio S.A.	4.044.986,81	956.692,55	5.001.679,36
Diamantina Participações S.A. - CE Sabiu S.A.	1.336.993,71	1.028.258,62	2.365.252,33
Diamantina Participações S.A. - CE Umbuzeiro S.A.	369.180,34	778.133,55	1.147.313,89
Diamantina Participações S.A. - CE Unha D'anta S.A.	2.312.456,19	1.186.027,47	3.498.483,66
Diamantina Participações S.A. - CE Vellozia S.A.	346.030,34	823.884,74	1.169.915,08
Diamantina Participações S.A. - CE Cedro	888.709,00	698.474,02	1.587.183,02
Diamantina Participações S.A. - CE Angelim S.A.	993.427,66	770.720,68	1.764.148,34
Diamantina Participações S.A. - CE Barbatimão S.A.	656.195,24	724.790,29	1.380.985,53
Diamantina Participações S.A. - CE São Salvador S.A.	1.867.909,86	1.342.136,00	3.210.045,86
Diamantina Participações S.A. - CE Manineiro S.A.	1.452.215,75	1.945.046,13	3.397.261,88
Diamantina Participações S.A. - CE Pau D'água S.A.	1.964.525,25	2.636.707,44	4.601.232,69
Total - SPE/Projeto	60.751.228,68	28.625.915,28	89.377.143,96

ASIII - Fase B	Saldo até 15/10/2019 (anterior a RJ)	Saldo a partir de 16/10/2019 (após RJ)	Total
Renova Energia - CE Caliantra S.A.	199.471,87	145.624,54	345.096,41
Renova Energia - CE Putumaju S.A.	473.782,53	462.105,48	935.888,01
Renova Energia - CE Lençóis S.A.	266.770,50	316.692,22	583.462,72
Renova Energia - CE Ico S.A.	343.212,00	351.004,74	694.216,74
Renova Energia - CE Alcacuz S.A.	692.557,07	624.195,61	1.316.752,68
Renova Energia - CE Cansanção S.A.	370.900,32	427.166,26	798.066,58
Renova Energia - CE Imburana de Cabão S.A.	685.530,53	761.556,90	1.447.087,43
Renova Energia - CE Embiruçu S.A.	171.273,67	198.239,39	369.513,06
Renova Energia - CE Botuquara S.A.	567.152,42	637.755,61	1.204.908,03
Renova Energia - CE Cabeça de Frade S.A.	152.863,62	170.863,53	323.727,15
Renova Energia - CE Canjoão S.A.	242.563,93	179.399,03	421.962,96
Renova Energia - CE Carrancudo S.A.	567.792,08	540.859,12	1.108.651,20
Renova Energia - CE Conquista S.A.	593.933,48	716.558,28	1.310.491,76
Renova Energia - CE Coxilha Alta S.A.	498.982,19	554.582,04	1.053.564,23
Renova Energia - CE Ipê Amarelo S.A.	530.155,90	536.653,49	1.066.809,39
Renova Energia - CE Jequitibá S.A.	241.480,50	325.862,03	567.342,53
Renova Energia - CE Anísio Teixeira S.A.	342.148,17	393.849,14	735.997,31
Renova Energia - CE Macambira S.A.	641.114,52	787.451,39	1.428.565,91
Renova Energia - CE Tamboril S.A.	984.336,51	902.066,17	1.886.402,68
Renova Energia - CE Tingui S.A.	758.902,66	545.676,26	1.304.578,92
Total	9.324.924,47	9.578.161,23	18.903.085,70

Empresas	Saldo até 15/10/2019 (anterior a RJ)	Saldo a partir de 16/10/2019 (após RJ)	Total
Renova Energia S.A. - CE Bela Vista XIV S.A.	370.668,92	259.830,95	630.499,87
CE Bela Vista XIV S.A. - Ventos de São Cristovão Energias Renováveis S.A.	361.553,05	225.114,33	586.667,38
Renova Energia S.A. - CE Itaparica S.A.	2.182.059,72	10.399.134,40	12.581.194,12
Renova Energia S.A. - CE Itapuã IV Ltda.	59.973,95	34.109,08	94.083,03
Renova Energia S.A. - CE Itapuã V Ltda.	22.086,65	33.852,94	55.939,59
Renova Energia S.A. - CE Itapuã VII Ltda.	877.455,19	486.176,14	1.363.631,33
Renova Energia S.A. - CE Itapuã XV Ltda.	247,00	33.593,25	33.840,25
Renova Energia S.A. - CE Itapuã XX Ltda.	353,00	33.176,93	33.529,93
Renova Energia S.A. - Renova PCH Ltda.	6.495,57	269,00	6.764,57
Renova Energia S.A. - Renovapar S.A.	1.946,07	209.947,58	211.893,65
Renova Energia S.A. - Parque Eólico Iansa Ltda.	2.946,86	25,00	2.971,86
Renova Energia S.A. - Bahia Holding S.A.	3.950,02	542,58	4.492,60
Renova Energia S.A. - Espira Holding S.A.	819,72	169,84	989,56
Renova Energia S.A. - CMNPAR FIFTY-FOUR PARTICIPAÇÕES S.A.	526,94	-	526,94
Renova Energia S.A. - SF 120	-	169,84	169,84
Renova Energia S.A. - SF 123	-	169,84	169,84
Total	3.529.529,61	11.491.167,37	15.020.696,98

- i) Os empréstimos (mútuos) intercompanies existentes entre as Recuperandas e empresas do grupo Renova na data do Pedido de Recuperação:

De	Para	Valor
ESPRA	Renova Energia	61.923.401,51
CHIPLEY SP	Renova Energia	195.726.275,97
ENERBRAS	Renova Comercializadora	602.444,78
ESPRA	Renova Comercializadora	14.721.352,36
CHIPLEY SP	Renova Comercializadora	133.320.622,27
Total		406.294.096,89

- j) Até a presente data, os dividendos a serem considerados para a compensação dos mútuos intercompanies existentes entre as Recuperandas e empresas do grupo Renova serão os seguintes:

ESPRA - Dividendos

	2016	2017	2018	2019	Total
Lucro do exercício	4.014.234,24	11.967.569,84	10.873.377,24	18.733.001,58	45.588.182,90
Reserva Legal	200.711,71	598.378,49	543.668,86	936.650,08	2.279.409,15
Dividendos Obrigatórios ¹	3.813.522,53	11.369.191,35	10.329.708,38	17.796.351,50	43.308.773,76
Dividendos Pagos ²	(161.932,16)	-	-	-	(161.932,16)
Total de Dividendos	3.651.590,36	11.369.191,35	10.329.708,38	17.796.351,50	43.146.841,59

Nota 1: O Estatuto considera dividendo mínimo obrigatório de 100%.

Nota 2: Dividendos relacionados a períodos anteriores já distribuídos.

ENERBRAS - Dividendos

	2016	2017	2018	2019	Total
Lucro do exercício	2.611.117,03	10.680.502,69	10.882.707,74	18.916.612,70	43.090.940,16
Reserva Legal	130.556,00	534.025,00	544.135,00	945.831,00	2.154.547,00
Dividendos Obrigatórios	1.240.281,00	5.073.239,00	5.169.286,00	8.985.391,00	20.468.197,00
Dividendos Adicionais	1.240.280,03	5.073.238,69	5.169.286,74	8.985.390,70	20.468.196,16
Dividendos Pagos ¹	(183.351,17)	-	-	-	(183.351,17)
Saldo de Dividendos	2.297.209,86	10.146.477,69	10.338.572,74	17.970.781,70	40.753.041,99

Nota 1: Dividendos relacionados a períodos anteriores já distribuídos.

Chipley - Dividendos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Lucro (prejuízo) do exercício	(29.995.862,00)	4.307.437,88	(4.362.308,81)	73.539.503,28	53.753.425,89	78.891.001,51	176.133.197,75
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	7.054.283,91	7.054.283,91
Base de cálculo	(29.995.862,00)	(25.688.424,12)	(30.050.732,93)	43.488.770,35	53.753.425,89	71.836.717,60	83.343.894,79
Reserva Legal	-	-	-	2.174.439,00	2.687.671,00	3.591.836,00	8.453.946,00
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	2.065.717,00	2.553.288,00	3.412.244,00	8.031.249,00
Dividendos Adicionais	-	-	-	39.248.614,35	48.512.466,89	64.832.637,60	152.593.718,84
Saldo de Dividendos	-	-	-	41.314.331,35	51.065.754,89	68.244.881,60	160.624.967,84

ANEXO 6

Instrumentos do Empréstimo Ponte DIP

ANEXO 7**Formalização da suspensão da eficácia da Garantia Fiduciária Chipley-CEMIG**

ANEXO 8**Agente de Monitoramento financeiro – lista pré-aprovada**

- (1) FTI Consulting**
- (2) Ernst & Young**
- (3) Deloitte**
- (4) Matos consultores**

ANEXO 9**Avaliador UPIs Projetos em Desenvolvimento – lista pré-aprovada**

- (1) Grupo Energia**
- (2) Afaplan**
- (3) Steag Energy Services**
- (4) Worley**

ANEXO 10

Mecânica de distribuição e utilização dos dividendos Chipley oriundos de dividendos da Brasil PCH, aplicável até a integral quitação das obrigações assumidas no Empréstimo Ponte DIP - Não sendo aplicável para a distribuição dos recursos provenientes da venda da UPI Brasil PCH

- 1) A Brasil PCH distribuirá e pagará regularmente dividendos em favor da Chipley;
- 2) A Chipley notificará a Brasil PCH para que a integralidade dos dividendos, sejam depositados numa Conta Centralizadora;
- 3) Um *Escrow Agent*, constituído para a gestão da Conta Centralizadora nos termos do Empréstimo Ponte DIP, se encarregará de dividir esses dividendos entre uma Conta Vinculada, e uma Conta de Livre Movimentação.
 - a) O valor a ser depositado na Conta Vinculada corresponderá a 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) do valor recebido pela Chipley;
 - b) O saldo remanescente será depositado na Conta de Livre Movimentação;
- 4) Os valores depositados na Conta Centralizadora, reduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, servirão como base para o cálculo dos dividendos a serem declarados e distribuídos pela Chipley à Renova Energia, na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
 - 4.1) A Chipley estará autorizada a captar exclusivamente o Empréstimo Ponte DIP previsto no Plano, não podendo, em nenhuma hipótese, as parcelas do serviço da respectiva dívida, incluindo juros, amortização e outros encargos, serem pagas com os recursos da Conta de Livre Movimentação, preenchida nos termos do item 3 (b).
 - 4.2) Na hipótese de os juros, amortização e outros encargos relativos ao Empréstimo Ponte DIP excederem o saldo de recursos depositado na Conta Vinculada prevista no item 3 (a), a Renova Energia se obriga a transferir à Chipley recursos equivalentes a tal diferença, deduzida de eventual parcela capitalizada ao principal, para sua liquidação.
 - 4.3) Para fins de cálculo da parcela do BNDES, as despesas e custos operacionais e recolhimentos de tributos ficam limitados ao montante de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

- 5) A Chipley calculará e declarará 100% (cem por cento) de seu lucro líquido, apurado nos termos do item 4 acima, como dividendos, observadas eventuais reservas de lucro obrigatórias exigidas em lei, sendo que, desse percentual:
- a) 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos declarados serão retidos no âmbito da Chipley, devendo ser contabilizados na rubrica contábil "Dividendos a Pagar"; e
 - b) 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos declarados, utilizando os recursos depositados na Conta de Livre Movimentação, serão efetivamente pagos à Renova Energia e utilizados para amortizar o Crédito devido pelo BNDES, dando cumprimento integral às suas obrigações no âmbito da Garantia Fiduciária BNDES.
- 6) Os valores depositados na Conta Vinculada serão dados em garantia fiduciária no âmbito do Empréstimo Ponte DIP, e os recursos ali depositados serão utilizados para o serviço desta dívida, observado o quanto disposto no item 4.1;
- 7) Após (a) a dedução das despesas e custos operacionais e recolhimento de tributos atribuíveis exclusivamente à Chipley, e (b) o pagamento previsto no item 5 (b) acima, e observado o item 8 abaixo, a totalidade dos recursos remanescentes na Conta de Livre Movimentação será transferida para a Renova Energia, que utilizará tais recursos para amortizar o Crédito devido pelo BNDES, dando cumprimento integral às suas obrigações no âmbito da Garantia Fiduciária BNDES, observados os termos deste Plano, de modo que a soma dos recursos pagos ao BNDES por força da Garantia Fiduciária BNDES nos termos do item 5 (b) e do presente item 7 correspondam a 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos recebidos pela Chipley da Brasil PCH, com as reduções previstas no item 4, excetuadas as despesas financeiras;
- 8) A Chipley deverá realizar todos os lançamentos contábeis adicionais aos indicados no item 5 acima, de forma a permitir que os recursos disponíveis na Conta de Livre Movimentação tenham a destinação prevista no item 7 acima, incluindo, sem limitação, declarar dividendos adicionais com base na rubrica de reserva especial para dividendos (lucros acumulados), de forma a distribuir dividendos adicionais nos termos dos itens 5 e 7 acima, tendo como base a reserva especial para dividendos a ser constituída a partir do exercício de 2020, inclusive, e limitados ao saldo desta rubrica.

ANEXO 11

Minuta do Edital UPI relativo à UPI ASIII Fase B

ANEXO 12

Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B

ANEXO 13

Termo de Obrigações

ANEXO 14**Formulário de opção – conversão de Créditos em capital social**

Ao

Grupo Renova

Ref.: Comunicação de opção de conversão de créditos em capital social da Renova.

Prezados Srs.,

_____, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº _____, residente e domiciliado em _____,

representado neste ato na forma de seus documentos constitutivos ("Credor"), na qualidade de Credor _____ em relação ao processo de recuperação judicial de Renova Energia S.A. e outras ("Grupo Renova"), vem, por meio do presente, em atendimento ao quanto exposto nas Cláusulas 14.1. e seguintes do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas ("Plano"), declarar, para todos os fins e efeitos de direito nos termos definidos no Plano, que opta pela conversão total/parcial de seus Créditos em capital social da Renova Energia S.A., conforme opções preenchidas e/ou assinaladas com um "X" abaixo:

VALOR INTEGRAL DO CRÉDITO A CONVERTER:

R\$ _____

[] AÇÕES ON – Cláusula 14.1.2.1 – Declaro que desejo converter R\$ _____ do Crédito indicado acima em ações ordinárias (ON) da Renova Energia S.A.;

[] AÇÕES PN – Cláusula 14.1.2.1 – Declaro que desejo converter R\$ _____ do Crédito indicado acima em ações preferenciais (PN) da Renova Energia S.A.;

[] UNITS RNEW11 – Cláusula 14.1.2.1 – Declaro que desejo converter R\$ _____ do Crédito indicado acima em UNITS (RNEW11) da Renova Energia S.A., estando ciente de que cada UNIT será compota por 01 (uma) ação ordinária (ON) e 2 (duas) ações preferenciais (PN).

O Credor declara-se ciente de que, na forma da Cláusula 14.1.3 do Plano, o preço de conversão para a capitalização de seus Créditos na forma indicada acima será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Renova Energia S.A. na B3 (VWAP) verificado nos 30 (trinta) pregões anteriores à Data do Pedido.

O Credor declara expressamente ter lido e compreendido todas as disposições do Plano, reconhecendo que são aplicáveis à forma de pagamento a ele cabível todas as disposições do Plano. A leitura deste Formulário não substitui a leitura do Plano em sua integralidade, nem deve ser este Formulário interpretado com um resumo do Plano.

O Credor declara-se ciente de que a opção feita neste ato é irrevogável, irretratável, final, definitiva e vinculante.

OBS.: Este formulário deve ser enviado exclusivamente por email ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário.

Por seu representante legal:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL****ANEXO 3.1(K)****Declarações dos Representantes Legais da Emitente**

Os senhores [-] e [-], na qualidade de representantes legais da Emitente, nos termos de seu Estatuto Social, atestam e certificam, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, que:

- (i) a emissão da Cédula e a celebração dos demais Documentos da Operação não resultam no inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais e/ou legais, inclusive regulatórias, assumidas e/ou imputáveis a quaisquer das sociedades do Grupo Renova; e
- (ii) não têm, até a presente data, conhecimento sobre a existência de qualquer ação, processo ou procedimento, judicial e/ou administrativo, pendente perante qualquer autoridade pública, tribunal judicial e/ou arbitral, que tenha por objeto qualquer termo, condição e/ou obrigação contemplados na Cédula ou nos demais Documentos da Operação ou que possam comprometer a consumação da Operação, ou, ainda, acarretar sua rescisão.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Anexo, são aqui utilizados com o significado a eles atribuídos na Cédula e, subsidiariamente, nos demais Documentos da Operação.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

P.P

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL****ANEXO 3.1(M)****Declarações da Renova**

A Renova Energia S.A. – Em recuperação Judicial declara, neste ato, que a Emitente é titular plena e exclusiva das Ações Brasil PCH e de todos os direitos econômicos a elas inerentes, inclusive direitos a dividendos e juros sobre capital próprio e aos valores recebíveis em caso de venda das Ações Brasil PCH (“Direitos Econômicos”), e as Ações Brasil PCH e os Direitos Econômicos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames e/ou direitos de terceiros, inclusive direitos ao recebimento de pagamentos com base no fluxo ou na hipótese de recebimento de Direitos Econômicos, ressalvados: (i) o direito do BNDES a 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos dividendos pagos pela Emitente à Renova, os quais serão preservados e não são afetados pelos Documentos da Operação; e (ii) os direitos do Citibank e da CEMIG a, respectivamente, 35,28% (trinta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) e 30% (trinta por cento) dos dividendos pagos pela Emitente à Renova sendo, ademais, no caso da CEMIG, limitados a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) por ano, os quais Citibank e CEMIG, de forma válida e eficaz contra os mesmos, concordaram em não receber e permitiram que sejam pagos ao Credor até que a dívida decorrente desta Cédula e dos demais Documentos da Operação tenha sido integralmente quitada.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Anexo são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuídos na Cédula e, subsidiariamente, no Contrato de Cessão Fiduciária.

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL****ANEXO 3.1.(P)****Modelo de Notificação das Tomadoras ao Administrador Judicial**

[Local], [Data]

A

KPMG CORPORATE FINANCE

Arquiteto Olavo Redig de Campos nº 105, 10º andar,
CEP 04711-904, São Paulo – SP

At.: Osana Mendonça

Tel : +55 (11) 3940-8273; +55 (11) 3940-7501; +55 (11) 3940-7552; ou +55 (11) 3940-3229.

e-mail: omendonca@kpmg.com.br

Prezados Senhores,

Por meio desta, comunicamos a V.Sas., na qualidade de administrador judicial das signatárias no âmbito da recuperação judicial de que trata o processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100, em tramite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo ("Administrador Judicial"), que, em [•] de [•] de 2020, a Chipley SP Participações S.A. – em Recuperação Judicial ("Chipley") emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP ("CCB"), em favor do credor QI Sociedade de Crédito S.A., com o aval da Renova Energia S.A. – em Recuperação Judicial ("Renova") e da Renovapar S.A. – em Recuperação Judicial ("Renovapar") e, em conjunto com Chipley e Renova, as "Recuperandas") e com a interveniência da Pavarini Serviços Especializados Ltda. ("Representante do Credor") e da TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

Em razão da celebração da CCB e para fins de cumprimento de uma das condições necessárias para o seu desembolso, autorizamos, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável que V.Sas. prestem e/ou enviem ao Representante do Credor, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, quaisquer informações solicitadas com relação às Recuperandas, inclusive informações financeiras, reconhecendo as Recuperandas, desde já, que o envio de tais informações ao Representante do Credor não constitui infração a quaisquer normas ou dever de sigilo que porventura possam ser oponíveis ou atribuídos ao Administrador Judicial.

Caso necessário entrar em contato com o Representante do Credor, todos os documentos e as comunicações que venham a ser necessários deverão ser encaminhados, por escrito, para os seguintes endereços:

(a) Se para o Representante do Credor:

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi
CEP 04534-002 São Paulo, SP
At.: Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo de Oliveira
E-mail: servicos@pavarini.com.br

A presente notificação e as instruções nela contidas são feitas a V.Sas. em caráter irrevogável e irretratável, não podendo ser por nós alteradas, suplementadas ou canceladas, por qualquer motivo, sem o consentimento prévio e por escrito do Representante do Credor.

Sendo isso o que se tinha para o momento, subscrevemo-nos.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL****ANEXO 3.3****Termo de Execução**

São Paulo, [-] de [-] de [-]

À

[Nome]**[Endereço]****Ref: Cédula de Crédito Bancária - Condições Suspensivas**

Prezados Senhores,

Fazemos referência à Cláusula 3 da Cédula de Crédito Bancária, que emitimos, em [-] de [-] de [-] em favor de [-] (“Cédula”).

Exceto se expressamente definidos de forma diversa na presente, os termos iniciados em maiúsculas aqui empregados terão os mesmos significados que lhes são atribuídos na Cédula.

Declaramos, por meio desta e para os fins da Cláusula 3 da Cédula, que as Condições Suspensivas, sob nossa responsabilidade, tal como estipuladas nas Cláusulas 3.1 [(a), (b), (d) (i), (d) (iii), (e), (f), (g), (j), (k), (l), (m) e (n)] da Cédula, foram integralmente cumpridas, conforme comprovantes que integram o “Anexo I” ao presente documento, os quais declaramos serem cópias fiéis dos originais.

Da mesma forma, entendemos que as demais Condições Suspensivas previstas na Cláusula 3.1 também foram devidamente cumpridas.

Para os fins previstos nas Cláusulas 3.3 e 3.4 da Cédula, informamos-lhes a data para transferência dos recursos do Valor Principal da Cédula bem como a conta bancária para a qual tais recursos devem ser transferidos:

Data do desembolso: [-]Conta Bancária: [-]

Banco [-]

Agência [-]

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL**

Conta corrente Nº [-]

Atenciosamente,

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME:

CPF:

2. _____

NOME:

CPF:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL

ANEXO I

LISTA DE COMPROVANTES

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças (“Contrato” ou “Contrato de Cessão Fiduciária”) e na melhor forma de direito, as partes (“Partes”)

- (a) **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.643.213/0001-34, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.300.449.908, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Devedora Fiduciante”); e
- (b) **PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi Cep 04534-002, inscrita no CNPJ sob o nº 34.061.232/0001-71, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35235566356, neste ato representada na forma de seu contrato social, agindo sempre na qualidade de mandatária e representante dos interesses do Credor (conforme abaixo definido), nos termos da Cédula (conforme abaixo definido) (“Representante do Credor”);

E, na qualidade de intervenientes anuentes (“Intervenientes Anuentes”),

- (c) **TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Caiapós, nº 243, Térreo, Conjunto A, Sala 1, Centro Empresarial Tamboré, inscrita no CNPJ sob o nº 23.103.490/0001-57, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.229.375.447, neste ato representada na forma do seu contrato social (“Agente Administrador de Contas Oneradas”);
- (d) **RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605/0001-74, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.300.358.295, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Renova”); e
- (e) **RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.667.090/0001-71, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE

35.300.449.991, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Renovapar” e, em conjunto com Renova, as “Avalistas”);

CONSIDERANDO QUE:

- i) a Devedora Fiduciante e as Avalistas (em conjunto, “Tomadoras”) encontram-se em situação de crise econômico-financeira e, com o objetivo de viabilizar a superação da referida crise e permitir a manutenção de suas atividades, ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial distribuído à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), cujo processamento foi deferido em 16 de outubro de 2019;
- ii) em 6 de julho de 2020, as Tomadoras e outras empresas em recuperação judicial do “Grupo Renova” apresentaram versão de seu Plano de Recuperação Judicial nos autos da Recuperação Judicial, conforme ajustado e aditado de tempos em tempos (“Plano de Recuperação Judicial”);
- iii) as Tomadoras enfrentam grave crise de liquidez e demandam recursos para a satisfação de suas despesas ordinárias, de forma que a Quadra Gestão de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob o nº 17.707.098/0001-14 (“Quadra”), manifestou interesse em estruturar operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* (“Operação”), nos termos dos arts. 67 e 84, V, da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 (“Lei 11.101”), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Tomadoras, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores;
- iv) em 12 de setembro de 2020, as Tomadoras e a Quadra assinaram o “*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*”, que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação (“Memorando”);
- v) nos termos do Memorando, a Devedora Fiduciante emitiu nesta data, em favor da QI Sociedade de Crédito S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 32.402.502/0001-35, a Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP, conforme alterada de tempos em tempos (“Cédula” e “Credor Original”). Para fins do presente Contrato, “Credor” significa o Credor Original e quaisquer eventuais credores cessionários/endossatários da Cédula ou sucessores;
- vi) nos termos da Cédula, o Credor nomeou o Representante do Credor como representante de seus interesses, observado o previsto na Cláusula 11.1;
- vii) de forma a garantir o fiel e cabal cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas), a Devedora Fiduciante constitui, neste ato, até a liquidação integral das

Obrigações Garantidas, em favor do Representante do Credor, agindo no interesse do Credor, a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios (conforme abaixo definido);

viii) nos termos do (a) “Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas”, celebrado nesta data entre a Devedora Fiduciante, o Representante do Credor e o Agente Administrador de Contas Oneradas, conforme aditado de tempos em tempos (“Contrato de Administração de Conta”); e do (b) “Contrato de Depósito”, a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário (conforme definido na Cédula), conforme aditado de tempos em tempos (“Contrato de Depósito”), e sempre observadas as rotinas e procedimentos descritos neste Contrato e na Cédula:

- a) o Agente Administrador de Contas Oneradas é e será responsável pela administração da conta corrente nº 83211-072, mantida na agência 0001 do Agente Depositário, de titularidade da Devedora Fiduciante, ou outra que vier a ser designada nos termos do Contrato de Depósito (“Conta Centralizadora”), e da conta corrente nº 83211-073, mantida na agência 0001 do Agente Depositário, de titularidade da Devedora Fiduciante, ou outra que vier a ser designada nos termos do Contrato de Depósito (“Conta Vinculada” e, em conjunto com a Conta Centralizadora, “Contas Oneradas”), sem prejuízo da emissão de instruções de movimentação e de investimento pelo Representante do Credor, nos termos dos referidos instrumentos, bem como ressalvado que, a todo tempo e sem nenhuma exceção, inclusive na ocorrência de qualquer evento de Inadimplemento (conforme definido na Cédula), somente estarão sujeitos à garantia, ora instituída, os direitos creditórios correspondentes a 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora; e
- b) o Agente Depositário é e será responsável, observado os procedimentos descritos no Contrato de Administração de Contas e que vierem a ser descritos no Contrato de Depósito, pelo recebimento dos valores decorrentes (a) dos Proventos das Ações, os quais deverão ser depositados única e exclusivamente na Conta Centralizadora e de lá 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) devem ser transferidos à Conta Vinculada e 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) devem ser transferidos à conta corrente nº. 13047610-6, mantida no Banco Santander Brasil S.A. (033), agência 2271, de titularidade da Devedora Fiduciante (“Conta de Livre Movimentação”) e, (b) dos Recursos Alienação UPI Brasil PCH (conforme abaixo definido), na Conta Vinculada, observado o disposto na Cláusula 2.1 “iii” e os procedimentos a serem adotados no Contrato de Depósito. Os recursos depositados na Conta Vinculada deverão ser transferidos à corrente de titularidade do Credor a ser informada na Notificação de Transferência (“Conta para Pagamento da Dívida”);,

Desta forma, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato, que será regido pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos com iniciais maiúsculas aqui empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Contrato são aqui utilizados com os mesmos significados atribuídos a tais termos, conforme aplicável, na Cédula, no Contrato de Administração de Contas, no Contrato de Depósito, que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, e no “Termo de Obrigações”, celebrado na presente data entre as Tomadoras e o Representante do Credor (“Termo de Obrigações”), que, em conjunto com este Contrato, são denominados “Documentos da Operação”, sendo certo que, em caso de quaisquer conflitos existentes entre os termos definidos ou regras de interpretação, previstos na Cédula e em quaisquer Documentos da Operação, inclusive neste Contrato, deverão prevalecer os termos definidos e regras de interpretação, previstos na Cédula.

CLÁUSULA SEGUNDA - CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

2.1. Em garantia do fiel e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Devedora Fiduciante e das Avalistas perante o Credor, principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, despesas, custas, honorários e eventuais despesas de advogados, do Agente Administrador de Contas Oneradas, e demais encargos contratuais e legais, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora Fiduciante e pelas Avalistas perante o Credor, conforme aplicável, representado pelo Representante do Credor no âmbito da Cédula e demais Documentos da Operação, bem como aquelas necessárias para formalização, manutenção e/ou execução de tais obrigações – cujos termos e condições são de pleno conhecimento de cada uma das Partes, ora expressamente ratificados, e do qual o presente Contrato e seus anexos são parte integrante, inseparável e complementar – incluindo ainda, mas não se limitando, a penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, conforme venham a ser prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos (“Obrigações Garantidas”), a Devedora Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, cede e cederá fiduciariamente, em primeiro grau, em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, em favor do Representante do Credor, nos termos da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, no que for aplicável (“Código Civil”), dos artigos 18 ao 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”), e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728/65”, “Cessão Fiduciária” e “Direitos Creditórios”):

- i) todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade da Devedora Fiduciante decorrentes de 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) (“Percentual Garantido”) de todos e quaisquer recursos que, líquidos de eventuais

- tributos, venham a ingressar no caixa da Devedora Fiduciante em decorrência do pagamento de dividendos, proventos, lucros, frutos, rendimentos, preferências, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, mútuos, reembolsos de capital, reduções de capital, amortizações, resgate de ações e demais valores que venham a ser, a partir desta data (inclusive), recebidos pela Devedora Fiduciante na qualidade de titular de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 07.314.233/0001-08 (“Brasil PCH”, e “Ações Brasil PCH” e “Proventos das Ações”), sendo que a totalidade dos Proventos das Ações (inclusive aqueles em valor superior ao percentual da garantia ora referida) será creditada única e exclusivamente na Conta Centralizadora para posterior transferência do Percentual Garantido dos Proventos das Ações à Conta Vinculada, conforme previsto na cláusula 2.1.2 da Cédula e conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas para o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito;
- ii) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos direitos creditórios decorrentes dos Recursos Alienação UPI Brasil PCH, líquidos dos valores, tal como a serem informados pela Devedora Fiduciante, de eventuais tributos, exigíveis diretamente da Devedora Fiduciante, bem como custos e despesas incorridos pela Devedora Fiduciante em decorrência de tal operação, como previsto no item (ii) da cláusula 5.1 da Cédula, limitados à somatória do saldo do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não-pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada (conforme definidos na Cédula) e de qualquer outro encargo devido e não pago à Devedora Fiduciante, os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada. Mediante a liquidação integral da Cédula e ato contínuo à tal liquidação, o Representante do Credor deverá enviar ao Agente Administrador de Contas Oneradas uma notificação escrita informando a ocorrência de tal liquidação integral (notificação esta a ser enviada de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas), para que o Agente Administrador de Contas Oneradas instrua o Agente Depositário a transferir todo valor depositado na Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, nos termos do Contrato de Depósito; e
- iii) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos direitos creditórios detidos pela Devedora Fiduciante contra o Agente Depositário decorrentes da titularidade da Conta Centralizadora e 100% (cem por cento) dos direitos creditórios detidos pela Devedora Fiduciante contra o Agente Depositário decorrentes da titularidade da Conta Vinculada, respectivamente, incluindo, sem limitação, os recursos mantidos e/ou lá depositados (inclusive aqueles em trânsito ou em fase de compensação bancária) direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, presentes ou futuros, incluindo os relativos aos investimentos, presentes ou futuros, realizados com os recursos disponíveis na

Conta Centralizadora e na Conta Vinculada, tais como os Investimentos Permitidos (conforme abaixo definido).

2.1.1. Para fins de clareza, fica certo e ajustado que, não obstante qualquer disposição em contrário, expressa ou implicitamente, contida neste Contrato ou em qualquer outro Documento da Operação, nada deverá impedir, a qualquer tempo e sob qualquer pretexto, inclusive, sem qualquer limitação, na hipótese de ocorrência de um evento de Inadimplemento, que 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora sejam integralmente transferidos para a Conta de Livre Movimentação. Por conseguinte, 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora não estarão sujeitos à garantia, ora instituída, e, por conseguinte, não deverão ser interpretados como compreendidos pelo termo definido “Direitos Creditórios”.

2.1.2. Para fins do artigo 1.362 do Código Civil, do artigo 66-B da Lei 4.728/65 e artigo 18 da Lei 9.514/97, as principais condições e características das Obrigações Garantidas, conforme previstas na Cédula e sem prejuízo aos termos lá constantes, encontram-se descritas no “Anexo I” ao presente Contrato.

2.2. O cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importa exoneração correspondente da Devedora Fiduciante com relação à presente Cessão Fiduciária.

2.2.1. A Cessão Fiduciária resolver-se-á quando do pagamento integral das Obrigações Garantidas, conforme confirmação escrita do Representante do Credor, a ser emitida em até 1 (um) Dia Útil contado da verificação da referida quitação integral, e encaminhada ao Agente Administrador de Contas Oneradas e ao Agente Depositário, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e a serem estabelecidos no Contrato de Depósito, com cópia à Devedora Fiduciante. Após o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a posse direta e indireta dos Direitos Creditórios retornará à Devedora Fiduciante de pleno direito, sem a necessidade de comunicação ou notificação.

2.3. Os signatários deste instrumento concordam expressamente que o não cumprimento de qualquer obrigação assumida pela Devedora Fiduciante e/ou pelas Avalistas neste Contrato e nos demais Documentos da Operação acarretará o imediato vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, observados eventuais prazos de cura previstos nos Documentos da Operação.

2.4. A presente Cessão Fiduciária abrange todos os direitos, contratuais ou legais, bem como todas as ações, privilégios e garantias de titularidade do Devedora Fiduciante relacionados aos Direitos Creditórios, bem como os respectivos frutos, acessórios e rendimentos que vierem a ser incorporados aos Direitos Creditórios.

2.5. Até a liquidação e quitação integral das Obrigações Garantidas e sem prejuízo do Pagamento Antecipado Obrigatório, o Representante do Credor poderá instruir o Agente Administrador de Contas Oneradas, que instruirá o Agente Depositário no mesmo sentido, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, a alocar os recursos cursados na Conta Vinculada para a aquisição de cotas de fundos de investimentos administrados por instituições financeiras nacionais de primeira linha, de curto prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos seguintes ativos: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima “a” (“Investimentos Permitidos”). O Representante do Credor poderá instruir o Agente Administrador de Contas Oneradas, que instruirá o Agente Depositário no mesmo sentido, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, a promover a amortização e/ou resgate dos Investimentos Permitidos, observado que os recursos decorrentes destas operações deverão ser creditados única e exclusivamente na Conta Vinculada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONTAS ONERADAS

3.1. Até que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas integralmente, a Devedora Fiduciante não poderá movimentar as Contas Oneradas de qualquer forma, ficando proibida de fornecer quaisquer instruções ao Agente Depositário, a qual somente poderá ser realizada pelo Representante do Credor, por meio do Agente Administrador de Contas Oneradas, ou diretamente pelo Agente Administrador de Contas Oneradas, conforme o caso, nos termos deste Contrato, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, e sempre ressalvado o disposto na Cláusula 2.1.1 acima.

3.1.1. As Contas Oneradas não poderão ser movimentadas por meio de cheques, cartão e/ou qualquer outro meio que prejudique a transferência integral dos montantes direcionados à e/ou depositados nas Contas Oneradas. A Devedora Fiduciante tão somente terá acesso às Contas Oneradas para visualização do extrato e movimentações realizadas em tal conta.

3.2. Todo e qualquer valor relativo aos Direitos Creditórios deverá ser creditado única e exclusivamente na Conta Centralizadora, com exceção dos Recursos Alienação UPI Brasil PCH, os quais deverão ser creditados única e exclusivamente na Conta Vinculada, para posterior repasse e alocação nos termos deste Contrato, da Cédula, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário.

3.3. Observado o disposto na Cédula, em especial a sua cláusula 2, neste Contrato, no Contrato de Administração de Contas e no que vier a ser estabelecido no Contrato de

Depósito, e sempre ressalvado o disposto na Cláusula 2.1.1 acima, os Direitos Creditórios serão utilizados na amortização das Obrigações Garantidas nos termos da Cédula (inclusive em razão da declaração de evento de vencimento antecipado nos termos dos Documentos da Operação), ficando, para tanto, o Representante do Credor, desde já autorizado pela Devedora Fiduciante a tomar todas as providências necessárias neste sentido, inclusive para dar instruções ao Agente Administrador de Contas Oneradas nesse sentido, informando a ocorrência de vencimento antecipado e da liquidação integral das Obrigações Garantidas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas. Sem prejuízo da autorização do Representante do Credor, o Administrador de Contas Oneradas será autorizado pela Devedora Fiduciante, nos termos do Contrato de Administração de Contas, a tomar as referidas providências.

Seção I – Procedimentos de Arrecadação e Repasse

3.4. Em síntese e observados os termos e condições deste instrumento, da Cédula, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, o Agente Depositário realizará as seguintes operações (“Procedimentos de Arrecadação e Repasse”):

3.5. Até 30 de abril de 2021 (inclusive) e/ou até o limite de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) depositados na Conta Centralizadora, o que ocorrer primeiro, e desde que não tenha ocorrido nem esteja em curso nenhum evento de Inadimplemento (“Condições de Oneração”), nos termos da cláusula 10 da Cédula, 100% (cem por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora serão transferidos para a Conta de Livre Movimentação;

a.1) O Representante do Credor ou a Devedora Fiduciante deverá notificar o Agente Administrador de Contas Oneradas, por escrito, de acordo com a Cláusula 11.4 abaixo, acerca do depósito de qualquer montante na Conta Centralizadora (“Notificação de Depósito – Conta Centralizadora”). No Segundo Dia Útil após o recebimento de qualquer Notificação de Depósito – Conta Centralizadora, o Agente Administrador de Contas Oneradas verificará o saldo da Conta Centralizadora junto ao Agente Depositário e, caso o referido depósito tenha sido realizado na Conta Centralizadora até as 12h00 (doze horas), o Agente Administrador de Contas Oneradas instruirá o Agente Depositário a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, no mesmo Dia Útil. Caso o depósito seja realizado após as 12h00 (doze horas), o Agente Administrador de Contas Oneradas instruirá o Agente Depositário a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, no Dia Útil imediatamente subsequente.

a.2) Até que seja verificada ao menos uma das Condições de Oneração, a ser prontamente notificada, pelo Representante do Credor para o Agente Administrador de Contas Oneradas, o Agente Administrador de Contas Oneradas não poderá emitir qualquer Instrução ao Agente

Depositário contrária à transferência dos recursos mencionados em “a” acima para a Conta de Livre Movimentação.

3.6. Verificada ao menos uma das Condições de Oneração pelo Representante do Credor:

b.1) 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos serão transferidos da Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação;

b.2) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora, líquidos dos valores a serem expressamente informados pela Emitente, tal como de eventuais tributos, exigíveis diretamente da Emitente, bem como custos e despesas incorridos pela Devedora Fiduciante em decorrência de tal operação, serão transferidos para a Conta Vinculada. Os Recursos Alienação UPI Brasil PCH serão creditados, nos termos da Cédula e deste Contrato, na Conta Vinculada. A totalidade (100%) dos recursos disponíveis na Conta Vinculada serão transferidos para a Conta para Pagamento da Dívida, nas Datas de Transferência (conforme definidas na Cédula), para pagamento dos valores devidos ao Credor, observado o disposto na cláusula 2.1.4 da Cédula.

b.3) O percentual descrito no item b.1 acima não integra a garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, permanecendo os referidos recursos livres e disponíveis para transferência, pelo Agente Depositário, mediante instruções do Agente Administrador de Contas Oneradas, não podendo o Representante do Credor emitir qualquer instrução a respeito da movimentação ou investimento dos referidos recursos, ainda que tenha ocorrido um evento de Inadimplemento previsto na Cédula, neste Contrato ou em qualquer outro Documento da Operação.

b.4) O Representante do Credor deverá comunicar o Agente Administrador de Contas Oneradas, por escrito, de acordo com a Cláusula 11.4 abaixo, sobre a ocorrência de quaisquer das Condições de Oneração (“Notificação – Condições de Oneração”).

b.5) No Segundo Dia Útil após o recebimento de qualquer Notificação de Depósito – Conta Centralizadora, o Agente Administrador de Contas Oneradas verificará o saldo da Conta Centralizadora junto ao Agente Depositário e, caso o referido depósito tenha sido realizado na Conta Centralizadora até as 12h00 (doze horas), o Agente Administrador de Contas Oneradas instruirá o Agente Depositário a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora, de acordo com os itens b.1 e b.2 acima, no mesmo Dia Útil. Caso o depósito seja realizado após as 12h00 (doze horas), Agente Administrador de Contas Oneradas instruirá o Agente Depositário a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora, de acordo com os itens b.1 e b.2 acima, no Dia Útil imediatamente subsequente.

3.7. A Devedora Fiduciante deverá informar o Representante do Credor e o Agente Administrador de Contas Oneradas acerca do depósito de qualquer montante na Conta Centralizadora, com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

Seção II - Ordem de Alocação de Recursos

3.8. Os valores depositados na Conta Vinculada deverão ser transferidos, pelo Agente Depositário, seguindo as instruções do Agente Administrador de Contas Oneradas, em cada Data de Transferência, para a Conta para Pagamento da Dívida e, em seguida, alocados pelo Credor na seguinte ordem, conforme aplicável (conforme definidos na Cédula):

- (i) pagamento dos Encargos Moratórios, se aplicável;
- (ii) pagamento dos Encargos Remuneratórios;
- (iii) amortização do Saldo do Principal Atualizado; e
- (iv) Amortização Extraordinária Obrigatória.

3.8.1. As Tomadoras deverão informar sobre o depósito dos Proventos das Ações ao Representante do Credor, com cópia ao Credor e ao Agente Administrador de Contas Oneradas, com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

3.8.2. O Representante do Credor, neste ato, responsabiliza-se por comunicar o Agente Administrador de Contas Oneradas sobre quaisquer alterações na distribuição dos recursos, conforme descrita na Cláusula 3.4., decorrentes dos Documentos da Operação que o Agente Administrador de Contas Oneradas não figure como parte, bem como do Plano de Recuperação Judicial, especialmente no caso de haver a alienação da UPI Brasil PCH, comprometendo-se a enviar ao Agente Administrador de Contas Oneradas as devidas instruções para que este possa instruir o Agente Depositário a realizar as movimentações dos recursos nos termos e condições, em especial prazos, acordado no Contrato de Administração de Contas e que vierem a ser acordados no Contrato de Depósito.

3.9. Em cada uma das Datas de Vencimento previstas no item 4 do Quadro V da Cédula, ou no 15^a (décimo quinto), 30^o (trigésimo) e 45^o (quadragésimo quinto) dia imediatamente anterior à respectiva Data de Vencimento (“Data de Antecipação do Pagamento” e, em conjunto com as Datas de Vencimento, “Data de Transferência”), sempre observado o disposto na Cláusula 3.4, o saldo dos recursos depositados na Conta Vinculada será integralmente transferido para a Conta para Pagamento da Dívida para posterior utilização nos pagamentos previstos na Cláusula 3.5. Caso a Data de Antecipação do Pagamento ou Data de Vencimento não seja Dia Útil, será considerado o próximo Dia Útil.

3.10. Todos os pagamentos devidos pela Devedora Fiduciante nos termos da Cédula somente serão considerados efetivamente recebidos quando o valor correspondente estiver integralmente livre e disponível, na Conta Vinculada, para transferência, pelo Agente

Depositário, para a Conta de Pagamento da Dívida, conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas.

Seção III – Pagamento Antecipado Obrigatório

3.11. O pagamento antecipado das Obrigações Garantidas será obrigatório (“Pagamento Antecipado Obrigatório”) nas seguintes situações:

- i) na hipótese de Amortização Extraordinária Obrigatória; ou
- ii) se houver a venda da UPI Brasil PCH. Neste caso, parcela dos recursos resultantes da alienação da UPI Brasil PCH efetivamente pagos à Devedora Fiduciante, e descontados: (a) quaisquer tributos incidentes sobre ou decorrentes diretamente da alienação da UPI Brasil PCH e devidos pela Devedora Fiduciante; e (b) custos e despesas, direta ou indiretamente, incorridos com tal alienação, desde que devidamente comprovados e de acordo com práticas de mercado junto a assessores de primeira linha na operação de alienação da UPI Brasil PCH (“Recursos Alienação UPI Brasil PCH”), deverão ser utilizados para liquidar o saldo devedor do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada e de qualquer outro encargo devido e não pago, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial..

Seção IV – Disposições Gerais

3.12. Por força de um Inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Devedora Fiduciante e pelas Avalistas neste Contrato e/ou nos demais Documentos da Operação e/ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula 7.1, o Representante do Credor fica desde já autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, e sempre ressalvado o disposto na Cláusula 2.1.1 acima, a promover a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios, aplicando o produto auferido na amortização parcial e/ou liquidação total das Obrigações Garantidas, podendo, para tanto, assinar documentos, emitir recibos, dar e receber quitação, passar ordens e instruções, bem como tomar qualquer medida, judicial ou extrajudicial, reconhecendo a Devedora Fiduciante, desde já, a autenticidade e legalidade de tais atos, dando tudo como bom, firme e valioso para todos os fins e efeitos de direito.

3.13. Observado o disposto na Cláusula Terceira, eventual saldo dos Direitos Creditórios depositados na Conta Vinculada apenas poderá ser transferido para a Conta de Livre Movimentação após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, mediante confirmação passada pelo Representante do Credor para o Agente Administrador de Contas Oneradas e, então, por meio de instrução enviada ao Agente Depositário pelo Agente Administrador de

Contas Oneradas, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito.

CLÁUSULA QUARTA – MANDATO

4.1 Como condição dos negócios avençados neste Contrato, a Devedora Fiduciante e as Avalistas (“Outorgantes”), em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683, 684 e seguintes do Código Civil, nomeiam e constituem o Representante do Credor, observado o disposto na Cláusula 11.1, como seu bastante, único e exclusivo procurador, agindo sempre na qualidade de representante dos interesses do Credor (“Outorgado”) e com observância dos termos da Cédula e dos demais Documentos da Operação e do Acordo de Acionistas da Brasil PCH, para (i) praticar todos os atos necessários à regularização, constituição e registro das garantias contratadas, inclusive assinar aditamentos ao presente Contrato, desde que, a Devedora Fiduciante deixe de praticar quaisquer desses atos em estrita observância aos termos e prazos dos Documentos da Operação, nas hipóteses previstas neste Contrato, na Cédula nos demais Documentos da Operação e na legislação em vigor; (ii) movimentar as Contas Oneradas, observados os termos e as condições estabelecidos neste Contrato, na Cédula e nos demais Documentos da Operação; e (iii) na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, representar os Outorgantes perante o Agente Depositário, os devedores dos Direitos Creditórios e/ou qualquer terceiro, de direito público ou privado, podendo, inclusive, e, observados os poderes outorgados ao Representante do Credor, agindo sempre no interesse do Credor, neste Contrato de Cessão Fiduciária, na qualidade de procurador dos Outorgantes, (a) solicitar e demandar do Agente Administrador de Contas Oneradas, para que instrua ao Agente Depositário a transferência dos recursos por este acolhidos relativos aos Direitos Creditórios e aos demais bens e direitos onerados nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária em conformidade com o previsto na Cláusula Terceira deste Contrato, podendo, inclusive, conforme facultado pelo artigo 66-B, da Lei 4.728/65, combinado com o artigo 19 e seguintes da Lei 9.514/97, conservar e recuperar a posse dos documentos comprobatórios e demais instrumentos representativos dos Direitos Creditórios, contra qualquer detentor; (b) promover a intimação do Agente Depositário, de cada um dos devedores dos Direitos Creditórios e/ou de qualquer terceiro para que repassem os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, (c) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os Direitos Creditórios e exercer em nome dos Outorgantes os demais direitos a eles conferidos em face dos devedores dos bens e direitos onerados nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária, (d) receber dos devedores os Direitos Creditórios diretamente ou em decorrência dos exercício dos poderes outorgados neste Contrato de Cessão Fiduciária e, por fim, (e) realizar todo e qualquer ato considerado como necessário ao exercício do mandato acima outorgado e à preservação dos direitos, garantias e prerrogativas do Outorgado previstas em cada um dos Documentos da Operação, sendo ineficaz qualquer medida que venha a impedir e/ou prejudicar, direta ou

indiretamente, o exercício dos poderes aqui previstos. Os poderes aqui outorgados poderão ser substabelecidos somente para eventual cessionário ou sucessor do Outorgado.

4.2 A Devedora Fiduciante e as Avalistas obrigam-se a não realizar qualquer ato ou procedimento que implique ou possa resultar, direta ou indiretamente: (i) na transferência e/ou na movimentação dos recursos depositados ou a serem depositados nas Contas Oneradas de forma diversa daquela prevista nos Documentos da Operação; (ii) no fechamento, cancelamento ou bloqueio das Contas Oneradas; e/ou (iii) na alteração e/ou modificação dos procedimentos e rotinas previstos na Cláusula Terceira que afete ou possa afetar os direitos, garantias ou prerrogativas do Credor e previstas em cada um dos Documentos da Operação, incluindo passar qualquer ordem ou medida que implique na alteração das Contas Oneradas como destino de recebimento dos Direitos Creditórios nos termos dos Documentos da Operação.

CLÁUSULA QUINTA – APERFEIÇOAMENTO DAS GARANTIAS

5.1 Em até 10 (dez) Dias Úteis contados da celebração deste Contrato, a Devedora Fiduciante obriga-se, às suas expensas:

- i) a providenciar o registro deste Contrato de Cessão Fiduciária em Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e Barueri, apresentando todo e qualquer documento necessário para a realização do referido ato, incluindo certidões que venham a ser solicitadas. Qualquer alteração ao presente instrumento deverá ser objeto de prenotação nos cartórios competentes, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de assinatura da assinatura do referido aditamento, para que seja realizado o registro na forma da lei. A Devedora Fiduciante deverá entregar ao Representante do Credor, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da prenotação acima referida, vias originais do respectivo aditamento devidamente registrado nos cartórios competentes;
- ii) entregar ao Representante do Credor instrução de pagamento preparada substancialmente na forma do “Anexo II”, firmada, em caráter irrevogável e irretratável, pela Devedora Fiduciante juntamente com o respectivo recibo de entrega de tal instrução à Brasil PCH, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios dos poderes de representação da Devedora Fiduciante (“Instrução de Pagamento”); e
- iii) a realizar qualquer procedimento adicional, que eventualmente venha a ser necessário à existência, validade, e eficácia deste instrumento, inclusive em face de terceiros, caso o Representante do Credor assim venha a solicitar, com base em lei, determinando o cumprimento do referido procedimento, sob pena de, não fazendo, caracterizar-se um evento de vencimento antecipado.

5.2 Caso julgue necessário, mas desde que, após instrução do Credor e mediante prévia comunicação à Devedora Fiduciante e/ou as Avalistas, se estes não realizarem o registro nos

termos do item (i) da Cláusula 5.1, o Representante do Credor poderá proceder aos registros e averbações acima referidos e a cobrar o valor correspondente da Devedora Fiduciante e/ou das Avalistas, os quais se obrigam a reembolsar o Representante do Credor do valor das despesas comprovadamente incorridas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da solicitação escrita encaminhada por este nesse sentido.

5.3 Nos termos do Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, o Agente Depositário anuiu e concordou com a Cessão Fiduciária, para o cumprimento do disposto no artigo 290 do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA- OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA DEVEDORA FIDUCIANTE E DAS AVALISTAS

6.1. É expressamente vedado o comprometimento/oneração, total ou parcial e a qualquer título, direta ou indiretamente, dos Direitos Creditórios, incluindo sem limitação, das ações objeto da Participação, em favor de quaisquer terceiros, incluindo de afiliadas da Devedora Fiduciante e/ou das Avalistas, sem o consentimento prévio do Representante do Credor, aplicando-se as previsões contidas no parágrafo 2.º do artigo 66-B, da Lei 4.728/65, acrescido à Seção XIV da Lei 4.728/65 pelo artigo 55 da Lei 10.931/04.

6.2. Em razão do disposto acima, a Devedora Fiduciante e as Avalistas, conforme aplicável, obrigam-se, incondicionalmente e sem limitação, a não (i) constituir qualquer tipo de garantia sobre os Direitos Creditórios, a qualquer momento, por qualquer motivo, em favor de terceiros; (ii) alienar, ceder, ou de qualquer outra forma transferir a qualquer pessoa, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios, incluindo a Participação; (iii) criar, incorrer, ou permitir a criação de quaisquer ônus ou opção em favor de terceiros ou qualquer ação de terceiros com relação aos Direitos Creditórios; (iv) celebrar qualquer contrato ou compromisso que restrinja ou subordine o direito ou a possibilidade do Representante do Credor e do Credor (incluindo seus sucessores e cessionários) de exercer quaisquer direitos aqui previstos com relação aos Direitos Creditórios ou que possam de qualquer forma afetar a constituição dos Direitos Creditórios, a não ser que com prévio e expresso consentimento do Representante do Credor; e (v) tomar quaisquer medidas ou realizar quaisquer atos e negócios que afetem ou possam afetar adversamente, direta ou indiretamente, os Direitos Creditórios e a presente Cessão Fiduciária, sendo qualquer ato neste sentido nulo e ineficaz em relação ao Credor ou ao Representante do Credor, observado o Termo de Obrigações.

6.3. A constatação de que os Direitos Creditórios e/ou sua constituição foram, direta ou indiretamente, comprometidos/onerados em favor de terceiros, incluindo as ações objeto da Participação, sem o consentimento prévio, expresso e por escrito do Representante do Credor, acarretará o imediato vencimento de todas as Obrigações Garantidas, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

6.3.1. O Representante do Credor deverá ser informado, por meio de comunicação escrita enviada pela Devedora Fiduciante, de consentimentos do Credor, sobre quaisquer acontecimentos descritos nas Cláusulas 6.1., 6.2. e 6.3. acima.

6.4. Caso a Devedora Fiduciante e as Avalistas venham a receber diretamente os valores devidos em razão dos Direitos Creditórios, recebê-los-ão na qualidade de fiel depositário do Representante do Credor e deverão depositar a totalidade dos valores assim recebidos na Conta Centralizadora em até 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, independentemente de prévio aviso ou notificação ou outra formalidade para tanto por parte do Representante do Credor ou de qualquer terceiro.

6.5. Na hipótese de o Agente Administrador de Contas Oneradas e/ou o Agente Depositário, por qualquer motivo, deixarem de cumprir imediatamente qualquer ordem do Representante do Credor em cumprimento aos termos definidos em cada um dos Documentos da Operação, a Devedora Fiduciante e as Avalistas se comprometem a enviar os melhores esforços para assegurar o cumprimento da determinação, sem prejuízo da propositura, pelo Representante do Credor e/ou pelo Credor, das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis contra o responsável para ressarcimento dos eventuais danos ocorridos nos limites da Cédula, observado ainda o disposto no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito.

6.6. Ainda, sem prejuízo das demais obrigações da Devedora Fiduciante e as Avalistas, conforme aplicável, nos termos deste Contrato, estes concordam que, até que todas as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente pagas e cumpridas:

- (i) sempre que necessário, às suas expensas, celebrarão ou farão com que sejam celebrados os instrumentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Representante do Credor ou pelo Credor para o aperfeiçoamento ou proteção da Cessão Fiduciária prevista neste Contrato ou para permitir sua execução, assegurar a legalidade, validade, exequibilidade e força probatória do presente Contrato nos termos previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária e em lei;
- (ii) manterão a presente garantia existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, por toda a vigência deste Contrato, sendo expressamente vedada a cessão, alienação ou transferência a qualquer título dos Direitos Creditórios e das Contas Oneradas ou quaisquer ativos que venham a ser entregues em cessão fiduciária por força do presente instrumento ou de seus eventuais aditivos, desde que expressamente autorizado pelo Representante do Credor, sendo que qualquer ato contrário ao aqui disposto será considerado nulo de pleno direito;
- (iii) comunicarão, a partir do seu conhecimento, imediatamente ao Representante do Credor o descumprimento, por quaisquer dos signatários, de suas respectivas obrigações

estabelecidas neste Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais Documentos da Operação;

- (iv) praticarão todos os atos necessários para manter a validade e a eficácia do presente Contrato, inclusive eventuais registros ou averbações;
- (v) adotarão todas as providências e fornecerão todas as demais informações relativamente aos Direitos Creditórios e às Contas Oneradas que lhes forem razoavelmente solicitadas pelo Representante do Credor, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das referidas solicitações; e
- (vi) não celebrarão qualquer contrato ou praticarão qualquer ato que restrinja, direta ou indiretamente, os direitos ou a capacidade do Representante do Credor de excutir, nos termos dos Documentos da Operação, os Direitos Creditórios e às Contas Oneradas, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. O Representante do Credor poderá declarar o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, observadas as hipóteses e procedimentos previstos na cláusula 10 da Cédula.

7.2. Sem prejuízo das disposições contidas neste Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais Documentos da Operação, declarado o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos previstos na Cédula, consolidar-se-á no Credor, representado pelo Representante do Credor, a titularidade plena dos Direitos Creditórios, podendo o Credor, representado pelo Representante do Credor, e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial (sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei), exercer sobre os Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente, presentes e futuros, os direitos discriminados no artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e no Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, incluindo, mas, não se limitando, aos seguintes:

- i) exigir, realizar, resgatar e/ou alienar os Direitos Creditórios, conforme permitido de acordo com a lei brasileira, e aplicar tais recursos, líquidos de qualquer tributo ou retenção aplicável, no pagamento, parcial ou total, das Obrigações Garantidas, e no reembolso de todas as despesas comprovada e razoavelmente incorridas pelo Representante do Credor na cobrança dos Direitos Creditórios ou excussão da garantia objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo emolumentos, taxas, custas e honorários de advogados, restituindo à Devedora Fiduciante o saldo que eventualmente sobejar, conforme o caso, mediante crédito na Conta de Livre Movimentação;
- ii) conservar e recuperar a posse dos Direitos Creditórios, bem como dos instrumentos que os representam contra qualquer detentor;

- iii) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e/ou extrajudiciais, para (a) movimentar e debitar as Contas Oneradas nos termos deste Contrato, estritamente para utilizar os Direitos Creditórios no pagamento integral das Obrigações Garantidas; (b) resgatar e/ou alienar os Direitos Creditórios, conforme o caso, e exercer todos os demais direitos, garantias e prerrogativas conferidos à Devedora Fiduciante sobre os mesmos, sempre por meio do mandato outorgado nos termos da Cláusula Quarta quando se tratar dos direitos creditórios relativos aos Proventos das Ações, podendo transigir e promover a cobrança judicial ou extrajudicial pertinente contra quem de direito e quaisquer coobrigados ou outros responsáveis pelo pagamento, assim como, dispor, dos referidos Direitos Creditórios, transferindo-os por cessão ou como lhe convenha, com poderes amplos e irrevogáveis para assinar quaisquer termos necessários para efetivação dessa transferência, podendo, inclusive, dar e receber quitação;
- iv) realizar a busca e apreensão ou exigir a restituição e usar de outros direitos outorgados por ou decorrentes dos diplomas legais acima; e
- v) inclusive por meio dos poderes outorgados neste Contrato, passar ordens e instruções ao Agente Administrador de Contas Oneradas, para que instrua o Agente Depositário, de forma a assegurar o cumprimento e a boa ordem legal, administrativa e operacional das avenças previstas neste Contrato.

7.3. Na hipótese de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, a Devedora Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, autoriza o Representante do Credor, inclusive por meio do Agente Administrador de Contas Oneradas e do Agente Depositário, a reter (a) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) da quantia existente na Conta Centralizadora; e (b) 100% (cem por cento) da quantia existente na Conta Vinculada, aplicando-os na amortização parcial e/ou liquidação total das Obrigações Garantidas, podendo, para tanto, assinar documentos, emitir recibos e dar quitação, reconhecendo expressamente a Devedora Fiduciante e as Avalistas a autenticidade e legalidade de tais atos, dando tudo como bom, firme e valioso para todos os fins e efeitos de direito.

7.4. Na eventualidade dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios restarem insuficientes para satisfazer as Obrigações Garantidas, a Devedora Fiduciante e as Avalistas continuarão responsáveis pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas até a sua efetiva e total liquidação, podendo o Credor, ainda, exigir o reforço ou a substituição da garantia ora constituída, considerada a natureza contínua da garantia em questão.

7.5. Correrão solidariamente por conta da Devedora Fiduciante e das Avalistas todas as despesas incorridas pelo Representante do Credor e/ou pelo Agente Administrador de Contas Oneradas no exercício de seus direitos, garantias e prerrogativas juntamente com todas as outras despesas aqui previstas como de responsabilidade da Devedora Fiduciante e das Avalistas, e quaisquer outras incorridas na proteção e exercício dos direitos do Credor e/ou

das obrigações do Agente Administrador de Contas Oneradas, as quais também estão cobertas pela presente garantia.

7.6. A garantia objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária não prejudicará outras garantias eventualmente constituídas no âmbito da Cédula e tampouco possuem relação com quaisquer créditos concursais detidos ou que venham a ser detidos pelo Credor e/ou quaisquer outras pessoas naturais ou jurídicas sujeitas ou não aos efeitos da Recuperação Judicial, e que, por conseguinte, não serão beneficiados pela garantia ora constituída, podendo o Credor, por meio do Representante do Credor, em qualquer caso de inadimplemento contratual da Devedora Fiduciante e das Avalistas, executá-las em conjunto ou isoladamente e na ordem que melhor lhes aprouver.

CLÁUSULA OITAVA – GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

8.1. A Devedora Fiduciante e as Avalistas, que firmam a presente na qualidade de fiéis depositários (“Fiéis Depositários”), encargo este que declaram aceitar a título gratuito e com as responsabilidades impostas pelas normas aplicáveis à espécie, declaram, neste ato, sob responsabilidade civil e penal, que: (a) a relação comercial e jurídica havida entre a Devedora Fiduciante e os devedores dos Direitos Creditórios é verdadeira; (b) não há ou haverá qualquer fato ou indício que gere à Devedora Fiduciante e as Avalistas, inclusive na qualidade de Fiéis Depositários, qualquer dúvida ou receio a respeito dos Direitos Creditórios; (c) não há ou haverá qualquer contrato, aditivo, aditamento ou compromisso de nenhuma espécie que tenha sido firmado pela Devedora Fiduciante e pelas Avalistas, inclusive na qualidade de Fiéis Depositários que possa, de qualquer forma, afetar as disposições do presente Contrato de Cessão Fiduciária; e (d) os Direitos Creditórios são, ou serão, legalmente válidos e existentes e foram, ou serão celebrados, em conformidade com as leis do Brasil, constituindo as suas obrigações, obrigações lícitas, válidas e exequíveis.

8.2. Todos os documentos originais relativos aos Direitos Creditórios ficarão durante a vigência da presente Cessão Fiduciária confiados à guarda dos Fiéis Depositários. O Representante do Credor poderá, a qualquer tempo, solicitar aos Fiéis Depositários a via original, cópia autenticada ou simples de todo e qualquer documento relativo aos Direitos Creditórios, obrigando-se os Fiéis Depositários a, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado do recebimento da solicitação, promover a exibição e/ou a entrega efetiva ao Representante do Credor, conforme vier a ser solicitado, dos respectivos documentos.

CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÕES E ASSEVERAÇÕES DA DEVEDORA FIDUCIANTE E DAS AVALISTAS

9.1. Em adição às demais declarações e asseverações prestadas em cada um dos Documentos da Operação, a Devedora Fiduciante e cada uma das Avalistas, conforme aplicável, declaram e asseveram, individualmente, neste ato e na Data de Implementação da

Condição Suspensiva Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), sob responsabilidade civil e penal, que:

- a) são sociedades devidamente constituídas e validamente existentes de acordo com as leis do Brasil, possuindo poderes e autoridade para celebrar este Contrato de Cessão Fiduciária, assumir as obrigações que lhe cabem por força deste Contrato de Cessão Fiduciária, cumprir e observar as disposições aqui contidas;
- b) tomaram todas as medidas necessárias para autorizar a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária, bem como para cumprir suas respectivas obrigações aqui previstas;
- c) a celebração deste Contrato é razoável e no melhor interesse da Devedora Fiduciante e de cada uma das Avalistas, para fins de recomposição de sua liquidez e viabilização da Recuperação Judicial, observados os princípios contidos no art. 47 da Lei 11.101;
- d) a celebração deste Contrato e as obrigações dele decorrentes extraconcursais, constituídas na modalidade *Debtor in Possession*, contraídas durante o curso da Recuperação Judicial, e desfrutam da proteção legal e demais benefícios conferidos pelos arts. 67 e seguintes da Lei 11.101, bem como da prioridade absoluta de pagamento nos termos dos arts. 83, 84, 149 e seguintes da Lei 11.101, razão pela qual terão prioridade sobre todos os créditos concursais da Devedora Fiduciante e Avalistas, assim entendidos como aqueles créditos existentes na data da decretação da falência, sujeitos ou não à Recuperação Judicial, garantidos ou não, vencidos, ou não, na forma da Lei 11.101 com exceção daqueles listados no art. 84, I a IV, da Lei 11.101;
- e) este Contrato e as obrigações dele decorrentes, bem como os créditos representados pela Cédula, não estão sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial e/ou ao Plano de Recuperação Judicial e deverão ser cumpridos e/ou pagos pela Devedora Fiduciante e/ou Avalistas na data de seus respectivos vencimentos ou na ocorrência de quaisquer eventos de vencimento antecipado previstos nos Documentos da Operação, de acordo com seus termo e condições, assegurado ao Credor e ao Representante do Credor o direito de promover a cobrança do crédito e a consequente excussão da Cessão Fiduciária independentemente da Recuperação Judicial e/ou do Plano de Recuperação Judicial;
- f) não há ou haverá (i) qualquer fato ou indício que resulte em qualquer dúvida ou incerteza a respeito dos Direitos Creditórios ou (ii) nenhum contrato, aditivo ou compromisso de nenhuma espécie que tenha sido firmado por estas que possa, de qualquer forma, afetar a presente Cessão Fiduciária ou quaisquer de suas disposições;
- g) a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento das Obrigações Garantidas (i) não violam seus documentos societários e nem os documentos societário e acordo de acionistas da Brasil PCH; (ii) não violam qualquer lei, regulamento ou decisão que os vinculem ou lhes sejam aplicáveis, incluindo o Plano de Recuperação Judicial e quaisquer

instrumentos celebrados no âmbito da Recuperação Judicial; e (iii) não importam em Inadimplemento de qualquer outra de suas obrigações vigentes;

h) o presente Contrato de Cessão Fiduciária foi validamente firmado por seus representantes legais com poderes para assumir as obrigações aqui estabelecidas, constituindo o presente Contrato de Cessão Fiduciária uma obrigação lícita e válida, exequível em conformidade com seus termos, com força de título executivo extrajudicial, nos termos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”);

i) todas as autorizações e medidas de qualquer natureza que sejam necessárias ou obrigatórias à celebração e ao cumprimento deste Contrato de Cessão Fiduciária e à sua validade e exequibilidade foram obtidas ou tomadas, sendo válidas e estando em pleno vigor e efeito, observados os prazos e a necessidade da realização do registro e averbação deste Contrato de Cessão Fiduciária e seus aditamentos nos termos deste Contrato e da devida formalização da Instrução de Pagamento previstos na Cláusula Quinta;

j) os Direitos Creditórios são de exclusiva propriedade da Devedora Fiduciante, podendo ser livremente cedidos e encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos, gravames e/ou litígios de qualquer espécie; e

k) encontram-se cientes de cada um dos eventos de vencimento antecipado previstos nos Documentos da Operação.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÃO SUSPENSIVA

10.1. Apesar de existente e válido desde a presente data, este Contrato tem sua eficácia sujeita ao desembolso dos recursos pelo Credor, nos termos previstos na Cédula, em especial em sua cláusula 3 (“Condição Suspensiva Cessão Fiduciária”). O presente Contrato passará a produzir efeitos automática e concomitantemente à realização do desembolso, pelo Credor, dos referidos recursos, sem necessidade da realização de qualquer ato ou procedimento adicional neste sentido (“Data de Implementação Condição Suspensiva Cessão Fiduciária”).

10.2. O Representante do Credor, após informado pelo Credor, deverá notificar o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, por escrito (de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito, a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário), acerca da ocorrência do referido desembolso, na Data de Implementação Condição Suspensiva Cessão Fiduciária.

CLÁUSULA ONZE - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os signatários deste Contrato reconhecem que, à luz do previsto no *“Considerando*

vi”, todo e qualquer direito, prerrogativa e garantia (incluindo os decorrentes do mandato outorgado na Cláusula Quarta) que decorre da posição jurídica do Representante do Credor neste Contrato poderá ser exercida diretamente pelo Credor, a exclusivo critério deste último, sem necessidade da realização de qualquer procedimento ou autorização adicional.

11.2. Caso qualquer das disposições do presente Contrato venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Representante do Credor em razão de qualquer Inadimplemento da Devedora Fiduciante prejudicará o exercício de tal direito, faculdade ou prerrogativa ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal Inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Devedora Fiduciante neste Contrato ou precedente, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. Todos os avisos, acordos, renúncias e outras notificações deverão ser feitos por escrito e entregues por carta registrada, *courier*, em mãos, ou enviados por *e-mail* (nesse caso, mediante confirmação de recebimento), conforme o caso, para os endereços descritos abaixo (ou qualquer outro endereço conforme indicado por uma Parte às demais):

(i) Para a Devedora Fiduciante:

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

(ii) Para o Representante do Credor:

Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi, São Paulo, SP

At.: Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo de Oliveira

Tel.: (11) 3090-0447

E-mail: servicos@pavarini.com.br

(iii) Para o Agente Administrador de Contas Oneradas:

Endereço: Alameda Caiapós, nº 243, Térreo, Sala CAC, Centro Empresarial Tamboré CEP 06460-110, Barueri - SP

At.: Sr. Danilo Oliveira / Sra. Karla Fernandes

Tel.: (11) 3509-8196 ou (11) 3509-8305

E-mail: cts.brazil@tmf-group.com

(iv) Para as Avalistas:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias,
São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias,
São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

11.5. O presente Contrato e suas disposições apenas serão alterados, substituídos, cancelados, renovados ou prorrogados, e só poderá haver renúncia aos termos deste Contrato, por instrumento escrito e assinado por ambas as Partes ou, em caso de renúncia, pela Parte que estiver renunciando ao direito em questão.

11.6. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.7. As Partes reconhecem, desde já, que para fins e efeitos legais, este Contrato, assinado por duas testemunhas, constitui-se em título executivo extrajudicial, cobrável através de processo de execução nos termos do inciso III, do artigo 784, do Código de Processo Civil.

11.8. As Partes elegem e aceitam como meio legítimo, eficaz e válido de celebração deste Contrato e de seus anexos, bem como de eventuais aditamentos que dele derivarem, para todos os fins e efeitos, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, conforme alteradas, o sistema de formalização e assinatura de contratos eletrônicos pela plataforma da DocuSign (www.docusign.com), reconhecendo que tal formalização eletrônica em nada prejudica sua validade, exequibilidade e caracterização como título executivo extrajudicial, sendo as assinaturas eletrônicas consideradas válidas, vinculantes e exequíveis, desde que firmadas pelos representantes legais das Partes e a partir do momento em que todas as Partes tiverem assinado eletronicamente este Contrato através da plataforma Docusign. As Partes renunciam expressamente ao direito de recusar ou contestar a validade do mecanismo previsto nessa cláusula, na medida permitida pela legislação aplicável.

11.9. As Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das

obrigações de fazer e não fazer aqui assumidas pela Devedora Fiduciante, conforme o disposto nos artigos 497 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do pedido de execução da obrigação de fazer ou não fazer, com fundamento nos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.10. Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas que venham a decorrer desde Contrato.

11.11. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.



E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes fizeram com que o presente Contrato fosse devidamente firmado em 5 (cinco) vias de igual teor, por seus representantes, juntamente com as duas testemunhas identificadas abaixo.



São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

[RESTANTE DA PÁGINA DEIXADO INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 17 de dezembro de 2020) – 1/4

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
como Devedora Fiduciante

DocuSigned by:

Assinado por: GUSTAVO HENRIQUE SIMOES DOS SANTOS
CPF: 28142440865
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:18:20 PST
1. 
Nome: EF35339DC2C847688C3577E51CEDB887
Cargo:

DocuSigned by:

Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET
CPF: 030891342863
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:06:55 PST
2. 
Nome: 1C215633855B3A4C628B48CEC837C223F8
Cargo:

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 17 de dezembro de 2020) – 2/4

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
como Representante do Credor


DocuSigned by:
Matheus Gomes Faria
Assinado por: MATHEUS GOMES FARIA/05813311769
CPF: 05813311769
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:30:38 PST
ICP-Brasil
3045701EECF2430B980042F4C305495F

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 17 de dezembro de 2020) – 3/4


TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.
como Agente Administrador de Contas Oneradas

DocuSigned by:
Danilo Batista de Oliveira
Signed By: DANILO BATISTA DE OLIVEIRA/36486198885
CPF: 36486198885
Signing Time: 17/12/2020 | 16:15:35 PST
1.  _____
Nome:
Cargo:

DocuSigned by:
Karla Andréa Fernandes
Signed By: KARLA ANDREA FERNANDES/72167068700
CPF: 72167068700
Signing Time: 17/12/2020 | 16:08:21 PST
2.  _____
Nome:
Cargo:


(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 17 de dezembro de 2020) – 4/4


RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. 
Assinado por: GUSTAVO HENRIQUE SIMOES DOS SANTOS
CPF: 28142440865
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:18:25 PST
Nome: _____
Cargo: _____

2. 
Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET 03861342863
CPF: 03861342863
Hora de assinatura: 17/12/2020 | 16:07:03 PST
Nome: _____
Cargo: _____


RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. 
Assinado por: GUSTAVO HENRIQUE SIMOES DOS SANTOS
CPF: 28142440865
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:18:26 PST
Nome: _____
Cargo: _____

2. 
Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET 03861342863
CPF: 03861342863
Hora de assinatura: 17/12/2020 | 16:07:08 PST
Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

1. 
Signed By: RODRIGO CALDAS DE TOLEDO AGUIAR 08480055817
CPF: 08480055817
Signing Time: 17/12/2020 | 16:08:35 PST
Nome: _____
Cargo: _____

2. 
Assinado por: VICTOR GALLO OTOZATO 41866755897
CPF: 41866755897
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:07:22 PST
Nome: _____
Cargo: _____

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

- **Do Título:** Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP, emitida nesta data, conforme aditada de tempos em tempos.
- **Data de Emissão:** 17 de dezembro de 2020.
- **Valor de Principal:** R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).
- **Data de Vencimento Final:** 15 de Outubro de 2030.
- **Atualização Monetária:** O Principal (conforme definido na Cédula) será atualizado pela variação acumulada, desde 15 de Outubro de 2020, do IPCA, até o efetivo pagamento.
- **Encargos Remuneratórios:** Juros pré-fixados de 15,00% (quinze por cento) ao ano, calculados nos termos do item 3.1.1. do Quadro V da Cédula, o qual incorpora-se ao presente anexo por referência (“Juros Remuneratórios”).
- **Juros Moratórios:** 1,00% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* sobre o valor em atraso desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto na cláusula 4.10 da Cédula.
- **Multa Moratória Não Compensatória:** 2,00% (dois por cento), calculada sobre quaisquer valores devidos e não pagos no vencimento respectivo, observado o disposto na cláusula 4.10 da Cédula.
- **Praça de Pagamento:** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- **Forma de Pagamento:** vide item 4.1 do “Quadro V” da Cédula, o qual incorpora-se ao presente anexo por referência.
- **Liquidação Antecipada:** O pagamento antecipado pela Devedora Fiduciante das obrigações decorrentes da Cédula constitui cumprimento de obrigação fora do prazo. Se a Devedora Fiduciante liquidar antecipadamente as obrigações decorrentes da Cédula, deverá pagar o Prêmio de Liquidação Antecipada, ressalvada a hipótese da cláusula 4.11 da Cédula e observados os demais termos dos itens 2.3 e subitens e da cláusula 6 e subitens da Cédula, o qual incorporam-se ao presente anexo por referência.
- **Prêmio de Liquidação Antecipada:** (i) 0,069% (sessenta e nove milésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra até 18 de dezembro de 2021 (inclusive); (ii) 0,10% (dez centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra entre 19 de dezembro de 2021 e 18 de dezembro de 2022 (inclusive); ou (iii) 0,15% (quinze centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra a partir de 19 de dezembro de 2022, observados os demais termos dos itens 2.3 e subitens, os quais incorporam-se a o presente anexo por referência.

ANEXO II

MODELO DE INSTRUÇÃO DE PAGAMENTO

À
Brasil PCH
[Endereço]

Att.: [-]

Prezados Senhores,

A **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, inscrita no CPF/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Acionista”), vem, por meio da presente, na qualidade de detentora de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da BRASIL PCH S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.314.233/0001-08 (“Brasil PCH” e “Participação”), solicitar, em caráter irrevogável e irretratável, que a integralidade do pagamento dos montantes de dividendos, proventos, lucros, frutos, rendimentos, preferências, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, mútuos, reembolsos de capital, reduções de capital, amortizações, resgate de ações e demais valores que venham a ser, a partir desta data (inclusive), devidos e transferidos à Acionista em decorrência da titularidade da Participação, seja efetuado única e exclusivamente mediante crédito na conta corrente nº [-], de titularidade da Acionista, mantida na agência [-], do banco [-], código [-].

Atenciosamente,

[O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco]

[PÁGINA DE ASSINATURAS DA INSTRUÇÃO DE PAGAMENTO, ENVIADA EM [•] DE [•] DE [•] PELA CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL À BRASIL PCH S.A.]

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

De acordo:

BRASIL PCH S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas

Por meio do presente instrumento particular as Partes abaixo qualificadas:

1. CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, CEP 04707-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Devedora Fiduciante");

2. TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Caiapós, nº 243, Térreo, Conjunto A, Sala 1, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06460-110, inscrita no CNPJ/ME sob nº 23.103.490/0001-57, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("TMF" ou "Agente Administrador de Contas Oneradas"); e

3. PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, sala 1.401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ sob o nº 34.061.232/0001, neste ato representada na forma de seu contrato social, agindo sempre na qualidade de mandatária e representante dos interesses do Credor (conforme abaixo definido), nos termos da Cédula (conforme abaixo definido) ("Representante do Credor").

A Devedora Fiduciante, a TMF e o Representante do Credor, em conjunto, doravante denominados simplesmente "Partes" e individualmente "Parte".

Considerando que:

i) A Devedora Fiduciante, a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605/0001-74 ("Renova") e a Renovapar S.A. – Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 17.667.090/0001-71 ("Renovapar", a qual, em conjunto com a Renova e a Devedora Fiduciante, as "Tomadoras") encontram-se em situação de crise econômico-financeira e, com o objetivo de viabilizar a superação da referida crise e permitir a manutenção de suas atividades, ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial distribuído à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, autuado sob nº 1103257-54.2019.8.26.0100 ("Recuperação Judicial"), cujo processamento foi deferido em 16 de outubro de 2019;

ii) Em 6 de julho de 2020, as Tomadoras e outras empresas em recuperação judicial do "Grupo Renova" apresentaram versão de seu Plano de Recuperação Judicial nos autos da Recuperação Judicial, conforme ajustado e aditado de tempos em tempos ("Plano de Recuperação Judicial");

iii) As Tomadoras enfrentam grave crise de liquidez e demandam recursos para a satisfação de suas despesas ordinárias, de forma que a Quadra Gestão de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob o nº 17.707.098/0001-14 ("Quadra"), manifestou interesse em estruturar operação de financiamento para captação de recursos na

modalidade de *Debtor in Possession* ("Operação"), nos termos dos arts. 67 e 84, V, da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Tomadoras, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores;

iv) Em 12 de setembro de 2020, as Tomadoras e a Quadra assinaram o "*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*", que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação ("Memorando");

v) Nos termos do Memorando, a Devedora Fiduciante emitiu nesta data, em favor da QI SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 32.402.502/0001-35, a Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP, conforme alterada de tempos em tempos, cuja minuta encontra-se substancialmente no "Anexo I" deste Contrato ("Cédula" e "Credor Original"). Para fins do presente Contrato, "Credor" significa o Credor Original e quaisquer eventuais credores cessionários/endossatários da Cédula ou sucessores;

vi) Nos termos da Cédula, o Credor nomeou o Representante do Credor como mandatário e representante de seus interesses;

vii) De forma a garantir o fiel e cabal cumprimento das Obrigações Garantidas, a Devedora Fiduciante, o Representante do Credor e outras pessoas celebraram, nesta data, o "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", cuja minuta encontra-se substancialmente no "Anexo II" deste instrumento ("Contrato de Cessão Fiduciária");

viii) A natureza dos recursos que transitarão nas Contas Oneradas (conforme abaixo definido) encontra-se descrita na cláusula Segunda do Contrato de Cessão Fiduciária.

ix) A Devedora Fiduciante e o Representante do Credor desejam contratar a TMF para atuar como Agente Administrador de Contas Oneradas, a fim de que preste os serviços de gerenciamento, monitoramento, movimentação e controle das Contas Oneradas e operacionalize os recursos oriundos da garantia constituída pela Devedora Fiduciante em favor do Representante do Credor, uma vez que tenham sido creditados nas Contas Oneradas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

x) Os termos e condições da Cédula e do Contrato de Cessão Fiduciária incorporam-se, para todos os fins e efeitos de direito, ao presente Contrato, devendo a TMF atuar em estrita observância aos seus termos;

xi) A Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário (conforme definido na Cédula) celebrarão o "*Contrato de Depósito*" para a prestação de serviços, pelo Agente Depositário, relacionados à abertura, manutenção e movimentação das Contas Oneradas, cuja cópia integra o "Anexo III" deste Contrato ("Contrato de Depósito");

xii) A TMF foi nomeada, em caráter irrevogável, pela Devedora Fiduciante e pelo Representante do Credor, neste instrumento e no Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, respectivamente, como procuradora com poderes especiais para atuar perante o Agente Depositário, por conta e ordem da Devedora Fiduciante, e sempre de forma a preservar os direitos, garantias e prerrogativas do

Representante do Credor decorrentes da Cédula e do Contrato de Cessão Fiduciária, no gerenciamento, monitoramento, envio de ordens para movimentação e controle das Contas Oneradas;

xiii) Em síntese e observados os termos e condições deste instrumento, da Cédula, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, o Agente Depositário realizará as seguintes operações ("Procedimentos de Arrecadação e Repasse"):

- a) Até 30 de abril de 2021 (inclusive) e/ou até o limite de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) depositados na Conta Centralizadora, o que ocorrer primeiro, e desde que não tenha ocorrido nem esteja em curso nenhum evento de Inadimplemento ("Condições de Oneração"), nos termos da cláusula 10 da Cédula, 100% (cem por cento) dos recursos cursados na conta de depósito nº 83211-072, de titularidade da Devedora Fiduciante, mantida na agência nº 0001 do Agente Depositário, ou outra que vier a ser designada nos termos do Contrato de Depósito ("Conta Centralizadora") serão transferidos para a conta corrente nº . 13047610-6, mantida no Banco Santander Brasil S.A. (033), agência 2271 ("Conta de Livre Movimentação");

a.1) O Representante do Credor ou a Devedora Fiduciante deverá notificar a TMF, por escrito (de acordo com a Cláusula 9 abaixo), acerca do depósito de qualquer montante na Conta Centralizadora ("Notificação de Depósito – Conta Centralizadora"). No Segundo Dia Útil após o recebimento de qualquer Notificação de Depósito – Conta Centralizadora, a TMF verificará o saldo da Conta Centralizadora junto ao Agente Depositário e, caso o referido depósito tenha sido realizado na Conta Centralizadora até as 12h00 (doze horas), a TMF instruirá o Agente Depositário a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, no mesmo Dia Útil. Caso o depósito seja realizado após as 12h00 (doze horas), a TMF instruirá o Agente Depositário a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, no Dia Útil imediatamente subsequente.

a.2) Até que seja verificada ao menos uma das Condições de Oneração, a ser prontamente notificada, pelo Representante do Credor para a TMF, a TMF não poderá emitir qualquer Instrução ao Agente Depositário contrária à transferência dos recursos mencionados em "a" acima para a Conta de Livre Movimentação.

- b) Verificada ao menos uma das Condições de Oneração pelo Representante do Credor:

b.1) 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos serão transferidos da Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação;

b.2) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora, líquidos dos valores a serem expressamente informados pela Emitente, tal como de eventuais tributos, exigíveis diretamente da Emitente, bem como custos e despesas incorridos pela Devedora Fiduciante em decorrência de tal operação, serão transferidos para a conta de depósito nº 83211-073, de titularidade da Devedora Fiduciante, mantida na agência nº 0001 do

Agente Depositário, ou outra que vier a ser designada nos termos do Contrato de Depósito ("Conta Vinculada"). Recursos decorrentes de eventual alienação da UPI Brasil PCH serão creditados, nos termos da Cédula e do Contrato de Cessão Fiduciária, na Conta Vinculada. A totalidade (100%) dos recursos disponíveis na Conta Vinculada serão transferidos para conta corrente de titularidade do Credor informada pelo Representante do Credor, por meio de comunicação expressa deste à TMF ("Conta para Pagamento da Dívida"), nas Datas de Transferência (conforme definidas na Cédula), para pagamento dos valores devidos ao Credor, observado o disposto na cláusula 2.1.4 da Cédula.

b.3) O percentual descrito no item b.1 acima não integra a garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, permanecendo os referidos recursos livres e disponíveis para transferência, pelo Agente Depositário, mediante instruções da TMF, não podendo o Representante do Credor emitir qualquer instrução a respeito da movimentação ou investimento dos referidos recursos, ainda que tenha ocorrido um evento de Inadimplemento previsto na Cédula, na Cessão Fiduciária ou qualquer outro Documento da Operação.

b.4) O Representante do Credor deverá comunicar o Agente Administrador de Contas Oneradas, por escrito (de acordo com a Cláusula 9 abaixo), sobre a ocorrência de quaisquer das Condições de Oneração ("Notificação – Condições de Oneração");

b.5) No Segundo Dia Útil após o recebimento de qualquer Notificação de Depósito – Conta Centralizadora, a TMF verificará o saldo da Conta Centralizadora junto ao Agente Depositário e, caso o referido depósito tenha sido realizado na Conta Centralizadora até as 12h00 (doze horas), a TMF instruirá o Agente Depositário a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora, de acordo com os itens b.1 e b.2 acima, no mesmo Dia Útil. Caso o depósito seja realizado após as 12h00 (doze horas), a TMF instruirá o Agente Depositário a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora, de acordo com os itens b.1 e b.2 acima, no Dia Útil imediatamente subsequente; e

xiv) As Partes desejam estabelecer determinados termos e condições que irão reger o relacionamento entre elas, complementares àqueles previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, no tocante à prestação de serviços pela TMF à Devedora Fiduciante e ao Representante do Credor, conforme as atribuições adiante discriminadas.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente *Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas* ("Contrato"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. Definições

1.1. Os termos iniciados por letra maiúscula e utilizados neste Contrato têm o significado que lhes forem expressamente atribuídos no presente Contrato. Quaisquer termos que não sejam expressamente definidos neste Contrato deverão ser interpretados de acordo com o previsto na Cédula, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Depósito que vier a ser celebrado e no "Termo de Obrigações", celebrado na presente data entre as Tomadoras e o Representante do Credor, os quais, em conjunto com este Contrato, são doravante denominados "Documentos da Cessão Fiduciária", sendo certo que, em caso de quaisquer

conflitos existentes entre os termos definidos ou regras de interpretação, previstos na Cédula e em quaisquer Documentos da Cessão Fiduciária, inclusive neste Contrato, deverão prevalecer os termos definidos e regras de interpretação previstos na Cédula.

2. Objeto e Conta de Depósito

2.1 Objeto. A Devedora Fiduciante e o Representante do Credor, neste ato, contratam a TMF para a prestação dos serviços de gerenciamento, monitoramento, movimentação e controle das Contas Oneradas, de acordo com os termos e condições previstos nos Documentos da Cessão Fiduciária.

2.2. Contas Oneradas. Por meio do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, as Partes nomearam o Agente Depositário, e este aceitou essa nomeação para atuar como depositário dos valores cursados e/ou depositados nas Contas Oneradas, de acordo com os termos e condições do Contrato de Depósito.

2.2.1. Nos termos deste Contrato, o Representante do Credor nomeia, e, nos termos do Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, a Devedora Fiduciante nomeia a TMF como sua procuradora com poderes especiais e exclusivos para enviar instruções ao Agente Depositário, por conta e ordem da Devedora Fiduciante e sempre de forma a preservar os direitos, garantias e prerrogativas decorrentes dos Documentos da Cessão Fiduciária, para o fiel e integral gerenciamento, monitoramento, movimentação e controle das Contas Oneradas. Dessa forma, as Contas Oneradas serão movimentadas pelo Agente Depositário seguindo apenas e exclusivamente as instruções de transferência de recursos, as instruções de investimento nos Investimentos Permitidos (conforme abaixo definido) e as instruções de liquidação e resgate dos Investimentos Permitidos emitidas pela TMF ("Instrução de Transferência", "Instrução de Investimento" e "Instrução de Liquidação/Resgate", respectivamente e, em conjunto "Instruções"), conforme será previsto no Contrato de Depósito e observado especialmente o disposto na Cláusula 2.3. Para que não reste dúvida, a TMF deverá instruir, de forma independente, o Agente Depositário, sempre nos termos dos Documentos da Cessão Fiduciária, garantindo que os Procedimentos de Arrecadação e Repasse sejam integralmente e tempestivamente observados, nos termos dos Documentos da Cessão Fiduciária.

2.2.2. Sem prejuízo do acima, o Representante do Credor poderá enviar Instruções à TMF a qualquer tempo, sempre com observância dos Documentos da Cessão Fiduciária, para que a TMF instrua o Agente Depositário a implementar as referidas Instruções. As Instruções de Transferência deverão ser enviadas pelo Representante do Credor à TMF com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência e as Instruções de Investimento e as Instruções de Liquidação/Resgate, impreterivelmente até às 15h (quinze horas) da data em que o Representante do Credor desejar que seja realizado o investimento ou liquidação/resgate.

2.2.2.1. As Instruções enviadas pelo Representante do Credor deverão ser preparadas substancialmente na forma do "Anexo IV", do "Anexo V" e/ou do "Anexo VI". Os modelos constantes dos referidos anexos são, neste ato, aprovados pelas Partes e, uma vez que as Instruções tenham sido devidamente assinadas e enviadas pelo Representante do Credor e recebidas pela TMF, deverão ser consideradas suficientes pela TMF para fins da realização dos Procedimento de Arrecadação e Repasse regulados pelos Documentos da Cessão Fiduciária, sem prejuízo do previsto na Cláusula 10.6 deste Contrato.

2.2.2.2. A Devedora Fiduciante autoriza a TMF, de forma irrevogável e irretratável, a acatar as Instruções emitidas pelo Representante do Credor e com base nelas emitir instruções ao Agente Depositário nos termos dos Documentos da Cessão Fiduciária. A TMF e o Agente Depositário não poderão ser responsabilizados pelas obrigações das demais Partes, constantes dos Documentos da Cessão Fiduciária, nem chamados a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as partes ou intérprete dos termos e condições neles estabelecidas, resguardadas as exceções previstas no presente Contrato.

2.3. As Partes estabelecem que: (i) a Devedora Fiduciante não está autorizada a dar qualquer ordem de movimentação, de investimento ou de liquidação/resgate relacionadas às Contas Oneradas, podendo apenas consultar as Contas Oneradas nos termos da Cláusula 3.3; (ii) o Representante do Credor não está autorizado a dar qualquer ordem de movimentação, de investimento ou de liquidação/resgate relacionada à Conta Centralizadora; e (iii) a TMF não poderá emitir qualquer Instrução referente às Contas Oneradas sem a observância dos Documentos da Cessão Fiduciária; e (iv) a TMF não poderá emitir Instruções de Investimento ou Instruções de Liquidação/Resgate ao Agente Depositário com relação à Conta Vinculada sem que antes tenha recebido Instrução de Investimento ou Instrução de Liquidação/Resgate do Representante do Credor, salvo pelo previsto na Cláusula 6.1.5.

2.4. Dentre os poderes outorgados à TMF não se incluem poderes para, em nome do Representante do Credor ou da Devedora Fiduciante, dar quitação, conceder moratória, renunciar a direitos ou representar o Representante do Credor ou da Devedora Fiduciante em Juízo ou, ainda, praticar quaisquer atos que não tenham sido expressamente deliberados e comunicados por escrito pelo Credor ou pela Devedora Fiduciante, exceto se de outro modo estabelecido neste Contrato.

2.5. Para consecução do objeto do presente Contrato, as Partes aceitam e concordam desde já que a rescisão, resilição ou qualquer alteração ao Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário somente poderá ser realizada com o prévio e expresse consentimento da TMF.

3. Depósito de Recursos

3.1. Os valores cursados e/ou depositados nas Contas Oneradas deverão ser mantidos pelo Agente Depositário nos termos e condições a serem estabelecidos no Contrato de Depósito e gerenciados, monitorados, movimentados e controlados pela TMF nos termos previstos nos Documentos da Cessão Fiduciária ("Recursos Depositados").

3.1.2. Nos termos dos Documentos da Cessão Fiduciária, os Recursos Depositados na Conta Vinculada poderão ser investidos em quaisquer das modalidades de investimentos previstas no anexo I do Contrato de Depósito e no "Anexo VII" do presente Contrato ("Investimentos Permitidos"), de acordo com as instruções emitidas por escrito pela TMF ao Agente Depositário. Os Recursos Depositados na Conta Centralizadora não serão aplicados em Investimentos Permitidos, considerados os Procedimentos de Arrecadação e Repasse.

3.2. Os Recursos Depositados na Conta Vinculada, conforme aplicável, e quaisquer outros valores que eventualmente possam ou não vir a ser depositados em caráter adicional, observadas as hipóteses previstas nos Documentos da Cessão Fiduciária, acrescidos de todos os juros, remunerações, rendimentos e outras distribuições e pagamentos incidentes ou devidos sobre o mesmo, incluindo, mas não se limitando aos rendimentos

dos Investimentos Permitidos (coletivamente, "Rendimentos"), deduzidos quaisquer valores liberados, debitados, transferidos ou pagos de acordo com este Contrato, integram a garantia constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e definição de "Recursos Depositados".

3.2.2. A Devedora Fiduciante, o Agente Administrador de Contas Oneradas, o Agente Depositário e o Credor isentam o Representante do Credor de qualquer responsabilidade por qualquer perda ou prejuízo decorrente dos Investimentos Permitidos com os recursos disponíveis na Conta Vinculada, não estando o Representante do Credor obrigado a fazer qualquer avaliação de risco dos investimentos solicitados pelo Credor. O Representante do Credor não prestará serviços de assessoria e/ou consultoria de investimentos.

3.3. Relatórios. Em relação aos extratos mensais identificando as transferências e movimentações realizadas no mês anterior, bem como o saldo das Contas Oneradas no último dia do mês em questão ("Relatórios Mensais"), sem qualquer custo adicional às Partes, o Agente Depositário deverá: (i) transcorridos 5 (cinco) Dias Úteis do início do mês, permitir que a Devedora Fiduciante e o Representante do Credor possam, por meio de uma página segura de internet, visualizar a movimentação das Contas Oneradas do mês anterior, ficando estabelecido que tal acesso somente será fornecido se a Devedora Fiduciante e o Representante do Credor fornecerem ao Agente Depositário a documentação necessária para permitir tal acesso, sendo que todas e quaisquer perdas e responsabilidades decorrentes do uso do acesso on-line através da página segura da internet serão atribuídas à pessoa que as causar, na medida em que tais perdas e responsabilidades decorram de ação ou omissão destes e sejam devidamente comprovadas, e (ii) sempre que solicitado, o Agente Depositário deverá fornecer à Devedora Fiduciante ou ao Representante do Credor os Relatórios Mensais, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de tal solicitação relativos ao mês anterior, desde que transcorridos 5 (cinco) Dias Úteis após o início de cada mês.

3.3.1. Os Relatórios Mensais, caso fornecidos por escrito, serão entregues única e exclusivamente aos representantes das Partes indicados na Cláusula 9.1.2. deste Contrato.

3.3.2. A Devedora Fiduciante autoriza o Agente Depositário a liberar o acesso a Relatórios Mensais das Contas Oneradas para o Representante do Credor e está ciente de que o acesso liberado não representa uma quebra do sigilo bancário de acordo com Lei Complementar Nº 105, de 10 de janeiro 2001, conforme alterada.

3.3.3. A Devedora Fiduciante obriga-se, desde já, a enviar, em até 5 (cinco) Dias Úteis de qualquer solicitação nesse sentido, todas e quaisquer informações e documentos solicitados e/ou necessários para o cumprimento das atividades atribuídas à TMF e ao Agente Depositário, nos termos descritos neste Contrato.

3.4. Ausência de Obrigação. Sem prejuízo de suas obrigações previstas nos Documentos da Cessão Fiduciária, TMF não possui qualquer obrigação ou compromisso de solicitar movimentações, o depósito de recursos ou utilizar recursos próprios, ou incorrer em quaisquer responsabilidades, financeiras ou de qualquer outra natureza durante o cumprimento de suas obrigações oriundas dos Documentos da Cessão Fiduciária.

3.4.1. O Agente Depositário e a TMF não terão responsabilidade por qualquer depósito não relacionado aos Documentos da Cessão Fiduciária efetuado nas Contas Oneradas, podendo o

Agente Depositário, a partir de Instrução de Transferência enviada pela TMF, devolvê-lo ao depositário do referido depósito ou aos terceiros que reclamem tais valores. Nesta hipótese, a TMF deverá informar, imediatamente, o Representante do Credor sobre a referida devolução.

3.4.2. A Cláusula 3.4.1 acima não se aplica aos pagamentos referentes ao Valor da Parcela (conforme definido na Cédula) e/ou quaisquer outros valores que estejam, de alguma forma, vinculados aos Documentos da Cessão Fiduciária, inclusive quando forem depositados diretamente pela Renova e/ou quaisquer uma de suas coligadas.

3.4.3. Os recursos para pagamento das obrigações decorrentes da Cédula serão transferidos da Conta Vinculada à Conta para Pagamento da Dívida, nos termos deste Contrato, do Contrato de Depósito, da Cédula e na forma da legislação aplicável.

4. Movimentação das Contas Oneradas

4.1. Movimentação das Contas Oneradas. A TMF apenas poderá movimentar e investir os recursos cursados e/ou depositados nas Contas Oneradas e liquidar e resgatar os Investimentos Permitidos, instruindo o Agente Depositário neste sentido:

(i) mediante o envio de Instruções, observado o disposto na alínea "iii" da Cláusula 2.3 e ressalvada a hipótese prevista no item (v) desta Cláusula, sempre com observância dos Documentos da Cessão Fiduciária;

(ii) mediante o envio de Instruções emitidas com base nas Instruções recebidas do Representante do Credor, assinadas pelas pessoas autorizadas do Representante do Credor qualificadas no "Anexo VIII" ("Pessoas Autorizadas Representante do Credor"), sempre com observância dos Documentos da Cessão Fiduciária;

(iii) mediante o recebimento, pelo Agente Depositário, de ordem judicial ou arbitral proferida por juízo ou árbitro competente, determinando a liberação dos recursos nos montantes e para o beneficiário estabelecido na referida ordem judicial ou arbitral. A referida ordem deverá ser comunicada em até 1 (um) Dia Útil pela TMF às demais Partes, exceto se proibido por lei ou pela ordem em questão;

(iv) ao término do presente Contrato, por qualquer razão, inclusive por denúncia ou rescisão, a TMF deverá instruir o Agente Depositário a transferir os Recursos Depositados nas Contas Oneradas, observando-se o que segue:

a) Enquanto a Notificação - Condições de Oneração não tiver sido recebida pela TMF, 100% (cem por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação;

a.1) Para tanto, o Representante do Credor ou a Devedora Fiduciante deverá notificar a TMF, por escrito (de acordo com a Cláusula 9 abaixo), acerca do depósito de qualquer montante na Conta Centralizadora, por meio de uma Notificação de Depósito – Conta Centralizadora. No Segundo Dia Útil seguinte após o recebimento de qualquer Notificação de Depósito – Conta Centralizadora, a TMF verificará o saldo da Conta Centralizadora junto ao Agente Depositário e, caso o referido depósito tenha sido realizado na Conta Centralizadora até as 12h00 (doze horas), a TMF instruirá o Agente Depositário a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, no mesmo Dia Útil. Caso o

depósito seja realizado após as 12h00 (doze horas), a TMF instruirá o Agente Depositário a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, no Dia Útil imediatamente subsequente;

b) Uma vez recebida a Notificação - Condições de Oneração pela TMF:

b.1) 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação;

b.2) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora deverão ser transferidos para a Conta Vinculada, sempre com observância do previsto nos Documentos da Cessão Fiduciária, preservados os direitos, garantias, prerrogativas e obrigações dos signatários dos referidos documentos, conforme aplicável, em especial os procedimentos de excussão de garantia previstos na Cédula e do Contrato de Cessão Fiduciária, se for o caso;

b.3) A partir do recebimento da Notificação - Condições de Oneração pela TMF, o Representante do Credor deverá notificar a TMF, por escrito (de acordo com a Cláusula 9 abaixo), acerca do depósito de qualquer montante na Conta Centralizadora, por meio de uma Notificação de Depósito - Conta Centralizadora. No Segundo Dia Útil seguinte após o recebimento de qualquer Notificação de Depósito - Conta Centralizadora, a TMF verificará o saldo da Conta Centralizadora junto ao Agente Depositário e, caso o referido depósito tenha sido realizado na Conta Centralizadora até as 12h00 (doze horas), a TMF instruirá o Agente Depositário a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora, de acordo com os itens b.1 e b.2 acima, no mesmo Dia Útil. Caso o depósito seja realizado após as 12h00 (doze horas), a TMF instruirá o Agente Depositário a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora, de acordo com os itens b.1 e b.2 acima, no Dia Útil imediatamente subsequente; ou

(v) Automaticamente, isto é, sem necessidade de instruções do Representante do Credor, a transferência da Conta Vinculada para Conta de Pagamento da Dívida nas Datas de Transferência.

4.1.1. Caso o Agente Depositário ou a TMF recebam ordem judicial e/ou arbitral nos termos da Cláusula 4.1 (iii) acima, cumprindo a obrigação de comunicar lá prevista, e o Representante do Credor não forneça à TMF as instruções e/ou autorizações necessárias à liquidação dos Investimentos Permitidos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da notificação relacionada à ordem judicial e/ou arbitral em questão, o Agente Depositário estará autorizado a liquidar ou a TMF estará autorizada a instruir o Agente Depositário a liquidar qualquer dos Investimentos Permitidos existentes, com vistas à obtenção dos recursos necessários para o cumprimento da ordem judicial e/ou arbitral e realização do pagamento decorrente de ordem judicial e/ou arbitral.

4.1.2. Na hipótese de a Devedora Fiduciante e/ou de o Representante do Credor receber qualquer tipo de comunicação, aviso ou contato diretamente do Agente Depositário, a Devedora Fiduciante e/ou o Representante do Credor deverá encaminhar referida comunicação, aviso ou reportar o contato imediatamente à TMF.

4.1.3. Não obstante qualquer disposição em contrário prevista neste Contrato, a TMF não será obrigada a instruir o Agente Depositário a sacar recursos das Contas Oneradas de acordo com o Contrato de Depósito na medida em que tal saque deixe as Contas Oneradas com saldo negativo.

4.2. Fechamento de Câmbio. Durante a vigência deste Contrato, a TMF não será obrigada a instruir o Agente Depositário a efetuar fechamentos de câmbio.

5. Vigência

5.1. Vigência. Este Contrato tem início na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até: (i) a liquidação integral das Obrigações Garantidas, atestada por comunicação assinada pelas Pessoas Autorizadas Representante do Credor; ou (ii) 60 (sessenta) dias contados do pedido de renúncia da TMF prevista na Cláusula 7.1 deste Contrato, o que ocorrer primeiro. As disposições das Cláusulas 6, 7 e 8 permanecerão em total vigor e efeito após a resolução deste Contrato e a renúncia ou destituição da TMF e do Agente Depositário.

6. Remuneração da TMF

6.1. Remuneração. A TMF fará jus à remuneração, a ser paga exclusivamente pela Devedora Fiduciante, pelos serviços prestados, bem como ao reembolso de despesas incorridas no exercício das suas funções no âmbito deste Contrato e do Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, conforme previsto na proposta comercial da TMF cuja cópia integra o "Anexo VIII", que faz parte deste Contrato, para todos os fins e efeitos de direito ("Remuneração" e "Proposta").

6.1.1. No primeiro ano de serviço, qualquer valor devido a título de aceitação e/ou Remuneração será pago à TMF pela Devedora Fiduciante em até 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento da fatura enviada pela TMF.

6.1.2. A Devedora Fiduciante efetuará o pagamento de todas as faturas emitidas pela TMF, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva fatura, referentes (a) à Remuneração, em cada data de aniversário da assinatura do presente Contrato, de acordo com as regras de remuneração previstas na Proposta; e (b) ao reembolso de todas as despesas, tributos, desembolsos e adiantamentos, inclusive honorários e despesas de advogados. A Devedora Fiduciante pagará a Remuneração, taxas administrativas e quaisquer despesas incorridas pela TMF sem compensação ou reconvenção, sem dedução ou retenção, por conta de quaisquer tributos ou encargos de qualquer natureza incorridos ou despendidos pela TMF com relação à elaboração, assinatura, cumprimento, celebração, alteração ou rescisão deste Contrato e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário. Os valores a serem incorridos pela TMF nos termos do item (b) dessa cláusula, deverão ser previamente aprovados pela Devedora Fiduciária no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento pela Devedora Fiduciária da solicitação realizada pela TMF nesse sentido, sendo que a ausência de manifestação da Devedora Fiduciária será interpretada como concordância com tais valores pela Devedora Fiduciária.

6.1.3. Se a Remuneração não for paga dentro dos prazos acima ("Período de Pagamento") conforme aplicável, a Devedora Fiduciante estará automaticamente em mora e a TMF terá direito, sem prejuízo de quaisquer outros direitos legais ou remédios disponíveis, a cobrar (a)

juros do primeiro dia em que o pagamento se tornou devido e não pago, conforme previsto na regulamentação em vigor, e (b) quaisquer custos incorridos durante a cobrança das faturas pendentes da Devedora Fiduciante.

6.1.4. Exceto faturas legalmente contestadas, o não cumprimento pela Devedora Fiduciante de suas obrigações de pagamento será considerado violação substancial. Nesta hipótese, a TMF deverá enviar comunicação por escrito ao Representante do Credor informando sobre os valores devidos e não pagos pela Devedora e conta de pagamento. Uma vez recebida a comunicação, o Credor poderá realizar o pagamento dos valores devidos em até 14 (catorze) Dias Úteis, nos termos da referida comunicação, sem prejuízo da responsabilidade da Devedora Fiduciante. Sem prejuízo dos direitos da TMF previstos na Cláusula 7.1, o inadimplemento de pagamento da Devedora Fiduciante e, desde que enviada a comunicação acima mencionada, o não pagamento pelo Credor, conferirá à TMF o direito de suspender imediatamente os serviços previstos no presente Contrato até que todas as faturas não contestadas tenham sido pagas.

6.1.5. Após notificação à Devedora Fiduciante, ao Representante do Credor e ao Agente Depositário sobre o não pagamento de qualquer Remuneração durante um Período de Pagamento pela Devedora Fiduciante, a TMF pode solicitar ao Agente de Depósito que transfira recursos da Conta Vinculada que sejam suficientes para pagar integralmente a Remuneração e todos custos, encargos, despesas, obrigações e remunerações devidas pela Devedora Fiduciante no âmbito deste Contrato. Ainda, nesta hipótese, o Agente de Depósito poderá vender, liquidar, transferir ou dispor de qualquer investimento sobre os Recursos Depositados na Conta Vinculada, para fins de pagamento da Remuneração devida à TMF.

6.1.6. A TMF tem o direito de ajustar a Remuneração uma vez ao ano, de acordo com a Proposta.

6.1.7. A solicitação de serviços, exclusivamente pelo Representante do Credor, fora do escopo do previsto no presente Contrato será cobrada na alíquota vigente e praticada pela TMF. A TMF notificará a Devedora Fiduciante quando da solicitação dos serviços, os quais deverão ser previamente aprovados pela Devedora Fiduciária no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento pela Devedora Fiduciária da notificação realizada pela TMF nesse sentido, sendo que a ausência de manifestação da Devedora Fiduciária será interpretada como concordância com tais serviços pela Devedora Fiduciária.

6.1.8. Se o presente Contrato for rescindido durante o curso do ano civil, qualquer Remuneração anual, se houver, paga até a respectiva data da rescisão não será reembolsada.

7. Renúncia e Destituição da TMF

7.1. Renúncia. A TMF poderá, a qualquer momento, renunciar às suas funções e exonerar-se de suas obrigações nos termos do presente Contrato, mediante envio de aviso prévio por escrito dessa renúncia à Devedora Fiduciante com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ("Notificação de Renúncia").

7.1.1. Após a renúncia da TMF, a Devedora Fiduciante e o Representante do Credor deverão, de comum acordo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da Notificação de Renúncia, nomear um sucessor para a função da TMF, fornecendo um aviso por escrito à TMF, que por sua vez deverá informar o Agente Depositário ("Notificação de Sucessor").

7.1.2. Caso a Devedora Fiduciante e o Representante do Credor não promovam a Notificação de Sucessor, a TMF instruirá o Agente Depositário para que os recursos sejam transferidos às exclusivas expensas da Devedora Fiduciante, nos termos da Cláusula 4.1 deste Contrato.

7.1.3. Destituição. As Partes contratantes poderão, a qualquer momento e de comum acordo, destituir o Agente Depositário, mediante envio de aviso prévio por escrito ao Agente Depositário com 60 (sessenta) dias de antecedência, informando sobre a sua destituição da função de agente depositário, a data em que referida destituição entrará em vigor e a nomeação de sucessor para a função de Agente Depositário.

8. Indenização

8.1. Indenização. Pelo presente, cada Parte concorda, em caráter solidário, a indenizar e manter as demais Partes, suas afiliadas e seus administradores, funcionários, sucessores, cessionários, advogados e agentes (cada um destes uma "Parte Indenizável") de todas as perdas, custos, reclamações, demandas, despesas, danos, penalidades e honorários de advogados sofridos ou incorridos pela Parte inocente ou por qualquer Parte Indenizável como resultado de qualquer ação ou omissão relativo a este Contrato, qualquer litígio ou causa de ação decorrente ou em conjunto com este Contrato, ou envolvendo o seu objeto aqui descrito, os recursos depositados nas Contas Oneradas ou qualquer direito sobre tais valores, desde que a indenização não decorra de culpa ou dolo da Parte inocente.

8.2. Caso Fortuito ou Força Maior. Nenhuma das Partes será responsabilizada por violar qualquer das suas obrigações que se originam dos termos do presente Contrato desde que tal execução tenha sido impedida pela ocorrência de qualquer caso fortuito ou evento de força maior, nos termos do artigo 393 da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"). Uma vez que o caso fortuito ou o evento de força maior deixe de existir, tais obrigações deverão ser imediata e automaticamente satisfeitas.

8.3. Pagamento da Indenização. Todas as perdas indenizáveis por qualquer Parte segundo as disposições desta Cláusula 8 serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação de notificação pela Parte prejudicada à Parte infratora ("Notificação de Perda"), a qual deverá estar acompanhada por documentação comprovando a existência e o valor da respectiva Perda.

8.4. Todos os pagamentos de indenização nos termos desta Cláusula 8 estarão sujeitos a reajuste com base na taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC a partir da data de recebimento da Notificação de Perda até a data do respectivo desembolso pela Parte infratora.

9. Comunicações

9.1. Todos os avisos e outras comunicações de uma Parte à(s) outra(s) em relação a este Contrato devem ser elaboradas no idioma português e entregues, por escrito, à(s) destinatária(s), por uma das seguintes modalidades:

- (i) pessoalmente, mediante protocolo de recebimento, os quais serão considerados entregues na data assim indicada no protocolo de recebimento ou no dia útil seguinte, caso a data indicada no protocolo de recebimento não seja um Dia Útil;

- (ii) por correio, com aviso de recebimento ("A.R."), os quais serão considerados entregues na data assim indicada no respectivo aviso de recebimento ou no dia útil seguinte, caso a data indicada no aviso de recebimento não seja um Dia Útil;
- (iii) por empresa reconhecida de entrega expressa de correspondências, com postagem pré-paga, os quais serão considerados entregues na data assim indicada em seu comprovante de recebimento pelo(s) destinatário(s) ou no dia útil seguinte, caso a data indicada no comprovante de recebimento não seja um Dia Útil; ou
- (iv) por e-mail, os quais serão considerados entregues na data assim indicada no comprovante de recebimento da mensagem emitida pelo sistema de correspondência eletrônica (e-mail) do(s) destinatário(s) ou no dia útil seguinte, caso a data indicada no comprovante de recebimento não seja um Dia Útil.

9.1.1. Desde que estejam de acordo com os termos e condições deste Contrato, os avisos ou comunicações entregues a qualquer das partes serão por ela observados ou cumpridos pela TMF a partir do Dia Útil seguinte à data em que tais avisos ou comunicações sejam considerados entregues.

9.1.2. Os avisos ou comunicações decorrentes deste Contrato devem ser encaminhados ao(s) respectivo(s) destinatário(s) nos endereços indicados a seguir (ou em outros endereços conforme uma das Partes possa indicar à(s) outra(s) nos termos desta Cláusula 9):

Para a Devedora Fiduciante:

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru

São Paulo, SP

Telefone: 11 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

Atenção: Sr. Gustavo Henrique Simões dos Santos (Diretoria Jurídica)

Para o Representante do Credor:

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

Rua Joaquim Floriano 466, Bloco B, sala 1401, Itaim Bibi

São Paulo, SP

04534-002

Telefone: 11 3090-0447

E-mail: servicos@pavarini.com.br

Atenção: Sr Matheus Gomes Faria

Para a TMF:

TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.

Alameda Caipós, nº 243, Térreo, Sala CAC, Centro Empresarial Tamboré

CEP 06460-110, Barueri - SP

Telefone: + 55 11 3509 8196/ 8305

Fac-símile: +55 11 3509-8194

E-mail: cts.brazil@tmf-group.com

Atenção: Sr(a) Danilo Oliveira/ Karla Fernandes

9.1.3. Fica desde já acordado entre as Partes que toda e qualquer: (i) Instrução emitida pelo Representante do Credor à TMF somente será válida e terá efeito se realizada por meio de uma das Pessoas Autorizadas Representante do Credor; e (ii) Comunicação (conforme abaixo definida) realizada pelas Partes somente será válida e terá efeito se realizada por meio das respectivas Pessoas Autorizadas.

9.1.4. A Devedora Fiduciante e o Representante do Credor obrigam-se desde já a enviar à TMF cópia de seus documentos cadastrais, atos constitutivos e de representação devidamente formalizados na forma da legislação em vigor aplicável, devendo ainda informar a TMF sobre qualquer tipo de alteração a tais atos e documentos, por meio de notificação por escrito à TMF acompanhada de cópia do respectivo ato ou documento, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da formalização do ato ou documento.

9.1.5. As Partes acordam que a TMF não terá qualquer responsabilidade por verificar os poderes de representação das pessoas indicadas pelas Partes, conforme aplicável.

9.1.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.1.5 acima, ou seja, de que a TMF não terá qualquer responsabilidade por verificar os poderes de representação das pessoas indicadas pela Devedora Fiduciante e/ou pelo Representante do Credor, conforme o caso, para celebrar operações, a TMF terá a faculdade, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, de analisar os documentos de representação das Partes e notificá-las caso encontre alguma divergência ou vício de representação. Nessa hipótese a TMF poderá não executar as instruções que lhe forem enviadas até que a Devedora Fiduciante e/ou o Representante do Credor, conforme o caso apresentem os esclarecimentos e os documentos necessários para sanar o vício apontado pela TMF.

10. Poderes, Restrições, Responsabilidades da TMF e Instruções

10.1. Poderes da TMF. A Devedora Fiduciante e o Representante do Credor outorgam, neste ato, poderes irrevogáveis à TMF, de acordo com a procuração substancialmente na forma do modelo previsto no "Anexo IX" para, agindo estritamente de acordo com cada um dos Documentos da Cessão Fiduciária (i) emitir instruções ao Agente Depositário nas circunstâncias em que tiver o direito ou a obrigação de dar instruções ao Agente Depositário, nos termos deste Contrato e do Contrato de Depósito, (ii) emitir ordens ao Agente Depositário para receber, investir, sacar e transferir recursos, sempre após o recebimento de instrução do Representante do Credor neste sentido, (iii) emitir ordem ao Agente Depositário para transferir recursos, nos termos dos Documentos da Cessão Fiduciária, (iv) emitir ordem para o Agente Depositário adquirir, vender e liquidar investimentos de tempos em tempos, sempre após o recebimento de instrução do Representante do Credor neste sentido, com exceção da hipótese prevista na Cláusula 4.1.

10.2. Restrição de Funções da TMF. A TMF compromete-se a desempenhar única e exclusivamente as funções expressamente previstas neste Contrato, bem como as responsabilidades, direitos e obrigações da TMF deverão ser limitados àqueles expressamente previstos neste Contrato, no Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário e nos demais Documentos da Cessão Fiduciária, se aplicável, não estando implícitos qualquer outra responsabilidade, direito ou obrigação.

10.2.1. As Partes reconhecem que a TMF não tem conhecimento e não está obrigada a verificar ou a cumprir as disposições constantes de quaisquer outros acordos, contratos ou documentos que não os Documentos da Cessão Fiduciária. A TMF concorda neste ato em agir somente nos termos dos Documentos da Cessão Fiduciária e de acordo com eventuais orientações do Representante do Credor.

10.3. Recebimento de Ordens Judiciais, Arbitrais ou Administrativas. Se, a qualquer momento, a TMF e/ou o Agente Depositário receber qualquer ordem judicial, arbitral ou administrativa que afete, de alguma forma, os recursos cursados e/ou depositados nas Contas Oneradas (incluindo, mas não limitado a, ordens de arresto ou penhora ou outras medidas ou liminares ou embargos relativos à transferência dos referidos recursos), o Agente Depositário será autorizado a cumprir ou, conforme o caso, a TMF será autorizada a instruir o Agente Depositário a cumprir essas ordens de qualquer maneira que julgue ou que seus consultores jurídicos julguem adequado, de forma que a TMF e/ou o Agente Depositário, conforme o caso, não será responsável, perante a Devedora Fiduciante e/ou o Representante do Credor, conforme o caso ou perante qualquer outra pessoa ou entidade, por ter cumprido tal ordem mesmo que ela seja alterada ou revogada ou, de outra forma, determinado como não tendo força ou efeito legal, desde que a referida ordem (i) seja comunicada em até 1 (um) Dia Útil pela TMF e/ou pelo Agente Depositário às demais Partes, exceto se proibido por lei ou pela ordem em questão e (ii) somente seja cumprida, pela TMF e/ou pelo Agente Depositário, no último Dia Útil anterior à expiração do respectivo prazo fixado para tal cumprimento, de forma a possibilitar a maior extensão de tempo possível à tomada das possíveis medidas cabíveis pela Devedora Fiduciante e/ou pelo Representante do Credor.

10.4.1. Responsabilidade da TMF. A TMF não será considerada responsável por qualquer prejuízo ou dano resultante de qualquer ação ou omissão que venham a ser por ela, diretamente ou por intermédio de seus representantes, praticados de boa-fé, exceção feita se um tribunal determinar que a culpa ou o dolo da TMF tenha sido a causa do eventual prejuízo ou dano sofrido pela Devedora Fiduciante e/ou pelo Representante do Credor conforme o caso.

10.4.2. Em nenhuma circunstância a TMF deverá ser responsabilizada, desde que tenha observado estritamente os termos dos Documentos da Cessão Fiduciária, sempre de boa-fé, (i) por agir de acordo ou tomar por base qualquer Instrução enviada pelas Pessoas Autorizadas Representante do Credor, observado que a TMF não será responsável pela verificação do enquadramento destas Instruções ao previsto nos Documentos da Cessão Fiduciária; (ii) por quaisquer perdas ou danos indiretos, imprevistos de qualquer natureza, punitivos ou lucros cessantes, independentemente da forma e do fato dessas perdas e danos terem ou não sido não previsíveis ou estimado (iii) por qualquer aviso, demanda, notificação ou documento das Partes, ou de qualquer entidade atuando legalmente em nome da Devedora Fiduciante e do Representante do Credor; (iv) pelos atos ou omissões das pessoas que foram nomeadas designadas, agentes, subagentes ou subcustodiantes pelas Partes nos termos desse Contrato; (v) pelo investimento ou reinvestimento de quaisquer recursos mantidos na Conta Vinculada, de acordo com os termos deste Contrato, incluindo, sem limitação, qualquer responsabilidade por quaisquer atrasos (não resultantes de dolo) no investimento ou reinvestimento dos Recursos Depositados na Conta Vinculada, ou por qualquer prejuízo em relação a juros ou rendimentos causados por esses atrasos.

10.4.3. Em qualquer circunstância e sem prejuízo do exposto nas Cláusulas 10.4. e 10.4.1. acima, a responsabilidade da TMF ficará limitada ao montante máximo correspondente ao somatório dos Recursos Depositados nas Contas Oneradas durante a vigência deste Contrato,

incluindo Rendimentos, que corresponderá ao valor máximo das perdas e danos que poderão ser pleiteados pelas Partes. Para que não reste dúvida, os valores que transitarem entre a Conta Centralizadora e a Conta Vinculada apenas serão computados uma única vez para fins do cálculo do valor acima.

10.5. Autenticidade das Comunicações A TMF, desde que observados os termos e condições do presente Contrato, poderá se pautar em quaisquer avisos, notificações, solicitações, ordem judicial ou administrativa, ou outro documento por escrito (para fins desta Cláusula 10.5. "Comunicações") que lhe sejam enviados pelas pessoas autorizadas, qualificadas no "Anexo VII", competentes nos termos deste Contrato ("Pessoas Autorizadas"), sendo certo que Instruções enviadas pela Devedora Fiduciante jamais poderão ser acatadas. A TMF não está obrigada a examinar ou investigar a autenticidade, validade, precisão ou conteúdo de referidos documentos. A TMF não é responsável por quaisquer atos ou omissões amparados em tais documentos.

10.5.1. Toda Instrução direcionada à TMF, assinada pelas Pessoas Autorizadas Representante do Credor e preparada substancialmente na forma dos respectivos Anexos, deverá ser considerada suficiente para fins de sua implementação.

10.5.2. A Devedora Fiduciante e o Representante do Credor, neste ato, autorizam a TMF a processar toda e qualquer Instrução e Comunicação, desde que recebidas conforme estipulado na Cláusula 9 e em cumprimento a esta Cláusula 10.

10.5.5. As Comunicações, com exceção das Instruções fornecidas pelo Representante do Credor de acordo com o disposto neste Contrato, enviadas por meio das Pessoas Autorizadas à TMF por meio eletrônico (*e-mail*) e, consequentemente, na forma de arquivo eletrônico (formato .pdf) nos termos da Cláusula 9.1 acima, poderão ter a sua versão original solicitada pela TMF, a seu exclusivo critério. Para tanto, a Devedora Fiduciante e o Representante do Credor deverão apresentar a versão original no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da solicitação enviada pela TMF, sob pena de não atendimento da Comunicação pela TMF.

10.5.6. A correspondência deverá ser assinada pelas Pessoas Autorizadas que possuam poderes de representação para a assinatura de documentos de tal espécie, devendo os respectivos documentos de identificação e comprobatórios dos poderes outorgados serem entregues à TMF antes do envio de qualquer Instrução, sendo certo que estes documentos poderão ser assinados digitalmente com protocolo ICP-Brasil. A TMF em hipótese alguma estará obrigada a realizar a verificação da autenticidade das assinaturas previstas em qualquer Comunicação ou Instrução, sem prejuízo das demais obrigações previstas nos Documentos da Cessão Fiduciária.

10.5.6.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.5.6 acima, ou seja, de que a TMF não terá qualquer responsabilidade por verificar a autenticidade das assinaturas previstas em qualquer Comunicação ou Instrução, a TMF terá a faculdade, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, de notificar as Partes caso entenda que alguma assinatura está divergente ou incongruente com aquelas apresentadas nos cartões de assinatura. Nessa hipótese a TMF poderá não executar as Comunicações ou Instruções que lhe forem enviadas até o que o

remetente apresente os esclarecimentos e os documentos necessários para regularizar o vício apontado pela TMF.

10.5.7. À TMF é reservado o direito, desde que justificadamente e previamente comunicado à Devedora Fiduciante e ao Representante do Credor, de recusar-se a acatar quaisquer Instruções fornecidas e a solicitar uma confirmação da Instrução, mediante apresentação do documento original, devidamente assinado.

10.6. Suspensão de atividades. Se a TMF receber Instruções que considere, comprovadamente, ilegais, imprecisas ou ambíguas ou de outro modo inconsistentes com qualquer disposição deste Contrato, a TMF não será obrigada a agir conforme tais instruções até que a ilegalidade, imprecisão, ambiguidade ou inconsistência seja razoavelmente resolvida a seu critério. Após receber instruções que a TMF considerar ilegais, obscuras, ambíguas ou inconsistentes, a TMF (a) deverá informar prontamente a Devedora Fiduciante e o Representante do Credor sobre tal fato indicando as razões pelas quais considera tais instruções ilegais, imprecisas, ambíguas ou inconsistentes, (b) poderá consultar qualquer consultor profissional (legal, financeiro ou outros especialistas). Caso tal ilegalidade, imprecisão, ambiguidade ou inconsistência deixe de ser solucionada, a TMF terá o direito de se abster de cumprir qualquer instrução aqui prevista até a ilegalidade, imprecisão, ambiguidade ou inconsistência ser sanada.

10.6.1. Se a TMF receber Instruções do Representante do Credor que não atendam substancialmente aos modelos constantes dos respectivos Anexos, a TMF não será obrigada a agir conforme tais instruções até que esta instrução seja adequada às Cláusulas acima referidas.

10.7. Tributos. Todos e quaisquer pagamentos a serem efetuados à TMF sob este Contrato serão livres e disponíveis na data de pagamento acordada, de tal forma que o valor líquido a ser recebido pela TMF após a dedução dos tributos incidentes sobre tais pagamentos seja igual aos valores estabelecidos neste Contrato, em especial Cláusula 6.

10.8. Contratação de Consultores. A TMF poderá contratar consultores, contadores e outros profissionais a seu exclusivo critério, sendo que os custos e despesas incorridos com tal(is) contratação(ões) serão pagos única e exclusivamente pela Devedora Fiduciante, para prestar os serviços aqui previstos, relativamente a qualquer questão relacionada a este Contrato. Nesse caso, a TMF não incorrerá em qualquer responsabilidade ao agir de boa-fé de acordo com qualquer orientação desses consultores. Os valores, a serem pagos pela TMF nos termos dessa cláusula, deverão ser previamente aprovados pela Devedora Fiduciária no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento pela Devedora Fiduciária da solicitação realizada pela TMF nesse sentido, sendo que a ausência de manifestação da Devedora Fiduciária será interpretada como concordância com tais valores pela Devedora Fiduciária.

11. Confidencialidade e Integridade

11.1. As Partes, seus conselheiros, diretores, empregados e consultores externos jurídicos, de investimento ou outros conselheiros profissionais manterão sigilo a respeito de todas as informações não públicas relativas às operações ou negócios de uma Parte a que tiverem

acesso em decorrência deste Contrato: (i) designadas ou indicadas como confidenciais, ou (ii) que, dada à sua natureza ou às circunstâncias em torno de sua divulgação, devam ser razoavelmente consideradas como confidenciais ("Informações Confidenciais").

11.2. São consideradas Informações Confidenciais, para os fins deste Contrato, todas as informações escritas ou orais identificadas como "CONFIDENCIAL" encaminhadas por uma Parte à outra, ou, aquelas que, mesmo sejam identificação, dada à sua natureza ou às circunstâncias em torno de sua divulgação, devam ser razoavelmente consideradas como confidenciais.

11.3. É vedada a utilização das Informações Confidenciais para qualquer outro fim que não a normal execução deste Contrato e a manutenção de registros e arquivos exigidos pela legislação e política interna das Partes.

11.4. Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus conselheiros, diretores, empregados e consultores externos jurídicos, de investimento ou outros conselheiros profissionais, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados à parte proprietária da informação, sem prejuízo de continuar cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade.

11.5. Qualquer que seja a causa de rescisão do Contrato, as Partes continuarão obrigadas, por si e por seus conselheiros, diretores, empregados e consultores externos jurídicos, de investimento ou outros conselheiros profissionais, a respeitar o dever de confidencialidade, mesmo após 2 (dois) anos a contar do término deste Contrato, sob pena de indenizar os prejuízos causados.

11.6. O termo "Informações Confidenciais" não inclui quaisquer informações que (a) sejam de domínio público ou se tornem de domínio público que não por meio de violação destes termos; (b) já sejam ou posteriormente venham a ser recebidas pela parte recebedora de um terceiro que a parte recebedora não conheça como tendo uma obrigação de sigilo com relação à parte divulgadora; ou (c) seja desenvolvida pela parte recebedora de forma independente e sem referência ou utilização de quaisquer das Informações Confidenciais recebidas segundo este Contrato.

11.7. No caso de qualquer das Informações Confidenciais necessitar ser legalmente divulgada, a parte recebedora fornecerá à parte divulgadora, na medida possível e se legalmente permitido fazê-lo, notificação imediata e antecipada dessa exigência, de forma que a parte divulgadora possa obter uma medida judicial ou outro recurso. No caso de essa medida ou outro recurso não ter sido obtido e da parte recebedora ser obrigada a divulgar qualquer das Informações Confidenciais, a parte recebedora poderá, sem responsabilidade segundo este Contrato, divulgar apenas as Informações Confidenciais que forem aconselhadas a ser divulgadas.

11.8. No caso de o acesso ou a entrega de qualquer das Informações Confidenciais ser solicitado da Recebedora por uma ordem judicial, a parte recebedora enviará à parte divulgadora notificação imediata por escrito a respeito dessa solicitação, mas poderá cumprir com essa solicitação.

11.9. Não deverão ser produzidos pelas Partes, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, quaisquer materiais impressos ou de outra natureza em qualquer idioma, incluindo

prospectos, avisos, relatórios e materiais promocionais que mencionem a outra Parte ou qualquer uma de suas afiliadas e respectivos nomes.

11.10 A TMF se compromete a observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas respectivas afiliadas e seus respectivos administradores ou empregados, toda e qualquer legislação anticorrupção aplicável à presente transação, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos previstos pela legislação anticorrupção, devendo: (a) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da legislação anticorrupção; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais, acionistas, diretores, empregados e/ou os demais prestadores de serviços; (c) abster-se de praticar, atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública e nacional; e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado a qualquer legislação anticorrupção aplicável, comunicar a Devedora Fiduciante em até 05 (cinco) Dias Úteis contados do conhecimento de tal ato ou fato.

11.11 A TMF se compromete em não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste instrumento, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir que administradores ou empregados não o façam. A TMF declara que possui código de ética e segue estritamente seus termos e suas disposições.

12. Disposições Gerais

12.1. Integralidade do Contrato. Este Contrato e seus anexos constituem o acordo integral e o entendimento entre as Partes com relação ao objeto deste Contrato.

12.2. Legislação Aplicável. Este Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

12.3. Foro. Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas que venham a decorrer desde Contrato, ressalvado o direito do Representante do Credor optar pelo foro de domicílio da Devedora Fiduciante, a exclusivo critério do Credor.

12.4. Dia Útil. Para fins deste Contrato, "dia útil" significa qualquer dia exceto sábado, domingo e feriado declarado nacional e/ou qualquer outro dia em que os bancos estejam autorizados a não funcionar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

12.5. Títulos. Os títulos das Cláusulas do presente Contrato foram incluídos somente para fins de conveniência e não deverão modificar, definir, limitar ou ampliar as expressões utilizadas neste Contrato.

12.6. Cessão. O presente Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, poderão ser cedidos pelo Representante do Credor mediante simples comunicação por escrito à TMF e à Devedora Fiduciante, em até 3 (três) Dias Úteis contados da referida cessão, ficando

as Partes obrigadas a celebrar aditamento ao presente instrumento para refletir tal cessão, conforme aplicável. A Devedora Fiduciante não poderá ceder os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, salvo se autorizado previamente e por escrito pelo Representante do Credor. A TMF não poderá ceder os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, salvo se autorizado previamente e por escrito pelo Representante do Credor e pela Devedora Fiduciante.

12.7. Benefício. Este Contrato deverá vincular e reverter em benefício das Partes e dos respectivos sucessores de cada uma, bem como de seus cessionários permitidos. Salvo se expressamente disposto neste Contrato, nenhuma outra pessoa deverá adquirir ou ter quaisquer direitos nos termos ou em razão deste Contrato. Este Contrato foi elaborado para benefício exclusivo de suas Partes e de seus respectivos sucessores e cessionários, e nenhuma das disposições deste Contrato foi elaborada, nem deverá ser interpretada, para benefício de qualquer terceiro.

12.8. Alterações. Este Contrato não poderá ser alterado, aditado, complementado ou modificado de outra forma, a menos que a alteração seja por escrito e assinada pelas Partes.

12.9. Renúncias. A omissão, o atraso ou tolerância de qualquer das Partes em relação aos termos do presente Contrato não deverá ser interpretado como renúncia ou novação de qualquer direito, poder ou privilégio estabelecidos no presente Contrato e não deverá afetar de qualquer modo o presente Contrato, nem os direitos e obrigações das Partes nele previstos, a não ser nos estritos termos da tolerância concedida. Qualquer renúncia ou novação concedida por uma Parte com relação aos seus direitos previstos neste Contrato somente terá efeito se formalizada por escrito.

12.10. Efeito Vinculativo. Por meio deste Contrato, as Partes declaram e garantem (i) que este Contrato foi devidamente autorizado, assinado e entregue em seu nome, constituindo obrigações legais, válidas e vinculantes, sendo exequível em conformidade com seus respectivos termos; e (ii) que a assinatura, entrega e execução deste Contrato pelas Partes não violam seus respectivos Contratos/Estatutos Sociais, qualquer lei ou regulamento aplicável.

12.11. Autonomia das Disposições. A invalidade, ilicitude ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste Contrato não deverá afetar, de qualquer maneira, a validade, legalidade ou executabilidade de quaisquer outras disposições. Caso qualquer disposição do presente Contrato seja considerada inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não deverão ser afetadas e permanecerão em pleno vigor e efeito.

12.12. Integração. Os Anexos do presente Contrato são considerados, para todos os fins e efeitos, como parte integrante deste Contrato.

12.13. Assinaturas. As Partes elegem e aceitam como meio legítimo, eficaz e válido de celebração deste Contrato e de seus anexos, bem como de eventuais aditamentos que dele derivarem, para todos os fins e efeitos, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, conforme alteradas, o sistema de formalização e assinatura de contratos eletrônicos pela plataforma da DocuSign (www.docusign.com), reconhecendo que tal formalização eletrônica em nada prejudica sua validade, executabilidade e caracterização como título executivo extrajudicial, sendo as assinaturas eletrônicas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, desde que firmadas pelos representantes legais

das Partes e a partir do momento em que todas as Partes tiverem assinado eletronicamente este Contrato através da plataforma DocuSign. As Partes renunciam expressamente ao direito de recusar ou contestar a validade do mecanismo previsto nessa cláusula, na medida permitida pela legislação aplicável.

E ASSIM, POR ESTAREM JUSTAS E CONTRATADAS, assinam as Partes o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, cada uma das quais será considerada um original, e juntas, constituirão um único e indissolúvel instrumento, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

Página de assinaturas 1/3 do Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas, celebrado em 17 de dezembro de 2020, entre Chipley SP Participações S.A. – em Recuperação Judicial, Pavarini Serviços Especializados Ltda. e TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DocuSigned by:

Assinado por: GUSTAVO HENRIQUE SIMOES DOS SANTOS
CPF: 28142440865
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:16:57 PST

EE35339DC2C847688C357E51CEDB887

Nome: _____

Cargo: _____

DocuSigned by:

Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET 03861342863
CPF: 03861342863
Hora de assinatura: 17/12/2020 | 15:58:22 PST


1C3F63B6583A4C628B48CEC837C223F8

Nome: _____

Cargo: _____

Página de assinaturas 2/3 do Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas, celebrado em 17 de dezembro de 2020, entre Chiple SP Participações S.A. – em Recuperação Judicial, Pavarini Serviços Especializados Ltda. e TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

DocuSigned by:
Matheus Gomes Faria
Assinado por: MATHEUS GOMES FARIA:05813311789
CPF: 05813311789
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:32:24 PST
 3AET0D5WQFA2430B880042F4C305495F

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Página de assinaturas 3/3 do Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas, celebrado em 17 de dezembro de 2020, entre Chipley SP Participações S.A. – em Recuperação Judicial, Pavarini Serviços Especializados Ltda. e TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.

DocuSigned by:
Karla Andria Fernandes
Signed By: KARLA ANDREA FERNANDES:72167068700
CPF: 72167068700
Signing Time: 17/12/2020 | 16:09:51 PST
ICP
Brasil
F353F869B585452DA153D3C4369BD5F5

DocuSigned by:
Danilo Batista de Oliveira
Signed By: DANILO BATISTA DE OLIVEIRA:36486198885
CPF: 36486198885
Signing Time: 17/12/2020 | 16:17:43 PST
ICP
Brasil
CE4F284FEED04D998E7A9CB9CDBC8DE

Testemunhas:

DocuSigned by:
Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Signed By: RODRIGO CALDAS DE TOLEDO AGUIAR:08480055817
CPF: 08480055817
Signing Time: 17/12/2020 | 16:03:03 PST
ICP
Brasil
32A31314EFC2454EB8BF7E909A03BC95

Nome:

CPF/ME:

DocuSigned by:
Victor Gallo Otazato
Assinado por: VICTOR GALLO OTOZATO:41866755897
CPF: 41866755897
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:01:40 PST
ICP
Brasil
21E1A08056C4F1CA8304C17A5B3340E

Nome:

CPF/ME:

Anexo I
Cédula

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****I - CREDOR**

QI SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2391, 1º andar, cj 12, sala A, Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 32.402.502/0001-35, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Credor” ou “QI SCD”)

II - EMITENTE

Nome: **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Emitente” ou “Devedora” a qual, em conjunto com o Credor, doravante denominados “Partes”)

Endereço: Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 04707-000

Tel.: (11) 3509 1113

E-mail:

gsantos@renovaenergia.com.br

CNPJ/ME: 17.643.213/0001-34

NIRE: 35.300.449.908

“Conta de Livre Movimentação”: nº 13047610-6, mantida no Banco Santander Brasil S.A. (033), agência 2271.

“Conta Vinculada”: nº 83211-073, mantida no Banco BNP Paribas Brasil S.A. (752), agência 0001, ou outra que vier a ser designada no Contrato de Depósito.

“Conta Centralizadora”: nº 83211-072, mantida no Banco BNP Paribas Brasil S.A. (752), agência 0001, ou outra que vier a ser designada no Contrato de Depósito.

III – INTERVENIENTE ANUENTE

Nome: **PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.** (que ora comparece neste instrumento como “Representante do Credor”)

Endereço: Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 04534-002

Tel.: (11) 3090-0447

E-mail:

servicos@pavarini.com.br

CNPJ/ME: 34.061.232/0001

NIRE: 35235566356

Todas as comunicações endereçadas ao Representante do Credor no âmbito desta Cédula e dos demais Documentos da Operação deverão ser sempre enviadas com cópia ao Credor.

Nome: **TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.** (“Agente Administrador de Contas Oneradas”)

Endereço: Alameda Caiapós, nº 243, Térreo – Sala CAC, Centro Empresarial Tamboré

Cidade: Barueri

Estado: São Paulo

CEP: 06460-110

Tel.: (11) 3509-8196 ou (11) 3509-8470

Fax.: (11) 3509-8194

E-mail: cts.brazil@tmf-group.com

CNPJ/ME: 23.103.490/0001-57

NIRE: 35.229.375.447

IV – AVALISTAS**AVALISTA (1)**

Nome: **RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Renova”)

Endereço: Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 04707-000

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Tel.: (11) 3509 1113

E-mail:

gsantos@renovaenergia.com.br

CNPJ/ME: 08.534.605/0001-74 NIRE: 35.300.358.295

AVALISTA (2)

Nome: **RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Renovapar”, a qual, em conjunto com a Renova, doravante denominadas “Avalistas”)

Endereço: Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 04707-000

Tel.: (11) 3509 1113

E-mail:

gsantos@renovaenergia.com.br

CNPJ/ME: 17.667.090/0001-71 NIRE: 35.300.449.991

V – CARACTERÍSTICAS DA CÉDULA

1. Valor de Principal: R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) (“Principal”).

2. Valor de Desembolso: Valor de Principal Atualizado conforme Cláusula 4.2 desta Cédula, deduzido de: (i) Pagamento a Terceiros; (ii) IOF; (iii) Remuneração QI SCD; e (iv) Despesas da Operação.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****3. Encargos e Despesas****3.1. Encargos Remuneratórios**

3.1.1. Juros pré-fixados de 15,00% (quinze por cento) ao ano, calculados sobre o Saldo do Principal Atualizado, a partir da Data de Liberação de Recursos e até as Datas de Vencimento, ou de pagamento, se posterior ao vencimento, nos termos do item 3.2 deste Quadro (“Encargos Remuneratórios”). Os juros serão pagos nas mesmas datas de amortização do Principal Atualizado, conforme o cronograma previsto no item 4.1. abaixo (“Cronograma de Amortização”).

3.2. Encargos Moratórios

3.2.1. Juros Moratórios: 1,00% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, sobre o valor devido e não pago e, portanto, em atraso, desde a data em que o pagamento se tornou exigível até a data do seu efetivo pagamento (“Juros Moratórios”), observado o disposto na Cláusula 4.10 desta Cédula.

3.2.2. Multa Moratória Não Compensatória: 2,00% (dois por cento), calculada sobre quaisquer valores devidos e não pagos no vencimento respectivo, (“Multa Moratória e, em conjunto com os Juros Moratórios, os “Encargos Moratórios”), observado o disposto na Cláusula 4.10 desta Cédula.

3.3. Liquidação Antecipada

3.3.1. O prazo para pagamento das obrigações da Emitente decorrentes desta Cédula foi estabelecido no interesse das Partes, de forma que o pagamento antecipado pela Emitente constitui cumprimento de obrigação fora do prazo. Se a Emitente liquidar antecipadamente suas obrigações decorrentes desta Cédula (“Liquidação Antecipada”), deverá pagar o Prêmio de Liquidação Antecipada. Não haverá cobrança do Prêmio de Liquidação Antecipada na hipótese da Amortização Extraordinária Obrigatória prevista na Cláusula 4.11 desta Cédula.

3.3.2. O Prêmio de Liquidação Antecipada será calculado considerando-se o número de dias faltantes entre a data de Liquidação Antecipada (“Data de Liquidação Antecipada”) e a Data de Vencimento Final (“Prêmio de Liquidação Antecipada”). O Percentual de Prêmio de Liquidação Antecipada será de: (i) 0,069% (sessenta e nove milésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra até 18 de dezembro de 2021 (inclusive); (ii) 0,10% (dez centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra entre 19 de dezembro de 2021 e 18 de dezembro de 2022 (inclusive); ou (iii) 0,15% (quinze centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra a partir de 19 de dezembro de 2022, de acordo com a fórmula abaixo:

$$P_{LA} = P \times \frac{D_{res}}{30}$$

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Onde:

P_{LA} = Prêmio de Liquidação Antecipada;

P = Percentual de Prêmio de Liquidação Antecipada, conforme a Data de Liquidação Antecipada;

D_{res} = Total de dias faltantes entre a Data de Liquidação Antecipada e a Data de Vencimento Final.

3.3.2.1. A Liquidação Antecipada e o pagamento do correspondente Prêmio de Liquidação Antecipada serão obrigatórios com os recursos oriundos da venda da UPI Brasil PCH, de acordo com o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

4. Cronograma de Amortização

4.1. O pagamento do Principal Atualizado ou seu saldo deverá ser realizado de acordo com o Cronograma de Amortização abaixo, acrescido dos Encargos Remuneratórios previstos no item 3.1.1 deste Quadro e na Cláusula 4.6 desta Cédula:

“Data de Vencimento” significa cada uma das datas abaixo indicadas ou, na hipótese de a Devedora utilizar-se da prerrogativa prevista no item 3.3.1 deste Quadro, no 15ª (décimo quinto), 30º (trigésimo) e 45º (quadragésimo quinto) dia anterior a cada Data de Vencimento	“Saldo do Principal Atualizado”
15 de Outubro de 2021	0,00%
15 de Abril de 2022	4,00%
15 de Outubro de 2022	4,17%
15 de Abril de 2023	0,82%
15 de Outubro de 2023	0,82%
15 de Abril de 2024	3,87%
15 de Outubro de 2024	4,02%
15 de Abril de 2025	2,99%
15 de Outubro de 2025	3,09%

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

	15 de Abril de 2026	4,46%
	15 de Outubro de 2026	4,67%
	15 de Abril de 2027	17,48%
	15 de Outubro de 2027	21,19%
	15 de Abril de 2028	26,88%
	15 de Outubro de 2028	36,76%
	15 de Abril de 2029	38,37%
	15 de Outubro de 2029	62,26%
	15 de Abril de 2030	50,00%
	15 de Outubro de 2030	Saldo Remanescente

5. **Praça de Pagamento:** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Praça de Pagamento”).

5.1. **Forma de Pagamento:** débito, pelo Agente Depositário, conforme instruções recebidas do Agente Administrador de Contas Oneradas, de 100% (cem por cento) dos recursos na Conta Centralizadora para, posteriormente, 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) serem transferidos para a Conta Vinculada para posterior crédito na Conta para Pagamento da Dívida, observado o previsto nas Cláusulas 2.1.3, 2.1.3.1, 2.1.4 e 2.2, sendo certo que ambas as operações, ou seja, débito na Conta Centralizadora e Conta Vinculada e crédito na Conta para Pagamento da Dívida, serão operacionalizadas pelo Agente Depositário, conforme instruções recebidas do Agente Administrador de Contas Oneradas, nos termos do “*Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas*”, celebrado na presente data entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Representante do Credor, conforme alterado de tempos em tempos (“Contrato de Administração de Contas”), e do “*Contrato de Depósito*”, a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, conforme aditado de tempos em tempos (“Contrato de Depósito”).

6. **Tributos e Contribuições:**

6.1. **Imposto sobre Operações Financeiras – IOF:** a alíquota do IOF incidente sobre as operações de crédito, inclusive os empréstimos de qualquer modalidade, é de 0% (zero por cento), nos termos do artigo 7º, *caput* e §20, do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado, desde que referida operação seja realizada entre 15 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Após a referida data, a alíquota do IOF será aquela definida nos termos da legislação aplicável, salvo se restar afastada a incidência deste imposto ou houver prorrogação do prazo acima mencionado.

7.1 **Pagamento a Terceiros:** montante equivalente a 2,00% (dois por cento) do Principal, que será pago pelo Credor à Quadra na Data de Liberação de Recursos por conta e ordem da Emitente (“Comissão”).

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]

de Estruturação”) ou, exclusivamente na hipótese de não liberação dos recursos por força do não cumprimento das Condições Suspensivas elencadas nos itens “a”, “b”, “d”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o” e “p” da Cláusula 3.1 abaixo.

8. Garantias (constituídas mediante instrumento próprio):

[x] Cessão Fiduciária dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, formalizado em instrumento separado na forma prevista em Lei.

[x] Aval

9. Prazo:

9.1. Data de Emissão desta Cédula: significa a presente data (“Data de Emissão”).

9.2. Data de Liberação dos Recursos: tem o significado que lhe atribuído na alínea (d) da Cláusula 3.1 abaixo.

9.3. Vencimento Final: 15 de Outubro de 2030 (“Data de Vencimento Final”).

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a Emitente, a Renova e a Renovapar (doravante denominadas “Tomadoras”), encontram-se em recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Juízo Competente” e “Recuperação Judicial”);
- (ii) em 6 de julho de 2020, as Tomadoras e outras empresas em recuperação judicial do Grupo Renova, protocolaram minutas do plano de recuperação judicial, às fls 17.889/17.993, sob número WJM20409594466, nos autos da Recuperação Judicial (conforme vier a ser ajustado e aditado, o “Plano de Recuperação Judicial”);
- (iii) a **QUADRA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.707.098/0001-14 (“Quadra”), manifestou interesse em estruturar a operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* (“Operação”), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Tomadoras, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

- (iv) as Tomadoras e a Quadra assinaram, em 12 de setembro de 2020, documento denominado “*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*”, que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação (“Memorando”);
- (v) O Credor é uma sociedade de crédito direto e, nos termos do artigo 6º da Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018, somente pode realizar a venda ou a cessão dos créditos imobiliários relativos às operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica;
- (vi) esta Cédula, em conjunto com os demais Documentos da Operação, representa o “Empréstimo Ponte DIP”, para fins do Plano de Recuperação Judicial;
- (vii) o Emitente é acionista da **BRASIL PCH S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.314.233/0001-08 (“Brasil PCH”) e detém 48.035.794 (quarenta e oito milhões, trinta e cinco mil, setecentas e noventa e quatro) ações que representam 51% (cinquenta e um por cento) de capital social da Brasil PCH;
- (viii) sem prejuízo da higidez e incondicionalidade das obrigações pecuniárias assumidas pelos signatários desta Cédula, a principal fonte de pagamento das importâncias mutuadas à Emitente advirá: (a) dos recursos decorrentes da distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outras distribuições de capital que a Brasil PCH realizará em favor da Emitente; e/ou (b) da alienação das ações da Brasil PCH detidas pela Emitente, conforme o previsto no Plano de Recuperação Judicial;
- (ix) as Partes declaram que a presente Cédula integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos, envolvendo a celebração, além desta, dos Documentos da Operação, razão pela qual nenhum desses documentos deverá ser interpretado isoladamente; e
- (x) são condições essenciais do presente negócio, sempre conforme o previsto no Plano de Recuperação e no Contrato de Cessão Fiduciária:
 - (a) a observância dos Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos;
 - (b) destinação de parcela dos recursos resultantes da alienação da UPI Brasil PCH, efetivamente pagos à Emitente, descontados quaisquer tributos incidentes sobre ou diretamente decorrentes da alienação da UPI Brasil PCH e devidos pela Emitente, e custos e despesas, direta ou indiretamente, incorridos com tal alienação, para Liquidação Antecipada das obrigações assumidas nesta Cédula, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (“UPI Brasil PCH”), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária,

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

e a estrita e tempestiva observância dos deveres e obrigações assumidos no Termo de Obrigações por seus signatários.

têm as Partes entre si, certo e ajustado, celebrar a presente Cédula, que será regida pelas cláusulas e condições a seguir descritas.

1. Definições e Interpretação

1.1. Nesta Cédula, os termos e expressões abaixo, quando iniciados por letra maiúscula, terão os significados indicados a seguir:

1. “Ações Brasil PCH”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2 desta Cédula;
2. “Agente Administrador de Contas Oneradas”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro III desta Cédula;
3. “Agente Depositário”: significa o Banco BNP Paribas Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 10º ao 14º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.522.368/0001-82 ou qualquer outra instituição financeira que vier a celebrar o Contrato de Depósito;
4. “Afiladas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.4.1 desta Cédula;
5. “Amortização Extraordinária Obrigatória”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.11 desta Cédula;
6. “Avalistas”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2 do Quadro IV desta Cédula;
7. “B3”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1.2 desta Cédula;
8. “BNDES”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (a) do item (ii) da Cláusula 2.1.3 desta Cédula;
9. “Brasil PCH”: tem o significado que lhe é atribuído no item (vi) dos Considerandos desta Cédula;
10. “Cédula”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 desta Cédula;
11. “Citibank”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (i) do item (e) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
12. “Código Civil”: significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
13. “Comissão de Estruturação”: tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1 do Quadro V desta Cédula;
14. “Condições Suspensivas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.1 desta Cédula;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

15. “Conta Centralizadora”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II, ou outra conta que vier a ser designada nos termos Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário;
16. “Conta de Livre Movimentação”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II desta Cédula;
17. “Conta para Pagamento da Dívida”: a ser informada na Notificação de Transferência;
18. “Conta Vinculada”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II, ou outra conta que vier a ser designada nos termos Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário;
19. “Contrato de Administração de Contas”: tem o significado que lhe é atribuído no item 5.1 do Quadro V desta Cédula;
20. “Contrato de Depósito”: tem o significado que lhe é atribuído no item 5.1 do Quadro V desta Cédula;
21. “Contrato de Cessão Fiduciária”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.1 desta Cédula;
22. “Controle”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.4.2 desta Cédula;
23. “Credor”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro I desta Cédula;
24. “Cronograma de Amortização”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.1.1 do Quadro V desta Cédula;
25. “Data de Aniversário”: tem o significado que lhe é atribuído no item (ii) da Cláusula 4.2 desta Cédula;
26. “Data de Antecipação do Pagamento”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.4 desta Cédula;
27. “Data de Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído no item 9.1 do Quadro V desta Cédula;
28. “Data de Liberação dos Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (d) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
29. “Data de Liquidação Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.3.2 do Quadro V desta Cédula;
30. “Data de Transferência”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.4 desta Cédula;
31. “Data de Vencimento”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1 do Quadro V desta Cédula;
32. “Data de Vencimento Final”: tem o significado que lhe é atribuído no item 9.3 do Quadro V desta Cédula;
33. “Despesas da Operação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.2 desta Cédula;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

34. “Devedora”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II desta Cédula;
35. “Dia Útil”: significa qualquer dia exceto sábado, domingo e feriado declarado nacional;
36. “Direitos Cedidos Fiduciariamente”: tem o significado que lhe é atribuído no item (d) da Cláusula 7.2 desta Cédula;
37. “Direitos Creditórios Conta Centralizadora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (a) da Cláusula 7.2 desta Cédula;
38. “Direitos Creditórios Conta Vinculada”: tem o significado que lhe é atribuído no item (b) da Cláusula 7.2 desta Cédula;
39. “Documentos da Operação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.4 desta Cédula;
40. “Efeito Adverso”: tem o significado que lhe é atribuído no item (c) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
41. “Emitente”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II desta Cédula;
42. “Empréstimo Ponte DIP”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 1.2.48 do Plano de Recuperação Judicial e no Considerando (vi) desta Cédula ;
43. “Encargos Moratórios”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2 do Quadro V desta Cédula;
44. “Encargos Remuneratórios”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.1.1 do Quadro V desta Cédula;
45. “Termo de Obrigações”: tem o significado que lhe é atribuído no item (a) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
46. “IBGE”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2 desta Cédula;
47. “Inadimplemento”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 10.1 desta Cédula;
48. “IPCA”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2 desta Cédula;
49. “Juízo Competente”: tem o significado que lhe é atribuído no item (i) dos Considerandos desta Cédula;
50. “Juros Moratórios”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.1 do Quadro V desta Cédula;
51. “Liquidação Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.3.1 do Quadro V desta Cédula;
52. “LRF”: tem o significado que lhe é atribuído no item (h) da Cláusula 3.1 desta Cédula;
53. “Multa Moratória”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2.2 do Quadro V desta Cédula;
54. “Notificação de Transferência”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1 desta Cédula;
55. “Obrigações Garantidas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.1 desta Cédula;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

56. “Operação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (iii) dos Considerandos desta Cédula;
57. “Pagamento Antecipado Facultativo”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 desta Cédula;
58. “Pagamento Antecipado Obrigatório”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1 desta Cédula;
59. “Partes”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro II desta Cédula;
60. “Período de Disponibilidade dos Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.4 desta Cédula;
61. “Plano de Recuperação Judicial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (ii) dos Considerandos desta Cédula;
62. “Praça de Pagamento”: tem o significado que lhe é atribuído no item 5 do Quadro V desta Cédula;
63. “Prêmio de Liquidação Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído no item 3.3.2 do Quadro V desta Cédula;
64. “Principal”: tem o significado que lhe é atribuído no item 1 do Quadro V desta Cédula;
65. “Principal Atualizado”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2 desta Cédula;
66. “Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2 desta Cédula;
67. “Proventos das Ações”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2 desta Cédula;
68. “QI SCD”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro I desta Cédula;
69. “Quadra”: tem o significado que lhe é atribuído no item (iii) dos Considerandos desta Cédula;
70. “Recuperação Judicial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (i) dos Considerandos desta Cédula;
71. “Remuneração QI SCD”: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);
72. “Rendimentos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (d) da Cláusula 7.2 desta Cédula;
73. “Renova”: tem o significado que lhe é atribuído no item 1 do Quadro IV desta Cédula;
74. “Renovapar”: tem o significado que lhe é atribuído no item 2 do Quadro IV desta Cédula;
75. “Representante do Credor”: tem o significado que lhe é atribuído no Quadro III desta Cédula;
76. “Saldo do Principal Atualizado” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1 do Quadro V desta Cédula;
77. “Taxa Substitutiva”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2.1 desta Cédula;
78. “TED”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.5 desta Cédula;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

79. “Tomadoras”: tem o significado que lhe é atribuído no item (i) dos Considerandos desta Cédula;
80. “UPI Brasil PCH”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (b) do item (x) dos Considerandos desta Cédula;
81. “Valor Capitalizado”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.10 desta Cédula; e
82. “Valor da Parcela”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.10 desta Cédula.

1.2. Todos os termos no singular definidos nesta Cédula deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. Todas as referências aqui contidas a quaisquer leis, acordos ou documentos deverão ser interpretadas como uma referência a tais acordos ou documentos conforme aditados, alterados, modificados ou complementados de tempos em tempos. Todas as referências aqui contidas à lei aplicável deverão ser interpretadas como uma referência a tais leis, regulamentos, decretos, instruções, decisões normativas, medidas provisórias ou qualquer outra decisão em qualquer jurisdição aplicável, com força de lei ou não, e deverão incluir quaisquer disposições das quais sejam reformulações (com ou sem modificação) e quaisquer ordens, regulamentos, instrumentos ou outra legislação subordinada, elaboradas nos termos da lei aplicável.

1.3. Todas as referências a quaisquer das Partes deverão ser interpretadas como uma referência a tal Parte, seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários.

1.4. Os termos “inclusive”, “incluindo”, “particularmente” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “incluindo sem limitação e em caráter exemplificativo.”

1.5 Os termos definidos nesta Cédula e as regras de interpretação aqui previstas deverão ser aplicados a quaisquer Documentos da Operação ou outros documentos relacionados a esta Cédula, bem como prevalecer em caso de quaisquer conflitos com quaisquer termos definidos ou regras de interpretação previstos em quaisquer outros Documentos da Operação ou documentos relacionados a esta Cédula.

2. Objeto

2.1. A Emitente da presente Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP (“Cédula”) obriga-se a pagar, em caráter irrevogável e irretratável, ao Credor ou à sua ordem, nas Datas de Vencimento e na Praça de Pagamento, o Saldo do Principal Atualizado acrescido dos Encargos Remuneratórios, bem como das demais despesas e encargos, incluindo tributos, se aplicáveis, conforme o estabelecido nesta Cédula. As importâncias a serem pagas pela Emitente poderão ser demonstradas, pelo Agente Depositário, por planilhas de cálculo, como previsto em lei, observados os procedimentos acordados no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito que será celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário. Os recursos para pagamento das obrigações decorrentes desta Cédula serão transferidos da Conta Vinculada à Conta para Pagamento da

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Dívida, nos termos desta Cédula, do Contrato de Administração de Contas, do Contrato de Depósito e da legislação aplicável.

2.1.1. A Emitente autoriza expressamente, em caráter irretratável e irrevogável, o Agente Administrador de Contas Oneradas a instruir o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, em cada uma das Datas de Vencimento, a debitar da Conta Vinculada todo e qualquer valor disponível e, em qualquer hipótese, sempre com observância dos termos e condições previstos nesta Cédula, especialmente Cláusulas 2.1.3, 2.1.3.1, 2.1.4 e 2.2 a seguir. A Emitente obriga-se, para tanto, a manter na Conta Vinculada, recursos suficientes e imediatamente disponíveis para a efetivação de todos os referidos débitos. Se na Conta Vinculada não houver fundos suficientes para os pagamentos devidos, incidirão, desde a respectiva Data de Vencimento, os Encargos Moratórios, observado o disposto na Cláusula 4.10.

2.1.2. Os valores devidos nos termos da presente Cédula serão garantidos, conforme descrito na Cláusula 7 abaixo, em decorrência da titularidade, pela Emitente, de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH (“Ações Brasil PCH”), por: (i) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) (“Percentual Garantido”) de todos e quaisquer recursos que, líquidos de eventuais tributos, venham a ingressar no caixa da Emitente em decorrência do pagamento de dividendos, proventos, lucros, frutos, rendimentos, preferências, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, mútuos, reembolsos de capital, reduções de capital, amortizações, resgate de ações e demais valores que venham a ser, a partir desta data (inclusive), recebidos pela Emitente na qualidade de titular das Ações Brasil PCH (“Proventos das Ações”), sendo que a totalidade dos Proventos das Ações (inclusive aqueles em valor superior ao percentual da garantia ora referida) será creditada única e exclusivamente na Conta Centralizadora para posterior transferência do Percentual Garantido dos Proventos das Ações à Conta Vinculada, conforme previsto na Cláusula 2.1.3 abaixo e conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas para o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito; e/ou (ii) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) do preço de alienação da UPI Brasil PCH, líquidos dos valores, tal como a serem informados pela Emitente, de eventuais tributos, exigíveis diretamente da Emitente, bem como custos e despesas incorridos pela Emitente em decorrência de tal operação, como previsto no item (ii) da Cláusula 5.1 desta Cédula, limitados à somatória do Saldo do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não-pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada e de qualquer outro encargo devido e não pago ao Credor pela Emitente, os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada. Mediante a liquidação integral desta Cédula e ato contínuo à tal liquidação, o Representante do Credor deverá enviar ao Agente Administrador de Contas Oneradas uma notificação escrita informando a ocorrência de tal liquidação integral (notificação esta a ser enviada de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas), para que o Agente Administrador de Contas Oneradas instrua o Agente Depositário a transferir todo valor depositado na Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, nos termos do Contrato de Depósito. Os procedimentos de recebimento e alocação de recursos devem

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

refletir o disposto nesta Cláusula, conforme fluxograma que constitui o “Anexo 2.1.2” à presente Cédula (“Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos”) e observados os termos e condições previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito.

2.1.2.1. A Emitente deverá informar o Representante do Credor e o Agente Administrador de Contas Oneradas sobre a data de pagamento dos Proventos das Ações com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

2.1.3. Os valores depositados na Conta Centralizadora deverão ser transferidos pelo Agente Depositário, seguindo as instruções do Agente Administrador de Contas Oneradas, da seguinte forma:

(i) Até 30 de abril de 2021 (inclusive) e/ou até o limite de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), o que ocorrer primeiro, e desde que não tenha ocorrido nem esteja em curso nenhum evento de Inadimplemento (“Condições de Oneração”), 100% (cem por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora serão transferidos imediatamente para a Conta de Livre Movimentação; e

(ii) Verificada ao menos uma Condição de Oneração:

(a) 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos serão imediatamente transferidos da Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, em qualquer hipótese, mesmo que na ocorrência de qualquer evento de Inadimplemento, para subsequente cumprimento das obrigações previamente assumidas pela Renova perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) no âmbito do “*Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.1247.1, que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A., com Interveniência e Anuência de Terceiros*”, celebrado em 19 de dezembro de 2014, conforme aditado de tempos em tempos; e

(b) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora, sempre líquidos de quaisquer tributos, como previsto no item (i) da Cláusula 2.1.2 acima, serão imediatamente transferidos para a Conta Vinculada. A totalidade dos recursos disponíveis na Conta Vinculada serão transferidos para Conta para Pagamento da Dívida para pagamento dos valores devidos ao Credor, observado o disposto na Cláusula 2.1.4 desta Cédula.

2.1.3.1 Os valores a serem transferidos imediatamente da Conta Centralizadora à Conta Vinculada, referentes ao percentual de 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento), nos termos do item (b) da Cláusula 2.1.3 acima, deverão ser transferidos, pelo Agente Depositário, seguindo as instruções do Agente Administrador de Contas Oneradas, em cada Data de Transferência, para a Conta para Pagamento da Dívida e, em seguida, alocados pelo Credor na seguinte ordem, conforme

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

aplicável:

- (i) pagamento dos Encargos Moratórios;
- (ii) pagamento dos Encargos Remuneratórios;
- (iii) amortização do Saldo do Principal Atualizado; e
- (iv) Amortização Extraordinária Obrigatória.

2.1.3.2 As Tomadoras deverão informar sobre o depósito dos Proventos das Ações ao Representante do Credor, com cópia ao Credor e ao Agente Administrador de Contas Oneradas, com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

2.1.4. Em cada uma das Datas de Vencimento previstas no item 4 do Quadro V desta Cédula, ou no 15º (décimo quinto), 30º (trigésimo) e 45º (quadragésimo quinto) dia imediatamente anterior à respectiva Data de Vencimento (“Data de Antecipação do Pagamento” e, em conjunto com as Datas de Vencimento, “Data de Transferência”), sempre observado o disposto na Cláusula 2.1.3, o saldo dos recursos depositados na Conta Vinculada será integralmente transferido para a Conta para Pagamento da Dívida, para posterior utilização nos pagamentos previstos na Cláusula 2.1.3.1, e observado o disposto na Cláusula 4.11. Caso a Data de Antecipação do Pagamento ou Data de Vencimento não seja Dia Útil, incluindo para este fim qualquer outro dia em que os bancos estejam autorizados a não funcionar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, será considerado o próximo Dia Útil.

2.2. A Conta Vinculada e a Conta Centralizadora somente poderão ser movimentadas pelo Agente Depositário, conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas, nos termos previstos nesta Cédula, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito, sendo certo que, não obstante qualquer disposição em contrário, expressa ou implicitamente, contida em qualquer um desses instrumentos, nada deverá impedir, a qualquer tempo e sob qualquer pretexto, inclusive, sem qualquer limitação, na hipótese de ocorrência de um evento de Inadimplemento, a transferência integral de 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, a fim de permitir o cumprimento das obrigações previamente assumidas pela Renova perante o BNDES, como referidas na alínea (a) do item (ii) da Cláusula 2.1.3 acima.

2.3. A presente Cédula é emitida nos termos da Operação e conforme o previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.656, de 26 de abril de 2018, podendo, a critério do Credor, ser emitida eletronicamente.

3. Condições Suspensivas

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

3.1. Exceto se expressamente renunciadas pelo Credor, o desembolso de qualquer importância fica sujeito ao atendimento, cumulativo, em forma e substância satisfatórias ao Credor, das seguintes condições suspensivas, sem exceção (“Condições Suspensivas”), sendo certo que, no caso de o Credor considerar não satisfatório o atendimento de quaisquer dessas condições, eventual objeção deverá ser devidamente fundamentada:

- a) as Tomadoras deverão ter aprovado os termos da política de governança, incluindo alterações ao estatuto social, como previsto no “*Instrumento Particular de Termo de Obrigações e Outras Avenças*”, a ser firmado entre as Partes, antes da Data de Liberação dos Recursos, na forma da minuta que constitui o “Anexo 3.1 (a)” à presente Cédula (“Termo de Obrigações”);
- b) os Documentos da Operação deverão ter sido celebrados, obtidos, concluídos, e, no caso desta Cédula e do Contrato de Cessão Fiduciária, registrados, conforme aplicável, em um Cartório de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e de Barueri;
- c) não ocorrência de um evento, até a data de implementação das Condições Suspensivas, que, conforme comprovadamente demonstrado pelo Credor, represente ou possa resultar, em: (i) qualquer circunstância ou fato relevante, atual ou contingente, ou alteração ou efeito relevante sobre quaisquer das Tomadoras ou da Brasil PCH, que modifique material e adversamente a situação econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza de quaisquer das Tomadoras, de modo a afetar negativamente a capacidade legal, financeira ou ainda, econômica, de quaisquer das Tomadoras de cumprir com quaisquer de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação; ou (ii) qualquer efeito relevante que afete negativamente a existência, validade e/ou eficácia de quaisquer dos Documentos da Operação ou de quaisquer de suas disposições que não seja passível de ser sanado (“Efeito Adverso”). Para todos os efeitos, não será considerado um Efeito Adverso o aumento do volume de dívida das Avalistas decorrente da materialização de quaisquer riscos ou reclamações em litígio na presente data nos autos da Recuperação Judicial, desde que referido aumento não afete ou possa afetar a distribuição dos Proventos das Ações, nos termos dos Documentos da Operação, bem como a aplicação de eventuais penalidades ou sanções pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ou pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em face das Tomadoras ou suas Afiliadas, exceto com relação a Brasil PCH e suas subsidiárias;
- d) cumprimento, pelas Tomadoras, de todas as suas obrigações previstas nos Documentos da Operação, o qual deverá ocorrer até a data em que os recursos forem disponibilizados na conta corrente de titularidade da Emitente, por ela indicada (“Data de Liberação dos Recursos”). A condição prevista neste item será atendida mediante envio de declaração pelas Tomadoras;
- e) obtenção de todas as aprovações societárias necessárias para firmar os Documentos da Operação, bem como das seguintes aprovações:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

- (i) a concordância do Banco Citibank S.A. (“Citibank”) quanto aos termos da Operação, em termos substancialmente similares à carta constante do “Anexo 3.1(e)(i)” à presente Cédula, especialmente no que tange às garantias reais sobre os direitos creditórios decorrentes, direta ou indiretamente, dos recursos oriundos do recebimento dos dividendos de titularidade da Emitente, na condição de acionista da Brasil PCH, prestadas em favor do Credor, inclusive no que diz respeito aos Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos;
 - (ii) a concordância da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) quanto aos termos da Operação, a qual deverá ser informada diretamente ao Representante Credor, pela CEMIG, mediante o envio a este de cópia de correspondência já encaminhada à Renova, como anexada ao modelo de carta constante do “Anexo 3.1 (e)(ii)” à presente Cédula; e
 - (iii) aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelo BNDES;
- f) previsão, no Plano de Recuperação Judicial, da Operação disciplinada nesta Cédula, incluindo seus principais termos e condições;
- g) aprovação, pela assembleia geral de credores, de todos os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial substancialmente previstos na forma do “Anexo 3.1.(g)” à presente Cédula, especialmente em relação aos itens 1.1., 8.8.1.2.2.4., 8.8.1.2.2.6., 8.9.1.3.3., 9.1., 9.2., 10.1.(caput), 10.1.1., 10.1.1. (c), 10.1.2., 10.2. (caput), 10.3, 11., 12.1.2., 12.1.3., 16.1., 17.3.1., 17.3.2., 18. (a) do Anexo 5 e ao Anexo 10 do Plano de Recuperação Judicial, os quais não poderão ser revogados ou alterados, em nenhuma hipótese, tampouco poderão ser incluídos novos itens ou cláusulas que, de alguma forma, contrariem ou conflitem com o disposto nos itens aqui mencionados.
- h) homologação, pelo Juízo Competente da Recuperação Judicial, do Plano de Recuperação Judicial, quer em razão de sua aprovação pela assembleia geral de credores, observado o disposto na alínea (g) acima, quer em razão dos atendimentos aos requisitos da homologação por *cram down*, conforme art. 58, § 1º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (“LRF”);
- i) a inexistência de apelação ou recurso com pedido de efeito suspensivo contra a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e a concessão da Recuperação Judicial pelo Juízo Competente, nos termos do artigo 58 e seguintes da LRF, observados os prazos legais para tanto, que possa afetar, de qualquer forma, a presente Operação. Para os fins deste item, o efeito suspensivo, caso demandado, deverá ter sido negado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pelo Desembargador Relator do recurso, ainda que tal decisão seja provisória;
- j) emissão de opinião legal pelo escritório Felsberg Advogados, asseverando, *inter alia*, com as

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

devidas ressalvas e qualificações, desde que devidamente aprovadas pelo Credor, que os Documentos da Operação (exceto o Termo de Obrigações): (i) constituem obrigação existente, válida e eficaz das Tomadoras; (ii) são objeto de todas as autorizações necessárias à sua celebração, e que foram devidamente obtidas e encontram-se em vigor na Data de Liberação dos Recursos; e (iii) constituem obrigação extraconcursal em relação à Recuperação Judicial e à eventual falência das Tomadoras, de modo a serem pagos com precedência em relação a todos os demais credores das Tomadoras, em conformidade com os artigos 67 e 83 da LRF e com exceção dos previstos no artigo 84, incisos I a IV da LFR;

- k) emissão de declaração por representantes legais da Emitente, substancialmente nos termos da minuta constante do “Anexo 3.1.(k)” à presente Cédula, informando que a emissão desta Cédula não resulta no inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais, legais, inclusive regulatórias, das empresas do Grupo Renova;
- l) emissão de declaração por representantes legais da Emitente com relação à sua ciência sobre a inexistência de ação, processo ou procedimento pendente perante qualquer tribunal judicial ou arbitral ou órgão administrativo, de qualquer jurisdição ou perante qualquer árbitro, que venha a versar sobre a consumação ou acarretar a rescisão de qualquer termo, condição e/ou obrigação contemplados nesta Cédula ou nos demais Documentos da Operação, cuja minuta consta substancialmente do “Anexo 3.1.(k)” à presente Cédula;
- m) emissão de declaração, pela Renova, de que não há outros beneficiários dos respectivos dividendos, a título de garantia, que não o BNDES, a CEMIG e o Citibank, cuja minuta consta substancialmente do “Anexo 3.1.(m)” à presente Cédula;
- n) a Emitente, na condição de acionista da Brasil PCH, deverá ter informado à Brasil PCH que todos Proventos das Ações dela provenientes e devidos à Emitente deverão ser necessariamente depositados na Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, sem possibilidade de alteração ou modificação desse procedimento, por qualquer motivo, por mais especial que seja e, a Brasil PCH não se recusar a cumprir com tal obrigação, transcorrido o prazo de 15 dias contado da data do recebimento da referida comunicação pela Brasil PCH;
- o) emissão de autorização de transferência assinada pela Emitente autorizando o Agente Depositário a transferir, da Conta Vinculada, simultaneamente à liberação pelo Credor dos recursos objeto da Cédula, os valores estipulados a título de Comissão de Estruturação, bem como os honorários dos assessores legais, observado, em relação a tais honorários, o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), observado a Cláusula 3.2 abaixo; e
- p) envio de notificação, pelas Tomadoras, ao administrador judicial da Recuperação Judicial, nos

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

termos do “Anexo 3.1.(p)” à presente Cédula, autorizando-o a prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Representante do Credor e/ou pelo Credor referente às Tomadoras durante a vigência desta Cédula e dos demais Documentos da Operação.

3.2. Caso, por qualquer motivo, até o final do Período de Disponibilidade dos Recursos, quaisquer das Condições Suspensivas não tenham se verificado, o Credor poderá, a seu exclusivo critério, renunciar a quaisquer delas, ou ficará automaticamente desobrigado de realizar qualquer desembolso em relação a esta Cédula, a qual será considerada resolvida de pleno direito, nada mais sendo devido de uma Parte à outra, ressalvadas: (i) os custos da operação, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (“Despesas da Operação”); e (ii) a Comissão de Estruturação, caso não haja o cumprimento de qualquer das Condições Suspensivas elencadas no item 7.1 do Quadro V desta Cédula.

3.3. A Emitente deverá emitir e entregar ao Credor o Termo de Execução, na forma substancialmente contida do “Anexo 3.3” (“Termo de Execução”), atestando que as Condições Suspensivas previstas na Cláusula 3.1, ressalvadas as que forem objeto de renúncia pelo Credor, foram cumpridas, bem como designando a data de desembolso do valor Principal desta Cédula, como previsto na Cláusula 3.4 abaixo, assim como os dados da conta bancária onde tal valor deverá ser depositado. O Representante do Credor deverá se manifestar a respeito do Termo de Execução no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento do referido Termo, observado o disposto na Cláusula 3.1 acima, sendo que a ausência de manifestação será interpretada como aceitação da implementação das Condições Suspensivas.

3.4. O prazo para a solicitação do desembolso pela Emitente inicia-se 1 (um) Dia Útil após a assinatura desta Cédula e termina 61 (sessenta e um) dias após tal data (“Período de Disponibilidade dos Recursos”), prorrogável por mais 61 (sessenta e um) dias exclusivamente a critério do Credor e da Quadra. Deverão ser indicados no Termo de Execução a data para o desembolso do valor Principal da Cédula, a qual deverá ser fixada em prazos que não sejam, respectivamente, inferiores a 10 (dez) dias e nem superiores a 15 (quinze) dias, ambos contados da data de assinatura do Termo de Execução, bem como os dados da conta bancária na qual o referido valor deverá ser depositado.

4. Cálculo de Encargos Remuneratórios e Pagamentos

4.1. Em cada uma das Datas de Vencimento, a Emitente deverá pagar a parcela do Principal Atualizado ou seu saldo, conforme indicada no item 4.1 do Quadro V desta Cédula, e os Encargos Remuneratórios, que serão calculados observado o disposto nesta Cláusula 4 e conforme a incidência e periodicidade definidas no item 3.1.1 do Quadro V desta Cédula.

4.2. O valor do Principal ou o seu saldo será atualizado monetariamente pela variação acumulada, desde 15 de Outubro de 2020 até o seu efetivo recebimento pelo Credor, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA” e “IBGE”), sendo que o produto da atualização monetária desta Cédula

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

será incorporado ao Principal ou seu saldo, conforme aplicável (“Principal Atualizado” ou saldo do “Principal Atualizado”, respectivamente). A atualização monetária será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$Pa = P \times C;$$

Onde:

Pa = Principal Atualizado da Cédula calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

P = Principal ou saldo do Principal, conforme aplicável, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária da Cédula, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário da Cédula. Após a Data de Aniversário, o “NI_k” corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre 15 de Outubro de 2020 ou a Data de Aniversário da Cédula imediatamente anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contados entre a Data de Aniversário imediatamente anterior e a próxima Data de Aniversário da Cédula, sendo “dut” um número inteiro.

- i) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

- ii) Considera-se “Data de Aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente;
- iii) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversário consecutivas;
- iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Cédula ou qualquer outra formalidade;
- v) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;
- vi) O fator resultante da expressão:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

- vii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento; e
- viii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

4.2.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade do índice por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Credor deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, definir de comum acordo com a Emitente, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época (“Taxa Substitutiva”). Até a definição desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo da atualização monetária, o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo, sendo as devidas e quaisquer compensações financeiras a serem realizadas, tanto por parte da Emitente quanto pelo Credor, quando da divulgação posterior do IPCA na próxima Data de Vencimento.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

4.3. A Emitente pagará toda a importância devida nas Datas de Vencimento, obrigatoriamente por meio de débito na Conta Vinculada, nos termos da Cláusula 2.1.1 acima e da Cláusula 4.3.1 abaixo.

4.3.1. Para os fins do disposto na Cláusula 4.3, a Emitente, desde já, autoriza o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas e o Agente Depositário, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuar as devidas movimentações na Conta Centralizadora e na Conta Vinculada, de modo a transferir ao Credor os valores necessários à liquidação da dívida da Emitente, decorrente desta Cédula, observados os limites estabelecidos nesta Cédula, especialmente os previstos nas Cláusulas 2.1.1 e 2.2.

4.4. Qualquer recebimento de parcela fora do prazo avençado constituirá mera tolerância, e não afetará quaisquer termos e condições desta Cédula, tampouco importará em novação ou modificação do quanto ora acordado, inclusive quanto aos Encargos Moratórios e outras disposições.

4.5. Os valores devidos nos termos desta Cédula deverão ser pagos por meio de débito na Conta Vinculada e transferência ao Credor, a serem realizados pelo Agente Depositário, conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas, até às 16:00 (dezesseis) horas, nas respectivas Datas de Vencimento, na forma descrita no item 4.1 do Quadro V desta Cédula e de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Depósito. Na hipótese dos pagamentos devidos não serem efetuados por meio de débito na Conta Vinculada, sem prejuízo das normas e regras legais aplicáveis, os pagamentos dos valores devidos em razão desta Cédula, incluindo quaisquer encargos adicionais aplicáveis, deverão ser efetuados mediante transferência eletrônica disponível (“TED”) em favor do Credor ou à sua ordem.

4.6. Os Encargos Remuneratórios serão calculados de forma exponencial *pro rata temporis*, ou seja, capitalizados por Dia Útil com base no Saldo do Principal Atualizado apurado no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento e com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Os referidos encargos serão devidos e pagos em cada Data de Vencimento, nos termos dos itens 3 e 4 do Quadro V desta Cédula e calculados conforme fórmula abaixo:

$$ER = Pa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

Onde:

ER = Encargos Remuneratórios devidos em cada Data de Vencimento, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento

Pa = Principal Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Fator Juros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

Taxa = 15,00;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Liberação dos Recursos ou a Data de Vencimento ou Data de Antecipação do Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.7. Fica estabelecido que, se qualquer Data de Vencimento não cair em um Dia Útil, incluindo, para este fim, qualquer outro dia em que os bancos estejam autorizados a não funcionar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Data de Vencimento em questão passará a ser o Dia Útil imediatamente subsequente.

4.8. Todos os pagamentos devidos pela Emitente nos termos da presente Cédula somente serão considerados efetivamente recebidos quando o valor correspondente estiver integralmente livre e disponível, na Conta Vinculada, para transferência, pelo Agente Depositário, para a Conta de Pagamento da Dívida, conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas.

4.9. Quaisquer tributos, impostos, taxas ou similares de qualquer natureza (“Tributos”), devidos em decorrência da Operação, desta Cédula ou de qualquer outro Documento da Operação, serão exclusivamente de responsabilidade da Parte que for considerada contribuinte, de acordo com a lei aplicável. Os juros, parcela do principal ou qualquer outro valor devido pela Emitente ao Credor ou à Quadra não será aumentado ou reduzido em relação a quaisquer Tributos que venham a ser cobrados em decorrência da Operação, desta Cédula ou de qualquer outro Documento da Operação.

4.10. Caso os Proventos das Ações recebidos pela Emitente entre duas Datas de Vencimento seja insuficiente para o pagamento dos itens (i), (ii) e (iii) da Cláusula 2.1.3.1 acima (“Valor da Parcela”), o valor devido e não pago será capitalizado ao saldo de Principal Atualizado (“Valor Capitalizado”) mediante adição de prêmio equivalente a 5,00% (cinco por cento) incidente sobre o Valor Capitalizado, sendo que a partir de 15 de Abril de 2022, inclusive, o Valor Capitalizado não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do Valor da Parcela.

4.11. Caso os Proventos das Ações recebidos pela Emitente entre duas Datas de Vencimento,

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

observados os limites estabelecidos nesta Cédula, especialmente os previstos nas Cláusulas 2.1.1 e 2.2 acima, seja excedente ao pagamento do Valor da Parcela, o valor em excesso deverá ser utilizado na respectiva Data de Transferência para o pagamento do Saldo do Principal Atualizado (“Amortização Extraordinária Obrigatória”).

4.12. Não obstante qualquer disposição em contrário, expressa ou implicitamente contida nesta Cédula ou em qualquer outro Documento da Operação, fica certo e ajustado que qualquer valor recebido pelo Credor, a título de pagamento, indenização de perdas e danos ou a qualquer outro, em decorrência de qualquer outro Documento da Operação ou instrumento relacionado à Operação, deverá servir para reduzir automaticamente o Saldo do Principal Atualizado, na proporção de 1 (um) centavo recebido para cada 1 (um) centavo a ser abatido do Saldo do Principal Atualizado, salvo com relação às exceções previstas na Cláusula 9.3 abaixo, relativas a eventuais perdas e danos apurados com base naquelas hipóteses, cujo valor indenizatório deverá ser adicionado aos valores devidos ao Credor, caso aplicável.

5. Pagamento Antecipado Obrigatório

5.1. O pagamento antecipado será obrigatório (“Pagamento Antecipado Obrigatório”) nas seguintes situações:

- (i) na hipótese de Amortização Extraordinária Obrigatória; ou
- (ii) se houver a venda da UPI Brasil PCH. Neste caso, os recursos resultantes da alienação da UPI Brasil PCH, efetivamente pagos à Emitente e descontados: (a) quaisquer tributos incidentes sobre ou diretamente decorrentes da alienação da UPI Brasil PCH e devidos pela Emitente; e (b) os custos e despesas, direta ou indiretamente incorridos com tal alienação, desde que devidamente comprovados e de acordo com práticas de mercado junto a assessores de primeira linha na operação de alienação da UPI Brasil PCH, deverão ser utilizados para liquidar o somatório do Saldo do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada e de qualquer outro encargo devido e não pago, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. O saldo remanescente do preço deverá ser depositado na Conta de Livre Movimentação.

6. Pagamento Antecipado Facultativo

6.1. A Operação poderá, a qualquer tempo, ser liquidada integral e antecipadamente, mediante aviso prévio ao Credor, dado com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência (“Pagamento Antecipado Facultativo”). Uma vez que a Emitente avise sua intenção de pagar antecipadamente, fica obrigado a pagar o valor informado, no dia indicado. A falta de pagamento constituirá Inadimplemento.

6.2. No caso de Pagamento Antecipado Facultativo, a Emitente pagará ao Credor o Prêmio de Liquidação Antecipada.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

6.3. Não será permitida liquidação antecipada parcial, observada a Cláusula 4.11 acima.

7. Garantias do Pagamento

7.1. Na forma do disposto no Código Civil, no artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, observado, inclusive, o inciso IV do artigo 19, na Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 e nos demais dispositivos legais aplicáveis, em garantia do bom, fiel e cabal cumprimento das obrigações, principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, despesas, custas, honorários e eventuais despesas de advogados, do Agente Administrador de Contas Oneradas e de outros prestadores de serviços, e demais encargos contratuais e legais, assumidos ou que venham a ser assumidos pela Emitente e pelas Avalistas nesta Cédula e nos demais Documentos da Operação, bem como aquelas necessárias para formalização, manutenção e/ou execução de tais obrigações (“Obrigações Garantidas”), cujos termos e condições são de pleno conhecimento de cada uma das Partes, a Emitente constitui, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, desde já e até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, a garantia real especificada no item 8 do Quadro V desta Cédula, nos termos do “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*”, celebrado nesta data entre a Emitente, o Representante do Credor (“Contrato de Cessão Fiduciária”) e as Tomadoras, como Intervenientes Anuentes, o qual integrará, para todos os fins e efeitos de direito, a presente Cédula.

7.2. A garantia real, sem prejuízo do constante no Contrato de Cessão Fiduciária, é constituída de cessão fiduciária sobre:

- a) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes de 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) da totalidade dos Proventos das Ações, depositados na Conta Centralizadora em decorrência da titularidade de 51% (cinquenta e um por cento) das Ações Brasil PCH, incluindo, mas não se limitando, a todo e qualquer crédito ou valor correspondente a dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Emitente decorrentes das Ações Brasil PCH, recursos eventualmente em trânsito na Conta Centralizadora ou em fase de compensação bancária (“Direitos Creditórios Conta Centralizadora”);
- b) todos e quaisquer direitos creditórios depositados ou a serem depositados na Conta Vinculada, recursos eventualmente em trânsito na Conta Vinculada ou em fase de compensação bancária (“Direitos Creditórios Conta Vinculada”);
- c) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos direitos creditórios decorrentes da alienação da UPI Brasil PCH, líquidos, ou seja, depois de descontados: (i) quaisquer tributos incidentes sobre ou diretamente decorrentes da alienação da UPI Brasil PCH e devidos pela Emitente; (ii) custos e despesas, direta ou indiretamente incorridos na operação, desde que devidamente comprovados e de acordo com práticas de mercado junto a assessores de primeira linha. O percentual aqui referido estará limitado à somatória do Saldo do Principal

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada e de qualquer outro encargo devido e não pago pela Emitente;

- d) todos os rendimentos decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Depósito) realizados com os recursos recebidos ou depositados na Conta Vinculada, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma depositados ou a serem depositados em favor da Emitente na Conta Vinculada ("Rendimentos", os quais, em conjunto com os Direitos Creditórios Conta Vinculada e os Direitos Creditórios Conta Centralizadora, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente", respectivamente); e
- e) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas decorrentes de lei ou contrato relacionados aos Direitos Cedidos Fiduciariamente, cujos termos e condições estarão descritos no Contrato de Cessão Fiduciária.

7.3. Fica desde já ajustado que todas as garantias pessoais e/ou reais vinculadas à presente Cédula ou que vierem a ser a esta incorporadas poderão ser executadas em decorrência do Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer contrato celebrado entre o Credor ou suas Afiliadas com a Emitente.

7.4. Em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado indicado acima, a Emitente autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o Credor a exercer todos os direitos legais, cambiais e contratuais decorrentes das garantias reais e pessoais prestadas nesta Cédula ou a ela vinculadas, incluindo, mas não se limitando, aos de vender, alienar, ceder, onerar, transferir, utilizar, reter, ou compensar os bens ou direitos dados em garantia, de resgatá-los ou de receber o seu produto. Em razão do aqui disposto, o Credor fica expressamente autorizado a utilizar o produto da realização das garantias existentes na liquidação ou amortização de qualquer débito resultante dos contratos celebrados com a Emitente, conforme aplicável, inclusive para dar instruções, diretamente ou por meio do Representante do Credor, ao Agente Administrador de Contas Oneradas nesse sentido, informando a ocorrência de vencimento antecipado, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito.

7.4.1. Para fins desta Cédula, "Afiliadas" significa a(s) pessoa(s) ou entidade(s), inclusive fundo de investimento, direta ou indiretamente, Controlada(s) pela respectiva pessoa e pessoa(s) que sejam Controladas pelo mesmo Controlador, direto ou indireto, da respectiva pessoa.

7.4.2. Para fins desta Cédula, "Controle": significa, em relação a uma pessoa, o poder de isoladamente ou em conjunto com outras pessoas, gerenciar e determinar a direção da administração e as políticas da pessoa em questão, através da titularidade da maioria do capital votante, por força de contrato ou por qualquer outro meio. Termos derivados de Controle, tais como "Controladora", "Controlador" e outras palavras correlatas terão significado análogo ao de Controle.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****8. Transferência da Cédula**

8.1. O Credor original desta Cédula poderá, conforme aplicável, a seu exclusivo critério ceder e/ou endossar, no todo ou em parte, a presente Cédula e os direitos, garantias e/ou prerrogativas derivados do Contrato de Cessão Fiduciária, sem necessidade de anuência da Emitente e/ou das Avalistas, porém mediante comunicação a todas elas (“Notificação de Transferência”), caso em que o endossatário ou cessionário assumirá automaticamente a posição de “Credor”, de pleno direito, independentemente de qualquer outra formalidade. A Notificação de Transferência deverá indicar os dados de qualificação completos do endossatário ou cessionário que passará a ser o novo “Credor”, bem como os dados da Conta para Pagamento da Dívida, conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária. O cessionário e/ou endossatário, mesmo não sendo instituição financeira ou entidade a ela equiparada, poderá exercer todos os direitos conferidos por esta Cédula, inclusive cobrar os juros e demais encargos na forma pactuada nesta Cédula. Qualquer cessão e/ou endosso subsequente, desde que não tenha ocorrido uma hipótese de Vencimento Antecipado, requerão a anuência prévia da Emitente, que terá 2 (dois) Dias Úteis, a contar da notificação da Emitente, para se manifestar favoravelmente à cessão. Caso a Emitente se manifeste contrariamente à cessão, esta deverá, obrigatoriamente, liquidar antecipadamente a presente Cédula, em até 5 (cinco) Dias Úteis adicionais, dispensado o pagamento do Prêmio de Liquidação Antecipada. A ausência de manifestação da Emitente autoriza a cessão e/ou endosso da Cédula pelo Credor.

8.1.1. A Emitente desde já reconhece que a transferência desta Cédula na forma acima estabelecida não caracteriza violação de sigilo bancário.

8.1.2. A Emitente desde já declara sua ciência e anuência e compromete-se a realizar o pagamento em benefício do respectivo cessionário, sucessor ou endossatário, diretamente, ou por meio da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), conforme o caso.

8.2. Para fins do disposto na Cláusula 8.1 acima, a Cédula poderá ser, a critério do Credor, registrada na B3, caso em que a transferência da Cédula operar-se-á exclusivamente na forma eletrônica, no âmbito da B3, permanecendo o Credor, ou terceiro por este indicado, como depositário da Cédula e responsável por sua guarda física. Nesta hipótese, a liquidação da Cédula deverá ser realizada conforme os manuais aplicáveis da B3.

8.3. Se esta Cédula for registrada na B3, nos termos da Cláusula 8.2 acima, a Cédula poderá, a qualquer tempo e respeitadas as regras da referida instituição, ser retirada da B3 a pedido do legítimo Credor, ou terceiro por este indicado, para que este promova por sua conta e risco as medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive no tocante a contratação de advogados e custas respectivas.

8.4. Na hipótese de transferência da presente Cédula, com observância do disposto na Cláusula 8.1 acima, o endossatário ficará automaticamente sub-rogado em todos os direitos e garantias que cabiam ao endossante, independentemente de qualquer formalidade, passando a ter acesso livre e direto, por si

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

ou por meio de mandatários devidamente constituídos, incluindo o Representante do Credor, a todas as informações relacionadas à operação bancária e respectivas garantias, a exemplo de duplicatas e/ou direitos creditórios e/ou quaisquer outras garantias eventualmente constituídas, através de relatórios e/ou arquivos magnéticos contendo os dados gerados pelo sistema da carteira de cobrança, bem como movimentação da Conta Vinculada e da Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas, celebrados nesta data, e do Contrato de Depósito, a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, por meio de extratos gerados em sistema próprio, reconhecendo as Tomadoras que o novo titular da Cédula possui o inequívoco direito de acompanhar detidamente todo o andamento da operação bancária. Esta CCB, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Termo de Obrigações, o Contrato de Administração de Contas e o Contrato de Depósito são doravante denominados, em conjunto, os “Documentos da Operação”.

8.5. Após o endosso pelo Credor desta Cédula, com observância do disposto na Cláusula 8.1 acima, a Emitente e as Avalistas desde já: (a) exoneram o Credor endossante de toda e qualquer responsabilidade em relação (i) à veracidade e exatidão das informações e documentação fornecidas pela Emitente e demais partes signatárias e (ii) ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas nesta Cédula, especialmente das Condições Suspensivas e dos Documentos da Operação; e (b) reconhecem a validade da emissão e do endosso desta Cédula de forma eletrônica, o que é feito com base no artigo 889, §3º, do Código Civil.

9. Obrigações Adicionais das Tomadoras

9.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas nesta Cédula, as Tomadoras obrigam-se, isoladamente, a:

- a) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus respectivos negócios, notadamente a legislação socioambiental, a legislação anticorrupção, conforme detalhada mais adiante, e a legislação trabalhista, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seus objetos sociais, ressalvados os casos em que eventual descumprimento esteja sendo discutido de boa-fé nas esferas judicial ou administrativa, e exceto por violações destas naturezas por fato gerador anterior à data de assinatura deste instrumento, ainda que venha a se tornar de conhecimento do Credor ou de terceiro após a data de assinatura desta Cédula;
- b) apresentar, demonstrativos financeiros anuais auditados no prazo de 90 (noventa) dias após o seu exercício social, juntamente com a carta emitida por seus auditores independentes, balancetes trimestrais não auditados, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada trimestre de seu exercício social e prestar todas as demais informações e

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

esclarecimentos que, de forma razoável, forem demandados pelo Credor;

- c) com relação à Brasil PCH, apresentar demonstrativos financeiros anuais auditados no prazo de 90 (noventa) dias após o seu exercício social e, semestralmente, demonstrativos financeiros com revisão limitada, juntamente com a carta emitida por seus auditores independentes, se aplicável, e prestar todas as demais informações e esclarecimentos que, de forma razoável, forem demandados pelo Credor;
- d) fornecer ao Credor livre acesso aos representantes dos auditores, a qualquer tempo;
- e) apresentar, tão logo emitidos e disponibilizados nos autos da Recuperação Judicial, os relatórios do administrador judicial de que trata a LRF;
- f) fornecer ao Credor, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral e/ou reunião (inclusive de conselho de administração e/ou aquelas decorrentes de acordo de acionistas que disponham sobre o exercício de direito de voto) das Tomadoras e das subsidiárias, especialmente da Brasil PCH, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação relacionadas aos Proventos das Ações;
- g) informar ao Credor, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da ocorrência, sobre: (i) qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias, societárias ou nos seus negócios; e (ii) quaisquer autuações relevantes pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental e/ou trabalhista, incluindo temas de saúde e segurança ocupacional, trabalho em condições análogas a escravo e trabalho infantil que possam afetar negativamente quaisquer das Tomadoras, de forma material, ou de forma a impossibilitar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Cédula ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- h) a fazer valer a cessão fiduciária objeto do Contrato de Cessão Fiduciária e as suas respectivas obrigações assumidas nos termos de tal contrato, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, e não realizar, nem permitir que seja realizado, conforme aplicável, qualquer questionamento à validade e eficácia de tal garantia e/ou de tais obrigações prestadas no âmbito desta Cédula;
- i) manter os ativos de sua propriedade e necessários à condução de suas atividades: (a) em condições adequadas de operação e manutenção; bem como (b) segurados por sociedades seguradoras de boa reputação e que gozem de boa situação financeira, com apólices que cubram o mesmo valor e os riscos que usualmente são cobertos na mesma área por sociedades que se dediquem às mesmas atividades ou atividades similares, sendo facultado

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

ao Representante do Credor solicitar cópia dos referidos documentos;

- j) com relação à Emitente, manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista e/ou previdenciária, exceto por aquelas cuja exigibilidade seja suspensa ou extinta no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do inadimplemento ou esteja sendo discutida de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial. Com relação às Avalistas, cumprir com as obrigações trabalhistas vincendas a partir da data de assinatura da presente Cédula, bem como não incorrer em inadimplemento de futuras obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal) ou previdenciária por período superior a 90 (noventa) dias, em qualquer caso, exceto por aquelas cuja exigibilidade seja suspensa ou extinta, ou esteja sendo discutida de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial;
- k) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros, em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, a sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- l) conduzir operações consistentes e de acordo com, no mínimo, suas práticas passadas;
- m) na hipótese da legalidade, validade, eficácia ou exequibilidade de qualquer ou parte das disposições relevantes desta Cédula e dos Documentos da Operação ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal e informar tal acontecimento ao Credor em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu conhecimento acerca de tal fato;
- n) envidar os melhores esforços para que seus fornecedores adotem as devidas práticas de proteção ao meio ambiente e relativas à segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil em desconformidade com a legislação vigente ou análogo ao trabalho escravo, se possível mediante condições específicas;
- o) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas respectivas Afiliadas e seus respectivos administradores ou empregados, toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos previstos pela legislação anticorrupção, exceto por eventuais violações desta natureza por fato gerador anterior à data de assinatura desta Cédula, ainda que venha a se tornar de conhecimento do Credor ou de terceiro após a data de assinatura desta Cédula, devendo: (a) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da legislação anticorrupção; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais, acionistas, diretores, empregados e/ou os demais prestadores de serviços; (c)

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

abster-se de praticar, atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (d) caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado a qualquer legislação anticorrupção por fato gerador posterior à data de assinatura desta Cédula, comunicar ao Credor em até 2 (dois) Dias Úteis contados do conhecimento de tal ato ou fato, sendo que, se tal ato ou fato já seja de conhecimento das Tomadoras antes da Data de Emissão, estas declaram que foram ou estão sendo tomadas todas as providências necessárias à suspensão ou resolução dos respectivos efeitos, conforme as melhores práticas de governança corporativa;

- p) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste instrumento, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir que administradores ou empregados não o façam, bem como assegurar-se de que seus representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, tenham aderido ao “Código de Ética e Conduta” da Renova;
- q) alocar os recursos decorrentes da Operação para retomada dos investimentos e conclusão da Fase A do Projeto Alto Sertão III e pagamento dos custos da contratação Operação, nos termos do Plano de Recuperação Judicial; e
- r) observar, cumprir e/ou fazer cumprir os termos e condições do Termo de Obrigações.

9.2. As demonstrações financeiras referidas na alínea “b” da Cláusula 9.1 desta Cédula devem incluir: (i) abertura do endividamento detalhado, aberto por instituições financeiras, fundos de investimentos e *factorings*, relativas ao respectivo período; (ii) informações necessárias para cálculo de todas as rubricas necessárias para obtenção de índices financeiros; e (iii) declaração assinada por administrador da pessoa jurídica, com poderes para tanto, atestando que esta encontra-se adimplente com as obrigações decorrentes desta Cédula.

9.3. Sem prejuízo do direito do Credor de declarar o vencimento antecipado desta Cédula ou da responsabilidade da Emitente em arcar com os pagamentos aqui previstos, acrescidos de juros e todas as penalidades cabíveis, assim como custas e despesas judiciais decorrentes e honorários advocatícios, quando e se aplicáveis, na hipótese de inadimplemento pela Emitente de suas obrigações decorrentes desta Cédula, pecuniárias ou não, fica certo e ajustado que, em nenhuma hipótese, poderá a Emitente ser responsabilizada por quaisquer perdas ou danos, diretos ou indiretos, especiais ou consequentes, incluindo, sem qualquer limitação, perdas comerciais, perdas de ganhos, rendimentos, lucros ou poupanças presumidas, perdas de contratos ou de relações comerciais, perdas de reputação e quaisquer outras perdas ou danos, de qualquer natureza, excetuados o disposto na Cláusula 9.4 abaixo e as perdas e danos que, por força da legislação, nacional e internacional, podem ser exigidos por autoridades públicas reguladoras das partes contratantes de operação de crédito, caso estejam relacionados à Operação, incluindo perdas decorrentes de danos ambientais, penalidades decorrentes da legislação

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

anticorrupção ou das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo, em qualquer caso, relacionados exclusivamente a atos ou fatos ocorridos a partir da presente data.

9.4. As Tomadoras estão integralmente cientes e de acordo com o seguinte e desde que relativo à presente Operação: qualquer litígio ou questionamento, judicial ou extrajudicial, que possa vir a ser ajuizado, deverá ser ajuizado, em face do endossatário da Cédula na data do ajuizamento do litígio ou questionamento e que o ajuizamento de qualquer ação, judicial ou extrajudicial, pelas Tomadoras, contra a QI SCD, na qualidade de Credor, desde que estas tenham sido ajuizadas após a QI SCD ter endossado a presente Cédula para terceiro, acarretará na responsabilidade pelo pagamento de indenização por perdas e danos e ressarcimento de todo e qualquer custo e despesas que a QI SCD venha a incorrer (incluindo de honorários advocatícios) para defesa de seus direitos no respectivo litígio. O disposto na presente cláusula estará sujeito à estrita observância da cessão e/ou endosso, no todo ou em parte, da presente Cédula e os direitos, garantias e/ou prerrogativas dela derivados, do estipulado na Cláusula 8.1 acima.

9.5. Durante a vigência desta Cédula, a Emitente e as Avalistas obrigam-se, individualmente, a, no limite de sua participação na Brasil PCH, não realizar, nem permitir que seja realizado, dentro de sua capacidade, qualquer questionamento à validade e eficácia de tais das garantias prestadas no âmbito dos Documentos da Operação.

10. Inadimplemento e Vencimento Antecipado

10.1. O Credor poderá considerar antecipadamente vencida esta Cédula, independentemente de qualquer aviso ou interpelação, judicial ou extrajudicial, e exigir imediatamente o cumprimento de todas as obrigações aqui assumidas pelas Tomadoras nos casos previstos em lei e, ainda, nas seguintes hipóteses (“Inadimplemento”):

- a) se a Emitente e/ou as Avalistas deixarem de pagar qualquer parcela do Principal Atualizado, dos Juros Remuneratórios e/ou quaisquer outros valores devidos por força da presente Cédula e dos demais Documentos da Operação, na forma contratada, desde que o respectivo Inadimplemento não seja sanado, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tiver ocorrido;
- b) se a Emitente, as Avalistas e/ou demais pessoas, conforme o caso, deixarem de cumprir quaisquer de suas obrigações não pecuniárias assumidas nesta Cédula e/ou nos demais Documentos da Operação, e tal obrigação não for cumprida em até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva comunicação do Credor, com cópia ao Representante do Credor, sobre o respectivo descumprimento;
- c) vencimento antecipado de qualquer outro contrato financeiro que tenha sido celebrado ou novado pela Emitente e/ou pelas Avalistas após a Data de Emissão;
- d) se, partir da Data de Emissão, a Emitente e/ou quaisquer das Avalistas vierem a sofrer protesto

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

de títulos, negativas ou ações judiciais em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), desde que: (i) não esteja sendo discutido de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial; (ii) não tenha sido indevidamente efetuado, tenha decorrido de erro ou má-fé de terceiros, ou tenha sido susinado ou cancelado; (iii) a Emitente não tenha prestado garantias em juízo; ou (iv) não sejam débitos sujeitos à Recuperação Judicial;

- e) vencimento antecipado de quaisquer operações contratadas a partir da Data de Emissão pela Emitente ou Avalistas no mercado financeiro ou de capitais nacional ou internacional;
- f) contratação de empréstimos, emissão de títulos de dívida ou outras formas de endividamento pelas Tomadoras ou pela Brasil PCH, em valor, individual superior ao limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem a prévia aprovação do Credor, e que comprometa sua capacidade de honrar com as obrigações aqui pactuadas, exceto por aqueles permitidos no Plano de Recuperação Judicial;
- g) redução de capital da Emitente que não seja realizada para a absorção de prejuízos acumulados;
- h) contratação e/ou pagamento de mútuos *intercompany* pela Emitente na condição de devedora;
- i) quaisquer das garantias previstas nesta Cédula perderem a eficácia e a Emitente e/ou as Avalistas não a substituam ou reforcem por outra igualmente aceitável pelo Credor;
- j) a celebração, pela Emitente, de quaisquer contratos, acordos, ajustes, compromissos ou quaisquer atos que tenham por objeto ou como efeito a constituição de garantias e/ou a oneração de seus ativos e bens, reais e incorpóreos, presentes ou futuros, incluindo, mas não se limitando, as operações com as Afiliadas da Emitente, sem prévia aprovação do Credor, observados os termos e condições previstos no Termo de Obrigações em relação à Emitente, à Renova e à Renovar;
- k) inobservância do Termo de Obrigações, pela Emitente, Renova ou Renovar, incluindo qualquer alteração no estatuto social da Emitente nas matérias reguladas por tal instrumento;
- l) caso esta Cédula, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Administração de Contas e/ou o Contrato de Depósito, após sua celebração, sejam: (i) rescindidos por iniciativa da Emitente ou de quaisquer das Avalistas; (ii) declarados nulos; ou (iii) objeto de decisão judicial ou arbitral de aplicabilidade imediata que resulte na sua invalidação, inexecutabilidade, ineficácia, desde que não contestada, revertida ou suspensa no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do seu proferimento ou nos seus prazos legais, prevalecendo aquele que expirar por último;
- m) questionamento judicial, pela Emitente e/ou quaisquer das Avalistas, da legalidade, eficácia, validade ou executabilidade desta Cédula, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e/ou do Contrato de Depósito;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

- n) cisão, fusão, extinção ou incorporação, inclusive incorporação de ações da Emitente, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emitente, incluindo mudança direta de Controle, sem prévia autorização do Credor, observado o disposto no Termo de Obrigações;
- o) cessão ou qualquer outra forma de transferência a terceiros ou, ainda, aditamento ou qualquer forma de alteração, de todo ou em parte, pela Emitente e/ou por quaisquer das Avalistas, dos direitos e/ou das obrigações da Emitente e/ou das Avalistas previstos nesta Cédula e no Contrato de Cessão Fiduciária, sem a prévia aprovação do Credor;
- p) decretação de falência da Emitente e/ou de quaisquer das Avalistas ou pedido de autofalência pela Emitente e/ou quaisquer das Avalistas;
- q) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou decretação de falência das subsidiárias da Emitente;
- r) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão: (i) das licenças ambientais aplicáveis, exceto se tal inadimplemento for sanado ou se for interposto recurso devidamente endereçado em prazo tal que não implique em paralisação das atividades das Tomadoras (exceto por aquelas em processo de revalidação) ou da Brasil PCH; ou (ii) das autorizações, licenças (exceto licenças ambientais contempladas no item (i) e outorgas que (1) sejam necessárias para o regular exercício das atividades da Emitente e/ou das suas subsidiárias, diretas ou indiretas; e (2) possam impactar o cumprimento das obrigações da Emitente e das Avalistas previstas nesta Cédula; a menos que dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão (a) a Emitente ou suas respectivas subsidiárias, diretas ou indiretas ou as Avalistas, comprovem a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; ou (b) a Emitente apresente outro documento legalmente válido emitido pelo órgão competente que substitua as autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças eventualmente não renovadas, canceladas, revogadas ou suspensas. Não será considerado descumprimento de qualquer natureza para fins desta cláusula, as Tomadoras se tornarem impedidas por qualquer razão de celebrar contratos com a administração pública;
- s) inscrição da Emitente e/ou de quaisquer das Avalistas no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à escravidão, desde que não seja revertida no prazo de 05 (cinco) dias, contados do conhecimento de tal inscrição pela Emitente e/ou da Avalista em questão, ou esteja sendo discutida de boa-fé no âmbito administrativo ou judicial;
- t) se for proferida sentença desfavorável aos interesses da Emitente e/ou de quaisquer das

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Avalistas obrigando-as a pagar quantia que possa comprovadamente afetar as obrigações de pagamento previstas na presente Cédula e nos demais Documentos da Operação;

- u) alienação, transferência, cessão ou disposição, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos operacionais da Emitente e/ou da Brasil PCH, sem prévia autorização do Credor, excetuando-se as alienações e/ou cessões expressamente previstas no Plano de Recuperação Judicial ou movimentações de ativos operacionais entre a Brasil PCH e suas subsidiárias integrais;
- v) sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou de qualquer modo constrição ou alienação compulsória, da propriedade e/ou posse direta ou indireta da totalidade ou parte relevante dos ativos da Emitente e/ou das suas subsidiárias, diretas ou indiretas, e das Avalistas, que possam impactar a capacidade da Emitente de cumprir com o disposto na presente Cédula;
- w) celebração, propositura ou apresentação, sem o prévio consentimento do Credor, de qualquer alteração ao Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente que afete o cumprimento das obrigações de pagamento previstas nesta Cédula ou a ordem de pagamentos estabelecida no Plano de Recuperação Judicial relativa à alienação da UPI Brasil PCH;
- x) se, durante o prazo previsto no art. 61 da LRF, ocorrer descumprimento do Plano de Recuperação Judicial, desde que não sanado nos termos da decisão judicial nesse sentido, de: (i) qualquer obrigação contida no Plano de Recuperação Judicial e referido descumprimento puder acarretar um Efeito Adverso; ou (ii) qualquer obrigação de destinação de recursos ou ordem de pagamentos estabelecida no Plano de Recuperação Judicial relativa à alienação da UPI Brasil PCH;
- y) ocorrência de qualquer Evento Adverso nas condições econômico-financeiras das Tomadoras e/ou da Brasil PCH, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da presente Cédula e, se aplicável, dos demais Documentos da Operação;
- z) seja proferida decisão de autoridade administrativa ou judicial com exigibilidade imediata que impeça a conclusão, a continuidade, a execução ou a operação das atividades da Emitente e/ou de suas subsidiárias, diretas ou indiretas, que acarrete ou possa acarretar um Efeito Adverso, exceto em caso de obtenção de efeito suspensivo pela Emitente e/ou pelas Avalistas acerca da referida decisão dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de proferimento de referida decisão; e
- aa) caso a Emitente altere, de qualquer forma, a instrução de pagamento constante do Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária, sem a anuência expressa do Representante do Credor.

10.2. As Avalistas assinam esta Cédula, concordando não apenas com os seus termos e

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

condições, como também declarando-se solidariamente responsáveis por todas as obrigações aqui assumidas pela Emitente.

11. Declarações e Obrigações do Representante do Credor

11.1. O Credor nomeia e constitui como seu representante o Representante do Credor, qualificado no Quadro III desta Cédula, o qual, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Cédula, representar perante a Emitente, quando aplicável, os interesses do Credor.

11.2. Além de outros previstos nesta Cédula, constituem deveres e atribuições do Representante do Credor:

- a) proteger os direitos e interesses do Credor, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- c) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Cédula, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- d) promover, caso a Emitente não o faça, o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios de títulos e documentos competentes;
- e) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e pessoais;
- f) verificar o atendimento das Condições Suspensivas;
- g) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Cédula, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- h) informar ao Agente Administrador de Contas Oneradas sobre qualquer alteração ou modificação das instruções de depósitos dos Proventos das Ações pela Brasil PCH;
- i) informar ao Agente Administrador de Contas Oneradas, em cada Data de Vencimento, sobre o Valor da Parcela discriminando os valores conforme Cláusula 2.1.3.1 desta Cédula;
- j) informar ao Agente Administrador de Contas Oneradas, com ao menos 1 (um) Dia Útil de antecedência, o cumprimento das Condições Suspensivas;

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

- k) monitorar as garantias objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, prestando serviços de monitoramento dos recursos relacionados à Conta Centralizadora e à Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito e sem prejuízo da atuação do Agente Administrador de Contas Oneradas e do Agente Depositário, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito;
- l) comunicar o Credor e Agente Administrador de Contas Oneradas no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer Inadimplemento pela Emitente e/ou Avalistas de obrigações assumidas nesta Cédula e nos demais Documentos da Operação; e
- m) notificar o Agente Administrador de Contas Oneradas sobre a ocorrência de quaisquer das Condições de Oneração, em ao menos 1 (um) Dia Útil, para que haja a liberação dos valores nos termos da Cláusula 2.1.3 desta Cédula e do Contrato de Administração de Contas;

11.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula acima, as garantias objeto dos Documentos da Operação serão constituídas em face do Representante do Credor, o qual usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emitente para a proteção e defesa do interesse Credor no âmbito desta Cédula, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito, observados os termos e condições dos respectivos instrumentos. Em caso de Inadimplemento da Emitente e das Avalistas, o Representante do Credor poderá, com observância dos termos desta Cédula e dos demais Documentos da Operação:

- a) declarar antecipadamente vencida a Cédula e cobrar seu Principal e acessórios, observados os termos e condições desta Cédula;
- b) requerer a falência da Emitente, nos termos da legislação aplicável, observados os termos e condições desta Cédula;
- c) executar as garantias reais objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, judicial ou extrajudicialmente, nos termos lá previstos, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o *pro rata* no pagamento das obrigações da Emitente decorrentes desta Cédula que a ele forem devidos, ficando, desde já, autorizado a dar ao Agente Administrador de Contas Oneradas as instruções para a tomada de providências nesse sentido, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e sempre ressalvado o previsto na Cláusula 2.2 desta Cédula sobre a não inclusão de 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora em quaisquer garantias reais e, por conseguinte, criação de obstáculo, de qualquer natureza, e sob qualquer pretexto, inclusive, sem qualquer limitação, na hipótese de ocorrência de um evento de Inadimplemento, à transferência, a qualquer tempo, dos referidos recursos da Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, para o fim de permitir o cumprimento das obrigações previamente assumidas

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

pela Renova perante o BNDES, como referidas na alínea (a) do item (ii) da Cláusula 2.1.3 desta Cédula; e

- d) representar o Credor em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emitente e das subsidiárias da Emitente, conforme aplicável.

11.4. O Representante do Credor declara, ainda, que:

- a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação aplicável e nesta Cédula;
- b) conhece e aceita integralmente esta Cédula e os demais Documentos da Operação, incluindo todas as suas cláusulas e condições;
- c) está devidamente autorizado a celebrar esta Cédula e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d) a celebração desta Cédula e dos demais Documentos da Operação, bem como o cumprimento de suas obrigações, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Representante do Credor;
- e) não tem qualquer impedimento legal, conforme a legislação aplicável, para exercer a função que lhe é conferida; e
- f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas na legislação aplicável.

12. Encargos de Mora e Penalidades

12.1. Não cumprindo, pontualmente, quaisquer de suas obrigações decorrentes desta Cédula, e sem prejuízo da hipótese de vencimento antecipado, ficará a Emitente automaticamente constituída em mora, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, comprometendo-se a pagar ao Credor, sem interrupção da incidência dos Encargos Remuneratórios, o valor dos Encargos Moratórios.

12.2. Adicionalmente, o Credor poderá valer-se, simultânea ou sucessivamente, e na ordem que melhor lhe aprouver, de todos os meios judiciais e extrajudiciais para a cobrança de seu crédito e execução das garantias constituídas a seu favor.

13. Das Despesas e Tributos

13.1. Sem prejuízo das previsões específicas ao longo desta Cédula, a Emitente se responsabiliza por:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

a) todas as despesas incorridas pelo Credor e/ou pelo Agente Administrador de Contas Oneradas para: (i) a preservação dos seus direitos e/ou cobrança dos créditos que são devidos por conta desta Cédula e demais documentos correlatos, seja em decorrência de procedimentos judiciais ou extrajudiciais, incluindo os honorários que venham a ser arbitrados em juízo; e (ii) o registro, avaliação, fiscalização, monitoramento, realização e cobrança das garantias constituídas para o pontual pagamento desta Cédula; e

b) todos os tributos incidentes sobre a operação financeira representada por esta Cédula, existentes ou que venham a ser criados, bem como suas majorações ou aumentos de alíquota, mudanças de base de cálculo ou do período de apuração, e encargos moratórios, desde que legalmente exigíveis exclusivamente da Emitente;

13.2. O pagamento das despesas e tributos será efetuado pela Emitente à medida e na proporção dos montantes que forem devidos com base nesta Cédula, seja a título de Principal, correção, atualização monetária, variação cambial, juros, taxas e outras verbas, sempre com observância, contudo, do previsto na Cláusula 4.9 desta Cédula, sendo que o não pagamento constituirá Inadimplemento da presente, com as consequências e cominações aplicáveis, inclusive, mas não se limitando, ao vencimento antecipado.

13.2.1 Caso, após a liquidação dos montantes acima mencionados, venha a se verificar qualquer diferença devida pela Emitente em virtude da presente Cláusula, será a Emitente notificada de tal diferença, que deverá ser prontamente por ela liquidada.

13.3. Não obstante qualquer disposição em contrário, expressa ou implicitamente, contida nesta Cédula ou em qualquer outro Documento da Operação, fica certo e ajustado que a responsabilidade da Emitente por quaisquer novas despesas relativas à contratação e manutenção do Agente Administrador de Contas Oneradas, do Agente Depositário e de quaisquer outros terceiros, com relação à Operação, exceto pelos custos já contratados e dos quais o Credor tem plena ciência na presente data, estará sempre sujeita à expressa concordância com tais despesas, por escrito, pela Emitente.

14. Das Disposições Complementares

14.1. O Credor e o Representante do Credor também se comprometem em adotar os melhores esforços para observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por suas respectivas Afiliadas e seus respectivos administradores ou empregados, toda e qualquer legislação anticorrupção aplicável à presente transação, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos previstos pela legislação anticorrupção, exceto por eventuais violações desta natureza por fato gerador anterior à data de assinatura desta Cédula, ainda que venha a se tornar de conhecimento das Tomadoras ou de terceiro após a data de assinatura desta Cédula, devendo: (a) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da legislação anticorrupção; (b)

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais, acionistas, diretores, empregados e/ou os demais prestadores de serviços; (c) abster-se de praticar, atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública e nacional; e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado a qualquer legislação anticorrupção aplicável por fato gerador posterior à data de assinatura desta Cédula, comunicar às Tomadoras em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do conhecimento de tal ato ou fato;

14.2. O Credor e o Representante do Credor comprometem-se a não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste instrumento, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir que administradores ou empregados não o façam. O Credor e o Representante do Credor declaram que possuem código de ética e que seguem estritamente seus termos e suas disposições.

14.3. O Credor poderá, a qualquer tempo, ceder, transferir ou empenhar, total ou parcialmente, os direitos e obrigações, títulos de crédito, ações e garantias oriundos desta Cédula, nos termos da Cláusula 8.1 acima, estando autorizado pela Emitente a fornecer a terceiros informações sobre a operação consubstanciada nesta Cédula, sem que isso implique em violação do sigilo bancário.

14.4. A Emitente e as Avalistas, de forma irrevogável e irretratável e como condição do presente negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil, nomeiam-se reciprocamente como mandatários, outorgando e aceitando, poderes especiais para cada qual receber toda e qualquer comunicação, notificação, intimação ou citação, judicial ou extrajudicial, relativa a esta Cédula ou às respectivas garantias em nome dos demais, incluindo, sem limitação, quaisquer citações ou intimações judiciais.

14.5. As comunicações e notificações eletrônicas transmitidas por meio da plataforma eletrônica do Representante do Credor ou endereçadas ao e-mail da Emitente informado ao Credor serão válidas para todos os fins de direito, e considerar-se-ão recebidas na data de seu envio.

14.5.1. Se, por qualquer razão, não for possível o envio nos termos da Cláusula 14.4 acima, as comunicações deverão ser feitas aos endereços constantes do Preâmbulo desta Cédula, sempre feitos por escrito.

14.5.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços previstos nos Quadros I a IV desta Cédula, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão do e-mail nos endereços indicados no Preâmbulo.

14.6. A Emitente não poderá ceder os direitos ou obrigações decorrentes desta Cédula, salvo mediante prévia e expressa autorização do Representante do Credor, mediante instrução do Credor. Em caso de

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

qualquer cessão, o Representante do Credor deverá comunicar por escrito, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, estar de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito.

14.7. O Credor poderá emitir Certificados de Cédula de Crédito Bancário com lastro no presente título, podendo negociá-los livremente no mercado, tudo em conformidade com os artigos 43 e 44 da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, e com as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, sem necessidade de aviso prévio ou anuência da Emitente.

14.8. Fica estabelecido que se qualquer das Partes se abster de exercer direitos ou faculdades que pela presente Cédula lhe assistem ou se concordar com atrasos no cumprimento das obrigações a cargo da outra Parte, não serão afetados aqueles direitos ou faculdades que poderão ser, pela Parte inocente, exercidos em qualquer tempo a seu exclusivo critério, não implicando aqueles atos de tolerância em qualquer renúncia ou alteração das condições estatuídas nesta Cédula, nem obrigarão a Parte inocente quanto a vencimentos e inadimplementos futuros.

14.9. Se, para a defesa de seus direitos decorrentes desta Cédula, ou para haver o que lhe for devido, necessitar o Credor recorrer a meios administrativos ou judiciais, terá ele direito às custas e despesas judiciais decorrentes e honorários advocatícios, conforme arbitrados judicialmente.

14.10. A Emitente e as Avalistas, por este instrumento, autorizam expressamente o Credor e as Afiliadas do Credor a inserir informações obtidas junto à Emitente e às Avalistas, bem como consultar as informações consolidadas em seus nomes no Sistema de Informações de Créditos - SCR, na Centralização de Serviços os Bancos S.A. - SERASA –e quaisquer outros órgãos, entidades ou empresas, julgados pertinentes pelo Credor, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes da presente Cédula.

14.11. A Emitente e as Avalistas responsabilizam-se, exclusivamente, perante o Credor, por quaisquer ônus e/ou responsabilidades que ao Credor venham a ser imputados pelos órgãos competentes em virtude do descumprimento de quaisquer normas aplicáveis, ou ainda, por qualquer dano direta ou indiretamente provocado pela Emitente e pelas Avalistas resultante do emprego dos recursos que lhe forem concedidos pelo Credor.

14.12. Esta Cédula obriga a Emitente, seus herdeiros e sucessores, a qualquer título.

14.13. As Partes elegem e aceitam como meio legítimo, eficaz e válido de celebração desta Cédula e de seus anexos, bem como de eventuais aditamentos que dela derivarem, para todos os fins e efeitos, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, conforme alteradas, o sistema de formalização e assinatura de contratos eletrônicos pela plataforma da DocuSign (www.docusign.com), reconhecendo que tal formalização eletrônica em nada prejudica sua validade, exequibilidade e caracterização como título executivo extrajudicial, sendo as assinaturas eletrônicas

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

consideradas válidas, vinculantes e exequíveis, desde que firmadas pelos representantes legais das Partes e a partir do momento em que todas as Partes tiverem assinado eletronicamente esta Cédula através da plataforma DocuSign. As Partes renunciam expressamente ao direito de recusar ou contestar a validade do mecanismo previsto nessa cláusula, na medida permitida pela legislação aplicável.

15. Foro

15.1. Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente Cédula, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas que venham a decorrer desta Cédula.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta Cédula são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuídos nesta Cédula e, subsidiariamente, no Contrato de Cessão Fiduciária. Todos os termos no singular definidos nesta Cédula deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa.

Os signatários desta Cédula declaram, para todos os fins e efeitos de direito, estarem de acordo com todas as Cláusulas e condições pactuadas e assinam a presente Cédula em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si, herdeiros e sucessores a qualquer título juntamente com 02 (duas) testemunhas.

[Documento assinado eletronicamente]

São Paulo, 17 de dezembro de 2020]

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Página de assinatura da Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP, emitida em 17 de dezembro de 2020

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

QI SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

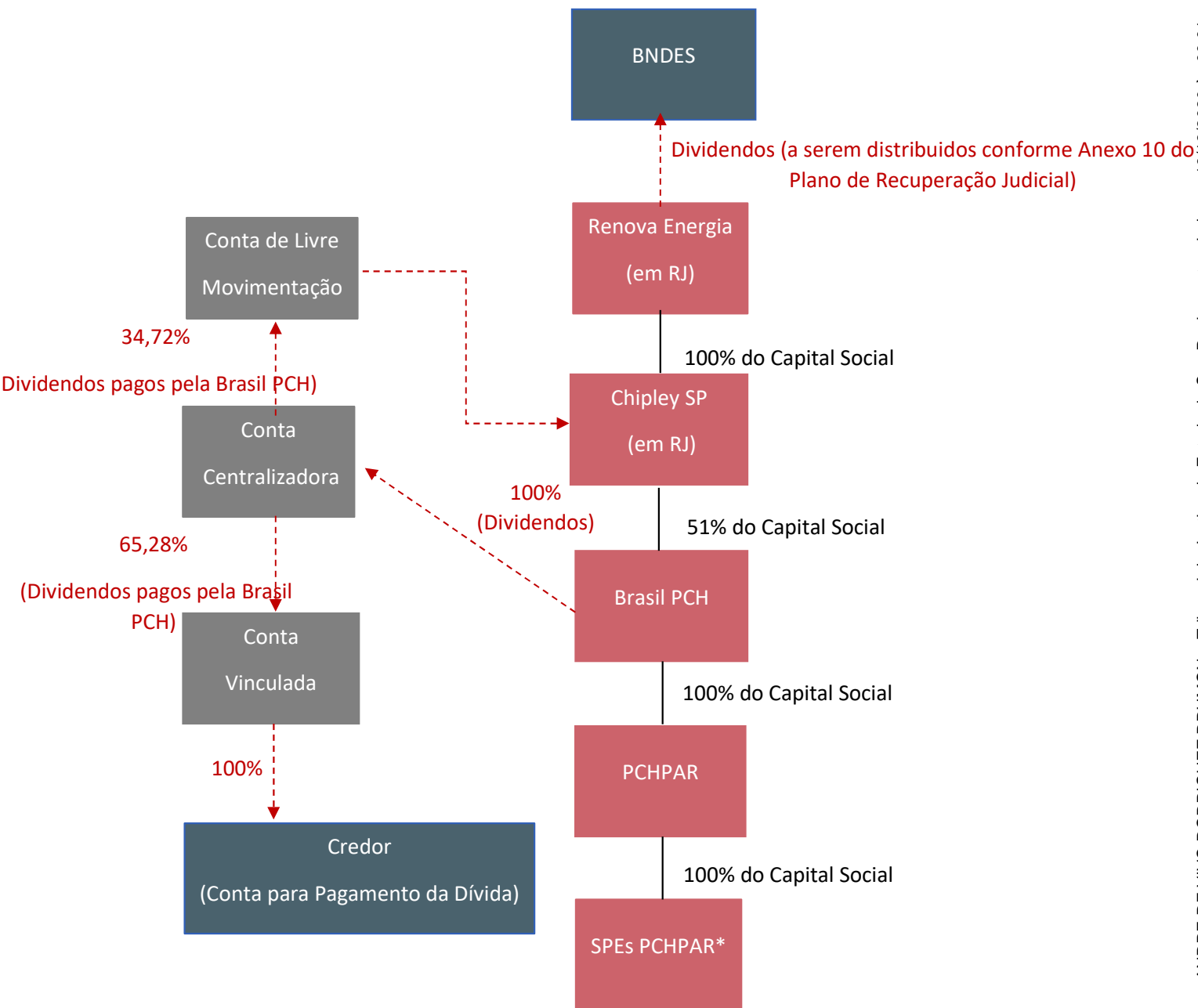
RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**TESTEMUNHAS:**

NOME:**CPF/ME:**

NOME:**CPF/ME:**

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****ANEXO 2.1.2****Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos**

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]

ANEXO 3.1. (a)

Instrumento Particular de Termo de Obrigações

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****ANEXO 3.1.(E)(I)****Waiver Citibank**

[-], [-] de [-] de 2020.

Ao

Banco Citibank S.A. (“Citibank”)

[Avenida Paulista, nº 1.111- 2º andar]

[CEP 01.311-920 / São Paulo, SP]

At: [-]

[E-mail: [-]]

[C/C

[-]. (“Representante do Credor”)

[-]

CEP [-] – [-], [-]

Tel: [-]

[E-mail: [-]]

Ref.: Solicitação de anuência

Prezados Senhores,

Fazemos referência: (i) à “*Cédula de Crédito Bancário Representativa de Operação de Empréstimo*”, emitida em 23 de julho de 2019, pela Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”), em favor do Citibank, com aval da Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Chipley” e “CCB Citibank”); e (ii) ao “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva*”, celebrado em 23 de julho de 2019, conforme aditado, entre a Renova e o Citibank, com interveniência e anuência da Chipley (em conjunto, “Documentos CCB Citibank”).

Nos termos dos Documentos CCB Citibank, foram constituídas, em garantia à cédula emitida em favor dessa instituição, entre outras e sem prejuízo do detalhamento lá previsto: (i) cessão fiduciária, sob condição suspensiva especificada nos referidos documentos, de 35,28% (trinta e cinco inteiros vinte e oito centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova; e (ii) cessão fiduciária, contratada originalmente sob condição suspensiva, de 4,72% (quatro inteiros e setenta e dois

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova (“Direitos Creditórios Citibank”).

Nos termos do “*Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.1247.1*”, firmado em 19 de dezembro de 2014, conforme alterado de tempos em tempos, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A., com a interveniência de terceiros, foram constituídas, em garantia às obrigações ali contratadas, em favor daquela instituição, entre outras e sem prejuízo do detalhamento lá previsto, cessão fiduciária, sob condição suspensiva especificada nos referidos documentos, de 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio a serem distribuídos pela Chipley e pagos à Renova (“Direitos Creditórios BNDES”).

A Renova, a Chipley e a Renovapar S.A. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”) encontram-se em situação de crise econômico-financeira e, com o objetivo de viabilizar a superação da referida crise e permitir a manutenção de suas atividades, ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial distribuído à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), cujo processamento foi deferido em [●].

Em 6 de julho de 2020, as Recuperandas e outras empresas em recuperação judicial do Grupo Renova apresentaram a [primeira] versão de seu Plano de Recuperação Judicial nos autos da Recuperação Judicial, conforme ajustado e aditado de tempos em tempos (“Plano de Recuperação Judicial”).

A pedido das Recuperandas, a Quadra Gestão de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.707.098/0001-14 (“Quadra”), estruturou a operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* (“Operação”), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Recuperandas, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores.

Em 12 de setembro de 2020, as Recuperandas e a Quadra assinaram o “*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*”, que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação (“Memorando”).

Os termos e condições do Memorando foram refletidos na Cédula de Crédito Bancário a ser emitida pela Chipley em favor do [credor] (“Credor”), que será celebrada substancialmente na forma do “Anexo I” ao presente *Waiver* (“CCB DIP QUADRA”).

Em garantia ao fiel e cabal cumprimento das obrigações contraídas pela Chipley no âmbito da CCB DIP QUADRA, a mesma cederá fiduciariamente, em favor de [-], na qualidade de representante do Credor e agindo sempre em benefício deste (“Representante do Credor”), nos termos de instrumento específico de cessão fiduciária de direitos creditórios, sem prejuízo do detalhamento lá previsto e respeitadas as demais disposições dos Direitos Creditórios Citibank, não afetadas por este instrumento (“Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA” e “Waiver”):

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

- a) montante correspondente a 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) de todos e quaisquer montantes recebidos pela Chipley a título de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital, em decorrência da titularidade de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH S.A. (“Percentual Direitos Creditórios Dividendos”, “Proventos das Ações” e “Ações Brasil PCH”), os quais serão depositados em conta cedida fiduciariamente em favor do Credor (“Conta Vinculada”), mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;
- b) todos e quaisquer direitos depositados (ou a serem depositados), seja a que título for, na Conta Vinculada, incluindo mas não se limitando a, todo e qualquer crédito ou valor correspondente a dividendos e/ou juros sobre capital próprio de titularidade da Chipley decorrentes das Ações Brasil PCH, no percentual acima disposto, incluindo recursos eventualmente em trânsito na Conta Vinculada ou em fase de compensação bancária (“Direitos Creditórios Conta Vinculada”), mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver;
- c) todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos recebidos ou depositados na Conta Vinculada, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma depositados ou a serem depositados em favor da Emitente na Conta Vinculada (“Rendimentos” e, em conjunto com o Percentual Direitos Creditórios Dividendos e os Direitos Creditórios Conta Vinculada, os “Direitos Cedidos Fiduciariamente”, respectivamente);
- d) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas decorrentes de lei ou contrato relacionados aos Direitos Cedidos Fiduciariamente, mantidos e respeitados os Direitos Creditórios Citibank, ressalvado o disposto neste Waiver; e
- e) se houver a venda da UPI Brasil PCH, conforme definida no Plano de Recuperação Judicial, a importância correspondente ao preço auferido em tal alienação, cujo montante deverá ser utilizado para o pagamento antecipado obrigatório da CCB DIP QUADRA, nos termos da minuta ora anexa (“Pagamento Antecipado Obrigatório”).

A esse respeito, neste ato, solicitamos a V.Sas. o consentimento, irrevogável e irretratável, quanto aos termos da Operação, a ser declarado mediante a aposição do seu “De Acordo” neste instrumento, até o dia [-] de [-] de 2020 (“Consentimento”).

A fim de viabilizar o cumprimento das obrigações pela Chipley, nos termos da CCB DIP QUADRA, incluindo a concessão da Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA e a assunção da obrigação do Pagamento Antecipado Obrigatório, sem que haja o descumprimento de obrigações por esta contratadas na CCB Citibank, o Consentimento representará a expressa anuência do Citibank quanto à:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

- a) ciência e anuência de que do total dos Proventos das Ações o montante correspondente ao Percentual Direitos Creditórios Dividendos será pago na Conta Vinculada, e utilizado conforme descrito neste Waiver para o específico fim de permitir a liquidação das obrigações devidas ao Credor da CCB DIP QUADRA, e até que haja o pagamento integral destas;
- b) suspensão temporária das obrigações de não retenção e não endividamento constantes nos Documentos CCB Citibank (Cláusula 6.2, 'd') nos limites estritamente necessários e para a exclusiva finalidade de permitir a contratação e o pagamento integral da CCB DIP QUADRA, reconhecendo o Citibank que isto não configura qualquer descumprimento ou esvaziamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Citibank. Este Waiver é concedido em benefício exclusivo do Representante do Credor e do titular da CCB DIP QUADRA, não podendo ser utilizado para qualquer outra finalidade, deixando de produzir efeitos caso a CCB DIP QUADRA seja por qualquer forma extinta, especialmente quando a CCB DIP QUADRA for integralmente quitada, preservados os direitos que tenha o titular da CCB DIP QUADRA;
- c) celebração, pela Renova e pela Chipley, da CCB DIP QUADRA e dos instrumentos de garantia a ela relacionados, incluindo a Cessão Fiduciária CCB DIP QUADRA, respeitadas as disposições deste Waiver, devendo ser restabelecidos todos os Direitos Creditórios Citibank caso a CCB DIP QUADRA seja por qualquer forma extinta, especialmente quando a CCB DIP QUADRA for integralmente quitada, preservados os direitos que tenha o titular da CCB DIP QUADRA;
- d) utilização do Percentual Direitos Creditórios Dividendos para garantia e pagamento da CCB DIP QUADRA; e
- e) utilização dos recursos decorrentes de eventual venda da participação integral detida pela Chipley na Brasil PCH S.A. para o pagamento da CCB DIP QUADRA.

O CITI declara estar ciente de que não há qualquer autorização do BNDES quanto aos seus direitos sobre os dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outras distribuições de capital da Chiplev e não se opõe a que a Renova repasse ao BNDES a parcela que lhe cabe sobre esses dividendos, conforme detalhado no Anexo 10 do Plano de Recuperação Judicial, substancialmente na forma da minuta anexa a este instrumento, respeitados os termos deste Waiver.

O Consentimento estará condicionado à homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial (“Condição Suspensiva”) quanto aos termos da Operação e deverá ser declarado mediante a aposição do seu “De Acordo” neste instrumento, até o dia [-] de [-] de 2020.

Duas vias originais da presente, com o Consentimento de V.Sas. deverão ser encaminhadas aos seguintes destinatários:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

(i) uma via original para a Renova, no seguinte endereço:

[incluir endereço]

(ii) uma via original para o Representante do Credor, no endereço acima previsto.

Finalmente, o Consentimento não será interpretado como novação ou alteração dos Documentos CCB Citibank, tampouco renúncia e/ou liberação de V.Sas. de qualquer direito relacionado aos Direitos Creditórios Citibank, nem deverá impedir, restringir e/ou limitar o exercício de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuados nos Documentos CCB Citibank, não havendo qualquer suspensão ou extinção dos Direitos previstos nos Documentos CCB Citibank, ressalvadas as disposições deste instrumento.

As disposições deste instrumento vinculam o Citibank, seus sucessores e eventuais cessionários de seu crédito para todos os fins de Direito.

Os termos com iniciais maiúsculas empregadas e que não estejam de outra forma definidos nesta carta são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na CCB DIP QUADRA.

Atenciosamente,

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

De acordo:

BANCO CITIBANK S.A

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]

Testemunhas:

1.

Nome:

RG:

CPF:

2.

Nome:

RG:

CPF:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****Anexo Waiver Citibank****ANEXO 10**

Mecânica de distribuição e utilização dos dividendos Chipley oriundos de dividendos da Brasil PCH, aplicável até a integral quitação das obrigações assumidas no Empréstimo Ponte DIP – Não sendo aplicável para a distribuição dos recursos provenientes da Venda da UPI Brasil PCH

- 1) A Brasil PCH distribuirá e pagará regularmente dividendos em favor da Chipley;
- 2) A Chipley notificará a Brasil PCH para que a integralidade dos dividendos, sejam depositados numa Conta Centralizadora;
- 3) Um *Escrow Agent*, constituído para a gestão da Conta Centralizadora nos termos do Empréstimo Ponte DIP, se encarregará de dividir esses dividendos entre uma Conta Vinculada, e uma Conta de Livre Movimentação;
 - a) O valor a ser depositado na Conta Vinculada corresponderá a 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) do valor recebido pela Chipley;
 - b) O saldo remanescente será depositado na Conta de Livre Movimentação;
- 4) Os valores depositados na Conta Centralizadora, reduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, servirão como base para o cálculo dos dividendos a serem declarados e distribuídos pela Chipley à Renova Energia, na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
 - 4.1) A Chipley estará autorizada a captar exclusivamente o Empréstimo Ponte DIP previsto no Plano, não podendo, em nenhuma hipótese, as parcelas do serviço da respectiva dívida, incluindo juros, amortização e outros encargos serem pagas com os recursos da Conta de Livre Movimentação, preenchida nos termos do item 3 (b);
 - 4.2) Na hipótese de os juros, amortização e outros encargos relativos ao Empréstimo Ponte DIP excederem o saldo de recursos depositado na Conta Vinculada prevista no item 3 (a), a Renova Energia S.A. se obriga a transferir à Chipley recursos equivalentes a tal diferença, deduzida de eventual parcela capitalizada ao principal, para sua liquidação;
 - 4.3) Para fins de cálculo da parcela do BNDES, as despesas e custos operacionais e recolhimentos de tributos ficam limitados ao montante de R\$300.000,00;
- 5) A Chipley calculará e declarará 100% (cem por cento) de seu lucro líquido, apurado nos termos do item 4 acima, como dividendos, observadas eventuais reservas de lucro obrigatórias exigidas em lei, sendo que, desse percentual:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

- a) 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos declarados serão retidos no âmbito da Chipley, devendo ser contabilizados na rubrica contábil “Dividendos a Pagar”; e
- b) 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos declarados, utilizando os recursos depositados na Conta de Livre Movimentação, serão efetivamente pagos à Renova Energia e utilizados para amortizar o Crédito detido pelo BNDES, dando cumprimento integral às suas obrigações no âmbito da Garantia Fiduciária BNDES.
- 6) Os valores depositados na Conta Vinculada serão dados em garantia fiduciária no âmbito do Empréstimo Ponte DIP, e os recursos ali depositados serão utilizados para o serviço desta dívida, observado o quanto disposto no item 4.1;
- 7) Após (a) a dedução das despesas e custos operacionais e recolhimento de tributos atribuíveis exclusivamente à Chipley, e (b) o pagamento previsto no item 5 (b) acima, e observado o item 8 abaixo, a totalidade dos recursos remanescentes na Conta de Livre Movimentação será transferida para a Renova Energia S.A. que utilizará tais recursos para amortizar o Crédito detido pelo BNDES, dando cumprimento integral às suas obrigações no âmbito da Garantia Fiduciária BNDES, observados os termos deste Plano, de modo que a soma dos recursos pagos ao BNDES por força da Garantia Fiduciária BNDES nos termos do item 5 (b) e do presente item 7, correspondam a 34,72% dos dividendos recebidos pela Chipley da Brasil PCH, com as reduções previstas no item 4, excetuadas as despesas financeiras;
- 8) A Chipley deverá realizar todos os lançamentos contábeis adicionais aos indicados no item 5 acima, de forma a permitir que os recursos disponíveis na Conta de Livre Movimentação tenham a destinação prevista no item 7 acima, incluindo, sem limitação, declarar dividendos adicionais com base na rubrica de reserva especial para dividendos (lucros acumulados), de forma a distribuir dividendos adicionais nos termos dos itens 5 e 7 acima, tendo como base a reserva especial para dividendos a ser constituída a partir do exercício de 2020, inclusive, e limitados ao saldo desta rubrica.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]

ANEXO 3.1.(E)(II)Carta CEMIG

Belo Horizonte, [-] de [-] de 2020

Pavarini Serviços Especializados Ltda.

Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi

CEP 04534-002 - São Paulo, SP

At.: [-]

E-mail: servicos@pavarini.com.br

Com cópia para

Quadra Gestão de Recursos Ltda.

Rua Joaquim Floriano 940, 6º andar, Itaim Bibi

CEP 04534-002 - São Paulo, SP

At.: Sr. Nilto Calixto

E-mail: estruturacao@quadra.capital**Ref.: Transação DIP entre Quadra e Renova.**

Prezados Senhores,

Fazemos referência à transação a ser realizada entre Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Chipley”), que tem como objetivo a tomada, pela Chipley, de financiamento na modalidade *Debtor in Possession* (“Transação DIP”) como uma das medidas para o soerguimento da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”).

Conforme solicitado pela Quadra, para fins da Transação DIP, encaminhamos a V.Sas., para conhecimento, nossa correspondência enviada à Renova Comercializadora de Energia S.A., em 21 de setembro de 2020, por meio da qual foram concedidas à Renova, de maneira condicionada à homologação judicial da aprovação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova (“Plano de Recuperação Judicial”), determinadas autorizações e anuências (“Waiver”), conforme exposto no documento ora anexo.

Ressaltamos que a presente correspondência tem como objetivo, apenas e tão somente, dar ciência do Waiver à Quadra, de modo que ela nada altera ou, de qualquer forma, amplia o conteúdo do Waiver.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos na Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP (“Cédula”) são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuídos na Cédula. Todos os termos no singular definidos na Cédula deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa

Atenciosamente,

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 2012170695/CSP

[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]

ANEXO 3.1.(E)(II).1

WAIVER

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]

ANEXO 3.1.(E)(II).2

SOLICITAÇÃO DE WAIVER

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP

[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]

ANEXO 3.1(g)

Plano de Recuperação Judicial

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****ANEXO 3.1(K)****Declarações dos Representantes Legais da Emitente**

Os senhores [-] e [-], na qualidade de representantes legais da Emitente, nos termos de seu Estatuto Social, atestam e certificam, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, que:

- (i) a emissão da Cédula e a celebração dos demais Documentos da Operação não resultam no inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais e/ou legais, inclusive regulatórias, assumidas e/ou imputáveis a quaisquer das sociedades do Grupo Renova; e
- (ii) não têm, até a presente data, conhecimento sobre a existência de qualquer ação, processo ou procedimento, judicial e/ou administrativo, pendente perante qualquer autoridade pública, tribunal judicial e/ou arbitral, que tenha por objeto qualquer termo, condição e/ou obrigação contemplados na Cédula ou nos demais Documentos da Operação ou que possam comprometer a consumação da Operação, ou, ainda, acarretar sua rescisão.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Anexo, são aqui utilizados com o significado a eles atribuídos na Cédula e, subsidiariamente, nos demais Documentos da Operação.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

P.P

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****ANEXO 3.1(M)****Declarações da Renova**

A Renova Energia S.A. – Em recuperação Judicial declara, neste ato, que a Emitente é titular plena e exclusiva das Ações Brasil PCH e de todos os direitos econômicos a elas inerentes, inclusive direitos a dividendos e juros sobre capital próprio e aos valores recebíveis em caso de venda das Ações Brasil PCH (“Direitos Econômicos”), e as Ações Brasil PCH e os Direitos Econômicos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames e/ou direitos de terceiros, inclusive direitos ao recebimento de pagamentos com base no fluxo ou na hipótese de recebimento de Direitos Econômicos, ressalvados: (i) o direito do BNDES a 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos dividendos pagos pela Emitente à Renova, os quais serão preservados e não são afetados pelos Documentos da Operação; e (ii) os direitos do Citibank e da CEMIG a, respectivamente, 35,28% (trinta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) e 30% (trinta por cento) dos dividendos pagos pela Emitente à Renova sendo, ademais, no caso da CEMIG, limitados a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) por ano, os quais Citibank e CEMIG, de forma válida e eficaz contra os mesmos, concordaram em não receber e permitiram que sejam pagos ao Credor até que a dívida decorrente desta Cédula e dos demais Documentos da Operação tenha sido integralmente quitada.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Anexo são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuídos na Cédula e, subsidiariamente, no Contrato de Cessão Fiduciária.

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****ANEXO 3.1.(P)****Modelo de Notificação das Tomadoras ao Administrador Judicial**

[Local], [Data]

A

KPMG CORPORATE FINANCE

Arquiteto Olavo Redig de Campos nº 105, 10º andar,
CEP 04711-904, São Paulo – SP

At.: Osana Mendonça

Tel : +55 (11) 3940-8273; +55 (11) 3940-7501; +55 (11) 3940-7552; ou +55 (11) 3940-3229.

e-mail: omendonca@kpmg.com.br

Prezados Senhores,

Por meio desta, comunicamos a V.Sas., na qualidade de administrador judicial das signatárias no âmbito da recuperação judicial de que trata o processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100, em tramite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo ("Administrador Judicial"), que, em [•] de [•] de 2020, a Chipley SP Participações S.A. – em Recuperação Judicial ("Chipley") emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP ("CCB"), em favor do credor QI Sociedade de Crédito S.A., com o aval da Renova Energia S.A. – em Recuperação Judicial ("Renova") e da Renovapar S.A. – em Recuperação Judicial ("Renovapar") e, em conjunto com Chipley e Renova, as "Recuperandas") e com a interveniência da Pavarini Serviços Especializados Ltda. ("Representante do Credor") e da TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

Em razão da celebração da CCB e para fins de cumprimento de uma das condições necessárias para o seu desembolso, autorizamos, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável que V.Sas. prestem e/ou enviem ao Representante do Credor, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, quaisquer informações solicitadas com relação às Recuperandas, inclusive informações financeiras, reconhecendo as Recuperandas, desde já, que o envio de tais informações ao Representante do Credor não constitui infração a quaisquer normas ou dever de sigilo que porventura possam ser oponíveis ou atribuídos ao Administrador Judicial.

Caso necessário entrar em contato com o Representante do Credor, todos os documentos e as comunicações que venham a ser necessários deverão ser encaminhados, por escrito, para os seguintes endereços:

(a) Se para o Representante do Credor:

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi
CEP 04534-002 São Paulo, SP
At.: Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo de Oliveira
E-mail: servicos@pavarini.com.br

A presente notificação e as instruções nela contidas são feitas a V.Sas. em caráter irrevogável e irretratável, não podendo ser por nós alteradas, suplementadas ou canceladas, por qualquer motivo, sem o consentimento prévio e por escrito do Representante do Credor.

Sendo isso o que se tinha para o momento, subscrevemo-nos.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]****ANEXO 3.3****Termo de Execução**

São Paulo, [-] de [-] de [-]

À

[Nome]**[Endereço]****Ref: Cédula de Crédito Bancária - Condições Suspensivas**

Prezados Senhores,

Fazemos referência à Cláusula 3 da Cédula de Crédito Bancária, que emitimos, em [-] de [-] de [-] em favor de [-] (“Cédula”).

Exceto se expressamente definidos de forma diversa na presente, os termos iniciados em maiúsculas aqui empregados terão os mesmos significados que lhes são atribuídos na Cédula.

Declaramos, por meio desta e para os fins da Cláusula 3 da Cédula, que as Condições Suspensivas, sob nossa responsabilidade, tal como estipuladas nas Cláusulas 3.1 [(a), (b), (d) (i), (d) (iii), (e), (f), (g), (j), (k), (l), (m) e (n)] da Cédula, foram integralmente cumpridas, conforme comprovantes que integram o “Anexo I” ao presente documento, os quais declaramos serem cópias fiéis dos originais.

Da mesma forma, entendemos que as demais Condições Suspensivas previstas na Cláusula 3.1 também foram devidamente cumpridas.

Para os fins previstos nas Cláusulas 3.3 e 3.4 da Cédula, informamos-lhes a data para transferência dos recursos do Valor Principal da Cédula bem como a conta bancária para a qual tais recursos devem ser transferidos:

Data do desembolso: [-]Conta Bancária: [-]

Banco [-]

Agência [-]

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 2012170695/CSP**[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]**

Conta corrente N° [-]

Atenciosamente,

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIALTESTEMUNHAS:

1. _____

NOME:

CPF:

2. _____

NOME:

CPF:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 2012170695/CSP

[VIA DA EMITENTE – NÃO NEGOCIÁVEL/VIA DO CREDOR – NEGOCIÁVEL]

ANEXO I

LISTA DE COMPROVANTES

Anexo II
Contrato de Cessão Fiduciária

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças (“Contrato” ou “Contrato de Cessão Fiduciária”) e na melhor forma de direito, as partes (“Partes”)

- (a) **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.643.213/0001-34, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.300.449.908, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Devedora Fiduciante”); e
- (b) **PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi Cep 04534-002, inscrita no CNPJ sob o nº 34.061.232/0001-71, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35235566356, neste ato representada na forma de seu contrato social, agindo sempre na qualidade de mandatária e representante dos interesses do Credor (conforme abaixo definido), nos termos da Cédula (conforme abaixo definido) (“Representante do Credor”);

E, na qualidade de intervenientes anuentes (“Intervenientes Anuentes”),

- (c) **TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Caiapós, nº 243, Térreo, Conjunto A, Sala 1, Centro Empresarial Tamboré, inscrita no CNPJ sob o nº 23.103.490/0001-57, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.229.375.447, neste ato representada na forma do seu contrato social (“Agente Administrador de Contas Oneradas”);
- (d) **RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605/0001-74, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.300.358.295, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Renova”); e
- (e) **RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.667.090/0001-71, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE

35.300.449.991, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Renovapar” e, em conjunto com Renova, as “Avalistas”);

CONSIDERANDO QUE:

- i) a Devedora Fiduciante e as Avalistas (em conjunto, “Tomadoras”) encontram-se em situação de crise econômico-financeira e, com o objetivo de viabilizar a superação da referida crise e permitir a manutenção de suas atividades, ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial distribuído à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Recuperação Judicial”), cujo processamento foi deferido em 16 de outubro de 2019;
- ii) em 6 de julho de 2020, as Tomadoras e outras empresas em recuperação judicial do “Grupo Renova” apresentaram versão de seu Plano de Recuperação Judicial nos autos da Recuperação Judicial, conforme ajustado e aditado de tempos em tempos (“Plano de Recuperação Judicial”);
- iii) as Tomadoras enfrentam grave crise de liquidez e demandam recursos para a satisfação de suas despesas ordinárias, de forma que a Quadra Gestão de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob o nº 17.707.098/0001-14 (“Quadra”), manifestou interesse em estruturar operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* (“Operação”), nos termos dos arts. 67 e 84, V, da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 (“Lei 11.101”), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Tomadoras, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores;
- iv) em 12 de setembro de 2020, as Tomadoras e a Quadra assinaram o “*Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade Debtor in Possession*”, que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação (“Memorando”);
- v) nos termos do Memorando, a Devedora Fiduciante emitiu nesta data, em favor da QI Sociedade de Crédito S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 32.402.502/0001-35, a Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP, conforme alterada de tempos em tempos (“Cédula” e “Credor Original”). Para fins do presente Contrato, “Credor” significa o Credor Original e quaisquer eventuais credores cessionários/endossatários da Cédula ou sucessores;
- vi) nos termos da Cédula, o Credor nomeou o Representante do Credor como representante de seus interesses, observado o previsto na Cláusula 11.1;
- vii) de forma a garantir o fiel e cabal cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas), a Devedora Fiduciante constitui, neste ato, até a liquidação integral das

Obrigações Garantidas, em favor do Representante do Credor, agindo no interesse do Credor, a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios (conforme abaixo definido);

viii) nos termos do (a) “Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas”, celebrado nesta data entre a Devedora Fiduciante, o Representante do Credor e o Agente Administrador de Contas Oneradas, conforme aditado de tempos em tempos (“Contrato de Administração de Conta”); e do (b) “Contrato de Depósito”, a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário (conforme definido na Cédula), conforme aditado de tempos em tempos (“Contrato de Depósito”), e sempre observadas as rotinas e procedimentos descritos neste Contrato e na Cédula:

- a) o Agente Administrador de Contas Oneradas é e será responsável pela administração da conta corrente nº 83211-072, mantida na agência 0001 do Agente Depositário, de titularidade da Devedora Fiduciante, ou outra que vier a ser designada nos termos do Contrato de Depósito (“Conta Centralizadora”), e da conta corrente nº 83211-073, mantida na agência 0001 do Agente Depositário, de titularidade da Devedora Fiduciante, ou outra que vier a ser designada nos termos do Contrato de Depósito (“Conta Vinculada” e, em conjunto com a Conta Centralizadora, “Contas Oneradas”), sem prejuízo da emissão de instruções de movimentação e de investimento pelo Representante do Credor, nos termos dos referidos instrumentos, bem como ressalvado que, a todo tempo e sem nenhuma exceção, inclusive na ocorrência de qualquer evento de Inadimplemento (conforme definido na Cédula), somente estarão sujeitos à garantia, ora instituída, os direitos creditórios correspondentes a 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora; e
- b) o Agente Depositário é e será responsável, observado os procedimentos descritos no Contrato de Administração de Contas e que vierem a ser descritos no Contrato de Depósito, pelo recebimento dos valores decorrentes (a) dos Proventos das Ações, os quais deverão ser depositados única e exclusivamente na Conta Centralizadora e de lá 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) devem ser transferidos à Conta Vinculada e 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) devem ser transferidos à conta corrente nº. 13047610-6, mantida no Banco Santander Brasil S.A. (033), agência 2271, de titularidade da Devedora Fiduciante (“Conta de Livre Movimentação”) e, (b) dos Recursos Alienação UPI Brasil PCH (conforme abaixo definido), na Conta Vinculada, observado o disposto na Cláusula 2.1 “iii” e os procedimentos a serem adotados no Contrato de Depósito. Os recursos depositados na Conta Vinculada deverão ser transferidos à corrente de titularidade do Credor a ser informada na Notificação de Transferência (“Conta para Pagamento da Dívida”);,

Desta forma, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato, que será regido pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos com iniciais maiúsculas aqui empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Contrato são aqui utilizados com os mesmos significados atribuídos a tais termos, conforme aplicável, na Cédula, no Contrato de Administração de Contas, no Contrato de Depósito, que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, e no “Termo de Obrigações”, celebrado na presente data entre as Tomadoras e o Representante do Credor (“Termo de Obrigações”), que, em conjunto com este Contrato, são denominados “Documentos da Operação”, sendo certo que, em caso de quaisquer conflitos existentes entre os termos definidos ou regras de interpretação, previstos na Cédula e em quaisquer Documentos da Operação, inclusive neste Contrato, deverão prevalecer os termos definidos e regras de interpretação, previstos na Cédula.

CLÁUSULA SEGUNDA - CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

2.1. Em garantia do fiel e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Devedora Fiduciante e das Avalistas perante o Credor, principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações, despesas, custas, honorários e eventuais despesas de advogados, do Agente Administrador de Contas Oneradas, e demais encargos contratuais e legais, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora Fiduciante e pelas Avalistas perante o Credor, conforme aplicável, representado pelo Representante do Credor no âmbito da Cédula e demais Documentos da Operação, bem como aquelas necessárias para formalização, manutenção e/ou execução de tais obrigações – cujos termos e condições são de pleno conhecimento de cada uma das Partes, ora expressamente ratificados, e do qual o presente Contrato e seus anexos são parte integrante, inseparável e complementar – incluindo ainda, mas não se limitando, a penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, conforme venham a ser prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos (“Obrigações Garantidas”), a Devedora Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, cede e cederá fiduciariamente, em primeiro grau, em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, em favor do Representante do Credor, nos termos da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, no que for aplicável (“Código Civil”), dos artigos 18 ao 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”), e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728/65”, “Cessão Fiduciária” e “Direitos Creditórios”):

- i) todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade da Devedora Fiduciante decorrentes de 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) (“Percentual Garantido”) de todos e quaisquer recursos que, líquidos de eventuais

tributos, venham a ingressar no caixa da Devedora Fiduciante em decorrência do pagamento de dividendos, proventos, lucros, frutos, rendimentos, preferências, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, mútuos, reembolsos de capital, reduções de capital, amortizações, resgate de ações e demais valores que venham a ser, a partir desta data (inclusive), recebidos pela Devedora Fiduciante na qualidade de titular de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 07.314.233/0001-08 (“Brasil PCH”, e “Ações Brasil PCH” e “Proventos das Ações”), sendo que a totalidade dos Proventos das Ações (inclusive aqueles em valor superior ao percentual da garantia ora referida) será creditada única e exclusivamente na Conta Centralizadora para posterior transferência do Percentual Garantido dos Proventos das Ações à Conta Vinculada, conforme previsto na cláusula 2.1.2 da Cédula e conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas para o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito;

- ii) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos direitos creditórios decorrentes dos Recursos Alienação UPI Brasil PCH, líquidos dos valores, tal como a serem informados pela Devedora Fiduciante, de eventuais tributos, exigíveis diretamente da Devedora Fiduciante, bem como custos e despesas incorridos pela Devedora Fiduciante em decorrência de tal operação, como previsto no item (ii) da cláusula 5.1 da Cédula, limitados à somatória do saldo do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não-pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada (conforme definidos na Cédula) e de qualquer outro encargo devido e não pago à Devedora Fiduciante, os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada. Mediante a liquidação integral da Cédula e ato contínuo à tal liquidação, o Representante do Credor deverá enviar ao Agente Administrador de Contas Oneradas uma notificação escrita informando a ocorrência de tal liquidação integral (notificação esta a ser enviada de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas), para que o Agente Administrador de Contas Oneradas instrua o Agente Depositário a transferir todo valor depositado na Conta Vinculada para a Conta de Livre Movimentação, nos termos do Contrato de Depósito; e
- iii) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos direitos creditórios detidos pela Devedora Fiduciante contra o Agente Depositário decorrentes da titularidade da Conta Centralizadora e 100% (cem por cento) dos direitos creditórios detidos pela Devedora Fiduciante contra o Agente Depositário decorrentes da titularidade da Conta Vinculada, respectivamente, incluindo, sem limitação, os recursos mantidos e/ou lá depositados (inclusive aqueles em trânsito ou em fase de compensação bancária) direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, presentes ou futuros, incluindo os relativos aos investimentos, presentes ou futuros, realizados com os recursos disponíveis na

Conta Centralizadora e na Conta Vinculada, tais como os Investimentos Permitidos (conforme abaixo definido).

2.1.1. Para fins de clareza, fica certo e ajustado que, não obstante qualquer disposição em contrário, expressa ou implicitamente, contida neste Contrato ou em qualquer outro Documento da Operação, nada deverá impedir, a qualquer tempo e sob qualquer pretexto, inclusive, sem qualquer limitação, na hipótese de ocorrência de um evento de Inadimplemento, que 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora sejam integralmente transferidos para a Conta de Livre Movimentação. Por conseguinte, 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora não estarão sujeitos à garantia, ora instituída, e, por conseguinte, não deverão ser interpretados como compreendidos pelo termo definido “Direitos Creditórios”.

2.1.2. Para fins do artigo 1.362 do Código Civil, do artigo 66-B da Lei 4.728/65 e artigo 18 da Lei 9.514/97, as principais condições e características das Obrigações Garantidas, conforme previstas na Cédula e sem prejuízo aos termos lá constantes, encontram-se descritas no “Anexo I” ao presente Contrato.

2.2. O cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importa exoneração correspondente da Devedora Fiduciante com relação à presente Cessão Fiduciária.

2.2.1. A Cessão Fiduciária resolver-se-á quando do pagamento integral das Obrigações Garantidas, conforme confirmação escrita do Representante do Credor, a ser emitida em até 1 (um) Dia Útil contado da verificação da referida quitação integral, e encaminhada ao Agente Administrador de Contas Oneradas e ao Agente Depositário, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e a serem estabelecidos no Contrato de Depósito, com cópia à Devedora Fiduciante. Após o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a posse direta e indireta dos Direitos Creditórios retornará à Devedora Fiduciante de pleno direito, sem a necessidade de comunicação ou notificação.

2.3. Os signatários deste instrumento concordam expressamente que o não cumprimento de qualquer obrigação assumida pela Devedora Fiduciante e/ou pelas Avalistas neste Contrato e nos demais Documentos da Operação acarretará o imediato vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, observados eventuais prazos de cura previstos nos Documentos da Operação.

2.4. A presente Cessão Fiduciária abrange todos os direitos, contratuais ou legais, bem como todas as ações, privilégios e garantias de titularidade do Devedora Fiduciante relacionados aos Direitos Creditórios, bem como os respectivos frutos, acessórios e rendimentos que vierem a ser incorporados aos Direitos Creditórios.

2.5. Até a liquidação e quitação integral das Obrigações Garantidas e sem prejuízo do Pagamento Antecipado Obrigatório, o Representante do Credor poderá instruir o Agente Administrador de Contas Oneradas, que instruirá o Agente Depositário no mesmo sentido, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, a alocar os recursos cursados na Conta Vinculada para a aquisição de cotas de fundos de investimentos administrados por instituições financeiras nacionais de primeira linha, de curto prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos seguintes ativos: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima “a” (“Investimentos Permitidos”). O Representante do Credor poderá instruir o Agente Administrador de Contas Oneradas, que instruirá o Agente Depositário no mesmo sentido, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, a promover a amortização e/ou resgate dos Investimentos Permitidos, observado que os recursos decorrentes destas operações deverão ser creditados única e exclusivamente na Conta Vinculada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONTAS ONERADAS

3.1. Até que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas integralmente, a Devedora Fiduciante não poderá movimentar as Contas Oneradas de qualquer forma, ficando proibida de fornecer quaisquer instruções ao Agente Depositário, a qual somente poderá ser realizada pelo Representante do Credor, por meio do Agente Administrador de Contas Oneradas, ou diretamente pelo Agente Administrador de Contas Oneradas, conforme o caso, nos termos deste Contrato, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, e sempre ressalvado o disposto na Cláusula 2.1.1 acima.

3.1.1. As Contas Oneradas não poderão ser movimentadas por meio de cheques, cartão e/ou qualquer outro meio que prejudique a transferência integral dos montantes direcionados à e/ou depositados nas Contas Oneradas. A Devedora Fiduciante tão somente terá acesso às Contas Oneradas para visualização do extrato e movimentações realizadas em tal conta.

3.2. Todo e qualquer valor relativo aos Direitos Creditórios deverá ser creditado única e exclusivamente na Conta Centralizadora, com exceção dos Recursos Alienação UPI Brasil PCH, os quais deverão ser creditados única e exclusivamente na Conta Vinculada, para posterior repasse e alocação nos termos deste Contrato, da Cédula, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário.

3.3. Observado o disposto na Cédula, em especial a sua cláusula 2, neste Contrato, no Contrato de Administração de Contas e no que vier a ser estabelecido no Contrato de

Depósito, e sempre ressalvado o disposto na Cláusula 2.1.1 acima, os Direitos Creditórios serão utilizados na amortização das Obrigações Garantidas nos termos da Cédula (inclusive em razão da declaração de evento de vencimento antecipado nos termos dos Documentos da Operação), ficando, para tanto, o Representante do Credor, desde já autorizado pela Devedora Fiduciante a tomar todas as providências necessárias neste sentido, inclusive para dar instruções ao Agente Administrador de Contas Oneradas nesse sentido, informando a ocorrência de vencimento antecipado e da liquidação integral das Obrigações Garantidas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas. Sem prejuízo da autorização do Representante do Credor, o Administrador de Contas Oneradas será autorizado pela Devedora Fiduciante, nos termos do Contrato de Administração de Contas, a tomar as referidas providências.

Seção I – Procedimentos de Arrecadação e Repasse

3.4. Em síntese e observados os termos e condições deste instrumento, da Cédula, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, o Agente Depositário realizará as seguintes operações (“Procedimentos de Arrecadação e Repasse”):

3.5. Até 30 de abril de 2021 (inclusive) e/ou até o limite de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) depositados na Conta Centralizadora, o que ocorrer primeiro, e desde que não tenha ocorrido nem esteja em curso nenhum evento de Inadimplemento (“Condições de Oneração”), nos termos da cláusula 10 da Cédula, 100% (cem por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora serão transferidos para a Conta de Livre Movimentação;

a.1) O Representante do Credor ou a Devedora Fiduciante deverá notificar o Agente Administrador de Contas Oneradas, por escrito, de acordo com a Cláusula 11.4 abaixo, acerca do depósito de qualquer montante na Conta Centralizadora (“Notificação de Depósito – Conta Centralizadora”). No Segundo Dia Útil após o recebimento de qualquer Notificação de Depósito – Conta Centralizadora, o Agente Administrador de Contas Oneradas verificará o saldo da Conta Centralizadora junto ao Agente Depositário e, caso o referido depósito tenha sido realizado na Conta Centralizadora até as 12h00 (doze horas), o Agente Administrador de Contas Oneradas instruirá o Agente Depositário a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, no mesmo Dia Útil. Caso o depósito seja realizado após as 12h00 (doze horas), o Agente Administrador de Contas Oneradas instruirá o Agente Depositário a transferir a totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação, no Dia Útil imediatamente subsequente.

a.2) Até que seja verificada ao menos uma das Condições de Oneração, a ser prontamente notificada, pelo Representante do Credor para o Agente Administrador de Contas Oneradas, o Agente Administrador de Contas Oneradas não poderá emitir qualquer Instrução ao Agente

Depositário contrária à transferência dos recursos mencionados em “a” acima para a Conta de Livre Movimentação.

3.6. Verificada ao menos uma das Condições de Oneração pelo Representante do Credor:

b.1) 34,72% (trinta e quatro inteiros e setenta e dois centésimos por cento) dos recursos serão transferidos da Conta Centralizadora para a Conta de Livre Movimentação;

b.2) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos recursos cursados na Conta Centralizadora, líquidos dos valores a serem expressamente informados pela Emitente, tal como de eventuais tributos, exigíveis diretamente da Emitente, bem como custos e despesas incorridos pela Devedora Fiduciante em decorrência de tal operação, serão transferidos para a Conta Vinculada. Os Recursos Alienação UPI Brasil PCH serão creditados, nos termos da Cédula e deste Contrato, na Conta Vinculada. A totalidade (100%) dos recursos disponíveis na Conta Vinculada serão transferidos para a Conta para Pagamento da Dívida, nas Datas de Transferência (conforme definidas na Cédula), para pagamento dos valores devidos ao Credor, observado o disposto na cláusula 2.1.4 da Cédula.

b.3) O percentual descrito no item b.1 acima não integra a garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, permanecendo os referidos recursos livres e disponíveis para transferência, pelo Agente Depositário, mediante instruções do Agente Administrador de Contas Oneradas, não podendo o Representante do Credor emitir qualquer instrução a respeito da movimentação ou investimento dos referidos recursos, ainda que tenha ocorrido um evento de Inadimplemento previsto na Cédula, neste Contrato ou em qualquer outro Documento da Operação.

b.4) O Representante do Credor deverá comunicar o Agente Administrador de Contas Oneradas, por escrito, de acordo com a Cláusula 11.4 abaixo, sobre a ocorrência de quaisquer das Condições de Oneração (“Notificação – Condições de Oneração”).

b.5) No Segundo Dia Útil após o recebimento de qualquer Notificação de Depósito – Conta Centralizadora, o Agente Administrador de Contas Oneradas verificará o saldo da Conta Centralizadora junto ao Agente Depositário e, caso o referido depósito tenha sido realizado na Conta Centralizadora até as 12h00 (doze horas), o Agente Administrador de Contas Oneradas instruirá o Agente Depositário a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora, de acordo com os itens b.1 e b.2 acima, no mesmo Dia Útil. Caso o depósito seja realizado após as 12h00 (doze horas), Agente Administrador de Contas Oneradas instruirá o Agente Depositário a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora, de acordo com os itens b.1 e b.2 acima, no Dia Útil imediatamente subsequente.

3.7. A Devedora Fiduciante deverá informar o Representante do Credor e o Agente Administrador de Contas Oneradas acerca do depósito de qualquer montante na Conta Centralizadora, com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

Seção II - Ordem de Alocação de Recursos

3.8. Os valores depositados na Conta Vinculada deverão ser transferidos, pelo Agente Depositário, seguindo as instruções do Agente Administrador de Contas Oneradas, em cada Data de Transferência, para a Conta para Pagamento da Dívida e, em seguida, alocados pelo Credor na seguinte ordem, conforme aplicável (conforme definidos na Cédula):

- (i) pagamento dos Encargos Moratórios, se aplicável;
- (ii) pagamento dos Encargos Remuneratórios;
- (iii) amortização do Saldo do Principal Atualizado; e
- (iv) Amortização Extraordinária Obrigatória.

3.8.1. As Tomadoras deverão informar sobre o depósito dos Proventos das Ações ao Representante do Credor, com cópia ao Credor e ao Agente Administrador de Contas Oneradas, com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

3.8.2. O Representante do Credor, neste ato, responsabiliza-se por comunicar o Agente Administrador de Contas Oneradas sobre quaisquer alterações na distribuição dos recursos, conforme descrita na Cláusula 3.4., decorrentes dos Documentos da Operação que o Agente Administrador de Contas Oneradas não figure como parte, bem como do Plano de Recuperação Judicial, especialmente no caso de haver a alienação da UPI Brasil PCH, comprometendo-se a enviar ao Agente Administrador de Contas Oneradas as devidas instruções para que este possa instruir o Agente Depositário a realizar as movimentações dos recursos nos termos e condições, em especial prazos, acordado no Contrato de Administração de Contas e que vierem a ser acordados no Contrato de Depósito.

3.9. Em cada uma das Datas de Vencimento previstas no item 4 do Quadro V da Cédula, ou no 15^a (décimo quinto), 30^o (trigésimo) e 45^o (quadragésimo quinto) dia imediatamente anterior à respectiva Data de Vencimento (“Data de Antecipação do Pagamento” e, em conjunto com as Datas de Vencimento, “Data de Transferência”), sempre observado o disposto na Cláusula 3.4, o saldo dos recursos depositados na Conta Vinculada será integralmente transferido para a Conta para Pagamento da Dívida para posterior utilização nos pagamentos previstos na Cláusula 3.5. Caso a Data de Antecipação do Pagamento ou Data de Vencimento não seja Dia Útil, será considerado o próximo Dia Útil.

3.10. Todos os pagamentos devidos pela Devedora Fiduciante nos termos da Cédula somente serão considerados efetivamente recebidos quando o valor correspondente estiver integralmente livre e disponível, na Conta Vinculada, para transferência, pelo Agente

Depositário, para a Conta de Pagamento da Dívida, conforme instruções a serem dadas pelo Agente Administrador de Contas Oneradas.

Seção III – Pagamento Antecipado Obrigatório

3.11. O pagamento antecipado das Obrigações Garantidas será obrigatório (“Pagamento Antecipado Obrigatório”) nas seguintes situações:

- i) na hipótese de Amortização Extraordinária Obrigatória; ou
- ii) se houver a venda da UPI Brasil PCH. Neste caso, parcela dos recursos resultantes da alienação da UPI Brasil PCH efetivamente pagos à Devedora Fiduciante, e descontados: (a) quaisquer tributos incidentes sobre ou decorrentes diretamente da alienação da UPI Brasil PCH e devidos pela Devedora Fiduciante; e (b) custos e despesas, direta ou indiretamente, incorridos com tal alienação, desde que devidamente comprovados e de acordo com práticas de mercado junto a assessores de primeira linha na operação de alienação da UPI Brasil PCH (“Recursos Alienação UPI Brasil PCH”), deverão ser utilizados para liquidar o saldo devedor do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada e de qualquer outro encargo devido e não pago, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial..

Seção IV – Disposições Gerais

3.12. Por força de um Inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Devedora Fiduciante e pelas Avalistas neste Contrato e/ou nos demais Documentos da Operação e/ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula 7.1, o Representante do Credor fica desde já autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, e sempre ressalvado o disposto na Cláusula 2.1.1 acima, a promover a cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios, aplicando o produto auferido na amortização parcial e/ou liquidação total das Obrigações Garantidas, podendo, para tanto, assinar documentos, emitir recibos, dar e receber quitação, passar ordens e instruções, bem como tomar qualquer medida, judicial ou extrajudicial, reconhecendo a Devedora Fiduciante, desde já, a autenticidade e legalidade de tais atos, dando tudo como bom, firme e valioso para todos os fins e efeitos de direito.

3.13. Observado o disposto na Cláusula Terceira, eventual saldo dos Direitos Creditórios depositados na Conta Vinculada apenas poderá ser transferido para a Conta de Livre Movimentação após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, mediante confirmação passada pelo Representante do Credor para o Agente Administrador de Contas Oneradas e, então, por meio de instrução enviada ao Agente Depositário pelo Agente Administrador de

Contas Oneradas, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito.

CLÁUSULA QUARTA – MANDATO

4.1 Como condição dos negócios avençados neste Contrato, a Devedora Fiduciante e as Avalistas (“Outorgantes”), em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683, 684 e seguintes do Código Civil, nomeiam e constituem o Representante do Credor, observado o disposto na Cláusula 11.1, como seu bastante, único e exclusivo procurador, agindo sempre na qualidade de representante dos interesses do Credor (“Outorgado”) e com observância dos termos da Cédula e dos demais Documentos da Operação e do Acordo de Acionistas da Brasil PCH, para (i) praticar todos os atos necessários à regularização, constituição e registro das garantias contratadas, inclusive assinar aditamentos ao presente Contrato, desde que, a Devedora Fiduciante deixe de praticar quaisquer desses atos em estrita observância aos termos e prazos dos Documentos da Operação, nas hipóteses previstas neste Contrato, na Cédula nos demais Documentos da Operação e na legislação em vigor; (ii) movimentar as Contas Oneradas, observados os termos e as condições estabelecidos neste Contrato, na Cédula e nos demais Documentos da Operação; e (iii) na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, representar os Outorgantes perante o Agente Depositário, os devedores dos Direitos Creditórios e/ou qualquer terceiro, de direito público ou privado, podendo, inclusive, e, observados os poderes outorgados ao Representante do Credor, agindo sempre no interesse do Credor, neste Contrato de Cessão Fiduciária, na qualidade de procurador dos Outorgantes, (a) solicitar e demandar do Agente Administrador de Contas Oneradas, para que instrua ao Agente Depositário a transferência dos recursos por este acolhidos relativos aos Direitos Creditórios e aos demais bens e direitos onerados nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária em conformidade com o previsto na Cláusula Terceira deste Contrato, podendo, inclusive, conforme facultado pelo artigo 66-B, da Lei 4.728/65, combinado com o artigo 19 e seguintes da Lei 9.514/97, conservar e recuperar a posse dos documentos comprobatórios e demais instrumentos representativos dos Direitos Creditórios, contra qualquer detentor; (b) promover a intimação do Agente Depositário, de cada um dos devedores dos Direitos Creditórios e/ou de qualquer terceiro para que repassem os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e do Contrato de Depósito que será celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, (c) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os Direitos Creditórios e exercer em nome dos Outorgantes os demais direitos a eles conferidos em face dos devedores dos bens e direitos onerados nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária, (d) receber dos devedores os Direitos Creditórios diretamente ou em decorrência dos exercício dos poderes outorgados neste Contrato de Cessão Fiduciária e, por fim, (e) realizar todo e qualquer ato considerado como necessário ao exercício do mandato acima outorgado e à preservação dos direitos, garantias e prerrogativas do Outorgado previstas em cada um dos Documentos da Operação, sendo ineficaz qualquer medida que venha a impedir e/ou prejudicar, direta ou

indiretamente, o exercício dos poderes aqui previstos. Os poderes aqui outorgados poderão ser substabelecidos somente para eventual cessionário ou sucessor do Outorgado.

4.2 A Devedora Fiduciante e as Avalistas obrigam-se a não realizar qualquer ato ou procedimento que implique ou possa resultar, direta ou indiretamente: (i) na transferência e/ou na movimentação dos recursos depositados ou a serem depositados nas Contas Oneradas de forma diversa daquela prevista nos Documentos da Operação; (ii) no fechamento, cancelamento ou bloqueio das Contas Oneradas; e/ou (iii) na alteração e/ou modificação dos procedimentos e rotinas previstos na Cláusula Terceira que afete ou possa afetar os direitos, garantias ou prerrogativas do Credor e previstas em cada um dos Documentos da Operação, incluindo passar qualquer ordem ou medida que implique na alteração das Contas Oneradas como destino de recebimento dos Direitos Creditórios nos termos dos Documentos da Operação.

CLÁUSULA QUINTA – APERFEIÇOAMENTO DAS GARANTIAS

5.1 Em até 10 (dez) Dias Úteis contados da celebração deste Contrato, a Devedora Fiduciante obriga-se, às suas expensas:

- i) a providenciar o registro deste Contrato de Cessão Fiduciária em Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e Barueri, apresentando todo e qualquer documento necessário para a realização do referido ato, incluindo certidões que venham a ser solicitadas. Qualquer alteração ao presente instrumento deverá ser objeto de prenotação nos cartórios competentes, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de assinatura da assinatura do referido aditamento, para que seja realizado o registro na forma da lei. A Devedora Fiduciante deverá entregar ao Representante do Credor, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da prenotação acima referida, vias originais do respectivo aditamento devidamente registrado nos cartórios competentes;
- ii) entregar ao Representante do Credor instrução de pagamento preparada substancialmente na forma do “Anexo II”, firmada, em caráter irrevogável e irretratável, pela Devedora Fiduciante juntamente com o respectivo recibo de entrega de tal instrução à Brasil PCH, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios dos poderes de representação da Devedora Fiduciante (“Instrução de Pagamento”); e
- iii) a realizar qualquer procedimento adicional, que eventualmente venha a ser necessário à existência, validade, e eficácia deste instrumento, inclusive em face de terceiros, caso o Representante do Credor assim venha a solicitar, com base em lei, determinando o cumprimento do referido procedimento, sob pena de, não fazendo, caracterizar-se um evento de vencimento antecipado.

5.2 Caso julgue necessário, mas desde que, após instrução do Credor e mediante prévia comunicação à Devedora Fiduciante e/ou as Avalistas, se estes não realizarem o registro nos

termos do item (i) da Cláusula 5.1, o Representante do Credor poderá proceder aos registros e averbações acima referidos e a cobrar o valor correspondente da Devedora Fiduciante e/ou das Avalistas, os quais se obrigam a reembolsar o Representante do Credor do valor das despesas comprovadamente incorridas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da solicitação escrita encaminhada por este nesse sentido.

5.3 Nos termos do Contrato de Depósito a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário, o Agente Depositário anuiu e concordou com a Cessão Fiduciária, para o cumprimento do disposto no artigo 290 do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA- OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA DEVEDORA FIDUCIANTE E DAS AVALISTAS

6.1. É expressamente vedado o comprometimento/oneração, total ou parcial e a qualquer título, direta ou indiretamente, dos Direitos Creditórios, incluindo sem limitação, das ações objeto da Participação, em favor de quaisquer terceiros, incluindo de afiliadas da Devedora Fiduciante e/ou das Avalistas, sem o consentimento prévio do Representante do Credor, aplicando-se as previsões contidas no parágrafo 2.º do artigo 66-B, da Lei 4.728/65, acrescido à Seção XIV da Lei 4.728/65 pelo artigo 55 da Lei 10.931/04.

6.2. Em razão do disposto acima, a Devedora Fiduciante e as Avalistas, conforme aplicável, obrigam-se, incondicionalmente e sem limitação, a não (i) constituir qualquer tipo de garantia sobre os Direitos Creditórios, a qualquer momento, por qualquer motivo, em favor de terceiros; (ii) alienar, ceder, ou de qualquer outra forma transferir a qualquer pessoa, total ou parcialmente, os Direitos Creditórios, incluindo a Participação; (iii) criar, incorrer, ou permitir a criação de quaisquer ônus ou opção em favor de terceiros ou qualquer ação de terceiros com relação aos Direitos Creditórios; (iv) celebrar qualquer contrato ou compromisso que restrinja ou subordine o direito ou a possibilidade do Representante do Credor e do Credor (incluindo seus sucessores e cessionários) de exercer quaisquer direitos aqui previstos com relação aos Direitos Creditórios ou que possam de qualquer forma afetar a constituição dos Direitos Creditórios, a não ser que com prévio e expresse consentimento do Representante do Credor; e (v) tomar quaisquer medidas ou realizar quaisquer atos e negócios que afetem ou possam afetar adversamente, direta ou indiretamente, os Direitos Creditórios e a presente Cessão Fiduciária, sendo qualquer ato neste sentido nulo e ineficaz em relação ao Credor ou ao Representante do Credor, observado o Termo de Obrigações.

6.3. A constatação de que os Direitos Creditórios e/ou sua constituição foram, direta ou indiretamente, comprometidos/onerados em favor de terceiros, incluindo as ações objeto da Participação, sem o consentimento prévio, expresse e por escrito do Representante do Credor, acarretará o imediato vencimento de todas as Obrigações Garantidas, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

6.3.1. O Representante do Credor deverá ser informado, por meio de comunicação escrita enviada pela Devedora Fiduciante, de consentimentos do Credor, sobre quaisquer acontecimentos descritos nas Cláusulas 6.1., 6.2. e 6.3. acima.

6.4. Caso a Devedora Fiduciante e as Avalistas venham a receber diretamente os valores devidos em razão dos Direitos Creditórios, recebê-los-ão na qualidade de fiel depositário do Representante do Credor e deverão depositar a totalidade dos valores assim recebidos na Conta Centralizadora em até 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, independentemente de prévio aviso ou notificação ou outra formalidade para tanto por parte do Representante do Credor ou de qualquer terceiro.

6.5. Na hipótese de o Agente Administrador de Contas Oneradas e/ou o Agente Depositário, por qualquer motivo, deixarem de cumprir imediatamente qualquer ordem do Representante do Credor em cumprimento aos termos definidos em cada um dos Documentos da Operação, a Devedora Fiduciante e as Avalistas se comprometem a enviar os melhores esforços para assegurar o cumprimento da determinação, sem prejuízo da propositura, pelo Representante do Credor e/ou pelo Credor, das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis contra o responsável para ressarcimento dos eventuais danos ocorridos nos limites da Cédula, observado ainda o disposto no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito.

6.6. Ainda, sem prejuízo das demais obrigações da Devedora Fiduciante e as Avalistas, conforme aplicável, nos termos deste Contrato, estes concordam que, até que todas as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente pagas e cumpridas:

- (i) sempre que necessário, às suas expensas, celebrarão ou farão com que sejam celebrados os instrumentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Representante do Credor ou pelo Credor para o aperfeiçoamento ou proteção da Cessão Fiduciária prevista neste Contrato ou para permitir sua execução, assegurar a legalidade, validade, exequibilidade e força probatória do presente Contrato nos termos previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária e em lei;
- (ii) manterão a presente garantia existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, por toda a vigência deste Contrato, sendo expressamente vedada a cessão, alienação ou transferência a qualquer título dos Direitos Creditórios e das Contas Oneradas ou quaisquer ativos que venham a ser entregues em cessão fiduciária por força do presente instrumento ou de seus eventuais aditivos, desde que expressamente autorizado pelo Representante do Credor, sendo que qualquer ato contrário ao aqui disposto será considerado nulo de pleno direito;
- (iii) comunicarão, a partir do seu conhecimento, imediatamente ao Representante do Credor o descumprimento, por quaisquer dos signatários, de suas respectivas obrigações

estabelecidas neste Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais Documentos da Operação;

- (iv) praticarão todos os atos necessários para manter a validade e a eficácia do presente Contrato, inclusive eventuais registros ou averbações;
- (v) adotarão todas as providências e fornecerão todas as demais informações relativamente aos Direitos Creditórios e às Contas Oneradas que lhes forem razoavelmente solicitadas pelo Representante do Credor, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das referidas solicitações; e
- (vi) não celebrarão qualquer contrato ou praticarão qualquer ato que restrinja, direta ou indiretamente, os direitos ou a capacidade do Representante do Credor de excutir, nos termos dos Documentos da Operação, os Direitos Creditórios e às Contas Oneradas, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. O Representante do Credor poderá declarar o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, observadas as hipóteses e procedimentos previstos na cláusula 10 da Cédula.

7.2. Sem prejuízo das disposições contidas neste Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais Documentos da Operação, declarado o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos previstos na Cédula, consolidar-se-á no Credor, representado pelo Representante do Credor, a titularidade plena dos Direitos Creditórios, podendo o Credor, representado pelo Representante do Credor, e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial (sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei), exercer sobre os Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente, presentes e futuros, os direitos discriminados no artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e no Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, incluindo, mas, não se limitando, aos seguintes:

- i) exigir, realizar, resgatar e/ou alienar os Direitos Creditórios, conforme permitido de acordo com a lei brasileira, e aplicar tais recursos, líquidos de qualquer tributo ou retenção aplicável, no pagamento, parcial ou total, das Obrigações Garantidas, e no reembolso de todas as despesas comprovada e razoavelmente incorridas pelo Representante do Credor na cobrança dos Direitos Creditórios ou excussão da garantia objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo emolumentos, taxas, custas e honorários de advogados, restituindo à Devedora Fiduciante o saldo que eventualmente sobejar, conforme o caso, mediante crédito na Conta de Livre Movimentação;
- ii) conservar e recuperar a posse dos Direitos Creditórios, bem como dos instrumentos que os representam contra qualquer detentor;

- iii) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e/ou extrajudiciais, para (a) movimentar e debitar as Contas Oneradas nos termos deste Contrato, estritamente para utilizar os Direitos Creditórios no pagamento integral das Obrigações Garantidas; (b) resgatar e/ou alienar os Direitos Creditórios, conforme o caso, e exercer todos os demais direitos, garantias e prerrogativas conferidos à Devedora Fiduciante sobre os mesmos, sempre por meio do mandato outorgado nos termos da Cláusula Quarta quando se tratar dos direitos creditórios relativos aos Proventos das Ações, podendo transigir e promover a cobrança judicial ou extrajudicial pertinente contra quem de direito e quaisquer coobrigados ou outros responsáveis pelo pagamento, assim como, dispor, dos referidos Direitos Creditórios, transferindo-os por cessão ou como lhe convenha, com poderes amplos e irrevogáveis para assinar quaisquer termos necessários para efetivação dessa transferência, podendo, inclusive, dar e receber quitação;
- iv) realizar a busca e apreensão ou exigir a restituição e usar de outros direitos outorgados por ou decorrentes dos diplomas legais acima; e
- v) inclusive por meio dos poderes outorgados neste Contrato, passar ordens e instruções ao Agente Administrador de Contas Oneradas, para que instrua o Agente Depositário, de forma a assegurar o cumprimento e a boa ordem legal, administrativa e operacional das avenças previstas neste Contrato.

7.3. Na hipótese de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, a Devedora Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, autoriza o Representante do Credor, inclusive por meio do Agente Administrador de Contas Oneradas e do Agente Depositário, a reter (a) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) da quantia existente na Conta Centralizadora; e (b) 100% (cem por cento) da quantia existente na Conta Vinculada, aplicando-os na amortização parcial e/ou liquidação total das Obrigações Garantidas, podendo, para tanto, assinar documentos, emitir recibos e dar quitação, reconhecendo expressamente a Devedora Fiduciante e as Avalistas a autenticidade e legalidade de tais atos, dando tudo como bom, firme e valioso para todos os fins e efeitos de direito.

7.4. Na eventualidade dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios restarem insuficientes para satisfazer as Obrigações Garantidas, a Devedora Fiduciante e as Avalistas continuarão responsáveis pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas até a sua efetiva e total liquidação, podendo o Credor, ainda, exigir o reforço ou a substituição da garantia ora constituída, considerada a natureza contínua da garantia em questão.

7.5. Correrão solidariamente por conta da Devedora Fiduciante e das Avalistas todas as despesas incorridas pelo Representante do Credor e/ou pelo Agente Administrador de Contas Oneradas no exercício de seus direitos, garantias e prerrogativas juntamente com todas as outras despesas aqui previstas como de responsabilidade da Devedora Fiduciante e das Avalistas, e quaisquer outras incorridas na proteção e exercício dos direitos do Credor e/ou

das obrigações do Agente Administrador de Contas Oneradas, as quais também estão cobertas pela presente garantia.

7.6. A garantia objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária não prejudicará outras garantias eventualmente constituídas no âmbito da Cédula e tampouco possuem relação com quaisquer créditos concursais detidos ou que venham a ser detidos pelo Credor e/ou quaisquer outras pessoas naturais ou jurídicas sujeitas ou não aos efeitos da Recuperação Judicial, e que, por conseguinte, não serão beneficiados pela garantia ora constituída, podendo o Credor, por meio do Representante do Credor, em qualquer caso de inadimplemento contratual da Devedora Fiduciante e das Avalistas, executá-las em conjunto ou isoladamente e na ordem que melhor lhes aprouver.

CLÁUSULA OITAVA – GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

8.1. A Devedora Fiduciante e as Avalistas, que firmam a presente na qualidade de fiéis depositários (“Fiéis Depositários”), encargo este que declaram aceitar a título gratuito e com as responsabilidades impostas pelas normas aplicáveis à espécie, declaram, neste ato, sob responsabilidade civil e penal, que: (a) a relação comercial e jurídica havida entre a Devedora Fiduciante e os devedores dos Direitos Creditórios é verdadeira; (b) não há ou haverá qualquer fato ou indício que gere à Devedora Fiduciante e as Avalistas, inclusive na qualidade de Fiéis Depositários, qualquer dúvida ou receio a respeito dos Direitos Creditórios; (c) não há ou haverá qualquer contrato, aditivo, aditamento ou compromisso de nenhuma espécie que tenha sido firmado pela Devedora Fiduciante e pelas Avalistas, inclusive na qualidade de Fiéis Depositários que possa, de qualquer forma, afetar as disposições do presente Contrato de Cessão Fiduciária; e (d) os Direitos Creditórios são, ou serão, legalmente válidos e existentes e foram, ou serão celebrados, em conformidade com as leis do Brasil, constituindo as suas obrigações, obrigações lícitas, válidas e exequíveis.

8.2. Todos os documentos originais relativos aos Direitos Creditórios ficarão durante a vigência da presente Cessão Fiduciária confiados à guarda dos Fiéis Depositários. O Representante do Credor poderá, a qualquer tempo, solicitar aos Fiéis Depositários a via original, cópia autenticada ou simples de todo e qualquer documento relativo aos Direitos Creditórios, obrigando-se os Fiéis Depositários a, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado do recebimento da solicitação, promover a exibição e/ou a entrega efetiva ao Representante do Credor, conforme vier a ser solicitado, dos respectivos documentos.

CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÕES E ASSEVERAÇÕES DA DEVEDORA FIDUCIANTE E DAS AVALISTAS

9.1. Em adição às demais declarações e asseverações prestadas em cada um dos Documentos da Operação, a Devedora Fiduciante e cada uma das Avalistas, conforme aplicável, declaram e asseveram, individualmente, neste ato e na Data de Implementação da

Condição Suspensiva Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), sob responsabilidade civil e penal, que:

- a) são sociedades devidamente constituídas e validamente existentes de acordo com as leis do Brasil, possuindo poderes e autoridade para celebrar este Contrato de Cessão Fiduciária, assumir as obrigações que lhe cabem por força deste Contrato de Cessão Fiduciária, cumprir e observar as disposições aqui contidas;
- b) tomaram todas as medidas necessárias para autorizar a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária, bem como para cumprir suas respectivas obrigações aqui previstas;
- c) a celebração deste Contrato é razoável e no melhor interesse da Devedora Fiduciante e de cada uma das Avalistas, para fins de recomposição de sua liquidez e viabilização da Recuperação Judicial, observados os princípios contidos no art. 47 da Lei 11.101;
- d) a celebração deste Contrato e as obrigações dele decorrentes extraconcursais, constituídas na modalidade *Debtor in Possession*, contraídas durante o curso da Recuperação Judicial, e desfrutam da proteção legal e demais benefícios conferidos pelos arts. 67 e seguintes da Lei 11.101, bem como da prioridade absoluta de pagamento nos termos dos arts. 83, 84, 149 e seguintes da Lei 11.101, razão pela qual terão prioridade sobre todos os créditos concursais da Devedora Fiduciante e Avalistas, assim entendidos como aqueles créditos existentes na data da decretação da falência, sujeitos ou não à Recuperação Judicial, garantidos ou não, vencidos, ou não, na forma da Lei 11.101 com exceção daqueles listados no art. 84, I a IV, da Lei 11.101;
- e) este Contrato e as obrigações dele decorrentes, bem como os créditos representados pela Cédula, não estão sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial e/ou ao Plano de Recuperação Judicial e deverão ser cumpridos e/ou pagos pela Devedora Fiduciante e/ou Avalistas na data de seus respectivos vencimentos ou na ocorrência de quaisquer eventos de vencimento antecipado previstos nos Documentos da Operação, de acordo com seus termo e condições, assegurado ao Credor e ao Representante do Credor o direito de promover a cobrança do crédito e a consequente excussão da Cessão Fiduciária independentemente da Recuperação Judicial e/ou do Plano de Recuperação Judicial;
- f) não há ou haverá (i) qualquer fato ou indício que resulte em qualquer dúvida ou incerteza a respeito dos Direitos Creditórios ou (ii) nenhum contrato, aditivo ou compromisso de nenhuma espécie que tenha sido firmado por estas que possa, de qualquer forma, afetar a presente Cessão Fiduciária ou quaisquer de suas disposições;
- g) a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento das Obrigações Garantidas (i) não violam seus documentos societários e nem os documentos societário e acordo de acionistas da Brasil PCH; (ii) não violam qualquer lei, regulamento ou decisão que os vinculem ou lhes sejam aplicáveis, incluindo o Plano de Recuperação Judicial e quaisquer

instrumentos celebrados no âmbito da Recuperação Judicial; e (iii) não importam em Inadimplemento de qualquer outra de suas obrigações vigentes;

h) o presente Contrato de Cessão Fiduciária foi validamente firmado por seus representantes legais com poderes para assumir as obrigações aqui estabelecidas, constituindo o presente Contrato de Cessão Fiduciária uma obrigação lícita e válida, exequível em conformidade com seus termos, com força de título executivo extrajudicial, nos termos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”);

i) todas as autorizações e medidas de qualquer natureza que sejam necessárias ou obrigatórias à celebração e ao cumprimento deste Contrato de Cessão Fiduciária e à sua validade e exequibilidade foram obtidas ou tomadas, sendo válidas e estando em pleno vigor e efeito, observados os prazos e a necessidade da realização do registro e averbação deste Contrato de Cessão Fiduciária e seus aditamentos nos termos deste Contrato e da devida formalização da Instrução de Pagamento previstos na Cláusula Quinta;

j) os Direitos Creditórios são de exclusiva propriedade da Devedora Fiduciante, podendo ser livremente cedidos e encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos, gravames e/ou litígios de qualquer espécie; e

k) encontram-se cientes de cada um dos eventos de vencimento antecipado previstos nos Documentos da Operação.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÃO SUSPENSIVA

10.1. Apesar de existente e válido desde a presente data, este Contrato tem sua eficácia sujeita ao desembolso dos recursos pelo Credor, nos termos previstos na Cédula, em especial em sua cláusula 3 (“Condição Suspensiva Cessão Fiduciária”). O presente Contrato passará a produzir efeitos automática e concomitantemente à realização do desembolso, pelo Credor, dos referidos recursos, sem necessidade da realização de qualquer ato ou procedimento adicional neste sentido (“Data de Implementação Condição Suspensiva Cessão Fiduciária”).

10.2. O Representante do Credor, após informado pelo Credor, deverá notificar o Agente Administrador de Contas Oneradas e o Agente Depositário, por escrito (de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Depósito, a ser celebrado entre a Devedora Fiduciante, a TMF e o Agente Depositário), acerca da ocorrência do referido desembolso, na Data de Implementação Condição Suspensiva Cessão Fiduciária.

CLÁUSULA ONZE - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os signatários deste Contrato reconhecem que, à luz do previsto no *“Considerando*

vi”, todo e qualquer direito, prerrogativa e garantia (incluindo os decorrentes do mandato outorgado na Cláusula Quarta) que decorre da posição jurídica do Representante do Credor neste Contrato poderá ser exercida diretamente pelo Credor, a exclusivo critério deste último, sem necessidade da realização de qualquer procedimento ou autorização adicional.

11.2. Caso qualquer das disposições do presente Contrato venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Representante do Credor em razão de qualquer Inadimplemento da Devedora Fiduciante prejudicará o exercício de tal direito, faculdade ou prerrogativa ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal Inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Devedora Fiduciante neste Contrato ou precedente, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. Todos os avisos, acordos, renúncias e outras notificações deverão ser feitos por escrito e entregues por carta registrada, *courier*, em mãos, ou enviados por *e-mail* (nesse caso, mediante confirmação de recebimento), conforme o caso, para os endereços descritos abaixo (ou qualquer outro endereço conforme indicado por uma Parte às demais):

(i) Para a Devedora Fiduciante:

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

(ii) Para o Representante do Credor:

Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi, São Paulo, SP

At.: Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo de Oliveira

Tel.: (11) 3090-0447

E-mail: servicos@pavarini.com.br

(iii) Para o Agente Administrador de Contas Oneradas:

Endereço: Alameda Caiapós, nº 243, Térreo, Sala CAC, Centro Empresarial Tamboré CEP 06460-110, Barueri - SP

At.: Sr. Danilo Oliveira / Sra. Karla Fernandes

Tel.: (11) 3509-8196 ou (11) 3509-8305

E-mail: cts.brazil@tmf-group.com

(iv) Para as Avalistas:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias,
São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias,
São Paulo, SP

At.: Gustavo Henrique Simões dos Santos

Tel.: (11) 3509-1113

E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

11.5. O presente Contrato e suas disposições apenas serão alterados, substituídos, cancelados, renovados ou prorrogados, e só poderá haver renúncia aos termos deste Contrato, por instrumento escrito e assinado por ambas as Partes ou, em caso de renúncia, pela Parte que estiver renunciando ao direito em questão.

11.6. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.7. As Partes reconhecem, desde já, que para fins e efeitos legais, este Contrato, assinado por duas testemunhas, constitui-se em título executivo extrajudicial, cobrável através de processo de execução nos termos do inciso III, do artigo 784, do Código de Processo Civil.

11.8. As Partes elegem e aceitam como meio legítimo, eficaz e válido de celebração deste Contrato e de seus anexos, bem como de eventuais aditamentos que dele derivarem, para todos os fins e efeitos, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, conforme alteradas, o sistema de formalização e assinatura de contratos eletrônicos pela plataforma da DocuSign (www.docusign.com), reconhecendo que tal formalização eletrônica em nada prejudica sua validade, exequibilidade e caracterização como título executivo extrajudicial, sendo as assinaturas eletrônicas consideradas válidas, vinculantes e exequíveis, desde que firmadas pelos representantes legais das Partes e a partir do momento em que todas as Partes tiverem assinado eletronicamente este Contrato através da plataforma Docusign. As Partes renunciam expressamente ao direito de recusar ou contestar a validade do mecanismo previsto nessa cláusula, na medida permitida pela legislação aplicável.

11.9. As Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das

obrigações de fazer e não fazer aqui assumidas pela Devedora Fiduciante, conforme o disposto nos artigos 497 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do pedido de execução da obrigação de fazer ou não fazer, com fundamento nos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.10. Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas que venham a decorrer desde Contrato.

11.11. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes fizeram com que o presente Contrato fosse devidamente firmado em 5 (cinco) vias de igual teor, por seus representantes, juntamente com as duas testemunhas identificadas abaixo.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

[RESTANTE DA PÁGINA DEIXADO INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 17 de dezembro de 2020) – 1/4

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
como Devedora Fiduciante

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 17 de dezembro de 2020) – 2/4

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

como Representante do Credor

1. _____

Nome:

Cargo:

2. _____

Nome:

Cargo:

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 17 de dezembro de 2020) – 3/4

TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.
como Agente Administrador de Contas Oneradas

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 17 de dezembro de 2020) – 4/4

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

RENOVAPAR S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
Cargo:

2. _____
Nome:
Cargo:

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

- **Do Título:** Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP, emitida nesta data, conforme aditada de tempos em tempos.
- **Data de Emissão:** 17 de dezembro de 2020.
- **Valor de Principal:** R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).
- **Data de Vencimento Final:** 15 de Outubro de 2030.
- **Atualização Monetária:** O Principal (conforme definido na Cédula) será atualizado pela variação acumulada, desde 15 de Outubro de 2020, do IPCA, até o efetivo pagamento.
- **Encargos Remuneratórios:** Juros pré-fixados de 15,00% (quinze por cento) ao ano, calculados nos termos do item 3.1.1. do Quadro V da Cédula, o qual incorpora-se ao presente anexo por referência (“Juros Remuneratórios”).
- **Juros Moratórios:** 1,00% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* sobre o valor em atraso desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto na cláusula 4.10 da Cédula.
- **Multa Moratória Não Compensatória:** 2,00% (dois por cento), calculada sobre quaisquer valores devidos e não pagos no vencimento respectivo, observado o disposto na cláusula 4.10 da Cédula.
- **Praça de Pagamento:** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- **Forma de Pagamento:** vide item 4.1 do “Quadro V” da Cédula, o qual incorpora-se ao presente anexo por referência.
- **Liquidação Antecipada:** O pagamento antecipado pela Devedora Fiduciante das obrigações decorrentes da Cédula constitui cumprimento de obrigação fora do prazo. Se a Devedora Fiduciante liquidar antecipadamente as obrigações decorrentes da Cédula, deverá pagar o Prêmio de Liquidação Antecipada, ressalvada a hipótese da cláusula 4.11 da Cédula e observados os demais termos dos itens 2.3 e subitens e da cláusula 6 e subitens da Cédula, o qual incorporam-se ao presente anexo por referência.
- **Prêmio de Liquidação Antecipada:** (i) 0,069% (sessenta e nove milésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra até 18 de dezembro de 2021 (inclusive); (ii) 0,10% (dez centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra entre 19 de dezembro de 2021 e 18 de dezembro de 2022 (inclusive); ou (iii) 0,15% (quinze centésimos por cento) caso a Data de Liquidação Antecipada ocorra a partir de 19 de dezembro de 2022, observados os demais termos dos itens 2.3 e subitens, os quais incorporam-se a o presente anexo por referência.

ANEXO II

MODELO DE INSTRUÇÃO DE PAGAMENTO

À
Brasil PCH
[Endereço]

Att.: [-]

Prezados Senhores,

A **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, inscrita no CPF/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Acionista”), vem, por meio da presente, na qualidade de detentora de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da BRASIL PCH S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.314.233/0001-08 (“Brasil PCH” e “Participação”), solicitar, em caráter irrevogável e irretratável, que a integralidade do pagamento dos montantes de dividendos, proventos, lucros, frutos, rendimentos, preferências, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, mútuos, reembolsos de capital, reduções de capital, amortizações, resgate de ações e demais valores que venham a ser, a partir desta data (inclusive), devidos e transferidos à Acionista em decorrência da titularidade da Participação, seja efetuado única e exclusivamente mediante crédito na conta corrente nº [-], de titularidade da Acionista, mantida na agência [-], do banco [-], código [-].

Atenciosamente,

[O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco]

[PÁGINA DE ASSINATURAS DA INSTRUÇÃO DE PAGAMENTO, ENVIADA EM [•] DE [•] DE [•] PELA CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL À BRASIL PCH S.A.]

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

De acordo:

BRASIL PCH S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Anexo III
Contrato de Depósito

**BNP PARIBAS****CONTRATO DE DEPÓSITO**

Pelo presente instrumento e na melhor forma em direito admitida, de um lado,

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, CEP 04.707-000, inscrita no CNPJ sob nº 17.643.213/0001-34, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) ao final identificados (doravante a “**DEVEDORA FIDUCIANTE**”); e

TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA., sociedade constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Caiapós, nº 243, Térreo, conjunto A, sala 1, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06.460-110, inscrita no CNPJ sob nº 23.103.490/0001-57, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) ao final identificados (“**TMF**”);

e, de outro,

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A., sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 1º, 10º ao 14º andares, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.522.368/0001-82 (“**AGENTE DEPOSITÁRIO**”) neste ato representado por seu(s) representante(s) legal(is) ao final identificados, sendo a DEVEDORA FIDUCIANTE, a TMF e o AGENTE DEPOSITÁRIO doravante denominados, em conjunto, como “**PARTES**”, e, individualmente, como “**PARTE**”.

CONSIDERANDO QUE:

- a) em 17 de dezembro de 2020, a DEVEDORA FIDUCIANTE: (i) emitiu, em favor da QI Sociedade de Crédito S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP, conforme alterada de tempos em tempos (“**Cédula**”); (ii) celebrou, com a Pavarini Serviços Especializados Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.061.232/0001-71, na qualidade de mandatária do credor da Cédula (“**REPRESENTANTE DO CREDOR**”), entre outras partes, o “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, conforme alterado de tempos em tempos (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”); e (iii) celebrou, com a TMF e com o REPRESENTANTE DO CREDOR, o “Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas” (“**Contrato de Administração de Contas**” o qual, em conjunto com o presente Contrato - conforme abaixo definido - a

GED-87304v11

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

Cédula, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Administração de Contas, os "**Documentos da Cessão Fiduciária**"), por meio dos quais se comprometeu a manter determinados recursos depositados na Conta Centralizadora e na Conta Vinculada (conforme abaixo definidas), ambas de sua titularidade, mas de movimentação controlada, e administradas por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil;

- b) a TMF foi nomeada, em caráter irrevogável, pela DEVEDORA FIDUCIANTE e pelo REPRESENTANTE DO CREDOR, como procuradora com poderes especiais e exclusivos para enviar instruções e atuar perante o AGENTE DEPOSITÁRIO, por conta e ordem da DEVEDORA FIDUCIANTE e sempre de forma a preservar os direitos, garantias e prerrogativas decorrentes da Cédula e dos demais Documentos da Cessão Fiduciária, para o fiel e integral gerenciamento, monitoramento, movimentação e controle das Contas Oneradas (conforme abaixo definido), considerando os compromissos pactuados entre a DEVEDORA FIDUCIANTE e demais partes contratantes dos Documentos da Cessão Fiduciária;
- c) em razão disso, as PARTES entendem necessário o estabelecimento de certas regras aplicáveis à movimentação das Contas Oneradas, de modo que sua movimentação ocorra em consonância com o que foi pactuado nos Documentos da Cessão Fiduciária.

Diante do exposto, **RESOLVEM** as PARTES firmar o presente Contrato de Depósito ("**Contrato**"), que será regido pelos termos e condições a seguir livremente pactuados:

1. CONSTITUIÇÃO DO DEPÓSITO

1.1. A Brasil PCH S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 07.314.233/0001-08 ("**Brasil PCH**") foi notificada e não apresentou oposição sob qualquer forma, em decorrência do estabelecido nos Documentos da Cessão Fiduciária, a realizar depósitos na conta corrente nº 83211-072, de titularidade da DEVEDORA FIDUCIANTE e mantida perante o AGENTE DEPOSITÁRIO, na agência nº 0001, nos valores definidos nos referidos documentos (respectivamente, os "**Depósitos**" e a "**Conta Centralizadora**").

1.2. Os Depósitos têm origem nos seguintes recursos, todos cedidos fiduciariamente ao REPRESENTANTE DO CREDOR no Contrato de Cessão Fiduciária:

- i) todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade da DEVEDORA FIDUCIANTE decorrentes de 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito

GED-87304v12

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

centésimos por cento) dos recursos advindos de dividendos, proventos, lucros, frutos, rendimentos, preferências, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições, mútuos, reembolsos de capital, reduções de capital, amortizações, resgate de ações e demais valores, que, líquidos de eventuais tributos, venham, a partir desta data (inclusive), a ingressar no caixa da DEVEDORA FIDUCIANTE, na qualidade de titular de 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de emissão da Brasil PCH, que representam 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da mesma, os quais serão creditados única e exclusivamente na Conta Centralizadora;

- ii) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos direitos creditórios líquidos decorrentes dos recursos provenientes da alienação da UPI Brasil PCH, após descontados de: (a) quaisquer tributos incidentes sobre a ou relacionados a alienação da UPI Brasil PCH; e (b) custos e despesas, direta ou indiretamente incorridos com tal alienação, desde que devidamente comprovados e de acordo com práticas de mercado junto a assessores jurídicos e de M&A de primeira linha na operação de alienação da UPI Brasil PCH, limitados à somatória do saldo devedor do Principal Atualizado, dos Encargos Remuneratórios devidos e não-pagos, do Prêmio de Liquidação Antecipada (conforme definidos na Cédula) e de qualquer outro encargo devido e não pago pela DEVEDORA FIDUCIANTE, os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada; e
- iii) 65,28% (sessenta e cinco inteiros e vinte e oito centésimos por cento) dos direitos creditórios detidos pela DEVEDORA FIDUCIANTE em face do AGENTE DEPOSITÁRIO, decorrentes da titularidade da Conta Centralizadora, e 100% (cem por cento) dos direitos creditórios detidos pela DEVEDORA FIDUCIANTE em face do AGENTE DEPOSITÁRIO decorrentes da titularidade da Conta Vinculada, incluindo, sem limitação, os recursos mantidos e/ou lá depositados (inclusive aqueles em trânsito ou em fase de compensação bancária) direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, presentes ou futuros, incluindo os relativos aos investimentos, presentes ou futuros, realizados com os recursos disponíveis na Conta Vinculada, tais como os Investimentos Permitidos (conforme abaixo definido).

1.3. Realizados os Depósitos, o AGENTE DEPOSITÁRIO concorda doravante em: (i) prestar os serviços de banco depositário dos Depósitos; (ii) transferir, imediatamente após o recebimento das instruções da TMF nesse sentido, os recursos disponíveis nas Contas Oneradas às demais contas correntes, conforme indicadas na referida instrução ("**Recursos**"); (iii) manter os Depósitos na conta corrente nº 83211-073, de

GED-87304v13

**BNP PARIBAS**

titularidade da DEVEDORA FIDUCIANTE e mantida perante o AGENTE DEPOSITÁRIO, na agência nº 0001 ("**Conta Vinculada**" e, em conjunto com Conta Centralizadora, as "**Contas Oneradas**") juntamente com eventuais rendimentos auferidos; (iv) a não permitir que as Contas Oneradas sejam movimentadas fora das restritas instruções definidas neste Contrato; e (v) cumprir as disposições deste Contrato, bem como a legislação e a regulamentação vigentes aplicáveis.

1.4. A TMF será a exclusiva responsável pela observância dos Procedimentos de Arrecadação e Repasse (conforme definido no Contrato de Administração de Contas), previstos na Cédula, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas, devendo o BNP ser responsável tão somente por seguir as instruções enviadas pela TMF e ficando, neste ato, isento de qualquer responsabilização por quaisquer erros e/ou omissões da TMF no que se refere às instruções e aos Procedimentos de Arrecadação e Repasse.

1.5. A DEVEDORA FIDUCIANTE manifesta sua plena concordância com o fato de que, não obstante os Depósitos tenham sido efetuados por terceiros e em conta de sua titularidade, as Contas Oneradas serão movimentadas pelo AGENTE DEPOSITÁRIO seguindo apenas e exclusivamente as instruções unilaterais recebidas da TMF, a serem expedidas, sempre conforme previsto neste Contrato e nos demais Documentos da Cessão Fiduciária. Consequentemente, nenhuma movimentação das Contas Oneradas será acatada pelo AGENTE DEPOSITÁRIO quando solicitada somente pela DEVEDORA FIDUCIANTE e sem a anuência expressa da TMF, tampouco serão emitidos talonários de cheques ou quaisquer outros meios para movimentação das Contas Oneradas.

1.6. Em nenhuma circunstância, o AGENTE DEPOSITÁRIO poderá ser demandado ou instruído a realizar, e não realizará, qualquer movimentação que venha a gerar saldo negativo nas Contas Oneradas.

2. DOS SERVIÇOS DO AGENTE DEPOSITÁRIO

2.1. A TMF será responsável pelo gerenciamento, monitoramento, controle e movimentação dos Recursos, inclusive, mas não se limitando, por meio do controle do fluxo de informações, o acompanhamento das movimentações e entrega de ordens de transferência, investimento e liquidação dos Recursos emitidas pela TMF ("**Instrução de Transferência**", "**Instrução de Investimento**" e "**Instrução de Liquidação/Resgate**", respectivamente e, em conjunto "**Instruções**"), de acordo com os procedimentos descritos neste Contrato, visando sempre o cumprimento do disposto nos Documentos da Cessão Fiduciária, seja em favor da própria DEVEDORA FIDUCIANTE, do REPRESENTANTE DO CREDOR ou dos Beneficiários (conforme

GED-87304v14

**BNP PARIBAS**

abaixo definido).

2.1.1.1. Observado o disposto neste Contrato, as PARTES concordam que os Recursos apenas poderão ser transferidos a favor do depositante ("**Depositante**") e/ou a favor de qualquer uma das demais contrapartes dos demais Documentos da Cessão Fiduciária, conforme listados no "Anexo II" do presente Contrato (em conjunto com o Depositante, os "**Beneficiários**").

2.1.1.2. No caso de ocorrer a alienação da UPI Brasil PCH, o comprador deverá depositar os valores referentes à respectiva operação na Conta Vinculada.

2.2. Para os fins deste Contrato e com vistas ao atendimento do quanto pactuado nos Documentos da Cessão Fiduciária, a DEVEDORA FIDUCIANTE e o REPRESENTANTE DO CREDOR, neste ato, outorgam à TMF, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 Código Civil Brasileiro, todos os poderes que se façam necessários à prestação dos serviços de controle de movimentação dos Recursos, tais como, mas não se limitando a, poderes para movimentar as Contas Oneradas, requerer a realização de aplicações financeiras dentre os Investimentos Permitidos (conforme abaixo definidos) na forma da Cláusula 3.1 adiante, solicitar resgates e transferências de valores das Contas Oneradas para outras contas bancárias, desde que de acordo com os Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos, conforme definidos na cláusula 2.1.2 da Cédula, solicitar extratos das Contas Oneradas, acessar os canais eletrônicos disponibilizados pelo AGENTE DEPOSITÁRIO à DEVEDORA FIDUCIANTE e/ou ao REPRESENTANTE DO CREDOR e poderes para receber e dar quitação, tudo nos termos previstos nos Documentos da Cessão Fiduciária e neste Contrato.

2.2.1. As PARTES concordam que este Contrato será automaticamente e imediatamente rescindido caso o mandato previsto na Cláusula 2.2. acima seja revogado pela DEVEDORA FIDUCIANTE ou por qualquer decisão judicial, arbitral ou administrativa. Havendo a revogação do mandato, a DEVEDORA FIDUCIANTE e a TMF deverão, em conjunto, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, indicar um novo agente depositário para o qual os Recursos serão transferidos. Caso a TMF e a DEVEDORA FIDUCIANTE não o indiquem, o AGENTE DEPOSITÁRIO poderá depositar os Recursos em juízo, devendo a DEVEDORA FIDUCIANTE, exclusivamente, reembolsar o AGENTE DEPOSITÁRIO por todas as custas processuais e honorários advocatícios que o AGENTE DEPOSITÁRIO porventura venha a incorrer em virtude do depósito dos Recursos.

2.2.1.1 Para fins deste Contrato, "**Dia Útil**" significa todos os dias exceto sábados,

GED-87304v15

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

domingos e feriados nacionais e/ou qualquer outro dia em que os bancos estejam autorizados a não funcionar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.3. A DEVEDORA FIDUCIANTE e o REPRESENTANTE DO CREDOR, pelo presente Contrato, autorizam, em caráter irrevogável e irretratável, o AGENTE DEPOSITÁRIO a fornecer à TMF, sempre que solicitado, todas as informações referentes às Contas Oneradas, renunciando, consequentemente, ao direito ao sigilo bancário com relação a toda e qualquer informação relativa às Contas Oneradas, isentando o AGENTE DEPOSITÁRIO de toda e qualquer responsabilidade pelo uso que venha a ser dado às informações entregues nos termos deste Contrato.

2.4. A TMF não atuará como administradora ou gestora de recursos, tampouco como consultora/gestora de investimentos ou qualquer outra função regulada pela Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que a TMF não realizará qualquer investimento de forma discricionária ou qualquer recomendação sobre os investimentos a serem realizados pela DEVEDORA FIDUCIANTE, limitando-se a dar ao AGENTE DEPOSITÁRIO, por conta e ordem da DEVEDORA FIDUCIANTE, as instruções de investimento e resgate que forem necessários ao atendimento do quanto pactuado nos Documentos da Cessão Fiduciária.

2.5. As atribuições relacionadas aos aspectos cadastrais e fiscais decorrentes da manutenção das Contas Oneradas, bem como da custódia dos Recursos, será de inteira responsabilidade da DEVEDORA FIDUCIANTE e/ou do AGENTE DEPOSITÁRIO, conforme o caso, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

3. INVESTIMENTOS PERMITIDOS

3.1. Nos termos dos Documentos da Cessão Fiduciária, os recursos depositados na Conta Vinculada poderão ser investidos em quaisquer das seguintes modalidades de investimentos, constantes do "Anexo I" do presente Contrato, observado o disposto na alínea "iii" da Cláusula 2.3 do Contrato de Administração de Contas ("Investimentos Permitidos").

3.2. A DEVEDORA FIDUCIANTE e a TMF reconhecem e concordam que o AGENTE DEPOSITÁRIO não fará recomendações ou prestará consultoria com relação a qualquer investimento a ser realizado a partir da Conta Vinculada, não se responsabilizando, consequentemente, o AGENTE DEPOSITÁRIO, pelos resultados financeiros negativos ou positivos dos investimentos realizados a partir das instruções recebidas da TMF.

GED-87304v16

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

3.2.1. Os recursos depositados na Conta Centralizadora não serão aplicados em Investimentos Permitidos, considerados os Procedimentos de Arrecadação e Repasse.

3.3. Desde que não resultantes de culpa grave ou dolo, o AGENTE DEPOSITÁRIO não terá nenhuma responsabilidade por quaisquer perdas incorridas em decorrência de qualquer investimento determinado pela TMF nos termos deste Contrato ou pelo resgate determinado de qualquer investimento antes de seu respectivo vencimento.

3.4. Os valores da Conta Vinculada não investidos ou reinvestidos permanecerão na Conta Vinculada sem qualquer rendimento até que a TMF dê ao AGENTE DEPOSITÁRIO instruções acerca deles.

3.5. O AGENTE DEPOSITÁRIO observará a legislação tributária e procederá à retenção na fonte de todos os tributos incidentes sobre o investimento dos Recursos, na forma da lei.

3.6. O AGENTE DEPOSITÁRIO fornecerá à TMF, ao REPRESENTANTE DO CREDOR e à DEVEDORA FIDUCIANTE, mensalmente, extrato bancário atualizado das Contas Oneradas. Nesse sentido, a DEVEDORA FIDUCIANTE renuncia expressamente ao seu direito ao sigilo bancário nos termos da legislação vigente em relação especificamente à divulgação do extrato bancário à TMF, isentando o AGENTE DEPOSITÁRIO de toda e qualquer responsabilidade pelo uso que venha a ser dado aos extratos bancários fornecidos, nos termos desta Cláusula.

3.7. As obrigações do AGENTE DEPOSITÁRIO são aquelas pactuadas neste Contrato, não lhe sendo oponível pela DEVEDORA FIDUCIANTE, pelo REPRESENTANTE DO CREDOR, pela TMF ou por qualquer das partes signatárias dos Documentos da Cessão Fiduciária, a responsabilidade por fazer ou deixar de fazer algo que não esteja expressamente estabelecido neste Contrato.

4. PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA PARA ENVIO, RECEBIMENTO E CUMPRIMENTO DE INSTRUÇÕES

4.1. Exceção feita ao cumprimento de ordens ou determinações judiciais ou de autoridades administrativas competentes, qualquer movimentação das Contas Oneradas apenas poderá ser feita pela TMF, em conformidade com as disposições dos Documentos da Cessão Fiduciária. O AGENTE DEPOSITÁRIO não aceitará instruções de qualquer natureza vindas somente da DEVEDORA FIDUCIANTE.

4.2. O AGENTE DEPOSITÁRIO desconsiderará qualquer correspondência recebida da TMF relativa às Contas Oneradas apresentada de forma diversa daquela

GED-87304v17

**BNP PARIBAS**

estabelecida neste Contrato. O AGENTE DEPOSITÁRIO tampouco fará juízo de valor sobre qualquer instrução recebida da TMF, se aceita ou não pelo REPRESENTANTE DO CREDOR ou pela DEVEDORA FIDUCIANTE, se prejudicial ou não ao REPRESENTANTE DO CREDOR ou à DEVEDORA FIDUCIANTE ou aos Documentos da Cessão Fiduciária, cujos termos e condições lhe são totalmente desconhecidos.

4.3. Exceto conforme previsto na Cláusula 4.3.1, o AGENTE DEPOSITÁRIO não checará com quem quer que seja a procedência de qualquer das instruções recebidas da TMF, quando formuladas segundo o procedimento estabelecido neste Contrato, podendo, todavia, quando entender necessário, a seu juízo exclusivo, certificar com a TMF a validade de qualquer instrução recebida.

4.3.1. A TMF, o REPRESENTANTE DO CREDOR e a DEVEDORA FIDUCIANTE concordam que o AGENTE DEPOSITÁRIO, antes do processamento da instrução recebida da TMF, verificará os dados e informações do Beneficiário, podendo, a seu exclusivo critério, se recusar a cumprir tal instrução se identificar qualquer restrição à transferência dos Recursos que, a critério do AGENTE DEPOSITÁRIO, possa lhe acarretar consequências negativas à sua imagem ou no âmbito penal ou administrativo.

4.3.2. Na hipótese da Cláusula 4.3.1. acima, os Recursos serão devolvidos pelo AGENTE DEPOSITÁRIO à DEVEDORA FIDUCIANTE que, por sua vez, o transferirá ao Beneficiário indicado.

4.4. O AGENTE DEPOSITÁRIO não checará tampouco a validade dos poderes constituídos a qualquer dos prepostos da TMF, ficando sob responsabilidade desta informar tempestivamente ao AGENTE DEPOSITÁRIO a lista de pessoas autorizadas a emitir as instruções em nome da TMF ("**Pessoas Autorizadas**").

4.5. Instruções ao AGENTE DEPOSITÁRIO deverão ser dadas sempre por escrito, por carta registrada (com protocolo) ou por e-mail (com aviso de recebimento), subscrito em conjunto ou isoladamente por qualquer das Pessoas Autorizadas. Cumpre, portanto, exclusivamente à TMF adotar as medidas de segurança que entender necessárias para evitar que os meios de comunicação com o AGENTE DEPOSITÁRIO sejam utilizados indevidamente por qualquer de seus prepostos.

4.6. Fica também facultado ao AGENTE DEPOSITÁRIO o direito de recusar qualquer instrução recebida que apresente dúvidas que, no seu entender, possam comprometer seu correto atendimento, abstendo-se de cumpri-la até que receba da TMF os esclarecimentos que entenda necessários.

GED-87304v18

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

4.7. O AGENTE DEPOSITÁRIO atenderá no mesmo dia às Instruções de Investimento e Instruções de Resgate que lhe forem apresentadas pela TMF até às 15.00 horas. Solicitações apresentadas após esse horário serão atendidas pelo AGENTE DEPOSITÁRIO em regime de melhores esforços, não assumindo, todavia, qualquer responsabilidade por seu atendimento que não seja somente no Dia Útil seguinte.

4.8. O AGENTE DEPOSITÁRIO atenderá toda e qualquer ordem judicial ou de autoridade administrativa que possa afetar as Contas Oneradas, ficando a cargo exclusivo da TMF, da DEVEDORA FIDUCIANTE e do REPRESENTANTE DO CREDOR tomar as medidas que considerarem cabíveis em juízo ou fora dele, em relação à referida ordem, cabendo ao AGENTE DEPOSITÁRIO o dever de comunicar o fato à TMF, sempre com cópia ao REPRESENTANTE DO CREDOR e à DEVEDORA FIDUCIANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência.

4.9. O AGENTE DEPOSITÁRIO compromete-se a notificar imediatamente a TMF, sempre com cópia ao REPRESENTANTE DO CREDOR e à DEVEDORA FIDUCIANTE, no caso de ocorrer qualquer bloqueio e/ou penhora de quaisquer das Contas Oneradas.

4.10. O AGENTE DEPOSITÁRIO, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, reconhece e anui com todos os termos e condições deste Contrato, especialmente no que diz respeito ao direito de garantia previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos do art. 290 do Código Civil Brasileiro.

5. TÉRMINO DESTES CONTRATO E INDENIZAÇÃO

5.1. O presente Contrato entrará em vigor na presente data e, caso não seja rescindido em conformidade com os termos aqui expostos, especialmente o disposto na Cláusula 2.2.1 acima, permanecerá em pleno vigor e efeito até: (i) a liquidação integral das Obrigações Garantidas (conforme definidas na Cédula), conforme notificação a ser encaminhada pela TMF ao AGENTE DEPOSITÁRIO acerca do cumprimento de todas as obrigações assumidas pela DEVEDORA FIDUCIANTE nos Documentos da Cessão Fiduciária; ou (ii) até 30 (trinta) dias contados da renúncia do AGENTE DEPOSITÁRIO, conforme prevista na Cláusula 6.1 deste Contrato, o que ocorrer primeiro, momento no qual os Recursos deverão ser liberados em conformidade com as instruções enviadas pela TMF ao AGENTE DEPOSITÁRIO.

5.2. Após o término deste Contrato, a DEVEDORA FIDUCIANTE, o REPRESENTANTE DO CREDOR e a TMF autorizam expressamente o AGENTE DEPOSITÁRIO, em caráter irrevogável e irretratável, a proceder ao encerramento

GED-87304v19

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

automático das Contas Oneradas.

5.3. A DEVEDORA FIDUCIANTE e a TMF reconhecem que o AGENTE DEPOSITÁRIO possui obrigações regulatórias no sentido de manter atualizadas todas as informações cadastrais de terceiros com os quais o AGENTE DEPOSITÁRIO mantenha qualquer relação. Neste sentido, o AGENTE DEPOSITÁRIO poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o presente Contrato caso a DEVEDORA FIDUCIANTE e/ou TMF não atenda às exigências relacionadas à entrega de documentações, critérios e demais especificações estabelecidas, para manutenção de seu relacionamento junto ao AGENTE DEPOSITÁRIO, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir do envio de notificação neste sentido.

6. RENÚNCIA

6.1. O AGENTE DEPOSITÁRIO poderá renunciar às suas funções e aos deveres e obrigações assumidos neste Contrato, mediante aviso prévio, por escrito, à DEVEDORA FIDUCIANTE, ao REPRESENTANTE DO CREDOR e à TMF, com antecedência mínima de 60 dias (sessenta) dias, especificando a data em que tal renúncia entrará em vigor ("**Data de Renúncia**").

6.2. Se a DEVEDORA FIDUCIANTE, o REPRESENTANTE DO CREDOR e a TMF deixarem de nomear um agente depositário sucessor até a Data de Renúncia, na Data de Renúncia, o AGENTE DEPOSITÁRIO deverá depositar os Recursos em juízo para que as partes interessadas nomeiem outro agente depositário. Nesse caso, a DEVEDORA FIDUCIANTE deverá reembolsar o AGENTE DEPOSITÁRIO de todas as custas processuais e honorários advocatícios que o AGENTE DEPOSITÁRIO porventura venha a incorrer em virtude do depósito judicial dos Recursos.

6.3. O AGENTE DEPOSITÁRIO terá o direito de ser remunerado por quaisquer serviços prestados até a Data de Renúncia.

7. ENVIO DE INSTRUÇÕES E CORRESPONDÊNCIAS

7.1. Serão consideradas entregues as instruções, avisos, correspondências em geral e notificações quando enviados aos seguintes endereços:

Para a DEVEDORA FIDUCIANTE:

Endereço: Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850
Cidade de São Paulo / Estado de São Paulo
Aos cuidados de Gustavo Henrique Simões dos Santos

**BNP PARIBAS**

Telefone: (11) 3509-1113
e-mail: gsantos@renovaenergia.com.br

Para o REPRESENTANTE DO CREDOR:

Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi
Cidade de São Paulo / Estado de São Paulo
CEP 04534-002
Aos cuidados de Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo de Oliveira
Telefone: 11 3090-0447
e-mail: servicos@pavarini.com.br

Para a TMF:

Al. Caiapós, 243, térreo, Conjunto A, Sala 1, Centro Empresarial Tamboré
Barueri, São Paulo - CEP 06460-110
Aos cuidados de: Gabriele Gonçalves/ Danilo Oliveira
Telefone: 55 11 3509 8470/8196
e-mail: cts.brazil@tmf-group.com

Para o AGENTE DEPOSITÁRIO:

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510, 11º andar
04543-906 - São Paulo - SP - Brasil
Aos cuidados de: Ricardo Liberatti ou Adriano Silva
Fones: 55 11 3841-4064 / 3275
E-mail: operations.cashmanagement@br.bnpparibas

7.2. Para evitar quaisquer dúvidas, as PARTES esclarecem que, durante a vigência do mandato previsto na Cláusula 2.2., qualquer instrução ao AGENTE DEPOSITÁRIO com relação às Contas Oneradas será realizada única e exclusivamente pela TMF.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O AGENTE DEPOSITÁRIO tratará quaisquer informações relacionadas à DEVEDORA FIDUCIANTE, ao REPRESENTANTE DO CREDOR ou à TMF como confidenciais, mas a DEVEDORA FIDUCIANTE, o REPRESENTANTE DO CREDOR e a TMF autorizam expressamente a transferência e divulgação, pelo AGENTE DEPOSITÁRIO, de quaisquer informações relacionadas à DEVEDORA FIDUCIANTE, ao REPRESENTANTE DO CREDOR e à TMF ou a este Contrato para seus

GED-87304v111

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

controladores, subsidiárias, coligadas e terceiros selecionados por qualquer um deles, onde quer que estejam situados, para uso confidencial (inclusive em conexão com a prestação de qualquer serviço, no Brasil ou no exterior, e para fins de processamento de dados e análises estatísticas e de risco). O AGENTE DEPOSITÁRIO e qualquer de seus controladores, subsidiárias, coligadas ou terceiros poderão transferir ou divulgar quaisquer informações se isso for exigido por lei, tribunal, órgão regulamentador, qualquer autoridade ou processo legal (inclusive procedimentos administrativos e requisições da Receita Federal).

8.2. Os tributos incidentes sobre os serviços e remunerações previstos neste Contrato serão de responsabilidade do respectivo contribuinte, como tal definido na legislação vigente na data de sua respectiva exigibilidade.

8.3. Cada uma das PARTES, individualmente, declara e garante que:

- a) é sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com a legislação, regulamentação e exigências aplicáveis no seu país de constituição;
- b) está investida de todos os poderes e autoridade para firmar e cumprir as obrigações aqui previstas e consumir as operações aqui contempladas;
- c) seus representantes autorizados signatários do presente Contrato possuem poderes e autoridade para firmar o presente Contrato;
- d) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações principais e acessórias dele decorrentes não conflitam ou violam ou irão conflitar ou violar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente: (i) com outro instrumento de qualquer natureza dos quais referida PARTE seja parte, nem constituem ou irão constituir inadimplemento dos referidos instrumentos ou dar origem a qualquer direito de acelerar o vencimento ou requerer o pagamento antecipado de qualquer dívida relacionada aos referidos instrumentos, ou resultar na criação ou imposição de qualquer ônus; (ii) com seus documentos constitutivos; (iii) com qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral emitida por órgão competente contra a PARTE; ou (iv) com as disposições da legislação vigente aplicável ou qualquer restrição contratual que vincule ou afete a respectiva PARTE;
- e) nenhuma autorização ou aprovação, e nenhuma notificação ou registro junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é necessária para a devida celebração, entrega e execução das obrigações previstas neste

GED-87304v112

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

Contrato, exceto pelas já obtidas e em vigor nesta data;

- f) este Contrato foi devidamente celebrado pela PARTE e constitui obrigação legal, válida e vinculante da PARTE, exequível contra a PARTE em conformidade com os seus respectivos termos e condições;
- g) cumpre todas as leis, normas, regulamentos e exigências aplicáveis de todas as autoridades governamentais do seu país de incorporação, detendo todos os poderes societários e autoridade necessários, incluindo todas as licenças, certificados, permissões, concessões e demais autorizações e aprovações governamentais relevantes necessários à condução de suas atividades, inclusive as relativas à legislação ambiental, trabalhista e previdenciária, conforme o caso, exceto no que diz respeito às leis, normas, regulamentos e exigências e/ou obtenção de licenças, certificados, permissões, concessões e demais autorizações e aprovações governamentais que estejam sendo contestados de boa-fé pela PARTE ou dos que não possam acarretar um Efeito Adverso (conforme definido na Cédula); e
- h) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços objeto deste Contrato, contando com toda infraestrutura e com todos os sistemas necessários à plena e satisfatória prestação dos referidos serviços, nos termos deste Contrato.

8.4. Fica vedada a cessão de quaisquer direitos ou obrigações previstos neste Contrato sem prévio e expresse consentimento, manifestado por escrito, de todas as PARTES.

8.5. Se qualquer disposição do presente Contrato for considerada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e efeito.

8.6. O presente Contrato obriga as PARTES, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, sendo celebrado em caráter irrevogável e irretratável.

8.7 As disposições do presente Contrato somente poderão ser objeto de renúncia, alteração ou aditamento, no todo ou em parte, mediante instrumento por escrito firmado pelas PARTES, exceção feita aos dados de contato das PARTES, indicados na Cláusula 7.1 acima, bem como em relação à lista de Pessoas Autorizadas, cujas alterações poderão ser realizadas pela respectiva PARTE envolvida por meio de comunicação para tanto, por ela enviada por escrito às demais PARTES, de acordo com a Cláusula 7 acima.

GED-87304v113

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

8.8. Nenhum material publicitário envolvendo qualquer das PARTES poderá ser distribuído sem a aprovação prévia e expressa da PARTE envolvida.

8.9. A DEVEDORA FIDUCIANTE declara e garante ao AGENTE DEPOSITÁRIO que:

- a) cumpre a legislação e regulamentação ambiental e trabalhista, relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive quanto a não utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas à escravidão; e
- b) os valores depositados junto ao AGENTE DEPOSITÁRIO são oriundos de atividades lícitas, devidamente reconhecidos pela DEVEDORA FIDUCIANTE em suas declarações anuais para as autoridades fiscais.

8.10. Declara, ainda, cada uma das PARTES às demais que:

- a) para a celebração deste Contrato, nenhuma das PARTES ofereceu, deu ou se comprometeu a dar, aceitou ou se comprometeu a aceitar de quem quer que seja, por qualquer de seus prepostos, diretores ou sócios, qualquer espécie de benefício;
- b) seus representantes, funcionários e prepostos, possuem instruções pelas quais se comprometem a, em hipótese alguma, pagar ou oferecer qualquer vantagem indevida a quem é que seja, com a finalidade de obter ou manter um tratamento favorável indevido para seus negócios, em violação às leis que versam sobre crimes e práticas de corrupção e contra a administração pública;
- c) mantém regras e programas internos visando coibir práticas anticoncorrenciais ou de qualquer forma ilegais, obrigando-se mediante a assinatura do presente Contrato a agir sempre em plena consonância com os ditames nacionais e internacionais relativos às medidas anticorrupção, em especial, mas não se limitando, a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, e suas alterações, sendo certo que o descumprimento desta Cláusula poderá ensejar por qualquer das demais PARTES a rescisão deste Contrato;
- d) comunicação prontamente às demais PARTES, o recebimento de qualquer proposta relacionada com o objeto do presente Contrato e que possa resultar em qualquer dos efeitos acima listados; e
- e) que teve acesso prévio à minuta deste Contrato e que através de seus advogados pôde debater livremente todas as Cláusulas ajustadas com o AGENTE DEPOSITÁRIO, de modo que o Contrato reflete fielmente a vontade

GED-87304v114

Ouvidoria Banco BNP Paribas Brasil S.A.:
0800-7715999 / ouvidoria@br.bnpparibas.com

**BNP PARIBAS**

das PARTES nele ora envolvidas.

8.11. As PARTES elegem e aceitam como meio legítimo, eficaz e válido de celebração deste Contrato e de seus anexos, bem como de eventuais aditamentos que dele derivarem, para todos os fins e efeitos, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, conforme alteradas, o sistema de formalização e assinatura de contratos eletrônicos pela plataforma da DocuSign (www.docusign.com), reconhecendo que tal formalização eletrônica em nada prejudica sua validade, exequibilidade e caracterização como título executivo extrajudicial, sendo as assinaturas eletrônicas consideradas válidas, vinculantes e exequíveis, desde que firmadas pelos representantes legais das PARTES e a partir do momento em que todas as PARTES tiverem assinado eletronicamente este Contrato através da plataforma Docusign. As PARTES renunciam expressamente ao direito de recusar ou contestar a validade do mecanismo previsto nessa cláusula, na medida permitida pela legislação aplicável.

8.12. Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas que venham a decorrer desde Contrato.

O presente Contrato é firmado em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final identificadas.

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

**BNP PARIBAS**

Página de assinaturas do Contrato de Depósito, celebrado entre Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. e Banco BNP Paribas Brasil S.A., em 17 de dezembro de 2020.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

TMF

AGENTE DEPOSITÁRIO

Testemunhas:

**BNP PARIBAS****ANEXO I
INVESTIMENTOS PERMITIDOS**

Fundos de Investimento Renda Fixa administrados pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. e geridos pela BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.

**BNP PARIBAS**

ANEXO II
**PARTES ENVOLVIDAS NOS DOCUMENTOS DA CESSÃO FIDUCIÁRIA/
BENEFICIÁRIOS DOS RECURSOS**

1. Depositante:
Chipley SP Participações S.A. – em Recuperação Judicial
CPF/CNPJ: 17.643.213/0001-34
2. Representante do Credor:
Pavarini Serviços Especializados Ltda.
CPF/CNPJ: 34.061.232/0001-71
3. Agente Administrador de Contas Oneradas:
TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.
CPF/CNPJ: 23.103.490/0001-57

Anexo IV
Instrução de Transferência

[-] de [-] de [-]

À

[TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.
Alameda Caiapós, 243, 2º andar, Conjunto I, Sala CAC, Centro
Empresarial Tamboré
06460-110 Barueri/São Paulo
Att.: Client 's Service
Danilo Oliveira (danilo.oliveira@tmf-group.com) Tel.: (55) 11 35098196
Gabriele Gonçalves (gabriele.goncalves@tmf-group.com) Tel.: (55) 11 35098470]

OU

[AGENTE DEPOSITÁRIO – INSERIR DADOS]

Re: Contrato de Administração de Contas Oneradas, datado de _____ 200_, (o "Contrato") celebrado entre (nome da Companhia), (a "Companhia"), e a TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., na qualidade de agente administrador de contas ("Agente Administrador de Contas Oneradas").

Prezado Sr (a):

Nos termos da Cláusula [●] do Contrato, vimos instruir expressamente V.Sas. a efetuarem o débito na conta [modalidade da conta] nº [●] do banco [●], agência [●], de titularidade [inserir razão social] sob o CNPJ nº [●] no valor de R\$ [●] ([●]) ao [●], por meio de transferência eletrônica de disponível (TED) para crédito na conta [modalidade da conta] nº [●] do banco [●], agência [●], de titularidade [inserir razão social] sob o CNPJ nº [●].

Todas as palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula e não aqui definidas, deverão ter os significados a elas atribuídas no Contrato e nos demais Documentos da Cessão Fiduciária.

Esclarecemos que a presente instrução é vinculante e permanecerá em vigor até que uma nova instrução de investimento seja enviada, por escrito, à TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável [TMF]]

Nome do Responsável
Cargo
E/OU

Assinatura do Responsável [REPRESENTANTE DO CREDOR]

Nome do Responsável
Cargo]

Anexo V
Instrução de Investimento

[-] de [-] de [-]

À

[TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.
Alameda Caiapós, 243, 2º andar, Conjunto I, Sala CAC, Centro
Empresarial Tamboré
06460-110 Barueri/São Paulo
Att.: Client 's Service
Danilo Oliveira (danilo.oliveira@tmf-group.com) Tel.: (55) 11 35098196
Gabriele Gonçalves (gabriele.goncalves@tmf-group.com) Tel.: (55) 11 35098470]

Re: Contrato de Administração de Contas Oneradas, datado de _____ 200_, (o "Contrato") celebrado entre (nome da Companhia), (a "Companhia"), e o TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., na qualidade de agente depositário (o "Agente Depositário").

Prezado Sr (a):

Nos termos do Contrato, solicitamos que V. Sas. efetue o investimento do valor de R\$ [-] ([-]), saldo existente na Conta Vinculada mediante débito em referida conta, no seguinte Investimento Permitido:

Todos as palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula e não aqui definidas, deverão ter os significados a elas atribuídas no Contrato e nos demais Documentos da Cessão Fiduciária.

Esclarecemos que a presente instrução é vinculante e permanecerá em vigor até que uma nova instrução de investimento seja enviada, por escrito, à TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável [TMF]

Nome do Responsável

Cargo

E/OU

Assinatura do Responsável [REPRESENTANTE DO CREDOR]

Nome do Responsável

Cargo]

Anexo VI
Instrução de Liquidação e Resgate

[-] de [-] de [-]

À

[TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.
Alameda Caiapós, 243, 2º andar, Conjunto I, Sala CAC, Centro
Empresarial Tamboré
06460-110 Barueri/São Paulo
Att.: Client´s Service
Danilo Oliveira (danilo.oliveira@tmf-group.com) Tel.: (55) 11 35098196
Gabriele Gonçalves (gabriele.goncalves@tmf-group.com) Tel.: (55) 11 35098470]

Re: Contrato de Administração de Contas Oneradas, datado de _____ 200_, (o "Contrato") celebrado entre (nome da Companhia), (a "Companhia"), e o TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., na qualidade de agente depositário (o "Agente Depositário").

Prezado Sr (a):

Nos termos do Contrato, solicitamos que V. Sa. efetue o resgate do valor R\$ [-] existente no Investimento Permitido [-], CNPJ [-], Banco [-], nº [-], Ag. nº [-], Conta Corrente nº [-].

Todos as palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula e não aqui definidas, deverão ter os significados a elas atribuídas no Contrato e nos demais Documentos da Cessão Fiduciária.

Esclarecemos que a presente instrução é vinculante e permanecerá em vigor até que uma nova instrução de investimento seja enviada, por escrito, à TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável [TMF]

Nome do Responsável
Cargo

E/OU

Assinatura do Responsável [REPRESENTANTE DO CREDOR]

Nome do Responsável
Cargo]

Anexo VII
Investimentos Permitidos

Nos termos dos Documentos da Cessão Fiduciária, os Recursos disponíveis na Conta Vinculada poderão ser investidos em cotas de fundos de investimentos administrados pelo Agente Depositário, de curto prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima, e observado o disposto na alínea "iii" da cláusula 2.3 do presente Contrato.

Anexo VIII
Pessoas Autorizadas Representante do Credor

NOME	RG/CPF	TELEFONE	E-MAIL	ENDEREÇO	ASSINATURA
Matheus Gomes Faria	0115418741 / 058.133.117-69	(11) 3090-0447	servicos@pavarini.com.br	Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi Cep 04534-002, São Paulo - SP	
Pedro Paulo Farne D'Amoed Fernandes de Oliveira	25.725.590-1 / 060.883.727-02	(11) 3090-0447	servicos@pavarini.com.br	Rua Joaquim Floriano 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi Cep 04534-002, São Paulo - SP	

Pessoas Autorizadas Devedora Fiduciante

NOME	RG/CPF	TELEFONE	E-MAIL	ENDEREÇO	ASSINATURA
Gustavo Henrique Simões dos Santos	25.935.861-7 / 281.424.408-65	(11) 3509-1113	gsantos@renovaenergia.com.br	Avenida Roque Petroni Junior, 850, Andar 14 Edifício Jaceru, Jardim das Acácias. CEP 04707-000, São Paulo – SP	
Marcelo José Milliet	8.883.424-4 / 038.613.428-63	(11) 3509-1100	mmilliet@renovaenergia.com.br	Avenida Roque Petroni Junior, 850, Andar 14 Edifício Jaceru, Jardim das Acácias. CEP 04707-000, São Paulo – SP	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRE DE VIVO RODRIGUEZ DRUMON e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 18/12/2020 às 00:01, sob o número WJMJ20420055320. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1103257-54.2019.8.26.0100 e código A3998BE.

Anexo IX
Proposta Comercial e Remuneração da TMF



Global reach
Local knowledge

PROPOSTA DE SERVIÇOS

Administrador de Contas Vinculadas

17/09/2020

Aos cuidados de: Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar – Chipley Participações S.A. – em
Recuperação Judicial



tmf-group.com



Sumário

1.	ESCOPO DO TRABALHO	4
2.	EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	5
3.	COMPENSAÇÃO DO ADMINISTRADOR	6
3.1	Compensação	6
3.2	Premissas	6
3.3	Notas	7
3.4	Outras informações	8
4.	OUTRAS DESPESAS	9
4.1	Terceiros	9
4.2	Atividades adicionais	9
5.	TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS	10

DS

DS
RAg

DS
MJM



ESTRITAMENTE CONFIDENCIAL

Chiplew Participações S.A. – em Recuperação Judicial

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Diretor Executivo de Finanças e
Desenvolvimento de Novos Negócios
raguiar@renovaenergia.com.br

Caro Rodrigo,

A TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("TMF") tem o prazer de apresentar à Quadra Capital a seguinte proposta para atuar como Administrador de Conta Vinculada para suportar uma transação de crédito. A conta será estabelecida junto ao nosso parceiro, Banco BNP Paribas, e os recursos gerenciados exclusivamente pela TMF e em conformidade com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Contas Vinculadas.

DS

DS
RAg

DS
MJM



1. ESCOPO DO TRABALHO

A TMF atuará como Administrador de Conta Vinculada em conexão com o Contrato de Administração de Contas Vinculadas celebrado entre as Partes Contratantes e a TMF. Para esta função, o Administrador revisará e assinará os contratos, realizará liberações, retenções e investimentos das contas vinculadas e não poderá agir isoladamente ou discricionariamente, estando suas funções claramente definidas nos documentos da transação. Para esta transação, a TMF trabalhará em conjunto com o Banco BNP Paribas, instituição junto a qual a(s) conta(s) vinculada(s) e os investimentos, caso aplicável, serão estabelecidos.

Detalhes da Operação

- Detentor da Conta Vinculada: Chipley Participações S.A. – em Recuperação Judicial
- Valor do Depósito: entre R\$ 100MM e R\$ 150MM/Semestre
- Natureza dos Créditos: Dividendos a serem recebidos pela emissora
- Prazo: 10 anos
- Partes Contratantes: a ser definido
- Quantidade de Contas: 1
- Estimativa para conclusão da operação: a ser definido

DS

DS
RA

DS
MJM



2. EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

A TMF reconhece e aceita que seus deveres, direitos e obrigações serão os estabelecidos na documentação mutuamente aceitável firmada entre a TMF e as demais partes da transação em conexão com o Contrato de Administração de Conta Vinculada.

O Cliente concorda em reembolsar a TMF por qualquer despesa razoável e documentada (incluindo, sem limitação, honorários de consultores jurídicos) que possa ser incorrida por ela em conexão com contratos que estejam fora do padrão de mercado, independentemente de as operações aqui contempladas serem ou não consumadas.

Todos os pagamentos devidos nos termos desta carta de compromisso devem ser feitos em Reais, livres e desembaraçados de qualquer compensação, sinistros ou impostos aplicáveis (com apropriação de dedução ou retenção). Se o imposto retido na fonte for aplicável, o Cliente fornecerá à TMF uma cópia original ou autenticada do recibo fiscal.

DS

DS
RA8

DS
MJM



3. COMPENSAÇÃO DO ADMINISTRADOR

3.1 Compensação

Para suas funções como Administrador de Conta Vinculada, a TMF será remunerada conforme segue:

- Taxa Inicial no valor de R\$ 12.500 (doze mil e quinhentos reais), paga quando da assinatura dos documentos da operação;
- Taxa Anual de administração e manutenção no valor de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), devida antecipadamente quando da assinatura dos documentos da operação e anualmente a cada data de aniversário da transação.

3.2 Premissas

- a. Havendo a necessidade de o Administrador executar atividades além daquelas estabelecidas neste documento, serão cobrados valores adicionais condizentes com a atividade; tais valores serão aplicados após aceitação formal do Cliente;
- b. A Taxa Anual considera a abertura e administração de 1 (uma) conta vinculada;
- c. A Taxa Anual considera até 1 liberação/mês;
- d. Todos os investimentos do saldo da Conta Vinculada serão realizados em fundos de renda fixa;
- e. A TMF não é responsável pela preparação e adequação dos contratos, sendo atribuição do cliente/assessor legal adaptar o Contrato Padrão TMF às características da transação;
- f. Os valores acima assumem a utilização do Contrato Padrão de Administração de Contas Vinculadas da TMF;
- g. O processo de KYC para abertura da(s) conta(s) inicia-se após o recebimento da lista completa de documentos bem como de informações relacionadas ao fluxo dos recursos, e o aceite do Banco BNP Paribas poderá depender de documentos adicionais a serem solicitados durante o processo de análise. Estima-se que o processo completo demore entre 3 e 5 semanas;



- h. Nossos honorários baseiam-se em duas rodadas de revisão dos documentos da transação e na assinatura dos contratos entre 2 semanas e 45 dias;
- i. A TMF se reserva o direito de cobrar a taxa inicial de cada função acima, acrescida do reembolso de taxas e custos associados a revisão dos contratos e processo de *due diligence*, caso a transação não se materialize no prazo informado no item “h” acima, tendo a TMF completado ou não a revisão do (s) contrato (s) e do processo de KYC;
- j. Os contratos revisados e aprovados pelas partes serão assinados pela TMF somente após a conclusão do processo de KYC junto à TMF e ao Banco BNP Paribas;

3.3 Notas

- a. KYC trata-se do processo *Know Your Client*, análise de Compliance e Cadastro das partes envolvidas nos contratos para até 4 partes;
- b. A taxa de inclusão de novas partes e KYC será de R\$ 500 por parte;
- c. Para novas contas, será adicionado ao valor vigente da Taxa Anual descrita acima o valor mínimo de R\$ 20.000 (vinte mil reais) por conta, dependendo da complexidade de sua administração;
- d. A TMF submeterá o valor dos honorários dos consultores jurídicos externos para aprovação do Cliente para a revisão de contratos caso o modelo padrão oferecido pela TMF não seja utilizado ou caso as modificações a ele sejam substanciais;
- e. Os valores acima não incluem os serviços de cobrança bancária (Boletos);
- f. Aditamentos aos contratos serão cobrados conforme a complexidade do documento, observando um valor mínimo de R\$ 2.500/documento;
- g. Os valores acima poderão ser modificados caso os termos e condições da transação sejam modificados e serão submetidos ao Cliente para aprovação;
- h. Os honorários da TMF aqui descritos não incluem impostos brasileiros e outras taxas e despesas, tais como, sem limitação, advogados, notários e/ou consultores caso aplicáveis;
- i. Os valores mantidos em Conta Vinculada serão investidos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco BNP Paribas;
- j. Caso o tempo efetivo gasto pelos profissionais exceda o tempo básico previsto nas taxas apresentadas acima, tanto para a implementação quanto para a prestação de serviços após a assinatura dos documentos da operação, taxas

DS

DS
RA

DS
MJM



adicionais poderão (a critério do Administrador) ser cobradas de acordo com as horas despendidas por cada profissional. A tabela de horas atualmente varia de R\$ 350 à R\$1.200 dependendo da senioridade do profissional envolvido e tais valores poderão ser revistos de tempos em tempos;

- k. A partir do primeiro aniversário, todos os valores desta proposta serão reajustados a cada data de aniversário pela variação positiva do IGPM.

3.4 Outras informações

A remuneração acima descrita será paga em Reais em conta bancária indicada na fatura a ser encaminhada pelo Administrador de Contas Vinculadas.

A aceitação definitiva da nomeação da TMF para atuar como Administrador está sujeita às seguintes condições: (i) a aprovação interna da transação pela TMF, (ii) o cumprimento, pelas partes, dos requisitos das políticas de *Know Your Client*, Anti-Lavagem de Dinheiro e Lei de Conformidade de Impostos de Conta Estrangeira da TMF e do Banco BNP Paribas.

O processo de KYC é realizado no início da operação para a identificação e análise do cliente, análise da operação, cadastro e abertura de contas vinculadas. O processo de KYC, no entanto, é contínuo e requer atualizações de tempos em tempos. Ao assinar esta proposta, o Cliente aceita e concorda em apresentar à TMF as atualizações societárias sempre que as mesmas ocorrerem e entregar as atualizações requeridas por cada instituição sempre que necessário.

DS

DS
RA

DS
MJM



4. OUTRAS DESPESAS

4.1 Terceiros

Os honorários a serem incorridos com relação à participação de terceiros como advogados externos, notários e / ou assessores fiscais externos que a TMF venha a reter, conforme o caso, serão cotados separadamente, quando e se necessário. O Cliente concorda que a TMF não terá nenhuma responsabilidade por estes prestadores de serviços e que a cobrança de tais honorários será encaminhada diretamente ao Cliente.

4.2 Atividades adicionais

Serviços extraordinários, que não fazem parte do escopo desta proposta, serão cobrados de acordo com as horas efetivamente trabalhadas, com base no valor da hora de cada categoria profissional envolvida. Estas informações serão disponibilizadas mediante solicitação do cliente, e de acordo com a tabela vigente à época da realização dos serviços.

DS

DS
RA8

DS
MJM



5. TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais serão aplicáveis a todos os acordos nos termos dos quais a TMF presta serviços e fazem parte desta carta de compromisso.

Esta proposta é válida por 30 dias, contando da data de sua emissão.

Se os termos estabelecidos nesta carta de compromisso forem satisfatórios, devolva uma cópia deste documento assinada.

Atenciosamente,

TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.

Cliente

Nome: *Karla Fernandes*

Cargo: *Head of Capital Markets Services Brasil*

Data: *24/09/2020*

DocuSigned by:
Marcelo José Milliet
9C8C84BF64D241D...

DocuSigned by:
Gustavo Henrique
EE35339DC2C8476...

Nome:
Marcelo José Milliet

Gustavo Henrique

Cargo:
Diretor Presidente

Diretor

Data:
10/2/2020

10/2/2020

DS
RAg



Esta proposta é válida por 30 dias.

Contato

Karla Fernandes

Capital Markets Services Managing Director

E-mail: karla.fernandes@tmf-group.com

Phone: 55 11 3509 8336/55 11 94368-3592
(mobile)

Alameda Caiapós, 243 – Centro Empresarial
Tamboré 06460-110
Barueri/SP – Brasil

Anexo X
Modelo de Procuração – Devedora Fiduciante

Por meio desta Procuração, **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, CEP 04707-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34 (doravante denominada simplesmente “Outorgante”), constitui e nomeia, em caráter irrevogável, a **TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**, sociedade limitada constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Caipós, nº 243, Térreo, inscrita no CNPJ sob o nº 23.103.490/0001-57 (“Outorgado”), como seu procurador para, em seu nome e nos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo relativos ao Contrato de Depósito a ser celebrado entre a TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda, o Outorgado e o Agente Depositário (conforme definido na Cédula), nos termos do art. 654 do Código Civil Brasileiro e em estrita observância aos Documentos da Cessão Fiduciária:

- adquirir, vender e liquidar Investimentos Permitidos, desde que autorizado previamente pelo Representante do Credor, conforme previsto no Contrato de Depósito;
- receber, investir, sacar e transferir recursos, conforme previsto no Contrato e no Contrato de Depósito;
- representar as Outorgantes perante o Agente Depositário para praticar todos os atos necessários e a elas relacionados, podendo para tanto representar os Outorgantes junto ao Agente Depositário ou instituição financeira responsável perante o Banco Central do Brasil, qualquer banco ou instituição financeira no Brasil e qualquer outra autoridade brasileira;
- praticar qualquer outro ato que venha a ser exigido do Representante do Credor com relação aos atos acima mencionados e nos limites do Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas;
- tomar todas as medidas e assinar qualquer instrumento perante qualquer autoridade para os fins deste instrumento; e
- assinar, apresentar e formalizar qualquer documento, praticar qualquer ato-ou tomar qualquer outra providência que possa ser necessária para os fins deste instrumento.

As Outorgantes comprometem-se neste ato a ratificar qualquer ato que o Outorgado tenha praticado em virtude dos poderes outorgados por esta Procuração, desde que este tenha sido realizado em estrita observância aos Documentos da Cessão Fiduciária e ao Contrato de Administração de Contas.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pelas Outorgantes ao Outorgado nos termos do Contrato de Depósito ou de qualquer outro documento e não anulam nem revogam tais poderes. O exercício deste Mandato está condicionado aos direitos, prerrogativas e limitações expressamente descritos em cada um dos Documentos da Cessão Fiduciária.

Esta procuração é outorgada em cumprimento das disposições da Cláusula 10.1 do "Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Onerados", celebrado em [-], entre Outorgantes e Outorgados. ("Contrato de Administração de Contas"), de acordo com o Artigo 684 do Código Civil, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz (i) até a resolução do Contrato de Administração de Contas ou (ii) no caso de o Outorgado renunciar ou ser destituído nos termos do Contrato de Administração de Contas, até a outorga de poderes idênticos ao sucessor nos termos do Contrato de Administração de Contas (conforme alterado e/ou consolidado) ou qualquer contrato que substitua tal contrato, por meio de uma nova procuração a ser outorgada pela Outorgante.

Quaisquer termos que não tenham sido expressamente definidos aqui deverão ser lidos e interpretados de acordo com o Contrato de Administração de Contas.

Esta Procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Anexo X
Modelo de Procuração – Representante do Credor

Por meio desta Procuração, **PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, sala 1.401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ sob o nº 34.061.232/0001, neste ato representada na forma de seu contrato social (doravante denominada simplesmente "Outorgante"), constitui e nomeia, em caráter irrevogável, a **TMF BRASIL ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.**, sociedade limitada constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Caipós, nº 243, Térreo, inscrita no CNPJ sob o nº 23.103.490/0001-57 ("Outorgado"), como seu procurador para, em seu nome e nos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo relativos ao Contrato de Depósito a ser celebrado entre a TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda, o Outorgado e o Agente Depositário (conforme definido na Cédula), nos termos do art. 654 do Código Civil Brasileiro e em estrita observância aos Documentos da Cessão Fiduciária:

- adquirir, vender e liquidar Investimentos Permitidos, desde que autorizado previamente pelo Representante do Credor, conforme previsto no Contrato de Depósito;
- receber, investir, sacar e transferir recursos, conforme previsto no Contrato e no Contrato de Depósito;
- representar as Outorgantes perante o Agente Depositário para praticar todos os atos necessários e a elas relacionados, podendo para tanto representar os Outorgantes junto ao Agente Depositário ou instituição financeira responsável perante o Banco Central do Brasil, qualquer banco ou instituição financeira no Brasil e qualquer outra autoridade brasileira;
- praticar qualquer outro ato que venha a ser exigido do Representante do Credor com relação aos atos acima mencionados e nos limites do Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Oneradas;
- tomar todas as medidas e assinar qualquer instrumento perante qualquer autoridade para os fins deste instrumento; e
- assinar, apresentar e formalizar qualquer documento, praticar qualquer ato-ou tomar qualquer outra providência que possa ser necessária para os fins deste instrumento.

As Outorgantes comprometem-se neste ato a ratificar qualquer ato que o Outorgado tenha praticado em virtude dos poderes outorgados por esta Procuração, desde que este tenha sido realizado em estrita observância aos Documentos da Cessão Fiduciária e ao Contrato de Administração de Contas.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pelas Outorgantes ao Outorgado nos termos do Contrato de Depósito ou de qualquer outro documento e não anulam nem revogam tais poderes. O exercício deste Mandato está condicionado aos direitos, prerrogativas e limitações expressamente descritos em cada um dos Documentos da Cessão Fiduciária.

Esta procuração é outorgada em cumprimento das disposições da Cláusula 10.1 do "Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas Onerados", celebrado em [-], entre Outorgantes e Outorgados. ("Contrato de Administração de Contas"), de acordo com o Artigo 684 do Código Civil, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz (i) até a resolução do Contrato de Administração de Contas ou (ii) no caso de o Outorgado renunciar ou ser destituído nos termos do Contrato de Administração de Contas, até a outorga de poderes idênticos ao sucessor nos termos do Contrato de Administração de Contas (conforme alterado e/ou consolidado) ou qualquer contrato que substitua tal contrato, por meio de uma nova procuração a ser outorgada pela Outorgante.

Quaisquer termos que não tenham sido expressamente definidos aqui deverão ser lidos e interpretados de acordo com o Contrato de Administração de Contas.

Esta Procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÃO

Pelo presente "Contrato de Prestação de Serviços de Representação" ("Contrato"):

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, São Paulo/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.643.213/0001-34, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Contratante**");

PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 466, sala 1.401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.061.232/0001-71, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("**Contratada**"); e

QI SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A., instituição financeira, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2391, 1º andar, cj 12, sala A, Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.402.502/0001-35, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Credor**").

Considerando que:

- (a) a **Contratante**, a **RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Renova") e a **RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Renovapar") e, em conjunto com a Contratante e a Renova, as "Tomadoras", encontram-se em recuperação judicial junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em processo autuado sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 ("Recuperação Judicial");
- (b) em 6 de julho de 2020, as Tomadoras e outras empresas em recuperação judicial do Grupo Renova, protocolaram minutas do plano de recuperação judicial nos autos da Recuperação Judicial (conforme venha a ser ajustado e aditado, o "Plano de Recuperação Judicial");
- (c) a QUADRA GESTÃO DE RECURSOS LTDA., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.707.098/0001-14 ("Quadra"), manifestou interesse em estruturar a operação de financiamento para captação de recursos na modalidade de *Debtor in Possession* ("Operação"), com a finalidade de viabilizar a conclusão de determinados projetos das Tomadoras, garantir a continuidade dos seus negócios e satisfazer suas obrigações junto aos seus credores;
- (d) as Tomadoras e a Quadra assinaram, em 12 de setembro de 2020, documento denominado "Memorando de Entendimentos e Acordo de Exclusividade para Investimento em Operação de Captação de Recursos na Modalidade *Debtor in Possession*", que estabelece as condições gerais e preliminares da Operação ("Memorando");
- (e) a QI SCD é uma sociedade de crédito direto e, nos termos do artigo 6º da Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018 e que foi contratada para atuar como veículo de emissão da



CCB para subsequente cessão da CCB a um terceiro, por meio de instrumento jurídico de endosso e cessão;

- (f) a **Contratante** pretende emitir a Cédula de Crédito Bancário nº 2012170695/CSP ("**CCB**"), em favor da QI SCD, na qualidade de **Credor** para subsequente cessão a um terceiro que assumirá automaticamente a posição de "Credor" para os fins do presente Contrato que, em conjunto com o "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("**Contrato de Cessão Fiduciária**"), o "**Termo de Obrigações**", o "**Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças**" ("**Contrato de Administração de Contas**") e o "**Contrato de Depósito**", representam o "**Empréstimo Ponte DIP**", para fins do Plano de Recuperação Judicial e, em conjunto com o instrumento jurídico referido no *Considerando* (e) acima, serão denominados, para fins deste Contrato, os "**Documentos da Operação**"; e
- (g) o crédito devido pela **Contratante** ao **Credor**, decorrente da CCB, será garantido pelo Aval da Renova e da Renovapar, bem como pela cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme estabelecida no Contrato de Cessão Fiduciária;

Resolvem celebrar o presente Contrato, nos termos e condições aqui dispostos, sendo a **Contratante**, a **Contratada** e o **Credor**, quando em conjunto, denominados como "**Partes**" e, individualmente, como "**Parte**".

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços pela **Contratada**, com a função precípua de representar os interesses do **Credor** perante a **Contratante** e perante terceiros, nos termos previstos nos Documentos da Operação, para o que outorga o **Credor** à **Contratada** os necessários poderes, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683 e 684 Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1. Sem prejuízo do previsto nos Documentos da Operação e das disposições legais e normativas em vigor, são obrigações da **Contratada**:
- (a) representar os interesses do **Credor** perante a **Contratante**, na forma estabelecida nos Documentos da Operação e agindo como mandatária;
 - (b) autorizar, quando requerido, movimentações financeiras, necessárias à liquidação da dívida da **Contratante** junto ao **Credor**, decorrente da CCB, incluindo instruções ao Agente Administrador de Contas Oneradas para debitar e transferir recursos entre as contas identificadas no Contrato de Administração de Contas, conforme detalhado e nos limites e condições previstos nos Documentos da Operação.
- 2.2. Salvo se expressamente previstos nos Documentos da Operação, os atos atribuídos à **Contratada** deverão sempre depender de prévia orientação por escrito do **Credor**. Em nenhuma hipótese, a **Contratada** poderá agir de forma meramente discricionária ou mediante instrução da **Contratante**, ou de forma diversa do previsto nos Documentos da Operação ainda que por orientação do **Credor**.



- 2.3.** Em caso de dúvida ou incerteza da **Contratada** com relação ao desempenho de suas funções e atribuições, esta deverá consultar prontamente o **Credor**, deixando de praticar qualquer ato até que tenha recebido o necessário esclarecimento, devendo em qualquer caso limitar a sua atuação às disposições previstas nos Documentos da Operação.
- 2.4.** A **Contratada** não será obrigada a realizar qualquer verificação de veracidade ou autenticidade das informações e documentos recebidos, sendo certo que a referida disposição não a exime de agir de forma diligente no recebimento de qualquer informação ou documento, de forma a sempre dar efetivo cumprimento aos Documentos da Operação.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CREDOR

- 3.1.** Sem prejuízo do previsto nos Documentos da Operação e das disposições legais e normativas em vigor, são obrigações da **Contratante**:
- (a) efetuar, pontualmente, o pagamento da remuneração da **Contratada**, bem como o reembolso das despesas incorridas por esta no exercício de suas funções, nos termos das Cláusulas Quarta e Quinta deste Contrato; e
 - (b) prestar todas as informações e encaminhar os documentos solicitados pela **Contratada**, em tempo hábil para o regular cumprimento de suas obrigações.
- 3.2.** Sem prejuízo do previsto nos Documentos da Operação e das disposições legais e normativas em vigor, são obrigações do **Credor**:
- (a) encaminhar à **Contratada** todas as informações, documentos e orientações solicitados, necessários à regular prestação do serviço ora contratado, em tempo hábil para o regular cumprimento de suas obrigações;
 - (b) encaminhar à **Contratada** todas as comunicações recebidas, que tenham relação com o escopo dos serviços ora contratados, e que não tenham sido regularmente enviadas com cópia à **Contratada**, em até 1 (um) Dia Útil do seu recebimento; e
 - (c) não praticar qualquer ato ou instruir, induzir ou sugerir à **Contratada** de forma diversa ou em infração às disposições previstas nos Documentos da Operação e às disposições legais.

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

- 4.1.** A título de remuneração pelos serviços prestados, serão devidos honorários à **Contratada**, a serem pagos exclusivamente pela **Contratante**, da seguinte forma:
- **Parcelas semestrais** no valor de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)** cada, sendo o primeiro pagamento devido até o 10º (décimo) Dia Útil após a assinatura deste Contrato, e as demais parcelas sempre no dia 25 (vinte e cinco) do sexto mês, imediatamente subsequente ao do mês do pagamento anterior.
- 4.1.1.** Ainda que a operação não seja liquidada, será devido à **Contratada** o valor correspondente ao somatório de 2 (duas) parcelas semestrais, no valor individual acima indicado, referentes ao primeiro ano da operação, a título de implantação.
- 4.1.2.** Serão devidos, ainda, honorários adicionais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem, nas seguintes hipóteses:



- (a) Participação em reuniões, presenciais ou virtuais, e conferências telefônicas, durante a manutenção dos serviços;
- (b) Implementação de eventuais decisões tomadas nos eventos referidos no item "a" acima;
- (c) Atuação em eventual execução, judicial ou extrajudicial, da garantia; e
- (d) Atendimento às solicitações e atuação em situações extraordinárias, não previstas neste Contrato ou nos Documentos da Operação.

4.2. Os honorários e demais valores devidos à **Contratada**, nos termos deste Contrato, serão atualizados, anualmente, com base na variação percentual acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPC-A), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*, se necessário.

4.3. A remuneração da **Contratada** será acrescida de:

- (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS);
- (ii) Programa de Integração Social (PIS);
- (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e
- (iv) Quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração da **Contratada**, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida à **Contratada**, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPC-A, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

4.5. Os honorários e demais pagamentos, inclusive as despesas da **Contratada**, se aplicáveis, serão devidos mesmo após o vencimento final da Cédula, caso a **Contratada** ainda esteja, de alguma forma, prestando os serviços aqui contratados.

4.6. As Notas Fiscais serão enviadas à **Contratante**, para a realização dos pagamentos aqui previstos, sempre no dia 1º (primeiro) do mês de pagamento, ou no 1º (primeiro) Dia Útil do referido mês, caso o envio coincida com um sábado, domingo ou feriado nacional. Na ocorrência de atraso no envio da Nota Fiscal à **Contratante**, por parte da **Contratada**, o prazo para pagamento convencionado no item 4.1 acima será prorrogado por período idêntico ao do respectivo atraso, sem qualquer ônus para a **Contratante**.

CLÁUSULA QUINTA – DESPESAS DA CONTRATADA



- 5.1.** A remuneração da **Contratada**, conforme disposto na Cláusula Quarta, não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício das funções ora contratadas, durante a implantação e vigência do serviço, incluindo mas não se limitando a: envio de correspondências, como notificações e documentos; extração de certidões, fotocópias e digitalizações; despesas cartorárias; viagens, alimentação e estadia, fora da cidade de São Paulo; despesas com especialistas tais como auditoria, fiscalização e/ou assessoria legal; atos preparatórios, despesas judiciais ou extrajudiciais, que serão de integral e exclusiva responsabilidade da **Contratante**, a qual permanecerá obrigada ao reembolso das referidas despesas, desde que devidamente comprovadas, mesmo após o término deste Contrato ("Despesas da Contratada").
- 5.2.** As Despesas da **Contratada**, que ultrapassem o valor individual ou, em cada mês, o valor total acumulado de R\$ 1.000,00 (um mil reais), deverão ser previamente aprovadas pela **Contratante**, desde que relacionadas ao exercício das funções ora contratadas, e arcadas por esta mediante o pagamento das respectivas cobranças emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso à **Contratada**, mediante apresentação das Notas Fiscais, acompanhadas dos respectivos comprovantes.
- 5.3.** Todos os valores devidos pela **Contratante** a título de reembolso, nos termos desta Cláusula, deverão ser quitados, em regra, em até 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal enviada pela **Contratada**.

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE

6.1. A **Contratada**:

- (a) Não terá deveres ou responsabilidades perante as demais Partes ou terceiros, salvo aqueles expressamente previstos nos Documentos da Operação, neste Contrato, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis em vigor;
- (b) Não será responsável pela suficiência, existência, qualidade, validade, conteúdo ou possibilidade de cobrança das garantias constituídas no âmbito da Operação;
- (c) Não será responsável por qualquer declaração prestada pelas demais Partes ou por valores devidos por estas no âmbito da Operação;
- (d) Somente responderá perante as demais Partes pelos prejuízos e danos que, comprovadamente, vier a lhes causar, decorrentes do exercício de suas funções inclusive com culpa ou dolo; e
- (e) Não será responsabilizada caso, por força maior ou decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

- 7.1.** O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá produzindo efeitos até a total satisfação das obrigações assumidas pela **Contratante**, no âmbito dos Documentos da Operação, conforme aplicável.



- 7.2.** Com o fim da vigência, na forma prevista no item 7.1 acima, este Contrato ficará terminado de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, de caráter judicial ou extrajudicial.
- 7.3.** É facultado a qualquer uma das Partes rescindir o presente Contrato mediante notificação prévia às demais, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS E DECLARAÇÕES

- 8.1.** Confidencialidade: As Partes comprometem-se a tratar com sigilo e confidencialidade os documentos, segredos de negócio e informações que tenham acesso em razão do presente Contrato e que não sejam de domínio público, salvo se comprovadamente já conhecidas antes do início da vigência deste Contrato ou cuja revelação seja obrigatória por força da legislação vigente, ordem judicial, autoridade fiscalizadora ou pela elaboração de relatórios relativos ao escopo dos serviços prestados, devendo tal divulgação ser comunicada imediatamente às demais. A inobservância do disposto nesta Cláusula estará sujeita às sanções legais cabíveis, podendo a Parte infratora e quem mais tiver dado causa à violação, ser responsabilizada no âmbito civil e criminal, mediante decisão transitada em julgado.
- 8.2.** Anticorrupção e Lavagem de Dinheiro: As Partes declaram expressamente que conhecem e cumprem as disposições legais, normativas e regulamentares vigentes, relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública, prevenção e combate às atividades relacionadas aos crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, assim como adotam procedimentos internos de auditoria e incentivo à denúncia de condutas descritas nas referidas disposições. Obrigam-se, ainda, a dar pleno conhecimento do teor da matéria e legislação aplicável, relacionadas às referidas matérias, a todos os seus empregados, prepostos e terceiros que atuem de qualquer forma na execução dos serviços ora contratados.
- 8.2.1. As Partes se comprometem em não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste instrumento, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir que administradores ou empregados não o façam. A **Contratada** declara que possui código de ética e segue estritamente seus termos e suas disposições.
- 8.3.** Proteção de dados pessoais: As Partes comprometem-se a observar a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados), quanto ao tratamento de dados pessoais na execução do presente Contrato, responsabilizando-se cada Parte pelo uso indevido que fizer de tais dados, em desacordo com tal legislação. As Partes, ainda, somente poderão tratar os dados pessoais recebidos exclusivamente para cumprir com as finalidades relacionadas à execução do objeto deste Contrato, conforme o caso, devendo adotar todas as medidas necessárias para garantir o sigilo e segurança da informação. Qualquer suspeita ou ocorrência de incidente no tratamento de dados deverá ser imediatamente comunicado às demais Partes, para que sejam adotadas as medidas necessárias.



- 8.4.** Comunicação: todas as comunicações entre as Partes acerca do presente Contrato deverão ser feitas por escrito, por e-mail ou encaminhadas para os seguintes endereços:

CONTRATANTE:

Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, São Paulo/SP
CEP 04707-000
At. Gustavo Henrique Simões dos Santos
E-mail: gsantos@renovaenergia.com.br
Tel: (11) 3509-1113

CONTRATADA:

Rua Joaquim Floriano nº 466, bloco B, sala 1401, Itaim Bibi, São Paulo – SP
CEP 04534-002
At. Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo F. A. F. de Oliveira
E-mail: servicos@pavariniservicos.com.br
Tel: (11) 2165-2326

CREDOR:

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.391, 1º andar, conjunto 12, São Paulo/ SP
CEP 01452-000
At.: Marcelo Buosi
Telefone: (11) 2122-4014
E-mail: operacao@qitech.com.br

- 8.5.** Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados neste Contrato, e que não estejam de outra forma aqui definidos, são utilizados com os mesmos significados atribuídos a tais termos nos Documentos da Operação. Em caso de quaisquer conflitos entre os termos definidos ou regras de interpretação, previstos na Cédula e em quaisquer Documentos da Operação, inclusive neste Contrato, deverão prevalecer os termos definidos e regras de interpretação, previstos na Cédula.
- 8.6.** Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
- 8.7.** Este Contrato não pode, em hipótese alguma, ser cedido pela **Contratante** ou pela **Contratada**, total ou parcialmente, sem a anuência das demais Partes, podendo o **Credor** realizar a cessão mediante comunicação por escrito às demais Partes.
- 8.8.** A tolerância de uma das Partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra não significará renúncia aos direitos de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.
- 8.9.** Nenhuma das Partes será considerada em mora ou inadimplente se o atraso ou descumprimento se der em virtude de caso fortuito ou força maior, na forma estabelecida no Código Civil.



- 8.10.** As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores e cessionários, a qualquer título, ao seu fiel e pontual cumprimento.
- 8.11.** As Partes reconhecem o presente Contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784 III da Lei 13.105/2015.
- 8.12.** Este Contrato não criará qualquer vínculo entre as Partes, sendo estas plenamente independentes, do ponto de vista empregatício, comercial e societário.
- 8.13.** Este Contrato constitui todo o entendimento e acordo entre as Partes e substitui todas as garantias, condições, promessas, declarações, contratos e acordos verbais ou escritos, anteriores sobre o objeto deste Contrato.
- 8.14.** Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecurável, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.
- 8.15.** As Partes elegem e aceitam como meio legítimo, eficaz e válido de celebração deste Contrato, bem como de eventuais aditamentos que dele derivarem, para todos os fins e efeitos, nos termos do art. 10 parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do artigo 6º do Decreto 10.278/2020, o sistema de formalização e assinatura de contratos eletrônicos pela plataforma da DocuSign (www.docusign.com), reconhecendo que tal formalização eletrônica em nada prejudica sua validade, exequibilidade e caracterização como título executivo extrajudicial, sendo as assinaturas eletrônicas consideradas válidas, vinculantes e exequíveis, desde que firmadas pelos representantes legais das Partes e a partir do momento em que todas as Partes tiverem assinado eletronicamente este Contrato através da plataforma Docusign. As Partes renunciaram expressamente ao direito de recusar ou contestar a validade do mecanismo previsto nesta Cláusula, na medida permitida pela legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

- 9.1.** Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
- 9.2.** As Partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios originários deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

São Paulo, 17 de Dezembro de 2020.



(página de assinaturas a seguir)

(restante da página intencionalmente deixado em branco)



Página de assinaturas do Contrato de Prestação de Serviços de Representação, celebrado entre a Chipley SP Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, a Pavarini Serviços Especializados Ltda, e a QI SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A., em 17 de Dezembro de 2020.

<p>DocuSigned by:</p> <p></p> <p>Assinado por: GUSTAVO HENRIQUE SIMOES DOS SANTOS CPF: 28142440865 Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 16:21:41 PST</p> <p></p>	<p>DocuSigned by:</p> <p></p> <p>Assinado por: MARCELO JOSE MILLIET:03861342863 CPF: 03861342863 Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 16:21:23 PST</p> <p></p>
<p>CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL</p>	
<p>DocuSigned by:</p> <p></p> <p>Assinado por: MATHEUS GOMES FARIA:05813311769 CPF: 05813311769 Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 16:27:23 PST</p> <p></p>	<p>DocuSigned by:</p> <p></p> <p>Assinado por: MARCELO BUOSI MARTINS:38026119851 CPF: 38026119851 Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 16:50:11 PST</p> <p></p>
<p>PAVARINI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.</p>	
<p>DocuSigned by:</p> <p></p> <p>Assinado por: PEDRO HENRIQUE COURY MAC DOWELL:27438569802 CPF: 27438569802 Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 16:48:53 PST</p> <p></p>	<p>DocuSigned by:</p> <p></p> <p>Assinado por: MARCELO BUOSI MARTINS:38026119851 CPF: 38026119851 Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 16:50:11 PST</p> <p></p>
<p>QI SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.</p>	

Testemunhas:

1)

Signed By: RODRIGO CALDAS DE TOLEDO AGUIAR:08460055817
CPF: 08460055817
Signing Time: 17/12/2020 | 16:19:01 PST

Nome: _____
CPF: _____

2)

Assinado por: VICTOR GALLO OTOZATO:41866755897
CPF: 41866755897
Data/Hora da Assinatura: 17/12/2020 | 16:18:20 PST

Nome: _____
CPF: _____

ANEXO 7

Formalização da suspensão da eficácia da Garantia Fiduciária Chipley-CEMIG

Ilmo. Sr. Diretor Presidente
Marcelo José Milliet
RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar, Bairro Vila Gertrudes
São Paulo/ SP - CEP 04707-910

Nossa Referência: CV – 01810/2020

Data: 21/09/2020

Assunto: *Waiver* para a celebração de contrato de financiamento pelo Grupo Renova e substituição de garantias, sob condições suspensivas.

Prezado Presidente Marcelo

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") detém como garantias celebradas com o grupo Renova, dentre outras, a alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley SP Participações ("Chipley"), a propriedade fiduciária sobre 30% dos dividendos e juros sobre capital próprio originados da participação que a Renova Energia S.A. ("Renova") detém na Chipley, a cessão fiduciária sobre 30% de uma eventual venda da Chipley e, ainda, uma cessão fiduciária sobre as sobras do produto da excussão das garantias dos Contratos de Alienação Fiduciária das ações da Chipley, os quais foram outorgados mediante as celebrações dos instrumentos de garantias.

Em 28 de agosto de 2020, a Renova Energia S.A. ("Renova"), encaminhou à Cemig GT, correspondência na qual solicita formalmente à Cemig GT, na qualidade de credora, a autorização e liberação expressa (*waiver*) em relação ao DIP (Emissão ARC Capital ou Emissão Quadra), das seguintes transações (i) subordinação e suspensão dos direitos de excussão das Garantias CEMIG GT e de recebimento de quaisquer valores que eventualmente sejam ou venham a ser de direito da Chipley ou que venham a ser declarados e distribuídos pela Chipley à Renova, enquanto as Garantias da Emissão não tiverem sido distratadas ou a Emissão quitada integralmente pela Chipley; (ii) celebração pela Renova ou Chipley das Garantias da Emissão, (iii) celebração dos documentos definitivos de Emissão para a Emissão ARC Capital ou para a Emissão Quadra, conforme o caso, (iv) eventual excussão e/ou venda da participação integral da Chipley na Brasil PCH; e (v) suspensão do direito de retenção da CEMIG GT durante a vigência do DIP Emissão ARC Capital ou Emissão Quadra.

Esclareceu ainda que a solicitação do *waiver* contempla a autorização expressa da CEMIG GT para que eventuais dividendos declarados e pagos pela Chipley à Renova até o completo e integral pagamento e quitação do DIP (Emissão ARC Capital ou Emissão Quadra) sejam destinados ao BNDES, de modo que o BNDES possa receber o volume financeiro equivalente a 34,72% dos dividendos declarados e pagos pela Brasil PCH à Chipley, ainda que isso venha a representar a destinação de 100% dos dividendos efetivamente declarados e pagos pela Chipley à Renova.

Faz parte do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) do Grupo Renova a alienação, pela Chipley, de sua participação societária na Brasil PCH. Assim, para que a garantia da Cemig GT não seja impactada negativamente, a Renova propôs a substituição das Garantias CEMIG GT, relacionadas à Chipley, por uma Cessão Fiduciária sobre os direitos creditórios do sobejo obtido na venda das Sociedades do Alto Sertão III – Fase A, devendo esse sobejo ser interpretado como sendo o valor de venda deduzido dos passivos das Sociedades do Alto Sertão III – Fase A, incluindo aquelas com instituições financeiras, fornecedores e terceiros.

Assim, vimos pela presente correspondência, comunicar à Renova:

- 1) A aprovação, condicionada à homologação da aprovação do PRJ, do *Waiver* das garantias mencionado na proposta de DIP Emissão Quadra, que contempla solicitação da Renova para a subordinação das garantias da Cemig GT às garantias da Emissão em benefício do DIP Emissão Quadra, até o completo e integral pagamento e quitação, contemplando o que segue:
 - a) Subordinação e suspensão dos direitos de excussão das garantias da Cemig GT e de recebimento de quaisquer valores que eventualmente sejam ou venham a ser de direito da Chipley ou que venham a ser declarados pela Chipley à Renova, enquanto as garantias da do DIP Emissão Quadra não tiverem sido distratadas ou o DIP Emissão Quadra quitado integralmente pela Chipley;
 - b) Celebração pela Renova das garantias do DIP Emissão Quadra;
 - c) Celebração dos documentos definitivos de Emissão para o DIP Emissão Quadra;
 - d) Eventual excussão e/ou venda da participação integral da Chipley na Brasil PCH e suspensão do direito de retenção da Cemig GT durante a vigência do DIP Emissão Quadra;
 - e) Autorização da Cemig GT para que eventuais dividendos declarados e pagos pela Chipley à Renova até o completo e integral pagamento e quitação do DIP Emissão Quadra sejam destinados ao BNDES, de modo que o BNDES possa receber o volume financeiro equivalente à 34,72% dos dividendos declarados e pagos pela Brasil PCH à Chipley.

- 2) A aprovação, condicionada à homologação da aprovação do PRJ, a substituição das garantias constituídas para a Cemig GT, relacionadas à Chipley, por uma nova garantia de Cessão Fiduciária sobre os direitos creditórios do sobejo obtido na venda do Projeto Alto Sertão III – Fase A, a partir das seguintes condições precedentes (i) homologação judicial da aprovação do PRJ; e (ii) a efetiva venda da participação da Renova na Brasil PCH.

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica
22/09/2020 11:58 UTC
 *dimas costa*
25377744691
Dimas Costa

Dimas Costa
Diretoria Cemig Comercialização

Assinatura Eletrônica
21/09/2020 22:10 UTC
 *Eduardo Soares*
08517966805
Eduardo Soares

Eduardo Soares
Diretoria de Regulação e Jurídica

ANEXO 8**Agente de Monitoramento financeiro – lista pré-aprovada**

- (1) FTI Consulting**
- (2) Ernst & Young**
- (3) Deloitte**
- (4) Matos consultores**

ANEXO 9**Avaliador UPIs Projetos em Desenvolvimento – lista pré-aprovada**

- (1) Grupo Energia**
- (2) Afaplan**
- (3) Steag Energy Services**
- (4) Worley**

ANEXO 10

Mecânica de distribuição e utilização dos dividendos Chipley oriundos de dividendos da Brasil PCH, aplicável até a integral quitação das obrigações assumidas no Empréstimo Ponte DIP - Não sendo aplicável para a distribuição dos recursos provenientes da venda da UPI Brasil PCH

- 1) A Brasil PCH distribuirá e pagará regularmente dividendos em favor da Chipley;
- 2) A Chipley notificará a Brasil PCH para que a integralidade dos dividendos, sejam depositados numa Conta Centralizadora;
- 3) Um *Escrow Agent*, constituído para a gestão da Conta Centralizadora nos termos do Empréstimo Ponte DIP, se encarregará de dividir esses dividendos entre uma Conta Vinculada, e uma Conta de Livre Movimentação.
 - a) O valor a ser depositado na Conta Vinculada corresponderá a 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) do valor recebido pela Chipley;
 - b) O saldo remanescente será depositado na Conta de Livre Movimentação;
- 4) Os valores depositados na Conta Centralizadora, reduzidos das despesas financeiras, despesas e custos operacionais, recolhimento de tributos, atribuíveis exclusivamente à Chipley, servirão como base para o cálculo dos dividendos a serem declarados e distribuídos pela Chipley à Renova Energia, na forma do regramento previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
 - 4.1) A Chipley estará autorizada a captar exclusivamente o Empréstimo Ponte DIP previsto no Plano, não podendo, em nenhuma hipótese, as parcelas do serviço da respectiva dívida, incluindo juros, amortização e outros encargos, serem pagas com os recursos da Conta de Livre Movimentação, preenchida nos termos do item 3 (b).
 - 4.2) Na hipótese de os juros, amortização e outros encargos relativos ao Empréstimo Ponte DIP excederem o saldo de recursos depositado na Conta Vinculada prevista no item 3 (a), a Renova Energia se obriga a transferir à Chipley recursos equivalentes a tal diferença, deduzida de eventual parcela capitalizada ao principal, para sua liquidação.
 - 4.3) Para fins de cálculo da parcela do BNDES, as despesas e custos operacionais e recolhimentos de tributos ficam limitados ao montante de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

- 5) A Chipley calculará e declarará 100% (cem por cento) de seu lucro líquido, apurado nos termos do item 4 acima, como dividendos, observadas eventuais reservas de lucro obrigatórias exigidas em lei, sendo que, desse percentual:
- a) 65,28% (sessenta e cinco vírgula vinte e oito por cento) dos dividendos declarados serão retidos no âmbito da Chipley, devendo ser contabilizados na rubrica contábil "Dividendos a Pagar"; e
 - b) 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos declarados, utilizando os recursos depositados na Conta de Livre Movimentação, serão efetivamente pagos à Renova Energia e utilizados para amortizar o Crédito devido pelo BNDES, dando cumprimento integral às suas obrigações no âmbito da Garantia Fiduciária BNDES.
- 6) Os valores depositados na Conta Vinculada serão dados em garantia fiduciária no âmbito do Empréstimo Ponte DIP, e os recursos ali depositados serão utilizados para o serviço desta dívida, observado o quanto disposto no item 4.1;
- 7) Após (a) a dedução das despesas e custos operacionais e recolhimento de tributos atribuíveis exclusivamente à Chipley, e (b) o pagamento previsto no item 5 (b) acima, e observado o item 8 abaixo, a totalidade dos recursos remanescentes na Conta de Livre Movimentação será transferida para a Renova Energia, que utilizará tais recursos para amortizar o Crédito devido pelo BNDES, dando cumprimento integral às suas obrigações no âmbito da Garantia Fiduciária BNDES, observados os termos deste Plano, de modo que a soma dos recursos pagos ao BNDES por força da Garantia Fiduciária BNDES nos termos do item 5 (b) e do presente item 7 correspondam a 34,72% (trinta e quatro vírgula setenta e dois por cento) dos dividendos recebidos pela Chipley da Brasil PCH, com as reduções previstas no item 4, excetuadas as despesas financeiras;
- 8) A Chipley deverá realizar todos os lançamentos contábeis adicionais aos indicados no item 5 acima, de forma a permitir que os recursos disponíveis na Conta de Livre Movimentação tenham a destinação prevista no item 7 acima, incluindo, sem limitação, declarar dividendos adicionais com base na rubrica de reserva especial para dividendos (lucros acumulados), de forma a distribuir dividendos adicionais nos termos dos itens 5 e 7 acima, tendo como base a reserva especial para dividendos a ser constituída a partir do exercício de 2020, inclusive, e limitados ao saldo desta rubrica.

ANEXO 11

Minuta do Edital UPI relativo à UPI ASIII Fase B

EDITAL DE OFERTA PÚBLICA, POR MEIO DE CERTAME JUDICIAL COM APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS FECHADAS, PARA A ALIENAÇÃO JUDICIAL DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA. 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO DA COMARCA DE SÃO PAULO, SP. EDITAL PARA LEILÃO DE UPI. Edital extraído dos autos n.º 1103257-54.2019.8.26.0100, correspondente ao processo de Recuperação Judicial da RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial (“Renova Energia”); RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial (“Renovapar”); RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”); CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial (“Chipley”); CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial (“Itaparica”); CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial (“Macambira”); CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial (“Tamboril”); CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial (“Carrancudo”); CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial (“Ipê Amarelo”); CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial (“Cabeça de Frade”); CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial (“Canjoão”); CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial (“Conquista”); CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial (“Coxilha Alta”); CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial (“Botuquara”); CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial (“Jequitiba”); CE TINGUI S.A. em recuperação judicial (“Tingui”); CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial (“Anísio Teixeira”); CE IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial (“Imburana de Cabão”); CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial (“Embiruçu”); CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial (“Lençóis”); CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial (“Caliandra”); CE ICO S.A., em recuperação judicial (“Ico”); CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial (“Alcaçuz”); CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial (“Putumuju”); CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial (“Cansanção”); BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial (“Bahia Holding”); CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial (“Bela Vista”); VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”); RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial (“Renova PCH”); CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã IV”); CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã V”); CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã VII”); CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã XV”); CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã XX”); e PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial (“Iansã”), cujo plano de recuperação judicial juntado às fls. (*) dos autos da Recuperação Judicial foi devidamente aprovado em assembleia geral de credores (“AGC”) realizada no dia (*) e homologado em (*) (“Plano”).

Nos referidos autos, o Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro da Comarca de São Paulo, SP (“Juízo da Recuperação”), na forma da Lei, FAZ SABER a quem o presente edital vir ou dele conhecimento tiver e interessar possa que o Grupo Renova pretende alienar em certame judicial mediante apresentação de propostas fechadas (“Processo Competitivo”), com amparo nos Artigos 60, 141 e 142, II da Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 (“Lei de Recuperação Judicial”), a Unidade Produtiva Isolada (“UPI ASIII Fase B”) abaixo descrita.

Desta forma, serve o presente Edital para promover e estabelecer as condições para o Processo Competitivo para venda da UPI ASIII Fase B, ficando todos os interessados cientificados de que poderão apresentar propostas fechadas para aquisição da UPI ASIII Fase B. Todos os termos definidos utilizados neste Edital e aqui não definidos terão a definição que lhes foi atribuída no Plano.

1. Objeto. Este Edital tem por objeto a alienação, por meio do Processo Competitivo, da UPI ASIII Fase B, que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade

das empresas que compõem o ASIII Fase B, conforme listagem de ativos, projetos e direitos indicados neste Edital. A UPI será individualmente alienada através de Procedimento Competitivo nos termos do artigo 60 da Lei 11.101/2005, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em dívidas de qualquer natureza, contingências ou obrigações, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, exceto com relação as obrigações previstas no Termo de Compromisso firmado entre a [x] e a Seta Engenharia S.A. no que se refere ao direito de preferência, conforme o anexo [x].

2. Processo Competitivo. O processo competitivo para alienação da UPI ASIII Fase B será realizado por certame judicial, mediante apresentação de propostas fechadas, conforme estabelecido neste Edital e no Plano, que serão abertas em audiência presidida pelo Administrador Judicial.

3. Manifestação de Interesse. Com exceção da Prisma, que apresentou Proposta Vinculante durante a AGC em que foi aprovado o Plano e está habilitada a participar do Processo Competitivo, eventuais interessados em participar do Processo Competitivo para aquisição da UPI ASIII Fase B deverão manifestar seu interesse por meio de notificação às Recuperandas, com cópia ao Administrador Judicial, bem como petição nos autos da Recuperação Judicial, conforme modelos anexos (Vide **Anexo (*)**), informando, até o dia 05 dias de antecedência à data de abertura das propostas, sua intenção de oferecer uma Proposta Fechada, conforme termos e condições descritos a seguir.

3.1 Acesso ao Data Room. Os interessados na aquisição da UPI ASIII Fase B poderão, a qualquer momento, requerer acesso aos documentos e às informações disponibilizados no *data room* organizado previamente pelas Recuperandas, com a finalidade de permitir a precificação das Propostas Fechadas, mediante a assinatura do interessado no termo de confidencialidade previsto no Anexo (*). O *data room* é formado pela mesma documentação já disponibilizada a todos os investidores interessados na aquisição do ativo mediante assinatura de acordo de confidencialidade.

3.2 Após o recebimento das Propostas Fechadas, as Recuperandas cessarão toda e qualquer comunicação e negociação com potenciais adquirentes da UPI ASIII Fase B, bem como requererão a devolução ou eliminação das informações fornecidas no processo de diligência.

3.3 Qualificação. O interessado na aquisição da UPI ASIII Fase B deverá apresentar, juntamente com sua Proposta Fechada, **(a)** demonstrações financeiras que evidenciem posição patrimonial condizente com a aquisição da UPI pretendida; e **(b)** uma carta fiança emitida por instituição financeira de primeira linha em valor equivalente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor mínimo de aquisição da UPI, a qual será convertida em multa e chamada a pagamento na hipótese de inadimplemento do preço de aquisição da UPI nos termos da Proposta Vencedora UPI. A não apresentação da referida documentação fará com que o respectivo interessado não tenha sua proposta considerada para os fins do processo de venda da UPI ASIII Fase B. A Proposta Vinculante

Prisma está automaticamente qualificada em razão de sua apresentação na AGC que aprovou o Plano e a Primeira Proponente dispensada da apresentação da documentação referida nesta Cláusula.

4. Apresentação de Propostas Fechadas. A partir de (*) até o dia (*), os interessados habilitados poderão apresentar ao Administrador Judicial, Propostas Fechadas para a aquisição da UPI ASIII Fase B, respeitando as Condições Mínimas de Aquisição previstas a seguir – com exceção da Proposta Vinculante Prisma, já entregue ao Administrador Judicial durante a AGC que aprovou o Plano. Os interessados que apresentarem Propostas Fechadas de maneira distinta da prevista neste Edital e no Plano não serão considerados para fins do Processo Competitivo.

4.1 Condições Mínimas de Aquisição. As Propostas Fechadas deverão obrigatoriamente seguir os termos do formulário que constitui o Anexo (*) deste Edital e observar as seguintes condições mínimas e respectivas formalidades:

- (i) a apresentação do Preço de Aquisição Inicial oferecido pelo interessado, o qual deverá ser necessariamente igual ou superior ao preço mínimo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (“Preço Mínimo – UPI ASIII Fase B”) e estar baseado nas premissas financeiras previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B, a ser pago em dinheiro, à vista;
- (ii) transferência, na Data de Fechamento, dos recursos pagos na forma do item (i) desta Cláusula, à (*), não sendo permitida a apresentação de Propostas Fechadas que prevejam a possibilidade pagamento do preço por meio da amortização ou compensação de qualquer tipo de Crédito, inclusive Créditos Extraconcursais com garantia sobre ativos que compõem a UPI ASIII Fase B;
- (iii) a declaração do proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com os termos e direitos previstos na Proposta Vinculante Prisma, incluindo o Direito de Preferência Prisma e o Direito de Reembolso Prisma;
- (iv) a declaração do proponente de que está ciente e concorda que as Recuperandas não terão o dever de indenizar o adquirente da UPI por qualquer passivo ou contingência, materializado ou não, presente ou futuro, relativo a fatos, atos e eventos anteriores ou posteriores à Data de Fechamento, exceto conforme expressamente previsto nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B;
- (v) a declaração do proponente de que está ciente e concorda integral e irrestritamente com todos os termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B anexo ao Plano, estando apto a celebrá-lo em até 02 (dois) dias úteis contados da homologação da proposta

vencedora, o qual poderá ser alterado em aspectos formais apenas mediante solicitação do adquirente e aceitação pelo Grupo Renova e desde que não haja qualquer alteração dos direitos dos Credores previstos no Plano, bem como, em aspectos materiais, apenas para refletir a opção do proponente vencedor com relação às outorgas dos projetos que constituem a UPI ASIII Fase B, nos termos da Cláusula 9.6.4.4 do Plano; e

- (vi) a declaração do proponente de que está ciente e concorda que, caso sua Proposta Fechada seja considerada vencedora nos termos deste Edital e do Plano e haja o descumprimento em relação à sua obrigação de celebrar o Contrato de Compra e Venda de Ações da ASIII Fase B, o proponente incorrerá em multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor mínimo de aquisição, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações UPI ASIII Fase B.

5. **Local, data e hora.** A audiência para abertura das Propostas Fechadas será realizada na (*), no dia (*).

5.1 Abertura das Propostas Fechadas e Declaração da Proposta Vencedora. Na data estabelecida acima, o Administrador Judicial, no âmbito da audiência a ser realizada, (a) promoverá a abertura da Proposta Vinculante Prisma e das demais propostas Fechadas apresentadas pelos Proponentes habilitados para aquisição da UPI; (b) verificará se todas as Condições Mínimas de Aquisição da UPI, conforme aplicável, foram cumpridas por tais Propostas Fechadas, e (c) anunciará a proposta mais vantajosa, levando em consideração o atendimento das Condições Mínimas de Aquisição e o maior Preço de Aquisição oferecido pelo terceiro interessado, e observará o seguinte: (c.1) se a proposta mais vantajosa for a Proposta Vinculante Prisma, ela será declarada a Proposta Vencedora; ou (c.2) se a proposta mais vantajosa for uma das demais Propostas Fechadas, comunicará tal fato à Prisma, que passará então a ter o direito de cobrir a melhor oferta apresentada para aquisição da UPI ASIII Fase B, desde que apresente, em até 48 (quarenta e oito horas) a partir da declaração da Proposta Fechada considerada mais vantajosa, uma oferta vinculante e final de valor igual ou superior ao valor do Preço de Aquisição estipulado na melhor proposta. Caso o Direito de Preferência Prisma seja exercido, o Juízo da Recuperação Judicial declarará a nova proposta da Prisma como a Proposta Vencedora. Caso haja a renúncia do exercício do Direito de Preferência Prisma ou a mesma não apresente no prazo concedido uma oferta para cobrir a Proposta Vencedora, o Juízo da Recuperação Judicial declarará a Proposta Fechada mais vantajosa como a Proposta Vencedora.

5.2 Direito de Preferência Prisma. Em contrapartida aos esforços dispendidos no processo de auditoria dos projetos e dos ativos e direitos relacionados à UPI ASIII Fase B, bem como ao compromisso de participação no certame como primeira proponente, a Prisma tem assegurado a seu favor, o direito de preferência na aquisição da UPI ASIII Fase B, de forma que, após a abertura dos envelopes lacrados com as Propostas

Fechadas, poderá, a seu exclusivo critério, cobrir a melhor oferta apresentada para aquisição da UPI ASIII Fase B, desde que apresente, em até 48 (quarenta e oito horas) a partir da declaração da Proposta Fechada considerada mais vantajosa, uma oferta vinculante e final de valor igual ou superior ao valor do preço de aquisição estipulado na melhor proposta.

5.2.1 Caso a Prisma não exerça o Direito de Preferência Prisma na forma descrita na Cláusula 5.1 deste Edital, o Juízo da Recuperação proferirá decisão declarando como vencedora da alienação judicial da UPI ASIII Fase B a Proposta Fechada de maior valor que respeitar o disposto na Cláusula 4.1 deste Edital.

5.2.2 Caso a Proposta Vinculante Prisma **(a)** expire e não seja, a critério da Prisma, renovada ou substituída por uma nova proposta nos exatos termos e condições da Proposta Vinculante Prisma, prevendo novo prazo de validade, ou **(b)** seja confirmada, pela Prisma, a rescisão da Proposta Vinculante Prisma em decorrência de alteração material adversa nos negócios, propriedades, ativos, passivos, resultado das operações, condições financeiras, legais ou regulatórias relacionados à UPI ASIII Fase B antes da abertura das Propostas Fechadas, sem o oferecimento de uma nova proposta vinculante pela Prisma, o Direito de Preferência Prisma estará extinto de pleno direito e a Prisma não poderá exercê-lo em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

5.3 **Direito de reembolso Prisma:** Em contrapartida aos esforços dispendidos no processo de auditoria dos projetos e dos ativos e direitos relacionados à UPI ASIII Fase B, bem como ao compromisso de participação no certame como primeira proponente, a Prisma também tem assegurado a seu favor o direito de reembolso dos custos comprovadamente incorridos com seus assessores, bem como das despesas incorridas para regularização fundiária que revertam em benefício das Recuperandas e/ou da UPI ASIII Fase B, , caso a UPI ASIII Fase B seja adquirida por outro proponente, limitado a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser pago de forma prioritária com os recursos decorrentes da venda da UPI ASIII Fase B (“Direito de Reembolso Prisma”).

6. **Proposta Vencedora.** A proposta vencedora será aquela que, respeitados os termos deste Edital e do Plano, bem como o Direito de Preferência Prisma, for assim declarada pelo Juízo da Recuperação Judicial, conforme procedimento definido na Cláusula 5.1 deste Edital (**“Proposta Vencedora”**).

6.1 Na hipótese de o proponente da Proposta Vencedora descumprir sua obrigação de celebrar e assinar o Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B e independentemente da cobrança da multa prevista na Cláusula 3.3(b) deste Edital, a proposta mais vantajosa, aos Credores, imediatamente seguinte, desde que cumpra com as Condições Mínimas de Aquisição (incluindo, sem limitação, a sujeição de sua proposta ao Direito de Preferência Prisma), será considerada a Proposta Vencedora para todos os fins deste Edital e do Plano.

6.2 Na data da declaração da Proposta Vencedora, seu titular deverá exercer, a seu exclusivo critério, uma das opções com relação às outorgas dos projetos que constituem a UPI ASIII Fase B previstas na Cláusula 9.6.4.4 do Plano.

7. Homologação da Proposta Vencedora. A Proposta Vencedora deverá ser homologada pelo Juízo da Recuperação, que declarará o vencedor, o qual assumirá a UPI ASIII Fase B livre de quaisquer ônus, contingências e/ou sucessão do Grupo Renova, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial, exceto se previsto de forma diversa nesse Edital.

7.1 Fiscalização. As Recuperandas, a partir da homologação do resultado do leilão ou certame e até a efetiva transferência dos bens e direitos objeto da Proposta Vencedora: **(i)** permanecerão responsáveis pela posse e guarda dos bens objeto da UPI ASIII Fase B; e **(ii)** permitirão ao vencedor do Processo Competitivo que fiscalize as atividades, os bens e os direitos da UPI ASIII Fase B.

8. Contrato de Compra e Venda da UPI ASIII Fase B. Em até 02 (dois) dias úteis contados da homologação da Proposta Vencedora, o adquirente da UPI ASIII Fase B e o Grupo Renova celebrarão contrato de compra e venda para a aquisição de ações da(s) sociedade(s) de propósito específico que represente(m) a integralidade da UPI ASIII Fase B, conforme minuta anexa ao Plano.

9. Ausência de Sucessão. O adquirente da UPI ASIII Fase B não sucederá às Recuperandas em quaisquer de suas constringências, dívidas e obrigações, seja de qual natureza for, inclusive, mas não se limitando, as de natureza tributária e trabalhista, exceto se previsto de forma diversa nesse Edital.

10. Transferência UPI ASIII Fase B. A efetiva transferência da UPI ASIII Fase B ao adquirente deverá ocorrer após a satisfação de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B, observados, ainda, os prazos e demais procedimentos previstos no referido contrato ("Data de Fechamento").

11. Dispensa de Publicação de Anexos. Em virtude do extenso número de caracteres, os Anexos deste Edital são, para ciência dos interessados, apenas juntados aos autos da Recuperação Judicial, juntado ao *data room* da UPI ASIII Fase B, e disponibilizados no site do Administrador Judicial.

E, para que chegue ao conhecimento geral e produza os efeitos pretendidos, é expedido o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade e comarca de São Paulo - SP, aos (*) de (*) de 2020.

Eu, (a) (*), Escrivã(o) Judicial do 2º Ofício de Falências e Recuperações Judiciais do Foro da Comarca da Capital - SP, o digitei. (a) Paulo Furtado de Oliveira Filho, Juiz de Direito.

ANEXO 12

Contrato de Compra e Venda de Ações da UPI ASIII Fase B

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES
E OUTRAS AVENÇAS**

Entre, de um lado, na qualidade de vendedora,

[●] – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

e, de outro lado, na qualidade de comprador,

[COMPRADOR]

E, ainda, na qualidade de interveniente-anuente,

[SPE UPI ASIII FASE B]

[LOCAL]

DATADO DE [●] DE [●] DE 2020

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:

De um lado,

- I. **[DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DA VENDEDORA]**, sociedade por ações com sede na cidade de [●], Estado de [●], na Rua [●], CEP [●], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [●], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("Vendedora");

E, de outro,

- II. **[DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO COMPRADOR]**, [inserir tipo societário], com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [inserir endereço completo], CEP [●], inscrito no CNPJ/ME [●] ("Comprador");

A Vendedora e o Comprador serão doravante designados em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

E, ainda, na qualidade de interveniente-anuente,

- III. **[SPE UPI ASIII FASE B]**, sociedade por ações com sede na cidade [●], Estado de [●], na [inserir endereço completo], CEP [●], inscrito no CNPJ/ME [●], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("Companhia").

CONSIDERANDO QUE:

(i) Em [●], a Vendedora e determinadas sociedades integrantes de seu grupo econômico (todas em conjunto, o "Grupo Renova") ajuizaram, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada (a "Lei de Recuperação e Falências"), pedido de recuperação judicial, em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Cidade de São Paulo (o "Juízo da Recuperação Judicial"), autuado sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (a "Recuperação Judicial");

(ii) A Vendedora apresentou o seu plano de recuperação judicial (o "Plano de Recuperação Judicial"), no qual foram previstos, dentre outras medidas, os termos e condições para a constituição e alienação de uma unidade produtiva isolada composta pelos Projetos e pelos Ativos e Direitos (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 60 da Lei de Recuperação e Falências ("UPI ASIII Fase B");

(iii) Aprovado e homologado judicialmente o Plano de Recuperação Judicial e realizado o processo de alienação UPI ASIII Fase B, conforme previsto do edital de venda da UPI ASIII Fase B ("Edital") a proposta apresentada pelo Comprador foi declarada vencedora e homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial e na Lei de

Recuperação e Falências; e

(iv) Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, a Vendedora, para fins de organização da UPI ASIII Fase B, constituiu a Companhia, por meio da assembleia geral de constituição da Companhia realizada em [●] e protocolada na Junta Comercial sob o nº [●] no dia [●], e a ela transferiu ou transferirá, conforme aplicável, os Projetos (conforme abaixo definido) e os Ativos e Direitos (conforme abaixo definido), conforme estabelecido neste Contrato (conforme abaixo definido);

(v) A Vendedora é, nesta data, a legítima proprietária de [●] ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional (as “Ações da Companhia”);

(vi) Sujeito às condições previstas no Plano de Recuperação Judicial, no Edital e na Lei de Recuperação e Falências, o Comprador pretende adquirir a totalidade das Ações da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer Gravames, e a Vendedora pretende alienar tais ações ao Comprador, já livres e desembaraçadas de quaisquer Gravames (a “Operação”);

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Ações (o “Contrato”), o qual será regido pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos neste Contrato, os termos a seguir, quando utilizados neste Contrato (incluindo seus Anexos), tanto no singular quanto no plural, terão o significado a seguir estabelecido:

<u>Ações da Companhia</u>	tem o significado atribuído no preâmbulo deste Contrato.
<u>Acordo de Compartilhamento</u>	significa o instrumento a ser celebrado entre as Partes, substancialmente na forma do Anexo G , que regulará, em termos satisfatórios às Partes, o compartilhamento de instalações que integram o complexo eólico denominado Alto Sertão III / Mina de Ouro – Fase A (incluindo, sem limitação, acessos externos e internos, áreas de depósito, áreas de empréstimo, como jazidas, assim como demais instalações de infraestrutura pertencentes aos canteiros de obras e escritórios de apoio), de forma vinculativa e não limitante, de modo a garantir a viabilidade de implantação dos Projetos.
<u>Acordo de Interferência</u>	significa o instrumento a ser celebrado entre as Partes, substancialmente na forma do Anexo C , que regulará, em termos

satisfatórios às Partes, as interferências entre, de um lado, os parques do Grupo Renova que integram os complexos eólicos denominados Alto Serão III / Mina de Ouro Fase A e Fase C, e, de outro, os Projetos, conforme estabelecido no **Anexo C**, em atendimento ao previsto na Resolução Normativa da ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020, sendo que os limites de interferência deverão ser baseados na certificação de produção de energia e layouts disponibilizados pelo Grupo Renova no âmbito da auditoria.

<u>Afiliada</u>	significa, com relação a uma determinada Pessoa, qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, Controle, seja Controlada por, ou esteja sob o mesmo Controle que aquela determinada Pessoa.
<u>AGE do Fechamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 4.1(vi) deste Contrato.
<u>Ajustes de Pré-Fechamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 2.3 deste Contrato.
<u>ANEEL</u>	Agência Nacional de Energia Elétrica.
<u>Anexo</u>	significa qualquer documento que tenha sido expressamente identificado neste Contrato como parte integrante deste Contrato.
<u>Arbitragem</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 12.2 deste Contrato.
<u>Árbitros</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 12.4 deste Contrato.
<u>Áreas de Influência dos Projetos</u>	são as áreas nas quais se localizam os Projetos, relacionadas no Anexo F .
<u>Ativos e Direitos</u>	significa os ativos e direitos relacionados aos Projetos, que foram ou serão, até a Data de Fechamento, transferidos à Companhia, conforme relacionados no Anexo A , que incluem bens, estudos, direitos, Contratos Fundiários, licenças, autorizações, torres, dados anemométricos, certificações, instalações elétricas, subestações, linhas de transmissão, vias de acesso, obras civis, equipamentos e demais investimentos já realizados pela Vendedora relacionados aos Projetos, incluindo o direito de preferência previsto no Termo de Compromisso firmado em 9 de agosto de 2018 pelo Grupo Renova e Seta Engenharia S.A.
<u>Atos do Fechamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 4.1 deste Contrato.

<u>Autoridades Governamentais</u>	significa qualquer dos entes federativos (Estados, Municípios ou outra subdivisão política de qualquer de tais entes), qualquer unidade ou órgão público dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou tribunal arbitral ou autoridade, autarquias, agências e qualquer corpo ou pessoa exercendo funções executivas, legislativas, judiciais, regulatórias ou administrativas de governo ou pertencente ao governo, situados no Brasil.
<u>CADE</u>	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
<u>Câmara</u>	tem o significado atribuído na Cláusula deste Contrato.
<u>CDI</u>	significa a taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (extra grupo), de prazo igual a 01 (um) Dia Útil, apurada pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos e divulgada pela Resenha Diária da Associação Nacional do Mercado Aberto - ANDIMA, no item "Taxa Média de Financiamento", no quadro "CETIP-DI-EXTRA", a ser calculada <i>pro rata temporis</i> , considerando-se para tanto um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ou, em caso de sua extinção ou indisponibilidade temporária, outra taxa de referência do Sistema Financeiro Nacional que venha a substituí-la, conforme acordado por escrito entre as Partes.
<u>Cláusula</u>	significa qualquer das cláusulas ou subcláusulas que integram este Contrato.
<u>Código de Processo Civil</u>	significa a Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.
<u>Companhia</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Comprador</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Condições Precedentes</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 3 deste Contrato.
<u>Contrato</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Contratos Fundiários</u>	são os contratos que tenham por objeto as Áreas de Influência dos Projetos, incluindo contratos de arrendamento, contratos de servidão e contratos relativos a eventuais reassentamentos relacionados às Áreas de Influência dos Projetos, conforme relacionados no Anexo B .

<u>Contratos Fundiários Remanescentes</u>	são os eventuais Contratos Fundiários que não tenham sido transferidos à Companhia até a Data Base, conforme indicados no Relatório de Pré-Fechamento.
<u>Controle</u>	(incluindo, com os significados correspondentes, “ <u>Controladora</u> ”, “ <u>Controlada</u> ” e “ <u>sob Controle comum</u> ”) significa os poderes para, direta ou indiretamente, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, conduzir a administração e definir as diretrizes de uma Pessoa jurídica ou fundo de investimento, seja (i) por meio da titularidade de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante dessa Pessoa jurídica ou das cotas desse fundo de investimento; (ii) mediante o exercício do direito de eleger a maioria dos conselheiros e/ou diretores dessa pessoa jurídica ou nomear o administrador desse fundo de investimento; (iii) mediante um acordo; ou (iv) de qualquer outra maneira.
<u>Data Base</u>	significa o 5º Dia Útil anterior à Data de Fechamento.
<u>Data de Fechamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 4.4 deste Contrato.
<u>Demanda Direta</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 11.4 deste Contrato.
<u>Demonstrações Financeiras Data Base</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 2.3(ii) deste Contrato.
<u>Dias Úteis</u>	significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais estejam obrigados ou autorizados por Lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.
<u>Disputa</u>	significa, conforme o caso, qualquer ação, processo, arbitragem, mediação ou outro tipo de ação ou processo, judicial, administrativo ou arbitral.
<u>Edital</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Efeito Adverso Relevante</u>	significa qualquer alteração adversa substancial com relação aos Projetos e aos Ativos e Direitos, comparativamente à situação destes na data da assinatura deste Contrato, que seja capaz de afetar material ou adversamente a condução dos negócios da Companhia.
<u>Fechamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 4.1 deste Contrato.

<u>Gravame</u>	significa, conforme o caso, qualquer hipoteca, penhor, direito de terceiro, demanda, direito de garantia, gravame, ônus, encargo, alienação fiduciária com ou sem reserva de domínio, arresto, penhora, locação, sublocação, arrolamento, usufruto, avença, condição, esbulho possessório, acordo de exercício de voto, direito de participação, opção, direito de preferência, de negociação ou de aquisição, ou outras constrições ou restrições de qualquer natureza, o que inclui, sem limitação, Gravames constituídos em decorrência de disposição contratual ou de decisão de Autoridade Governamental.
<u>Grupo Renova</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Informações Confidenciais</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 13.7 deste Contrato.
<u>Itens Excluídos</u>	<p>Quaisquer passivos e/ou contingências do Grupo Renova não expressamente assumidos pelo Comprador, que não serão transferidos para a Companhia, inclusive os passivos relacionados no Anexo E, os passivos com os fornecedores de equipamentos e valores em atraso dos contratos de arrendamento e prestadores de serviços relacionados aos Projetos, exceto o direito de preferência previsto no Termo de Compromisso firmado em 9 de agosto de 2018 pelo Grupo Renova e Seta Engenharia S.A.</p> <p>A critério do Comprador, poderá ser incluído ou excluído as outorgas dos Projetos emitidas pela ANEEL e os Contratos de Conexão e Uso do Sistema de Transmissão (CCT/CUST) relacionados ao Projeto, conforme Cláusula 9.6.2 do Plano de Recuperação Judicial.</p>
<u>Juízo da Recuperação Judicial</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Lei</u>	qualquer lei, decreto, regulamento, exigência regulatória, regra, portaria, resolução, decisão judicial ou administrativa, tratado, mandado, julgamento, ordem judicial, ordem ou requerimento de qualquer Autoridade Governamental.
<u>Lei das Sociedades por Ações</u>	significa a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<u>Lei de Arbitragem</u>	significa a Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada.

<u>Lei de Recuperação e Falências</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Leilão Judicial</u>	significa o leilão judicial realizado nos termos do Plano de Recuperação Judicial e da Lei de Recuperação e Falência, com a finalidade de consumir a venda da UPI ASIII Fase B, consubstanciada na Companhia.
<u>Limitação Temporal de Indenização</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 11.6 deste Contrato.
<u>Notificação de Demanda Direta</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 11.4 deste Contrato.
<u>Notificação de Fechamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 3.3 deste Contrato.
<u>Operação</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Ordem</u>	significa qualquer ordem, mandado, sentença, liminar, decreto, estipulação, decisão, determinação ou condenação emitida por qualquer Autoridade Governamental.
<u>Parte Indenizada</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 11.4 deste Contrato.
<u>Parte Indenizadora</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 11.4 deste Contrato.
<u>Parte(s)</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Partes da Arbitragem</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 12.4 deste Contrato.
<u>Partes Indenizáveis pela Vendedora</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 11.1 deste Contrato.
<u>Partes Indenizáveis pelo Comprador</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 11.2 deste Contrato.
<u>Partes Relacionadas</u>	tem o significado previsto no Pronunciamento Técnico CPC nº 05(R1), aprovado pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários n.º 642/2010.
<u>Perda(s)</u>	Significa todas e quaisquer obrigações, responsabilidades, perdas, danos, prejuízos, ações, processos, investigações, autuações, decisões

	que tenham transitado em julgado (incluindo, mas sem limitação, judiciais, administrativas ou arbitrais), multas, juros, penalidades, custos e despesas comprovadamente incorridas (incluindo, mas sem limitação, honorários de advogados e custas judiciais razoáveis), sendo certo que não está abrangida por esta definição os lucros cessantes, as perdas de oportunidade comercial, experimentada pela Parte Indenizável ou Parte Indenizada.
<u>Período de Transição</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 5.1 deste Contrato.
<u>Pessoa</u>	significa qualquer pessoa física ou jurídica, ou entidades não personificadas, incluindo, mas sem limitação, sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, <i>joint venture</i> , fundos de investimento e universalidades de direitos.
<u>Plano de Recuperação Judicial</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Potencial de Geração de Energia</u>	significa o potencial de geração de energia dos Projetos na data de assinatura deste Contrato, equivalente à 408MW.
<u>Potencial Mínimo de Geração de Energia</u>	significa o potencial mínimo de geração de energia dos Projetos a ser verificado na Data do Fechamento, equivalente à 350MW.
<u>Preço de Aquisição de Fechamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 2.3.1 deste Contrato.
<u>Preço de Aquisição Inicial</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 2.2 deste Contrato.
<u>Princípios Contábeis Brasileiros</u>	significa os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil nos termos da Lei aplicável e as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
<u>Processos Judiciais</u>	são os processos judiciais não assumidos pela Companhia e/ou pelo Comprador, relacionados aos Contratos Fundiários, conforme listados no Anexo E , sem prejuízo de eventuais novos processos judiciais identificados após a data da assinatura deste Contrato.
<u>Projetos</u>	significa os projetos que integram o complexo eólico denominado Mina de Ouro – Fase B, localizados no Estado da Bahia.
<u>Recuperação Judicial</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.

<u>Regulamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 12.3 deste Contrato.
<u>Relatório de Pré-Fechamento</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 2.3(i) deste Contrato.
<u>Tribunal Arbitral</u>	tem o significado atribuído na Cláusula 12.4 deste Contrato.
<u>Tributos</u>	significa quaisquer tributos, taxas, impostos, tarifas, cobranças, contribuições ou lançamentos semelhantes (inclusive, sem limitação, juros, multas, penalidades, ajustes monetários e adições impostas) impostas por ou pagável a qualquer Autoridade Governamental fiscal, seja federal, estadual, municipal ou de qualquer outra natureza, inclusive, sem limitação, receita, retenção na fonte, imposto indireto, <i>ad valorem</i> , valor adicionado, seguridade social, contribuições sociais, folha de pagamentos, propriedade financeira, mobiliária, imobiliária e pessoal, licença de transferência, vendas, uso, emprego, serviços e outros tributos de qualquer tipo ou natureza, inclusive as contribuições para ou relacionadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
<u>UPI ASIII Fase B</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.
<u>Vendedora</u>	tem o significado atribuído no Preâmbulo deste Contrato.

1.2. Regras de Interpretação. Neste Contrato, exceto se de outra forma expressamente estabelecido:

- (i) Termos definidos utilizados no singular incluem a sua forma no plural e vice-versa. Termos definidos utilizados no gênero masculino incluem o gênero feminino e vice-versa;
- (ii) Referências a Cláusulas, subcláusulas, alíneas, itens e Anexos deverão ser interpretadas e entendidas como referências às Cláusulas, subcláusulas, alíneas, itens e Anexos deste Contrato;
- (iii) As expressões “deste Contrato”, “neste Contrato”, “por este Contrato” e palavras derivadas ou similares referir-se-ão à totalidade deste Contrato, o que inclui todos os Anexos a este Contrato;
- (iv) Referências neste Contrato a quaisquer de seus Anexos incluem referências aos anexos de tais Anexos, se houver, bem como a todos os documentos referidos em tais Anexos, desde que tais documentos tenham sido expressamente indicados no Anexo como integrantes deste Contrato;

- (v) As expressões “inclusive”, “incluindo”, “tais como” e outros termos semelhantes deverão ser interpretados como se estivessem acompanhados das frases “a título meramente exemplificativo” e “sem limitação”;
- (vi) Todas as referências a qualquer Pessoa incluem os seus respectivos sucessores, beneficiários e cessionários permitidos;
- (vii) As referências a qualquer Lei, documento e/ou outro instrumento incluem as suas respectivas alterações, substituições, emendas, aditamentos, reedições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diferente neste Contrato;
- (viii) Qualquer referência a “dias” significará dias corridos, a menos que Dias Úteis sejam expressamente especificados; e
- (ix) Quaisquer prazos estabelecidos no presente Contrato devem ser contados excluindo-se o primeiro dia e incluindo-se o último dia. Caso eventual prazo contado da maneira ora estabelecida termine em um dia que não seja um Dia Útil nos termos do presente Contrato, tal prazo deverá ser considerado automaticamente prorrogado até o primeiro Dia Útil seguinte.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO, PREÇO E PAGAMENTO

2.1. Objeto. Sujeito aos termos e condições previstos neste Contrato, especialmente em relação à verificação ou renúncia das Condições Precedentes e à prática dos Atos do Fechamento, o Comprador obriga-se, de maneira irrevogável e irretroatável, a adquirir da Vendedora a totalidade das Ações da Companhia, e, por sua vez, a Vendedora obriga-se, de maneira irrevogável e irretroatável, a alienar a totalidade das Ações da Companhia ao Comprador, na Data de Fechamento, com todos os direitos e obrigações a elas inerentes, sendo certo que todas as Ações da Companhia, deverão estar, na Data de Fechamento, absolutamente livres e desembaraçadas de quaisquer Gravames.

2.1.1. Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, a Vendedora se obriga a transferir, até a Data Base, os Ativos e Direitos (que incluem os Contratos Fundiários) à Companhia, com exceção dos Itens Excluídos e de qualquer outro ativo ou passivo não expressamente relacionado no **Anexo A**, mediante *drop down* de ativos.

2.1.2. Caso não seja possível a transferência de todos os ativos relacionados no **Anexo A** e a totalidade dos Contratos Fundiários listados no **Anexo B** à Companhia até a Data Base, serão aplicáveis os Ajustes de Pré Fechamento. Sem prejuízo, a Compradora poderá, a seu critério e a qualquer momento, tomar todas as medidas necessárias para transferência dos Contratos Fundiários à Companhia, inclusive mediante a negociação e quitação de acordos com os respectivos proprietários, inclusive no âmbito dos Processos Judiciais, caso aplicável, observadas as Cláusulas 2.3.(iii) e 2.7. Em qualquer caso, deverá ser respeitado o Potencial

Mínimo de Geração de Energia, de modo que eventuais Ativos e Direitos, incluindo Contratos Fundiários, não transferidos à Companhia até a Data Base não poderão ocasionar um decréscimo no Potencial de Geração de Energia que ultrapasse o Potencial Mínimo de Geração de Energia, sob pena de não verificação da Condição Precedente prevista na Cláusula 3(iv) .

2.2. Preço de Aquisição Inicial. O preço a ser pago pelo Comprador, é de R\$ [●] ([●]) ("Preço de Aquisição Inicial"), observados os termos e condições previstos neste Contrato e no Plano de Recuperação Judicial, bem como eventuais Ajustes de Pré Fechamento.

2.3. Ajustes de Pré Fechamento. O Preço de Aquisição Inicial poderá sofrer ajustes até a Data do Fechamento, a fim de refletir eventual decréscimo no Potencial de Geração de Energia ou não transferência de determinado Ativo e Direito à Companhia, conforme indicados nos itens (iii) e (iv) abaixo ("Ajustes de Pré-Fechamento"), observado o procedimento e critérios expostos a seguir.

- (i) Na Data Base, a Vendedora deverá apresentar ao Comprador um relatório com: **(a)** cópia dos documentos que formalizem a transferência dos Contratos Fundiários à Companhia, indicando, caso aplicável, quais Contratos Fundiários não transferidos à Companhia e o montante de energia, em MW, que o respectivo Contrato Fundiário representa para fins dos Projetos; **(b)** cópia dos documentos que comprovem a transferência dos Projetos e dos Ativos e Direitos à Companhia; e **(c)** comprovação de que todas as condições precedentes previstas na Cláusula 3 foram integralmente cumpridas ou renunciadas ("Relatório de Pré-Fechamento").
- (ii) O Relatório de Pré-Fechamento deverá estar acompanhado, ainda, dos balancetes da Companhia na Data Base, elaboradas de acordo com a Lei e os Princípios Contábeis Brasileiros ("Demonstrações Financeiras Data Base");
- (iii) Caso não seja obtida a transferência de determinado Contrato Fundiário à Companhia até a Data Base, como indicado no Relatório de Pré-Fechamento, de modo a ocasionar um decréscimo no Potencial de Geração de Energia, o Preço de Aquisição Inicial será reduzido na proporção de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) para cada 1MW de capacidade de energia objeto do Contrato Fundiário não transferido à Companhia até a Data Base, sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.7.
- (iv) Caso eventual Ativo ou Direito relacionado no **Anexo A** não tenha sido transferido à Companhia até a Data Base, conforme indicado no Relatório de Pré-Fechamento e/ou nas Demonstrações Financeiras Data Base, o Preço de Aquisição Inicial será reduzido no montante equivalente a 30% (trinta por cento) do valor contábil escriturado do respectivo Ativo ou Direito no mês imediatamente anterior ao da Data Base.

2.3.1. O Preço de Aquisição Inicial será submetido aos Ajustes de Pré-Fechamento, nos termos dos itens (i) a (iv) acima, sendo certo que, após referidos ajustes, o Preço de Aquisição Inicial,

tenha sido ele mantido inalterado em relação ao seu valor original ou reduzido para refletir um ajuste desfavorável à Vendedora, será doravante referido como “Preço de Aquisição de Fechamento”, a ser pago na Data de Fechamento na forma da Cláusula 2.6.

2.4. Ajuste de Pós-Fechamento: Caso a Vendedora consiga viabilizar a transferência dos Contratos Fundiários Remanescentes dos Projetos dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados a partir da Data de Fechamento, a Vendedora terá direito a receber da Compradora o valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) para cada 1MW (um megawatt), conforme descrito no Anexo B, que neste caso será considerado como um pagamento adicional ao Preço de Aquisição Fechamento, a ser pago em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da celebração da transferência de cada um dos Contratos de Fundiários Remanescentes. Decorrido o prazo de 150 (cinquenta) dias contados da Data de Fechamento, a Vendedora não terá mais qualquer obrigação de transferir os Contratos Fundiários Remanescentes para a Compradora e/ou Companhia.

2.5. Caixa de Fechamento. O Caixa de Fechamento da Companhia deverá ser igual a zero na Data de Fechamento.

2.6. Pagamento do Preço de Aquisição de Fechamento. Na Data de Fechamento, o Comprador pagará à Vendedora o Preço de Aquisição de Fechamento pela totalidade das Ações da Companhia, em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica bancária de fundos imediatamente disponíveis (TED), sendo certo que os referidos valores serão creditados na conta corrente da Vendedora, cujos dados serão informados ao Comprador em até 2 (dois) Dias Úteis antes da Data de Fechamento. A confirmação de recebimento dos recursos na referida conta corrente servirá como quitação da obrigação do Comprador de pagar o Preço de Aquisição de Fechamento.

2.7. Earn-Out. A Vendedora fará jus ao complemento do Preço de Aquisição de Fechamento caso, o valor total a ser despendido pelo Comprador antes ou após a Data do Fechamento para fins de transferência da totalidade dos Contratos Fundiários e/ou dos Contratos Fundiários Remanescentes à Companhia e quitação de eventuais passivos devidos pelo Grupo Renova aos respectivos proprietários, anteriores a Data do Fechamento, inclusive mediante negociação e/ou quitação de acordos no âmbito dos Processos Judiciais, seja inferior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

2.7.1. Na hipótese prevista acima, o valor do *earn out* corresponderá à diferença entre o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e o montante efetivamente despendido pela Compradora ou pela Companhia antes ou após a Data do Fechamento para fins de transferência da totalidade dos Contratos Fundiários à Companhia e quitação de eventuais passivos devidos pelo Grupo Renova aos respectivos proprietários, anteriores a Data do Fechamento. Eventual *earn out*, nessa hipótese, será calculado e devido em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da celebração do último aditivo ou último acordo firmado pela Compradora ou Companhia, regulando a cessão do Contrato Fundiário e a quitação de passivos contratuais anteriores; e condicionado ao cumprimento pela Vendedora do disposto na Cláusula 6.2.9.1, que trata da adequação dos Contratos Fundiários relacionados nos Anexos 6.2.9 (a) e (b).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA O FECHAMENTO

3.1. A obrigação de cada uma das Partes de consumir a Operação contemplada por este Contrato está sujeita ao cumprimento ou renúncia, no todo ou em parte, por escrito, das seguintes condições (as “Condições Precedentes”) até ou na Data de Fechamento:

- (i) A inexistência de Lei ou Ordem proibindo, impedindo ou obstando a consumação dos negócios jurídicos contemplados neste Contrato ou as atividades da Companhia;
- (ii) A homologação do Plano de Recuperação Judicial, do Leilão Judicial e do Comprador como vencedor do Leilão Judicial;
- (iii) A inexistência de decisão judicial que conceda efeito suspensivo a recurso interposto contra a decisão de homologação do Leilão Judicial e do Comprador como vencedor do Leilão Judicial;
- (iv) A verificação do Potencial Mínimo de Geração de Energia, apurado por meio da soma das capacidades associadas aos Contratos Fundiários que tenham sido transferidos à Companhia até a Data Base;
- (v) A conclusão da operação de transferência dos Ativos e Direitos relacionados no **Anexo A** à Companhia, observado o disposto na Cláusula 2.1.2;
- (vi) A solicitação, perante os órgãos competentes, de transferência de todas as licenças ambientais relacionadas aos Projetos, listadas no **Anexo D**, à Companhia, em conformidade com as condições descritas no **Anexo D**;
- (vii) A celebração do Acordo de Compartilhamento, substancialmente nos termos da minuta constante do **Anexo G**, a qual pode receber correções de erros materiais;
- (viii) A celebração do Acordo de Interferência, substancialmente nos termos da minuta constante do **Anexo C**, a qual pode receber correções de erros materiais;
- (ix) O cumprimento, se e enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver em vigor, de todas as exigências e formalidades previstas na Lei de Recuperação e Falência e no próprio Plano de Recuperação Judicial que sejam consideradas necessárias para o fechamento da Operação, incluindo a expedição de auto de arrematação pelo juízo da Recuperação Judicial em favor do Comprador, de acordo com o Plano de Recuperação Judicial e com o Edital;
- (x) A obtenção da autorização do CADE, se necessária, para a consumação da Operação, nos termos da legislação aplicável, de forma definitiva e irrevogável, entendendo-se como tal a emissão de certidão de trânsito em julgado após o decurso do prazo recursal de 15 (quinze) dias contados da publicação da respectiva decisão, nos termos do art. 121 do Regimento

Interno do CADE aprovado pela Resolução nº 22 de 19 de junho de 2019 e atualizado pela Emenda Regimental nº 01/2020 de 02 de abril de 2020, ou no caso de impugnação, recurso ou avocação da Operação ao Tribunal do CADE, após o decurso dos prazos determinados no Regimento interno para recursos contra a decisão final do Tribunal do CADE;

- (xi) A confirmação de que as declarações e garantias prestadas pelo Comprador neste instrumento são verdadeiras e corretas em todos os seus aspectos nesta data e na Data de Fechamento, como se tivessem sido prestadas em tal Data de Fechamento (exceto se tais declarações e garantias forem expressamente limitadas por suas disposições a outra data, caso em que deverão ser verdadeiras e corretas em todos os seus aspectos em tal data);
- (xii) O Comprador deverá ter realizado ou cumprido em todos os aspectos relevantes com todas as obrigações que deveria realizar ou cumprir de acordo com os termos deste Contrato até ou na Data de Fechamento, conforme aplicável;
- (xiii) A confirmação de que as declarações e garantias prestadas pela Vendedora neste instrumento são verdadeiras e corretas em todos os seus aspectos nesta data e na Data de Fechamento, como se tivessem sido prestadas em tal Data de Fechamento (exceto se tais declarações e garantias forem expressamente limitadas por suas disposições a outra data, caso em que deverão ser verdadeiras e corretas em todos os seus aspectos em tal data);
- (xiv) A Vendedora deverá ter realizado ou cumprido em todos os aspectos relevantes com todas as obrigações que deveria realizar ou cumprir de acordo com os termos deste Contrato até ou na Data de Fechamento, conforme aplicável;
- (xv) A não ocorrência ou, se ocorrido, a não continuidade de qualquer Efeito Adverso Relevante;
- (xvi) A Vendedora estar em condições de entregar ao Comprador uma declaração, nos termos do **Anexo 3.1(xvi)**, devidamente assinada, declarando que todas as condições precedentes previstas nesta Cláusula 3.1 foram integralmente cumpridas ou renunciadas (exceto por aquelas que deverão ser cumpridas na Data de Fechamento) ou renunciadas, e confirmando, na Data de Fechamento, a validade das declarações e garantias prestadas pela Vendedora neste instrumento e a sua capacidade para, antes ou na Data de Fechamento, realizar todos os Atos do Fechamento; e
- (xvii) O Comprador estar em condições de entregar à Vendedora uma declaração, nos termos do **Anexo 3.1(xvii)**, devidamente assinada, declarando que todas as condições precedentes previstas nesta Cláusula 3.1 foram integralmente cumpridas e/ou renunciadas (exceto por aquelas que deverão ser cumpridas na Data de Fechamento) e confirmando, na Data de Fechamento, a validade das declarações e garantias prestadas pelo Comprador neste instrumento e a sua capacidade para, antes ou na Data de Fechamento, realizar todos os Atos do Fechamento.

3.2. Cooperação e Boa-fé. Entre a presente data e a Data de Fechamento, cada uma das Partes e a Companhia obrigam-se a agir de boa-fé e a cooperar entre si para cumprir e fazer com que sejam verificadas as Condições Precedentes, envidando todos os esforços razoáveis para praticar todos os atos de sua responsabilidade que sejam necessários ao cumprimento ou à verificação de tais Condições Precedentes assim que possível após a presente data.

3.3. Notificação de Fechamento. Uma vez que as Condições Precedentes tenham sido verificadas, qualquer das Partes poderá enviar uma notificação por escrito à outra Parte, acompanhada de todos os documentos necessários para comprovar de modo inequívoco a verificação cumulativa de todas as Condições Precedentes, convocando a outra Parte para a realização do Fechamento ("Notificação de Fechamento").

CLÁUSULA QUARTA – FECHAMENTO

4.1. Atos do Fechamento. Uma vez que todas as Condições Precedentes descritas na Cláusula 3.1 acima tenham sido implementadas ou renunciadas pela Parte aplicável, as Partes e a Companhia obrigam-se a praticar e fazer com que sejam praticados os atos descritos abaixo ("Atos do Fechamento" e "Fechamento", respectivamente):

- (i) Entrega, pela Vendedora ao Comprador, da declaração devidamente assinada, declarando que todas as condições precedentes previstas nesta Cláusula 3.1 foram integralmente cumpridas ou renunciadas (exceto por aquelas que deverão ser cumpridas na Data de Fechamento) ou renunciadas, e confirmando, na Data de Fechamento, a validade das declarações e garantias prestadas pela Vendedora neste instrumento e a sua capacidade para, antes ou na Data de Fechamento, realizar todos os Atos do Fechamento;
- (ii) Entrega, pelo Comprador à Vendedora, da declaração devidamente assinada, declarando que todas as condições precedentes previstas nesta Cláusula 3.1 foram integralmente cumpridas ou renunciadas (exceto por aquelas que deverão ser cumpridas na Data de Fechamento) ou renunciadas, e confirmando, na Data de Fechamento, a validade das declarações e garantias prestadas pela Vendedora neste instrumento e a sua capacidade para, antes ou na Data de Fechamento, realizar todos os Atos do Fechamento;
- (iii) Pagamento do Preço de Aquisição de Fechamento pelo Comprador à Vendedora, referente à aquisição das Ações da Companhia, na forma da Cláusula 2.6;
- (iv) Transferência das Ações da Companhia ao Comprador, mediante anotação no Livro de Registro de Transferência de Ações e no Livro de Registro de Ações da Companhia;
- (v) Assinatura de cartas de renúncia de eventuais membros da Diretoria da Companhia, nos moldes da minuta prevista no **Anexo 4.1(v)** ao presente Contrato;

- (vi) Realização de assembleia geral de acionistas da Companhia, com dispensa das formalidades de convocação em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para aceitar a renúncia dos membros da diretoria e eleger os novos membros em substituição àqueles, mediante assinatura de 4 (quatro) vias originais e idênticas da respectiva ata, substancialmente na forma da minuta anexa ao presente Contrato como **Anexo 4.1(vi)** ("AGE do Fechamento");
- (vii) Entrega, pela Vendedora ao Comprador, dos Livros de Registro de Transferência de Ações, de Registro de Ações, de Registro de Presença de Acionistas, de Registro de Atas de Assembleias Gerais e de Registros de Atas de Reuniões de Diretoria da Companhia, atualizados com os registros competentes até a Data do Fechamento; e
- (viii) Celebração de todos e quaisquer outros documentos e instrumentos necessários para a implementação da Operação contemplada neste Contrato.

4.2. Simultaneidade dos Atos no Fechamento. Todos os atos e obrigações indicados na Cláusula 4.1 serão considerados simultâneos, sendo certo que nenhum ato ou obrigação será considerada efetivamente praticado até que todos os outros atos ou obrigações do Fechamento tenham sido finalizados, exceto se as Partes acordarem de outra forma por escrito ou se expressamente indicado neste Contrato.

4.3. Registros Pós-Fechamento. As Partes e a Companhia comprometem-se a praticar, e fazer com que seus representantes e agentes pratiquem todos os atos que se fizerem necessários para a realização e conclusão dos Atos do Fechamento previstos na Cláusula 4.1 acima, inclusive todos os arquivamentos/registros necessários para a produção de efeitos dos referidos documentos, as publicações previstas em Lei e, ainda, todos os registros, anotações, lançamentos e assinaturas nos livros societários, conforme aplicável. As Partes cooperarão entre si e fornecerão eventuais documentos solicitados pelas autoridades registrarias no âmbito do arquivamento da AGE do Fechamento.

4.3.1. O Comprador ficará responsável por, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da Data de Fechamento, (i) realizar o protocolo da AGE do Fechamento na Junta Comercial competente, juntamente com todos os documentos acessórios necessários; e (ii) realizar a atualização cadastral da Companhia perante todas as autoridades aplicáveis, incluindo Receita Federal do Brasil e quaisquer outras que porventura sejam aplicáveis.

4.4. Hora e Local. O Fechamento ocorrerá em até 05 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da Notificação de Fechamento ("Data de Fechamento"), às 10 horas, na sede da Renova Energia S.A. localizada à Avenida Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, na cidade de São Paulo do Estado de São Paulo, ou em outro horário ou local definido de comum acordo entre as Partes.

4.5. Assunção das Outorgas: A depender da opção do Comprador com relação as outorgas dos projetos conforme [Cláusula 9.6.2 do Plano de Recuperação Judicial], o Comprador se compromete

a envidar melhores esforços para, em conjunto com o Grupo Renova, negociar junto à ANEEL um plano para transferência das outorgas dos Projetos para à Companhia em condições que permitam a implementação destes em termos e condições satisfatórias ao Comprador, com o objetivo de reverter a decisão de revogação das outorgas e evitar ou reduzir eventuais penalidades a serem impostas pela ANEEL, sendo certo que caberá ao Grupo Renova arcar com eventuais penalidades remanescentes.

- 4.5.1. Caso o Comprador seja bem-sucedido na negociação e implementação do Plano de Transferência, o Comprador fará jus ao recebimento de 20% (vinte por cento) do benefício econômico auferido pelo Grupo Renova com a redução ou extinção das penalidades impostas pela ANEEL, a ser pago conforme condições dispostas no Plano de Recuperação Judicial para pagamento de créditos da mesma natureza.
- 4.5.2. Cada uma das Partes informará com antecedência à outra Parte todo e qualquer contato que intencione fazer com a ANEEL, incluindo, entre outros, contatos para agendar reuniões ou audiências ou para prestação de esclarecimentos sobre quaisquer informações. Cada uma das Partes terá o direito de se preparar e comparecer a todas as reuniões, audiências e outros procedimentos conduzidos relacionados à notificação.
- 4.5.3. Cada uma das Partes notificará prontamente a outra Parte de todas as informações em sua posse a respeito de quaisquer notificações junto à ANEEL e transmitirá prontamente à outra Parte uma cópia de todos os documentos recebidos ou enviados a esse respeito.
- 4.5.4. Os custos e todas as despesas geradas em decorrência da submissão da autorização prévia ANEEL serão divididos entre Comprador e Vendedoras, ressalvado que cada Parte arcará com os custos e despesas em que incorreram com seus respectivos consultores, incluindo jurídicos por ela contratados para assessorá-las no processo de notificação à ANEEL.
- 4.5.5. Cada Parte é responsável pelas informações a seu respeito fornecidas à ANEEL, e quaisquer penalidades, multas, sanções administrativas, custos e despesas relativos a ou decorrentes de informações incorretas serão pagos pela Parte que forneceu tais informações incorretas.

CLÁUSULA QUINTA – CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS

5.1. A partir da presente data e até a Data do Fechamento (o “Período de Transição”), a Companhia e a Vendedora se comprometem a conduzir os Projetos em seu curso normal e ordinário e a manter os Ativos e Direitos preservados, de maneira substancialmente consistente com as práticas anteriormente adotadas, mas sempre com vistas a cumprir com o quanto estabelecido no Plano de Recuperação Judicial, no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA VENDEDORA

6.1. Declarações e Garantias relacionadas à Vendedora. A Vendedora neste ato declara e

garante ao Comprador que as seguintes informações são verdadeiras, completas e corretas na presente data e que continuarão verdadeiras, completas e corretas na Data de Fechamento, como se fossem prestadas na Data de Fechamento:

- 6.1.1. Constituição e Existência. A Vendedora é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, validamente existente e está em situação regular de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.
- 6.1.2. Capacidade, Poder e Autorização. (i) A Vendedora tem pleno poder e a capacidade para celebrar e cumprir as obrigações por ela assumidas nos termos deste Contrato, e concluir a Operação nos termos do Plano de Recuperação Judicial e do Edital, e (ii) a celebração e o cumprimento deste Contrato pela Vendedora, bem como a obrigação de cumprir as respectivas obrigações assumidas neste Contrato, foram devidamente aprovadas, mediante a realização de todos os atos societários necessários, conforme aplicável, e não violam a Lei de Recuperação e Falência ou o disposto no Plano de Recuperação Judicial.
- 6.1.3. Inexistência de Violação; Consentimentos. A celebração deste Contrato e a correspondente assunção das obrigações e a implementação da Operação nele previstas: (i) não violam, nem violarão ou conflitarão, na Data de Fechamento, com qualquer Lei aplicável; (ii) não violam, nem violarão ou conflitarão, na Data de Fechamento, com qualquer das disposições do regulamento do ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou demais atos societários da Vendedora; (iii) exceto conforme expressamente previsto neste Contrato, no Plano de Recuperação Judicial e na legislação e regulamentação infralegal acerca de companhias abertas, não exigem aviso ou comunicação posterior a qualquer Pessoa, ou mesmo arquivamento prévio com qualquer Autoridade Governamental; e (iv) mediante obtenção das autorizações previstas na Cláusula 3.1 do presente Contrato, não implicam, na Data de Fechamento, nem implicarão, o vencimento antecipado de quaisquer obrigações (mediante envio de prévia notificação ou não), a criação de obrigações, custos, despesas, encargos, penalidades ou Gravames, de acordo com a Lei aplicável ou com as obrigações legais ou contratuais exigíveis ou a que esteja vinculada a Vendedora.
- 6.1.4. Efeito Vinculativo. Este Contrato foi devidamente celebrado pela Vendedora, e constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Vendedora, exequível de acordo com seus termos, do Plano de Recuperação Judicial e do Edital.
- 6.1.5. Relatório de Pré-Fechamento e Ativos e Direitos. Os documentos e informações do Relatório de Pré-Fechamento são verdadeiros, corretos, precisos e completos em todos os seus aspectos relevantes, e foram preparadas com a observância da Lei. Todos os Ativos e Direitos foram legal e validamente adquiridos pela Vendedora e transferidos à Companhia (observada a Cláusula 2.1.2), estão em bom estado e funcionando normalmente, não havendo itens sem condições de uso, ressalvado o desgaste por sua utilização normal, e encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer Gravames. Todos os Contratos Fundiários transferidos à Companhia e as licenças ambientais descritas no **Anexo D** estão

válidos e devidamente formalizados.

6.1.6. Novas Outorgas. A Vendedora não sofreu qualquer medida, sanção, penalidade ou restrição de qualquer órgão competente, incluindo da ANEEL e do Ministério de Minas de Energia, que de qualquer forma inviabilize, limite ou restrinja a obtenção, pela Compradora, de novas outorgas para os Projetos.

6.2. Declarações e Garantias relacionadas à Companhia. A Vendedora neste ato declara e garante ao Comprador que as seguintes informações são verdadeiras, completas e corretas na presente data e que continuarão verdadeiras, completas e corretas na Data do Fechamento, como se fossem prestadas na Data do Fechamento:

6.2.1. Constituição e Existência. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída e validamente existente de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil. A Companhia tem plenos poderes, capacidade e autorizações societárias para ser titular e possuir os bens que serão a ela transferidos, conforme previstos neste Contrato. Os atos constitutivos e societários da Companhia estão em pleno vigor e efeito.

6.2.2. Capacidade, Poder e Autorização. (i) a Companhia tem pleno poder e a capacidade para celebrar este Contrato e cumprir as obrigações assumidas nos termos deste Contrato, e concluir a Operação nos termos do Plano de Recuperação Judicial, e (ii) a celebração e o cumprimento deste Contrato pela Companhia, bem como a obrigação de cumprir as respectivas obrigações assumidas neste Contrato, foi devidamente aprovada pela Companhia, mediante a assinatura e formalização de todos os atos societários necessários, conforme aplicável, e não violam a Lei de Recuperação e Falência ou o disposto no Plano de Recuperação Judicial.

6.2.3. Inexistência de Violação, Consentimentos. A celebração deste Contrato e a correspondente assunção das obrigações e a implementação das operações nele previstas: (i) não violam, nem violarão ou conflitarão, na Data de Fechamento, com qualquer Lei aplicável; (ii) não violam, nem violarão ou conflitarão, na Data de Fechamento, com qualquer das disposições dos atos constitutivos, contratos sociais, estatutos sociais e demais atos societários da Companhia; (iii) exceto conforme expressamente previsto neste Contrato, no Edital, no Plano de Recuperação Judicial e na legislação e regulamentação infralegal acerca de companhias abertas, não exigem aviso ou comunicação posterior a qualquer Pessoa, ou mesmo arquivamento prévio com qualquer Autoridade Governamental; e (iv) mediante obtenção das autorizações previstas na Cláusula 3.1 do presente Contrato, não implicam, na Data de Fechamento, nem implicarão, o vencimento antecipado de quaisquer obrigações (mediante envio de prévia notificação ou não), a criação de obrigações, custos, despesas, encargos, penalidades ou Gravames, de acordo com a Lei aplicável ou com as obrigações legais ou contratuais exigíveis ou a que esteja vinculada a Companhia.

- 6.2.4. Efeito Vinculativo. Este Contrato foi devidamente celebrado pela Companhia, na qualidade de Interveniente Anuente, e constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Companhia, exequível de acordo com seus termos e do Plano de Recuperação Judicial.
- 6.2.5. Livros e Registros Societários. Os livros, registros e práticas societárias da Companhia cuja existência é exigida por Lei estão, em todos os aspectos materiais, completos e corretos, e não contêm nem refletem qualquer inexatidão ou discrepâncias materiais, tendo sido analisados previamente pelo Comprador no âmbito da auditoria legal.
- 6.2.6. Capital Social. (a) O capital social da Companhia é composto, nesta data, por [●] ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, e tem o valor de R\$ [●]; e (b) todas as ações representativas do capital social da Companhia foram validamente emitidas, encontram-se totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e estão totalmente livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Gravames.
- 6.2.7. Demonstrações Financeiras; Ativos. As Demonstrações Financeiras Data Base, cujas cópias são anexadas ao presente Contrato como **Anexo 6.2.7**, são verdadeiras, corretas, precisas e completas em todos os seus aspectos relevantes, e foram preparadas com a observância da Lei e dos Princípios Contábeis Brasileiros. Todos os Ativos e Direitos foram legal e validamente adquiridos pela Vendedora e transferidos à Companhia (observada a Cláusula 2.1.2), estão em bom estado e funcionando normalmente, não havendo itens sem condições de uso, ressalvado o desgaste por sua utilização normal, e encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer Gravames.
- 6.2.8. Divulgação Completa. As declarações prestadas pela Vendedora e Companhia neste Contrato e durante o processo de auditoria legal, fundiária, ambiental, regulatória e contábil promovida pelo Comprador não contêm qualquer inveracidade ou inexatidão sobre qualquer ato ou fato relevante, tampouco omitem a existência de qualquer ato ou fato relevante, cujo conhecimento seja necessário para fazer com que as declarações prestadas neste Contrato não sejam inverídicas, incorretas ou incompletas.
- 6.2.9. Contratos Fundiários: Os Contratos Fundiários não são compartilhados com terceiros, sendo exclusivos para o Projeto, e terão, até a Data de Fechamento, a Companhia como única e exclusiva arrendatária, com exceção dos Contratos Fundiários indicados nos **Anexos 6.2.9 (a) e 6.2.9 (b)**. Os Contratos Fundiários estão em consonância com (i) a capacidade de geração energia definida no **Anexo B**, (ii) as licenças ambientais descritas no **Anexo D** e (iii) os *layouts* disponibilizados pela Vendedora à Compradora no âmbito da auditoria.
- 6.2.9.1. Até a Data do Fechamento, a Vendedora garantirá que, na Data do Fechamento, os Contratos Fundiários indicados no **Anexo 6.2.9 (a)** terão a Companhia como única e exclusiva arrendatária, serão exclusivos para o Projeto e não serão compartilhados com terceiros, possibilitando livre acesso a Companhia para implantação dos Projetos, enquanto que para os Contratos Fundiários indicados no **Anexo 6.2.9 (b)** as Partes deverão, dentro de

60 (sessenta) dias após a Data de Fechamento, realizar e tomar as providências necessárias para que as áreas pertencentes ao Projeto relativas a tais contratos deixem de ser compartilhadas com terceiros e figure a Companhia como a sua única arrendatária. Caberá a Vendedora, as suas expensas e responsabilidade, adequar os Contratos Fundiários listados nos **Anexos 6.2.9 (a) e 6.2.9 (b)**, de modo a atender a declaração e garantia objeto desta Cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO COMPRADOR

7.1. O Comprador neste ato declara e garante à Vendedora que as seguintes informações são verdadeiras, completas e corretas na presente data e que continuarão verdadeiras, completas e corretas na Data de Fechamento, como se fossem prestadas na Data de Fechamento:

- 7.1.1. Constituição e Existência. O Comprador é um(a) [●] regularmente constituído(a) sob [●] e validamente existente de acordo com as Leis aplicáveis.
- 7.1.2. Capacidade, Poder e Autorização. (i) O Comprador tem pleno poder e a capacidade para celebrar este Contrato e cumprir com as obrigações assumidas nos termos deste Contrato, e (ii) a celebração e o cumprimento deste Contrato pelo Comprador, bem como a obrigação de cumprir as respectivas obrigações assumidas neste Contrato, foi devidamente aprovada pelos controladores do Comprador, mediante a assinatura e formalização de todos os atos societários necessários, conforme aplicável.
- 7.1.3. Inexistência de Violação, Consentimentos. A celebração deste Contrato e a correspondente assunção das obrigações e a implementação dos atos e negócios jurídicos nele previstos (i) não violam ou conflitam, nem violarão ou conflitarão, com qualquer Lei ou Ordem às quais o Comprador esteja sujeito, inclusive na Data de Fechamento; (ii) não violam ou conflitam, nem violarão ou conflitarão, com qualquer das disposições dos atos constitutivos do Comprador, inclusive na Data de Fechamento; (iii) exceto conforme expressamente previsto neste Contrato, no Plano de Recuperação Judicial e na legislação e regulamentação infralegal acerca de companhias abertas, não exigem aviso ou comunicação posterior a qualquer Pessoa, ou mesmo arquivamento prévio com qualquer Autoridade Governamental.
- 7.1.4. Efeito Vinculativo. Este Contrato foi devidamente celebrado pelo Comprador, e constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa do Comprador, exequível de acordo com seus termos.
- 7.1.5. Disponibilidade de Recursos. O Comprador dispõe, nesta data, e disporá, na Data de Fechamento, de recursos financeiros próprios suficientes para realizar o pagamento do Preço de Aquisição de Fechamento, bem como para assumir as demais obrigações previstas neste Contrato.
- 7.1.6. Auditoria Legal. O Comprador, por meio de seus assessores, conduziram processo de

auditoria legal, fundiária, ambiental, regulatória e contábil relativo exclusivamente aos Projetos e aos Ativos e Direitos, tendo considerado como corretas e completas as informações disponibilizadas pela Vendedora e pela Companhia e se consideram satisfeitos com as informações disponibilizadas e se declaram cientes de todos os fatos, riscos e implicações inerentes à presente transação. .

- 7.1.7. Recuperação Judicial. O Comprador tem pleno conhecimento sobre a atual situação financeira da Companhia, bem como da existência da Recuperação Judicial e do Plano de Recuperação Judicial, tendo sido devidamente assessorado por advogados em todos os aspectos da Operação.

CLÁUSULA OITAVA – AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA

8.1. As Partes neste ato acordam e reconhecem que a presente Operação é celebrada sob a égide da Lei de Recuperação e Falências, especialmente em relação ao quanto disposto em seu artigo 60, parágrafo único, e no artigo 141, inciso II. Nos termos da referida lei, no Fechamento, as Ações da Companhia serão adquiridas pelo Comprador livres de quaisquer Gravames, sem sucessão do Comprador em relação a obrigações do Grupo Renova de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, de natureza trabalhista, tributária, ambiental, regulatória e decorrentes da legislação anticorrupção, preexistentes ou oriundas do período após o pedido da recuperação judicial, mas anteriores ao Fechamento.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1. O presente Contrato poderá ser resilido antes do Fechamento, mediante simples aviso escrito por uma Parte à(s) outra(s), independentemente de notificação judicial, exclusivamente diante da verificação das seguintes hipóteses:

- (i) Em caso de decisão final do CADE, negando a autorização para o Fechamento;
- (ii) Após 30 (trinta) dias contados da data de assinatura, caso não tenham sido implementadas e/ou renunciadas, conforme aplicável, as Condições Precedentes, com exceção da Condição Precedente prevista na Cláusula 3.1(x), acima, a qual poderá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura;

9.1.1. Não obstante o disposto na Cláusula 9.1 acima, não terá o direito de resilir o presente Contrato a Parte cuja ação ou omissão seja a causa principal da não ocorrência do Fechamento dentro do prazo previsto na Cláusula 9.1(ii).

9.1.2. Mesmo em caso de rescisão nos termos desta Cláusula Nona, as Partes continuarão obrigadas (i) à observância do compromisso de confidencialidade constante da Cláusula 13.7 pelo prazo de 2 (dois) anos seguintes à rescisão; (ii) à solução de conflitos mediante arbitragem, na forma da Cláusula Décima Segunda; e (iii) ao quanto disposto na Cláusula

10.3, *in fine*, e na 10.4.

- 9.1.3. Resilido o presente Contrato nos termos desta Cláusula Nona, cada Parte ficará liberada de suas obrigações e responsabilidades perante as demais, sendo que cada uma das Partes arcará com as despesas em que incorreu no contexto e para os fins da negociação deste Contrato, sem que seja devida, por qualquer Parte às demais Partes, compensação ou indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA – APROVAÇÃO PELO CADE

10.1. Se necessário, as Partes e a Companhia concordam que deverão, em conjunto, submeter a Operação ao CADE, bem como envidar seus melhores esforços para obter a aprovação da Operação pelas referidas autoridades. As Partes, em conjunto com a Companhia, conduzirão ativa e diligentemente, por meio de seus assessores legais, tal submissão e o processo dela decorrente. As Partes, de forma não solidária, obrigam-se a (i) providenciar e encaminhar tempestivamente todas as informações e documentos necessários para a preparação da notificação da Operação ao CADE e (ii) providenciar e encaminhar tempestivamente todas as informações e documentos necessários que venham a ser solicitados pelo CADE, durante a instrução e análise da Operação, desde que autorizados por Lei para fazê-lo.

10.2. Caso as Partes ainda não tenham apresentado a Operação ao CADE, o pedido de aprovação deverá ser apresentado pelas Partes ao CADE no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da presente data.

10.3. Caso o CADE venha a impor qualquer restrição ou condição à Operação contemplada neste Contrato, as Partes de boa-fé envidarão os melhores esforços para viabilizar o atendimento à determinação que lhes seja feita pelo CADE, sendo certo que todas as implementações e os custos relacionados à restrição ou condição serão suportados exclusivamente pelo Comprador. Caso seja publicada decisão final do CADE negando a transação aqui proposta, em decorrência de qualquer ação, omissão ou descumprimento de obrigação por parte da Vendedora, o Comprador terá o direito à multa compensatória de 5% (cinco por cento) do Preço de Aquisição Inicial, independentemente de qualquer notificação, devida pela Vendedora em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da publicação de tal decisão. Caso seja publicada decisão final do CADE negando a transação aqui proposta, em decorrência (i) das características econômicas e/ou concorrenciais do Comprador ou, ainda, (ii) de qualquer ação, omissão ou descumprimento de obrigação por parte do Comprador, a Vendedora terá o direito à multa compensatória de 5% (cinco por cento) do Preço de Aquisição Inicial, independentemente de qualquer notificação, devida pelo Comprador em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da publicação de tal decisão.

10.4. Independentemente da emissão, pelo CADE, de resolução autorizativa ou denegatória da Operação, os custos, honorários e despesas relacionados com a apresentação da Operação aqui contemplada ao CADE serão suportados pelo Comprador, incluindo-se a taxa processual no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais); ressalvado, no entanto, que os processos administrativos junto ao CADE serão conduzidos pelos advogados do Comprador com auxílio dos advogados da Vendedora,

podendo cada Parte, às suas expensas, indicar seus próprios advogados, além dos advogados contratados pela Companhia e custeados pela Vendedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INDENIZAÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIAS

11.1. Indenização pela Vendedora. Respeitadas as limitações e observados os procedimentos previstos neste Contrato, a Vendedora obriga-se, de modo irrevogável e irretratável, a indenizar, defender e manter o Comprador, representantes legais, gestora e administradora do Comprador respectivos sucessores ou cessionários (cada um deles, doravante denominados “Partes Indenizáveis pela Vendedora”) isentos de quaisquer Perdas existentes, sofridas ou incorridas por qualquer uma das Pessoas Indenizáveis pela Vendedora, incluindo aqueles oriundos de Disputas, em virtude de:

- (i) Qualquer violação de qualquer dispositivo, obrigação e/ou compromisso assumido pela Vendedora neste Contrato, incluindo seus Anexos;
- (ii) Qualquer violação, inveracidade ou inexatidão de qualquer declaração ou garantia prestada pela Vendedora no âmbito deste Contrato; e/ou
- (iii) Evicção ou qualquer outro defeito ou vício que possa afetar a existência, validade e/ou a eficácia dos atos jurídicos por meio dos quais o Comprador adquire a titularidade das Ações da Companhia, ou que impeça ou ameace, ainda que isoladamente, qualquer um dos direitos inerentes à propriedade ou à posse das Ações da Companhia, de forma direta ou indireta.

11.2. Indenização pelo Comprador. Respeitadas as limitações e observados os procedimentos previstos neste Contrato, o Comprador obriga-se, de modo irrevogável e irretratável, a indenizar, defender e manter a Vendedora, suas respectivas Controladas, seus acionistas/sócios, conselheiros, diretores, empregados, procuradores, Controladores, representantes, advogados e respectivos sucessores e cessionários (cada um deles, doravante denominados “Partes Indenizáveis pelo Comprador”) isentos de quaisquer Perdas existentes, sofridas ou incorridas por qualquer uma das Pessoas Indenizáveis pelo Comprador, em virtude de:

- (i) Qualquer violação de qualquer dispositivo, obrigação e/ou compromisso assumido pelo Comprador neste Contrato, incluindo seus Anexos; e/ou
- (ii) Qualquer violação, inveracidade ou inexatidão de qualquer declaração ou garantia prestada pelo Comprador no âmbito deste Contrato.

11.3. Valor da Indenização; Sobrevivência da Obrigação de Indenizar. Qualquer indenização devida nos termos desta Cláusula Décima Primeira deverá ser paga, líquida e livre de quaisquer Tributos, de forma que a parte indenizada seja restituída à situação financeira imediatamente anterior à respectiva Perda.

11.4. Procedimento para Indenização de Demanda Direta. No caso de Perdas sofridas ou incorridas de qualquer uma das Partes Indenizáveis pela Vendedora ou qualquer uma das Partes Indenizáveis pelo Comprador, conforme o caso (uma “Parte Indenizada”), e que sejam de responsabilidade da Vendedora e/ou do Comprador, conforme o caso (a “Parte Indenizadora”), na forma do disposto nesta Cláusula Décima Primeira (“Demanda Direta”), a Parte Indenizada deverá enviar uma notificação à Parte Indenizadora a respeito de tal Perda efetivamente sofrida ou incorrida com, sempre que possível, uma estimativa do valor a ser indenizado, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da ocorrência ou da data que tomar conhecimento de tal fato (o que ocorrer por último) (“Notificação de Demanda Direta”).

11.4.1. A Parte Indenizadora, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação de Demanda Direta, entregará notificação escrita à Parte Indenizada, informando se concorda ou não em ser responsável pela indenização pleiteada ou se concorda ou não com o valor da Perda indenizável apresentado na Notificação de Demanda Direta.

11.4.2. Caso a Parte Indenizadora concorde ser responsável pelo pagamento da Perda em questão e concorde com o valor apresentado na Notificação de Demanda Direta, ou não se manifeste no prazo acima previsto, a Notificação de Demanda Direta passará a ser considerada como uma notificação de Perda para os fins deste Contrato, e a Parte Indenizadora deverá pagar à Parte Indenizada a indenização pleiteada na forma prevista na Cláusula 11.5 abaixo.

11.4.3. Caso a Parte Indenizadora manifeste não ser responsável pela indenização pleiteada ou não concorde com o valor da Perda apresentado na Notificação de Demanda Direta, a Parte Indenizada poderá submeter a questão ao procedimento arbitral estabelecido na Cláusula Décima Segunda abaixo.

11.5. Pagamento de Indenizações. Qualquer importância devida a qualquer Parte Indenizável relativamente a qualquer Perda será paga pela parte devedora à parte credora dentro dos 10 (dez) Dias Úteis seguintes ao recebimento pela Parte Indenizadora de uma notificação por escrito oriunda da parte a ser indenizada contendo a notificação de uma decisão definitiva transitada em julgada, quando envolver ações, processos, investigações, autuações, decisões, ou de um desembolso necessário feito pela Parte Indenizável, conforme o caso, nos termos deste Contrato. Se a Parte Indenizadora deixar de efetuar o pagamento das importâncias devidas dentro de tal período de 10 (dez) Dias Úteis, a Parte Indenizadora deverá pagar tal valor corrigido pelo CDI, até a data do seu integral pagamento.

11.6. Limitação Temporal. As obrigações de indenizar estabelecidas permanecerão válidas e exequíveis de acordo com os respectivos prazos prescricionais previstos na legislação aplicável (“Limitação Temporal de Indenização”), e (ii) quaisquer indenizações decorrentes do descumprimento ou rescisão do Acordo de Compartilhamento e do Acordo de Interferência, as quais não estarão sujeitas a qualquer Limitação Temporal de Indenização no entanto em qualquer

caso, a Parte Indenizadora deixará de ter responsabilidade por qualquer obrigação de indenizar e a Parte Indenizável renuncia ao direito de receber uma indenização nos termos desse Contrato, caso a Parte Indenizável não tenha notificado formalmente a Parte Indenizadora sobre a ocorrência de um evento indenizável ou fato gerador da Perda no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data em que a Parte Indenizável tenha tomado conhecimento da ocorrência do referido evento indenizável ou do referido fato gerador da Perda. Qualquer obrigação de indenização que seria terminada de acordo com o prazo acima estabelecido continuará válida se a pretensão em relação a tal indenização tiver sido manifestada tempestivamente, na forma e nos termos do presente Contrato, devendo essa obrigação permanecer válida até que a respectiva reivindicação de indenização tenha sido (a) julgada pelos órgãos ou tribunais competentes, (b) cumprida e/ou (c) de outro modo resolvida, conforme previsto nesta Cláusula Décima Primeira.

11.7. Substituição de Garantias. Aplicável apenas para o caso em que o Comprador opte pela assunção das outorgas existentes nos Projetos e solicite a transferência de tais outorgas na ANEEL e caso (i) circunstâncias específicas levem as Partes a concluírem conjuntamente que não é aconselhável ou possível negociar novações, aditamentos, liberações ou substituições de quaisquer das garantias existentes relacionadas a as outorgas e/ou (ii) o Comprador não possa, por qualquer razão não atribuível ao Comprador, assegurar essa liberação antes da Data de Fechamento, o Comprador deverá apresentar a Vendedora uma contragarantia na forma de fiança bancária ou qualquer outra garantia aceitável pelos Vendedores ("Contragarantia"), devendo o Comprador manter a Vendedora e suas afiliadas livres de quaisquer Ônus ou obrigações que surjam da garantia original. Em qualquer caso, após a Data de Fechamento, o Comprador será o único responsável pelo pagamento das obrigações subjacentes que geraram cada garantia, sendo certo e ajustado que (i) a Vendedora deverá comunicar o Comprador por meio de uma notificação escrita antes da expiração de 1/3 (um terço) do prazo estabelecido para o pagamento das obrigações subjacentes que geraram cada garantia e (ii) em caso de não pagamento de qualquer referida obrigação, o Comprador deverá pagar uma multa não compensatória de 2% (dois por cento) do montante pago pela Vendedora por cada pagamento não efetuado, ajustada anualmente por 100% (cem por cento) da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Não obstante o disposto acima, o Comprador deverá, dentro do prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Fechamento, substituir a Vendedora ou suas afiliadas na qualidade de garantidor nas garantias existentes relacionadas as outorgas vigentes dos Projetos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

12.1 As Partes e a Companhia, conforme o caso, deverão emendar os seus melhores esforços para resolver qualquer Disputa oriunda ou relacionada a este Contrato ou à sua violação, rescisão, aplicação, interpretação ou validade.

12.2 Qualquer Disputa será definitiva e exclusivamente resolvido por arbitragem ("Arbitragem"), conforme estabelecido pela Lei de Arbitragem, mediante envio de notificação pela Parte interessada e/ou pela Companhia, conforme o caso ("Parte Requerente"), à outra Parte e/ou à Companhia, conforme o caso ("Parte Requerida").

12.3 A Arbitragem será instalada e processada de acordo com o Regulamento do Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da CAM-CCBC ("Regulamento" e "Câmara", respectivamente), vigente na data em que o pedido de arbitragem for apresentado. A administração do processo arbitral será atribuída à Câmara. A sentença da arbitragem será definitiva e obrigará todas as Partes da Arbitragem, conforme definido abaixo, ainda que qualquer das Partes ou a Companhia se recuse a participar do processo de Arbitragem.

12.4 O tribunal arbitral será formado por 3 (três) árbitros, fluentes em português e inglês escrito e falado ("Árbitros" e "Tribunal Arbitral", respectivamente). A Parte Requerente da Arbitragem, de um lado, e a Parte Requerida da Arbitragem (em conjunto com a Parte Requerente da Arbitragem, as "Partes da Arbitragem"), do outro, terão direito de escolher 1 (um) Árbitro cada, cuja nomeação será feita nos termos e segundo as condições previstos no Regulamento. Os 2 (dois) Árbitros nomeados pelas Partes da Arbitragem deverão escolher, em conjunto, o 3º (terceiro) Árbitro, o qual será o presidente do tribunal arbitral. A Arbitragem será de direito, de acordo com a lei brasileira, sendo excluída expressamente qualquer possibilidade de sentença por equidade, e terá sede na Cidade e Estado de São Paulo.

12.5 O idioma oficial da Arbitragem será o português.

12.6 A Arbitragem estará sujeita ao mais absoluto sigilo, inclusive quanto à sua existência, exceto se sua divulgação for exigida pela Lei aplicável a qualquer das Partes da Arbitragem.

12.7 Caso a Arbitragem tenha múltiplas partes como Partes Requerentes ou como Partes Requeridas, as múltiplas Partes Requerentes deverão designar conjuntamente 1 (um) Árbitro e as múltiplas Partes Requeridas deverão designar conjuntamente 1 (um) outro Árbitro.

12.8 Caso as Partes da Arbitragem não cheguem a um acordo quanto ao Árbitro a ser indicado, todos os Árbitros do tribunal arbitral deverão ser nomeados pelo presidente da Câmara.

12.9 As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos na forma do Regulamento.

12.10 A Arbitragem será decidida de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

12.11 Antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das Partes da Arbitragem poderá requerer ao poder judiciário brasileiro medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão da Disputa à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral.

12.12 Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iii) as Disputas que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

12.13 A execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, será requerida preferencialmente no Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo; porém, caso seja útil ou necessário, poderão ser requeridas em qualquer foro, ainda que estrangeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Irrevogabilidade e Irretratabilidade. Este Contrato é celebrado em caráter irretratável e irrevogável, não podendo qualquer das Partes rescindi-lo ou eximir-se de seu cumprimento.

13.2 Execução Específica. As Partes expressamente reconhecem, neste ato, que as obrigações de fazer aqui previstas estão sujeitas a execução específica e serão cumpridas nos termos do §3º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, observados os procedimentos previstos no Código de Processo Civil.

13.3 Renúncias. O fato de qualquer Parte ou da Companhia deixar de exigir, a qualquer tempo, o cumprimento do disposto neste Contrato, ou deixar de exercer alguma opção, alternativa ou direito nele outorgado, não significará renúncia a qualquer de suas disposições, nem tampouco afetará sua validade ou direito, no todo ou em parte. Fica assegurado a qualquer Parte e à Companhia o direito de, posteriormente e a qualquer tempo, exigir o cumprimento de toda e qualquer disposição deste Contrato que possa exigir segundo os termos previstos no Contrato, bem como de exercer opção, alternativa e/ou direito de sua titularidade, conforme previsto neste Contrato, salvo quando disposto diversamente e de forma expressa neste Contrato. Nenhuma renúncia a qualquer disposição deste Contrato será eficaz perante as outras Partes ou a Companhia, conforme o caso, a menos que seja realizada validamente pela Parte renunciante por escrito.

13.4 Comunicações. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas, relativas ou decorrentes deste Contrato somente serão consideradas válidas e eficazes se respeitarem a forma escrita e forem enviadas por meio de carta, devendo ser enviadas para as Partes e para a Companhia, nos endereços abaixo:

(i) Se para a Vendedora:
At: [●]
Email: [●]
[●]

(ii) Se para o Comprador:

At: [●]
Email: [●]
[●]

(iii) Se para a Companhia:

At: [●]
Email: [●]
[●]

13.4.1 A mudança de destinatário, de endereço ou de qualquer dos detalhes indicados nesta Cláusula 13.4, deve ser prontamente comunicada ao Comprador, a Vendedora e à Companhia, conforme aplicável. Caso tal comunicação não seja realizada na forma prevista neste Contrato, qualquer aviso ou comunicação entregue aos destinatários ou nos endereços acima indicados será considerada como tendo sido regularmente feita e recebida. As notificações entregues de acordo com esta Cláusula 13.4 somente serão consideradas válidas mediante confirmação do recebimento pelo destinatário ou conforme aviso de recebimento, se enviadas por correio.

13.5 Cessão. As Partes não poderão, no todo ou em parte, ceder e/ou transferir seus respectivos direitos e obrigações, conforme previstos neste Contrato, a quaisquer terceiros, salvo mediante o consentimento prévio e por escrito da outra Parte.

13.6 Sucessores. O presente Contrato vinculará as Partes e a Companhia, assim como seus herdeiros, sucessores e cessionários autorizados, a qualquer título, que deverão exercer os direitos e obrigações aqui previstos sempre em conjunto, de modo a cumprir tudo o que houver sido estabelecido pela Parte ou pela Companhia, conforme o caso, sucedido pelos herdeiros, sucessores ou cessionários autorizados.

13.7 Confidencialidade. As Partes obrigam-se, por si e por suas Partes Relacionadas, a manter a confidencialidade (com exceção dos seus representantes, assessores, e outros envolvidos na análise e implementação da Operação, desde que a Parte aplicável lhes imponha as mesmas obrigações de confidencialidade aqui previstas), das informações contidas ou oriundas deste Contrato, sejam verbais, escritas, impressas ou eletrônicas, de natureza técnica, financeira ou comercial (incluindo, sem limitação, *know-how*, relatórios, análises, estudos, interpretações, projeções, prognósticos, registros, notas, memorandos, sumários, fotos, certificados, pesquisas, planos de negócios, planejamentos estratégicos, segredos comerciais, mapas, assim como qualquer tipo de informação sobre safras, colheitas, topografia, geologia, tempo e ciclos agrícolas), sejam preparadas por uma das Partes ou qualquer um de seus empregados, diretores ou conselheiros ou por qualquer consultor, representante, advogado, contador ou assessor de uma Parte à outra, seja antes ou após a assinatura deste Contrato ("Informações Confidenciais").

13.7.1 As obrigações de confidencialidade dispostas nesta Cláusula não serão aplicáveis às Informações Confidenciais que:

- (i) Forem de domínio público ao tempo da revelação;
- (ii) Após a revelação (que não seja realizada por nenhuma das Partes), tornem-se de domínio público ou acessíveis ao público de forma geral, sem que tenha ocorrido qualquer violação ao presente Contrato;
- (iii) Antes da revelação, estejam legalmente e comprovadamente sob o domínio de uma das Partes ou da Companhia, e tenham sido adquiridas por outras formas que não através da Parte ou da Companhia, conforme aplicável, que revelou a Informação Confidencial ou através de quaisquer de seus representantes; ou
- (iv) Tenham que ser reveladas em virtude de uma Ordem. Neste caso, a Parte ou a Companhia, conforme aplicável, obrigada a revelar a Informação Confidencial comunicará imediatamente à Parte ou à Companhia, conforme aplicável, devendo a divulgação ater-se somente à parcela da informação necessária para cumprimento da obrigação ou da Ordem, sem prejuízo da manutenção do sigilo às demais Informações Confidenciais.

13.8 Multa por Atraso. Caso uma Parte deixe de efetuar tempestivamente o pagamento de qualquer valor devido nos termos deste Contrato, incluindo exemplificativamente o Preço de Aquisição de Fechamento, a Parte faltosa estará sujeita à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, corrigido pelo CDI, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* desde a data em que tal valor deveria ter sido pago (exclusive) até a data do efetivo pagamento (inclusive), sem prejuízo do direito da Vendedora de executar a cobrança da fiança bancária entregue pelo Comprador para a sua participação do Leilão, caso aplicável nos termos do Plano de Recuperação Judicial, a título de multa moratória, remanescendo as obrigações de pagamento previstas nesse Contrato sem qualquer desconto.

13.9 Acordo Integral. Exceto pelos termos do Plano de Recuperação Judicial, os quais permanecem aplicáveis à relação das Partes de acordo com os parâmetros e condições lá estabelecidos, as Partes esclarecem que a celebração do presente Contrato reflete integralmente as negociações entre as Partes, substituindo todos os entendimentos, negociações, documentos e acordos celebrados entre eles anteriormente à presente data.

13.10 Alterações. Nenhuma alteração das disposições deste Contrato será exequível a menos que formalizada por escrito e assinada por todas as Partes.

13.11 Despesas. Exceto se de outra forma expressamente estabelecido neste Contrato, todos os custos e despesas, inclusive honorários advocatícios e de consultores financeiros, auditores e outras despesas incorridas no âmbito deste Contrato deverão ser pagos pela Parte que incorreu em tais custos e despesas.

13.12 Tributos. Quaisquer Tributos de qualquer natureza incidentes em decorrência da

consumação da operação contemplada neste Contrato serão de responsabilidade exclusiva da Parte considerada como seu respectivo contribuinte fiscal nos termos das Leis aplicáveis.

13.13 Anuência. A Companhia concorda com todos os termos e condições do presente Contrato, inclusive com todas e quaisquer obrigações impostas à Companhia, conforme previstas neste Contrato.

13.14 Legislação aplicável. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

13.15 Rubricas. As Partes neste ato autorizam as Pessoas abaixo identificadas a rubricar todas as páginas deste Contrato, seus Anexos e quaisquer documentos correlatos em seu nome.

Parte	Nome	Rubrica
Vendedora	[•]	
Companhia	[•]	
Comprador	[•]	

[REMANEÇA DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

[ASSINATURAS SEGUEM NA PRÓXIMA PÁGINA]

E, por estarem assim ajustadas, as Partes assinam o presente Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em [●] de [●] de 2020, entre o [Vendedor] e o [Comprador], com a interveniência e anuência da [SPE UPI ASIII Fase B], em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

[●], [●] de [●] de 2020.

[VENDEDORA]

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

[COMPRADOR]

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

[SPE UPI ASIII FASE B]

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

Testemunhas

1. _____

Nome:

RG:

Órg. Exp.:

CPF/ME:

2. _____

Nome:

RG:

Órg. Exp.:

CPF/ME:

RELAÇÃO DE ANEXOS

(do Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em [●] de [●] de 2020, entre o [Vendedor] e o [Comprador], com a interveniência e anuência da [SPE UPI ASIII Fase B])

DOCUMENTO	ANEXO
Lista de Ativos e Direitos	A
Relação dos Contratos Fundiários	B
Minuta do Acordo de Interferência	C
Licenças Ambientais	D
Processos Judiciais Não Incluídos	E
Áreas de Influência dos Projetos	F
Minuta do Acordo de Compartilhamento	G
Declaração de Fechamento da Vendedora	3.1(xvi)
Declaração de Fechamento do Comprador	3.1 (xvii)
Cartas de Renúncia dos Administradores da Companhia	4.1(v)
AGE do Fechamento	4.1(vi)
Demonstrações Financeiras Data Base	6.2.7
Contratos Fundiários Não Individualizados – Fase A	6.2.9 (a)
Contratos Fundiários Não Individualizados – AS1	6.2.9 (b)

ANEXO A

MNO FASE B - SUBESTAÇÃO 11.2 E DEMAIS EQUIPAMENTOS

COMENTÁRIOS

- Os equipamentos / materiais e seus quantitativos foram levantados no estoque da Renova.
- A Renova irá realizar as transferências contábeis entre as SPes do Projeto MNO Fase B e demais SPes da Renova para adequação Contábil e Física.
- Todos os equipamentos / materiais serão entregues na condição "As Is", conforme vistoria realizada pelo comprador.

DESCRIÇÃO DO ATIVO

O ativo SE 11.2 - Está parcialmente montada conforme os documentos EOL-04-PBC-ST-GE-01-R-04 - DIAGRAMA UNIFILAR SIMPLIFICADO , AS3-PE-112-EM-DES-001-R0A - SE 11.2 - ARRANJO GERAL 230-34,5kV,AS3-PE-112-EM-DES-002-R0B - SE 11.2 - ARRANJO GERAL 230KV - CORTES, com avanço de 83% segundo doc "Sistema Elétrico ASIII - Fase A_B_rev2-SEGREGADO" - RENOVA (indicado no data room), possui o setor de 34,5 KV com entradas para 10 parques, possui duas chegadas de LT 230kV, sendo que uma já encabeçada no pórtico, dois transformadores de 230/34,5kV - 100MVA cada montados e cheios de óleo isolante.

OBS. O único escopo ainda não finalizadas da SE basicamente são :

- Instalação das Caixas de comando do Disjuntor de Linha 230KV;
- Finalização de lançamento de alguns cabos de comando e cabos de força;
- Pavimentação dos acessos internos em bloquetes intertravados de concreto;
- Completar camada de brita no pátio.
- Falta instalação de sistema de monitoramento e CFTV da SE . Equipamentos também não estão disponibilizados.
- Falta de concertinas para proteção contra invasões por sobre os muros.

A EQUIPAMENTOS SUBESTAÇÃO				
A.1	Equipamentos pátio 230kV	CJ	1	Equipamentos estão todos no pátio de 230kV. Estão faltando as instalações de Caixas de Comando do Disjuntor da Linha , Conexões de Cabos (pingados).
A.2	Equipamentos de 34,5 kV	CJ	1	Equipamentos estão todos no pátio de 34,5kV. EXCETO Trafo Serv. Aux. 112,5KVA -34,4kV-380/220V Estão faltando as instalações de conexões de barramentos aéreos, conexões de TP's e TC's .
A.3	Painéis da Casa de Comando	CJ	1	Os painéis estão todos instalados . Necessitam ser interligados (cabeamento), testados e comissionados . Painel ANEMOMA - ETH4 disponível no Almoarifado do Canteiro Renova
A.4	Carregadores/Retificadores e Baterias	CJ	1	Estão todos instalados na Casa de Comando . Especial atenção deverá ser dada com as baterias pois não receberam as recargas adequadas durante a paralisação o que deve ter comprometida sua vida útil.
A.5	Painéis de Comunicação com o O N S via satélite.	CJ	1	Não existem estes painéis na SE . Deverão ser adquiridos e instalados na SE 11.2, e interligados às outras SE's do sistema através dos cabos OPGW das LTS.
A.6	Grupo Diesel Gerador (GMG)	CJ	1	Está completo Instalado na SE. Não existe dique de contenção de óleo ou caixa de coleta e separação no caso de vazamento . Falta a bateria de partida do GDG e a bomba de Diesel não está instalada (mas está na SE)
A.7	Transformadores Elevadores	CJ	2	Estão instalados na SE e cheios de óleo. O óleo dos transformadores deverá ser testado antes do comissionamento e deverá ser filtrado e tratado.

A COMENTÁRIOS GERAIS DA SE 11.2 (As is)

1	A SE está parcialmente montada faltando basicamente alguns lançamentos de cabos de Comando e controle e energia, Finalização das montagens e ligação de todo cabeamento da SE . Depois Testes e comissionamento, porém devido ao tempo de paralisação da montagem , deverá ser revisada toda a montagem com verificação de toda montagem, regulagem de todas as seccionadoras reapertos e torqueamentos de todos os parafusos.
2	Status de montagem da SE: A planilha RENOVA indica um avanço de implantação de 85%. Conforme verificado, será necessário reavaliar as montagens dos equipamentos, alinhamentos, torqueamentos, movimentação limpeza e ajustes. Assim é necessário um retrocesso no avanço físico para 65%, considerado em função destes serviços que deverão ser executados antes do início do comissionamento.
3	Não há tanque de coleta e separação de óleo do GMG no caso de vazamentos.
4	Há partes da SE ainda sem a brita no pátio .
5	Os acessos internos ainda deverão receber a pavimentação com bloquetes intertravados de concreto
6	Falta instalação de sistema de monitoramento e CFTV da SE . Equipamentos também não estão disponibilizados.
7	Falta instalação de concertinas para proteção contra invasões por sobre os muros.

B LINHA DE TRANSMISSÃO SE11.2-SE11.1 - 8,7km		UN.	QTDE.	Observações
1	Conj. Implantado de LT 230KV , incluindo torres, cabos, isoladores, ferragens e demais componentes entre (SE 11.2 - SE 11.1), conforme projeto EOL-04A-PBC-LT-EM-01-R-02 - TRAÇADO GERAL LT-230KV-SE-A11.2-SE-A11.1.	Km	8,3	A LT deverá sofrer uma alteração na entrada da SE 11.1 , para ser redirecionada e completada a partir daí com um trecho novo até a "SE NOVA" de aproximadamente 13,4 km. Obs.: As duas últimas torres no encabeçamento na SE 11.1, deverão ser desmontadas e serão disponibilizadas para serem utilizadas em outros pontos do novo trecho a ser projetado e construído.

ANEXO A

MNO FASE B - LISTA DE EQUIPAMENTOS EM ESTOQUE

COMENTÁRIOS

- Os equipamentos / materiais e seus quantitativos foram levantados no estoque da Renova.
- A Renova irá realizar as transferências contábeis entre as SPes do Projeto MNO Fase B e demais SPes da Renova para adequação Contábil e F
- Todos os equipamentos / materiais serão entregues na condição "As Is", conforme vistoria realizada pelo comprador.
- A lista de equipamentos / materiais em estoque abaixo não inclui os ativos instalados, a saber a SE 11.2 e a LT 11.2 - 11.1.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.	EXISTE OK/NOK	LOCAL DE ARMAZENAGEM	OBSERVAÇÕES
A EQUIPAMENTOS SUBESTAÇÃO						
A.1	Painel De Serviço Auxiliar Se A7.1 Qdcc G-1.1 G-1.2 125 Vcc	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.2	Painel De Serviço Auxiliar Se A7.1 Qdcc G-1.1 G-1.2 380/220 Kv	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.3	Painel Se 7.1 Medição De Faturamento Pmf-1 34,5/230Kv Se Coletora A7.1	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.4	Painel Se 7.1 Ppc2 (Painel de proteção do trafo)	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.5	Painel Se 7.1 Ppc 1 (IHM)	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.6	Painel Se 7.1 Ppc3 (Proteção Principal LT)	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.7	Painel Se 7.1 Ppc4 (Proteção Retaguarda LT)	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.8	Patch Painel 24Rjks+ Mcable Holder	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.9	Painel De Controle SE7.1 (CLP Serviços Auxiliares).	PÇ	1	OK	Almox Canteiro	
A.10	PARA RAI0 POLIMETRICO BORRACHA ATE 750KV	PÇ	6	OK	Almox Canteiro	
A.11	Para raios245Kv, Ur 192 Kv,62Hz, Com Contador De Descarga, Conforme Desenho Abb 1Hsa133-9029.	PÇ	6	OK	Almox Canteiro	
A.12	Tranformador trifásico de Potencia 100MVA - 34,5/230kV (Numero de serie 1ZBR61473)	PÇ	1	OK	Almox Área Pulmão	
A.13	Transformador Trifásico De Serviços Auxiliares 30Kva- 36,2Kv-35.300-380/220V, Conforme Desenho Trael 2870.00	PÇ	4	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.14	Transformador De Potencial Capacitivo 230kV	PÇ	3	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.15	Transformador De Potencial BDEC FT26 36,2kV	PÇ	3	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.16	Transformador De Corrente 230Kv, 1200 A,40Ka,Desenho Abb 2Gda212 C-1451002.001	PÇ	1	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.17	TRANSFORMADOR DE CORRENTE BDEC 36,2KV 4000A 150LET	PÇ	11	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.18	Disjuntor Tripolar Com Acionamento Tripolar, Sf6, 72,5Kv, 2000 A,31,5Ka,Nbi350Kv,Conforme Desenho Abb 2Gdb212C-145-1001.005	PÇ	1	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.19	Religador 38 Kv, 800 A, 16 Ka, Conforme Desenho Abb C-1452008-P1	PÇ	7	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	2
A.20	CHAVE SECCIONADORA BC 245KV (C/LT)	PÇ	1	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.21	CHAVE SECCIONADORA EVR 245KV (S/LT)	PÇ	1	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.22	CHAVE SECCIONADORA BC 245KV (S/LT C/TB)	PÇ	1	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.23	CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR 38KV 630A	PÇ	7	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.24	CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR 38KV 2000A	PÇ	2	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.25	CHAVE FUSIVEL DE 34,5kV (monofásica)	PÇ	15	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	
A.26	SISTEMA DE ENERGIA 125KV COMPOSTO DE RETIFICADOR 32A	PÇ	2	OK	Almox Canteiro	
A.27	SISTEMA DE ENERGIA 125KV COMPOSTO DE RETIFICADOR 64A	PÇ	2	OK	Almox Canteiro	

ITEM	LINHA TRANSMISSÃO REF. SE 11.2 - SE 7.1	UN.	QTDE.			
B CABOS						
B.1	Cabo condutor tipo CAA 740.8 kcmil, "FLINT"	Km	73	OK	Almox Canteiro	
B.2	Cabo para-raio aço zincado 3/8" EAR	Km	26	OK	Almox Canteiro	
B.3	Cabo para-raio OPGW 14.4mm	Km	24	OK	Almox Canteiro	
B.4	Cabo conta peso (aterramento) aço zincado 3/8" EAR	Km	32	OK	Almox Canteiro	
B.5	Cabo para Stal1/2" EAR 230kV	Km	6	OK	Almox Canteiro	

C ESTRUTURAS e ISOLADORES						
C.1 ESTRUTURAS						
C.1.1	ESTRUTURA DE SUSPENSÃO TIPO S21s	Cj	9	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	7
C.1.2	ESTRUTURA DE SUSPENSÃO TIPO S22s	Cj	7	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	7
C.1.3	ESTRUTURA DE ANCORAGEM TIPO A21t	Cj	6	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	7
C.1.4	ESTRUTURA DE ANCORAGEM TIPO AF2s	Cj	4	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	7
C.1.5	PÓRTICO PARA 230kV / condutor Flint / 1 cabo por fase (INSTALADO NA se 11.2)	Cj	1	OK	Almox. Anexo em frente ao Canteiro	7
C.1.6	ESTRUTURAS DE CONCRETO PARA CASA DE COMANDO E CASA DO GDG	CJ	1	OK	Almox. Pátio do Rômulo + Almox. Area Pulmão (rodovia)	1
C.1.7	ESTRUTURAS DE CONCRETO (PÓRTICOS) VIGAS E COLUNAS P/ SE 7.1	-	-		Almox Pátio do Rômulo	1
C.1.8	ESTRUTURAS DE CONCRETO PARA FUNDAÇÕES DA LT SE 7.1 /11.2	CJ	1	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	1
C.2 CONJUNTO DE SUSPENSÃO E ANCORAGEM DO CONDUTOR CAA FLINT, PÁRA-RAIOS Ø 3/8" EAR E OPGW 14.4mm						
C.2.1	Conjunto de suspensão simples (IS-8)	Cj	119	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.2.2	Conjunto de passagem simples (IP-8)	Cj	24	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.2.3	Conjunto de ancoragem simples (AS-8)	Cj	48	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.2.4	Conjunto de ancoragem simples para Pórtico (AS-8)	Cj	4	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.2.5	Conjunto de ancoragem para OPGW 14.4mm - AO (formado por conectores e 2 grampos - ré e vante)	Cj	8	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.2.6	Conjunto de suspensão para Ø 3/8" EAR - S1	Cj	82	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.2.7	Conjunto de suspensão para OPGW 14.4mm - SO	Cj	50	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.3 ISOLADORES						
C.3.1	Isolador de vidro de 120 kN, Engate IEC 60120/20 - pino Ø16mm.	Cj	4040	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	9
C.4 ACESSÓRIOS PARA CABOS CONDUTOR E PARA-RAIOS						
C.4.1	Luva de emenda para cabo condutor CAA 740.8 kcmil, "FLINT"	PÇ	67	OK		
C.4.2	Luva de reparo para cabo condutor CAA 740.8 kcmil, "FLINT"	PÇ	20	OK		
C.4.3	Amortecedor para cabo condutor CAA 740.8 kcmil, "FLINT"	PÇ	271	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.4.4	Amortecedor para cabo pára-raios de aço zincado Ø 3/8" EAR	PÇ	442	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.4.5	Amortecedor para cabo OPGW 14.4mm	PÇ	264	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.4.6	Esfera de sinalização aérea diurna (Ø=600mm) para cabo de aço zincado Ø 3/8" EAR	PÇ	5	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	
C.4.7	Esfera de sinalização aérea diurna (Ø=600mm) para OPGW 14.4mm	PÇ	1	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	
C.4.8	Caixa de emenda para cabo OPGW 14.4mm	PÇ	16	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	8
C.4.9	Cruzeta para reserva de cabo OPGW 14.4mm com suporte de fixação	PÇ	16	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.4.10	Grampo guia de descida para cabo OPGW 14.4mm	PÇ	72	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.5 ESTAIS E ACESSÓRIOS						
C.5.1	Conjunto de fixação de estais	PÇ	179	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	9
C.5.2	Sinalizador de estais	PÇ	40	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	6
C.6 MATERIAL DE ATERRAMENTO						
C.6.1	7.5 Haste de aterramento com conector	PÇ	187	OK	Almox. Area Pulmão (rodovia)	9

OBSERVAÇÕES	
1.	Equipamento existente - Não estava incluso na Lista apresentada pela RENOVA
2.	Material armazenado no almoxarifado , e com identificações da SE 7.1
3.	Material armazenado no almoxarifado , e com identificações da SE 7.1
4.	Material armazenado no almoxarifado anexo em frente ao Canteiro Central , faltando um (1) polo que foi encaminhado para ABB para reparo.
5.	Foi verificado uma quantidade de IPs no almoxarifado , em quantidade suficiente
6.	Não foram conferidas as quantidades de materiais .
7.	Foram encontradas peças ("posições") de todos os tipos de torres da LT 7.1/11.2 em grande quantidades porém nem todo material foi contado em função de estarem amarrados em pacotes muito pesados , e não estarem ainda separados
8.	Algumas peças encontradas mas estão danificadas
9.	Material encontrado em grande quantidade porém não foi possível conferir quantidade

ANEXO A

MNO FASE B - LISTA DE TORRES ANEMOMÉTRICAS

ITEM	TORRE	TORRE	X (m)	Y (m)	Altura	Status
A	PARQUE					
A.1	ALCACUZ	ALC_P	753522	8473947	89m	Instalado
A.2	MACAMBIRA	MAC_P	748013	8463645	89m	Instalado
A.3	BOTUQUARA	BOT_P	728457	8500036	89m	Instalado
A.4	TAMBORIL	TBR_P	748448	8467236	89m	Instalado
A.5	PUTUMUJU	PTJ_P	752473	8472639	89m	Instalado
A.6	ANISIO TEIXEIRA	ANT_P	752159	8446037	89m	Instalado
A.7	EMBIRUCU	EMB_P	750450	8447667	89m	Instalado
A.8	ICO	ICO_P	749610	8464932	89m	Instalado
A.9	ALCACUZ	ALC_T	753138	8473898	89m (Temporária)	Instalado
A.10	ICO	ICO_T	749299	8464965	89m (Temporária)	Instalado
A.11	PUTUMUJU	PTJ_T	752185	8472710	89m (Temporária)	Instalado
A.12	BOTUQUARA	BOT_T	728032	8500043	89m (Temporária)	Instalado
A.13	MACAMBIRA	MAC_T	747653	8463680	89m (Temporária)	Instalado

Anexo B**Contratos Fundiários****Contratos de Arrendamento que compõem o *layout* do Projeto**

#	Parques	Fase	Número do Contrato	Nome do Proprietário	Município	Nome da Propriedade	Município da Propriedade	Potência associada
1.	CENTRAIS EÓLICAS CONQUISTA S.A ²	B	10_7	Espólio Joaquim Paulino dos Santos, neste ato representado por Alaides Maria dos Santos	Riacho de Santana	Fazenda Santa Isabel	Riacho de Santana	19,2 MW
2.	CENTRAIS EÓLICAS ANÍSIO TEIXEIRA	B	1063_13	Manoel José Teixeira Neto	Caetité	Sítio do Limoeiro	Caetité	4,8 MW
3.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A	B	1445_12	Gilberto Pereira Leão, Brasileiro, Lavrador, Solteiro, Inscrito no CPF/MF sob nº 040.790.078-09 e Gerônimo Pereira Leão	Caetité	Fazenda Cristina - Boqueirão	Caetité	9,6 MW
4.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A	B	1455_12	Célio Pedro Lopes	Caetité	Fazenda Olho D 'Água	Caetité	0 MW
5.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A	B	1641_12	Benedito Alves Ferreira	Caetité	Sítio Olho D 'Água	Caetité	9,6 MW
6.	CENTRAIS EÓLICAS EMBIRUÇU S.A	B	1674_12	Milton José das Neves	Caetité	Fazenda Gameleira	Caetité	0 MW
7.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A	B	1692_12	Domingos Rodrigues dos Santos	Caetité	Sítio Buqueirão	Caetité	0 MW
8.	CENTRAIS EÓLICAS EMBIRUÇU S.A	B	1726_12	Alayne Magalhães Trindade Domingues Yamada, Brasileira, Bióloga, casada, inscrita no CPF/MF 983.237.415-49, neste ato representada por Manoel Pedro Leopoldo Trindade	Caetité	Sítio Lagoa de Manoel Braz	Caetité	9,6 MW
9.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A	B	1735_12	José Fernandes dos Santos	Caetité	Sítio Cacimbas dos Umbuzeiros	Caetité	4,8 MW
10.	CENTRAIS EÓLICAS CANSANÇÃO S.A	B	1743_6	Manoel Aparecido Fernandes Rocha	Igaporã	Fazenda Nova Era	Igaporã	0 MW

#	Parques	Fase	Número do Contrato	Nome do Proprietário	Município	Nome da Propriedade	Município da Propriedade	Potência associada
11.	CENTRAIS EÓLICAS CANSANÇÃO S.A	B	1805_6	Antonio Fernandes Borges, Brasileiro, Agricultor, Inscrito no CPF/MF nº 371.968.395-87, neste ato representado por Harley Fernandes Borges	Igaporã	Fazenda Santana	Igaporã	0 MW
12.	CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A	B	1843_7	Joaquim Barbosa Silva	Riacho de Santana	Faz. Jacú e Olho D'Água do Coqueiro	Riacho de Santana	4,8 MW
13.	CENTRAIS EÓLICAS ALÇAÇUZ S.A¹	B	1847_6	Cezar de Brito Vilas Boas, Brasileiro, Aposentado, insc. CPF/MF sob nº 009.762.705-44, casado com Zaide Fernandes Vilas Boas, Brasileira, Aposentada, insc. CPF/MF sob nº 972.339.865-68, neste ato representado por: Maria Rita Fernandes Vilas Bôas	Igaporã	Fazenda Jatobá	Igaporã	24 MW
14.	CENTRAIS EÓLICAS ALÇAÇUZ S.A¹	B	668_11	Elenita Maria Ferreira Novais	Igaporã	Fazenda Tronxo	Igaporã	0 MW
15.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A e CENTRAIS EÓLICAS FACHEIO S.A	B	1848_12	Juraci de Jesus, Brasileiro, Lavrador, inscrito no CPF/MF sob nº 024.509.805-47, casado com Vera Lucia de Jesus Ferreira, Brasileira, Lavradora, inscrita no CPF/MF sob nº 024.509.805-47 e Silvano de Jesus	Caetité	Fazenda Morro	Caetité	0 MW
16.	CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A	B	1860_7	José Paterniano da Silva	Riacho de Santana	Fazenda Olho D'Água do Coqueiro	Riacho de Santana	0 MW
17.	CENTRAIS EÓLICAS IPÊ AMARELO e CABEÇA DE FRADE	B	1877_12	Alzina Pinheiro Neves	Igaporã	Fazenda Caldeirão	Igaporã	9,6 MW
18.	CENTRAIS EÓLICAS COXILHA ALTA S.A	B	1879_7	Salvador Silva de Oliveira	Riacho de Santana	Fazenda Cabeceiras	Riacho de Santana	9,6 MW
19.	CENTRAIS EÓLICAS COXILHA ALTA S.A	B	1880_7	Dário Magalhães Silva	Riacho de Santana	Fazenda Bom Sucesso	Riacho de Santana	14,4 MW
20.	CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A	B	1895_7	Espólio Otaviano Barbosa da Silva, neste ato representado por sua viúva meeira, Glória Fernandes de Azevedo	Riacho de Santana	Fazenda Olho D'Água do Coqueiro	Riacho de Santana	0 MW
21.	CENTRAIS EÓLICAS CALIANDRA S.A	B	1906_11	Jeovane Carlos Rocha do Nascimento	Igaporã	Fazenda Caldeirão	Igaporã	0 MW

#	Parques	Fase	Número do Contrato	Nome do Proprietário	Município	Nome da Propriedade	Município da Propriedade	Potência associada
22.	CENTRAIS EÓLICAS CALIANDRA S.A	B	1908_11	Aurindo Francisco Borges	Igaporã	Fazenda Caldeirão	Igaporã	4,8 MW
23.	CENTRAIS EÓLICAS ANISIO TEIXEIRA S.A	B	1912_13	Espólio Manoel Ribeiro da Silva, neste ato representado por Ivande Soares Neves, brasileira, aposentada, viúva, inscrita no CPF/MF sob nº 006.516.425-31 e Eunizio Ribeiro da Silva	Caetité	Fazenda Gameleira de Fora	Caetité	4,8 MW
24.	CENTRAIS EÓLICAS TAMBORIL S.A	B	1918_11	José Ferreira de Souza	Igaporã	Fazenda Espinheiro	Igaporã	4,8 MW
25.	CENTRAIS EÓLICAS CONQUISTA S.A	B	1955_7	Sifizia Rosa dos Santos	Riacho de Santana	Fazenda Santa Isabel	Riacho de Santana	0 MW
26.	CENTRAIS EÓLICAS JEQUITIBA S.A	B	1971_12	Helio Nogueira Pereira	Caetité	Sítio Lagoa das Vacas	Igaporã	0 MW
27.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A	B	1977_12	José Fernandes dos Santos	Caetité	Sítio Cacimbas dos Umbuzeiros	Caetité	0 MW
28.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A e CENTRAIS EÓLICAS FACHEIO S.A	A e B	2036_12	Espólio Domingos de Jesus, neste ato representado por Luzimara Rodrigues de Jesus	Caetité	Fazenda Olho D'Agua	Caetité	0 MW
29.	CENTRAIS EÓLICAS CONQUISTA S.A ³	B	2049_12	Flávio Neves Marques	Guanambi	Fazenda Marques	Riacho de Santana	0 MW
30.	CENTRAIS EÓLICAS JEQUITIBA	B	2054_12	Espólio Valdemir Alves dos Santos, neste ato representado pela viúva meeira, Ana Nogueira dos Santos	Caetité	Sítio Barro Branco	Igaporã	0 MW
31.	CENTRAIS EÓLICAS CARRANCUDO S.A	A e B	2071_11	Jurandir Antonio de Oliveira Pereira	Igaporã	Fazenda Baixa da Vereda	Igaporã	24 MW
32.	CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A	B	2085_7	Francisco Pereira da Silva	Riacho de Santana	Fazenda Jacu	Riacho de Santana	0 MW
33.	CENTRAIS EÓLICAS PORTO SEGURO (ASI) /	ASI e B	24_6	Luzia Barbosa de Souza	Igaporã	Tabas da Fazenda Espinheiro	Igaporã	9,6 mW

#	Parques	Fase	Número do Contrato	Nome do Proprietário	Município	Nome da Propriedade	Município da Propriedade	Potência associada
	CENTRAIS EÓLICAS CANJOÃO E CANSANÇÃO							
34.	CENTRAIS EÓLICAS COXILHA ALTA S.A	B	28_7	Ana Maria dos Santos Ribeiro, neste ato representada por Silvandira Maria Ribeiro de Oliveira	Riacho de Santana	Fazenda Riacho Seco	Riacho de Santana	0 MW
35.	CENTRAIS EÓLICAS ANISIO TEIXEIRA S.A	B	292_13	Edivaldo Lopes Teixeira	Caetité	Fazenda Mandinga	Caetité	9,6 MW
36.	CENTRAIS EÓLICAS TAMBORIL S.A	B	339_11	Irani Fernandes Neves	Igaporã	Fazenda Barra	Igaporã	4,8 mW
37.	CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A	B	4_7	Edivaldo Silva Santos	Riacho de Santana	Fazenda Santa Izabel	Riacho de Santana	4,8 MW
38.	CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A	B	5_7	Antonio Barbosa da Silva	Riacho de Santana	Fazenda Olho D'Água do Coqueiro	Riacho de Santana	4,8 MW
39.	CENTRAIS EÓLICAS JEQUITIBA S.A E CENTRAIS EÓLICAS UMBUZEIRO S.A	A e B	509_12	Jackson Ubiratan Teixeira Ladeia	Guanambi	Fazenda Lagoa das Vacas	Igaporã	9,6 MW
40.	CENTRAIS EÓLICAS TINGUI S.A	B	514_12	Geraldo Honório de Matos	Caetité	Fazenda Lagoa do Fundo	Caetité	4,8 MW
41.	CENTRAIS EÓLICAS UMBUZEIRO S.A e CENTRAIS EÓLICAS TINGUI S.A	A e B	536_12	Espólio Otelino Santana Costa, neste ato representado por Nadir Fernandes Costa	Caetité	Sítio Sozinho	Caetité	4,8 MW
42.	CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A	B	55_7	Leoncio Rodrigues da Silva	Riacho de Santana	Fazenda Bom Sucesso	Riacho de Santana	4,8 MW
43.	CENTRAIS EÓLICAS TINGUI S.A	B	555_12	José Fernandes de Matos	Caetité	Sítio Lagoa da Beirada	Caetité	0 MW
44.	CENTRAIS EÓLICAS TINGUI S.A	B	580_12	Ronaldo Xavier Ramos	Caetité	Fazenda Tamanduá	Caetité	0 MW

#	Parques	Fase	Número do Contrato	Nome do Proprietário	Município	Nome da Propriedade	Município da Propriedade	Potência associada
45.	CENTRAIS EÓLICAS CONQUISTA S.A e CENTRAIS EÓLICAS BOTUQUARA S.A ²	B	598_7	Erivaldo Xavier de Castro	Riacho de Santana	Fazenda California	Riacho de Santana	9,6 MW
46.	CENTRAIS EÓLICAS CANSANÇÃO S.A	B	60_6	Leoncio Borges de Carvalho	Igaporã	Fazenda Nova Era	Igaporã	4,8 MW
47.	CENTRAIS EÓLICAS TAMBORIL S.A	B	619_11	Aldo Fernandes Borges	Igaporã	Fazenda Espinheiro	Igaporã	4,8 MW
48.	CENTRAIS EÓLICAS PUTUMUJU	B	622_11	Cerâmica Santana de Igaporã, neste ato representado por Nilton da Cruz Alves	Caetité	Fazenda São Bento	Igaporã	19,2 MW
49.	CENTRAIS EÓLICAS CANSANÇÃO S.A	ASI e B	625_6	Darlon Fernandes Magalhães	Igaporã	Fazenda Pedra Branca	Igaporã	4,8 MW
50.	CENTRAIS EÓLICAS TINGUI S.A	B	627_12	Paulo Santos de Oliveira	Caetité	Sítio Lagoa do Fundo	Caetité	4,8 MW
51.	CENTRAIS EÓLICAS LENÇÓIS S.A	B	660_7	Sebastião Rocha de Oliveira	Riacho de Santana	Fazenda Roçadinho	Riacho de Santana	0 MW
52.	CENTRAIS EÓLICAS TAMBORIL S.A	B	665_11	Aparecido Fernandes Borges	Igaporã	Fazenda Espinheiro	Igaporã	14,4 MW
53.	CENTRAIS EÓLICAS TAMBORIL S.A	B	676_11	Espólio Izaltino Pereira Bizerra, neste ato representado por Maria Lurdes Bezerra	Igaporã	Fazenda Espinheiro	Igaporã	0 MW
54.	CENTRAIS EÓLICAS CALIANDRA S.A e CENTRAIS EÓLICAS BARBATIMÃO S.A	A e B	690_11	Antomario Ribeiro Borges	Igaporã	Fazenda Caldeirão	Igaporã	4,8 MW
55.	CENTRAIS EÓLICAS CONQUISTA S.A ³	B	7_7	Vania Rocha Ribeiro Gondim	Riacho de Santana	Fazenda Santa Isabel	Riacho de Santana	9,6 MW
56.	CENTRAIS EÓLICAS TAMBORIL S.A	B	735_11	Espólio Paulino Soares Bonfim, neste ato representado por Marivon Ferreira Bonfim	Caetité	Fazenda Espinheiro	Igaporã	9,6 MW

#	Parques	Fase	Número do Contrato	Nome do Proprietário	Município	Nome da Propriedade	Município da Propriedade	Potência associada
57.	CENTRAIS EÓLICAS TAMBORIL S.A	B	749_11	Espólio José Maria Soares Bomfim, neste ato representada por Ana Ferreira de Souza Bomfim	Igaporã	Fazenda Espinheiro	Igaporã	0 MW
58.	CENTRAIS EÓLICAS CANSANÇÃO S.A	ASI e B	76_6	Leoncio Borges de Carvalho	Igaporã	Fazenda Santana	Igaporã	9,6 MW
59.	CENTRAIS EÓLICAS IPE E PUTUMUJU	B	769_11	Espólio Leoncio Fagundes de Oliveira, neste ato representado por Yara Costa Silveira de Oliveira	Caetité	Fazenda Incó	Igaporã	19,2 MW
60.	CENTRAIS EÓLICAS TINGUI	B	774_12	Agnaldo Alves Teixeira	Caetité	Sítio Tamanduá	Caetité	9,6 MW
61.	CENTRAIS EÓLICAS LENÇÓIS S.A	B	81_7	Sebastião Rocha de Oliveira	Riacho de Santana	Fazenda Cabeceiras	Riacho de Santana	4,8 MW
62.	CENTRAIS EÓLICAS LENÇÓIS S.A	B	82_7	Palmira Rocha de Oliveira	Riacho de Santana	Fazenda Machado	Riacho de Santana	4,8 MW
63.	CENTRAIS EÓLICAS LENÇÓIS S.A	B	83_7	Elizene de Oliveira Silva Rocha	Riacho de Santana	Fazenda Roçadinho/Cabeceiras	Riacho de Santana	4,8 MW
64.	CENTRAIS EÓLICAS COXILHA ALTA S.A	B	85_7	Eujácio de Oliveira Filho	Riacho de Santana	Fazenda Pastos	Riacho de Santana	0 MW
65.	CENTRAIS EÓLICAS LENÇÓIS S.A	B	86_7	Espólio Hermano José de Oliveira Neto, neste ato representado por Palmira Rocha de Oliveira	Riacho de Santana	Fazenda Cabeceiras	Riacho de Santana	0 MW
66.	CENTRAIS EÓLICAS TABOQUINHA, MACAMBIRA, TAMBORIL, ANGICO, IMBURANA MACHO E ICÓ S.A	A e B	914_11	Dacio Alves de Oliveira	Caetité	Fazenda Iracema	Igaporã	52,8 MW
67.	CENTRAIS EÓLICAS JATAI S.A	A e B	1871_11	João Francisco Borges	Igaporã	Fazenda Caldeirão	Igaporã	0 MW

Notas:

¹Área de posse do contrato 668_11 sobrepõe com área regularizada (1847_6), envolvendo assim 5 Aeos projetados = 24MW.

²A propriedade de contrato 598_7 possui 2 aerós projetados, sendo um da EOL Botuquara (BOT 01), um da EOL Conquista (CON07) e 2 aerós projetados da EOL Conquista (CON05 e 06). Os 2 aerós projetados da EOL Conquista (CON05 e 06) se sobrepõem com a propriedade de contrato 10_7.

³As propriedades 2049_12 (posse) e 7_7 (em regularização) se sobrepõem com 2 aerós projetados - CON01 e CON02.

ANEXO C

Avaliação de Interferências entre parques da Fase A, Fase B e Fase C

A Compradora e a Vendedora estabelecem no presente anexo as diretrizes e limites de interferências ocasionados por efeito esteira (Wake) entre os projetos da “Fase A”, “Fase B” e “Fase C”, considerando possíveis alterações dos projetos de forma isolada.

Os valores de interferência foram obtidos por estudos realizados pela consultoria contratada pela Renova, AWS Truepower LTDA, uma empresa UL ("UL"), com a finalidade de realizar um estudo de interferências ocasionadas por efeito esteira entre os projetos Mina de Ouro e Alto Sertão III, localizados no estado da Bahia (Brasil). Os resultados apresentados neste anexo são oriundos do Relatório Estudo de Interferências por efeito esteira entre os projetos da Mina de Ouro e Alto Sertão III - Interferências e Análise dos Impactos. Neste estudo foram realizadas quatro análises estudando o impacto das esteiras entre os projetos da Fase A e Fase B, e entre os projetos da Fase B e Fase C, e consolidados no documento de referência listados abaixo:

- Relatório Estudo de Interferências por efeito esteira entre os projetos da Mina de Ouro e Alto Sertão III - Interferências e Análise dos Impactos, ref. nº 20-09-033719, de 13 novembro de 2020.

1. As alterações de características técnicas dos parques da “Fase A” que provocarem perdas por esteira “Wake” nos parques da “Fase B” deverão ser aprovados pelo **COMPRADOR**, se as perdas ultrapassarem os limites por parque considerados abaixo:

Tabela 1: Valores de referência de perdas por esteira ocasionadas pela Fase A sobre a Fase B, com máquina GE4.8MW.

Central da Fase B	Número de Turbinas	Potência	Produção Anual de Energia Caso Base MWh/ano	Produção Anual de Energia sem fase A MWh/ano	Interferência aerodinâmica MWh/ano
Jequitiba	2	9,6	52.772	52.786	14
Tingui	5	24	125.521	125.709	188
Anísio Teixeira	4	19,2	98.458	106.426	7.969
Imburana de Cabão	5	24	134.050	137.340	3.290
Embiruçu	2	9,6	55.301	55.588	288
Alcaçuz	5	24	130.582	130.581	0
Putumuju	4	19,2	118.169	118.175	6
Ipê Amarelo	4	19,2	120.206	120.270	64
Cabeça de Frade	2	9,6	57.245	57.619	374
Carrancudo	5	24	130.614	130.927	313
Cansação	4	19,2	103.812	104.056	244
Canjoão	2	9,6	51.676	51.730	54
Ico	4	19,2	102.923	103.041	118
Tamboril	8	38,4	181.082	184.271	3.190
Macambira	7	33,6	164.072	164.280	208
Caliandra	2	9,6	45.163	45.804	642
TOTAL		312	1.671.644	1.688.604	16.960

Centrais consideradas no CASO BASE: Complexo **Alto Sertão I**, Complexo **Alto Sertão II**, Alto Sertão III – **Fase C** (Morfeu, Veja, Pau Copa, Paineiro, Pereiro, Claraiba) e Alto Sertão III – **Fase A** (Acácia, Angico, Angelim, Amescla, Barbatimão, Facheiro, Imburana Macho, Jataí, Juazeiro, Manineiro, Mulungu, Quina, Sabiu, São Salvador, Taboquinha, Umbuzeiro)

2. As alterações de características técnicas dos parques da “Fase B” que provocarem perdas por esteira “Wake” nos parques da “Fase A” deverão ser aprovados pelo **VENDEDOR**, se as perdas ultrapassarem os limites por parque considerados abaixo:

Tabela 2: Valores de referência de perdas por esteira ocasionadas pela **Fase B sobre a Fase A**, com máquina GE4.8MW.

Central da Fase A	Número de Turbinas	Potência	Produção Anual de Energia Caso Base MWh/ano	Produção Anual de Energia sem fase B MWh/ano	Interferência aerodinâmica MWh/ano
Acácia	6	16,2	81.645	81.655	10
Angico	3	8,1	43.768	43.836	68
Angelim	8	21,6	107.174	107.270	96
Amescla	5	13,5	59.609	59.674	65
Barbatimão	6	16,2	70.280	71.316	1.036
Facheiro	6	16,2	90.611	91.569	959
Imburana Macho	6	16,2	80.968	81.622	654
Jataí	6	16,2	76.693	77.889	1.195
Juazeiro	7	18,9	89.607	91.615	2.008
Manineiro	5	13,8	72.039	72.107	68
Mulungu	5	13,5	68.001	68.802	801
Quina	3	8,1	56.580	57.063	483
Sabiu	5	13,5	68.393	68.450	57
São Salvador	7	18,9	100.622	100.833	211
Taboquinha	8	21,6	115.624	115.648	25
Umbuzeiro	8	21,6	98.409	98.480	71
TOTAL		254,1	1.280.023	1.287.829	7.806

Centrais consideradas no CASO BASE: Complexo **Alto Sertão I**, Complexo **Alto Sertão II**, Alto Sertão III – **Fase C** (Morfeu, Veja, Pau Copa, Paineiro, Pereiro, Claraiba) e Alto Sertão III – **Fase B** (Jequitiba, Tingui, Anisio Teixeira, Imburana de Cabão, Embiruçu, Alcaçuz, Putumuju, Ipê Amarelo, Cabeça de Frade, Carrancudo, Cansação, Canjoão, Ico, Tamboril, Macambira, Caliandra)

3. As alterações de características técnicas dos parques da “Fase C” que provocarem perdas por esteira “Wake” nos parques da “Fase B” deverão ser aprovados pelo **COMPRADOR**, se as perdas ultrapassarem os limites por parque considerados abaixo:

Tabela 3: Valores de referência de perdas por esteira ocasionadas pela **Fase C sobre a Fase B**, com máquina GE4.8MW.

Central da Fase B	Número de Turbinas	Potência	Produção Anual de Energia Caso Base MWh/ano	Produção Anual de Energia sem fase C MWh/ano	Interferência aerodinâmica MWh/ano
-------------------	--------------------	----------	---------------------------------------------	----------------------------------------------	------------------------------------

Jequitiba	2	9,6	52.772	52.803	31
Tingui	5	24	125.521	125.524	3
Anísio Teixeira	4	19,2	98.458	98.479	22
Imburana de Cabão	5	24	134.050	134.052	2
Embiruçu	2	9,6	55.301	55.308	7
Alcaçuz	5	24	130.582	130.581	0
Putumuju	4	19,2	118.169	118.169	0
Ipê Amarelo	4	19,2	120.206	120.205	-1
Cabeça de Frade	2	9,6	57.245	57.245	0
Carrancudo	5	24	130.614	130.614	0
Cansanção	4	19,2	103.812	103.814	2
Canjoão	2	9,6	51.676	51.678	2
Ico	4	19,2	102.923	102.922	-1
Tamboril	8	38,4	181.082	181.251	169
Macambira	7	33,6	164.072	164.229	157
Caliandra	2	9,6	45.163	45.163	0
TOTAL		312	1.671.644	1.672.037	393

Centrais consideradas no CASO BASE: Complexo **Alto Sertão I**, Complexo **Alto Sertão II**, Alto Sertão III – **Fase C** (Morfeu, Veja, Pau Copa, Paineiro, Pereiro, Claraíba) e Alto Sertão III – **Fase A** (Acácia, Angico, Angelim, Amescla, Barbatimão, Facheiro, Imburana Macho, Jataí, Juazeiro, Manineiro, Mulungu, Quina, Sabiu, São Salvador, Taboquinha, Umbuzeiro)

4. As alterações de características técnicas dos parques da “Fase B” que provocarem perdas por esteira “Wake” nos parques da “Fase C” deverão ser aprovados pelo **VENDEDOR**, se as perdas ultrapassarem os limites por parque considerados abaixo:

Tabela 4: Valores de referência de perdas por esteira ocasionadas pela **Fase B sobre a Fase C**, com máquina GE4.8MW.

Central da Fase C	Número de Turbinas	Potência	Produção Anual de Energia Caso Base MWh/ano	Produção Anual de Energia sem fase B MWh/ano	Interferência aerodinâmica MWh/ano
Morfeu	7	33,6	199.790	200.557	767
Vega	5	24	139.850	139.860	9
Pau Copa	9	43,2	229.733	230.570	837
Paineira	5	24	112.991	118.282	5.291
Pereiro	8	38,4	161.638	165.760	4.121
Claraíba	4	19,2	88.263	88.654	391
TOTAL		182,4	932.265	943.683	11.418

Centrais consideradas no CASO BASE: Complexo **Alto Sertão I**, Complexo **Alto Sertão II**, Alto Sertão III – **Fase B** (Jequitiba, Tingui, Anísio Teixeira, Imburana de Cabão, Embiruçu, Alcaçuz, Putumuju, Ipê Amarelo, Cabeça de Frade, Carrancudo, Cansanção, Canjoão, Ico, Tamboril, Macambira, Caliandra) e Alto Sertão III – **Fase A** (Acácia,

Angico, Angelim, Amescla, Barbatimão, Facheiro, Imburana Macho, Jataí, Juazeiro, Manineiro, Mulungu, Quina, Sabiu, São Salvador, Taboquinha, Umbuzeiro)

4. Condições para alteração das características técnicas

▪ As partes concordam que as alterações de características técnicas deverão ser formalizadas mediante correspondência, sendo as alterações técnicas possíveis as descritas abaixo:

- i) Espaçamento lateral entre turbinas diferente do layout de referência em anexo;
- (ii) Diâmetro de Rotor diferente do layout de referência em anexo;
- (iii) Altura de cubo (hub heights) diferente do layout de referência em anexo;
- (iv) Distanciamento entre fileiras diferente do layout de referência; em anexo
- (v) Modelo de máquina diferente do layout de referência; em anexo
- (vi) Alteração de localização do layout de referência em anexo.
- (vii) Repotenciação ou alteração da curva de potência dos aerogeradores utilizados no layout de referência em anexo.

▪ Considerando que os valores de perdas por esteiras “Wake” apresentados nas tabelas 01, 02, 03 e 04 tem por objetivo estabelecer um valor limite de perdas por esteira (interferência aerodinâmica) causados entre os projetos Fase A, Fase B e Fase C, caberá o empreendedor interessado em realizar as alterações das características técnicas do layout de referência anexo contratar Certificadora UL, utilizando o mesmo Mapa de Vento utilizado para o Cenário Base para aferição das perdas por esteira “Wake” conforme novo layout devido à alteração das características técnicas de modo a comprovar o atendimento ou ultrapassagem dos valores limite estabelecidos neste Anexo.

▪ Caso não seja possível a aferição com a UL, o empreendedor interessado deverá contratar Certificadora para cálculo do cenário base e do cenário de alteração de característica técnica renome. A aferição deverá ser realizada por diferença percentual entre o caso base e a alteração de característica técnica com base no novo estudo das certificadoras de primeira linha, limitadas (UL, DNV e ArcVera)

▪ Caso o resultado das perdas “interferência por aerodinâmica por esteira “Wake”, deverá ser avaliado de maneira global desde que os parques contemplam ao mesmo empreendedor/PPA (apresentado nas tabelas 1,2,3 e 4) obtidas pela Certificadora sejam maiores que as diferenças percentuais dadas entre os valores informados nas tabelas acima, deverá ser acordado ressarcimento das perdas adicionais entre as partes considerando o impacto da energia e a tarifa de comercialização de energia vigente do parque impactado;

▪ A aferição das perdas por esteira “Wake” serão apuradas de maneira global desde que os parques contemplam ao mesmo empreendedor/PPA (apresentado nas tabelas 1,2,3 e 4) . Caso haja um impacto individual em algum dos parques ou aerogeradores maiores que os valores informados nas tabelas acima, deverá ser consultado o fabricante dos aerogeradores de modo a garantir que as perdas por esteira adicionais não provocará em redução da vida útil e/ou condições de operação dos aerogeradores.

▪ Devem ser utilizados na Certificação todos os parques da Fase A, Fase B, Fase C e parques do ASI e ASII e demais parques que causam interferência.

Layouts de referência da Fase A, Fase B, Fase C, ASI e ASII

Layout referência da Fase B- GE158-4.8MW.						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
Jequitiba	JEQ-01	752047	8453929	4,8	158	121
Jequitiba	JEQ-02	752108	8453530	4,8	158	121
Tingui	TIG-01	752941	8451603	4,8	158	121
Tingui	TIG-02	753076	8451391	4,8	158	121
Tingui	TIG-03	753148	8451153	4,8	158	121
Tingui	TIG-04	753264	8450871	4,8	158	121
Tingui	TIG-05	753351	8450516	4,8	158	121
Anisio Teixeira	ANT-01	752259	8446534	4,8	158	121
Anisio Teixeira	ANT-02	752137	8446309	4,8	158	121
Anisio Teixeira	ANT-03	752042	8446069	4,8	158	121
Anisio Teixeira	ANT-04	751943	8445816	4,8	158	121
Imburana de Cabão	IBC-01	749698	8450299	4,8	158	121
Imburana de Cabão	IBC-02	749546	8450110	4,8	158	121
Imburana de Cabão	IBC-03	749432	8449864	4,8	158	121
Imburana de Cabão	IBC-04	749510	8449613	4,8	158	121
Imburana de Cabão	IBC-05	749608	8449393	4,8	158	121
Embiruçu	EMB-01	750191	8447843	4,8	158	121
Embiruçu	EMB-02	750258	8447591	4,8	158	121
Macambira	MAC-01	747653	8463647	4,8	158	121
Macambira	MAC-02	747691	8463897	4,8	158	121
Macambira	MAC-03	747730	8464151	4,8	158	121
Macambira	MAC-04	747765	8464395	4,8	158	121
Macambira	MAC-05	747842	8464640	4,8	158	121
Macambira	MAC-06	747914	8464878	4,8	158	121
Macambira	MAC-07	747987	8465116	4,8	158	121
Tamboril	TBR-01	747970	8465438	4,8	158	121
Tamboril	TBR-02	748015	8465689	4,8	158	121
Tamboril	TBR-03	747924	8465939	4,8	158	121
Tamboril	TBR-04	747957	8466197	4,8	158	121
Tamboril	TBR-05	748049	8466430	4,8	158	121
Tamboril	TBR-06	748090	8466682	4,8	158	121
Tamboril	TBR-07	748160	8466923	4,8	158	121
Tamboril	TBR-08	748185	8467172	4,8	158	121
Ico	ICO-01	749342	8464430	4,8	158	121
Ico	ICO-02	749342	8464670	4,8	158	121
Ico	ICO-03	749356	8464927	4,8	158	121
Ico	ICO-04	749347	8465162	4,8	158	121
Caliandra	CAL-01	748330	8471396	4,8	158	121
Caliandra	CAL-02	748369	8471660	4,8	158	121
Carrancudo	CDO-01	753964	8470426	4,8	158	121
Carrancudo	CDO-02	753936	8470675	4,8	158	121
Carrancudo	CDO-03	753887	8470927	4,8	158	121
Carrancudo	CDO-04	753842	8471171	4,8	158	121

Layout referência da Fase B- GE158-4.8MW.						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
Carrancudo	CDO-05	753806	8471430	4,8	158	121
Ipê Amarelo	IPE-01	752125	8471768	4,8	158	121
Ipê Amarelo	IPE-02	752122	8472015	4,8	158	121
Ipê Amarelo	IPE-03	752170	8472269	4,8	158	121
Ipê Amarelo	IPE-04	752185	8472523	4,8	158	121
Cabeça de Frade	CFR-01	752150	8471236	4,8	158	121
Cabeça de Frade	CFR-02	752118	8471487	4,8	158	121
Canjoão	CJO-01	751415	8466636	4,8	158	121
Canjoão	CJO-02	751407	8466863	4,8	158	121
Alcaçuz	ALC-01	753187	8473920	4,8	158	121
Alcaçuz	ALC-02	753286	8474163	4,8	158	121
Alcaçuz	ALC-03	753292	8474420	4,8	158	121
Alcaçuz	ALC-04	753282	8474718	4,8	158	121
Alcaçuz	ALC-05	753203	8474956	4,8	158	121
Putumuju	PTJ-01	752185	8472771	4,8	158	121
Putumuju	PTJ-02	752197	8473025	4,8	158	121
Putumuju	PTJ-03	752188	8473280	4,8	158	121
Putumuju	PTJ-04	752139	8473520	4,8	158	121
Cansanção	CSC-01	751252	8467326	4,8	158	121
Cansanção	CSC-02	751222	8467568	4,8	158	121
Cansanção	CSC-03	751147	8467803	4,8	158	121
Cansanção	CSC-04	751119	8468053	4,8	158	121
Coxilha Alta	COX-01	728816	8499009	4,8	158	121
Coxilha Alta	COX-02	728850	8498751	4,8	158	121
Coxilha Alta	COX-03	728882	8498523	4,8	158	121
Coxilha Alta	COX-04	728947	8498270	4,8	158	121
Coxilha Alta	COX-05	728953	8498034	4,8	158	121
Conquista	CON-01	727725	8502908	4,8	158	121
Conquista	CON-02	727822	8502673	4,8	158	121
Conquista	CON-03	727251	8502251	4,8	158	121
Conquista	CON-04	727331	8502021	4,8	158	121
Conquista	CON-05	727412	8501780	4,8	158	121
Conquista	CON-06	727527	8501561	4,8	158	121
Conquista	CON-07	727677	8501359	4,8	158	121
Botuquara	BOT-01	727623	8501099	4,8	158	121
Botuquara	BOT-02	727468	8500821	4,8	158	121
Botuquara	BOT-03	727466	8500564	4,8	158	121
Botuquara	BOT-04	727469	8500305	4,8	158	121
Botuquara	BOT-05	728068	8499868	4,8	158	121
Lençóis	LEN-01	732444	8496320	4,8	158	121
Lençóis	LEN-02	732470	8496565	4,8	158	121
Lençóis	LEN-03	732482	8496807	4,8	158	121

Layout referência da Fase A- Alstom						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
ACÁCIA	ACA-1	748862	8459949	2,7	122	89
	ACA-2	748817	8460122	2,7	122	89
	ACA-3	748752	8460290	2,7	122	89
	ACA-4	748746	8460482	2,7	122	89
	ACA-5	748713	8460675	2,7	122	89
	ACA-6	748682	8460871	2,7	122	89
ANGICO	AGC-1	748255	8462714	2,7	122	89
	AGC-2	748183	8462878	2,7	122	89
	AGC-3	748125	8463050	2,7	122	89
ANGELIM	AGL_1	753484	8446781	2,7	122	89
	AGL_2	753450	8446595	2,7	122	89
	AGL_3	753411	8446412	2,7	122	89
	AGL_4	753338	8446239	2,7	122	89
	AGL_5	753263	8446070	2,7	122	89
	AGL_6	753222	8445882	2,7	122	89
	AGL_7	753187	8445697	2,7	122	89
	AGL_8	753200	8445502	2,7	122	89
AMESCLA	AMC-1	748206	8469325	2,7	122	89
	AMC-2	748199	8469513	2,7	122	89
	AMC-3	748193	8469693	2,7	122	89
	AMC-4	748192	8469889	2,7	122	89
	AMC-5	748175	8470067	2,7	122	89
BARBATIMÃO	BAB-1	748160	8470261	2,7	122	89
	BAB-2	748158	8470440	2,7	122	89
	BAB-3	748164	8470640	2,7	122	89
	BAB-4	748180	8470818	2,7	122	89
	BAB-5	748175	8471016	2,7	122	89
	BAB-6	748214	8471194	2,7	122	89
FACHEIO	FAC_1	749410	8451649	2,7	122	89
	FAC_2	749482	8451475	2,7	122	89
	FAC_3	749560	8451302	2,7	122	89
	FAC_4	749620	8450974	2,7	122	89
	FAC_5	749718	8450725	2,7	122	89
	FAC_6	749769	8450547	2,7	122	89
IMBURANA MACHO	IBM-1	749578	8465674	2,7	122	89
	IBM-2	749539	8465852	2,7	122	89
	IBM-3	749557	8466046	2,7	122	89
	IBM-4	749558	8466244	2,7	122	89
	IBM-5	749557	8466443	2,7	122	89
	IBM-6	749569	8466646	2,7	122	89
JATAI	JAT-1	749608	8469941	2,7	122	89
	JAT-2	749589	8470124	2,7	122	89
	JAT-3	749546	8470312	2,7	122	89
	JAT-4	749508	8470492	2,7	122	89
	JAT-5	749470	8470697	2,7	122	89
	JAT-6	749421	8470881	2,7	122	89

Layout referência da Fase A- Alstom						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
JUAZEIRO	JUA-1	749695	8467989	2,7	122	89
	JUA-2	749658	8468181	2,7	122	89
	JUA-3	749629	8468370	2,7	122	89
	JUA-4	749617	8468560	2,7	122	89
	JUA-5	749575	8468755	2,7	122	89
	JUA-6	749527	8468953	2,7	122	89
	JUA-7	749593	8469124	2,7	122	89
MANINEIRO	MNN_1	750964	8449164	2,7	122	89
	MNN_2	750864	8449020	2,7	122	89
	MNN_3	750784	8448851	2,7	122	89
	MNN_4	750722	8448683	3	100	75
	MNN_5	750711	8448503	2,7	122	89
MULUNGU	MLG_1	751994	8450427	2,7	122	89
	MLG_2	752004	8450218	2,7	122	89
	MLG_3	752031	8450016	2,7	122	89
	MLG_4	752091	8449823	2,7	122	89
	MLG_5	752876	8451813	2,7	122	89
QUINA	QUN_1	750752	8453165	2,7	122	89
	QUN_2	750782	8452988	2,7	122	89
	QUN_3	750737	8452808	2,7	122	89
	QUN_4	752184	8449646	2,7	122	89
SABIU	SBU_1	752299	8449475	2,7	122	89
	SBU_2	752435	8449302	2,7	122	89
	SBU_3	752536	8448985	2,7	122	89
	SBU_4	752519	8448803	2,7	122	89
	SBU_5	752524	8448611	2,7	122	89
SÃO SALVADOR	SSA-1	754166	8468951	2,7	122	89
	SSA-2	754131	8469203	2,7	122	89
	SSA-3	754105	8469385	2,7	122	89
	SSA-4	754078	8469565	2,7	122	89
	SSA-5	754054	8469748	2,7	122	89
	SSA-6	754026	8469930	2,7	122	89
	SSA-7	753999	8470111	2,7	122	89
TABOQUINHA	TBQ-1	747991	8461285	2,7	122	89
	TBQ-2	748015	8461473	2,7	122	89
	TBQ-3	748072	8461640	2,7	122	89
	TBQ-4	748170	8461811	2,7	122	89
	TBQ-5	748238	8461991	2,7	122	89
	TBQ-6	748321	8462173	2,7	122	89
	TBQ-7	748377	8462348	2,7	122	89
	TBQ-8	748341	8462540	2,7	122	89
UMBUZEIRO	UMB_1	752178	8453212	2,7	122	89
	UMB_2	752235	8453041	2,7	122	89
	UMB_3	752312	8452868	2,7	122	89
	UMB_4	752524	8452556	2,7	122	89
	UMB_5	752602	8452388	2,7	122	89

Layout referência da Fase A- Alstom						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
	UMB_6	752690	8452222	2,7	122	89
	UMB_7	752771	8452055	2,7	122	89
ABIL	ABL_1	765035	8420144	3	110	75
	ABL_2	765133	8419978	3	110	75
	ABL_3	765188	8419801	3	110	75
	ABL_4	765247	8419624	3	110	75
	ABL_5	765315	8419454	3	110	75
	ABL_6	765373	8419276	3	110	75
	ABL_7	765245	8419101	3	110	75
	ABL_8	765165	8418929	2,7	122	89
CEDRO	CED_1	761856	8414516	3	110	75
	CED_2	762004	8416085	3	110	75
	CED_3	762107	8416211	3	110	75
	CED_4	762182	8416356	3	110	75
JABUTICABA	JAB-1	761912	8415062	3	100	75
	JAB-2	761926	8414878	3	100	75
	JAB-3	761898	8414697	3	110	75
PAU SANTO	PSA_1	765800	8421338	2,7	122	89
	PSA_2	765820	8421156	2,7	122	89
	PSA_3	765750	8420985	2,7	122	89
	PSA_4	765656	8420819	2,7	122	89
	PSA_5	765557	8420657	2,7	122	89
	PSA_6	764370	8423183	2,7	122	89
	PSA_7	764384	8422984	2,7	122	89
TABUA	TAB_1	761890	8415964	3	110	75
	TAB_2	761951	8415788	3	110	75
	TAB_3	761872	8415613	3	110	75
	TAB_4	761897	8415427	3	110	75
	TAB_5	761902	8415246	3	100	75
VAQUETA	VAQ_1	763875	8422179	2,7	122	89
	VAQ_2	763764	8422018	2,7	122	89
	VAQ_3	763711	8421830	3	110	75
	VAQ_4	763594	8421682	3	110	75
	VAQ_5	763560	8421497	3	110	75
	VAQ_6	763454	8421334	3	110	75
	VAQ_7	763555	8421137	3	110	75
	VAQ_8	763536	8420952	3	110	75
VELLOZIA	VLZ_1	764453	8422785	2,7	122	89
	VLZ_2	764325	8422639	2,7	122	89
	VLZ_3	764189	8422508	2,7	122	89
	VLZ_4	765405	8420548	2,7	122	89
	VLZ_5	765243	8420455	2,7	122	89
	VLZ_6	765132	8420297	3	110	75
FOLHA DA SERRA	FDS_1	760860	8390425	3	100	75
	FDS_2	760782	8390276	3	100	75
	FDS_3	760657	8390154	3	100	75

Layout referência da Fase A- Alstom						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
	FDS_4	760568	8390003	3	100	75
	FDS_5	760523	8389833	3	100	75
	FDS_6	760481	8389664	3	100	75
	FDS_7	760487	8389448	3	100	75
JACARANDA DO CERRADO	JCE_1	760525	8389276	3	100	75
	JCE_2	760566	8389110	3	110	75
	JCE_3	760672	8388971	3	100	75
	JCE_4	760751	8388819	3	100	75
	JCE_5	760781	8388652	3	100	75
	JCE_6	760807	8388477	3	110	75
	JCE_7	760838	8388309	3	100	75
PAU D' AGUA	PDA_1	761090	8391431	3	100	75
	PDA_2	761070	8391258	3	100	75
	PDA_3	760997	8391083	3	100	75
	PDA_4	760998	8390905	3	100	75
	PDA_5	760990	8390732	3	100	75
	PDA_6	760968	8390566	3	100	75

Layout referência da Fase C- GE158-4.8MW						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
Arcturus	ACT_01	733513	8494588	4,8	158	121
Arcturus	ACT_02	733621	8494364	4,8	158	121
Arcturus	ACT_03	733756	8494149	4,8	158	121
Arcturus	ACT_04	733922	8493955	4,8	158	121
Arcturus	ACT_05	733984	8493719	4,8	158	121
Arcturus	ACT_06	734066	8493468	4,8	158	121
Arcturus	ACT_07	734115	8493225	4,8	158	121
Arcturus	ACT_08	734152	8492819	4,8	158	121
Canopus	CNP_01	734236	8492567	4,8	158	121
Canopus	CNP_02	734253	8492316	4,8	158	121
Canopus	CNP_03	734742	8491723	4,8	158	121
Canopus	CNP_04	734819	8491459	4,8	158	121
Canopus	CNP_05	734931	8491215	4,8	158	121
Canopus	CNP_06	735025	8490967	4,8	158	121
Canopus	CNP_07	735397	8489908	4,8	158	121
Canopus	CNP_08	735502	8489698	4,8	158	121
Canopus	CNP_09	735580	8489449	4,8	158	121
Coco de Raposa	CRA_01	762476	8425479	4,8	158	121
Coco de Raposa	CRA_02	762503	8425221	4,8	158	121
Coco de Raposa	CRA_03	762684	8424408	4,8	158	121
Coco de Raposa	CRA_04	762735	8424016	4,8	158	121
Coco de Raposa	CRA_05	762758	8423768	4,8	158	121

Layout referência da Fase C- GE158-4.8MW						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
Coco de Raposa	CRA_06	762772	8423513	4,8	158	121
Coco de Raposa	CRA_07	762817	8423272	4,8	158	121
Morfeu	MRF_01	749174	8447148	4,8	158	121
Morfeu	MRF_02	748856	8446772	4,8	158	121
Morfeu	MRF_03	748692	8446583	4,8	158	121
Morfeu	MRF_04	748558	8446364	4,8	158	121
Morfeu	MRF_05	748404	8446173	4,8	158	121
Morfeu	MRF_06	748437	8443561	4,8	158	121
Morfeu	MRF_07	748286	8443345	4,8	158	121
Paina	PNA_01	756677	8387291	4,8	158	121
Paina	PNA_02	756682	8387540	4,8	158	121
Paina	PNA_03	756683	8387787	4,8	158	121
Paina	PNA_04	756665	8388010	4,8	158	121
Paina	PNA_05	756564	8388244	4,8	158	121
Paina	PNA_06	756448	8388469	4,8	158	121
Vega	VEA_01	748142	8443144	4,8	158	121
Vega	VEA_02	747936	8442836	4,8	158	121
Vega	VEA_03	747804	8442624	4,8	158	121
Vega	VEA_04	747621	8442442	4,8	158	121
Vega	VEA_05	747491	8442223	4,8	158	121
Caroa	CAO-01	739067	8485023	4,8	158	121
Caroa	CAO-02	739162	8484444	4,8	158	121
Caroa	CAO-03	739258	8484215	4,8	158	121
Caroa	CAO-04	739331	8483973	4,8	158	121
Caroa	CAO-05	739449	8483737	4,8	158	121
Caroa	CAO-06	739768	8483092	4,8	158	121
Claraiba	CLA-01	745779	8463219	4,8	158	121
Claraiba	CLA-02	745463	8462742	4,8	158	121
Claraiba	CLA-03	745297	8462586	4,8	158	121
Claraiba	CLA-04	745114	8462417	4,8	158	121
Paineira	PAI-01	746314	8464906	4,8	158	121
Paineira	PAI-02	746343	8464674	4,8	158	121
Paineira	PAI-03	746340	8464428	4,8	158	121
Paineira	PAI-04	746325	8464187	4,8	158	121
Paineira	PAI-05	746276	8463937	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_01	750113	8456670	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_02	750154	8456419	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_03	750066	8456036	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_04	750063	8455779	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_05	750132	8455539	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_06	750244	8455202	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_07	750344	8454927	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_08	750395	8454690	4,8	158	121
Pau Copa	PCO_09	750430	8454446	4,8	158	121
Pequizeiro	PEQ-01	765468	8406224	4,8	158	121
Pequizeiro	PEQ-02	765507	8405967	4,8	158	121

Layout referência da Fase C- GE158-4.8MW						
Coordenadas em UMT_WGS84_Z23						
Parque	WTG-ID	X(m)	Y((m)	Potência (MW)	Diâmetro (m)	HH (mm)
Pequizeiro	PEQ-03	765515	8405589	4,8	158	121
Pequizeiro	PEQ-04	765526	8405345	4,8	158	121
Pereiro	PRR-01	746052	8466212	4,8	158	121
Pereiro	PRR-02	746059	8466447	4,8	158	121
Pereiro	PRR-03	746154	8466659	4,8	158	121
Pereiro	PRR-04	746348	8466815	4,8	158	121
Pereiro	PRR-05	746583	8467202	4,8	158	121
Pereiro	PRR-06	746701	8467405	4,8	158	121
Pereiro	PRR-07	746879	8467590	4,8	158	121
Pereiro	PRR-08	747056	8467769	4,8	158	121
Riacho de Santana	RST_01	735963	8489219	4,8	158	121
Riacho de Santana	RST_02	736069	8488984	4,8	158	121
Riacho de Santana	RST_03	736218	8488779	4,8	158	121
Riacho de Santana	RST_04	736417	8488510	4,8	158	121
Riacho de Santana	RST_05	736572	8488313	4,8	158	121
Riacho de Santana	RST_06	736852	8487922	4,8	158	121
Riacho de Santana	RST_07	737015	8487675	4,8	158	121
Riacho de Santana	RST-08	737163	8487471	4800	158	120,9
Santana	STN-01	737311	8487281	4800	158	120,9
Santana	STN-02	737457	8487074	4800	158	120,9
Santana	STN-03	737751	8486709	4800	158	120,9
Santana	STN-04	737913	8486517	4800	158	120,9
Santana	STN-05	738067	8486321	4800	158	120,9
Santana	STN-06	738394	8486073	4800	158	120,9
Santana	STN-07	738553	8485872	4800	158	120,9
Santana	STN-08	738806	8485497	4800	158	120,9
Santana	STN-09	738927	8485264	4800	158	120,9
Sertão	STO_01	761152	8411936	4800	158	120,9
Sertão	STO_02	761138	8411688	4800	158	120,9
Sertão	STO_03	761107	8411456	4800	158	120,9
Sertão	STO_04	761112	8411186	4800	158	120,9

Layout Referência do ASI				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
ALV_01	759850	8430724	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ALV_02	759872	8430528	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ALV_03	759908	8430334	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ALV_04	760290	8430135	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ALV_05	760280	8429939	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
CAN_01	756508	8431281	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
CAN_02	756502	8431105	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
CAN_03	756513	8430945	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
CAN_04	756403	8430758	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
CAN_05	756410	8430594	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
CAN_06	756410	8430427	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_01	757507	8428760	80	GE 1.85 MW (82m rotor)

Layout Referência do ASI				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
GUA_02	757385	8428606	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_03	757396	8428446	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_04	757362	8428284	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_05	757332	8428120	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_06	757303	8427958	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_07	757271	8427795	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_08	757247	8427625	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_09	757224	8427469	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_10	757220	8427319	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_11	755763	8428778	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_12	755738	8428615	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUA_13	755762	8428458	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_01	752823	8426786	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_02	752927	8426617	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_03	754667	8427670	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_04	754613	8427486	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_05	754570	8427298	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_06	754518	8427110	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_07	754430	8426803	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_08	754374	8426375	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_09	754524	8426214	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_10	754627	8426051	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_11	755280	8426899	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_12	755321	8426733	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_13	755326	8426577	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_14	755349	8426377	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_15	755393	8426185	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_16	754702	8425132	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_17	754808	8424971	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
GUI_18	754894	8424806	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_01	753564	8467489	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_02	753467	8467294	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_03	753516	8467052	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_04	753463	8466882	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_05	753412	8466692	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_06	753359	8466535	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_07	753182	8466349	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_08	753164	8466184	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_09	753116	8466026	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_10	753039	8465851	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_11	752938	8465693	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_12	752777	8465526	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_13	752771	8465362	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_14	752727	8465205	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_15	752535	8464997	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_16	752574	8464825	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_17	752481	8464653	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
IGA_18	752427	8464498	80	GE 1.85 MW (82m rotor)

Layout Referência do ASI				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
IGA_19	752372	8464350	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ILH_01	752377	8464178	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ILH_02	752438	8463996	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ILH_03	752517	8463771	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ILH_04	752514	8463578	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ILH_05	751098	8464047	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ILH_06	751042	8463892	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
ILH_07	750993	8463633	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_01	754664	8432617	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_02	754621	8432454	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_03	752540	8431677	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_04	752636	8431546	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_05	752752	8431403	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_06	752856	8431239	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_07	752880	8431051	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_08	752841	8430889	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_09	753930	8430550	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_10	753853	8430335	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_11	755454	8429520	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_12	755508	8429381	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_13	755650	8429266	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_14	755686	8429106	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
LDA_15	755671	8428937	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_01	750986	8463400	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_02	750917	8463230	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_03	750894	8463053	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_04	751019	8462847	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_05	751107	8462588	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_06	751163	8462455	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_07	751205	8462303	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_08	751220	8462136	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_09	751268	8461976	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_10	751291	8461820	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_11	751339	8461666	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_12	751322	8461508	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_13	751320	8461349	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_14	751228	8461152	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_15	751238	8460987	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_16	751297	8460833	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_17	751430	8460637	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
NSC_18	751479	8460439	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_01	752335	8430614	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_02	752307	8430448	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_03	752345	8430284	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_04	753142	8429172	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_05	753213	8429011	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_06	752545	8428453	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_07	753268	8428848	80	GE 1.85 MW (82m rotor)

Layout Referência do ASI				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
PIN_08	752509	8428293	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_09	752584	8427880	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_10	752174	8427619	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_11	752254	8427480	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_12	752846	8427275	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_13	752708	8426932	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_14	755016	8428099	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PIN_15	754855	8427918	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_01	755061	8451413	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_02	755045	8451595	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_03	755024	8451771	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_04	755043	8451990	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_05	755054	8452198	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_06	755097	8452401	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_07	755127	8452635	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_08	755070	8452861	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_09	755031	8453035	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_10	755000	8453231	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_11	754969	8453422	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_12	754996	8453596	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_13	755018	8453804	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_14	754984	8453988	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_15	754972	8454179	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_16	754970	8454365	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PLA_17	754968	8454549	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PSE_01	751368	8466395	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PSE_02	751640	8466021	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PSE_03	751742	8465836	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PSE_04	751745	8465538	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_01	755576	8448167	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_02	755588	8448352	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_03	755642	8448549	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_04	755643	8448740	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_05	755641	8448938	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_06	755632	8449138	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_07	755535	8449304	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_08	755441	8449507	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_09	755433	8449719	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_10	755375	8450081	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_11	755352	8450259	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_12	755337	8450450	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_13	755303	8450633	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_14	755259	8450830	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_15	755186	8451024	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
PVE_16	755078	8451245	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_01	758724	8434563	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_02	758965	8434199	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_03	758965	8434000	80	GE 1.85 MW (82m rotor)

Layout Referência do ASI				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
RVE_04	758938	8433810	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_05	758891	8433627	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_06	758973	8433434	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_07	758973	8433233	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_08	758960	8433046	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_09	758977	8432852	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_10	759047	8432662	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_11	759092	8432461	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_12	759245	8432264	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_13	759338	8432068	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_14	759381	8431862	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_15	759318	8431679	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_16	759281	8431500	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_17	759414	8431305	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_18	759739	8431106	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
RVE_19	759673	8430926	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_01	755583	8434203	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_02	755485	8434050	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_03	755381	8433925	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_04	755282	8433807	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_05	755074	8433587	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_06	754964	8433462	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_07	754877	8433324	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_08	754817	8433167	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_09	754772	8433015	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_10	754749	8432851	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_11	755676	8435008	80	GE 1.85 MW (82m rotor)
SDS_12	755671	8434844	80	GE 1.85 MW (82m rotor)

Layout Referência do ASII				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
AMT-01	748387	8433627	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-02	748439	8433467	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-03	748492	8433309	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-04	748531	8433142	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-05	748565	8432975	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-06	748597	8432808	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-07	748639	8432641	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-08	748707	8432486	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-09	748764	8432326	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-10	748799	8432159	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-11	748765	8431988	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-12	748853	8431824	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-13	748870	8431648	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-14	748954	8431521	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-15	748046	8432063	80	GE 82.5 1680_1.075
AMT-16	748073	8431898	80	GE 82.5 1680_1.075

Layout Referência do ASII				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
AMT-17	748120	8431738	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-01	750498	8435120	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-02	750525	8434946	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-03	750500	8434743	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-04	749223	8434656	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-05	749229	8434508	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-06	749163	8434342	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-07	749124	8434180	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-08	749774	8434029	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-09	751267	8433452	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-10	751057	8433273	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-11	751100	8433108	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-12	751168	8432920	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-13	751319	8432729	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-14	751438	8432569	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-15	752255	8433112	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-16	752239	8432940	80	GE 82.5 1680_1.075
DOU-17	752251	8432785	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_01	759032	8434915	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_02	759072	8435089	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_03	759025	8435256	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_04	759248	8435421	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_05	758914	8435607	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_06	758846	8435790	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_07	758840	8435955	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_08	758833	8436123	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_09	758789	8436289	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_10	758756	8436627	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_11	758710	8436828	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_12	758681	8436995	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_13	758647	8437153	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_14	758621	8437329	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_15	758557	8437502	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_16	758534	8437667	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_17	758534	8437857	80	GE 82.5 1680_1.075
MAR_18	758440	8438138	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-01	756860	8445568	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-02	756911	8445721	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-03	756912	8445884	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-04	756843	8446046	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-05	756826	8446219	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-06	756830	8446396	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-07	756843	8446563	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-08	756809	8446735	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-09	756794	8446904	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-10	756780	8447064	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-11	756778	8447224	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-12	756938	8447390	80	GE 82.5 1680_1.075

Layout Referência do ASII				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
PIL-13	757002	8447554	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-14	756101	8447322	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-15	756082	8447490	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-16	756141	8447694	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-17	755633	8447794	80	GE 82.5 1680_1.075
PIL-18	755492	8447971	80	GE 82.5 1680_1.075
BOR-01	760104	8394673	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-02	760162	8394819	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-03	760255	8394981	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-04	760257	8395129	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-05	760324	8395288	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-06	760374	8395446	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-07	760406	8395594	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-08	760467	8395748	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-09	760506	8395916	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-10	759790	8395620	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-11	759808	8395788	80	GE_1_68-82_5_den1.05
BOR-12	759808	8395943	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-01	760484	8399046	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-02	760559	8399208	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-03	760655	8399372	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-04	760655	8399525	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-05	760735	8399674	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-06	760786	8399824	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-07	760804	8399984	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-08	760844	8400135	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-09	760871	8400292	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-10	760897	8400449	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-11	760929	8400608	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-12	761089	8400983	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-13	761114	8401141	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-14	761129	8401281	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-15	761234	8401798	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-16	761236	8401962	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-17	761238	8402127	80	GE_1_68-82_5_den1.05
CAE-18	761162	8402287	80	GE_1_68-82_5_den1.05
ESP-01	760253	8398107	80	GE_1_68-82_5_den1.05
ESP-02	760264	8398246	80	GE_1_68-82_5_den1.05
ESP-03	760283	8398409	80	GE_1_68-82_5_den1.05
ESP-04	760314	8398559	80	GE_1_68-82_5_den1.05
ESP-05	760355	8398717	80	GE_1_68-82_5_den1.05
ESP-06	760409	8398858	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-01	759589	8392857	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-02	759609	8392996	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-03	759631	8393145	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-04	759722	8393266	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-05	759767	8393409	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-06	759853	8393533	80	GE_1_68-82_5_den1.05

Layout Referência do ASII				
WTG-id	X [m] SIRGAS 2000 23S	Y [m] SIRGAS 2000 23S	HH [m]	WTG-model
PEL-07	759906	8393674	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-08	759953	8393819	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-09	759984	8393967	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-10	759925	8394104	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-11	759961	8394250	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-12	760034	8394380	80	GE_1_68-82_5_den1.05
PEL-13	760079	8394524	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-01	760528	8396072	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-02	760810	8396319	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-03	760239	8396689	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-04	760299	8396843	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-05	760250	8397014	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-06	760201	8397186	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-07	760198	8397348	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-08	760204	8397499	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-09	760190	8397648	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-10	760179	8397804	80	GE_1_68-82_5_den1.05
SEP-11	760219	8397952	80	GE_1_68-82_5_den1.05

ANEXO D - LICENÇAS AMBIENTAIS

PARQUE	ATOS ADMINISTRATIVOS - STATUS					
	ÁREA	Nº DA PORTARIA (ASV-LI/ASV-LA)	Nº DA PORTARIA (PPV-ASV)	STATUS ASV	Nº DA PORTARIA (PPV-LI/PPV-LA)	STATUS LI/LA/PPV/RLI
PE ANÍSIO TEIXEIRA	08.12	8.832/2014	12.866/2016	VENCIDA	18.613/2019	REQUERIDO (RLI)
PE JEQUITIBÁ	08.12	8.835/2014	12.997/2016	VENCIDA	18.437/2019	REQUERIDO (RLI)
PE TINGUI	08.12	8.887/2014	12.989/2016	VENCIDA	18.604/2019	REQUERIDO (RLI)
PE EMBIRUÇU	08.12	8.963/2014	13.286/2017	VENCIDA	18.543/2019	REQUERIDO (RLI)
PE IMBURANA DE CAMBÃO	08.12	8.962/2014	12.846/2016	VENCIDA	18.400/2019	REQUERIDO (RLI)
PE CALIANDRA	11.1	9.634/2015	13.427/2017	VENCIDA	20.093/2020	VIGENTE
PE ICÓ	11.1	9.951/2015	14.881/2017	VENCIDA	20.314/2020	VIGENTE
PE TAMBORIL	11.1	10.110/2015	14.976/2017	VENCIDA	20.474/2020	VIGENTE
PE MACAMBIRA	11.1	10.132/2015	14.973/2017	VENCIDA	20.335/2020	VIGENTE
PE CANJOÃO	11.2	10.257/2015	14.609/2017	VENCIDA	20.786/2020	VIGENTE
PE PUTUMUJU	11.2	10.334/2015	14.550/2017	VENCIDA	20.646/2020	VIGENTE
PE CARRANCUDO	11.2	10.448/2015	14.552/2017	VENCIDA	21.009/2020	VIGENTE
PE CANSANÇÃO	11.2	10.492/2015	14.554/2017	VIGENTE	20.960/2020	VIGENTE
PE IPÊ AMARELO	11.2	10.491/2015	14.975/2017	VIGENTE	21.010/2020	VIGENTE
PE ALÇAÇUZ	11.2	10.551/2015	15.859/2018	VENCIDA	REQUERIDO	REQUERIDO (PPV)
PE CABEÇA DE FRADE	11.2	10.573/2015	15.836/2018	VENCIDA	REQUERIDO	REQUERIDO (PPV)
PE CONQUISTA	7	10.711/2015	15.712/2018	VIGENTE	REQUERIDO	REQUERIDO (PPV)
PE BOTUQUARA	7	10.788/2015	15.810/2018	VIGENTE	REQUERIDO	REQUERIDO (PPV)
PE LENÇÓIS	7	10.928/2015	15.809/2018	VIGENTE	REQUERIDO	REQUERIDO (PPV)
PE COXILHA ALTA	7	10.951/2015	15.808/2018	VIGENTE	REQUERIDO	REQUERIDO (PPV)
LT 230/500	7, 11.1/11.2 e 8.12	9.260/2015	10.718/2017	VENCIDA	Requerido	Requerido (PPV)
Canteiro de Obras/Pulmão	11	2019.001.000736/INEM A/INEXIG		VIGENTE		

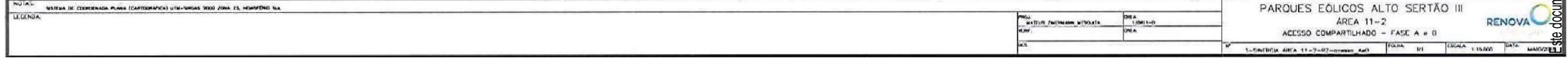
Anexo E

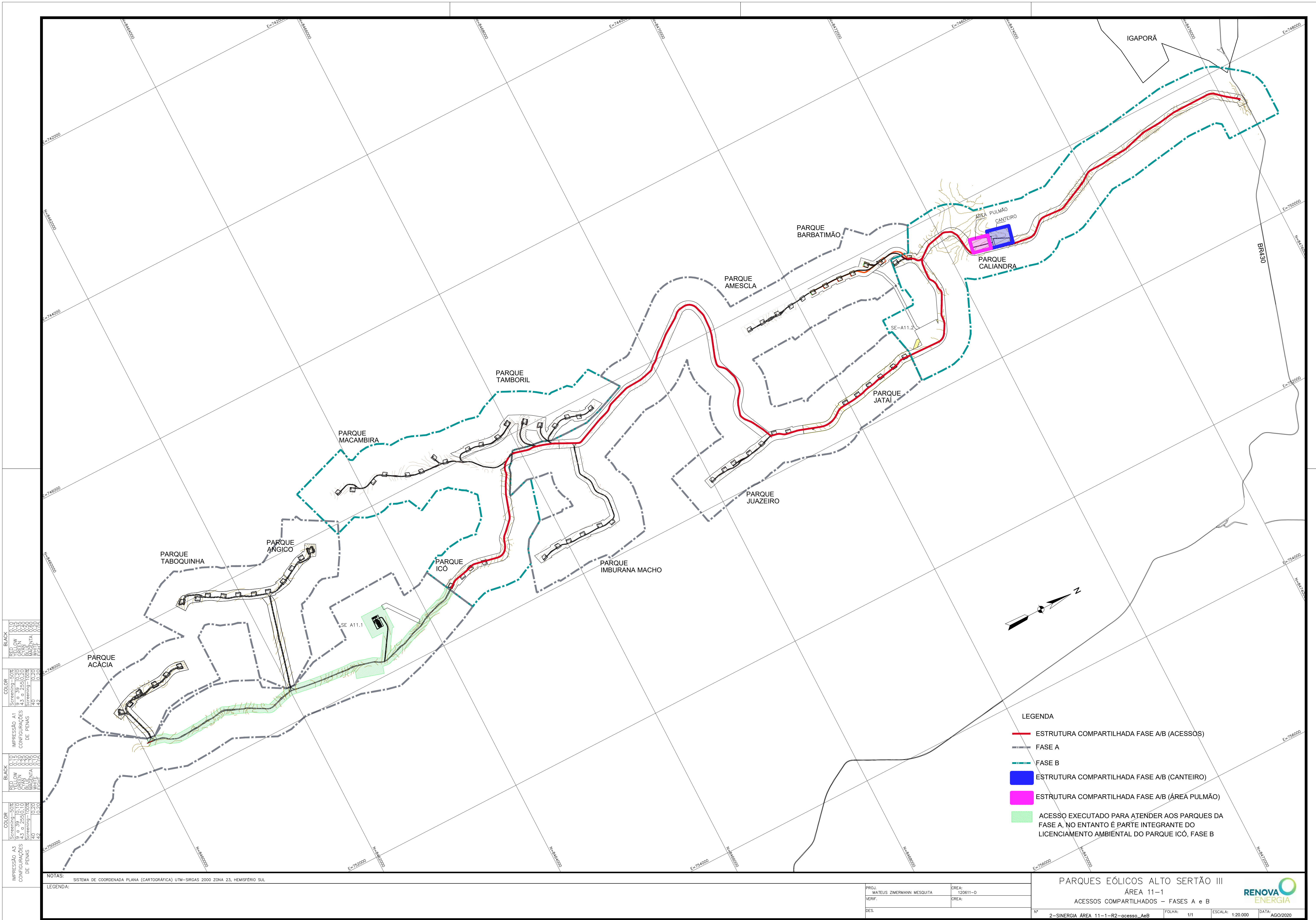
Processos judiciais envolvendo os Contratos Fundiários

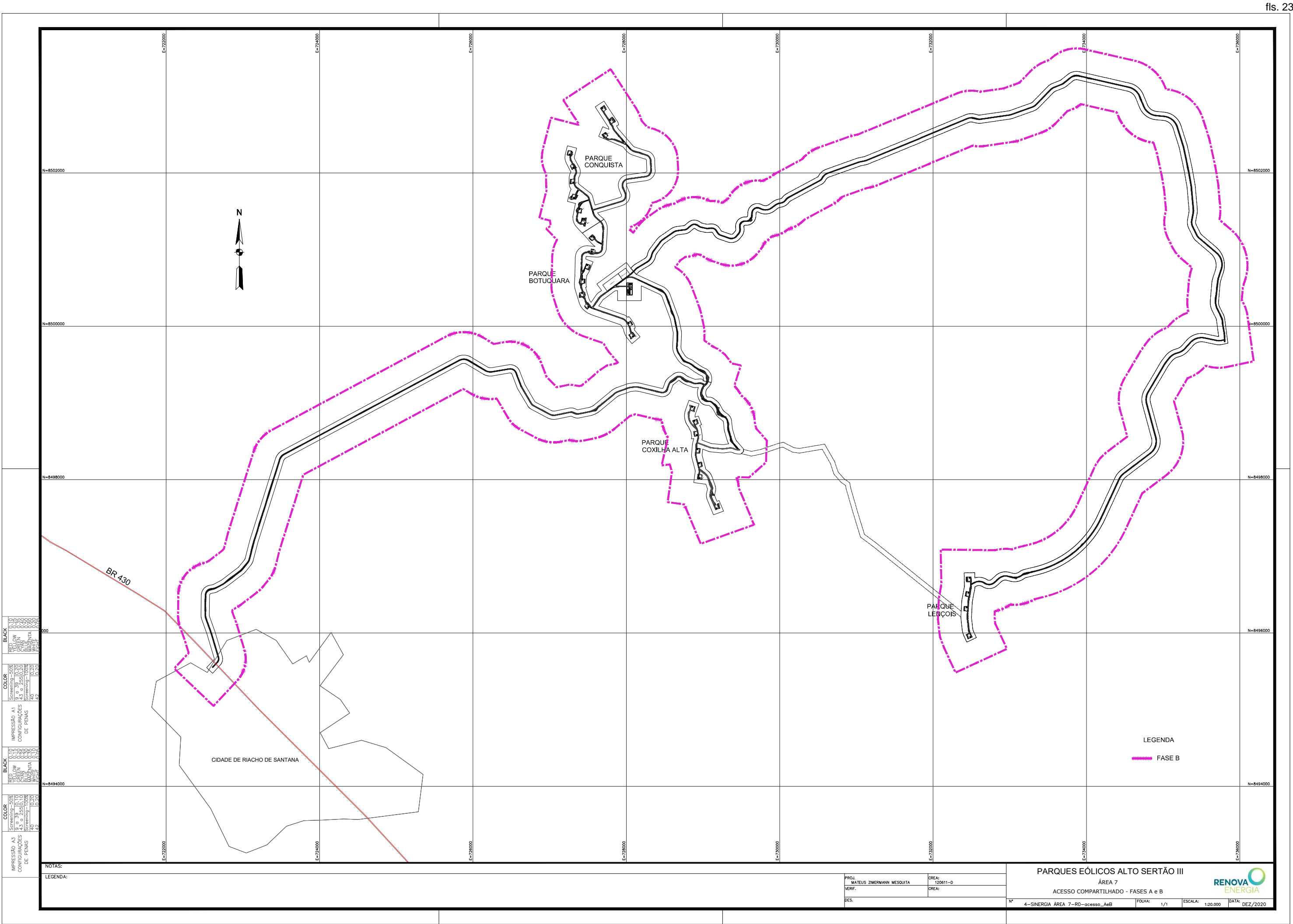
#	Contrato Fundiário relacionado	Processo	Partes
1.	1735_12	Execução de título extrajudicial nº 8000251-60.2017.8.05.0036	José Fernandes dos Santos / Renova Energia S.A.
2.		Embargos à execução nº 8000701-03.2017.8.05.0036	José Fernandes dos Santos / Renova Energia S.A.
3.	1977_12	Execução de título extrajudicial nº 8000249-90.2017.8.05.0036	José Fernandes dos Santos / Renova Energia S.A.
4.		Embargos à execução nº 8001580-39.2019.8.05.0036.	José Fernandes dos Santos / Renova Energia S.A.
5.	514_12	Execução de título extrajudicial nº 8000122-55.2017.8.05.0036	Geraldo Honorário de Matos / Renova Energia S.A.
6.		Embargos à execução nº 8000438-68.2017.8.05.0036	Geraldo Honorário de Matos / Renova Energia S.A.
7.	1918_11	Ação de reintegração de posse nº 8000141-60.2017.8.05.0101	Sergia dos Santos Chaves / Renova Energia S.A.
8.	668_11	Ação reivindicatória nº 0000296-73.2015.8.05.0101	Cezar de Brito Vilas Boas (representado por: Maria Rita Fernandes Vilas Bôas)

ANEXO F









ANEXO G – Compartilhamento das Instalações que Integram o Alto Sertão III / Mina de Ouro – Fase B

1. Introdução

Este anexo tem como finalidade constituir o objeto de compartilhamento o estabelecimento dos procedimentos técnico-operacionais e responsabilidades comerciais e civis que irão regular o compartilhamento das instalações entre os parques pertencentes fase A e B como acessos externos, internos, e assim como demais áreas pertencentes aos canteiros de obras e área destinada a depósito especificamente localizados próximo ao parque Caliandra, de modo a garantir a viabilidade de implantação dos parques pertencentes da fase B. Cabe informar que as demais infraestruturas disponível na área destinada ao canteiro de obras como tubulações e reservatório de água, tubulações e fossas sépticas de esgoto, torres de telecom e entre outras infraestruturas de apoio será de responsabilidade de cada uma das partes.

Além das infraestruturas indicadas referente ao canteiro de obras não está previsto o compartilhamento dos custos proporcionais ao uso das instalações como o pagamento de despesas junto a concessionária de energia, telecom, água, internet e etc.

2. Objeto

Para melhor caracterização do objeto deste acordo de compartilhamento e das obrigações das PARTES, consideram-se peças integrantes e complementares, os seguintes Anexos:

Anexo F - Desenhos indicativos dos parques com as indicações dos acessos internos e externos compartilhados entre ASIII – Fase A e Fase B e assim como os acessos compartilhados ASII. Identificação da área destinada ao Canteiro de Obras e depósitos.

Obs.: Cabe reiterar que não está previsto o pagamento de indenizações referente a acessos e passagens de servidões que já estão previstas nos projetos pertencentes aos parques fase A.

3. Prazo

O presente acordo de compartilhamento entra em vigor a partir da data de sua assinatura, assim permanecendo até a extinção da concessão de uma das PARTES. Este acordo poderá ser prorrogado em conformidade com as prorrogações das concessões das PARTES.

4. Condições de Compartilhamento e Responsabilidades

De modo a garantir a viabilidade de implantação dos parques eólicos ASIII (Fase A e B), sendo que as Partes deverão definir a forma de rateio dos custos manutenção ou incrementais de tais instalações, excluindo as subestações e linhas de transmissão de uso exclusivo de cada Parte, que não serão compartilhadas.

Desta forma, considerando que as partes possuem cronograma de implantação dos seus respectivos parques de maneira independente, sendo que o % rateio referente aos custos de manutenção/conservação são diferentes a depender do estágio de implantação dos empreendimentos de cada uma das PARTES, ficou acordado as seguintes condições:

- I) Caso qualquer uma das PARTES inicie as suas obras relacionadas aos parques ASIII – Fase A ou Fase B, a mesma será responsável por todas as suas obras como exemplo: complementação de obras civis, acessos, drenagens, cercas, manutenções e

melhorias de acessos e drenagens, sinalizações, comunicação e responsabilização junto à comunidade local e agências reguladoras, de modo a garantir o andamento das obras sem prejudicar o projeto e/ou gerar obrigações relacionadas a outra PARTE. Ou seja, durante este período não haverá rateio de custos entre as partes, pois apenas haverá uma das partes executando obras na região.

Em complementação a condição acima (i), caso qualquer uma das PARTES, esteja em fase Operação e Manutenção dos Parques, os acessos exclusivos ao seu parque deverão ser de responsabilidade da parte nesta fase, ficando responsável por prover as manutenções nos acessos, sistemas de drenagens, conforme as melhores práticas, sendo que os acessos compartilhados em uso pela PARTE que está em execução das obras serão de sua exclusiva responsabilidade, incluindo todos os custos de manutenção e conservação dos acessos e drenagens, pois neste período haverá um volume maior de equipamentos utilizados nesta fase por esta PARTE.

- II) Caso ambas as PARTES iniciem as suas obras relacionadas aos parques ASIII – Fase A ou Fase B no mesmo período e/ou períodos em meses contíguos, deverá ser realizado um acordo de compartilhamento e responsabilidade entre as PARTES, considerando as necessidades das obras e o plano de implantação de cada uma das partes.
- III) Na fase em que ambas as PARTES entre na fase de Operação Comercial, considerado a partir da emissão do despacho comercial publicado no D.O.U, ficam aqui estabelecidos as seguintes condições de rateio dos custos de manutenção de acessos de obras civis, drenagens, sinalizações e entre outros. Sendo que as condições de rateio serão realizadas tendo como referência a proporção dos km dos acessos utilizados por cada uma das PARTES para realização a sua Manutenção e Operação dos seus respectivos Parques.
- IV) Referente a área destinada ao canteiro de obra e área pulmão (coordenadas de referência 13°48'21.05"S / 42°41'59.53"O), localizado próximo ao parque Calíandra, as obrigações de operação, manutenção, saúde, segurança, ambiental e patrimonial serão de responsabilidade integral da PRISMA/PROTON uma vez que a área é parte integrante da licença de instalação do Parque Calíandra da Fase B. As obrigações descritas neste item iniciarão a partir da desocupação da área utilizada para armazenamento de equipamentos da Fase A ou após o início das obras do Complexo Eólico Mina de Ouro Fase B. A área atualmente ocupada pela Renova para armazenamento de equipamentos de aerogeradores será totalmente desocupada após o início das obras do Complexo Alto Sertão Fase A. Portanto, durante esse período, em que os equipamentos estiverem armazenados na área, a PRISMA/PROTON não será responsável por segurança patrimonial, conservação, dados materiais entre outros.

Anexo 6.2.9 (a)**Contratos Fundiários Contratos Fundiários Não Individualizados – FASE A****1. Contratos de Arrendamento compartilhados Fase A e B.**

#	Parques	Fase	Número do Contrato	Nome do Proprietário	Município	Nome da Propriedade	Município da Propriedade	Potência associada
1.	CENTRAIS EÓLICAS IMBURANA DE CABÃO S.A e CENTRAIS EÓLICAS FACHEIO S.A	A e B	2036_12	Espólio Domingos de Jesus, neste ato representado por Luzimara Rodrigues de Jesus	Caetité	Fazenda Olho D'Agua	Caetité	0 MW
2.	CENTRAIS EÓLICAS CARRANCUDO S.A	A e B	2071_11	Jurandir Antonio de Oliveira Pereira	Igaporã	Fazenda Baixa da Vereda	Igaporã	24 MW
3.	CENTRAIS EÓLICAS JEQUITIBA S.A E CENTRAIS EÓLICAS UMBUZEIRO S.A	A e B	509_12	Jackson Ubiratan Teixeira Ladeia	Guanambi	Fazenda Lagoa das Vacas	Igaporã	9,6 MW
4.	CENTRAIS EÓLICAS UMBUZEIRO S.A e CENTRAIS EÓLICAS TINGUI S.A	A e B	536_12	Espólio Otelino Santana Costa, neste ato representado por Nadir Fernandes Costa	Caetité	Sítio Sozinho	Caetité	4,8 MW
5.	CENTRAIS EÓLICAS CALIANDRA S.A e CENTRAIS EÓLICAS BARBATIMÃO S.A	A e B	690_11	Antomario Ribeiro Borges	Igaporã	Fazenda Caldeirão	Igaporã	4,8 MW
6.	CENTRAIS EÓLICAS TABOQUINHA, MACAMBIRA, TAMBORIL, ANGICO, IMBURANA MACHO E ICÓ S.A	A e B	914_11	Dacio Alves de Oliveira	Caetité	Fazenda Iracema	Igaporã	52,8 MW
7.	CENTRAIS EÓLICAS JATAI S.A	A e B	1871_11	João Francisco Borges	Igaporã	Fazenda Caldeirão	Igaporã	0 MW

Anexo 6.2.9 (b)**Contratos Fundiários Contratos Fundiários Não Individualizados – AS1****1. Contratos de Arrendamento compartilhados Fase ASI e B.**

#	Parques	Fase	Número do Contrato	Nome do Proprietário	Município	Nome da Propriedade	Município da Propriedade	Potência associada
1.	CENTRAIS EÓLICAS PORTO SEGURO (ASI) / CENTRAIS EÓLICAS CANJOÃO E CANSANÇÃO	ASI e B	24_6	Luzia Barbosa de Souza	Igaporã	Tabas da Fazenda Espinheiro	Igaporã	9,6 MW
2.	CENTRAIS EÓLICAS CANSANÇÃO S.A	ASI e B	625_6	Darlon Fernandes Magalhães	Igaporã	Fazenda Pedra Branca	Igaporã	4,8 MW
3.	CENTRAIS EÓLICAS CANSANÇÃO S.A	ASI e B	76_6	Leoncio Borges de Carvalho	Igaporã	Fazenda Santana	Igaporã	9,6 MW

ANEXO 13

Termo de Obrigações

TERMO DE OBRIGAÇÕES

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

De um lado:

1. RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede na Av. Roque Petroni Junior, 999, 4º andar, parte, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.981.176/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Renova Energia”);
2. RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, parte 5, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Renovapar”);
3. CHIPLEY PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede na Av. Roque Petroni Junior, 999, 4º andar, parte, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Chipley”, a qual, em conjunto com a Renova Energia e a Renovapar, a “Renova”); e,

E, do outro lado, na qualidade de representante dos interesses do titular da Cédula (conforme abaixo definido),

4. [o], sociedade por ações, com sede na [o], na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº [o], neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Representante do Credor”).

A Renova e o Representante do Credor são doravante designados, em conjunto ou individualmente, as “Partes” e a “Parte”, respectivamente;

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Renova Energia e a Renovapar são titulares de 100,00% (cem por cento) do capital social total da Chipley, de acordo com as seguintes participações acionárias: (i) Renova Energia, titular de 744.797.379 (setecentos e quarenta e quatro milhões, setecentas e noventa e sete mil, trezentas e setenta e nove) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de emissão da Chipley, totalmente integralizadas; e (ii) Renovapar, titular de 73.994 (setenta e três mil, novecentas e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de emissão da Chipley, totalmente integralizadas;
- (B) a Chipley e outros acionistas são titulares de 100,00% (cem por cento) do capital social total da Brasil PCH S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.314.233/0001-08 (“Brasil PCH”);
- (C) a Brasil PCH é titular de 100% (cem por cento) do capital social total da PCHPAR - PCHParticipações S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.628.569/0001-45 (“PCHPAR”), a qual, por sua vez, controla as seguintes sociedades: (i) São Simão Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.976/0001-52, (ii) São Joaquim Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.930/0001-33, (iii) São Pedro Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.938/0001-08, (iv) Calheiros Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.914/0001-40, (v) Funil Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº

07.063.921/0001-42, (vi) Caparaó Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.924/0001-86 (vii) Carangola Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.063.934/0001-11, (viii) Santa Fé Energética, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.982.752/0001-81, (ix) Monte Serrat Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.982.741/0001-00, (x) Bonfante Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.982.746/0001-24, (xi) Jataí Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.083.477/0001-27, (xii) Irara Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.060.755/0001-38 e (xiii) Retiro Velho Energética S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.060.739/0001-38 ("Subsidiárias" consideradas em conjunto ou isoladamente);

- (D) a Renova e outras pessoas ("Recuperandas") encontram-se em recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, autuado sob o nº 1103257-54.2019.8.26.0100 ("Juízo Competente" e "Recuperação Judicial");
- (E) em "assembleia geral de credores", realizada em [o] no âmbito da Recuperação Judicial, os credores das Recuperandas aprovaram o seu plano de recuperação, cujos termos e condições fazem parte do presente instrumento como seu "Anexo Considerando F") ("Plano de Recuperação");
- (F) em "assembleia geral de credores", realizada em [o] no âmbito da Recuperação Judicial, os credores das Recuperandas aprovaram a contratação, pela Chipley, de operação de financiamento no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), por meio da emissão da "Cédula de Crédito Bancário nº [o]", sob a modalidade *debtor in possession*, nos termos do art. 67 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Cédula" e "Operação de Financiamento");
- (G) em [o] e [o], o Juízo Competente homologou o Plano de Recuperação e, conforme lá previsto, a contratação da Operação de Financiamento, desde que inexistia apelação ou recurso ao qual tenha sido concedido efeito suspensivo contra a decisão que homologou o Plano de Recuperação e a concessão da Recuperação Judicial pelo Juízo Competente, nos termos do artigo 58 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, observados os prazos legais para tanto, que possa afetar, de qualquer forma, a Operação de Financiamento. Para os fins deste item, o efeito suspensivo deverá ter sido negado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pelo Desembargador Relator do recurso, ainda que tal decisão seja provisória;
- (H) nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brasil PCH S.A.", celebrado em 4 de outubro de 2018, conforme aditada de tempos em tempos, a Brasil PCH emitiu 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da 1ª série e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da 2ª série, perfazendo o montante total de R\$900.000.00,00 (novecentos milhões de reais) (em conjunto, "Debêntures");
- (I) as Debêntures contam com as seguintes garantias: (i) garantia fidejussória prestada pela PCHPAR e pelas Subsidiárias; (ii) alienação fiduciária de ações de emissão da PCHPAR e das Subsidiárias; e (iii) cessão fiduciária: (a) pelas Subsidiárias, de direitos emergentes das autorizações concedidas às Subsidiárias pela Agência Nacional de Energia Elétrica; (b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às Subsidiárias no âmbito dos contratos de compra de energia elétrica celebrados com a Eletrobrás – Centrais Elétricas

Brasileiras S.A., no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa (“Proinfa”); (c) de direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pelas Subsidiárias; (d) de direitos creditórios específicos vinculados às ações referidas no item “ii” acima; e (e) direitos relacionados à aplicações financeiras específicas e seus rendimentos;

- (J) os recursos decorrentes da Operação de Financiamento serão alocados pela Chipley para retomada dos investimentos e conclusão da Fase A do Projeto Alto Sertão III, pagamento de custos da Operação de Financiamento e despesas operacionais das empresas do grupo da Renova, nos termos do Plano de Recuperação, sendo, assim, essenciais e relevantes aos interesses de cada uma das Partes e à implementação do Plano de Recuperação, observado o disposto na Cédula;
- (K) nos termos do item 7 da Cédula e conforme estabelecido nos demais instrumentos jurídicos celebrados no âmbito da Operação de Financiamento (em conjunto, “Documentos da Operação”) foram: (i) constituídas determinadas garantias em favor do titular da Cédula; e (ii) definidos procedimentos específicos relacionados ao recebimento e à alocação do fluxo de dividendos, juros sobre o capital próprio, outras distribuições de capital e/ou outros eventos previstos na Cédula, pagos à Chipley pela Brasil PCH e/ou dos valores relacionados à alienação, direta ou indireta, da UPI Brasil PCH, conforme definido no item [10.2] do Plano de Recuperação (“UPI Brasil PCH”), os quais encontram-se detalhadamente descritos no “anexo Considerando [o]” da Cédula (“Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos”);
- (L) sem prejuízo dos direitos, garantias e prerrogativas decorrentes de garantias reais e pessoais prestadas em favor de credores da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, existentes, válidas e eficazes, inclusive em face de terceiros, na presente data, incluindo as Debêntures, são condições essenciais à contratação da Operação de Financiamento (i) preservação: (i.a) dos efeitos jurídicos e econômicos associados às garantias prestadas nos Documentos da Operação em favor do Representante do Credor, na qualidade de representante do titular da Cédula; (i.b) da integridade dos Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos pelas Partes; e (ii) o crédito na Conta Centralizadora (conforme definida na Cédula) da integralidade dos Proventos das Ações (conforme definido na Cédula) pagos (a) pelas Subsidiárias à PCHPar, (b) pela PCHPar à Brasil PCH e, por fim, pela Brasil PCH à Chipley, cujo montante será determinado pelos órgãos de administração das referidas sociedades, sempre observadas as práticas de mercado e sua razoabilidade técnica, financeira, contábil, legal e, especialmente, o melhor interesse da Brasil PCH e das Subsidiárias na preservação e proteção de sua capacidade operacional, no mínimo necessário ao pagamento tempestivo das obrigações, principal e acessórias, assumidas pela Chipley na Cédula, nos termos e nas condições ali previstos, desde que tal pagamento não imponha, comprovadamente, ônus, riscos, contingências, passivos materiais extraordinários às sociedades acima referidas; e (iii) o crédito na Conta Vinculada (conforme definida na Cédula, nos limites da Cédula e em observância ao Plano de Recuperação) dos recursos resultantes da alienação, direta ou indireta, da UPI Brasil PCH, conforme o previsto no Plano de Recuperação e na Cédula e/ou seus ativos, sempre na forma e nos montantes definidos na Cédula, sendo, “ii” e “iii” doravante denominados, em conjunto, “Montante Mínimo”; e (iv) a estrita e tempestiva observância dos deveres e obrigações assumidos pelos signatários deste Termo (conforme abaixo definida);
- (M) alteração do estatuto social da Chipley, celebrada nesta data na forma do “Anexo Considerando M”, contém avença específica estabelecendo que: (i) a tempestiva e estrita observância aos termos e às condições deste Termo constitui requisito de validade e

condição de eficácia de todos os atos e negócios da Chipley que não sejam Atos Permitidos (conforme abaixo definido); e (ii) a alteração, reformulação e/ou revogação de quaisquer dos termos e condições previstos no artigo 11-A do estatuto social da Chipley deverão ser prévia e expressamente aprovados, por escrito, pelo Representante do Credor;

- (N) os negócios e as atividades da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias (i) são investimentos maduros, concluídos e em plena operação, atingindo plenamente, na presente data, a todos os seus objetivos operacionais, financeiros, legais, econômicos e regulatórios no âmbito do Proinfra (“Condição Atual”); e (ii) deverão ser conduzidos pela Renova de forma ativa e diligente, e, observados os limite de ingerência e atuação individual na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias, em atendimento ao Curso Normal dos Negócios (conforme abaixo definido), e visando não resultar na alteração e/ou modificação dos Procedimentos de Recebimento e Alocação de Recursos e/ou diminuição ou restrição do fluxo de distribuição/recebimento do Montante Mínimo; e
- (O) conforme facultado pelos arts. 421, 421-A e 422 do Código Civil brasileiro, o disposto no item “(ii)” da alínea “N” acima deverão ser tratados como parâmetros objetivos e condições essenciais dos negócios objeto dos Documentos da Operação para fins de sua interpretação, execução de obrigações e exercício de direitos no âmbito deste Termo (“Princípios Norteadores”),

resolvem firmar o presente “Termo de Obrigação” (“Compromisso”), nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Por meio deste Termo, a Renova obriga-se a solicitar o consentimento prévio e por escrito do Representante do Credor para a prática de todos os atos de sua competência relacionados exclusivamente à Chipley, à Brasil PCH, à PCHPar e às Subsidiárias, que não estejam listados na Cláusula 1.2 abaixo.

1.2. A Renova não precisará de qualquer autorização do Representante do Credor para a prática dos seguintes atos (“Atos Permitidos”):

- (a) convocar, no âmbito da Chipley, a Assembleia Geral no âmbito da Chipley, ou orientar a convocação da Assembleia Geral da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias sempre que julgar conveniente;
- (b) alterar qualquer matéria do estatuto social da Chipley, exceto em relação às seguintes matérias: (i) aumento ou redução do capital social da Chipley; ou (ii) alteração do Artigo 11-A do estatuto social da Chipley;
- (c) orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias para a alteração de qualquer matéria do estatuto social de tais sociedades, exceto em relação exclusivamente ao aumento ou redução do capital social da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias;
- (d) deliberar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, acerca do pedido de abertura do capital social das referidas sociedades;

- (e) deliberar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, acerca da alienação, pelas referidas sociedades, de participação societária em outras sociedades, desde que no Curso Normal dos Negócios, observando parâmetros e práticas de mercado para transações desta natureza, e no melhor interesse da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, ou se previsto no Plano de Recuperação da Chipley;
- (f) eleger e destituir os membros da Diretoria da Chipley, ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias para a indicação, eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria das referidas sociedades, bem como fixar a remuneração global observando parâmetros e práticas de mercado e atribuições específicas dos administradores da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias;
- (g) tomar as contas dos administradores da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e manifestar-se sobre o relatório da Diretoria da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias;
- (h) deliberar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, sobre qualquer proposta de incorporação, cisão, transformação, fusão, ou qualquer outra forma de reestruturação exclusivamente entre a PCHPar e suas Subsidiárias ou entre as Subsidiárias, desdobramento ou agrupamento de ações, desde que tais reorganizações não resultem ou possam resultar em um impacto adverso no Montante Mínimo;
- (i) autorizar o levantamento de balancetes semestrais ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, nos termos do art. 204 da Lei das S.A. e de seus respectivos estatutos sociais;
- (j) alterar a política de distribuição de dividendos da Chipley, inclusive quanto à criação e à fixação dos limites de quaisquer reservas estatutárias, desde que tal alteração não resulte na diminuição ou restrição do fluxo de distribuição/recebimento do Montante Mínimo;
- (k) autorizar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, a emissão de quaisquer valores mobiliários pela Chipley, Brasil PCH, PCHPar e Subsidiárias, conforme o caso, incluindo debêntures e partes beneficiárias, desde que tais valores mobiliários (i) não resultem em endividamento da Chipley em valor superior ao estabelecido no item “u” desta Cláusula, ou da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias em valor superior ao estabelecido no item “v” desta Cláusula, ou (ii) sejam emitidos no Curso Normal dos Negócios;
- (l) deliberar, no âmbito da Chipley, acerca de atribuição de participação nos lucros da Chipley aos seus administradores e/ou empregados, observando parâmetros e práticas de mercado, bem como aprovar e orientar o voto na deliberação sobre o plano de participação nos lucros a administradores e/ou empregados da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, sempre no Curso Normal dos Negócios;
- (m) outorgar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, opção de compra ou subscrição de ações a administradores e demais funcionários das referidas sociedades, observando parâmetros

e práticas de mercado observado sempre o melhor interesse da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias;

- (n) orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar ou nas Subsidiárias sobre a celebração, alteração, modificação ou rescisão pela Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias, conforme o caso, de qualquer contrato com quaisquer de seus acionistas ou com qualquer sociedade controlada por seus acionistas, desde que no Curso Normal dos Negócios, respeitado o disposto neste Termo;
- (o) orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar ou nas Subsidiárias sobre a celebração por referidas sociedades de quaisquer alterações, modificações e aditamentos em Contratos de Compra e Venda de Energia;
- (p) orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar ou nas Subsidiárias sobre a celebração por referidas sociedades de qualquer contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), de fornecimento, de prestação de serviços ou ainda e qualquer contrato de operação e manutenção ("O&M") relacionados às PCHs;
- (q) deliberar sobre a celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Chipley, de um lado, e uma sociedade, direta ou indiretamente, controlada da Chipley, de outro, desde que no Curso Normal dos Negócios, respeitado o disposto neste Termo, em especial em relação aos limites estabelecidos no item "u" desta Cláusula;
- (r) fixar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, a orientação geral dos negócios das referidas sociedades, sempre no Curso Normal dos Negócios e no melhor interesse da Chipley, Brasil PCH, PCHPar e Subsidiárias, respeitado o disposto neste Termo;
- (s) deliberar, no âmbito da Chipley ou orientar o voto do representante indicado pela Chipley na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, sobre a aprovação do plano de negócios e orçamento de investimento e operacional das referidas sociedades para o respectivo exercício;
- (t) deliberar, no âmbito da Chipley, acerca da celebração, por parte da Chipley, de qualquer contrato ou outro instrumento em relação a uma operação de mútuo, empréstimo, financiamento, linha de crédito ou outro instituto afim (ou promessa de qualquer um dos anteriores), como meio para que a Chipley tenha acesso a fundos de terceiros, e que consista em uma obrigação de a Chipley pagar tais fundos acrescidos de juros, desde que (i) a operação (independente dos valores individuais dos instrumentos que a compõem) não ultrapasse o valor total de, (i.a) isoladamente, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou, (i.b) cumulativamente, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção do ativo da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (u) orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias sobre a contratação de empréstimos, emissão de títulos de dívida ou outras formas de endividamento pela Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias, desde que (i) em valor, individual ou agregado, que não ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção do ativo

da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;

- (v) deliberar, no âmbito da Chipley, ou orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias, acerca da outorga de garantias ou constituição de ônus de qualquer natureza sobre seus bens, direitos, ativos financeiros ou fixos, excetuadas as ações de emissão da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias, para garantir obrigações da Chipley, Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias, desde que tais garantias e/ou ônus (i) estejam relacionados aos contratos e/ou instrumentos relacionados nos itens “u” e “v” desta Cláusula, ou (ii) sejam necessários para a prestação de garantias em processos administrativos, judiciais e/ou arbitrais que envolvam a Chipley, Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias; ou (iii) no Curso Normal dos Negócios sejam necessários; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (w) deliberar, no âmbito da Chipley, acerca da venda, locação, alienação ou qualquer outra forma de disposição de ativos pela Chipley, desde que (i) em valor que não ultrapasse (i.a) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) com relação a uma transferência isolada de ativos, ou (i.b) R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) com relação ao valor total das transferências de ativos durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção ou melhoria dos ativos da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (x) deliberar, no âmbito da Chipley, ou orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias acerca de qualquer aquisição de ativos, desde que (i) em valor que não ultrapasse (i.a) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um ativo isolado, ou (i.b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor global de ativos durante o mesmo exercício social; ou (ii) sejam necessários para a manutenção dos ativos da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iii) sejam necessários à remediação de efeitos adversos decorrentes de acidentes e/ou incidentes que de forma continuada prejudiquem a operação normal da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias, implementada, inclusive, após a utilização de mecanismos de mitigação de riscos contratados e/ou à disposição das pessoas afetadas, sempre até o limite comprovado e estritamente necessário ao retorno à Condição Atual, por meio da diminuição ou restrição do fluxo de distribuição/recebimento do Montante Mínimo; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (y) deliberar, no âmbito da Chipley, ou orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias acerca da celebração, o aditamento e/ou a rescisão de qualquer contrato ou outro instrumento que crie qualquer responsabilidade ou obrigação para a Chipley, desde que (i) em valor que não ultrapasse (i.a) R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um contrato isolado, ou (i.b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação ao valor total dos contratos (incluindo aditivos) durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção ou melhoria do ativo da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;
- (z) orientar o voto na Brasil PCH, na PCHPar e/ou nas Subsidiárias acerca da compra, venda, alienação, oneração, hipoteca, penhor de quaisquer ativos, móveis ou imóveis da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias, e/ou a celebração de quaisquer contratos e/ou acordos pela Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias, inclusive judiciais, desde que (i) dentro dos limites estabelecidos no orçamento e/ou que envolvam um montante total, em uma

única operação ou em uma série de operações relacionadas, em valor que não ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) durante o mesmo exercício social, ou (ii) no Curso Normal dos Negócios, ou (iii) sejam necessários para a manutenção ou melhoria dos ativos da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias; ou (iv) estejam previstos no Plano de Recuperação da Chipley;

- (aa) escolher e destituir os auditores independentes da Chipley, bem como orientar o voto, na Brasil PCH, na PCHPar e nas Subsidiárias, para a nomeação de auditores independentes;
- (bb) deliberar, no âmbito da Chipley, sobre o voto a ser proferido pela Chipley como acionista de suas controladas, incluindo, sem limitação, nas Assembleias Gerais ou reunião dos Conselhos de Administração da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias que tiverem como pauta quaisquer das matérias indicadas no Artigo 11 ou no Artigo 17 do estatuto social da Chipley, respeitados os termos deste Termo;
- (cc) deliberar, no âmbito da Chipley, sobre qualquer matéria que seja submetida à Assembleia Geral da Chipley, ou à Assembleia Geral e/ou Conselho de Administração da Brasil PCH, da PCHPar e das Subsidiárias, respeitados os termos deste Termo; e
- (dd) deliberar sobre, no âmbito da Chipley, e praticar quaisquer atos requeridos ou necessários nos termos do Plano de Recuperação da Chipley;
- (ee) deliberar, no âmbito da Chipley, acerca da alienação da participação societária na Brasil PCH nos termos do Plano de Recuperação da Chipley.

1.2.1. Para os fins e efeitos deste Termo, o termo “Curso Normal dos Negócios” significa as atividades, operações e negócios da Chipley, da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias realizadas de forma consistente e substancialmente equivalentes às suas atuais práticas de gestão econômica, financeira, legal, contábil, de negócios e investimentos, visando (i) a preservação e manutenção da Condição Atual de cada uma das pessoas acima referidas; (ii) a remediação de efeitos adversos decorrentes de acidentes e/ou incidentes que de forma continuada prejudiquem a operação normal da Brasil PCH, da PCHPar e/ou das Subsidiárias, implementada, inclusive, após a utilização de mecanismos de mitigação de riscos contratados e/ou à disposição das pessoas afetadas, sempre até o limite comprovado e estritamente necessário ao retorno à Condição Atual, por meio da diminuição ou restrição do fluxo de distribuição/recebimento do Montante Mínimo.

1.3. As Partes esclarecem que nada neste Termo deve ser entendido como uma promessa de fato de terceiro, nos termos do artigo 439 e 440 do Código Civil brasileiro, obrigação ou garantia de qualquer das Partes em relação à ação ou omissão de qualquer acionista da Brasil PCH que não seja parte deste Termo. Todas as obrigações previstas neste Termo são assumidas exclusivamente pelas Partes, devendo-se observar a inexistência de qualquer vínculo, obrigação de cumprimento ou responsabilidade pela atuação individualizada dos demais acionistas da Brasil PCH.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DECLARAÇÕES

2.1. A Renova Energia, a Renovapar e a Chipley, conforme aplicável, neste ato e na data de desembolso da Operação de Financiamento, declaram que:

- a) é sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, possuindo poderes e autoridade para celebrar este Termo, assumir as obrigações

que lhe cabem por força deste Termo, cumprir e observar as disposições aqui contidas;

- b) é veículo devidamente constituído e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, possuindo poderes e autoridade para celebrar este Termo, assumir as obrigações que lhe cabem por força deste Termo, cumprir e observar as disposições aqui contidas;
- c) é pessoa capaz, possuindo poderes para celebrar este Termo, assumir as obrigações que lhe cabem por força deste Termo, cumprir e observar as disposições aqui contidas;
- d) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, tendo sido aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Chipley e da Renovapar e pelo Conselho de Administração da Renova Energia, e no âmbito da Recuperação Judicial, previstas na lei de regência necessárias à celebração e cumprimento deste Termo e da alteração do Estatuto Social da Chipley referida no Considerando “M”, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- e) seus representantes legais que assinam este Termo têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- f) as obrigações previstas neste Termo constituem obrigações existentes, válidas e eficazes da declarante, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- g) a declarante encontra-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações previstas neste Termo;
- h) a celebração deste Termo e o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a declarante seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens estejam vinculados, nem irá resultar (ii) no vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; (iv) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a declarante ou quaisquer de seus bens estejam sujeitos; ou (v) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a declarante ou quaisquer de seus bens;
- i) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais;
- j) não omitiu ao adquirente da Cédula e ao Representante do Credor nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração, modificação e/ou efeito adverso relevante, atual ou contingente, na condição econômica, financeira, jurídica da declarante, suas pessoas controladoras, controladas ou sob controle comum e/ou de sua capacidade de cumprir com suas obrigações decorrentes deste Termo; e
- k) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela declarante, de suas obrigações nos termos deste Termo.

2.2. O Representante do Credor, neste ato e na data de desembolso da Operação de Financiamento, declara que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, previstas na lei de regência necessárias à celebração e cumprimento deste Termo, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) seus representantes legais que assinam este Termo têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) as obrigações previstas neste Termo constituem obrigações existentes, válidas e eficazes da declarante, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- e) a celebração deste Termo e o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato ou documento no qual seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens estejam vinculados, nem irá resultar (ii) no vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; (iv) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a declarante ou quaisquer de seus bens estejam sujeitos; ou (v) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a declarante ou quaisquer de seus bens; e
- f) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais.

2.3. A veracidade e exatidão das declarações prestadas na data de assinatura do Termo poderão ser verificadas pelas Partes e pelo Representante do Credor, a qualquer momento, até a quitação integral das obrigações previstas neste Termo. Caso seja verificado pelo Representante do Credor que a declaração de qualquer das Partes era inverídica ou inexata na data de assinatura deste Termo, o titular da Cédula poderá declarar o seu vencimento antecipado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

3.1. A Renova obriga-se a comunicar ao Representante do Credor, por escrito, dentro dos 3 (três) Dias Úteis imediatamente subsequentes à data em que tomar ciência da convocação e/ou de evento de deliberação dos órgãos de administração da Renova Energia, da Chipley e/ou da Brasil PCH e/ou de reuniões prévias, cujo conteúdo requeira ou possa requerer a realização de qualquer ato que seja ou não seja um Ato Permitido e, no caso da PCHPar e/ou das Subsidiárias, de qualquer ato que não seja um Ato Permitido.

3.2. A tempestiva e estrita observância aos termos e às condições deste Termo constitui requisito de validade e condição de eficácia de todos os atos, negócios e orientações e/ou exercício de direito de voto da Chipley que não sejam Atos Permitidos, nos termos da Cláusula 1.2 acima.

3.3. A Chipley obriga-se a não renunciar e/ou repactuar os termos e condições de negócios jurídicos de que seja parte ou interveniente de forma a alterar a sua estrutura de governança e de suas subsidiárias, diretas e indiretas, em detrimento dos direitos e garantias do Credor e do Representante do Credor previstos neste Termo.

3.4. A Renova obriga-se a informar, por escrito, o Representante do Credor sobre qualquer ação ou omissão da Brasil PCH, PCHPar e/ou Subsidiárias que contrariem os termos e condições deste Termo, no prazo de 1 (um) Dia Útil da data em que tomar conhecimento do respectivo evento ("Inadimplemento de Controlada").

3.5. A Chipley obriga-se tempestivamente a tomar todas as medidas necessárias para que o Inadimplemento de Controlada deixe de produzir efeitos e seja definitivamente sanado. No prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contado da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, a Chipley também se obriga a comunicar ao Representante do Credor as providências tomadas e, quando solicitada, fornecer-lhe todas as informações relacionadas ao assunto.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES

4.1. Todas as notificações, avisos ou comunicações relativas ao presente Compromisso, bem como qualquer comunicação envolvendo as Partes, inclusive para prestar ou receber informações, deverão ser feitas por escrito e deverão ser entregues pessoalmente, por carta ou por e-mail, em qualquer hipótese, com comprovante de recebimento, nos endereços e para as pessoas indicadas abaixo, ou conforme de outra forma especificado por uma Parte à outra, por escrito:

(a) Se para RENOVA ENERGIA:

Endereço: [-]

E-mail: [-]

A/C.: Sr. [-]

(b) Se para RENOVAPAR:

Endereço: [-]

E-mail: [-]

A/C.: Sr. [-]

(c) Se para CHIPLEY:

Endereço: [-]

E-mail: [-]

A/C.: Sr. [-]

(d) Se para REPRESENTANTE DO CREDOR:

Endereço: [-]

E-mail: [-]

A/C.: Sr. [-]

4.1.1. As notificações feitas nos termos desta Cláusula serão consideradas realizadas (a) na ocasião em que forem entregues, se entregues pessoalmente; e (b) na ocasião em que forem recebidas, se enviadas por correio, por serviço de courier ou por e-mail.

4.1.2. Qualquer das Partes deste Termo poderá mudar o endereço para o qual a notificação deverá ser enviada, mediante notificação escrita às demais partes, de acordo com a Cláusula 4.1 acima.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Vigência. Este Termo vigorará até a liquidação integral de todas as obrigações, principais e acessórias, decorrentes da Cédula e dos demais Documentos da Operação.

5.2. Inadimplemento. As Partes reconhecem e concordam que, no caso de violação deste Termo, o vencimento da Cédula será declarado antecipado, não respondendo a Parte infratora por eventuais perdas e danos a que der causa, independentemente da sua natureza ou da extensão do dano causado à parte inocente.

5.2.1. Execução Específica. Considerando que, no caso de inadimplemento deste Termo pela Renova, o vencimento antecipado da Cédula pode resultar em uma remediação insuficiente para o Representante do Credor, as Partes acordam que o cumprimento de quaisquer obrigações dispostas neste Termo poderá ser objeto de execução específica pelo Representante do Credor, nos termos do disposto nos artigos 300, 497 e seguintes, 783 e seguintes, 815, 824 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

5.2.2. Não obstante qualquer disposição em contrário na lei, as Partes expressamente acordam que, caso a execução específica de qualquer obrigação prevista neste Termo não seja possível e a execução seja convertida em perdas e danos em favor do Credor, qualquer valor eventualmente pago pela Renova ao Representante do Credor a título de perdas e danos não poderá ser superior, em qualquer hipótese, ao saldo devedor da Cédula no momento do pagamento de qualquer indenização pela Renova.

5.3. Irrevogabilidade. O presente Termo é assinado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes, por si e seus sucessores a qualquer título. As Partes e seus sucessores deverão cumprir integralmente as obrigações aqui contratadas.

5.4. Aditamento e Conflito. Não será válida qualquer alteração deste Termo, salvo se por escrito e assinada por todas as Partes.

5.5. Tolerância. Nenhum prazo ou tolerância concedido por quaisquer das Partes aos demais signatários, com relação aos termos deste Termo, afetará de qualquer forma este Termo ou qualquer dos direitos ou obrigações das Partes, a não ser nos estritos termos da tolerância concedida.

5.6. Independência de Disposições. Se, por qualquer razão, qualquer disposição deste Termo vier a ser considerada inválida, ilegal ou ineficaz, essa disposição será limitada o quanto possível para que produza seus efeitos, e a validade, legalidade e eficácia das disposições remanescentes deste Termo não serão por qualquer forma afetadas ou prejudicadas.

5.7. Acordo Integral. Este Termo e os Documentos da Operação constituem o acordo integral das Partes relativamente ao seu objeto e substituem todos os acordos, entendimentos, declarações ou garantias, negociações e discussões anteriores, verbais ou por escrito, entre as Partes com relação às matérias aqui contidas.

5.8. Interpretação. Para fins de interpretação deste instrumento, o preâmbulo deste Termo deve ser sempre considerado como parte integrante deste instrumento.

5.9. Cessão. Este Termo beneficiará e obrigará as Partes e seus respectivos sucessores e cessionários permitidos. As Partes não poderão ceder ou transferir suas obrigações e direitos, em conjunto ou separadamente, sem a prévia e expressa anuência de todas as Partes.

5.9.1. Os direitos, as garantias e as prerrogativas do Representante do Credor poderão ser exercidos diretamente pelo titular da Cédula ("Credor").

5.9.2. A cessão e/ou endosso da Cédula, no todo ou em parte, na forma estabelecida no referido título, não afeta e/ou modifica quaisquer dos direitos, garantias e prerrogativas de quaisquer dos signatários deste Termo, os quais se manterão íntegros.

5.10. Registro. Para fins de eficácia perante terceiros, este Termo deverá ser levada à registro em cartório de títulos e documentos da sede de cada um de seus signatários no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado de sua celebração.

5.11. Dia Útil. Para fins deste Termo, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado municipal, estadual ou nacional na cidade de São Paulo, SP.

5.12. Lei Aplicável. O presente Termo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA SEXTA – FORO

6.1. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias relacionadas ao presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente "Termo de Termo", em [●] ([●]) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, [●] de [●] de 2020

(as assinaturas do presente Termo seguem nas páginas seguintes)

(Página de assinaturas do Termo de Termo)

RENOVA ENERGIA S.A. – Em Recuperação Judicial

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Minuta

(Página de assinaturas do Termo de Compromisso)

RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Minuta

(Página de assinaturas do Termo de Compromisso)

[Representante do Credor]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Minuta

(Página de assinaturas do Termo de Compromisso)

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF/ME:

Nome:
RG:
CPF/ME:

Anexo [-]

ANEXO 14**Formulário de opção – conversão de Créditos em capital social**

Ao

Grupo Renova

Ref.: Comunicação de opção de conversão de créditos em capital social da Renova.

Prezados Srs.,

_____, inscrito no CPF/CNPJ sob o
nº _____, residente e domiciliado em

_____,
representado neste ato na forma de seus documentos constitutivos (“Credor”), na qualidade de Credor _____ em relação ao processo de recuperação judicial de Renova Energia S.A. e outras (“Grupo Renova”), vem, por meio do presente, em atendimento ao quanto exposto nas Cláusulas 14.1. e seguintes do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas (“Plano”), declarar, para todos os fins e efeitos de direito nos termos definidos no Plano, que opta pela conversão total/parcial de seus Créditos em capital social da Renova Energia S.A., conforme opções preenchidas e/ou assinaladas com um “X” abaixo:

VALOR INTEGRAL DO CRÉDITO A CONVERTER:

R\$ _____

[] AÇÕES ON – Cláusula 14.1.2.1 – Declaro que desejo converter
R\$ _____ do Crédito indicado acima em **ações ordinárias (ON)**
da Renova Energia S.A.;

[] AÇÕES PN – Cláusula 14.1.2.1 – Declaro que desejo converter
R\$ _____ do Crédito indicado acima em **ações preferenciais (PN)**
da Renova Energia S.A.;

[] UNITS RNEW11 – Cláusula 14.1.2.1 – Declaro que desejo converter R\$ _____ do Crédito indicado acima em UNITS (RNEW11) da Renova Energia S.A., estando ciente de que cada UNIT será compota por 01 (uma) ação ordinária (ON) e 2 (duas) ações preferenciais (PN).

O Credor declara-se ciente de que, na forma da Cláusula 14.1.3 do Plano, o preço de conversão para a capitalização de seus Créditos na forma indicada acima será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Renova Energia S.A. na B3 (VWAP) verificado nos 30 (trinta) pregões anteriores à Data do Pedido.

O Credor declara expressamente ter lido e compreendido todas as disposições do Plano, reconhecendo que são aplicáveis à forma de pagamento a ele cabível todas as disposições do Plano. A leitura deste Formulário não substitui a leitura do Plano em sua integralidade, nem deve ser este Formulário interpretado com um resumo do Plano.

O Credor declara-se ciente de que a opção feita neste ato é irrevogável, irretratável, final, definitiva e vinculante.

OBS.: Este formulário deve ser enviado exclusivamente por email ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário.

Por seu representante legal: